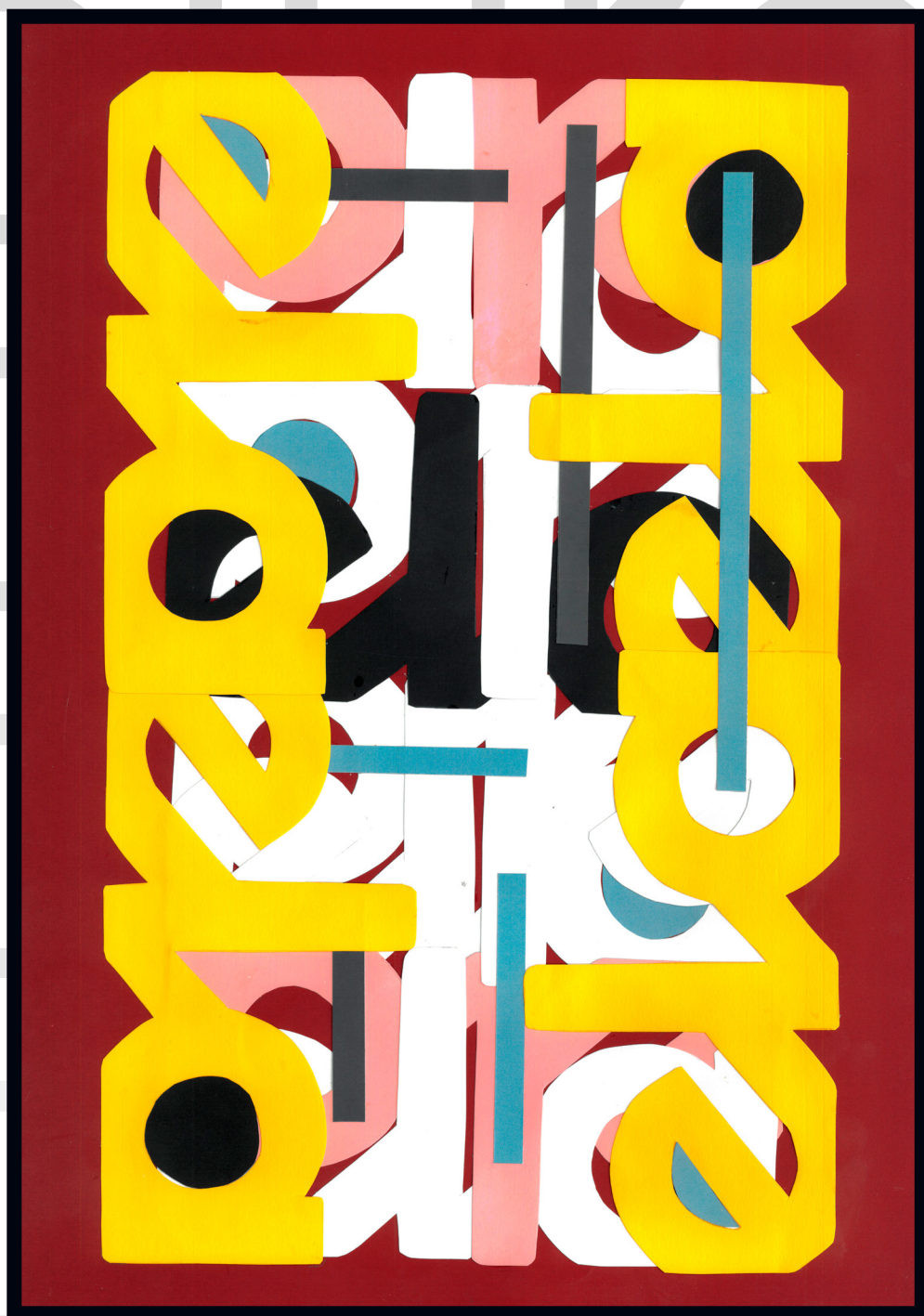


plura

Revista de Ciências Sociais



31.1

plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA USP

31.1

Departamento de Sociologia Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carloti Junior
Vice-Reitora: Prof^a. Dr^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins
Vice-Diretora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia
Chefe: Prof. Dr. Fernando Pinheiro Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação:
Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Equipe Editorial - Revista Plural v. 31, n. 1

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Universidade de São Paulo
Fernando Antônio Pinheiro, Universidade de São Paulo
Ricardo Mariano (Editor Responsável), Universidade de São Paulo

Assistentes Editoriais

Jessica Mazzini Mendes (Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo), Emerson RC. Palmieri (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Gabriel Teles Viana (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP), Shélida Maria Silverio Pedreira (Doutoranda em Sociologia no PPGS/USP), Raimundo Paulino da Silva (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), José Diniz da Costa Júnior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Natália de Sá Ribeiro de Barros Barreto (Mestranda em Sociologia, Universidade de São Paulo)

Monitores

Gabriel Teles Viana (Doutorando em sociologia - bolsista ACBD/USP), José Diniz da Costa Júnior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo)

Comissão Executiva

(Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP)
Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira, Lucas de Souza Gonçalves, Lucca Ignacio Morais Luiz, Martha Hitner dos Santos, Vanessa Nobre Nunes, Dayvison Wilson Bento da Silva, Nathalia Mansour de Oliveira, Paula Pagliari de Braud, Bruna de Santana Souza, Guilherme Olímpio Fagundes, Bianca Lombarde, Gisele Vilalta, Fernanda Fernandes Anjos, Natália de Sá Ribeiro de Barros Barreto, Michelly Andrade Rosa, Priscila dos Santos Rodrigues, Jade Gonçalves Roque, Fernanda Reis Nunes Pereira

Comissão organizadora do dossiê

“Feminismos e antifeminismos na política”

Alessandra Maia (PUC-RJ/UFRJ)
Jéssica Melo Rivetti (USP/UGR)
Mayra Goulart (UFRJ/UFRJ)

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lúvia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900. São Paulo - SP - Brasil.

e-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Instagram: https://www.instagram.com/plural_usp

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2024. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 31, n. 1, jan./jun., 2024 (publicado em agosto de 2024).

Equipe Técnica

Diagramação: [Diagrama Editorial](#)

Ilustração da capa: Rachel Rego. Sem título, 2024. Colagem analógica sobre papel canson 200g/m², posteriormente digitalizada, 29,7 x 42 cm.

Financiamento: Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD/USP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

Dossiê

Feminismos e antifeminismos na política

Feminismos e antifeminismos em disputa 1

Jéssica Melo Rivetti, Alessandra Maia Terra de Faria, Mayra Goulart da Silva

Análise dos Processos de Generificação a partir de Estudos Brasileiros:

Uma Revisão de Escopo 8

Ruth Almeida Correia, Valexa Moraes de Barros, Dafne Serafim Cosendey Toledo, Consuelena Lopes Leitão, Marck de Souza Torres

Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia?

Uma investigação da produção *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil . 31

Tales Gandi Veloso de Andrade, Virgínia Marinely Almeida e Pessoa, Viviane Santos Miranda, Romilda Sergia Oliveira

Lélia Gonzalez: a confluência entre a vida acadêmica e a militância 51

Marcelo Marques de Almeida Filho, Danielle de Castro Silva Lobato, Renísia Cristina Garcia Filice

Permanências, rupturas, transformações:

os antifeminismos de ontem e de hoje 77

Tháís Batista Rosa Moreira

Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930 98

Gabrielle dos Santos Marques

Em defesa das crianças?

A instrumentalização da democracia no discurso antigênero 119

Bruna Quinsan Camargo

**“É pelas mãos das mulheres que vai passar a retomada econômica do país”:
a cidadania maternal nos discursos da extrema-direita brasileira 142**

Carolina Gallo Garcia

As deputadas federais do Partido Liberal (2023-27):

um estudo sobre as ameaças ao feminismo e à democracia 163

Iurca Lazzariny dos Santos Rodrigues, Clécia Trindade Almeida de Jesus, Maria Inês Caetano Ferreira

Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto . 183

Luis Felipe Miguel, Alana Fontenelle

O feminino em disputa: a aliança neoliberal-conservadora nos discursos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. . .	210
Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues, Camila Carolina Hildebrand Galetti	
La nueva “dama de hierro”. Concepciones y estereotipos de género en el autorretrato de Victoria Villarruel	231
Paula Bedin	
De “merdalheres” a “conservadias”: o discurso de ódio masculinista.	252
Bruna Camilo de Souza Lima e Silva, Alessandra Sampaio Chacham	
PL 442/17 de Marielle Franco: conflitos e contingências entre movimento feminista e antiaborto	276
Ana Carolina de Oliveira Gonçalves, Carolina Cagetti, Iara Amora dos Santos	
Democracia no Brasil e Violência Política de Gênero: dois lados da mesma moeda?	297
Fabiane Simioni	
Os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da “onda neoconservadora” na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial	322
Janiffer Tammy Gusso Zarpelon	
Feminina ou Feminista: Estratégias de Mobilização Política nos Partidos PL e PSOL	351
Fernanda Bouzan Cardoso, Ayanne Caroline de Almeida Alves, Carolina Althaller Maia de Oliveira	
Gênero e raça como marcadores sociais de desigualdades na representação política: um estudo sobre a participação de mulheres e mulheres negras na política institucional no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha-MG	372
Idalécia Soares Correia, Claudia Luz de Oliveira, Maria da Luz Alves Ferreira, Maria Railma Alves	
Estratégias Eleitorais On-line e Gênero: trajetórias e perspectivas das candidatas à vereança no município de Rio Grande da Serra	400
Laura Cazarini Trotta, Carolina Gabas Stuchi, Gabriela Paula Silva Alves, Ana Beatriz Aquino, Clara Vinholi Araújo	
O diabo no meio do redemoinho: a dialética destruição - produção do capitalismo agrário em Alagoas.	424
Weldja Marques da Silva Lima, Adson Ney dos Santos Amorim	
Complicações da linguagem sociológica	445
Matheus Boni Bittencourt	
Contribuições marxistas às Relações Internacionais.	451
Gustavo Rocha Botão	
O problema (do) negro: Raça e o pensamento sociológico brasileiro	456
Anna Victoria de Souza Lage	

Feminismos e antifeminismos em disputa

Jéssica Melo Rivetti^a, Alessandra Maia Terra de Faria^b,
Mayra Goulart da Silva^c

O que significa tratar da temática feminista no Brasil e no mundo? Na tentativa de mapear *campo* e *agência* de modo relacional, a abordagem sobre feminismos e antifeminismos se constitui no presente dossiê temático. Se, por um lado, a conhecida noção de campo segundo Bourdieu (2011) é um espaço razoavelmente autônomo, com suas próprias regras e códigos que devem ser apreendidos pelos agentes, por outro, é na multiplicidade dos seus empregos e disputas de seu significado pelos agentes (Diani, 2003), que melhor podemos compreendê-lo.

Em sociedade, antes mesmo de se legitimar para acessar o campo político, as pessoas se posicionam como feministas ou antifeministas, numa lógica que impele ações e performances políticas segundo uma dinâmica espacial dos distintos grupos em disputa. Identificar-se como feminista ou antifeminista, neste sentido, irá significar, por vezes, a obtenção de credenciais e algum tipo de posição social privilegiada. Pode até mesmo constituir uma narrativa e engendrar legitimidade para a imposição de determinada visão de mundo (ou a de seu grupo).

Nos últimos anos temos acompanhado uma rede internacional de ações e aglutinação de grupos segundo valores conservadores e propostas econômicas de cunho ortodoxamente neoliberal (Bonet-Marti, 2023; Brown, 2019). A disputa que encena a emergência dos antifeminismos, portanto, é relacional, e aglutina propostas com teor por vezes antidemocrático, que modulam discursos militaristas, xenofóbicos, intolerantes, racistas, antifeministas e de extrema-direita. Tais conjunturas que animam propostas excludentes em relação a minorias, as formulam como soluções rápidas em contexto de crise internacional do capitalismo, frente às tensões do mundo do trabalho, da crise climática e da mudança tecnológica. Esses fenômenos não são específicos à América Latina ou ao Brasil, mas algo sistêmico e que tem recebido muita atenção por parte dos estudos recentes das Ciências Sociais. O que

-
- a Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Filosofia pela Universidade de Granada (UGR). Pesquisadora da Cátedra Extraordinaria de Filosofía Social de la Discriminación Corporal da Universidad de Granada e Instituto de las Mujeres. E-mail: jessicamrivetti@gmail.com
- b Professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: alessandramtf@gmail.com
- c Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS). E-mail: mayragoulart@gmail.com

resta evidenciado no recebimento e avaliação de mais de 60 textos para integrar o presente *Dossiê Feminismos e antifeminismos na política*, o que nos desafiou e desde já agradecemos pelas excelentes contribuições que recebemos neste esforço e reflexão para adensamento das pesquisas nesta área temática. As autoras agradecem também à Rachel Rego¹, por gentilmente ter aceitado nosso convite para contribuir ao elaborar a capa² da presente edição.

Para sistematizar as produções do campo acadêmico sobre o assunto, o *Dossiê* teve por objetivo reunir contribuições que se esforcem em diagnosticar e analisar a transformação dos paradigmas políticos, sociais e culturais da estrutura de dominação masculina. Seja do ponto de vista da superação das assimetrias de poder e de gênero ou dos discursos antifeministas e conservadores que auxiliam e perpetuam a reprodução dessas desigualdades. O volume é composto por 18 artigos, divididos em três eixos principais: *i*. Disputas epistemológicas; *ii*. Formas de expressão dos antifeminismos; e *iii*. Estratégias democráticas de resistência.

É assim que, iniciando a edição, a interface epistemológica sobre o contexto e a etimologia dos conceitos, leva em consideração abordagens psicanalíticas e dimensões performáticas, o que marca a análise sobre o significado do termo “generificação”. O conceito é apresentado no artigo “Análise dos Processos de Generificação a partir de Estudos Brasileiros: Uma Revisão de Escopo”, de Ruth Correia et al.. A disparidade regional e seus impactos sobre a generificação são detalhados, e a necessidade de mais estudos sobre processos de generificação dentro das produções acadêmicas e no cotidiano é uma recomendação do estudo.

Ainda no sentido de compreender melhor a situação das mulheres pretas na academia, o artigo de Tales Andrade, Virginia Pessoa, Viviane Miranda e Romilda Oliveira discorre sobre a indagação: “Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia? Uma investigação da produção *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil”.

A genealogia sobre a memória, o pensamento e legado da *América Latina* segundo Lélia Gonzalez (2023), também marcam o início do *Dossiê*. Segundo uma proposta que apresenta epistemologicamente uma abordagem transversal sobre os debates envolvendo raça e gênero (em especial a questão da mulher negra dentro e fora do feminismo), sua ação política, possibilidades da militância e movimentos

-
- 1 Rachel Rego é artista visual e mestre em Filosofia e Questão Ambiental pela PUC-Rio. Atualmente, desenvolve sua prática e poética artística na Escola de Artes Visuais do Parque Lage a partir das técnicas de serigrafia, colagem, fotografia, desenho e gravura. Também tem atuado com a publicação de ensaios visuais, ilustrações e artes gráficas em meios físicos e digitais.
 - 2 Rachel Rego. Sem título, 2024. Colagem analógica sobre papel canson 200g/m², posteriormente digitalizada, 29,7 x 42 cm.

sociais, no artigo “Lélia Gonzalez: a confluência entre a vida acadêmica e a militância”, Marcelo Filho, Danielle Lobato e Renísia Filice apresentam ao público a relevância das experiências concretas ao pensamento social e político.

Por ser em grande medida formado a partir de sentimentos e posições reativas, o *antifeminismo* exprime feições contextuais específicas conforme a conjuntura, os atores/atrizes e posicionamentos identificados como ameaça às conformações de gênero tradicionais em alguma medida denunciadas pelo *feminismo* – ou feminismos no plural – (Galetti; Rivetti, 2023), que também ganha inflexões distintas ao longo do tempo e do espaço, embora mantenha como fio condutor o questionamento dessas mesmas conformações.

Em uma perspectiva mais ampla, no campo progressista, liderado, nesse tema, pelo movimento feminista desde a década de 1970, observa-se uma intensa discussão sobre questões que põem em xeque a modelagem tradicional das famílias. Como um exemplo da discussão, está a medida em que questionam qual seria a extensão do direito da sociedade de restringir a decisão da mulher sobre o prosseguimento de uma gravidez indesejada³. Nesse debate, o que está sendo discutido é a subordinação da mulher e o impacto das funções reprodutivas e de cuidado na sua vida (Satz, 2017).

O caráter estruturante que o tema do aborto assume na relação entre *feminismos e antifeminismos*, induz que a discussão seja objeto de análises variadas ao longo dos textos deste compêndio, cada qual com enfoques direcionados aos diferentes âmbitos da questão. Nomeadamente, cabe destacar para ilustrar a pluralidade das abordagens aqui ensejadas, contamos com os artigos de Bruna Camargo, intitulado “Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero” e de Carolina Garcia “‘É pelas mãos das mulheres que vai passar a retomada econômica do país’: a cidadania maternal nos discursos da extrema-direita brasileira”.

Dentro deste escopo, contudo, uma segunda dimensão se apresenta como constitutiva: a relevância dos agentes e da gramática religiosa nesta dinâmica de reação às transformações sociais que desafiam os papéis de gênero tradicionais. No campo conservador, a politização dos corpos e da sexualidade das mulheres (tanto cisheteronormativas como trans) é utilizada como amálgama de uma articulação entre o conservadorismo religioso e organizações não governamentais que têm como propósito bloquear qualquer possibilidade de atualização jurídico-política

3 Sobre a repercussão internacional das tentativas de retrocesso sobre o tema dos direitos reprodutivos no Brasil, ver Faria, 2024, disponível: <https://latinoamerica21.com/en/brazil-against-women/>. Acesso em: 26/07/2024.

que venha a questionar o paradigma tradicional da sexualidade (Vaggione, 2009). Nessa união de interesses, originalmente liderada por católicos e centrada na questão dos direitos reprodutivos e da família (Vélez, 2005), estão também os segmentos evangélicos organizados que têm obtido um inequívoco protagonismo, sobretudo a partir dos anos 2000 – ainda que seja impossível pensar em termos de um sujeito monolítico, haja vista as inúmeras diferenças entre as denominações e igrejas.

No Brasil, foi a partir desse período que a discussão passou a ter como esfera prioritária a legislativa, na qual se observa o embate entre projetos de lei que versam sobre direitos sexuais e reprodutivos, que têm como pano de fundo uma ampla discussão acerca das concepções variadas de modelos do que se denomina como *família* e como *mulher*, conforme se pode observar no artigo “PL 442/17 de Marielle Franco: conflitos e contingências entre movimento feminista e antiaborto” de Ana Carolina Gonçalves, Carolina Cagetti e Iara Amora dos Santos.

Como consequência, observa-se, ao longo desse processo, uma dinâmica de “desprivatização da religião” (Casanova, 1994), na qual alguns grupos religiosos atuam no espaço público na defesa do modelo tradicional para definição da família e da relação hierárquica entre seus membros, em particular no tocante à mulher, seu corpo e sua autonomia. Dentro dos templos religiosos (católicos e protestantes), o embate assume a forma de uma “guerra espiritual que é, a um só tempo, local e global” (Machado, 2013, p. 52).

Não obstante, assim como ocorre nos Estados Unidos, no Brasil a atuação dos grupos antifeministas combina atores laicos, muitos deles ligados a grupos políticos de direita, e grupos religiosos de diferentes denominações em uma articulação orientada por um “ecumenismo civil”, na medida em que as religiões deixam de lado as tensões entre suas identidades religiosas particulares para se articularem em torno de uma agenda política compartilhada (Faúndes, 2015). Sendo assim, rejeitando qualquer compreensão essencializante acerca do fenômeno religioso, compreendemos que a mobilização do léxico cristão é produto de escolhas e articulações contextuais, passíveis de serem disputadas dentro e fora dos locais de culto.

É nesse ponto que o tema é perpassado pelas discussões sobre o recrudescimento eleitoral e social enquanto fenômeno global, conforme se observa na discussão traçada por Paula Bedin no artigo “*La nueva ‘dama de hierro’. Concepciones y estereotipos de género en el autorretrato de Victoria Villarruel*” e por Luis Felipe Miguel e Alana Fontenelle em “Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto” – que indicam os tradicionais papéis associados a identidade de gênero reiterada pela moralidade heteronormativa e masculinista fruto da

ideologia dominante presente na extrema-direita. Sobre essa narrativa, o artigo de Bruna Silva e Alessandra Chacham, “De ‘merdalheres’ a ‘conservadias’: o discurso de ódio masculinista”, ao analisar a expressão masculinista nas redes sociais nos fornecem um panorama cirúrgico sobre como a misoginia abre portas para a disseminação de ideais violentos, extremistas, e muitas vezes, antidemocráticos.

Nesse ensejo, Emanuelle Rodrigues e Camila Galetti em “O feminino em disputa: a aliança neoliberal-conservadora nos discursos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro” e Iurca Lazzariny Rodrigues, Clécia Trindade Almeida de Jesus e Maria Inês Caetano Ferreira em “As deputadas federais do Partido Liberal (2023-27): um estudo sobre as ameaças ao feminismo e à democracia” versam como o bolsonarismo se ampara em um discurso familista e promove amplamente um antifeminismo estatal.

Avelar (2023) e os artigos escritos por Thaís Moreira em “Permanências, rupturas, transformações: os antifeminismos de ontem e de hoje” e Gabrielle Marques em “Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930”, demonstram também que as expressões de autoritarismo não são recentes. Contudo, existem especificidades dessa nova “onda conservadora” que merecem uma atenção especial para a apreensão de como os agentes políticos da extrema-direita têm colocado em risco o sistema democrático e os direitos de diversos grupos subalternizados como a população LGBTQIAP+, pessoas racializadas (pretas, indígenas e imigrantes), mulheres, população rural e periférica etc.

Nesse sentido, o artigo de Janiffer Zarpelon intitulado “Os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da ‘onda neoconservadora’ na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial” muito tem a contribuir para instigar novas reflexões sobre formas de conter o ataque as conquistas adquiridas a duras penas pelos movimentos sociais nas últimas décadas pós-redemocratização dos países latino-americanos.

Por fim, o Dossiê conta com quatro artigos que versam sobre a presença e participação das mulheres no sistema político brasileiro: *i*. “Democracia no Brasil e Violência Política de Gênero: dois lados da mesma moeda?” de Fabiane Simioni; *ii*. “Feminina ou Feminista: Estratégias de Mobilização Política nos Partidos PL e PSOL” de Fernanda Bouzan Cardoso, Ayanne Caroline de Almeida Alves e Carolina Althaller Maia de Oliveira; *iii*. “Gênero e raça como marcadores sociais de desigualdades na representação política: um estudo sobre a participação de mulheres e mulheres negras na política institucional no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha-MG” de Cláudia Luz de Oliveira, Idalécia Soares Correia, Maria da Luz Alves Ferreira e Maria Railma Alves; *iv*. “Estratégias Eleitorais On-line e

Gênero: trajetórias e perspectivas das candidatas à vereança no município de Rio Grande da Serra” de Laura Cazarini Trotta, Carolina Gabas Stuchi, Gabriela Paula Silva Alves, Ana Beatriz Aquino e Clara Vinholi Araújo.

Nos últimos três casos, os textos foram produzidos de forma coletiva e todos fizeram o exercício de refletir sobre a participação política de mulheres – pretas e de partidos de esquerda –, analisando as estratégias, recursos e formas de mobilização em um contexto de disseminação desinformação, violência política de gênero e demais narrativas instrumentalizadas por movimentos da extrema-direita para minar tanto material, quanto simbolicamente (Faria et. al., 2023) as candidaturas e o exercício político de mulheres progressistas que reivindicam a autonomia feminina e políticas públicas de fomento à justiça social.

Sem esgotar as possibilidades de debates no campo das Ciências Sociais e em especial, da Sociologia, acreditamos, ainda assim, que este *Dossiê* e os artigos aqui contidos irão colaborar de maneira ímpar para o fomento e circulação da discussão sobre os avanços e retrocessos dos direitos políticos das mulheres e as disputas de visões de mundo presentes não somente no campo acadêmico e epistemológico, mas sobretudo, no político e cultural. Uma vez que o que está em jogo não é apenas a identidade feminista *versus* antifeminista, mas sim, as implicações disso, ou seja, as possibilidades de ruptura e transformação das relações sociais e do lugar simbólico (outrora, de subjugadas e silenciadas) destinado às mulheres em sua pluralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, Lucia et al. Womanhood in dispute: The impact of feminist and counter-feminist movements on the actions of congresswomen in Brazil. In: LIMA, Valesca et. al. (Orgs.) *The Consequences of Brazilian Social Movements in Historical Perspective*. Routledge, 2022. p. 228-250.
- BONET-MARTI, Jordi; BIGLIA, Barbara; CAGLIERO, Sara. De la movilización antiabortista a Vox La incorporación del antifeminismo en la agenda política de la derecha populista español. *Estudios Ibero-americanos*, vol. 49, num. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.44030>. Acesso em: 25/07/2024.
- BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista brasileira de ciência política*, p. 193-216, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. Acesso em: 25/07/2024.

- CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- DIANI, M. (2003). Networks and social movements: a research programme. In: Diani, Mario e McAdam, Doug (eds.). *Social movements and networks. Relational approaches to collective action*. Oxford Univ. Press.
- FARIA, Alessandra Maia Terra; RIVETTI, Jéssica M.; CASTRO BUTTERBY, Carolina. Mulheres como o Outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 10, n. 2, p. 294-321, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.38493>. Acesso em: 25/07/2024.
- FAÚNDES, José Manuel Morán. El desarrollo del activismo autodenominado “Pro-Vida” en Argentina, 1980-2014. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 77, n. 3, 2015, p. 407-435. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43497043>. Acesso em: 20/11/2023.
- GALETTI, Camila; RIVETTI, Jéssica M. (Orgs.). *Feminismos em Movimento*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2023. ISBN 6581177083
- GONZALEZ, Lélia. *América Ladina*. Rio de Janeiro: Biblioteca Básica Latino-Americana, 2023.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Cultura y Religión*, v. 7, n. 2, 2013, p. 48-68.
- SATZ, Debra. Feminist Perspectives on Reproduction and the Family. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer Edition)*, 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/feminism-family/>. Acesso em: 20/10/2022.
- VAGGIONE, Juan Marco. *El activismo religioso conservador en Latinoamérica*. Córdoba: CDD, 2010.

Análise dos Processos de Generificação a partir de Estudos Brasileiros: Uma Revisão de Escopo¹

Analysis of Gendering Processes from Brazilian Studies: A Scope Review

Ruth Almeida Correia^a, Valexa Moraes de Barros^b,
Dafne Serafim Cosendey Toledo^c, Consuelena Lopes Leitão^d,
Marck de Souza Torres^e

Resumo O objetivo do artigo é explorar e sistematizar o conceito de generificação por meio do mapeamento da literatura acadêmico-científica brasileira, por meio da revisão de escopo, nas bases de dados: BVS, Scopus, SciELO, LILACS e Periódicos CAPES no período de 2019 a 2023. Como resultado, foram identificados 196 artigos e 24 foram selecionado para integra a revisão. Os eixos centrais identificados se dividiram em: construção social, generificação e interseccionalidade, atravessamentos da generificação na formação profissionalizante, reafirmação de práticas generificadas e críticas à binariedade hegemônica. A maioria dos artigos foram produzidos e publicados do Sul e Sudeste brasileiro com apenas uma publicação da região Norte. Apesar de não ser conceituado, o termo generificação é problematizado, lançando críticas à binariedade hegemônica e sua construção nos diversos espaços de formação. A literatura científica evidencia a existência dos processos de generificação dentro das produções acadêmicas e no cotidiano, a análise detalhada dos artigos revela escassez de estudos aprofundados que examinem suas nuances e aplicações específicas no contexto cultural brasileiro.

Palavras-chaves Generificação. Revisão de escopo. Estudos de Gênero. Socialização. Identidade de Gênero.

Abstract *The objective of the article is to explore and systematize the concept of gendering through the mapping of Brazilian academic-scientific literature, through a scoping review, in the databases: VHL, Scopus, SciELO, LILACS and CAPES Periodicals in the period from 2019 to 2023. As a result, 196 articles were identified and 24 were selected*

a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: ruthalcorreia@gmail.com

b Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: alexabarros25@gmail.com

c Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dafnectoledo@hotmail.com

d Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: consuelena@ufam.edu.br

e Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: marcktorres@ufam.edu.br

1 Financiamento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

to be part of the review. The central axes identified were divided into: social construction, gendering and intersectionality, intersections of gendering in professional training, reaffirmation of gendered practices and criticism of hegemonic binarity. Most of the articles were produced and published in the South and Southeast of Brazil with only one publication from the North region. Despite not being conceptualized, the term generification is problematized, criticizing the hegemonic binary and its construction in different training spaces. The scientific literature highlights the existence of gendering processes within academic productions and in everyday life, a detailed analysis of the articles reveals a lack of in-depth studies that examine their specific nuances and applications in the Brazilian cultural context.

Keywords Gendering. Scope Review. Gender Studies. Socialization. Gender Identity.

A origem etimológica do termo gênero vem do latim *genus*, que significa “tipo”, “família”, “origem” ou “nascimento” (Carvalho, 2020, p. 359). A história do conceito envolve contribuições de diferentes campos acadêmicos, a sua evolução foi marcada pela colaboração de Butler (1990) com a teoria da performatividade de gênero, e Rubin (1975) ao abordar o gênero dentro de um contexto de sistemas de opressão, ampliando a compreensão das questões de gênero.

No campo da psicologia, o termo “gênero” começou a ser usado em estudos sobre identidade e papel social na década de 1950, influenciado pelos trabalhos de psicólogos como Money (1955) e Stoller (1968) que distinguiram sexo biológico de identidade de gênero, destacando o seu caráter socialmente construído. Na perspectiva feminina da psicologia, Bem (1974) desenvolveu a Escala de Papéis de Gênero, ampliando as discussões sobre identidade de gênero, enquanto Gilligan (1982) explorou questões de gênero na moralidade e desenvolvimento humano, questionando as normas convencionais de comportamento feminino e masculino (Tamanini, Quagliato, 2022, p. 108).

De início, os estudos sobre gênero elaboraram construtos para entender a subordinação do sexo feminino, sendo fundamentada na convenção do pensamento moderno que opera seu entendimento a respeito das configurações dos gêneros na sociedade com base em uma perspectiva binária e de caráter universal (Bento, 2017, p. 66). A ideia de gênero foi se modificando conforme o tempo, para Butler (2014) gênero não se enquadra como uma regra e sim uma norma socializante que se perpetua de forma silenciosa com as idealizações generificadas entre ideais femininos e masculinos. Gênero não é o que alguém “tem” ou “é”, pois não é inerente e não deve ser entendido como uma característica fixa do indivíduo, trata-se de atos de performatividade que se constroem de maneira dinâmica.

No Brasil, a iminência do conceito de gênero ocorre especialmente nos movimentos sociais de mulheres e feministas da década de 1980 (Curado, Jacó-Vilela, 2021, p. 4), com conquistas que se deram para além do âmbito científico. Atualmente os estudos sobre gênero estão se ampliando e transformando perspectivas em diversos campos científicos, sendo um estudo interdisciplinar, com destaque nas ciências humanas.

Alguns estudos foram precursores, como os de Saffioti (1976), Motta-Maués (1977), Grossi (1988), Gregori (1988) e Koller (1990), que abordavam temas como violência de gênero e suas intersecções. Esses estudos não apenas contribuíram para as discussões acadêmicas, mas inspiraram pautas nos movimentos feministas pelo acesso e garantia de direitos. Dentre as autoras citadas se destacam nacionalmente as oriundas das regiões Sul/Sudeste, em detrimento de autoras do norte do país como Iraildes Torres ²(1997) e Iolete Silva (2009) que pesquisam sobre gênero na Amazônia.

Considerando este contexto, ainda persistem as tentativas de desqualificação e apagamento dos estudos e pautas de gênero, com destaque nos últimos anos, exemplo disso ações governamentais minaram e distorceram diversos avanços conquistados. O governo Bolsonaro (2019 - 2022) tornou-se popularmente conhecido por difundir desinformação a respeito da temática gênero. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2023) apontou que a gestão do ex-presidente foi a que menos aplicou investimento em políticas e programas voltados a mulheres e a igualdade de gênero desde 2004, além de promover desmonte de políticas existentes, privilegiando uma visão cisheteronormativa, reduzindo a construção generificada de mulher e família de acordo com uma visão tradicional, sem considerar a diversidade de mulheres no Brasil.

A generificação é um processo de construção social que ocorre em conformidade com as normas de gênero dominantes. Esse processo incorpora os conceitos relativos ao gênero em diversos aspectos da sociedade, como instituições, fenômenos, relações e até mesmo em pessoas, que são socializadas de acordo com essas normas (European Institute for Gender Equality - EIGE 2016)³. A generificação está vinculada à construção cultural, o qual integra-se de vários elementos, como valores, práticas e expressões, que produzem representações de feminilidade

2 Optou-se por escrever os nomes completos das autoras para dar destaque e criar uma maior familiarização com nomes do Norte do país.

3 [https://eige.europa.eu/publicationsresources/thesaurus/terms/1339?language_content_entity=pt#:~:text=No%20que%20respeita%20%C3%A0s%20pessoas,g%C3%A9nero%20\(fluid%20de%20g%C3%A9nero\)\(Acesso em 15/03/2024\)](https://eige.europa.eu/publicationsresources/thesaurus/terms/1339?language_content_entity=pt#:~:text=No%20que%20respeita%20%C3%A0s%20pessoas,g%C3%A9nero%20(fluid%20de%20g%C3%A9nero)(Acesso em 15/03/2024)

e masculinidade incorporados e aprendidos pelos indivíduos (Wenetz, 2013, p. 199). Falar de generificação é entender que os ambientes sociais são desenvolvidos para constituírem mulheres e homens sob um conjunto de normas, estas os condicionam a ter comportamentos de acordo com seus respectivos gêneros, o que conseqüentemente afeta o modo e os sentidos destes se relacionarem com o mundo, seja por práticas discursivas ou não, formando sujeitos generificados (Santos et al., 2020, p. 147).

Este processo de generificação ocorre antes do nascimento, quando estereótipos de sexo/gênero são idealizados, como a associação da cor azul ao masculino e a cor rosa ao feminino. O machismo estrutural tem sua base generificada, e é reproduzido de maneira cultural em falas do cotidiano, como “cuide da sua cabra que meu bode está solto”, homens são ensinados a serem violentos, a “Não chorar”, “Ser forte”, “Mostrar virilidade”, enquanto mulheres naturalizam discursos como “Não seja grossa”, “Cuide do outro”, “Seja gentil”, sendo ensinadas a suportar e a não reagir, esses discursos não surgem mediante determinada situação ou acontecimento, mas estão intrinsecamente ligados à construção social desses corpos e identidades, pois são atribuídos de acordo com as normas de gênero binária.

Em pesquisa nas bases de dados de artigos científicos, pôde-se observar que os termos generificada/generificado/generificação começaram a ser introduzidos gradativamente em estudos relacionados a gênero no Brasil por volta do ano de 1996. Por se tratar de um conceito emergente no país, apesar de existirem atualmente autoras como Bento (2017) e Louro (2018) que falam sobre generificação, não há ainda uma conceituação concreta sobre termo no Brasil, sendo a definição dada pela EIGE oriunda de um glossário europeu, abrindo assim lacunas para o entendimento deste conceito, tanto para o meio acadêmico, como para fora dele.

Portanto, o presente estudo tem o objetivo de explorar as concepções do termo generificação por meio do mapeamento de artigos na literatura acadêmico-científica brasileira. Este se mostra relevante ao propor o levantamento do tópico, propagando a relevância do conceito de generificação para que se torne evidência no âmbito da pesquisa, demonstrando suas ramificações e impacto na construção de identidades e da sociedade.

MÉTODO

Foi desenvolvida uma revisão de escopo seguindo os critérios do manual da *Joana Briggs Institute (JBI)* baseada nas recomendações do guia internacional *PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR)*. Inicialmente foi criado um protocolo para orientar e pré-definir os objetivos, o método e critérios de

inclusão e exclusão, garantindo transparência e parâmetros para a revisão (Peters et al., 2020⁴).

Para conduzir a formulação da pergunta norteadora, utilizou-se a estratégia População Conceito e Contexto (PCC) com a seguinte questão: De que forma a generificação está sendo abordada na literatura científica nacional? Desse modo, foram definidos com base na pergunta norteadora: População – pesquisa científica; Conceito – generificação e contexto – Brasil.

Como critério de inclusão foram utilizados: (1) produções brasileiras; (2) artigos publicados em revistas científicas; (3) artigos com acesso aberto; (4) artigos produzidos nos últimos cinco anos; (5) artigos que abordam como tema central, ou subtema, o conceito de generificação. Foram excluídos artigos duplicados, (1) artigos teóricos; teses; capítulos de livros; (2) artigos pagos; (3) artigos incompletos; (4) pesquisas em andamento; (5) artigos sobre outros países; (6) artigos produzidos a mais de cinco anos; (7) artigos onde a generificação não é um dos temas principais; (8) artigos de revisão de literatura (narrativas, sistemáticas ou de escopo).

As buscas foram realizadas em novembro de 2023 utilizando como descritor o termo Generificação e as variações Generificado e Generificada, para abranger o alcance da busca. As bases de dados utilizadas foram Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, *Scopus* (via Portal CAPES), *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS (via BVS) e Periódicos CAPES.

Os resumos dos artigos foram alocados no aplicativo *Rayyan* desenvolvido pelo *Qatar Computing Research Institute* (QCRI) para análise. Posteriormente, artigos foram avaliados seguindo os critérios de inclusão e exclusão por duas juízas independentes, e os conflitos foram resolvidos por discussão com o auxílio de uma terceira juíza, para chegar a um consenso.

Para a coleta dos dados, foi extraído e sintetizado os elementos essenciais identificados nos artigos selecionados, usando um instrumento elaborado para este estudo com a ferramenta Microsoft Excel para a tabulação dos dados. Os dados extraídos abrangiam as seguintes categorias: ano de publicação; autores; título do artigo; revistas de publicação; área de conhecimento; campos de estudo; tipo de artigo; objetivo principal; método (delineamento do estudo), resultados e conceituação do termo generificação.

4 <https://jbi-global-wiki.refined.site/space/MANUAL/4687810/11.2+Development+of+a+scopin+g+review+protocol> (Acesso em 15/03/2024)

Foi identificado por meio da estratégia de busca 196 artigos, excluindo-se 70 por serem duplicados. Dos 126 estudos restantes, 98 destes foram excluídos após a leitura do título e resumo por não cumprirem os critérios de inclusão. Por fim, 28 artigos foram lidos na íntegra, sendo excluídos 4, pois a generificação não é era um dos temas principais, restando o total de 24 artigos (Figura 1).

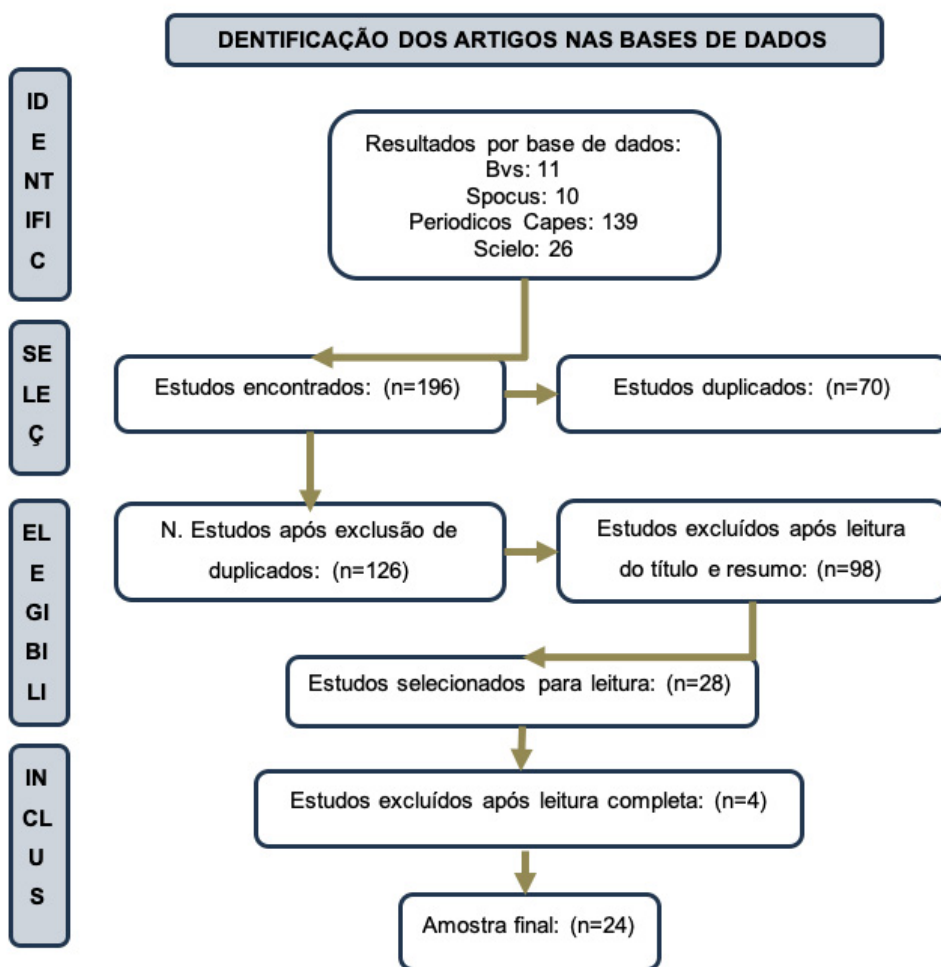


Figura 1. Fluxograma da seleção de estudos

Das características das publicações dos 24 estudos selecionados, foram destacados os seguintes dados para compor a presente revisão: autoria, ano, campo de estudo, método, objetivos e principais resultados (Quadro 1). Para análise foi realizada uma divisão dos artigos em cinco eixos referentes aos seus principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a leitura dos artigos foi identificado que entre os estados, o estado de São Paulo (n = 6) está em evidência, seguindo do Rio de Janeiro (n = 5), Rio Grande do Sul (n = 5), Pernambuco (n = 2), Bahia (n = 2), Santa Catarina (n = 1), Sergipe (n = 1), Pará (n = 1) e Goiás (n = 1), sendo a maioria dos estudos produzidos na região Sudeste (n = 12), seguida das regiões Sul (n = 7), Nordeste (n = 6), Norte (n = 1) e Centro-Oeste (n = 1).

Nos últimos cinco anos (2018 – 2023), foi o ano 2018 que obteve a maior produção de artigos (n = 6), seguindo de 2019 (n = 5), 2022 (n = 5), 2021 (n = 3), 2023 (n = 3) e 2020 (n = 2). Identifica-se que a maior parte dos estudos foram escritos por dois a cinco autores (n = 18), em comparação às produções feitas por um autor (n = 6), e do número total de artigos, a maioria tiveram mulheres como primeiras autoras (n = 13).

Acerca das áreas de conhecimento, cabe destacar o campo de estudo da Educação (n = 13), seguido do Direito (n = 2), Educação Física (n = 2), Administração (n = 2), Fonoaudiologia (n = 1), Medicina (n = 1), Cinema (n = 1), Enfermagem (n = 1) e Psicologia (n = 1), observa-se que a área das ciências humanas é o ramo que mais elabora estudos referente a generificação.

Quadro 1. Dados sistemáticos dos artigos selecionados

Autoria	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
1 Saraiva & Gonzalez (2018)	Educação	Problematizar a experiência de corporeidade promovida pelo uso do aplicativo Pou.	O gênero do avatar, comumente é constituído segundo as regras dominantes. Conceitos sobre saúde e beleza presentes na cultura se atravessam na percepção das crianças sobre o avatar, e os cuidados com este se atravessam na relação delas com seus próprios corpos.
2 Vasconcelos, Cardoso, Félix (2018)	Educação	Problematizar alguns modos em que aprendizagens de gênero ocorrem nos currículos, mostrando-nos como homens e mulheres devem ser e se relacionar consigo e com os outros.	Tatear pela escrita, uma política, um outro, uma narrativa que possa ousar desdizer todo um longo histórico de aprendizagens de gênero, desfazendo gênero e corpos generificados assim como são destituídos no filme em análise.

Continua...►

Quadro 1. Dados sistemáticos dos artigos selecionados. (Continuação...)

Autoria	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
3 Oliveira et al. (2018)	Educação	Descrever as perspectivas de gênero presentes na prática pedagógica de cursos de Enfermagem da cidade de Goiânia.	Há uma lógica em que o sexo biológico determina o gênero, sobretudo nos documentos que regem o processo de formação, mas que as ideias de multiplicidade das sexualidades, dos gêneros e dos corpos também disputam reconhecimento, ao serem reveladas na curiosidade, nos questionamentos e conflitos.
4 Souza (2018)	Educação	Refletir sobre os discursos produzidos pelas danças produzidas e veiculadas midiaticamente, inscrevendo nos corpos infantis modos generificados de ser e de comportar-se.	No dispositivo pedagógico da mídia as estratégias de poderes e saberes que produzem subjetividades que afirmam que enquanto as crianças se divertem e são provocadas por diferentes sentimentos e desejos quando dançam, inscrevem em seus corpos marcas e normas generificadas consideradas desejáveis e necessárias.
5 Ribeiro (2019)	Educação	Analisar as marcas de colonialidade na produção generificada do brinquedo de miriti.	Dois aspectos da colonialidade de gênero constituem a produção generificada do brinquedo de miriti: o catolicismo e o patriarcalismo.
6 Silveira, Meyer, Félix (2019)	Educação	Explorar a potência analítica do conceito de gênero, para produzir outras reflexões no âmbito do PSE e das demais políticas de inclusão social que reverberam na formulação de diretrizes que problematizam a incorporação naturalizada de atributos femininos e masculinos aos exercícios profissionais e às práticas institucionais.	Tais processos de generificação, postos em curso pelo PSE, acabam por ressignificar processos de trabalho e subjetivar profissionais, homens e mulheres, que neles se envolvem.

Continua...▶

Quadro 1. Dados sistemáticos dos artigos selecionados. (Continuação...)

Autoria	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
7 Moreira, Prado, Cavaleiro (2019)	Educação	Discutir a percepção que jovens jogadoras de futebol de uma equipe do interior paulista possuem de si mesmas, frente às relações de gênero e sexualidade.	Os achados descrevem o futebol como prática social generificada e generificante, produtora de corpos/subjetividades que são gerenciados pelos dispositivos de gênero e sexualidade.
8 Costa-Júnior, Almeida, Correr (2019)	Psicologia	Investigar as concepções de psicólogas atuantes no contexto hospitalar e ambulatorial sobre relações de gênero e saúde.	Os dados ratificam outros achados de pesquisas no campo da saúde ao indicar o processo de generificação de práticas em saúde e seus possíveis desdobramentos no atendimento prestado.
9 Couto Junior et al. (2020)	Educação	Refletir sobre o enquadramento dos corpos infantis em categorias estáticas, hierarquizantes e binárias expressos em vídeos de “chás de revelação” do YouTube.	As narrativas presentes nos “chás de revelação” demonstram a necessidade de problematizar as tradições culturais que reforçam a compreensão estereotipada do gênero desde os primeiros anos da criança.
10 Rios, Dias, Vieira (2020)	Educação	Refletir sobre a construção das relações de gênero a partir dos brinquedos e das brincadeiras entre meninos e meninas durante o recreio escolar.	Os brinquedos e brincadeiras durante o recreio constituem-se enquanto espaço de produção de sujeitos que vivem dentro de um contexto social e histórico, reproduzindo o que é ser menino e ser menina.
11 Garcia & Pereira (2021)	Educação	Compreender a dinâmica de relações entre as masculinidades na formação superior de Educação Física.	Resultados divididos em três categorias para discussão: Exclusão; Conotações sexuais; Processos fóbicos e ridicularizações.
12 Silva Junior (2021)	Educação	Analisar as práticas curriculares em uma escola municipal da cidade de Olinda, produtoras de identidades generificadas e processos de subjetivação diversos.	Os materiais analisados ao silenciar as diferenças, reproduzem ensinamentos quanto ao adequado ou inadequado perante principalmente as práticas generificadas dos conteúdos didáticos.

Continua...►

Quadro 1. Dados sistemáticos dos artigos selecionados. (Continuação...)

Autoria	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
13 Chotolli & Brancaleoni (2022)	Educação	Entender como a vivência escolar é marcada por questões generificadas em torno de binarismos existentes.	No cotidiano escolar, há uma constante reafirmação de práticas generificadas ao considerar os papéis sociais atribuídos a Meninas e Meninos em suas diversas atividades escolares.
14 Carvalho Filho, Maknamara, Chaves (2022)	Educação	Investigar a proveniência de um modo particular de produção de masculinidades a partir da categorização dos 'homens difíceis' das narrativas seriadas e analisar o modo como o feminino também é enunciado nesse currículo.	Os discursos generificados apontam aquilo que é pensável e dizível acerca dos gêneros e das sexualidades de um determinado tempo.
15 Bonelli (2021)	Direito	Analisar a docência do Direito no Brasil, focando em como o processo de generificação e racialização é produzido ao longo da formação dos sujeitos docentes e das oportunidades e dos constrangimentos na carreira	Os sujeitos dão sentidos diversos ao que seja profissionalismo e diferença, como resultado das experiências que os constituíram em sujeitos profissionais situados em processos de generificação e racialização que envolvem o trabalho das emoções.
16 Pimentel (2022)	Direito	Tratar de métodos e metodologias utilizadas na construção de um arcabouço teórico para a realização de campo e para a análise do material sobre processos de gênero, trajetórias e campo jurídico.	Trata-se de processos generificados, posto que essa existência molda e determina todas as relações sociais, mas desenvolvidos segundo parâmetros do campo e de suas estruturas.
17 Fraga & Oliveira (2022)	Administração Trabalhista	Analisar a construção de projeto(s) de gênero, com referência a masculinidades e feminilidades, na carreira de comissárias(os) de voo.	Embora os conteúdos do curso não tenham qualquer relação com sexo-gênero, todo aprendizado é generificado. Os movimentos são binários, indicando formas distintas de agir para homens e mulheres.

Continua...▶

Quadro 1. Dados sistemáticos dos artigos selecionados. (Continuação...)

Autoria	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
18 Coelho & Häyrén (2023)	Administração	Investigar a relação entre parentalidade e carreira em uma corporação norueguesa no Brasil, pelas lentes da teoria das Organizações Generificadas de Joan Acker.	Necessidade de abordar organizações e carreiras x família considerando a parentalidade e trabalho do cuidado, ao invés de maternidade apenas.
19 Somariva & Cruz (2018)	Educação física	Analisar um caminho didático-pedagógico que articula se o trato do conteúdo futebol com uma postura coeducativa.	As relações de gênero entre adolescentes, durante a prática do futebol, são hegemonicamente masculinas, mas após vivenciarem a problematização da experiência coeducativa, novas alternativas de sociabilidade e aprendizagem podem surgir, questionando a generificação ali presente.
20 Sacramento (2018)	Enfermagem	Compreender como as tecnologias de saúde estão marcadas pelos papéis de gênero, com base naquelas utilizadas para a erradicação da varíola (anos 1960 e 1970) materializaram imaginários de masculinidade de feminilidade.	As tecnologias de saúde pública foram agenciadas de modo a materializar diferentes significados de masculinidades e feminilidades a depender do contexto social na qual estavam localizadas.
21 Pereira & Azize (2019)	Medicina	Compreender como o corpo masculino é representado e materializado no processo de viabilização de uma “pílula masculina”, e debater o caráter generificado das concepções e intervenções biomédicas.	A função reprodutiva dos homens cisgêneros é construída como complexa e resistente a intervenções farmacológicas, enquanto o corpo feminino cisgênero é configurado como mais acessível para a realização da contracepção.

Continua...►

Quadro 1. Dados sistemáticos dos artigos selecionados. (Continuação...)

Autoria	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
22 Silva & Ferreira (2023)	Educação física	Analisar até que ponto o setor da musculação pode ser considerado um espaço generificado e sexualizado.	Os espaços no interior dos estabelecimentos e as interações sociais entre os (as) frequentadores (as) se estabeleciam de modo eminentemente binário e sexista.
23 Giroto et al. (2023)	Fonoaudiologia	Discutir sobre a produção da voz entre práticas e tecnologias biomédicas de generificação, nos encontros entre hormônio de testosterona e as ações de fonoaudiologia.	A voz surge do encontro, ao mesmo tempo sociais e biológicas, políticas e técnicas, humanas e não humanas, embaralhando realidades que o diagnóstico de incongruência de gênero tenta purificar, pois sustentam os hormônios como biotecnologias que aliam um corpo a uma coerência entre genitália e gênero, procurando separar o biológico e o social.
24 Machado & Lopes (2022)	Cinema	Tensionar as relações e representações de gênero a partir da análise do curta-metragem Pink or Blue (2017).	Pink or Blue apresenta um instantâneo dos ensinamentos sociais que são passados para as pessoas desde seu nascimento, buscando encaixá-las em padrões pré-estabelecidos a partir das genitálias.

Com relação aos objetivos foram identificados, os seguintes temas: categorias binárias de gênero (4, 9, 12, 10, 13, 5, 2), generificação nos processos de saúde e práticas biomédicas (21, 8, 6, 20, 23), generificação no campo das profissões e espaços profissionalizante (22, 7, 3, 11, 18) e generificação nas produções audiovisuais (16, 17, 15, 19). Partido destes objetivos, os artigos demonstram como ocorrem as construções dos processos de generificação dentro dos contextos culturais, sociais, educacionais, profissionais, dentre outros aspectos. Ao analisar esses estudos é possível notar o quanto a generificação desempenha uma influência considerável sobre os desenvolvimentos do indivíduo, impondo condutas e ditando normas que condicionam sujeito a um padrão hegemônico.

Nos resultados dos 24 artigos selecionados, foram identificados cinco principais eixos, no primeiro eixo apontam-se as pesquisas que se referem a generificação como o um produto da construção social (09, 24, 04, 01, 14, 10, 12, 11, 16, 20), o segundo eixo contém os estudos que mencionam a interligação da generificação à interseccionalidade (5, 21, 15), o terceiro eixo integra os artigos que são evidenciados pelos atravessamentos das questões de gênero na formação profissionalizante (18,17,22), no quarto eixo as pesquisas demonstraram a reafirmação de práticas generificadas (6, 8, 13, 7) e o quinto eixo é composto por estudos que lançam críticas à binariedade hegemônica (19, 3, 23, 2).

CONSTRUÇÃO SOCIAL

Neste eixo, a cultura aparece generificada e normalizada, ao associarmos corpos ao padrão binário de gênero antes mesmo do parto, criticando a prática generificada na construção social dos indivíduos que são ensinados a performar papéis a partir de sua genitália (Couto Junior et al., 2020, p. 15; Silva e Lopes, 2022, p. 92).

As marcas generificadas estão presentes em produções audiovisuais que englobam jogos, cinema, séries e outras forma de mídia que se configuram como uma “Pedagogia Cultural” que reforça padrões hegemônicos, especialmente em crianças. Os meios de comunicação desempenham um papel significativo na educação infantil, devido ao acesso à tecnologia desde cedo (Souza, 2018, p. 2). Com a exposição à tecnologia, Saraiva e Gonzalez

(2018) identificam que o processo de generificação ocorre em caracterizações de personagens em jogos online voltados ao público infantil, a qual reflete às normas binárias de gênero, podendo influenciar em sua construção social.

Nas escolas, no recreio, existem brincadeiras e brinquedos de “meninas” e de “meninos”, tais práticas generificadas são passadas de forma naturalizada, sendo consideradas padrão pela ótica binária (Rios, Dias, Vieira, 2020, p. 281). A normalização de ideais femininos e masculinos em livros didáticos infantis pode reforçar estereótipos sobre o papel de mulheres e homens, como a princesa que sempre precisa ser salva pelo herói. As crianças em fase de desenvolvimento se alfabetizam lendo tais histórias e são ensinadas a reproduzir essas normativas de gênero, tornando o papel do professor fundamental nesse período ao questionar e problematizar essa norma. A politização em sala de aula é um dos argumentos propostos por Silva Júnior (2021), destacando os professores como promotores de questionamentos das normatizações generificadas, principalmente nos livros didáticos.

Em seriados, o papel social midiático reforça estereótipos, fazendo a imagem do homem “difícil de lidar” aceitável, desde que ele exerça o papel da masculinidade dentro do amor romântico (ser bruto, mas atencioso/ ser difícil de lidar, mas sedutor) tais conteúdos, geralmente, são voltados ao público feminino, reforçando comportamentos atribuídos a gênero, para o masculino a virilidade, e para o feminino a passividade (Carvalho Filho, Maknamara, Chaves, 2022, p. 10).

Essas reproduções sociais também são observadas nos achados de Garcia e Pereira (2021), os autores constataam que esportes são mais associados à masculinidade, por isso, a inserção da mulher nesses ambientes, problematizam questões como exclusão, discursos com conotações sexuais pejorativas, processos fóbicos e ridicularizações de corpos ligados ao feminino. A pesquisa aponta como a generificação na própria construção curricular afastam as mulheres da prática do esporte, associada a discriminação de gênero. Esse processo afeta outros campos, como demonstra Pimentel (2022) ao estudar os processos generificados dentro do campo jurídico, seja na atuação profissional ou acadêmica. Sacramento (2018) apresenta este viés das tecnologias de saúde pública, com reforçamento do papel de cuidado atribuído mais a mulheres, no entanto destaca o potencial de desconstrução desse modelo a depender do contexto social para qual são construídas.

A partir dos artigos analisados, destaca-se que a generificação é uma construção social que interfere nas relações de poder entre as pessoas a partir de como a prática generificada emerge das normas de gênero dominante.

GENERIFICAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE

A construção de gênero acontece em todos os ambientes ao longo da história dos indivíduos, independentemente de classe social, raça e etnia, contudo esses marcadores sociais delimitam lugares de poder em determinados contextos. Atrelados a normas e estruturas sociais que perpetuam desigualdades e hierarquias de gêneros que vem de padrões impostos a partir da colonização. O estudo de Ribeiro (2019) aponta que tanto o catolicismo como o patriarcalismo são aspectos da colonialidade de gênero que formam a produção generificada do brinquedo miriti. Esta produção é dividida entre o trabalho que deve ser exercido pela mulher, que envolve pintura e acabamento das peças, e o trabalho exercido por homens, que envolve cortar, modelar e lixar. A divisão das atividades exercidas demonstra um padrão generificado, ao ser concebido que mulheres devem ficar com os trabalhos considerados “leves” e homens com os trabalhos considerados “pesados” e que exigem maiores habilidades que teriam capacidades superiores de exercer tais funções. Atualmente ainda podemos verificar as marcas da colonização no Brasil e em especial na região

norte, pois foram moldados a partir das marcas de gênero impostas pelo invasor que em sua perpetuação reverbera nos modos de ser, a violação sofrida pelos povos originários dita as normativas de gênero trazidas pelo eurocentrismo.

Na área da saúde, Pereira e Azize (2019) sinalizam que nos homens cisgênero, a função reprodutiva é construída como algo complexo e que resiste a intervenções farmacológicas, enquanto o corpo de mulheres cisgênero é colocado como uma estrutura mais acessível para fazer a contracepção. Assim, comercializar um anticoncepcional masculino é contradizer as normas patriarcais e negar o papel de reprodução imposto às mulheres. Não é conveniente conceber a liberdade feminina nem prejudicar a saúde do homem, a performatividade deste é como provedor, sem necessitar ter preocupações com o cuidado, seu ou de sua(s) parceira(s).

A pesquisa de Bonelli (2021) fez uma análise de como o processo de generificação e racialização eram produzidos no decorrer da formação dos docentes de direito, assim como, das oportunidades e dos constrangimentos na carreira. A racialização está interseccionada com as desigualdades de gênero, e se faz presente em vários contextos da sociedade, esse processo naturaliza a presença de determinados grupos em alguns espaços, bem como a ausência destes, como por exemplo, a maior presença de homens brancos no corpo docente do curso de direito. O processo de racialização, assim como, a generificação está envolvido intrinsecamente a imposição de categorias de criam grupos subordinados/superiores e grupos dominantes/inferiores.

ATRAVESSAMENTOS DA GENERIFICAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Em sua maioria, os conteúdos dos cursos profissionalizantes são atravessados por lógicas binárias de gênero. Durante o curso de comissário de bordo os conteúdos ensinados vinculam determinados comportamentos à feminilidade (Fraga e Oliveira, 2022, p. 10). Se associa a função de comissários de bordo a mulheres, pois o papel social destas é servir e cuidar, e se homens demonstram estes comportamentos, a sua sexualidade é posta em discussão. As mulheres conseguiram seu espaço e ainda lutam por ele, porém lhes foi reivindicado seus corpos como propriedades e a comercialização da sua feminilidade.

Do mesmo modo, Coelho e Häyrén (2023) fazem uma análise a partir da Teoria das Organizações Generificadas de Joan Acker (1990) em uma empresa norueguesa no Brasil, ressaltando que as organizações hierárquicas não são neutras em termos de gênero, apesar da Noruega ter um alto índice de igualdade de gênero, a instituição em questão segue as estatísticas do Brasil. Socialmente

a desigualdade de gênero é vista como um processo a ser enfrentado, contudo na prática atua disfarçadamente sendo normalizada no âmbito profissional, mulheres são afetadas pela possibilidade de um dia serem mães enquanto homens são postos em cargos de liderança independente da paternidade.

Mesmo espaços destinados à promoção saúde podem agir de maneira generificada, como o setor de musculação de uma academia. Silva e Ferreira (2023) percebem este espaço como binário, visto que as interações sociais dos frequentadores e dos profissionais, são regidas por padrões de gênero, pois a generificação é passada desde a formação profissional. Por isso, desconstruir os atravessamentos de gênero na formação de carreira, pode influenciar a atuação de profissionais e a interação destes com o seu ambiente.

REAFIRMAÇÃO DE PRÁTICAS GENERIFICADAS

As práticas generificadas permanecem na sociedade pois são reafirmadas em diversos espaços, como no esporte. O futebol é visto como um esporte masculino e reprodutor de virilidade e age de acordo com a norma binária de gênero, assim se torna um campo fechado para diversidades pois a visibilidade é dada a homens cisgênero comumente heterossexuais (Moreira, Prado, Cavaleiro, 2019, p. 09).

O mesmo acontece no espaço educacional, sendo este um dos principais ambientes para exercer subjetividades, tornando-se um local onde os padrões generificados são exercidos e disseminados e os processos de generificação são reafirmados (Chotolli e Brancaleoni, 2022, p. 04). Ao analisar a generificação no ensino de enfermagem em Goiás, Silveira, Meyer, Félix (2019) constatou que, apesar de em uma disciplina os docentes abordarem temas relacionados gênero, sexo, raça, classe social e religião, constata-se que nas demais disciplinas há escassez de temas voltados a gênero, o que leva ao desconhecimento e associações deste ao sexo biológico.

Com o passar dos anos, surgem novos paradigmas na educação, e os docentes passam pelo choque geracional precisando se adaptar às temáticas que emergem, transmitir através da docência as novas configurações que surgem pode ser um caminho para quebra da constatação das normas generificadas que assimilam ao corpo masculino o trabalho e o feminino reprodução (Costa-Júnior, Almeida, Correr, 2019, p. 16).

CRÍTICAS À BINARIEDADE HEGEMÔNICA

O padrão heteronormativo segue como uma norma que rege a sociedade, sendo um preceito hierarquizante e arbitrário, ele propicia as construções hegemônicas

generificadas, que privilegiam o homem e subordinam a mulher. Somariva e Cruz (2018) destacam que durante a prática do jogo de futebol, as relações de gênero entre os adolescentes se davam de forma hegemonicamente masculinas, contudo, através de uma postura coeducativa foi possível problematizar esse padrão e abrir margens para que novas possibilidades de sociabilidade e aprendizagem possam se manifestar, de modo que a generificação presente naquele âmbito seja questionada.

A construção hegemônica generificada é apontada por Vasconcelos, Cardoso, Félix (2018) que debate os modos de aprendizagem de gênero nos currículos, por uma educação que faça a transgressão de “modos de ser” divididos pelas práticas binárias. No meio escolar falar sobre gênero e tecer críticas a sua construção, tende a ser visto pelos pais como uma ameaça aos valores morais tradicionais, e interpretado como uma indução precoce à vida sexual ou uma imposição à orientação sexual, o que dificulta a abordagem do tema e abre margem para ocorrências de violências.

A generificação afeta pessoas transsexuais, Giroto et al. (2023) identificam que aspectos biomédicos buscam encaixá-las dentro de normativas de gênero. Apesar da transgeneridade romper com a ótica binária, os indivíduos ainda são vistos por esta e colocados dentro dos padrões generificados. Portanto, discutir as performatividades normativas é olhar com criticidade para o coletivo.

Os estudos questionam e criticam as construções binárias hegemônicas generificadas, e com essa problematização, buscam modificar o padrão social que é imposto como natural. Na educação tradicional em escolas, o corpo docente pode agir como precursores de questionamentos acerca da temática (Oliveira et al., 2018, p. 18), e da mesma forma os profissionais de saúde podem auxiliar a romper os parâmetros biomédicos binários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceitos ligados a gênero e suas implicações no cotidiano vem ganhando espaço na literatura científica brasileira, porém, dentro de seus desdobramentos, o conceito “generificação” é pouco explorado. Esse conceito necessita ser reafirmado nos estudos de gênero, não sendo percebido apenas como uma ramificação destes. Nos artigos analisados, o termo é utilizado secundariamente sem uma conceituação explícita, sendo seu significado subentendido e sem aprofundamento, visto que não constitui o foco principal das pesquisas. A necessidade de conceituação do termo generificação advém da urgência que esse processo não seja naturalizado no cotidiano, nomear uma prática, possibilita que ela seja identificada e problematizada.

A generificação é um processo contínuo de atribuição de significados de papéis de gênero que começa desde o nascimento e permeia toda a vida do indivíduo, se refere como a sociedade é influenciada por normas que categorizam e organizam as experiências, identidades, comportamentos e instituições de acordo com lógicas de gênero dominantes. Neste sentido, a generificação pode ser uma reprodução social que condiciona a ser homem e a ser mulher dentro de um padrão hegemônico de gênero, cristalizando as formas de vivências. Ao reafirmar a generificação apenas pelo viés binário homem e mulher, se criam obstáculos para que a fluidez do termo gênero seja abordada nos diversos campos, abrindo margem para preconceitos e discriminação.

Pesquisas sobre generificação estão sendo produzidas em diversas áreas de conhecimento, principalmente em ciências humanas. Os resultados dessas pesquisas demonstram a generificação como uma construção social, que está presente na formação da identidade de sujeitos mesmo antes de seu nascimento, sendo condicionados a prática binária hegemônica. A generificação está no cotidiano, sendo reafirmada e naturalizada por meio de práticas na saúde, educação, lazer e cursos profissionalizantes. Estudá-la permite compreender melhor questões relacionadas à desigualdade de gênero, como essa disparidade é perpetuada e como é possível combatê-la. Avaliar o caráter interseccional desse conceito permite que outros paradigmas, como questões raciais, colonialidade e patriarcado, sejam explorados e percebidos sobre uma nova ótica, para possibilitar a participação ativa de mulheres diversas, a partir de ações políticas, sociais, culturais e econômicas.

É notável a necessidade que essas pesquisas sejam produzidas em todas as regiões do Brasil pois, por ser uma questão social, a generificação é afetada pela cultura. A região norte apresentou apenas um estudo, o que pode estar relacionado ao apagamento desta região e a falta de investimento científico, já que a Amazônia é vista desde a colonização como um local de exploração. A valorização de pesquisadores do Norte é essencial para que haja a quebra desse ciclo.

Essa revisão teve como limitação a baixa quantidade de artigos, sendo um reflexo dos critérios de exclusão, como o foco em pesquisas recentes, a exclusão de teses, dissertações e livros e a utilização apenas do termo em português, o que impossibilitou explorar pesquisas internacionais, que pode ter influenciado a ausência de conceituação do termo. Futuras pesquisas, ao investigar a generificação, devem priorizar a sua conceituação para fortalecer o termo, permitindo desvelar práticas que cerceiam a sociedade. É necessário mais estudos sobre esse processo para que se possa entender, sobre outras perspectivas, questões ligadas

ao machismo, homofobia e racismo, e para que seja possível se pensar em outras referências para além da binaridade de gênero.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice (2017). *A Reinvenção do Corpo - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual*. 3ª ed. Salvador: Editora Devires.
- BONELLI, Maria da Glória (2021) Profissionalismo, generificação e racialização na docência do Direito no Brasil, *Revista Direito GV*, v. 17, n. 2. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202126>
- BUTLER, Judith (2014). Regulações de Gênero, *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 249–274. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- BUTLER, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.
- CARVALHO, Danniell da Silva (2020). Aspectos da morfossintaxe de gênero no português brasileiro. *Cuadernos de la ALFAL*, v. 12, n. 2, p. 357–384. https://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/12_2_cuaderno_016.pdf (acesso em 15/03/2024).
- CARVALHO FILHO, Evanilson Gurgel de; MAKNAMARA, Marlécio; CHAVES, Silvia Nogueira (2022). Maquinações generificadas no currículo das narrativas seriadas. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, p. e80256.
- CHOTOLLI, Wesley Piante; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar (2022) Performatividade e gênero: Configurações Do Masculino E Feminino No Cotidiano Escolar, *Revista Contemporânea De Educação*, v. 17, n. 38, p. 97–115. <https://doi.org/10.20500/rce.v17i38.43133>
- COELHO, Magdalena Cortese; HÄYRÉN, Anneli (2023). Mulheres que “Têm Tudo”: Família versus Trabalho em um Estudo de Caso de uma Empresa Norueguesa no Brasil, *Organizações & Sociedade*, v.30, n. 2, p. 448–476. <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0016pt>
- COSTA-JÚNIOR, Florêncio Mariano; ALMEIDA, Bettina dos Santos; CORRER, Rinaldo (2019). Concepções Sobre Gênero E Formação No Campo Da Psicologia Da Saúde. *Revista Ibero-americana De Estudos Em Educação*, v. 14, n. n. esp. 2, p. 1441–1464. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12610>
- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; AMARO, Ivan; ROMERITTO, Renato; RUANI, Ruan Moutinho (2020). Celebrando a normatização da vida: (re)pensando os corpos infantis arbitrariamente generificados em vídeos de “Chás de Revelação” do YouTube. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 2, p. 469–488. <https://doi.org/10.12957/riae.2020.46467>

- CURADO, Jacy; JACÓ-VILELA, Ana Maria; (2021). Estudos De Gênero Na Psicologia (1980-2016): Aproximações E Distanciamentos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, n. 2. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>
- European Institute for Gender Equality (2016). Conheça o EIGE. https://eige.europa.eu/taxonomy/term/1339?language_content_entity=pt (acesso em 15/03/2024).
- FRAGA, Aline Mendonça; OLIVEIRA, Sidinei Rocha (2022). Masculinidades e feminilidades a bordo: Projeto (s) de gênero na carreira de comissárias e comissários de voo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 62, n. 3, 2022. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220309>
- GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa (2021). Masculinidades e a Formação de professores/as de Educação Física na EEFD/UFRJ. *INTERthesis*, v. 18, n. 1, p. 1–22. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2021.e72238>
- GIROTTI, Lúcio Costa; TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso; MARRAS, Stelio; MISKOLCIL, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes (2023). *Em Outra Voz: práticas e tecnologias biomédicas de generificação. Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 3, n. 39. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22202.a>
- GREGORI, Maria Filomena (1988) *Violência Contra a Mulher: a prática do SOS-Mulher (SP)*. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Ciência Política da Universidade de São Paulo.
- GROSSI, Miriam Pillar (1988), *Discours sur les femmes battues: représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. Paris: Universidade de Paris V.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023). Fronteiras do Brasil: primeiros resultados do censo demográfico de 2022. *Conheça o IPEA*. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12359> (acesso em 15/03/2024).
- KOLLER, Silvia Helena (1990). *Diferenças de gênero no julgamento moral*. Dissertação. Rio Grande do Sul: Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LOURO, Guacira Lopes (2018). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. *Autêntica*.
- MONEY, John (1973). Gender role, gender identity, core gender identity: usage and definition of terms. *Journal of American Academy Psychoanalysis*, 1, a: 397-402.
- MOREIRA, Maria de Fátima Salum; PRADO, Vagner Matias do; CAVALEIRO, Maria Cristina (2019).. Quando o futebol é de mulheres: suspeitas, regulações e transgressões no campo dos gêneros e sexualidades. *Ensino em Re-Vista*, v. 26, n. 2, p. 524-546. <https://doi.org/10.14393/er-v26n2a2019-11>





- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. (1977). “*Trabalhadeiras*” e “*camarados*”: Um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores. Brasília: Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA, Patricia Fernandes; NICOLINO, Aline da Silva; NASCIMENTO, Maria José; OLIVEIRA, Paulo Cesar Soares (2018). Educação generificada: uma análise do ensino técnico em Enfermagem em Goiás. *Revista Inter-Ação*, v. 43, n. 3, p. 739-754. <https://doi.org/10.5216/ia.v43i3.48927>
- PEREIRA, Georgia Martins Carvalho; AZIZE, Rogerio Lopes (2019). “O problema é a enorme produção de espermatozoides”: concepções de corpo no campo da contracepção masculina. *Saúde e Sociedade*, v. 28, p. 147-159. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180797>
- PETERS MDJ, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Tricco AC, Khalil, H. Chapter 11: *Scoping Reviews (2020 version)*. *Aromataris E, Munn Z, editors*. JBI Manual for Evidence Synthesis. JBI; 2020. <https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-12>
- PIMENTEL, Laura Mostaro (2022). Trajetórias generificadas de profissionais no campo jurídico: construção metodológica de pesquisa de campo durante a pandemia de Covid-19. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 33, p. 231-255. <https://doi.org/10.47284/2359-2419.2022.33.231255>
- RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas (2019). A produção generificada do brinquedo de miriti: marcas de colonialidade. *Revista Cocar*, v. 13, n. 25, p. 136-159. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2180> (acesso em 15/03/2024).
- RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira; VIEIRA, Andre Ricardo Lucas (2020). Relações de gênero no recreio escolar: brinquedos, brincadeiras, construções sociais. *Educação em Foco*, v. 23, n. 40, p. 273-293. <https://doi.org/10.24934/eef.v23i40.3061>
- RUBIN, Gayle (1975). The traffic in women: Notes on the “political economy” of sex.
- SACRAMENTO, Jonatan (2018). Gênero e tecnologia na erradicação da varíola. *Revista Gênero*, v. 18, n. 2. <https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1144>
- SAFFIOTI, Heleieth (1976). *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Quatro Artes.
- SANTOS, Dominique Stefany Gomes; SGUAREZI, Sandro Benedito; NEVES, Luciene (2020). GÊNERO E SEXUALIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS. *Revista GeoPantanal*, v. 15, n. 28, p. 141-158. <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/11091> (acesso em 15/03/2024).
- SARAIVA, Karla; GONZALEZ, Deborah (2018). Corporeidades no aplicativo Pou. *TEXTURA-Revista de Educação e Letras*, v. 20, n. 44. <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-20-44-4535>

- SILVA, Alan Camargo; FERREIRA, Jaqueline (2023). Musculação como espaço generificado e sexualizado? notas etnográficas. *Conexões*, v. 21, p. e023006-e023006. <https://doi.org/10.20396/conex.v21i00.8673162>
- SILVA, Andressa Thielly Machado Silveira; LOPES, Tiago Ricciardi Correa (2022). Performance de Gênero e Videoarte no curta Pink or Blue. *Iluminuras*, v. 23, n. 62. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.116309>
- SILVA, Iolete Ribeiro (2009). A rede de proteção de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência na perspectiva dos direitos humanos. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). *Falando sério sobre a escuta de crianças envolvidas em situação de violência e a rede de proteção*. 1ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v. 1, p. 17-26.
- SILVA JUNIOR, Alcidesio Oliveira (2021). Entre princesas e heróis: reflexões sobre identidades e currículo. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 16, n. 35, p. 84-104. <https://doi.org/10.20500/rce.v16i35.34495>
- SILVEIRA, Catharina da Cunha; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; FÉLIX, Jeane (2019). A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 100, p. 423-442. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.3807>
- SOMARIVA, João Fabrício Guimara; CRUZ, Tânia Mara (2018). A prática pedagógica do futebol nas aulas de educação física sob uma perspectiva de gênero. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, v. 12, n. 22, p. 389-409. <https://doi.org/10.19177/prppge.v12e222018389-409>
- SOUZA, Ana Paula Abrahamian (2018). As danças midiáticas e o governo dos corpos infantis na contemporaneidade: lições sobre a produção de corpos heteronormativos. *Revista Cocar*, v. 12, n. 23, p. 264-287. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1728> (acesso em 15/03/2024).
- TAMANINI, Marlene; QUAGLIATO, Henrique da Costa Valério. (2022). Uma voz diferente e as diferenças em meio ao vozerio: Gilligan revisitada à luz da teoria feminista. *Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v.14, n.(esp), p.104-144. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2022.v14.esp.p104-144>.
- TORRES, Iraildes Caldas (1997). Gênero e Cidadania: construção da Consciência da Mulher enquanto sujeito político. In: Maria da Penha Félix. (Org.). *Mulheres em Busca da Paz*. 1ed. Brasília: SERPAJ/Brasil, v. 1º, p. 11-25.
- VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; CARDOSO, Livia de Rezende; FÉLIX, Jeane. Por uma Educação Obscena a Desfocar nossos Corpos de Hipo Mulheres. *Educação em Revista*, v. 34, n. 0. <https://doi.org/10.1590/0102-4698177614>.

WENETZ, Ileana(2013). Bonecas e Barbies no contexto escolar: feminilidades em pauta? In: Dornelles, Priscila Gomes; Wenez, Ileana; Schwengber, Maria Simone Vione (Org.). *Educação física e gênero: desafios educacionais*. Ijuí: Ed. Unijuí. p. 193-214.

Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia? Uma investigação da produção *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil¹

What is the place of black women in academy studies? An investigation of stricto sensu production on black women in Brazil

Tales Gandi Veloso de Andrade^a,
Virgínia Marinely Almeida e Pessoa^b, Viviane Santos Miranda^c,
Romilda Sergia Oliveira^d

Resumo observando a relação interseccional que atravessa a vivência das mulheres negras, o seu enfrentamento cotidiano a desafios que coadunam marcadores de raça, classe e gênero, o presente artigo tem por objetivo analisar o olhar da academia sobre tais mulheres, essencialmente a partir da pós-graduação *stricto sensu*. Buscou-se identificar, através de um estudo quali-quantitativo, como a temática é abordada nas instituições de ensino superior brasileiras e as características associadas a sua produção: onde estão sendo produzidas (universidades, programas de pós-graduação, estados e capitais), qual o perfil dos autores, bem como o contraste de sua produtividade com outras temáticas étnico-raciais. A pesquisa contou com uma amostra de 2.723 teses e dissertações reunidas em um recorte de cinco anos, de 2017 a 2021. A partir dos dados e das análises desenvolvidas, foi possível identificar que a maior parte das produções *stricto sensu* advém de universidades públicas, que a maioria das autoras são mulheres, que as humanidades lideram dentre as áreas do conhecimento e que, apesar de outras temáticas étnico-raciais se encontrarem em expansão nos últimos anos, as produções sobre a *mulher negra* vêm diminuindo. Algumas das causalidades apontadas são os cortes de bolsas no âmbito da educação superior, que corroboram para a intensificação da fragilidade social a qual tais mulheres já se encontram submetidas.

Palavras-chave Mulher Negra. Produção Científica. *Stricto Sensu*. Interseccionalidade. Decolonialidade.

a Unimontes. E-mail: ta.talesveloso28@gmail.com

b Unimontes. E-mail: virginiamarinely@gmail.com

c Unimontes. E-mail: vivianesmiranda82272@gmail.com

d Unimontes. E-mail: romilda.oliveira@unimontes.br

1 Financiamento: bolsas de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG);

Abstract *observing the intersectional relationship that permeates the experience of black women, their daily confrontation with challenges that combine markers of race, class and gender, this article seeks to analyze the academic perspective on such women, essentially from stricto sensu postgraduate studies. . We sought to identify, through a qualitative-quantitative study, how the theme is approached in Brazilian higher education institutions and the characteristics associated with their production: where they are being produced (universities, postgraduate programs, states and capitals), what is the profile of the authors, as well as the contrast of their productivity with other ethnic-racial themes. The research included a sample of 2,723 theses and dissertations and covered a five-year period, from 2017 to 2021. Based on the data and analyzes developed, it was possible to identify that the majority of stricto sensu productions come from public universities, which The majority of authors are women, with the humanities leading among areas of knowledge and, despite other ethnic-racial themes being on the rise in recent years, productions on black women have been decreasing. Some of the causalities pointed out are the cuts in scholarships within the scope of higher education, which corroborate the intensification of the social fragility to which these women are already subjected.*

Keywords *Black Woman. Scientific Production. Stricto Sensu. Decoloniality. Intersectional.*

INTRODUÇÃO

As universidades, faculdades e instituições de ensino superior (IES) de maneira geral no Brasil, apesar de terem sua origem datada a mais de dois séculos, permanecem como ambientes marcados por profundas relações de poder. Isso porque a educação superior ainda não é totalmente democrática, acessível e inclusiva a todos, havendo grupos que, historicamente, encontram maior dificuldade em acessar tais instituições. Nesse ínterim, as mulheres negras são identificadas como um dos estratos sociais que tem negado a si o direito ao ensino superior. Quem comprova essa afirmação é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao identificar que, em 2019, apenas 10,4% das mulheres negras possuíam o ensino superior completo, por outro lado, o percentual de mulheres brancas nesse mesmo status correspondia a 23,5%, mais que o dobro das primeiras (BRASIL, 2019).

Observando tal realidade, faz-se necessário questionar: por que as mulheres negras não estão ocupando a academia? Por outro lado, é igualmente importante indagar como a academia percebe tal realidade, como ela identifica, em seus estudos e pesquisas, as disparidades que acometem as mulheres negras. Dessa forma, a presente pesquisa tem como principal objetivo investigar o lugar que a mulher negra ocupa nas produções e pesquisas científicas realizadas pelas

universidades brasileiras, especificamente pela pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. Nesse percurso, procura-se responder a alguns questionamentos: qual o quantitativo de produções *stricto sensu* sobre a mulher negra? Quais universidades, programas de pós-graduação, áreas do conhecimento, estados e capitais mais produzem sobre tais mulheres? Qual a visibilidade dessa produção quando se comparada a outras temáticas étnico-raciais? Além disso, é possível afirmar que questões identitárias inerentes aos pesquisadores, como o *gênero* e a *raça*, influenciam em tais produções? É possível dizer, por exemplo, que mulheres produzem mais sobre mulheres?

Este artigo é resultado do projeto “Racismo Estrutural no Brasil: enfrentamento e protagonismo da mulher negra”², empenhado pelo Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Tal projeto de pesquisa se propõe a analisar as questões raciais e de gênero como fatores estruturantes das relações sociais e culturais no Brasil, tendo como eixo central a mulher negra.

Tendo em vista o alcance de tais objetivos, a metodologia utilizada por esse estudo abarca a união de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa (quali-quantitativo). Na perspectiva de Minayo e Sanches (1993, p. 247), os estudos quantitativos abarcam grandes aglomerados de dados e têm como objetivo “trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis”, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. Já os estudos qualitativos “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados”. Ainda na percepção dos autores, os dois métodos de pesquisa não são antagônicos, pelo contrário, podem ser complementares, pois, ao utilizar uma investigação que coaduna as duas metodologias, é possível produzir estudos que possuem, ao mesmo tempo, olhares objetivos e subjetivos sobre uma mesma realidade, o que possibilita uma maior profundidade para a análise proposta.

Para a coleta de dados, utilizou-se o Catálogo de Teses e Dissertações, da plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo possível reunir teses de doutorado e dissertações de mestrado inerente a programas de pós-graduação de todo o Brasil. O recorte temporal abarcou o intervalo de cinco anos, de 2017 e 2021. A coleta dos trabalhos iniciou-se em fevereiro de 2022 e foi finalizada em julho do mesmo ano. Para a seleção das produções, foram elencadas quatro categorias de análise: *Mulher Negra*, *Decolonialidade*, *Racismo* e *Racismo Estrutural*. Diante dessas categorias, identificou-se, na plataforma,

2 Projeto institucionaliza por meio da Resolução CEPEX/UNIMONTES n° 083, de 16 de setembro de 2020.

um total de 12.726 trabalhos, inerentes às mais diversas áreas do conhecimento. Contudo, durante a coleta de dados, notaram-se algumas instabilidades no *site*, o que resultou em uma parcela significativa de trabalhos que não foram encontrados ou que não correspondiam aos indicadores selecionados. Devido a isso, não foi possível ter acesso aos mais de doze mil trabalhos observados inicialmente, de modo que se finalizou a coleta com um total de 2.723 teses e dissertações. Devido a isso, a proposta inicial, de um levantamento de caráter censitário, compreendendo todos os trabalhos da plataforma, deu lugar a uma pesquisa por *amostragem*.

Para Babbie (2003), a pesquisa por amostragem se caracteriza pela seleção de uma amostra confiável, uma *parte*, em detrimento do *todo* (censo). Para fins estatísticos, a amostra de 2.723 pesquisas corresponde a 21,4% de toda a produção, nessa perspectiva, o estudo foi configurado para contar com uma confiança de 98% e uma margem de erro amostral de 2%, para mais ou para menos. O método utilizado foi a amostragem do tipo *probabilística*, compreendida pela seleção aleatória dos trabalhos (BABBIE, 2003).

Por conseguinte, os dados e as estatísticas levantados foram analisados à luz de conceitos e categorias chave para a compreensão da realidade da mulher negra, como *gênero*, *raça*, *classe*. Além disso, foram mobilizados conceitos essenciais da teoria feminista, em especial do feminismo negro, como *interseccionalidade*, *lugar de fala* e *doloridade*. Conceitos que encontram sustentação no arcabouço teórico de autoras como Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1982), Vilma Piedade (2017) e Djamila Ribeiro (2017).

Para fins estruturais, o presente artigo se organiza da seguinte maneira: a *priori*, discute-se o papel das universidades na produção científica, tal como o seu olhar para grupos minorizados, dentre eles, as mulheres negras. Por conseguinte, para melhor compreender a singularidade das mulheres negras, analisa-se o fenômeno da *interseccionalidade*, especialmente através dos marcadores de gênero, raça e classe. A *posteriori*, apresentam-se as estatísticas e os dados coletados, que ajudam a compreender as características associadas às pesquisas *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil. As inquietações trazidas por tais resultados foram analisadas à luz da epistemologia feminista negra.

OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DEMOCRÁTICA NO BRASIL

O Estado brasileiro reconhece a educação como um meio de emancipação e promoção da cidadania, um instrumento indispensável ao *desenvolvimento social*. Nesse sentido, a educação é contemplada na Constituição da República Federativa

do Brasil, de 1988, como: “Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já em relação à educação superior, a constituinte destaca a sua importância não só para a qualificação profissional, mas, também, para a produção do conhecimento e da ciência, capazes de responder às questões que perturbam a sociedade brasileira, contribuindo, inclusive, para a sua transformação e desenvolvimento. Além disso, a Carta Magna da República ratifica, em seus artigos de I a IV, que a oferta da educação deve ser igualitária, livre, plural e gratuita.

Todavia, apesar da educação ser apresentada pela constituinte como uma garantia inalienável, percebe-se que o acesso democrático à educação superior ainda não é uma realidade no Brasil. Uma vez que, por um lado, as faculdades privadas contam com valores onerosos, distante da realidade material de grande parte dos brasileiros, por outro, as universidades públicas não comportam o número de jovens estudantes que concluem, todos os anos, o ensino médio, sendo necessário um processo de seleção para a ocupação das vagas insuficientes, deixando de fora os alunos menos preparados.

Nesse sentido, a graduação e a pós-graduação se configuram como um *status de privilégio*, uma vez que muitos grupos não conseguem alcançar tais espaços. Diante disso, é preciso salientar a importância de políticas sociais que permitam o acesso de grupos outrora excluídos ao ambiente universitário, especialmente a importante *política de cotas*. Além disso, é de grande valia analisar o arranjo do ensino superior e a produção de pesquisas científicas no país, não deixando de mencionar a política de cortes e redução de recursos enfrentada de 2014 a 2020, fenômeno que impactou negativamente na qualidade das pesquisas no país, atingindo com mais contundência certos grupos.

No caminho para uma educação democrática, inclusiva e acessível é pertinente apontar a conquista e implementação da Lei 12.711/2012, mais conhecida como “Lei de Cotas”, que possibilitou o ingresso nas universidades de estratos sociais outrora marginalizados ao ensino superior, como pessoas de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCDs). Hoje, mais de dez anos depois da institucionalização da política de cotas, é possível perceber inúmeros avanços, especialmente no que diz respeito à diversificação étnico, racial e social do ambiente acadêmico, outrora racialmente homogêneo e profundamente classista. Contudo, muitas desigualdades e obstáculos ainda persistem no que tange a ocupação das universidades pelos cotistas, tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação. Nesse sentido, a permanência é um dos grandes desafios. Dessa

maneira, os incentivos financeiros, como bolsas de pesquisas e auxílios estudantis, se tornam de extrema importância.

No que diz respeito à organização das Instituições de Ensino Superior (IES) no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) identifica que, no ano de 2020, o Brasil contava com um total de 2.608 IES, distribuídas entre universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais e Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Dessas, 88,42% são privadas e apenas 11,58% públicas. As matrículas vigentes nessas instituições somam 8.604.528 inscrições, que correspondem, majoritariamente, à modalidade presencial. Por outro lado, apesar das IES públicas serem minorias, observa-se que elas são responsáveis por um maior número de universidades: das 198 universidades do país, 108 são instituições públicas e 90 pertencentes ao setor privado (BRASIL, 2020). As instituições públicas também são responsáveis por todos os Institutos Federais (IF) e Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET) do país (Gráfico 1).

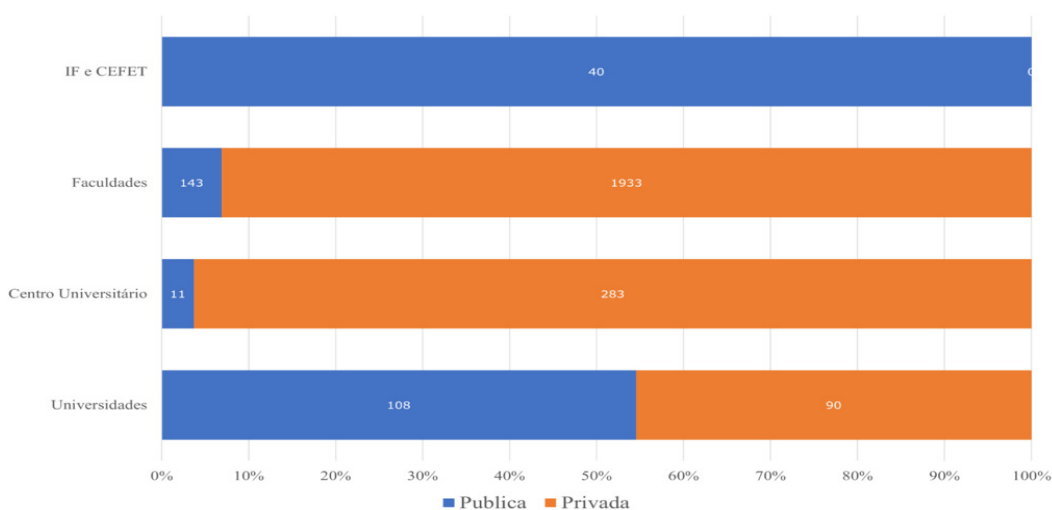


Gráfico 1. Distribuição das instituições de ensino, Brasil, 2019. FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Educacional (BRASIL, 2020).

Com relação à produção científica nas IES brasileiras, Guimarães e Oliveira (2021) *apud Clarivate Analytics* (2019, p. 3) apontam um notável desempenho da pesquisa brasileira no cenário global: “[o país] ocupa a 13^a posição no mundo em termos de produção de artigos e revisões de pesquisa indexados na *Web of Science*. Somente em 2018, pesquisadores brasileiros publicaram mais de 50.000 artigos”. O estudo destaca as IES públicas, especialmente as universidades federais e estaduais, como as grandes responsáveis pela produção de ciência no país, além disso, é reconhecida a importância da pós-graduação para a inovação e produção de conhecimentos científicos substanciais, especialmente na figura dos programas

de mestrado e doutorado (*stricto sensu*). Diante disso, é possível afirmar que a pesquisa brasileira desempenha um papel relevante no cenário mundial, além do mais, vem se expandindo em uma média acima dos outros países.

Mas, apesar do reconhecimento da importância da educação superior por parte do Estado brasileiro, vinha se observando, contrariamente, de 2014 a 2020, o exercício de uma política de cortes orçamentária no âmbito da ciência e tecnologia. Durante esse período, contabiliza-se uma queda de 37% no orçamento federal destinado ao ensino superior (BRASIL, 2021). Nessa perspectiva, Santos e Filho (2008, p. 81), sobre o financiamento das universidades, assinalam: “[...] as deficiências no desempenho da responsabilidade social da universidade não decorrem do excesso de autonomia, mas, pelo contrário, da falta dela e dos meios financeiros adequados”. Portanto, compreender a educação como investimento e não como gasto é um fator preponderante para a continuidade das ações desenvolvidas pelas universidades, por meio do seu tripé básico: o ensino, a pesquisa e a extensão.

É preciso dizer que a prevalência da política de cortes ameaça não só a visibilidade do Brasil no cenário mundial, como também o desenvolvimento do próprio país. Além disso, é necessário afirmar que certos grupos são mais afetados por tais medidas, essencialmente os acadêmicos e pesquisadores de baixa renda, que dependem sumariamente das bolsas e auxílios de órgãos como a CAPES e CNPq para financiar suas pesquisas.

Além disso, outros marcadores sociais podem agravar a sua situação de vulnerabilidade de tais pesquisadores, como a raça e o gênero. A submissão das mulheres a papéis sexistas de gênero, por exemplo, relega-as a uma remuneração inferior frente aos homens, condiciona-as para os cuidados domésticos e desacredita a sua potência intelectual. Por outro lado, a população negra é, marcadamente, a que mais sofre com a pobreza, com a periferização, com o pauperismo, bem como o peso do estigma e da discriminação racial. Ademais, quem é alvejado por todos esses fatores, quem enfrenta as disparidades de classe associadas às opressões de raça e gênero, são as mulheres negras. São essas agentes que sentem na pele o teor destas violências, se encontrando, dessa maneira, triplamente coagidas. Por isso, se tornam os sujeitos que recebem os menores salários, as que possuem os piores empregos e aquelas que menos acessam a educação superior.

Portanto, faz-se necessário compreender a *singularidade* das mulheres negras, o *locus* social que tais mulheres ocupam, tal como as fragilidades sociais e as violências a que estão submetidas. Nesse sentido, a investigação do fenômeno da *interseccionalidade* é indispensável para desnudar as várias desigualdades enfrentadas por elas.

A INTERSECCIONALIDADE DA MULHER NEGRA

Para compreender as produções científicas sobre a mulher negra na pós-graduação, é necessário, antes de tudo, investigar o fenômeno da *interseccionalidade* que atravessa a existência de tais mulheres. Para Karla Akotirene (2019), o olhar da interseccionalidade brotou a partir do feminismo negro, com o propósito de se atentar para as múltiplas faces que as opressões podem tomar em um único corpo, tal como as “encruzilhadas” que elas formam quando se unem variadas secções identitárias, como raça, gênero, renda, sexualidade, origem e tantas outras. Nesse sentido, Joan Scott (1995) assinalava que qualquer investigação de cunho histórico e social deve incluir, pelo menos, três categorias de análise: o gênero, a raça e a classe. Portanto, é necessária, como ponto de partida, a definição dessas três categorias fundamentais à análise do *locus* social da mulher negra.

A primeira secção, a classe social, foi muito trabalhada pelos pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels (2019). Na perspectiva dos autores, os fatores econômicos formam a *infraestrutura* da sociedade, ou seja, são as relações materiais que dão sustentação à vida social. Nessa dinâmica, o que os indivíduos são, na verdade, está condicionado ao lugar que eles ocupam no modo de produção, se são detentores dos meios de produção ou trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho. Os reflexos disso são vistos na dialética da desigualdade social: o contraste entre pobreza e acumulação; centro e periferia; segurança e vulnerabilidade; abundância e escassez.

A segunda secção, o gênero, apesar de ser uma categoria social, tem seu entendimento perpassado, a *priori*, pelo eixo biológico, ou seja, o sexo, a distinção entre *macho* e *fêmea*. Isso porque o sexo continua a ser a base daquilo que se convém chamar de *papéis de gênero*. Os papéis de gênero, por sua vez, influenciam fortemente a separação de funções na sociedade, uma vez que há certas atividades, cargos e funções socialmente reconhecidos como “masculinos” e “femininos”.

Na visão da historiadora norte-americana Joan Scott, os estudos de gênero proporcionam maneiras de investigar as formas específicas adotadas pela organização social sobre a diferença sexual, auxiliando na identificação de disparidades que as mulheres se encontram sujeitas, uma vez que o sistema de gênero valoriza o masculino em detrimento do feminino. Assim, o gênero influi em relações políticas e sociais profundamente desiguais, pois estabelece limites à liberdade, à autonomia e ao direito de escolha das mulheres. Nesse sentido, a autora acredita que o gênero é uma categoria ao mesmo tempo *vazia* e *transbordante*. Vazia porque não traz fundamento científico algum que sustente a sua prevalência, transbordante

porque implica sólidas relações de poder e lugares bem determinados no âmago social (SCOTT, 2021).

Ademais, é possível identificar uma intersecção entre a classe social e o gênero, sendo a divisão sexual do trabalho um bom exemplo. Quando se observa a existência de espaços, funções e postos de trabalho sexualmente diferenciados como *lugar de homem* e *lugar de mulher*, encontra-se diante do que convém chamar de “divisão sexual do trabalho” e, não por acaso, os postos masculinos contam com mais reconhecimento e autonomia quando se comparado àqueles ditos “femininos”. Nessa perspectiva, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012), identifica, por exemplo, que os espaços tidos como *masculinos* geralmente estão associados à liderança, à força e à virilidade, voltados para o ambiente público, sendo, em geral, cargos de gestão, enquanto os espaços *femininos* se encontram, usualmente, associados ao âmbito do cuidado, da delicadeza e da fragilidade, voltados para a natureza da vida doméstica. Além de tudo, os espaços reconhecidos como “masculinos”, geralmente são marcados por uma maior remuneração frente àqueles ditos “femininos”, o que leva a uma rigorosa disparidade econômica entre homens e mulheres.

Na discussão da terceira seccionalidade, a raça, as ideias do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008) são de grande valia. Para o autor, a raça nasce no contexto dos movimentos colonialistas, sendo uma forma encontrada para legitimar a posse de territórios em que se tinha interesse econômico. Nesse primeiro momento, o domínio dos povos “sem fé, sem lei e nem rei” encontrou amparo principalmente no discurso religioso. Tais povos precisavam ser “salvos”. Já no século XIX, o pensamento racista encontrou sustentação em argumentos pseudocientíficos que buscavam comprovar uma suposta superioridade cognitiva dos brancos mediante aos negros, tendo como suporte o discurso biologizante. Portanto, Fanon defende que *raça* é uma invenção, tendo a colonização como um fator primordial para a sua existência. Mas, apesar de ser uma falácia, a raça, assim como o gênero e a classe, permanece sendo um fator profundamente *estratificante*, ou seja, responsável pela diferenciação dos indivíduos em sociedade.

A raça, assim como o gênero, também é atravessada pela classe social. Nessa perspectiva, os sociólogos Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) são enfáticos ao identificar, no Brasil, a profunda influência que a raça tem na determinação da classe social. Os autores demonstram que, além da discriminação explícita sofrida pela população negra, vista nos insultos racistas, na desqualificação de sua cultura e na rejeição estética de seus traços fenotípicos, o negro sofre, também, de uma violência econômica, marcada pela marginalização social. Isso porque, mesmo depois da abolição, a população negra continua a ser a mais subjugada à exploração

do trabalho, a que mais enfrenta o subemprego, a violência, a má remuneração e o acesso precário aos serviços de saúde, educação e habitação.

No ponto de encontro dessas três categorias, ou seja, na intersecção da *raça*, da *classe* e do *gênero*, encontram-se as mulheres negras. A vulnerabilidade social da mulher negra é identificada por inúmeras desigualdades. Em uma sociedade de modelo patriarcal, classista e racista, está determinada uma hierarquia social que delimita quem tem direito à cidadania, ao exercício de postos de poder e à *fala*. Em ambientes de poder, por exemplo, a mulher é relegada à função de ouvinte, pois tem, a todo o momento, sua fala cortada e silenciada. E, se ela for negra e pobre, então, a única possibilidade da sua presença em um ambiente de poder é desempenhar alguma função de subordinação, como serviçal ou faxineira. Nesse sentido, as mulheres negras, na produção social, são historicamente aprisionadas a postos de trabalhos subordinados, sendo o trabalho doméstico um bom exemplo.

Além disso, a filósofa norte-americana Angela Davis (2016) demarca algumas diferenças entre as mulheres brancas e racializadas. Segundo Davis, a mulher negra nunca correspondeu ao ideal de feminino colocado pelo século XIX, pois nunca seguiu o pressuposto de mulher frágil, submissa e enclausurada ao ambiente doméstico. Pelo contrário, as mulheres negras, além de desempenhar os serviços domésticos, sempre trabalharam pesado, na roça, no plantio, na colheita, no corte de lenha e cana, enfim, trabalhos braçais idênticos ao desempenhado pelos homens. As mulheres negras, em nenhum momento, foram afastadas do mundo do trabalho, muito menos tratadas como frágeis e incapazes.

Portanto, o fenômeno da interseccionalidade é preponderante para compreender as disparidades que acometem as mulheres negras. Diante dessa perspectiva, é preciso dizer que todas as desigualdades e violências enfrentadas pelas mulheres negras refletem, indubitavelmente, no ambiente acadêmico. Observa-se que, mesmo diante da importante política de cotas, que facilitou o ingresso de diversos estratos marginalizados no ambiente acadêmico, ainda é nítida a baixa ocupação de mulheres negras nas instituições de ensino superior. Portanto, faz-se necessário questionar o papel das instituições de educação nessa discussão: a academia está atenta para a situação de vulnerabilidade das mulheres negras?

A PRODUÇÃO *STRICTO SENSU* SOBRE TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Diante do propósito de investigar a produção científica *stricto sensu* no Brasil, utilizou-se do banco de dados disponibilizado pela CAPES, a *Plataforma Sucupira*, que reúne um catálogo com milhares de teses e dissertações, inerentes

aos programas de pós-graduação brasileiros. Para a seleção, utilizou-se de quatro categorias de análise: *racismo*, *racismo estrutural*, *mulher negra* e *decolonialidade*. A partir do levantamento, observou-se, em um primeiro momento, um total de 12.726 trabalhos, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas de 2017 a 2021, incluindo todas as áreas do conhecimento. Entretanto, durante a coleta de dados, percebeu-se que a maioria dos trabalhos ofertados pela plataforma, devido a um conjunto de problemas técnicos³, não foram encontrados ou não correspondiam às palavras-chave pesquisadas. Assim, selecionou-se uma amostra de 2.723 teses e dissertações. Para fins estatísticos, é preciso dizer que a natureza amostral não prejudicou em nada o estudo, uma vez que a amostra selecionada conta com grande representatividade, possuindo um alto percentual de confiança e uma estreita margem de erro.

Ao analisar os trabalhos de pós-graduação reunidos, percebe-se que a temática mais recorrente foi *racismo*, presente em 70% das teses e dissertações, em seguida, *mulher negra*, observada em 41% das produções, seguido por *decolonialidade*, observada em 30%, e, por fim, *racismo estrutural*, presente em apenas 5%. É importante salientar que muitos dos trabalhos traziam mais de uma destas temáticas em seu corpo, podendo haver, por exemplo, uma dissertação que discute, conjuntamente, racismo e mulher negra.

Observando a evolução da produtividade no intervalo de cinco anos, de 2017 a 2021, percebe-se uma evolução bastante diferente no que tange as quatro categorias selecionadas (Gráfico 2). *Decolonialidade* obteve, nesse período, um impressionante aumento de 350% no número de publicações, portanto, mais que triplicou a sua produção, sendo o tema que mais expandiu. Logo em seguida, com a segunda maior expansão, *Racismo estrutural*, com um aumento de 212%, duplicando seu número de publicações. Em terceiro, *racismo*, com um crescimento de 45%, número, também, bastante expressivo. Por outro lado, na perspectiva da *mulher negra*, contrariando o aumento percebido nas demais categorias, notou-se uma queda de 45% durante o mesmo intervalo de cinco anos, sendo, portanto, o único tema que apresentou um encolhimento no número de publicações. Realidade preocupante, uma vez que sua produção caiu quase pela metade.

Além disso, é perceptível que todas as produções apresentaram queda, ou pouco crescimento, se comparado o ano de 2017 ao de 2019, mas, por outro lado,

3 No ano de 2022, observou-se que a Plataforma da CAPES enfrentou períodos de instabilidades marcadas por páginas fora do ar, discrepância de dados, links e erros de filtros que não correspondiam à palavra-chave pesquisada, além de endereços que não levavam aos trabalhos originais.

todas as temáticas registraram um pico de crescimento no ano de 2020, seguido por queda em 2021, exceto o indicador decolonialidade.

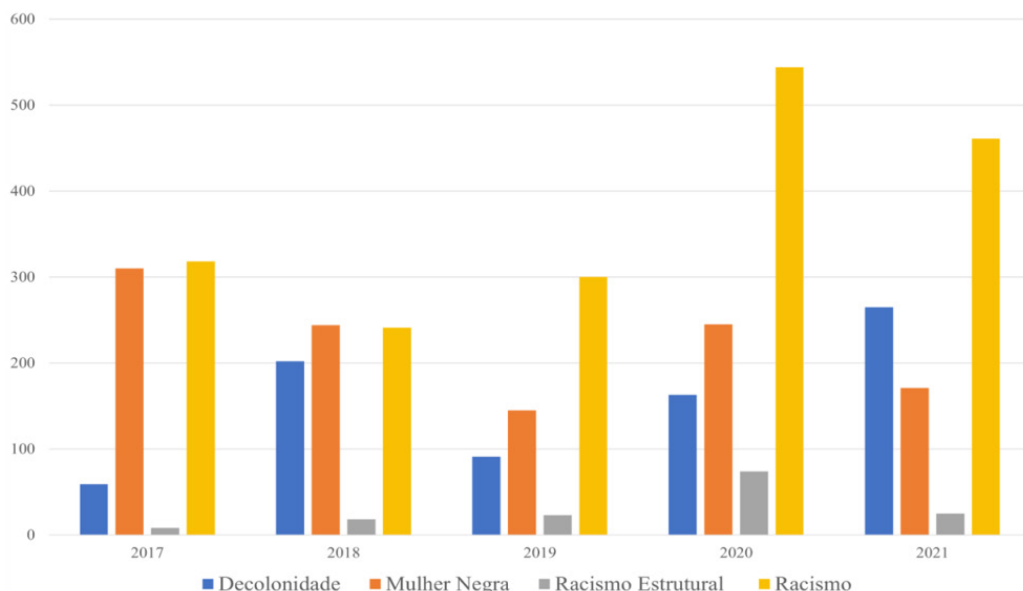


Gráfico 2. Evolução das produções científicas stricto sensu, Brasil, 2017-2021. Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados na plataforma CAPES, em 2022.

Em uma análise do perfil dos pesquisadores, identificou-se que 70% das publicações foram escritas por mulheres e apenas 30% por homens. Isso demonstra que as pesquisadoras de pós-graduação mulheres se interessam, mais que os homens, por temas relacionados à questão racial, de gênero e pelo movimento decolonial. Em outra perspectiva, notou-se que a maior parte das produções, 75%, era de conclusão de mestrado, e 25% de doutorado. Fato que já era esperado, pois, como se sabe, os programas de mestrado são mais numerosos, possuem maior número de vagas e um tempo reduzido de conclusão quando se comparado aos programas de doutorado.

Investigando a origem de tais trabalhos, se identifica que a maioria das teses e dissertações reunidas provinha de universidades federais, 63% do total, e estaduais, 20%. Diante disso, se observa que as universidades públicas produzem, sozinhas, 85% de todas as pesquisas *stricto sensu* do país, ao passo que as privadas representam somente 15% desta produtividade. Dentre as IES, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a que mais se destacou em termos de pesquisas *stricto sensu* sobre os quatro indicadores, sendo responsável, sozinha, pela produção de 3% de todos os trabalhos do âmbito nacional. Logo em seguida, vieram o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet/RJ) e a Universidade de São Paulo (USP), ambos com dois 2% da produção.

Dentre as áreas do conhecimento, as Ciências Humanas ganham destaque: são responsáveis por mais da metade das produções, atingindo, sozinhas, 61% do total. Em seguida, as Sociais Aplicadas, com 22%, e as Biológicas e da Saúde, com 9%. Já era de se esperar que as ciências humanas e sociais tomassem a dianteira no que diz respeito às pesquisas sobre questões étnico-raciais, uma vez que possuem maior afinidade teórica e metodológica nesse campo. Já em relação aos programas de pós-graduação, o que mais se destacou foi a Educação (14%), seguido pelo Direito (6%) e pela Psicologia (5%). Tais dados surpreendem, especialmente quando se percebe que áreas clássicas no debate das temáticas raciais não possuem uma produção tão expressiva acerca das categorias selecionadas, como é o caso da sociologia, antropologia, ciência política e filosofia.

Em relação à localização geográfica das pesquisas, identifica-se que o estado que mais produziu foi o Rio de Janeiro, sendo a origem de 19% de todos os trabalhos de pós-graduação levantados, logo em seguida veio o estado de São Paulo, com 16% da produção, e em terceiro a Bahia, com 9%. Dentre as cidades, a lógica permanece a mesma: o Rio de Janeiro lidera, ao produzir 12%, seguido por São Paulo (7%) e Salvador (5%).

Diante das estatísticas apresentadas, alguns fatores suscitam a atenção, como o gênero dos pesquisadores, os estados e as universidades que mais produzem. Nesse sentido, é interessante notar que tanto a UFBA quanto o CEFET-RJ, apesar de não estarem entre as maiores universidades do país, estão entre as que mais produzem acerca das questões étnico-raciais. Da mesma maneira, o estado e a capital do Rio de Janeiro lideram isoladamente no número de produções, superando até mesmo São Paulo, estado brasileiro que conta com o maior número de universidades e centros de pesquisa do Brasil, mas que, mesmo assim, é relegado ao segundo lugar quando o assunto são as questões raciais. Igualmente, o estado da Bahia e sua capital contam com uma produtividade acerca das questões étnico-raciais que impressiona, uma vez que não possuem tanto destaque no cenário nacional no que diz respeito à produção de pesquisas de modo geral.

Na tentativa de explicar tal realidade, essencialmente a visibilidade dos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, bem como de suas universidades, Andrade *et al.* (2024) trabalham com a hipótese da existência de pautas identitárias, ligadas, essencialmente, à raça dos pesquisadores, pois acreditam que tal marcador pode exercer influência sobre o interesse destes em pesquisar as questões raciais. Nesse sentido, os autores pontuam que tanto a Bahia quanto o Rio de Janeiro são, respectivamente, os estados com o maior número de pessoas que se autodeclararam

“pretas”, como demonstra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de 2019 (BRASIL, 2022).

Além disso, outro fator preponderante apontado pelos autores é a política de cotas inerente às duas universidades que mais produzem pesquisas sobre as questões étnico-raciais, a UFBA e o Cefet-RJ. Ambas são identificadas como possuidoras de políticas de cotas substanciais, o que contribui para um corpo discente com grande número de pessoas negras. Na UFBA, por exemplo, 75,6% de seus estudantes se declaram como pretos ou pardos (ANDRADE et. al., 2024). Esses fatores levam a crer que a cor/raça dos pós-graduandos pode, de alguma maneira, exercer influência sobre as temáticas pesquisadas por eles.

O OLHAR DAS PESQUISAS STRICTO SENSU SOBRE A MULHER NEGRA

Ao analisar isoladamente os trabalhos de pós-graduação que abordam a “mulher negra”, excluindo as demais categorias (racismo, racismo estrutural e decolonialidade), surgem algumas questões que merecem ser discutidas. Em primeiro lugar, percebe-se que as áreas do conhecimento que mais pesquisaram sobre a mulher negra, mesmo após a desagregação das outras temáticas, continuam a serem as Ciências Humanas (48%), Sociais (19%) e Biológicas e da Saúde (15%), respectivamente. Mas, apesar disso, nota-se uma diminuição da produção nas Humanas (-13%) e Sociais (-3%), mas, por outro lado, um aumento na área das Biológicas e da Saúde (+6%). Tal realidade aponta para uma perda de interesse das ciências sociais e humanas em debater a temática da mulher negra, mas, contrariamente, um maior interesse por parte das ciências biológicas e da saúde.

No que diz respeito aos programas de pós-graduação, a Educação (10%) e do Direito (5%), continuam a liderar nas produções, contudo, também encolheram o seu número de publicações. Por outro lado, as Letras tomam o lugar da Psicologia, conquistando o terceiro lugar, ao lado do Direito, com 5%. Por outro lado, continua a se perceber que áreas do conhecimento com arcabouços teóricos essenciais na discussão da interseccionalidade, como as ciências sociais, não apresentam uma produtividade expressiva, também, sobre a mulher negra.

No que tange às universidades, a UFBA continua liderando, com 3% da produção nacional, mas a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) surge em segundo lugar, em pé de igualdade com a USP, ambas com 2%, substituindo, então, o CEFET/RJ.

Com relação ao gênero dos pesquisadores, um fator chama a atenção: o aumento significativo nas produções escritas por mulheres, que subiu 16 pontos

percentuais. As autoras representam, agora, 86% do total. Por outro lado, os trabalhos escritos por homens caíram para 14%. Isso implica dizer que de cada dez trabalhos que debatem a temática da mulher negra, 8,6 são escritos por mulheres. Por outro lado, quando se trata das pesquisas que abordaram a *saúde da mulher*, a autoria feminina alcança 90% dos trabalhos. Esse fato corrobora para o apon-tamento de um fenômeno de autoria, quase exclusiva, por parte das mulheres no tocante à temática da mulher negra. Assim, o gênero, ao lado da raça, é identificado como um marcador identitário que, possivelmente, pode influenciar nas pesquisas.

Nesse sentido, é importante observar que o debate de problemáticas que envolvem o feminino, como a violência de gênero, o sexismo, o patriarcado, o trabalho doméstico, tal como os estudos da saúde da mulher, em áreas como a ginecologia e a obstetrícia, se tornam temas, quase que exclusiva, de competência das próprias mulheres. Nessa perspectiva, é compreensível que seja as mulheres quem tome o protagonismo na discussão de tais assuntos, pois, afinal de contas, são elas que vivenciam tal realidade, o que vai de encontro ao conceito de *lugar de fala*.

Por outro lado, alguns podem tentar explicar esse fenômeno pelo viés da *sororidade*, ou seja, uma possível união das mulheres, através do *gênero*, para a investigação das questões que as atravessam. Contudo, não é assim que Vilma Piedade (2017) encara essa realidade. Para a autora, o que une as mulheres negras para o enfrentamento das opressões é o compartilhamento da mesma dor, e não “laços de gênero”. Essa dor, por sua vez, é percebida nas cicatrizes deixadas pela escravidão, nos ataques à cor da pele e no convívio diário com os insultos racistas. A autora defende, assim, para as mulheres negras, em oposição à sororidade branca, o conceito de *doloridade*, “pois contêm as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta” (PIEADADE, 2017, p. 16-17).

Diante dessa perspectiva, é inegável que a identificação da raça/cor das pesquisadoras, mestrandas e doutorandas que estão discutindo a temática, se mostraria como um fator importante para sustentar a tese de uma possível influência da identidade racial. Contudo, avaliou-se que uma investigação das fotografias contidas no currículo *lattes* das pesquisadoras, a fim de identificar a raça/cor, seria algo categórico demais, tendo em vista que, atualmente, a raça e cor se configuram como uma autodeclaração.

Apesar disso, ainda assim é possível inferir que as mulheres negras têm um papel importante nos estudos e pesquisas sobre elas mesmas. Uma vez que esse fato é percebido no mercado editorial: a maioria dos livros que abordam a intersecção de gênero e raça, bem como a questão do feminismo negro, não por acaso, são escritos por mulheres negras, como é o exemplo de autoras como Angela Davis,

Djamila Ribeiro, bell hooks, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, dentre tantas outras. Portanto, salienta-se a importância destas mulheres que se empenham em questionar o sistema de opressão que interliga o gênero, a raça e a classe. Dessa forma, as autoras discorrem em seus textos sobre o lugar que elas ocupam na sociedade, sobre suas urgências e angústias, pois são elas que vivem na pele, todos os dias, o teor de tais desigualdades.

Por outro lado, estando atenta às nuances do “lugar de fala”, Djamila Ribeiro (2017) afirma que, apesar de ser um fator intimamente ligado à vivência, encontra-se longe de ser um monopólio, pois as mulheres não devem ser as únicas a discorrer sobre as questões de gênero; assim como as mulheres negras não devem ser as únicas a falar sobre as violências que coadunam raça e gênero. Pelo contrário, é um dever de toda a sociedade e todo pesquisador se atentar para tais questões.

Além disso, o levantamento demonstra que não são somente os homens que se abstêm do debate das questões interseccionais, mas esse comportamento também é reproduzido por grandes áreas do conhecimento. É uma realidade, por exemplo, nas engenharias e nas ciências exatas e da terra, já que o número de produções relacionadas à mulher negra encontrado nesses segmentos foi ínfimo, não chegando a representar, juntas, (1%) dos trabalhos. A escassez de pesquisas também é percebida em áreas expressivas das humanidades, como a filosofia, a economia e a demografia.

Outro fato que suscita preocupação é a queda no número de produções científicas sobre a mulher negra nos últimos anos, tendo sua produtividade reduzida quase pela metade do ano de 2017 a 2021. Um dos fatores que podem explicar tal encolhimento no número de pesquisas é o impacto dos cortes no âmbito da ciência que o Brasil sofreu nesse período. Nesse sentido, é identificado o exercício de uma contundente política de corte nos recursos destinados à educação, incluindo as agências de fomento à ciência, a partir do ano de 2014, como é possível observar no gráfico 3.

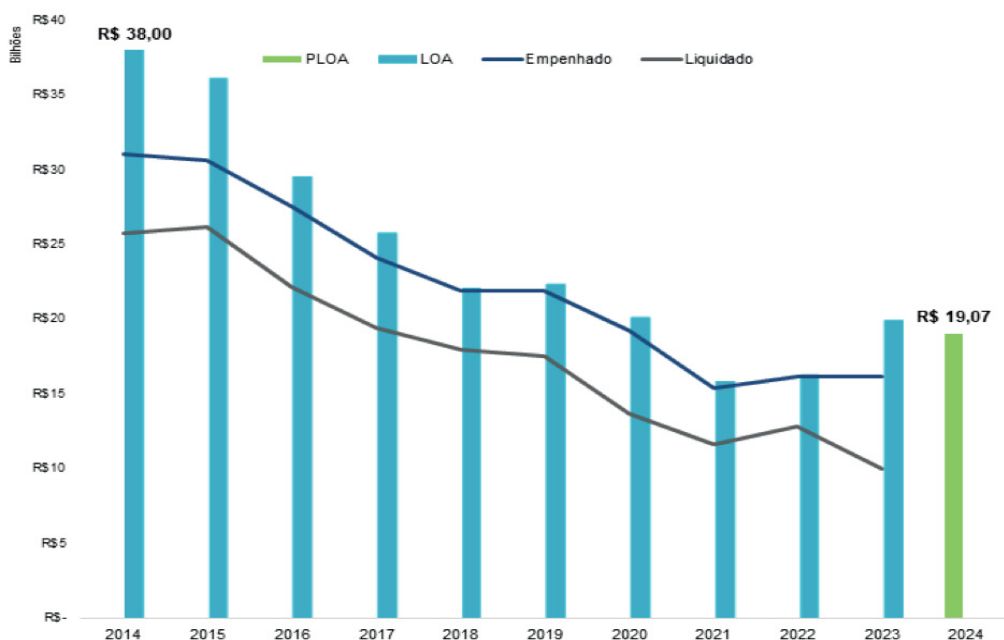


Gráfico 3. Orçamento do Conhecimento, Brasil, 2014-2024. Fonte: Observatório do Conhecimento (2024).

De acordo com os dados do Observatório do Conhecimento (2024), o orçamento da pasta da educação sofreu, ao longo da última década, uma redução média de cinco por cento ao ano, atingindo os menores valores em 2021 e 2022. Foi somente no ano de 2023 que os investimentos voltaram a crescer. Mas, apesar da trajetória de cortes ser interrompida, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)⁴ prevê cerca um bilhão a menos para o ano de 2024, o que ainda representa 50,17% a menos do que em 2014. Além disso, as perdas acumuladas desde 2014 somam cerca de R\$ 117 bilhões de reais.

Acredita-se, portanto, que os cortes na educação podem ser um dos principais fatores que levaram à queda observada em quase todas as pesquisas a partir do ano de 2020. Contudo, é preocupante o fato dos cortes terem um impacto maior nos estudos da *mulher negra*. A explicação pode estar no fato da maior vulnerabilidade econômica a que as autoras estão submetidas, uma vez que as mulheres recebem, em geral, menos que os homens. Quem comprova essa realidade é o IBGE, ao apontar que as mulheres recebem, em média, 21% a menos que os homens e, se forem negras, podem chegar a receber até 57% a menos que os homens brancos.

4 A PLOA é o orçamento realizado anualmente pelo governo federal, e enviado ao Congresso Federal para aprovação, no qual são previstos os gastos públicos nos mais diversos setores. Nesse contexto, o orçamento destinado aos órgãos, instituições e Ministérios que compõem a pasta da educação é denominado como Orçamento do Conhecimento.

Entre as que possuem o ensino superior completo, essa disparidade é ainda maior: chega a 59% (BRASIL, 2019). Sendo as mulheres identificadas como as mais vulneráveis economicamente, as bolsas se tornam decisivas para a permanência delas na academia e, conseqüentemente, para a sobrevivência dos estudos sobre a *mulher negra*, uma vez que são as mulheres que majoritariamente pesquisa tal temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior ainda permanece distante do ideal de “educação democrática” colocado pela Constituição da República, pois, nesses espaços, é recente o ingresso de grupos reconhecidamente marginalizados, como é o caso das mulheres negras. Tais mulheres têm sua trajetória atravessada por desigualdades que coadunam obstáculos colocados pela raça, classe e gênero, enfrentando o racismo, o sexismo e sendo aquelas que mais sofrem com a falta de renda, com o subemprego, com a violência e com o acesso precário às universidades, tanto em nível da graduação como da pós-graduação.

Nesse sentido, esse estudo buscou identificar a percepção da academia acerca das mulheres negras, objetivando levantar as características associadas à produção no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* sobre tais mulheres: de onde elas partem (universidades, estados, capitais, áreas do conhecimento), o perfil dos pesquisadores e o seu contraste com outras temáticas étnico-raciais.

Dentre os resultados mais relevantes, identificou-se que as IES públicas desempenham um papel primordial para a sobrevivência de tais pesquisas no país, pois 85% dos estudos relacionados à mulher negra partem delas, em especial as universidades federais. Por outro lado, analisando a produtividade relacionada à mulher negra com outras categorias próximas, notam-se questões relevantes. Nos últimos cinco anos, percebe-se um aumento das pesquisas *stricto sensu* relacionadas ao *racismo*, ao *racismo estrutural* e à *decolonialidade*, contudo, a produção sobre a *mulher negra* contrariou tal aumento, sendo a única categoria que encolheu nos últimos anos, reduzindo quase pela metade (-45%). Um dos fatores que podem explicar esse encolhimento é o corte orçamentário que acometeu a ciência e tecnologia entre os anos de 2014 e 2022. Diante disso, é perceptível que alguns grupos sociais foram mais afetados por tais cortes, dentre eles, pessoas de baixa renda, mulheres, negros e, propriamente, as mulheres negras.

Por outro lado, a participação massiva de pesquisadoras mulheres, principalmente no que diz respeito à produção sobre a *mulher negra* (no qual chegam a representar 86% dos autores), leva se pensar na influência de fatores identitários, ou seja, aquilo que Piedade (2017) denomina de *doloridade*: a união das mulheres

por meio da dor. Nesse sentido, é possível afirmar que sim, *mulheres produzem mais sobre mulheres*. Sendo assim, o ingresso de mulheres, especialmente de mulheres negras, no ambiente acadêmico eleva a produção de pesquisa sobre o seu *locus* social, o que contribui para a descolonização da academia, abalando o sistema patriarcal e eurocêntrico enraizado nesses espaços.

Contudo, é preciso dizer que os dados apresentados são preocupantes, vez que os estudos sobre as mulheres negras vêm reduzindo assustadoramente. Quando o IBGE (2020) afirma que as mulheres negras correspondem a menos da metade das mulheres brancas que frequentam a universidade, ele corrobora para a reflexão sobre o apagamento que a temática vem sofrendo nos últimos anos. Nesse sentido, é preciso desmistificar essa discussão, pois falar sobre gênero e raça não é “assunto de mulher” nem um “problema de negro”, muito menos uma competência restrita às ciências humanas. Pelo contrário, todo pesquisador e toda área do conhecimento, essencialmente aqueles que produzem pesquisas com impacto social, tem o um dever de realizar recortes que abarque, ao menos, a classe, a raça e o gênero em suas pesquisas, pois são categorias fundamentais para a identificação de desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. G. V.; ALMEIDA E PESSOA, V. M.; SANTOS MIRANDA, V.; DE OLIVEIRA, R. S. **Gênero, raça e suas interseccionalidades na academia: o que está sendo produzido sobre a mulher negra?** *Revista Serviço Social em Perspectiva*. p. 178–204, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/6724>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70 Ltda, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. **Censo escolar da Educação Superior: notas estatísticas 2019**. Brasília, DF: Inep, 2019.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.
- _____. **Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil: cenário e evolução recente**. Brasília, DF: Ipea, 2021. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicacao_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnologia.pdf

- _____. **CAPEs**: catálogo de teses e dissertações. 2022. <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>
- _____. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf
- _____. **IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. 2022. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.
- GUIMARÃES, Jussara Maria; OLIVEIRA, Romilda Sergia. **Educação superior e assistência estudantil em Minas Gerais**: das lutas e resistências nasceu a flor. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021. <http://editora.unimontes.br/index.php/ebook/ebook-livros>.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO. **Balanco do Orçamento do Conhecimento – PLOA 2024**. Observatório do Conhecimento, 2024. Disponível em: <<https://observatoriodoconhecimento.org.br/balanco-do-orcamento-do-conhecimento-ploa-2024/>>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- MINAYO, Maria; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1993.
- PIEIDADE, Vilma. **Doloridade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PNAD; IBGE (2020). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma nova universidade. Coimbra, 2008.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: ainda uma categoria útil de análise? Albuquerque: Revista de história, 2021.

Recebido: 25/04/2024 | Aprovado: 02/07/2024

Lélia Gonzalez: a confluência entre a vida acadêmica e a militância

Lélia Gonzalez: the confluence between academic life and activism

Marcelo Marques de Almeida Filho^a,
Danielle de Castro Silva Lobato^b, Renísia Cristina Garcia Filice^c

Resumo O presente trabalho é uma construção derivada de discussões e análises sobre o pensamento social e político contemporâneo e se propõe a analisar a vida e a obra da pensadora Lélia Gonzalez, se utilizando de uma abordagem transversal das perspectivas de raça, gênero e colonialidade, o que conforma nosso objetivo geral. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com vistas à construção de um referencial teórico aplicado, realizando, desta forma, uma revisão do estado da arte sobre esta discussão, procurando-se interpretar o contexto no qual a autora se firmou como referência nos estudos raciais e de gênero, mas sem enquadramentos de pesquisa muito rígidos, o que nos permitiu ir além de uma pesquisa puramente descritiva. Por fim, parte-se do princípio de que uma abordagem explicativo-argumentativa e analítica aplicada sistematicamente ao tema deve ser casada com outros aspectos para além dos meios puramente formais de pesquisa, sendo esta a forma escolhida para o desenvolvimento deste estudo.

Palavras-chave Pensamento feminista negro; Lélia Gonzalez; Militância; Política.

Abstract *The present work is a construction derived from discussions and analyzes on contemporary social and political thought and proposes to analyze the life and work of the thinker Lélia Gonzalez, using a transversal approach from the perspectives of race, gender and coloniality, which conforms our general objective. This is a qualitative research, with a view to building a theoretical framework, thus carrying out a review of the state of the art on this discussion, seeking to interpret the context in which the author was established as a reference in racial and gender studies, but without very rigid research frameworks, what allowed us to go beyond a purely descriptive research. Finally, it's assumed that an explanatory-argumentative and analytical approach*

a Doutorando Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mma_filho@hotmail.com/marcelo.filho@ufg.br

b Universidade de Brasília. E-mail: dani.castro.lobato@gmail.com

c Universidade de Brasília. E-mail: renisiacgarcia@unb.br

1 Financiamento: Este estudo foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

systematically applied to the theme must be combined to other aspects beyond the purely formal means of research, being this the way chosen for the development of this study.

Keywords *Black feminist thought; Lélia Gonzalez; Militancy; Politics.*

INTRODUÇÃO

Lélia Almeida Gonzalez (1935-1994), auto apresentável, porque como diz a autora, pessoas negras precisam ter nome e sobrenome -senão pessoas brancas as nomeiam pejorativamente com um apelido à revelia- foi (e continua sendo) uma potência e referência para o pensamento social latino-americano, sobretudo por suas contribuições multidisciplinares aos estudos, movimentos sociais e espaços de discussão sobre raça/etnia, gênero, colonialidade e direitos humanos (GONZALEZ, 2020).

O robusto conjunto de obras de González se alimenta da complexidade das discussões étnico-raciais, interseccionada com gênero e classe, ou seja, sobretudo em relação à situação das mulheres negras, podendo estas reflexões se estender - em alguns casos - às situações de mulheres indígenas na América Latina, especialmente no Brasil. Para embasar essas discussões, a autora estuda a complexidade da formação histórica, política, sociocultural e de outros motes na constituição das sociedades que passaram por processos de colonização e escravização. Entretanto, para além de um debate acadêmico, Lélia González discutiu e propôs não só o desenvolvimento de um pensamento emancipatório e crítico à realidade vivenciada, mas também ações práticas de intervenção e transformação da realidade social, ultrapassando as questões meramente locais e gerando ecos transfronteiriços sobre a complexidade do pensamento, da situação e da mobilização de mulheres dentro de cada realidade nacional ou mesmo em interrelação (ou antítese) com as sociedades circunvizinhas.

Para esta análise, nos interessa uma abordagem transversal sobre os debates envolvendo raça e gênero (em especial a questão da mulher negra dentro e fora do feminismo), ação política, militância e movimentos sociais presentes nos estudos da autora. Visando a construção de um referencial que permita essa abordagem, nos debruçarmos sobre a vida, a obra e algumas das principais categorias produzidas por Gonzalez.

Pretende-se enfatizar as vivências, debates, atuação e produções de Gonzalez. A autora foi uma mulher à frente de seu tempo e não se sujeitou às desigualdades e injustiças sociais em sua trajetória de vida, sendo que ela é tida como uma figura revolucionária, representativa e engajada, fiel à sua linha teórica e prática de ação

e compreensão da realidade negra nas Américas e do Atlântico negro, focada nas possibilidades feministas.

O objetivo geral do trabalho é analisar a confluência entre a vida acadêmica, a militância e a atuação política de Gonzalez, procurando estabelecer tanto uma análise sobre os conteúdos-chave firmados por ela como relacionar essa produção às suas práticas engajadas. De forma específica, objetiva-se: 1) traçar uma contextualização básica sobre a ferida colonial e como isto configurou a ladino-amefricanidade; 2) associar raça, racismo e a incidência da colonialidade sobre as mulheres negras, a partir de uma transversalidade com outros/as autores/as; 3) caracterizar os posicionamentos, peculiaridades, produção e vivência da autora, e; 4) discutir a questão do racismo e do sexismo por sua ótica.

Adotou-se aqui a seguinte problemática: Como os debates sobre colonialidade, raça e gênero contribuíram à conformação intelectual de Gonzalez? Quais tópicos centrais ela aborda? Até que ponto as ações engajadas e como personalidade política influenciaram suas análises? Como e até que ponto Lélia influenciou o pensamento feminista negro e o movimento negro?

Em termos metodológicos, se trata de uma pesquisa qualitativa, de tipo referencial teórico, onde procurou-se desenvolver uma revisão sistemática das ideias centrais da intelectual e uma contextualização sobre a vivência e atuação militante/política da autora, sem, contudo, empreendermos uma profunda análise historiográfica sobre este conjunto de fatores. Dentro do possível, realizaremos a revisão do estado da arte do tema, em perspectiva interpretativa, já que este estudo pretende extrapolar a produção descritiva e promover uma abordagem explicativo-argumentativa, não se detendo aos modelos de pesquisa bibliográfica e documental.

Acrescentando, esta pesquisa se pauta pela ideia de escrevivência de Conceição Evaristo² (2007) que utiliza da escrita como forma de empoderamento de mulheres negras, dando amplitude e visibilidade às histórias e vivências que muitas vezes são silenciadas ou marginalizadas. Nesse sentido, a conexão de Lélia, que era além de uma ativista do movimento negro, também do movimento feminista negro, enfatizar a importância de evidenciar as experiências que muitas vezes são vividas de forma coletiva entre mulheres negras e seus impactos na construção social do Brasil.

2 “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2007, p. 21).

Tanto Lélia como Conceição são figuras fundamentais para uma militância política e intelectual. Essas figuras basilares utilizam a escrita como ferramenta de empoderamento e resistência, desta forma, enfatiza-se que este texto possui não só natureza acadêmica como também se pretende instrumentalmente político e militante, haja vista os atravessamentos cotidianamente perpassados pela população negra e a evidente e constante anulação, adoecimento, perseguição, extermínio e exclusão de corpos negros, assim como de outras existências dissidentes/subalternas no Brasil e ao redor do globo.

Também se adota neste texto o princípio da circularidade de Tássio Ferreira (2019), que entende que a produção e aquisição de conhecimento por pessoas negras é circular, isto é, advém de fontes que vão além das informadas pela produção escrita, permitindo aos corpos negros ocupar e retomar os espaços de produção de conhecimento historicamente negados, muitos deles marcados pela oralidade. Além disto, partimos da proposta de estranhamento de Roy Wagner (2010), onde se visualiza a possibilidade de transformação da observação pessoal a partir de novos conhecimentos e de uma autorreflexão sobre nossa posição intelectual e social frente ao que nos propomos estudar. Assim, procura-se aqui o descolamento com o universo puramente acadêmico, de onde esse artigo parte e estamos situado/as, buscando, desta forma, perceber sua formação lógico-estrutural e questionar os desencontros entre realidades, epistemologias e vivências, o que nos permitirá, em tese, nos aproximarmos de uma relação de pesquisa mais comprometida com diferentes e complexas realidades.

Como justificativa, o tema aqui discutido tem sido desenvolvido nas mais aprofundadas discussões e debates das Ciências Humanas e Sociais, se constituindo como objeto de análise central e ponto de formulação de paradigmas, conceitos e teorias ligadas aos estudos nacionais e internacionais sobre raça, gênero, classe e decolonialidade. Não somente, o recente resgate de Lélia Gonzalez e outras autoras negras do Brasil e de outras nações demonstra a persistência de uma resistência na Academia, fortemente influenciada por uma concepção eurocentrada e elitizada de universidade, em incorporar pensadoras/es negros, indígenas, LGBTQIA+ e de outros grupos sociais minorizados. Logo, haja vista o recente processo de universalização do ensino superior brasileiro, sobretudo após promulgação da Lei de Cotas, é presente disputas de narrativa conflitantes no seio do ambiente universitário também pelo fato de a realidade brasileira e latino-americana ser marcada pela continuidade de traços de colonialidade na circulação de ideias, conhecimentos e na seleção das literaturas centrais das áreas de saber (MIGNOLO, 2003).

Este estudo procura ainda tecer contribuições às discussões empreendidas sobre o legado de Lélia. Apesar da numerosa produção sobre suas contribuições, há sempre mais a se desbravar sobre os conhecimentos encampados pela autora, dado que seus ensinamentos ainda não se esgotaram.

Feitas tais considerações, a seguir, realizaremos uma investigação preliminar sobre a questão racial no Brasil e na América Latina e como isto atravessa a vida de mulheres negras, para, a partir daí, analisar a trajetória de Lélia Gonzalez, seu legado, a correspondência com outras autoras negras e suas contribuições para a resistência política e acadêmica antirracista, potente para o foco interseccional de raça, gênero e classe com vistas à transformação social.

COLONIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E OS POVOS LADINO-AMEFRICANOS

Dentro do processo de invisibilização, expropriação, desconstrução da identidade e genocídio do ‘outro’ indígena, em acordo com Todorov (1999), Colombo e outros conquistadores praticaram inúmeras crueldades, atrocidades e arbitrariedades com os povos indígenas, sobretudo impondo-lhes a escravidão e castigos cruéis, como decepamento de membros ou mesmo a morte. Posteriormente, práticas semelhantes foram aplicadas aos povos retirados forçosamente das diversas regiões da África continental e escravizados em países como o Brasil (as primeiras pessoas negras traficadas chegaram aqui por volta de 1539-1542) (SANTOS; CARVALHO, 2018).

Por conseguinte, arrancada a humanidade e a alma do negro, foi fortificada uma dualidade hierárquica na qual o europeu branco seria o exemplo da civilização e modernidade. A partir dessas brutalidades, a tentativa de apagar, dominar e eliminar pessoas escravizadas, se torna latente (DUSSEL, 1993). Como afirma Fanon (2008, p. 84), “o problema da colonização comporta [...] não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”. Esse processo violento acontecia ainda nos navios negreiros em condições desumanas com forte violência física e psicológica contra as pessoas escravizadas, o que gerou, ao longo deste processo, inúmeros prejuízos à constituição identitária dos povos colonizados. Logo, o poder de autonomia e agência foi abalado ao retirar a identidade e autonomia destas pessoas, pois se tirava também a cidadania e, com ela, possibilidades de acesso a direitos. Os povos negro-africanos eram tratados apenas como um objeto de troca e mercadoria, com um filtro e destinação puramente econômica, o que assentou as bases do capitalismo racializado, que se fundou na superexploração dos povos colonizados e recursos das colônias europeias (MARTINS, 2024; ROBINSON, 2021). Isto posto, Fanon

(2008, p. 101) leciona que não é possível dissociar os “ensinamento sobre a situação, os problemas ou as possibilidades dos nativos no período atual”, o que, em outras palavras, conforma os dispositivos da doutrinação, dominação e subjugação dos corpos (CARNEIRO, 2005; DUSSEL, 1993).

Quijano (2005), Grosfogel (2016), Filice et al. (2024) e outros autores também denunciaram a persistência da dominação colonial sobre os países latino-americanos mesmo após suas independências formais, utilizando-se inclusive desta pirâmide racial, denominando-a como colonialidade do poder e do ser. É por esta hierarquização racial a nível global que foi possível, a partir da Europa, se implantar as bases para a hegemonia do sistema capitalista vigente. De acordo com Quijano (2005, p. 117. Editado.):

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *identidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Assim, Quijano aponta que a confluência entre a hierarquia racial (diferenciando ‘dominadores superiores’ e ‘dominados inferiorizados’) e o capitalismo e a economia mundial forneceram os fundamentos para a persistência da dominação e a perpetuação da colonialidade, que tem o racismo em sua base. Em complemento, e trazendo a questão da sexualidade, do extermínio e do epistemicídio, Grosfogel assume que:

[...] Há um elo perdido entre o “conquisto, logo existo” e o “penso, logo existo”. Não há condição inerente e necessária para derivar do “conquisto, logo existo” o “universalismo idólatra” (a visão dos olhos de Deus), nem o “racismo/sexismo epistêmico” (a inferioridade de todos os conhecimentos vindos dos seres huma-

nos classificados como não ocidentais, não masculinos ou não heterossexuais) do “penso, logo existo”. O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquiro*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermínio, logo existo” (*Ego extermino*). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial (GROSFOGEL, 2016, p. 31).

Somou-se a isto ideias como a caracterologia do italiano Cesare Lombroso, à qual atribuía aos miscigenados características negativas, como propensão à vícios, criminalidade e outras, marginalizando a ideia de cruzamento genético interracial. Originou-se aí boa parte das teorias racialistas/deterministas, onde, conforme Andréa Lobo e Euclélia Santos (2018, p. 176), o Brasil multirracializado era constituído da seguinte forma: “Os indígenas foram tomados como a raça primitiva, selvagem e tolerada, [...] os negros foram classificados como a raça indesejada e os europeus como a raça superior, almejada para a formação da jovem nação”.

Este pensamento foi amplamente difundido entre as elites e intelectuais brasileiros, sobretudo após a alforria dos/as escravizados/as. Pois, de acordo com seus formuladores, uma vez que estes se encontravam formalmente livres, não poderiam ser alçados às mesmas condições de poder que os brancos, pois ameaçariam sua supremacia e domínio social, negando aos negros e indígenas o direito à igualdade e mantendo seus privilégios históricos, posta a identificação com o padrão social e intelectual europeu, que remetia aos processos de estabelecimento do liberalismo e aos processos de desenvolvimento industrial, adaptado, claro, à brasileira. Convenientemente, a inferiorização de outros povos pelas vias filosófica e científica atendeu à sanha colonialista europeia, legitimando as novas ondas de colonização europeia na África e na Ásia e a acentuação dos processos de dependência das ex-colônias, o que reflete ainda hoje nos processos de desenvolvimento dos países ditos de Terceiro Mundo (LOBO; SANTOS, 2018).

Avançando-se no tempo, houve ainda a tentativa de se estabelecer a ideia de cordialidade e de (suposta) democracia racial no Brasil, observável na obra de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, algo amplamente questionado e debatido já à época, principalmente por intelectuais ‘mestiços’. Dentre as perspectivas desta visão estava a de desconstrução da ideia de degeneração racial, um abrandamento do histórico de arbitrariedade colonial sobre os povos racializados e construção de um novo modelo de nação e sociedade frente aos países europeus. Formulações ainda mais substanciais procuraram demonstrar o porquê isto é

uma falácia, como os escritos de Abdias do Nascimento (2016) e Alberto Guerreiro Ramos (1965).

Em Guerreiro Ramos (1965, p. 78), assume-se que, “enquanto a exigência do ‘controle social’ supõe o interesse em anular as tensões, conservando a estrutura já estabelecida, a solução dos antagonismos fundamentais da atual sociedade brasileira requer antes a mudança na qualidade de sua estrutura”. Há que se destacar ainda que, conforme Sueli Carneiro (2005), que elabora o conceito a partir da leitura e do conceito de biopoder de Michel Foucault (1979), há um dispositivo de racialidade no qual existem ferramentas de poder, normatização e normalização da hierarquia dos corpos a partir da colonização e dos Estados modernos nacionais. Ou seja, é a condição humana como sinônimo de brancura e que, por consequência, irá redefinir/requalificar todas as outras dimensões humanas e hierarquizar-las conforme elas se aproximem ou se afastem deste padrão, algo que denota as representação construídas em relação ao povo negro e indígena ao longo do período colonial, do qual este dispositivo se beneficiou amplamente.

Logo, “a colonialidade acaba por esconder, negar ou silenciar as narrativas negras e o conhecimento dominante e supostamente universal é imposto”, consolidando, desta forma, um jogo de apagamento e desfavorecimento sistemático para os/as indivíduos/as negros/as, nos campos epistemológicos, ontológicos e de políticas sociais (LOBATO, 2020, p. 32). Ao atribuir ao outro uma identidade negativa, se reiterar sua incapacidade de portar conhecimentos considerados válidos sobre o ponto de vista da tradição ocidental. Essa negação é resultado de ações que visam a limitação do acesso ao conhecimento, objetivando a exclusão da população negra do campo intelectual. A internalização desta identidade, impacta profundamente, conduzindo a uma profecia autorrealizadora que leva à autonegação, à adesão ou à submissão aos valores da cultura dominante.

Os pressupostos de herança colonial, racismo, subalternização e múltiplas exclusões das mulheres negras e indígenas são ponto focal do conjunto da obra de Lélia Gonzales, o que legitima discutir-se estes assuntos, em uma abordagem historiográfica e teórico-conceitual antes de adentrarmos de maneira mais direta os debates levantados pela autora. Ao analisar as ferramentas de exclusão deixadas pela herança colonial é possível construir estratégias práticas para as múltiplas desigualdades que as mulheres negras atravessam.

Desta forma, passemos às discussões sobre a construção da ideia de racismo a partir da constituição da perspectiva de raça (algo que advém da construção colonial) e como isto afeta as mulheres negras.

RAÇA, RACISMO E MULHERES NEGRAS

Em definição ao que caracteriza racismo, a Convenção Interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância (BRASIL, 2022, p. 01) aponta o seguinte:

Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas descritas neste Artigo são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes.

Isto implica dizer que racismo se mostra como uma forma sistemática de discriminação, através de atos conscientes e/ou inconscientes presentes no imaginário coletivo (independem da vontade dos/as sujeitos/as), resultando em desvantagens sócio raciais, segregação e múltiplas violências contra os grupos racializados (COSTA; SILVA, 2017). Além disto, há a questão do preconceito que pode ser lido como uma classificação pejorativa e desumanizadora de determinado grupo social ou indivíduos/as, os estereotipando e assumindo falsas premissas sobre suas características (ALMEIDA, 2020).

Para Mário Theodoro (2022), no Brasil, o racismo é o peso estruturante das desigualdades sociais e pode ser concebido como um sistema ideológico de regras, crenças e valores que naturalizam o fato de que parcela significativa da sociedade vive em condições precárias e isoladas das políticas públicas nas periferias, que, em via de regra, são composta majoritariamente por grupos racializados e de baixo poder aquisitivo. A visão de ‘outros/as’ diferentes, caracterizada pelo racismo, é o que fez com que a desigualdade nascesse e se perpetuasse no seio da sociedade brasileira, refletindo também a realidade latino-americana.

Silvio de Almeida (2020, p. 50), expressa que o racismo decorreu da própria estrutura na qual a sociedade brasileira está ancorada, o que implica dizer que há a normalização da forma na qual “se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo

institucional. [...] Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”.

Deduz-se, por consequência, que o racismo penetrou e se reproduziu beneficiado pela especificidade da estrutura social brasileira e com a anuência dos Estados modernos e como fonte do capitalismo global, criando fossos sociais e segregação, conforme permite-se a continuidade das desigualdades étnico-raciais e a reprodução social do racismo, “revestindo-se de características e papéis distintos, discrepantes e hierarquizados entre indivíduos/as, formatando as identidades, ocupações e mesmo o campo educacional e da pesquisa científica”, assim como destacam Filice (2011) e Almeida Filho e Filice (2023, p. 08).

Conforme Almeida Filho e Filice (2023), existe, desta forma, uma relação transversal entre capitalismo (o sistema econômico-financeiro-comercial em vigor), globalização, Estado e as sociedades (sobretudo as que passaram por processos de colonização), segundo relações dinâmicas de antagonismos e de conflitos entre grupos e de acordo com “uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos” (ALMEIDA, 2020, p. 96).

Em acordo com Abdias do Nascimento (2016, p. 122), no Brasil, para além dos órgãos representantes do poder constituído (governos, legislação, instituições de segurança pública, outros), as camadas dominantes (de pele branca) têm à sua disposição ferramentas sofisticadas de controle sociocultural, como o domínio do capital, dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, da produção cultural e das demandas de consumo. Como resultado, “todos estes instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria”.

Por sua vez, a ideia de racismo institucional foi construída formalmente a partir da luta do povo negro estadunidense por direitos civis, na década de 1960, por Stokely Carmichael (a.k.a. Kwame Ture) e Charles Hamilton (1992). Destrinchando a definição a este fenômeno, Jurema Werneck (2016) expõe que o racismo institucional e/ou sistêmico é um mecanismo derivado da estrutura sócio-política e econômica, que assegura a segregação seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como motor da discriminação diferenciada dos/as diversos sujeitos/as nestes grupos, conforme marcadores sociais da diferença degradantes (HIRANO, 2019) e práticas institucionais inadequadas à dignidade humana de grupos racializados dentro das nações.

Conforme Werneck (2016, p. 13), “trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a

manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior”. Desta maneira, este desdobramento do racismo estrutural atua em prol da manutenção da organização e das atividades estatais, das ações políticas e da institucionalização da vida pública conforme a hierarquia racial discriminatória, se utilizando de estratégias e mecanismos para privar a parcela racializada da população do acesso a posições de vantagem social e poder, garantindo ainda a reprodução, condicionamento e a indução deste modelo nas áreas da vida privada.

Soma-se a isto o que Cida Bento (2022) chama de ‘pacto narcísico da branquitude’, onde, mesmo que em casos de rivalidades entre pessoas brancas, estas se unem para reafirmar ou manter seu status quo frente às demandas por direitos básicos de grupos sociais excluídos, se utilizando, principalmente, da combinação dos fatores ideológico-culturais e sistêmicos de ‘democracia racial’, ‘cordialidade’ e ‘igualdade’ como fonte para a negação de direitos e autoafirmação de seus privilégios, e para a usurpação de conquistas do movimento negro, como as cotas raciais. Desta maneira, podemos também deduzir que o racismo institucional atua também de forma performática, produzindo e reproduzindo as condutas societariamente excludentes e legitimando as ações segregacionistas do Estado³.

Em termos específicos, Lobato (2020) aponta que a exploração de mulheres negras perdurou após a colonização, se utilizando de práticas racistas de opressão institucionalizadas, hierarquizadas e interseccionais, pois mesmo homens negros e mulheres brancas, eventuais vítimas do racismo e da misoginia, podem compactuar com as relações de opressão que incidem sob elas. Além disto, evidencia que há uma diferenciação no tratamento que a sociedade brasileira confere a mulheres brancas e negras, devido aos traços fenotípicos, seja por um padrão estético que privilegia lábios e narizes finos, cabelo liso e pele clara, seja pela estereotipação e por uma mitificação da fragilidade feminina, no qual supostamente a mulher branca seria mais frágil e a mulher negra mais resistente/robusta, além da hipersexualização da mulher negra (LOBATO, 2020).

Isto evidencia, portanto, o cotidiano de racismo e sexismo e seu impacto na vida das mulheres negras do Brasil e da América Latina, pontos de estudo, debates, contestação e insurgência no âmbito do feminismo negro, que, ao criticar essas dinâmicas de dominação e ao desnaturalizá-las, procura engajar e fortalecer o projeto decolonial, contra hegemônico e contra colonial (LOBATO, 2020).

3 Em relação a esta questão, Werneck (2016, p. 13) reitera que já se “é possível compreendermos que, mais do que uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governança quanto de *accountability*”.

Além disto, em acordo com Patrícia Hill Collins (2016), uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista, produzindo análises distintas quanto às questões interseccionais entre raça, classe e gênero.

Contudo, Ângela Davis (2016), assim como Lélia, chama a atenção para a capacidade e para a potência revolucionária da mulher negra, haja vista que ela, a negra, foi capaz de compreender tanto o homem branco, como a mulher branca e o homem negro e, ao longo deste processo, também se auto entender. Ao mesmo tempo, ambas enfatizam que, em relação a mulher negra, destina-se o estigma enquanto trabalhadora doméstica, não apenas uma consequência sócio-histórica, mas algo derivado de projetos de país no período pós-escravidão, nos diversos contextos americanos. Sendo assim, Cardoso traz uma reflexão sobre este tópico, a partir de Lélia Gonzalez:

Segundo Lélia, o engendramento das atribuições “mulata” e “doméstica” teria ocorrido como derivação da mucama, denominação usual no período escravista, originada “do quimbundo mu’kama ‘amásia escrava”. No contexto brasileiro, foi oficialmente redefinida, passando a ser conceituada, no dicionário, por “escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama-de-leite (CARDOSO, 2014, p. 975).

Paralelamente, o mesmo local social seria ‘predestinado’ às mulheres negras dos Estados Unidos. Logo, essa posição social não estava circunscrita ao imaginário coletivo; era consequência da divisão sexual do trabalho tanto lá como nas outras partes das Américas, enquanto resultado dos processos de colonização nos países, baseados em sistemas escravistas de opressão, hierarquização racial e superexploração. Desta forma, uma das principais contribuições de Gonzales e Davis é justamente apresentar ferramentas para compreender, emancipar e combater as múltiplas formas simultâneas de opressão contra estas mulheres. Sobre isto, Davis (2016, p. 99) preleciona que:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria

escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”.

Uma vez que as mulheres negras sofrem com as múltiplas opressões e desigualdades sociais, se tornou irrevogável a necessidade de se enxergar as sociedades que passaram por processos de escravização de uma outra forma, sendo isto algo fundamental para a promoção de mudanças mais profundas e radicais nas estruturas sociais brasileiras e latino-americanas, que são amplamente baseadas no racismo e no sexismo. Ao se organizarem, essas mulheres abalam as estruturas sociais, movimentando-as, conforme ensina Davis (2016). Suas vitórias acabam se tornando a vitória de todas as camadas sociais.

Com bases nestas discussões, caracterizaremos a figura emblemática que Lélia, como alguém que ultrapassou os limites de seu tempo, e para além da sua intelectualidade, se tornou para os estudos sobre raça, gênero e a construção social da América Latina, a partir do legado negro e considerações indígenas, uma referência incontornável.

GONZALEZ: DE EX-BABÁ À INTELLECTUAL, MILITANTE E POLÍTICA.

Sabe qual é o negro mais bonito do mundo? É aquele que tem consciência de suas raízes, de suas origens culturais. É aquele que tem a atitude de quem sabe que é ele mesmo, e não um outro determinado pelo poder branco. Olha só o que os blocos afro de Salvador conseguiram. Apesar de ter citado a Bahia, sou, na verdade, mineira. Nasci em Belo Horizonte. Sou a penúltima de dezoito irmãos filhos de mãe descendente de índios e pai negro. Imagina como eu me sentia na infância quando ouvia as pessoas dizerem que o índio era indolente e o negro pouco confiável? E ainda dizem que no Brasil não existe racismo. Estudar foi uma lenha. Coisa da pobreza. Nos mudamos pro Rio de Janeiro nos anos quarenta. Tive de dar muito duro para poder estudar, mas consegui. Me graduei em História e Filosofia, fiz mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia. Nada mal para uma ex-babá. Antes disso, me casei com um branco, para desgosto da família dele. O choque entre esses dois mundos me despertou para a questão racial. As minhas inquietações me levaram para o movimento negro. A partir daí, o combate ao racismo se tornou minha tarefa principal. Fui uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado. Dediquei minha carreira acadêmica ao estudo das relações raciais no Brasil. Política e teoria precisam se encontrar. E me candidatei a cargos eletivos. Além disso, o seguinte: sou negra e mulher. Isso

não significa que eu sou a mulata gostosa, a doméstica escrava ou a mãe preta de bom coração. Escreve isso aí, esse é o meu recado pra mulher preta brasileira. Na boa. Você quer saber, a cultura negra não é só o samba, o pagode e o funk. Ela está é no “pretuguês” que falamos. Transformou a língua e toda a nossa cultura. Sou Lélia Almeida González. Sou uma cidadã negra brasileira. O negro tem que ter nome e sobrenome (GONZALEZ, s.d. citada por CARNEIRO, 2010).

A partir da fala narrada por Sueli Carneiro (2010), em autodescrição feita por Lélia González em uma de suas entrevistas, é possível se identificar não somente as origens como parte das perspectivas e abordagens de Gonzalez em relação à emancipação da população negra no Brasil e no mundo, em especial das mulheres negras.

Importante ativista, pensadora e escritora brasileira, Gonzalez possui grande relevância frente ao pensamento e à militância feminista e negra no Brasil, tendo recebido diversos prêmios, homenagens (algumas póstumas) e reconhecimento internacional, onde é referenciada pela própria Angela Davis.

Adotou o sobrenome Gonzalez após sua união com o hispano-brasileiro Luiz Carlos Gonzalez e, assim como informa, é marcada pela descendência negro-africana-quilombola e indígena e pelo relacionamento interracial com um homem branco, que, devido às pressões familiares contrárias e outras questões pessoais, suicidou-se. Até então, pelo racismo fortemente enraizado na sociedade e despolitização, renegava, de certa forma, sua origem e se submeteu aos padrões sociais, mas o incidente com o companheiro a despertou para as causas étnico-raciais, tornando esta uma luta pessoal (RATTS; RIOS, 2010).

Sendo mineira de origem e tendo se mudado ainda criança para o Rio de Janeiro, concluiu os estudos básicos no tradicional Colégio Pedro II, mesmo passando por dificuldades. As primeiras ocupações profissionais que conseguiu foram como babá e empregada doméstica, o que denota a vivência das mulheres negras no cotidiano, sobretudo as que compõem a base da pirâmide social. Contudo, não aceitou permanecer sujeita à realidade (RATTS; RIOS, 2010).

Conseguiu concluir o bacharelado em História e Geografia em 1958 e, posteriormente, em 1962, o bacharelado em Filosofia ambos pela Universidade do Estado do Guanabara - UEG (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ), quando passou a lecionar em escolas públicas secundárias no Rio (RATTS; RIOS, 2010).

Em continuidade aos estudos, cursou mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política, com enfoque em etnia e gênero. Também fez cursos livres de Sociologia e Psicanálise (RATTS; RIOS, 2010).

Como professora universitária, lecionou nas Faculdades de Filosofia de Campo Grande (FEUC), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ), no Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, entre outras, exercendo tanto a docência como cargos de diretoria em algumas destas instituições. Além disto, na década de 1970, deu início ao primeiro curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV), se preocupando em cultivar nos/as alunos/as e companheiros/as de militância o pensamento crítico voltado à luta social contra o racismo, o sexismo e outras injustiças (RATTS; RIOS, 2010).

Ao longo do período ditatorial brasileiro (1964-1985), por seu ativismo e intelectualidade, foi uma das pessoas vigiadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), principalmente por compor diversas iniciativas de resistência política ao regime (RATTS; RIOS, 2010).

Sua atuação e produção intelectual é diversa. Podendo ser lida dentro da segunda e terceira ondas feministas (CAROSIO, 2017), onde mulheres negras, de outras etnias e sexualidades questionaram sua representação e visibilidade dentro do movimento, Gonzalez (2011) se preocupou em desconstruir o paradigma dominante, que denominou como feminismo hegemônico, centralizado em mulheres brancas e heterossexuais, de caráter eurocêntrico e liberal.

Sua escrita é marcadamente influenciada por sua ação militante frente ao movimento negro. Desta forma, um ponto marcante da escrita da autora em muitas de suas obras é a utilização de uma linguagem não sujeita aos padrões e regras oficiais gramaticais (um tanto quanto informal para os padrões acadêmicos), portanto, anti-normativa, procurando se utilizar de e visibilizar o legado linguístico dos povos negros e indígenas sujeitos à escravização.

Dentre as discussões que encampa, a descolonização do conhecimento, ou seja, emancipação do pensamento eurocêntrico e também das interpretações do feminismo hegemônico, são pontos importantes de sua obra, pois refuta a ideia de neutralidade epistemológica da ciência (que poderia ser interpretada como parcial, excludente e que invisibiliza contribuições que estão fora dos centros hegemônicos da produção de conhecimento), ressaltando a necessidade de reflexão sobre o uso da linguagem como mecanismo de dominação e manutenção do poder por grupos privilegiados, sendo ainda utilizada como ferramenta de exclusão dos indivíduos

que tiveram as oportunidades de formação intelectual expropriadas historicamente, como negros e mulheres, dado que o sistema educacional é historicamente injusto, sobretudo o de nível superior (GONZALEZ, 1984).

Nisto, em ênfase às contribuições socioculturais e de outras motas à sociedade brasileira, Gonzalez (1984) afirma que, no Brasil, falamos pretuguês, que é o conjunto dos conhecimentos, ensinamentos, tradições e atributos advindos de indígenas e dos povos negro-africanos, trazidos sumariamente para o país no processo de colonização, o que nos diferencia de outras nações e marca a forte influência destes povos na construção do Brasil, para além dos traços branco-europeus, o que marca a identidade brasileira, principalmente na linguagem.

Partindo de uma análise psicanalítica lacaniana, analisa a situação da população negra no Brasil, destacando a dominação, o silenciamento e o racismo estrutural socialmente construído e difundido na sociedade brasileira. Desta forma, pontua que:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Esta fala sustenta parte de sua contundente crítica à domesticação do negro na sociedade brasileira e à naturalização do racismo cultural e estrutural, que se mascaram através de uma falsa visão de democracia racial. Aqui, o negro, em especial a mulher negra, ocuparia um lugar de submissão, de menor condição e incapacidade no imaginário criado na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que seria expropriado da realidade por um discurso marcado pela meritocracia em uma sociedade marcadamente desigual e excludente como o Brasil.

Dentre os vários conceitos trabalhados pela autora, o conceito de neurose⁴ cultural brasileira merece destaque, já que Gonzalez o atrela diretamente à questão do racismo, o entendendo como um sintoma desta neurose, que ataca a ideia de associação e pertencimento dos brasileiros a uma América africana, o que denomina como *América ladina*, criticando o nosso distanciamento frente ao pertencimento à América Latina (GONZALEZ, 1988).

A autora assume posição fundamental ao trazer o debate sobre a mulher negra, o machismo e sexismo para dentro do movimento negro brasileiro, a incluindo como peça central no debate. Segundo Gonzalez:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Como ponto fundamental de sua crítica, Gonzalez procura desconstruir o processo de hierarquização de saberes e na construção da cidadania, pois estes seriam não somente produto da classificação racial/étnica da população como também reproduziria a ideia de superioridade e valorização eurocristã, branca, masculina, universalista, racista e sexista presente na sociedade brasileira (GONZALEZ, 1986; 1988; 2020).

Ao se identificar como amefricana, procura construir uma ponte e interligação entre América e África, dada a forte interligação histórica, sociocultural,

4 A linguagem, pela via lacanianiana da psicanálise, é fundamental para a compreensão do empreendimento da autora ao formular categorias como pretuguês, América Ladina e as violências linguísticas, observáveis em discursos quilombolas tornados risíveis pelos intelectuais brancos. Pretuguês, aliás, embasado na herança banto não só no linguajar, mas na estrutura mesma da nossa língua. Os efeitos da exploração da mulher negra também revelam chaves para uma leitura da violência linguística observável no nível do discurso. Lembremos da importância de Lacan para a autora e do estruturalismo de Lévi-Strauss para o psicanalista. Assim, o percurso de Gonzalez pela linguagem passa pela psicanálise, complexificando estruturas linguísticas e passando aos efeitos colonialistas e racistas do uso da linguagem. Não à toa que Frantz Fanon será uma de suas maiores influências. Para o autor, assim como para ela, é também na linguagem que o racismo-colonial se expressa (MACHADO, 2021, p. 02-03).

religiosa, étnico-racial, dentre outras presentes na formação dos povos e sociedades latino-americanas, em especial a brasileira. Em sua crítica, não só evoca um pertencimento racial (uma volta à África) como critica a reprodução das formas de dominação e exclusão dentro dos próprios movimentos sociais, caso do sexismo patriarcal no movimento negro nacional. Propõe a conscientização sobre este problema e um processo de solidariedade entre mulheres (dororidade), sobretudo entre mulheres marcadas pela etnicidade (GONZALEZ, 2011; 1986; PIEDADE, 2017).

Em sua perspectiva, Gonzalez (2011, p. 18) assevera o seguinte:

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região -assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM, a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade.

Além de advogar em prol da confluência e interação entre os movimentos sociais (ideia basilar do MNU)⁵, Gonzalez reitera, ao longo de seus escritos, a importância da educação e a necessidade de os grupos dominados produzam seu próprio conhecimento e consciência da realidade, permitindo se perceber como excluídos dos centros hegemônicos, o que os impediria também de se engajar nas

5 Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial foi o nome original do MNU, abreviado para Movimento Negro Unificado apenas em 1979 (MOTTA-MAUÉS, 2009).

lutas políticas por direito e igualdade, com o intuito de atingirem uma verdadeira democracia racial, o que seria possibilitado pelo respeito e institucionalização das liberdades individuais e as transformações sociais rumo a uma sociedade fraterna e igualitária.

A autora, ao longo de sua obra e ativismo partiu da ideia de luta por direitos fundamentais da população negra (em especial das mulheres negras) e luta por igualdade, justiça, reconhecimento e solidariedade.

Relativo a estas questões, entende-se que o movimento negro foi fundamental na mobilização social com vistas à prossecução de direitos civis, políticos e sociais da população negra ao longo da história. A luta do povo negro se caracteriza como vetor a serviço da democracia (e democratização), do reconhecimento dos marcadores sociais das diferenças, combate às desigualdades e para a transformação sociocultural das estruturas sociais desiguais e excludentes como a sociedade brasileira. As obras, o ativismo e a postura dissidente de Gonzalez se mostraram fundamentais e se firmaram como referência histórica, neste aspecto. Em suma, os movimentos sociais são indissociáveis da luta por igualdade, respeito, reconhecimento, políticas públicas e inclusão dos grupos socialmente estigmatizados, o que a autora endossou e encampou.

Esta análise é oportuna em um momento em que, ao redor do globo, houve a ascensão de grupos, instituições e governos conservadores, muitos dos quais tem feito retornar (ou mesmo ingressar) ao debate público temas como racismo, direitos da mulher e feminismo, democracia (e democracia racial), minorias e direitos humanos em geral, o que tem gerado considerável polarização sobre tais pautas, sendo que tais grupos reacionários partem de uma premissa e atuação antiminorias, anti-institucional, antidemocrática e contrária aos direitos humanos, o que se contradiz com a luta, ações engajadas e anseios de Lélia, que prezou por equidade/igualdade social, democracia, emancipação humana e transformação do tecido social.

Gonzalez (2011, p. 17) ainda tece crítica ao imperialismo capitalista e o relaciona ao processo de exploração das populações subalternas, em especial de mulheres etnicizadas, assumindo que “[...] este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano”.

Como militante e política, sua história é marcada por uma trajetória bastante ampla e proativa, sendo que sua atuação frente ao MNU lhe deu projeção e sua militância se deu em várias instituições e frentes, algumas das quais foi membro-

-fundadora. Segundo a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN (2012):

Lélia se destacou pela importante participação que teve no MNU [...]. Em 07 de julho de 1978 em ato público oficializou a entidade em nível nacional. Para ela, o advento do MNU “consistiu no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade brasileira na década de 1970”. Ativista incansável, militou também em diversas organizações, com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga, do qual foi uma das fundadoras. Em Salvador fez-se presente na fundação do Olodum. Sua importante atuação em defesa da mulher negra rendeu a Lélia a indicação para membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Atuou no órgão de 1985 a 1989. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e disputou vaga na Câmara Federal, em 1982, alcançando a primeira suplência. Foi candidata a deputada federal em 1982. Em 1986, estava no Partido Democrático Trabalhista (PDT), por onde se candidatou como deputada estadual, também conquistando a suplência.

Mesmo Lélia não conseguindo adentrar à política institucional em cargo eletivo, se manteve proativa e atuante na vida pública e política, participando do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher até o ano de 1989, e em outras esferas, até 1994, ano de seu falecimento (RATTS; RIOS, 2010).

Podemos constatar, portanto, que para além da sua busca pela construção de um feminismo afro-latino-americano, de uma identidade amefricana e do reconhecimento da importância da população negra e indígena para a construção da história latino-americana, Gonzalez se preocupou em promover ações transformadoras da realidade prática, tanto em suas ações em organizações e movimentos sociais, quanto no cenário político, sendo ainda uma figura importante nas discussões da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), sendo também uma das fundantes dos Encontros Nacionais de Mulheres Negras (GARRIDO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar, desta forma, como foi construído o processo de dominação, expropriação, invisibilização e (in) significação das histórias, dos registros, dos saberes, das culturas, tradições e costumes dos povos e civilizações indígenas, processo que se deu no âmbito de um sangrento genocídio, da violação e de toda sorte de arbitrariedades contra o território, os povos e os recursos que aqui já existiam e sobre os povos dominados no continente africano e trazidos forçosa-

mente às Américas, o que acabou também sendo o suporte para a consolidação da modernidade europeia, de onde surgiram mecanismos de dominação cada vez mais complexos que passaram a moldar o cotidiano e imaginário dos povos colonizados, o que subverteu as origens, legado e registros dos povos indígenas que já estavam aqui antes da chegada de Colombo e do legado africano trazido ao Brasil (DUSSEL, 1993).

Soma-se a isto a interpretação enviesada dos povos não europeus, por uma ótica eurocêntrica, marcada pela religiosidade cristã e pelo etnocentrismo colonial branco, que seguiu expresso nas formulações científicas que respaldaram a inferiorização de negros e indígenas (e do próprio ideal de povo brasileiro) frente ao branco europeu. Sob o mesmo ponto de vista, estabeleceram, a partir disto, um eixo articulador entre racismo, machismo e capitalismo, explicitando, assim, o impacto do racismo nas relações de gênero, ótica muitas vezes ignorada pelas feministas brancas e/ou pertencentes às classes abastadas.

De fato, percebe-se que boa parte das autoras brasileiras passaram a refletir sobre a condição da mulher negra a partir de suas próprias experiências e realidades. As relações das posições sociais que a mulher negra ocupa frente a perspectivas racistas são tratadas ao longo do texto a partir de uma análise histórica e sociocultural. Lélia Gonzalez não internaliza em si as ideias racistas coletivas impostas aos indivíduos/as, reescrevendo sua própria história a partir dos impactos do racismo na sua subjetividade, enquanto uma das militantes precursoras da volta do movimento negro brasileiro (duramente reprimido durante a ditadura) e também do movimento negro latino-americano e, quiçá, mundial.

A partir de sua vivência, de seus estudos e análises, o pensamento social brasileiro recebeu grande impacto, nos permitindo repensar os processos de exclusão, violência e atravessamentos múltiplos da questão racial brasileira, sobretudo no que tange à mulher negra. Além disto, Lélia está na base de uma crítica às opressões de gênero, raça e da persistência das feridas coloniais no cotidiano das nações latino-americanas.

Lélia também marca o fato de que a representação do feminismo negro, enquanto epistemologia, é expressa pela realidade e experiência própria das mulheres negras, para além das reproduções liberalizantes que o feminismo branco e eurocêntrico insiste em negar ou negligenciar sistematicamente. Não obstante estabeleça uma conexão entre teoria e prática, Gonzalez foi rejeitada constantemente pela produção acadêmica de inclinação masculina, branca e europeia, mas sua obra tem rompido cada dia mais estas limitações e se perpetuando no espaço acadêmico como símbolo de luta, resistência e brasilidade.

Como ela mesma nos aponta, a produção de conhecimento precisa ser útil, ter um objetivo prático, dialogar com a população atingida e, principalmente, ser um passo para a transformação social rumo à emancipação.

Defendemos, então, a ideia de experiências concretas utilizadas como critério de significado e de credibilidade, para, a partir disto, reivindicar uma produção de conhecimento realmente emancipadora e revolucionária, o que aprendemos com Lélia, mulher, negra, militante e acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ABPN. HOJE NA HISTÓRIA, 1935, nascia Lélia Gonzalez. In: **Portal Geledés** - Instituto da Mulher Negra, São Paulo, fev. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA FILHO, Marcelo M.; FILICE, Renísia Cristina G. Crise do capitalismo neoliberal, desigualdades e o Brasil na encruzilhada. XIX Congresso Internacional do Fórum Universitário MERCOSUL - Integração em tempos [...], João Pessoa, nov. 2023, **Anais**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AHEvg>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Rio de Janeiro; São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 10.932, de 10 de janeiro de 2022. **Promulga a Convenção interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013**. Brasília: Casa Civil, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-como-nc3a30-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Lélia Almeida González (1935 - 1994) (Comunicação Oral). In: **A cor da cultura**. Heróis de todo o mundo. Rio de Janeiro: Fundação

- Roberto Marinho, [1987] 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QEij7sXdJos&ab_channel=VIDEOTECA. Acesso em: 26 jun. 2024.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965–986, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/#>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. **Black power: The politics of liberation**. Rep. & rev. New York: Vintage books, [1967] 1992.
- CAROSIO, Alba. Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. In: RODRIGUÉZ, Montserrat Sagot. **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20170828113947/Feminismos_pensamiento_critico.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: A significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, trad. Juliana de Castro Galvão, rev. Joaze Bernardino Costa, v. 31, n. 01, jan./abr. 2016, p. 99-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- COSTA, Joaze Bernardino; SILVA, Vanessa Patrícia Machado. Racismo institucional e argumentos sobre cotas raciais. **Revista Eixo**, Brasília, v. 6, n. 2 (especial), nov. 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/511>. Acesso em: 15 maio 2024.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, Enrique. 1492 - **O encobrimento do outro**: A origem do mito da modernidade. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EVARISTO, Conceição Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.) **Representações performáticas brasileiras**: Teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- FANON, Frantz Omar. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: UFBA, 2008.
- FERREIRA, Tássio. **Pedagogia da circularidade afro-cênica**: Diretrizes metodológicas inspiradas nas ensinagens da tradição do Candomblé Congo-Angola. 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30994/1/TESE-PedagogiadaCircularidadeAfroc%C3%AAnica%20%28T%C3%A1ssio%20Ferreira%29.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

- FILICE, Renísia Cristina G. et al. Apresentação - “Caminhar com seus próprios pés” e “pensar com sua própria cabeça”: trilhas da história, resistência(s) e emancipações. In: FILICE, Renísia Cristina G.; JESUS, Leandro S. B. de; LIMA, Redy Wilson; BARROS, Miguel de (org.). **Tecendo redes antirracistas III: entre resistências e emancipações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: A cultura na implementação de políticas públicas**. Autores Associados, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, 2018, p. 435 - 463. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018435/9407>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia Almeida. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (org.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986.
- GONZALEZ, Lélia Almeida. (1979). Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org).
- GONZALEZ, Lelia Almeida. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia Almeida. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia Almeida. Por um feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 01, Vitória, [1988] 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=249765>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: Rastreado a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: Fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

- LOBATO, Danielle de Castro Silva. **Contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento decolonial, feminista e anti-racista latino-americano**. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas) - Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40706/1/2020_DanielledeCastroSilvaLobato.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.
- LOBO, Andréa Maria Carneiro; SANTOS, Euclélia Gonçalves. **História da África e cultura afro-brasileira**. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.
- MACHADO, Cauê Fraga. Resenha do livro Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos, de Lélia Almeida Gonzalez, org. Flávia Rios e Márcia Lima. **Maná**, v. 27, n. 02, 2021, p. 01-04. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/8dCkDDv4wgsRGP9YJv9dnsK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.
- MARTINS, José. **Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista**. São Paulo: UNESP, 2024.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidad, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **Movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-negro>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Introdução ao estudo da razão sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1965.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- ROBINSON, Cedric J. **Marxismo Negro: La formación de la tradición radical Negra**. Trad. Juan Mari Madariaga. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.
- SANTOS, Daniela Soares dos; CARVALHO, Tereza Ramos de. A representação do negro escravo na narrativa Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista Humanidades e Inovação**, Unitins, v.5, n. 1, 2018, p. 29-43. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/624/487>. Acesso em: 29 maio 2024.
- THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: Racismo e Branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

- TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A Questão do Outro**. 2. ed. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Trad. Marcela Coelho de Souza; Alexandre Morales. São Paulo: Cosac & Nayf, 2010.
- WERNECK, Jurema. Racismo Institucional. In: Geledés; CFEMEA (coord.). **Racismo Institucional: Uma Abordagem Conceitual**. São Paulo. Ibraphel Gráfica, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

Permanências, rupturas, transformações: os antifeminismos de ontem e de hoje

*Permanences, ruptures, transformations: yesterday's
and today's antifeminisms*

Thaís Batista Rosa Moreira^a 

Resumo A partir da exposição e análise de uma série de manifestações antifeministas, resgatadas de fontes escritas e iconográficas que datam de meados do século XIX até os dias atuais, proponho uma reflexão que matize a historicidade desses fenômenos, observando suas estratégias e retóricas, inscritas em uma dinâmica de permanências, rupturas e transformações através do tempo. Além disso, o artigo apresenta um breve panorama historiográfico, dando destaque às interpretações específicas sobre o antifeminismo propostas por Susan Faludi (2001), Florence Rochefort (1999) e Rachel Soihet (2013). Assim, busca-se ressaltar a importância de articular o passado e o presente para compreender os discursos antifeministas, atentando-se tanto aos aportes deixados pela bibliografia especializada no tema, como para suas limitações face aos desafios contemporâneos.

Palavras-chave antifeminismos. Antigênero. Antissufragismo. Sexismo. Historiografia.

Abstract *From the exposition and analysis of a series of anti-feminist manifestations, retrieved from written and iconographic sources dating from the mid-19th century to the present day, I propose a reflection that nuances the historicity of these phenomena, observing their strategies and rhetorics inscribed in a dynamic of continuities, ruptures, and transformations over time. Additionally, the article presents a brief historiographical overview, highlighting specific interpretations of anti-feminism proposed by Susan Faludi (2001), Florence Rochefort (1999), and Rachel Soihet (2013). Thus, the importance of articulating the past and the present to comprehend anti-feminist discourses is emphasized, paying attention to both the contributions made by specialized bibliography on the topic and their limitations in the face of contemporary challenges.*

Keywords *anti-feminisms. Anti-gender. Anti-suffragism. Sexism, historiography.*

a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP. E-mail: thais.moreira@usp.br

INTRODUÇÃO: OFENSIVAS ANTIGÊNERO E ANTIFEMINISMOS

“A história da oposição dos homens à emancipação das mulheres talvez seja mais interessante do que a história da própria emancipação” (Virgínia Woolf, *Um teto todo seu*, 1985, p. 69)

A observação de Virgínia Woolf foi um ponto de partida muito retomado por estudiosas que buscaram refletir sobre o antifeminismo. A historiadora Michelle Perrot evoca a citação no prefácio que escreveu para *Un siècle d'antiféminisme* (1999), livro dedicado à reflexão sobre o fenômeno no contexto europeu¹. Já Branca Moreira Alves salienta que a luta internacional pelo direito ao voto feminino confirma a fala de Woolf, pois “cada vez que lemos ou relemos essa história, sentimos novamente a indignação e nos deparamos ainda com a incompreensão sobre as razões que explicam a ferrenha e constante resistência aos direitos das mulheres” (2019, p. 49)². Assim, a história do antifeminismo - ou melhor dizendo, dos antifeminismos - tem sua relevância pautada sobretudo em sua perenidade, isto é, no fato de que os posicionamentos e discursos contrários aos feminismos, em suas mais variadas formas, estão ainda na ordem do dia. Dentre debates acalorados, polêmicas e contradições, trazer em pauta os antifeminismos torna-se um desafio particular - ou, como diria Virginia Woolf, continuando a citação anterior: “Seria possível escrever um livro divertido sobre isso, caso alguma jovem aluna de Girton ou Newnham colhesse exemplos e deduzisse uma teoria — mas ela precisaria de luvas grossas nas mãos e de barras de ouro maciço a protegê-la” (1985, p. 69).

Com efeito, os atuais apelos antifeministas direcionados à chamada “ideologia de gênero”³ - expressão que remete a uma contraofensiva católica do final da década

1 A coletânea contém análises, sobretudo de historiadoras e sociólogas, que contemplam desde o fim do século XIX até meados da década de 1990. Em 2019, comemorando os vinte anos da publicação, a organizadora Christine Bard retomou e atualizou as discussões em um novo livro, intitulado *Antiféminismes et masculinismes d'hier et d'aujourd'hui*, dirigido em parceria com Mélissa Blais e Francis Dupuis-Déri. Ambas as publicações ainda não foram traduzidas para o português, exceto o capítulo de Sylvie Chaperon em *Un Siècle d'antiféminisme* (ver em: CHAPERON, Sylvie (2005). “Auê sobre o Segundo sexo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 37–53).

2 A reflexão está no início de “A luta das sufragistas”, texto revisado de Moreira Alves que baseia-se em seu trabalho *Ideologia e Feminismo*, publicado originalmente em 1980.

3 “Ideologia de gênero” não é um conceito científico. Segundo Rogério Diniz Junqueira, “são grotescas formulações paródicas ou até fantasmáticas que, porém, atuam como poderosos dispositivos retóricos reacionários, eficazes na promoção de polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais” (2019, p. 3).

de 1990⁴ - ecoaram com vigor nos últimos anos em todo o mundo. Um dos exemplos mais emblemáticos ocorreu no ano de 2017, quando a visita da filósofa Judith Butler ao Brasil para um compromisso acadêmico resultou em um protesto em frente ao Sesc Pompeia, em São Paulo. No ato, convocado pelo grupo conservador “Direita São Paulo”, viam-se inúmeros cartazes com dizeres como “Menos bruxas, mais príncipes e princesas” e “Sonho de Judith Butler: destruir a identidade sexual dos seus filhos”. Dentre as participantes mulheres, muitas vestiram-se com peças e laços cor-de-rosa. Além disso, apareceram diversos outros símbolos utilizados por setores alinhados ao bolsonarismo na época: bandeiras do Brasil, bíblias e pedidos por “intervenção já”⁵. As fotorreportagens registraram, ainda, uma boneca alegórica caricaturando Butler com um chapéu de bruxa, que, após ser exibida pelos manifestantes, foi queimada e ornamentada com um crucifixo de madeira⁶. O rosto da filósofa também foi utilizado em faixas clamando por “Pedofilia não” e “Go to hell”.

4 Para Sara Garbagnoli (2019), o Vaticano lançou “uma cruzada transnacional contra o uso conceito de gênero no seio das instâncias políticas”, sendo o fenômeno antigênero caracterizado também pela “deformação e diabolização das posições e teorias adversas” (p. 242, tradução própria). Sobre o termo “ideologia de gênero” e sua genealogia, ver: MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* [online], v. 32, n. 03, p. 725-748. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>>. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

5 Vale destacar que alguns dos símbolos, apelos e frases utilizadas por manifestações de grupos de extrema-direita da atualidade são de viés transnacional. Isto é, apesar das particularidades nacionais e regionais - como o caso destacado -, existem semelhanças e circulações de discursos (verbais e visuais) que não devemos perder de vista. Em entrevista à revista *Sur*, Sonia Corrêa (coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política) destaca que a foi a *La Manif Pour Tous* em Paris (2012-2013) que “lançou ao mundo a estética de “meninas vestem rosa” e “meninos vestem azul” (2022). Sobre o emprego de símbolos e slogans similares nas campanhas antigênero dos últimos anos, ver também: GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elżbieta (2022). “Anxious parents and children in danger: the family as a refuge from neoliberalism”. In: *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*. Londres: Routledge, p. 114-136.

6 As fotografias estão disponíveis em: <https://m.folha.uol.com.br/gallery/#galeria=1583417806241586-protesto-contrajudith-butler-em-sao-paulo,foto=1583417806487349,ref=ilustrada/2017/11/1933437-manifestantes-pro-e-contrajudith-butler-protestam-no-sesc-pompeia.shtml,fotografia_url=https://galerias.folha.uol.com.br/galerias/1583417806241586-protesto-contrajudith-butler-em-sao-paulo->. Acesso em fevereiro de 2024.



Figura 1. São Paulo - Manifestantes protestam contra e a favor da participação da filósofa Judith Butler no seminário *Os Fins da Democracia* realizado pelo Sesc Pompéia, em parceria com a Universidade da Califórnia (Rovena Rosa/Agência Brasil). 7 Novembro 2017. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifestantes_protestam_contra_e_a_favor_de_fil%C3%B3sofa_Judith_Butler_em_S%C3%A3o_Paulo_\(38245843701\).jpg#/media/File:Manifestantes_protestam_contra_e_a_favor_de_fil%C3%B3sofa_Judith_Butler_em_S%C3%A3o_Paulo_\(38245843701\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifestantes_protestam_contra_e_a_favor_de_fil%C3%B3sofa_Judith_Butler_em_S%C3%A3o_Paulo_(38245843701).jpg#/media/File:Manifestantes_protestam_contra_e_a_favor_de_fil%C3%B3sofa_Judith_Butler_em_S%C3%A3o_Paulo_(38245843701).jpg)

Em um contexto efervescente de um ano pré-eleitoral, tal episódio truculento foi representativo da rejeição e da misoginia que determinados setores canalizam às feministas⁷. Dando continuidade a tais discursos, no início de 2019, com a posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República, a recém nomeada Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves afirmou que “uma nova era” havia começado, e que “menino veste azul e menina veste rosa”⁸. Entretanto, essa onda de protestos e manifestações

⁷ Segundo Marlise Matos, nos últimos 5 anos houve uma onda de projetos de lei, emendas à constituição e leis complementares com forte viés anti-gênero sendo apresentadas no Brasil. (2021, p. 258). A autora cita como exemplos o “Estatuto do Nascituro” de 2021 e o PL 4213/2020 de autoria de Caroline de Toni (PSL/SC), que tinha como objetivo a extinção das cotas parlamentares às mulheres.

⁸ Ver em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso em março de 2024.

públicas antifeministas e antigênero⁹ não se restringiu ao cenário político brasileiro.

Desde o fim dos anos 2000, as campanhas cresceram em diversos países - dentre eles a Polônia, Itália e México - através de movimentos familiaristas e antiaborto (Garbagnoli, 2019, p. 242). Ainda que apresentando nuances e particularidades, as “guerras ao gênero” são transnacionais e se disseminaram por todo o mundo, bem como suas estratégias de mobilização (Corrêa, 2022, p. 23). Na França, as manifestações ganharam fôlego na década de 2010 (Stambolis-Ruhstorfer, Tricou, 2018). E como salienta a pesquisadora Joana Maria Pedro, a discussão de gênero na América Latina também vive sob ataques, e a chamada “ideologia de gênero” tem sido usada como instrumento para ganhar eleições e atender a uma pauta moral e reacionária (2020)¹⁰. Em vista disso, trabalhos acadêmicos recentes se dedicaram a investigar tais manifestações, tanto em seu âmbito transnacional como local, refletindo sobre suas relações com o conservadorismo religioso e com grupos políticos ligados à extrema-direita¹¹.

Do ponto de vista histórico, contudo, é possível observar que muitos dos elementos retóricos mobilizados pelos antifeminismos atuais possuem aproximações com discursos do passado. Judith Butler não foi a primeira estudiosa e escritora alvo de críticas e hostilidades. A conhecida filósofa Simone de Beauvoir - igualmente atacada por escritos antifeministas contemporâneos¹² - também enfrentou recepções polêmicas de sua obra *O Segundo*

9 Vale ressaltar que as expressões “antifeministas” e “antigênero” não são sinônimas, ainda que grupos antifeministas sejam atores centrais para a disseminação dos discursos antigênero da atualidade. O termo “antifeminismo” remete ao fim do século XIX, período em que “feminismo” passa a ser mais utilizado - e resignificado - por mulheres engajadas com a conquista de direitos e a emancipação feminina (BARD, 2019, p. 10). Já a expressão “antigênero”, como destacado em notas anteriores, é mais contemporânea, sendo mobilizada por ofensivas conservadoras e religiosas a partir do fim da década de 1990.

10 Na mesma entrevista, Joana Maria Pedro cita como exemplo o documentário *Gênero bajo ataque* (2018), produção dedicada a investigar como a chamada ideologia de gênero tem sido mobilizadas nas eleições e espaços políticos do Peru, Costa Rica, Colômbia e Brasil. Ver em: PELUFFO, Ana et al. “Simpósio: cinco questões sobre os estudos de gênero na América Latina”. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) [online]. 2020, v. 33, n. 70 [Acessado 20 Março 2024], pp. 227-253. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000200002>>. Epub 08 Jun 2020.

11 Um exemplo é o artigo já citado de Rogério Diniz Junqueira (2019). Destacamos ainda o trabalho de Edmeia Ribeiro (2019) sobre a ofensiva antigênero no México, e a dissertação *Movimento antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015-2019)*, de autoria de Carem Aline de Oliveira (2020).

12 Karina Veiga Mottin demonstra, em seu artigo, como as pensadoras Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir e Judith Butler são mobilizadas (e recortadas) na narrativa antifeminista do livro *Feminismo: perversão e subversão*, de Ana Caroline Campagnolo (2019). Ver em: VEIGA MOTTIN, Karina (2023). “O Conceito de Gênero no Pensamento Antifeminista Brasileiro Contemporâneo”. *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, [S. l.], v. 32, n. 72, p.

Sexo no ano de sua publicação. Do mesmo modo, a denúncia atual de que “o gênero” está promovendo uma “inversão dos papéis” entre mulheres e homens nos remete a expressões muito presentes na imprensa e nas manifestações culturais (peças de teatro, músicas, filmes, entre outros) do início do século XX (Moreira, 2023, p. 167). Naquela ocasião, o principal “inimigo” era o sufrágio feminino, que supostamente levaria à “masculinização das mulheres” e “desvirilização dos homens”.

Assim sendo, este artigo visa explorar a questão das permanências, rupturas e transformações em âmbito transnacional dos antifeminismos na sociedade ocidental, com destaque para os casos brasileiro e francês, mas não exclusivamente, partindo da historicização desses posicionamentos e discursos detratores. Para isso, analisarei alguns exemplos que datam do século XIX ao XX, observando tanto a dimensão de longa duração de determinadas concepções antifeministas quanto os seus elementos conjunturais, próprios das circunstâncias de cada época em que foram produzidas¹³. Em seguida, apresentarei três trabalhos que discutiram especificamente a questão dos antifeminismos nesses contextos: *Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres* (2001), de Susan Faludi; *L'antiféminisme à la Belle Époque, une rhétorique réactionnaire* (1999), de Florence Rochefort (1999) e, por fim, *Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (2013), de Rachel Soihet. Veremos que há uma centralidade da noção de *reação* nessas interpretações, bem como do manejo interdisciplinar de conhecimentos e conceitos que possibilitam uma análise mais aprofundada das expressões antifeministas.

MULHERES, OBRAS E IDEIAS QUE INCOMODAM

Em 1922, a popular revista ilustrada *Careta*, editada no Rio de Janeiro, publicou uma crônica chamada *Uma these feminisia*, assinada pelo pseudônimo Herr Hess. Ao grafar “feminisia” em lugar de “feminista”, o autor pretendia fazer uma referência jocosa ao nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta (Moreira, 2019,

116–129. doi: 10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n72.p116-129. Disponível em: <https://revistas.uepb.br/index.php/faeeba/article/view/17697>. Acesso em: mar. 2024.

13 A preocupação com as permanências, rupturas e transformações está diretamente relacionada ao que menciono como a dimensão de longa duração e, por outro lado, os elementos conjunturais e circunstanciais de cada época. Essa perspectiva teórica-metodológica é influenciada especialmente pelo campo da História Cultural e da “História Nova”, desenvolvida por muitos(as) historiadores(as) vinculados(as) à chamada “Escola dos Annales”. Ver em: LE GOFF, Jacques (1990). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes; CHARTIER, Roger (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

p. 66), uma conhecida educadora preocupada com a emancipação feminina, autora de *Opúsculo Humanitário* (1853). Já na época de Nísia Floresta, em meados do século XIX, quando começam a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres, os críticos se manifestavam vivamente, julgando suas produções como “imprensa secundária”, inconsistentes e supérfluas (Duarte, 2019, p. 30)¹⁴. Esse tipo de rechaço às mulheres intelectualizadas e às suas produções encontra exemplos para além do contexto brasileiro: na França, as sátiras já eram recorrentes e mencionavam figuras públicas, como George Sand¹⁵:

14 Os reflexos do incômodo causado pelas mulheres intelectualizadas também se encontram na literatura brasileira. Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, em sua obra *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX* (1989) traz como exemplo a personagem Deolinda, do romance *Rosa* (1861) de Joaquim M. Macedo. Deolinda é professora, de estado civil desconhecido e engajada com os direitos femininos - declara conhecer “como as palminhas de minhas mãos as obras de George Sand”. A personagem é estigmatizada por um senhor que diz “(...) não é lá uma grande honra ser mestra, ou professora de meninas; aqui no Rio de Janeiro qualquer bicho-careta abre colégios de meninas (...)”. Segundo Crescenti Bernardes, “o único papel feminino, entre todos os que foram analisados, realçado por uma qualificação profissional e não por uma identificação de família, é extremamente ridicularizada pelo romancista” (1989, p. 90). Ademais, “o ridículo de sua figura foi a forma encontrada pelo romancista para, estigmatizando tal independência, resguardar o ideal de mulher submissa que é então preconizado e resguardar também a continuidade da família ameaçada pelos ‘direitos femininos’” (1989, p. 91).

15 George Sand foi o pseudônimo da romancista Amandine Aurore Lucile Dupin (1804-1876), conhecida pela opinião pública por vestir-se com trajes masculinos. O seu primeiro sucesso literário foi o romance *Indiana* (1932), que aborda criticamente o tratamento da mulher no matrimônio.



Figura 2. *Congrès masculino-fœmino-littéraire.* Ilustração de Henri-Gérard Fontallard, revista *Aujourd'hui - Journal des ridicules* (França), 15 de outubro de 1839. Reprodução do Acervo Digital do *Musée Carnavalet, Histoire de Paris*. Disponível em: <https://www.paris-museescollections.paris.fr/fr/musee-carnavalet/oeuvres/congres-masculino-foemino-litteraire-15-8bre-1839-2me-annee>

A imagem acima, publicada na capa de um jornal satírico francês em 1839, ilustra a cena de um imaginado “congresso masculino-feminino literário”, em que as personagens chamam a atenção por seus comportamentos e reações tidos como vulgares para as damas da época. Essas mulheres são escritoras atuantes naquele período: da esquerda para a direita vemos Eugénie Foa, Sophie Gay, Virginie

Ancelot, George Sand e Delphine de Girardin. As suas identidades são explicitadas também nos trocadilhos da legenda, sugerindo que são “anfíbios metade homem metade mulher”, “velhas” e “sem fé”, além de péssimas literatas, já que “nem sempre fazem bons brindes literários”, “ficam alegres quando finalmente surgem ideias” e “raramente inventam algo”. O termo *bas-bleus* (meias azuis) designava essas mulheres das letras, e tornou-se, no cenário francês, tão pejorativo quanto as peças cômicas *Les Femmes Savantes* ou *Les Précieuses Ridicules* de Molière, do século XVII. Em suma, as *bas-bleus* eram, nessas narrativas satíricas, sinônimo de mulheres masculinizadas, deslocadas e de baixa qualidade artística e intelectual (Moreira, 2023, p. 177).

A observação desse cenário já refratário à emancipação feminina ainda no século XIX nos permite compreender o fervoroso antissufragismo que ganhará as páginas da imprensa e dos postais no início do XX. Se as mulheres escritoras já incomodavam alguns setores, disputando o espaço concorrido dos círculos literários, com a demanda explícita por direitos civis e políticos a “ameaça de invasão dos espaços masculinos” tornaria-se ainda maior. Feministas e sufragistas passaram a ser retratadas como mulheres velhas e feias, descontentes e masculinizadas, acusadas de promoverem uma “inversão dos papéis de gênero”. Em outras palavras, o já conhecido repúdio às mulheres intelectualizadas ganha uma nova roupagem. Nesse sentido, os discursos antifeministas mobilizam uma narrativa de “crise da virilidade” dos homens, que, por sua passividade, contribuiriam para a “ascensão dos ideais feministas” (Moreira, 2021, p. 275). Charges e caricaturas das ativistas eram constantemente publicadas em revistas como *O Malho*, que contavam com tiragens consideráveis e circulavam, em especial, nos grandes centros urbanos da época:

O MALHO

POSTAES MASCULINOS

AUSENCIA

A minha Irmã Santa (Aracajú, Sergipe):
 Longe de ti minh'alma, entristecida,
 Jámais te esquecerá um só instante,
 E de saudades vive agonizante,
 Já descrente de tudo nesta vida...
 Cada dia que passa ella duvida
 Do teu amor sincero e tão constante,
 E quer deixar-me p'ra viver errante,
 Vagando pelo espago, sem guarida...
 Eu sei de tudo Santa... e não me esquivo
 De declarar-te d'aquí mesmo, ausente,
 O que a tanta descrença deu motivo:
 Minh'alma vive assim desiludida,
 Acredita o que digo — é tão somente
 Porque tu não choraste na partida...
 Antonio Dantas Bittencourt

Como o dia possui o sol, grande astro que nos illumina e aquece, o amor possui a bella e fulgurante estrella

que nos guia e fortalece — a esperança: — Arthur Fonseca (Jahu)

Assim como as vagas se quebram de encontro ás praias, deixando após si a branca espuma, tambem a vida se despedaça de encontro ás illusões, deixando na sua retaguarda as doces esperanças. — Accacio Dias (Cantagallo, Estado do Rio).

LEX

Cabe a gotta de orvalho sobre a flor,
 Sobre as faces as lagrimas cruéis;
 Sobre mim teu olhar cego, e de amor
 Caio eu a teus pés!
 Morre a gotta de orvalho ao sol ardente,
 Morre o granto que molha o rosto teu,
 Sobre mim teu olhar morre, e, contente
 Por te amar, morro eu!
 Guilherme Cruz

Respondendo a Geth Jansen (Rio Madeira):
 O illustre *pensamenteiro* vai desviado da trilha da razão, chamando o amor de desgraça e imbecilidade. Elle é a agua lustral da fonte divina que sacia a sede do coração; é a aurora irradição luminosa das alvoradas do céu, que dissipa as pesadas trevas da noite de nossa vida, e, portanto, não merece tão injusta profanação. Pensar

PERIGO FEMININO

«Louvras, to — Compareceram á barra do Tribunal duas suffragistas que quebraram uns vidros das janelas de «Gisela Hall» na noite do banquete offerecido ao novo Lord Mayor da City. Em poder das suffragistas foi encontrada uma seringa e uma garrafa de leite com que se propunham assaltar o Sr. Herbert Asquith, presidente do Conselho de Ministros, e submettel-o á experiencia feita na prisão de Manchester com as suffragistas que se negaram a tomar alimentos. Como é sabido, o director da prisão de Manchester fez alimental-as por meio de uma bomba especial.»
 (Telegramma do Jornal)

Os homens: — Toca a fugir, rapaziada, que um novo perigo nos ameaça! Essas serigaitas solteironas e despeitadas deviam usar essas armas para ellas!

Figura 3. Perigo Feminino. Ilustração de Storni, revista *O Malho* (Brasil), 27 de novembro de 1909, n. 376. Reprodução do Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital).

Perigo Feminino chama a atenção pelos elementos gráficos: a cena recria a tradicional narrativa da “guerra dos sexos”, colocando, dessa vez, as sufragistas de um lado, avançando com “armas” disparatadas – uma seringa gigante e suas munições de leite –, e os homens do outro, fugindo com feições de espanto e ojeriza. Na legenda, eles verbalizam: “*Toca fugir, rapaziada, que um novo perigo nos ameaça! Essas serigaitas, solteironas e despeitadas deviam usar essas armas para elas!...*” (grifos meus). Em tom jocoso, a fala dos personagens retrata um argumento antifeminista crescente: a de que as feministas eram mulheres frustradas, e que por isso rejeitavam os ideais tradicionais da feminilidade, como o recato e a maternidade. A misoginia se evidencia não só pela representação imagética – permeada por estereótipos visuais, em que as sufragistas aparecem como mulheres masculinizadas, fora dos padrões de beleza e se comportando de maneira “histórica” – como pela própria narrativa da charge, que enumera termos, na época, pejorativos e ofensivos às mulheres. A ilustração satiriza, além disso,

um gesto político iniciado por sufragistas inglesas encarceradas naquele mesmo ano: a prática da greve de fome¹⁶.

Em *Perigo Feminista* temos um exemplo desse antifeminismo satírico reincidente não apenas na própria revista *O Malho*, como também entre outras revistas do mesmo seguimento, no Brasil e em países vizinhos¹⁷. E a produção dessas representações difamatórias de mulheres engajadas com os ideais feministas se deu em escala ampla, ultrapassando as barreiras nacionais. O *Palczewski Suffrage Postcard Archive*, organizado pela professora Catherine Palczewski (*University of Northern Iowa*), levantou um acervo importante, que demonstra a circulação dessas imagens antissufragistas no contexto anglo-saxão através de cartões-postais¹⁸.

A conquista do sufrágio feminino, com efeito, demandou décadas de lutas e articulações organizadas. A pauta avançou no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, sendo estabelecida também em outros países depois da Primeira Guerra Mundial (Perrot, 2016, p. 152). Entretanto, o voto feminino era apenas uma das reivindicações exigidas por setores feministas. Questões relativas às mulheres no mundo do trabalho, à maternidade e à desigualdade entre homens e mulheres - só para citar algumas - continuavam na ordem do dia, inspirando não só os movimentos, mas também as reflexões de intelectuais da época. Um exemplo emblemático é a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949). Abordando o que seriam os fatos e os mitos da condição da mulher, a autora articula argumentos de distintos saberes (dentre eles a biologia, a antropologia, a psicanálise e a história). O livro, assim que publicado, gerou um grande alarde na sociedade francesa. Em um de seus estudos, a historiadora Sylvie Chaperon demonstra como a filósofa - que ainda não se denominava feminista, pois o faz somente nos anos 60 - foi alvo não só de

16 No mês de julho, a sufragista Marion Wallace Dunlop deu início a uma greve de fome dentro da prisão, e o ato se alastrou entre as demais encarceradas. Em setembro, todavia, principiou-se uma das mais violentas práticas de contenção da ação política dessas mulheres, além do próprio encarceramento: a alimentação forçada. Essa emblemática cena se repetiu nas prisões até março de 1913, quando foi aprovada a Lei dos Prisioneiros (conhecida como *The cat and mouse act*), que minou as greves e, por consequência, as práticas de alimentação forçada. Ainda assim, as imagens de tortura foram representadas em diversos cartões postais ingleses, alguns denunciando as práticas e o consentimento governamental e outros, de caráter antissufragista, exploravam uma suposta “comicidade” dos embates das sufragistas contra os agentes públicos (Moreira, 2023, p. 112).

17 Para uma análise detalhada dessas fontes, em perspectiva comparativa, ver: Moreira, Thaís Batista Rosa (2023). *Na mira do traço: representações antifeministas nas revistas humorísticas PBT e O Malho (Argentina e Brasil, 1904-1918)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.8.2023.tde-14032024-102654.

18 O acervo do *Palczewski Suffrage Postcard Archive* está disponível em: <https://scholarworks.uni.edu/suffrage/> (acesso em maio de 2024).

críticas grosseiras, recheadas de *ad hominem* e ironias sexistas, como também de hostilidades em lugares públicos (1999, p. 37).

Analisando os comentários e as reações que circularam pela imprensa literária e filosófica, Chaperon busca matizar como se deram os debates entre aqueles que defendiam a obra de Beauvoir e aqueles que a acusavam de uma espécie de “atentado à moralidade”. *O Segundo Sexo* foi atacado com ironias e distorções, e, por vezes, evitando discutir as teses do livro, seus detratores preferiram reduzi-lo a um “problema pessoal e sexual” de Simone de Beauvoir (Chaperon, 1999, p. 45). Outro fator importante da polêmica é o seu caráter amplo do ponto de vista ideológico: havia adversários tanto na direita católica e gaulista como na esquerda comunista (Chaperon, 1999, p. 40). Para esses últimos, Beauvoir estava ao lado da burguesia, ignorava que “a luta dos trabalhadores e das mulheres é a mesma” e, por isso, apenas os comunistas apresentavam “aquela verdadeira libertação da mulher, que só é possível sob o socialismo” (Chaperon, 1999, p. 53). Já entre os conservadores, *O Segundo Sexo* foi taxado como “uma nova formulação filosófica do velho sonho *suffragette*”, “manual de egoísmo erótico” e “pornografia” (Chaperon, 1999, p. 43). O tabu da discussão aberta sobre a sexualidade, ainda mais da mulher - e por uma mulher - dá o tom das resenhas que acabam, na maior parte do tempo, dissertando sobre determinada moralidade. Um dos críticos, Pierre Lowell, afirmou que a libertação das mulheres levaria à “destruição da família, como prometera a revolução soviética” (Chaperon, p. 47).

Esse breve panorama apresentado nos permite elencar algumas considerações importantes sobre os discursos antifeministas de ontem e de hoje. Em primeiro lugar, quanto à forma, diz respeito à mobilização constante do humor sexista¹⁹, das sátiras e ironias. Seja no campo da literatura, da política ou da filosofia, as mulheres, as suas obras e seus ideais emancipatórios foram alvos, em algum momento, de caricaturas e insultos envoltos pela opacidade do humor²⁰. Em segundo lugar, no

19 Merrie Bergmann, em *How Many Feminists Does It Take to Make A Joke? Sexist Humor and What's Wrong with It* (1986), define o humor sexista como “aquele em que as crenças sexistas, sejam elas atitudes ou normas, são pressupostas e necessárias para a diversão” (p. 63). A autora assinala que as mulheres são tradicionais objetos de humor em diversas culturas: são inúmeras as piadas sobre “loiras burras”, “sogras” e “mulheres motoristas”. Segundo a autora, no humor sexista também há o uso do silogismo: “tudo o que uma feminista faz é algo que uma mulher faz; tudo o que uma mulher faz é trivial e ridículo; portanto, tudo o que uma feminista faz é trivial e ridículo” (p. 64). Nesse sentido, ela demonstra que as crenças sexistas, quando manejadas pelo humor, são marcadamente mais mordazes com as mulheres. Ver em: BERGMANN, Merrie (1986). “How many feminists does it take to make a joke? Sexist humor and what's wrong with it”. *Hypatia* (1) 1, 63-82. doi: 10.1111/j.1527-2001.1986.tb00522.x

20 A “opacidade do humor” é, segundo o historiador Elias Thomé Saliba, “o manto que cobre inúmeros códigos sociais” (2018, p. 11). Em outras palavras, trata-se do álibi e pretexto da “simples diversão” que encobrem essas representações carregadas com o “oxigênio mental” da época,

que tange ao conteúdo, há permanências, rupturas e transformações. O rechaço às mulheres que “invadem” os espaços e debates amparados pelo patriarcado sobrevive ao tempo. Outro fator importante a salientar é que as ofensivas antifeministas não eram exclusivas a um único espectro político-ideológico: manifestavam-se com argumentos diferentes, mas, ainda assim, com um sentido semelhante de negar e rejeitar o que se entendia como feminista²¹.

Entretanto, alguns dos símbolos antifeministas se perderam ou se transformaram. Determinados “trejeitos masculinos” do século XIX e início do XX - como fumar e usar calças - eram frequentemente mobilizados pelos detratores das feministas na época, como vimos nas charges analisadas. Porém, com o passar das décadas, já não possuíam sentido como crítica, perdendo o seu teor difamatório na medida que foram deixando de ser “exclusivos” no âmbito do gênero (Moreira, 2023, p. 221). Na época da publicação de *O Segundo Sexo*, por sua vez, a questão da sexualidade torna-se mais central. De todo modo, a série apresentada nos possibilita vislumbrar um elemento em comum entre as diversas manifestações dos antifeminismos: elas se direcionam sempre para onde há clamores por igualdade de gênero, seja na arte, na política, ou na produção de conhecimento.

INTERPRETANDO OS ANTIFEMINISMOS: DISCUSSÕES E HISTORIOGRAFIA

A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente que não apenas promoveu o desgaste semântico da palavra feminismo como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do “feminino”. (Duarte, 2019, p. 25-26)

Desde que os feminismos tornaram-se objeto de estudos e pesquisas, o fenômeno dos antifeminismos é citado como uma reação ao movimento de mulheres. Todavia, algumas autoras se dedicaram especificamente à questão, buscando analisar as dimensões históricas e sociológicas das oposições aos feminismos. Nesse sentido, darei ênfase a três delas: a jornalista estadunidense Susan Faludi, autora de

que podem servir a inúmeras intenções, dentre elas a de ironizar, satirizar, parodiar, criticar, zombar, acariciar ou desmoralizar (Saliba, 2018, p. 11).

²¹ Os trabalhos de Rochefort (1999), sobre a *belle époque* francesa, e de Soihet (2013), tratando do contexto brasileiro, são exemplos de análises que demonstram como os embates sobre a questão da igualdade entre homens e mulheres transcendia as oposições tradicionais do jogo político. Isto é, tanto interlocutores da direita como da esquerda manifestaram, em esfera pública, as suas convicções antifeministas.

Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres (2001)²²; a historiadora francesa Florence Rochefort, autora do capítulo *L'antiféminisme à la Belle Époque, une rhétorique réactionnaire* (1999); e, por fim, a historiadora brasileira Rachel Soihet, autora do livro *Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (2013). A escolha das respectivas autoras e textos se dá, para além da relevância de suas reflexões, pelo fato de todas terem desbravado com profundidade as particularidades dos antifeminismos, buscando identificar a historicidade e os mecanismos de cada caso estudado. Além disso, trazem à tona exemplos de diferentes localidades e temporalidades, contribuindo para o panorama transnacional evocado pelo artigo em questão.

Faludi escreve *Backlash* (2001) há luz do que observou na grande imprensa estadunidense no que dizia respeito à condição feminina nos anos 1980. Segundo seus levantamentos, alguns veículos como *Newsweek* e *National Review* publicavam textos defendendo que “o excesso de igualdade” causava sofrimento às mulheres, que os movimentos feministas se provaram “o pior inimigo da mulher” e que o “erro feminista” havia tirado “a felicidade da maioria das mulheres - os homens” (Faludi, 2001, p. 10). A autora questiona, ao longo de sua obra, o suposto “sucesso da igualdade” apontado pela imprensa norte-americana (face os dados estatísticos que indicavam o contrário), assim como as próprias narrativas de “crises femininas” que indicavam o feminismo como culpado. Para Faludi, há um sistema fechado que começa e termina na mídia, na cultura popular e na publicidade, um contínuo *feedback* que perpetua e exagera a sua própria imagem fictícia da feminilidade (Faludi, 2001, p. 14).

“A verdade é que os anos 80 presenciaram um poderoso contra-ataque aos direitos das mulheres, levando a um retrocesso, a uma tentativa de reduzir o punhado de pequenas e sofridas vitórias que o movimento feminista a custo conseguiu. (...) O *backlash* é ao mesmo tempo requintado e banal, decepcionantemente “progressista” e orgulhosamente retrógrado” (Faludi, 2001, p. 17)

A jornalista trabalha com o argumento de que a hostilidade contra a independência feminina “sempre esteve entre nós”, e que os sintomas do medo e da intolerância em relação ao feminismo “periodicamente voltam à tona” (Faludi, 2001, p. 18). Assim sendo, os posicionamentos antifeministas são entendidos como um

22 O original foi publicado em inglês em 1991, sob o título *Backlash: The undeclared war against American women*.

“contra-ataque” reincidente na história de seu país, e que “tais surtos raramente são casuais; eles sempre são ocasionados pela percepção - correta ou não - de que as mulheres estão avançando a passos largos. São *backlashes* porque sempre surgem como reação contra o “progresso” das mulheres (...)” (Faludi, 2001, p. 18). A autora destaca, ainda, que o *backlash* dos anos 80 “andou pelos subterrâneos secretos da cultura” e que “ao longo do caminho usou vários disfarces: desde a máscara de uma condescendente ironia até a expressão sofrida da “profunda preocupação” (Faludi, 2001, p. 21).

Para Rachel Soihet, as declarações sobre a “infelicidade das mulheres” em decorrência dos feminismos, presentes nos levantamentos de Faludi, coincidem com parte das ideias expressas em matérias apresentadas pelo periódico brasileiro *O Pasquim* durante as décadas de 1960 e 1970 (2013, p. 202). A historiadora dedicou um capítulo todo de seu livro *Feminismos e Antifeminismos* ao estudo da revista progressista, que, apesar de ocupar um espaço importante na resistência contra a ditadura militar brasileira, utilizou constantemente a zombaria - para a autora, um instrumento conservador - como arma antifeminista entre libertários. O trabalho de Soihet demonstra como as entrevistas (especialmente com mulheres) publicadas em *O Pasquim* recaíam constantemente em estereótipos de gênero e em afirmações misóginas, com falas como “*Betty Friedan não. As feias que me perdoem, mas beleza é essencial*” e “*é que a mulher casada não faz nada com o tempo livre que tem. Quando casa, deixa de pensar, não pensa mais (...) É uma verdadeira parasita*” (Soihet, 2013, p. 176-177).

Se para compreender a persuasão do riso a autora mobiliza estudos de Quentin Skinner²³, para compreender a adesão ao antifeminismo - inclusive por parte de mulheres - Soihet trabalha com o conceito de “violência simbólica” de Roger Chartier (que retomava, por sua vez, a tese de Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina). Segundo o historiador, a violência simbólica supõe “a adesão pelos dominados das categorias que embasam a sua dominação”, e é “nutrida pela contínua afirmação de que a diferença tem origem natural, radical, irredutível e universal – mesmo quando se sabe que ela é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída” (Chartier, 1995, p. 42). Rachel Soihet complementa, por sua vez, que a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações por parte

23 Em especial, a noção de “zombaria” explorada pelo historiador no livro *Hobbes e a teoria clássica do riso* (2002).

dos dominados, que podem construir recursos para deslocar ou subverter a relação de dominação (2013, p. 200).

“Se o antifeminismo abrange um amplo espectro político, não deve ser visto simplesmente como um instrumento ao serviço de estratégias políticas mais globais. Na realidade, a questão da igualdade de gênero transcende as oposições tradicionais do espectro político e aquelas que se desenrolam em torno do pacto laico, porque se situa noutra nível de antagonismo, o das relações homens/mulheres” (Rochefort, 1999, p. 138, tradução própria).

Já o capítulo de Florence Rochefort na coletânea *Un siècle d'Antiféminisme* (1999), inserido no contexto francês da *Belle Époque*, buscou compreender a lógica do discurso antifeminista como uma comunicação eficaz e persuasiva, atrelando-a ao conceito de “retórica reacionária” do intelectual alemão Albert O. Hirschman. Para Rochefort, o antifeminismo do fim do século XIX e início do XX vem do amplo movimento de reação e contra-ofensiva ideológica iniciado na Revolução Francesa, ao remodelar a ideologia patriarcal por recusar a extensão da noção de indivíduo às mulheres (Rochefort, 1999, p. 139). Assim, a autora mobiliza os três tópicos que Hirschmann elenca para a sua análise da retórica reacionária: o efeito perverso, a tese da inanidade e a do perigo.

A “tese do efeito perverso”, segundo a qual toda tentativa de instauração da liberdade conduz à tirania, corresponde, para Rochefort, às figuras da “guerra dos sexos” manejadas por antifeministas. Desse modo, o feminismo era descrito por seus detratores sempre como uma “revanche” ou “cruzada” das mulheres, incentivadas pelo “ódio aos homens” (Rochefort, 1999, p. 139). Assim, os argumentos de efeito perverso tinham como efeito desvirtuar o projeto feminista, invalidando também toda ambição igualitária entre os sexos (Rochefort, 1999, p. 141). Já a “tese da inanidade” diz respeito aos argumentos que defendem que as mudanças desejadas na realidade deixam intactas as estruturas profundas da ordem social - isto é, no caso da literatura antifeminista, aparecem como “refutações do feminismo”, afirmando a necessidade e os princípios da desigualdade entre homens e mulheres (Rochefort, 1999, p. 142). Por fim, há a noção do “perigo”: apresentada como uma recusa à prioridade do direito das mulheres, pois seu “custo elevado compromete reformas mais urgentes” (Rochefort, 1999, p. 143). A autora cita como exemplo uma fala de Georges Clemenceau, na época Ministro do Interior da França, que, ao justificar o seu antissufragismo, disse que com o voto feminino “a França daria

um salto súbito de regressão à Idade Média” (Clemenceau apud Rochefort, 1999, tradução própria).

A historiadora aponta, com inúmeros exemplos em seu texto, que os discursos antifeministas da *Belle Époque* eram múltiplos e efetivos: caricaturais ou não, ligados à direita católica ou anarquismo, sua retórica reacionária permitiu, em situações diversas, um “freio” ao movimento em favor da igualdade dos sexos, principalmente ao esvaziar do feminismo o seu significado utópico (Rochefort, 1999, p. 144).

Em linhas gerais, é possível estabelecer dois elementos recorrentes nos estudos apresentados. O primeiro é a afirmação de que o antifeminismo não pode ser entendido como uma expressão exclusiva das direitas, ainda que tenha grande vigor entre os grupos alinhados ideologicamente a esse espectro. As autoras demonstram que, nos diferentes contextos investigados, alguns setores progressistas também propagaram determinadas concepções antifeministas e sexistas. O segundo elemento é a noção de antifeminismo como *reação*. Em todas as análises destacadas, os posicionamentos antifeministas apareceram como uma “contra-ofensiva” ou resposta aos movimentos e militantes em atuação, que se nutrem do temor, do escárnio e do pânico moral vinculado à emancipação feminina. Destacamos, ainda, a importância dos diálogos interdisciplinares nas análises. Nesse sentido, as autoras buscam articular conceitos e noções do campo da História, da Sociologia e da Filosofia, a fim de apresentar interpretações críticas aos fenômenos sociais investigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa linear da história favorece uma representação do antifeminismo como uma reação. Uma espécie de guerra de cura. No entanto, a atenção para a cronologia do masculinismo mostra-nos que é também uma guerra preventiva e que atua por antecipação, com base numa previsibilidade bastante elevada de posições adversas que fazem parte de uma lógica política, numa visão do mundo que já é conhecida. (BARD, 2019, p. 39, tradução própria)

As permanências e as transformações de concepções e narrativas antifeministas na contemporaneidade demandam análises que articulem o presente e o passado. Christine Bard, na introdução de *Antiféminismes et masculinismes d’hier et d’aujourd’hui* (2019), lança uma série de observações e provocações que desafiam as novas pesquisas dentro da temática: é imprescindível atentar-se à pluralidade

não só do antifeminismo, como também do masculinismo²⁴; às questões identitárias que permeiam as associações e o cyberativismo antifeminista; à presença das mulheres antifeministas e às próprias interpretações do contra-movimento. A historiadora chega a mencionar o que chama de “interseccionalidade dos ódios” nos dias atuais e apresenta, inclusive, uma nova perspectiva analítica possível, pensando na existência não somente de *reações* antifeministas, mas também de *prevenções* antifeministas (Bard, 2019, p. 39). No mesmo livro, a socióloga Sara Garbagnoli defende que para compreender a lógica de funcionamento da retórica antigênero, devemos inscrevê-la em um movimento de *longa duração*, pois constitui “o ponto de chegada de uma reformulação do discurso da Igreja Católica sobre a ordem sexuada e sexual” (2019, p. 250).

As fontes históricas e os episódios citados anteriormente atestam que as preocupações elencadas pelas pesquisadoras encontram eco em nível transnacional. O antifeminismo como fenômeno histórico é múltiplo, dinâmico e, por vezes, contraditório. Afinal de contas, as mulheres feministas foram e são retratadas tanto como “depravadas destruidoras da família”, quanto como “pobres solteironas”. Por um lado, alguns instrumentos retóricos e discursivos ultrapassaram as fronteiras nacionais, circulando e sobrevivendo ao tempo, em especial o pânico moral da “inversão dos papéis de gênero” e o humor sexista como forma comum de ataque.

Por outro lado, os antifeminismos do presente não podem ser lidos como mera reprodução do passado. As expressões contemporâneas respondem a questões próprias dos nossos dias. Atualmente, o foco tem sido no termo “gênero”, e, como destaca Garbagnoli, não são apenas as reivindicações políticas e jurídicas de movimentos feministas e LGBTQI que passaram a ser contestadas, mas as próprias teorias e conceitos desenvolvidos a partir deles (2019, p. 244). Além disso, os antifeminismos contemporâneos se vinculam mais especificamente às bandeiras políticas da direita ultra-conservadora, amparados por uma forte atuação na internet, não só para difundir suas ideias, como para organizar atos, como o ocorrido em 2017 em rechaço à filósofa Judith Butler. Nesse sentido, é imperante identificar também as rupturas. Em tempos de candidaturas antifeministas, assédios públicos e protestos contra a “ideologia de gênero”, o *backlash* não se configura mais como “subterrâneo” e “acuado”, tal como identificou Susan Faludi nos anos 1980.

24 Segundo Christine Bard, o masculinismo é um dos ramos contemporâneos do antifeminismo, definido como um “movimento social que se constitui no ocidente a partir dos anos 1980 para defender os “direitos dos homens” numa sociedade que agora acreditam ser dominada por mulheres” (2019, p. 14, tradução própria).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira (2019). “A luta das sufragistas”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 49-63.
- BARD, Christine (1999). *Un siècle d'antiféminisme*. Paris: Éditions Fayard.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. (1989). *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- CORRÊA, Sonia (2022). “É importante entender o alcance histórico, a longevidade da mobilização conservadora”, *SUR* 32, acesso Maio. 2024. Disponível em: <https://sur.conectas.org/e-importante-entender-o-alcance-historico-a-longevidade-da-mobilizacao-conservadora/>
- DUARTE, Constância Lima (2019). “Feminismo: uma história a ser contada”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 25-48.
- GARBAGNOLI, Sara (2019). “De quoi « le gender » des campagnes « anti-genre » est-il le nom?”. In: BARD, Christine; BLAIS, MéliSSa; DUPUIS-DÉRI, Francis. *Antiféminismes et masculinismes d’hier et d’aujourd’hui*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elżbieta (2022). “Anxious parents and children in danger: the family as a refuge from neoliberalism”. In: *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*. Londres: Routledge, p. 114-136
- BERGMANN, Merrie (1986). “How many feminists does it take to make a joke? Sexist humor and what’s wrong with it”. *Hypatia* (1) 1, p. 63-82. doi:10.1111/j.1527-2001.1986.tb00522.x
- CHAPERON, Sylvie (2015). “Auê sobre o Segundo sexo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 37-53.
- CHARTIER, Roger (1995). “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, p. 37-47.
- CHARTIER, Roger (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- JUNQUEIRA, Rogério (2019). “‘Ideologia de gênero’: uma ofensiva reacionária transnacional”. *Tempo e Presença*, vol. 32, p. 1-22.
- LE GOFF, Jacques (1990). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- MOREIRA, Thaís Batista Rosa (2019). “Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas “O Malho” e “Careta””. *Epígrafe*, São Paulo, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 55-81. doi: 10.11606/issn.2318-

- 8855.v7i7p55-81. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154020>.
- MOREIRA, Thaís Batista Rosa (2022). “A representação (anti)feminista na imprensa ilustrada argentina do início do século XX: entre disputas e apropriações”. *Revista Angelus Novus*, São Paulo, [S. l.], v. 12, n. 17, p. 189318. doi: 10.11606/issn.2179-5487.v12i17p189318. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189318>.
- MOREIRA, Thaís Batista Rosa (2021). “O (anti)feminismo nas representações da virilidade na imprensa ilustrada humorística (Brasil e Argentina, 1904-1918)”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, [S. l.], v. 21, n. 31, p. 257–2921. doi: 10.46752/anphlac.31.2021.3951. Disponível em: <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/3951>.
- MOREIRA, Thaís Batista Rosa (2023). *Na mira do traço: representações antifeministas nas revistas humorísticas PBT e O Malho (Argentina e Brasil, 1904-1918)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.8.2023.tde-14032024-102654.
- MATOS, Marlise (2021). “Por que as mulheres não deveriam votar e o Brasil de hoje: voto e conservadorismo”. In: PRESTES, Ana (org.). *100 anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai*. Porto Alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você?, p. 236-261.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano (2017). “‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. *Sociedade e Estado* [online], v. 32, n. 03, p. 725-748. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/so102-69922017.3203008>>. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/so102-69922017.3203008>.
- OLIVEIRA, Carem Aline (2020). *Movimento antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015–2019)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.
- PELUFFO, Ana et al (2020). “Simpósio: cinco questões sobre os estudos de gênero na América Latina”. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) [online], v. 33, n. 70, p. 227-253. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000200002>>. Epub 08 Jun 2020.
- PERROT, Michelle (2016). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- RIBEIRO, Edméa (2019). “‘Ideologia de gênero’: ofensiva reacionária, pânico e cruzada moral no México (2016)”. *Antíteses*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 488–516. doi: 10.5433/1984-3356.2019v12n24p488. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38184>. Acesso em: fev. 2024.
- ROCHEFORT, Florence (1999). “L’antiféminisme à la Belle Époque, une rhétorique réactionnaire”. In: BARD, Christine. *Un siècle d’antiféminisme*. Paris: Éditions Fayard.

- SALIBA, Elias Thomé (2018). *Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: Ensaios de História Cultural do Humor*. São Paulo: Intermeios.
- SKINNER, Quentin (2002). *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo/RS: Editora da UNISINOS.
- SOIHET, Rachel (2013). *Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- STAMBOLIS-RUHSTORFER, Michael; TRICOU, Josselin (2018). “La lutte contre la « théorie du genre » en France : pivot d’une mobilisation religieuse dans un pays sécularisé”. In: *Campagnes anti-genre en Europe : Des mobilisations contre l’égalité* [online]. Lyon: Presses universitaires de Lyon. <https://doi.org/10.4000/books.pul.27880>. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pul/27880>>.
- VEIGA MOTTIN, Karina (2023). “O Conceito de Gênero no Pensamento Antifeminista Brasileiro Contemporâneo”. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, [S. l.], v. 32, n. 72, p. 116–129. doi: 10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n72.p116-129. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/17697>.
- WOOLF, Virginia (1985). *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930

Green Blouses: a women's countermovement in the 1930s

Gabrielle dos Santos Marques^a 

Resumo O objeto deste trabalho é realizar uma análise de enquadramento da Folha das Blusas Verdes, uma coluna do jornal integralista A Offensiva. O movimento das Blusas Verdes era o movimento de mulheres integralistas na década de 1930. Assim, a pesquisa discute a partir do conceito de contramovimento como as Blusas Verdes disputavam com o movimento feminista da época uma visão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Por meio de dois quadros de análise: ameaça e dever, foi possível perceber como o contramovimento teve que lidar com as novas demandas colocadas pelas e para as mulheres na década de 1930, dando respostas conservadoras aos movimentos feministas da época.

Palavras-chave Blusas Verdes. Contramovimento. Movimento Feminista. Integralismo. Análise de Enquadramento.

Abstract *The object of this work is to carry out a framing analysis of Folha das Blusas Verdes, a column in the integralist newspaper A Offensiva. The Blusas Verdes movement was the integralist women's movement in the 1930s. Thus, the research discusses from the concept of countermovement how the Blusas Verdes competed with the feminist movement of the time for a vision of the role of women in Brazilian society. Through two analysis frameworks: threat and duty, it was possible to understand how the countermovement had to deal with the new demands placed by and for women in the 1930s, giving conservative responses to the feminist movements of the time.*

Keywords *Green Blouses. Countermovement. Feminist Movement. Integralism. Framing Analysis.*

INTRODUÇÃO

A intensificação de ativismos ligados à direita do espectro político tem engajado a Ciência Política em interpretações deste fenômeno. No entanto, por mais que seja notória sua acentuação no momento contemporâneo, movimentos ligados à

^a Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marques.gaabrielle@gmail.com

direita, ao conservadorismo e ao reacionarismo não são uma novidade no Brasil. Um exemplo disto é a Ação Integralista Brasileira (AIB), formada da década de 1930 e com atuação ativa até os dias de hoje, pelo menos através de seu site¹. Apesar de ter sido objeto de estudo de diversas pesquisas na área das Ciências Sociais (Doria, 2020; Oliveira, 2010), há uma parte do movimento que não recebeu tanta atenção: as Blusas Verdes, o movimento organizado de mulheres integralistas.

Da mesma maneira, a participação de mulheres em movimentos conservadores e de direita não tem sido um objeto frequente de pesquisa seja sobre conservadorismo, seja dentro do campo dos movimentos sociais, ou ainda, em pesquisas sobre participação feminina na política. Apesar disso, a participação delas em movimentos e agendas conservadoras é central para a manutenção e organização desses movimentos, tanto contemporaneamente, quanto no passado como será discutido neste artigo.

À vista disso, em diálogo com parte da literatura que compreende a constituição e atuação de movimentos sociais de maneira relacional, o presente trabalho busca analisar as Blusas Verdes enquanto um contramovimento ao movimento feminista da década de 1930. Para isso, analisou-se a Folha das Blusas Verdes no jornal *A Offensiva* e também textos disponíveis no site do movimento, a partir da análise de enquadramento, em que se buscou compreender a visão do movimento sobre o papel da mulher na sociedade. Algumas edições do jornal estão digitalizadas e disponíveis no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional².

Fundada em 1932 por Plínio Salgado, a AIB, através do Manifesto de Outubro, define como suas principais características a valorização dos princípios cristãos, o nacionalismo, o combate ao individualismo - entendido como ponto central do liberalismo - e ao socialismo. Além disso, compartilha de características similares aos movimentos fascistas europeus, mas possui particularidades relacionadas à sociedade brasileira. Em 1945 se transformou em partido político, o Partido da Representação Popular (PRP), sendo uma marca política do período, ao ponto de alguns pesquisadores o considerarem o primeiro partido de massas do Brasil (Calil, 2001; Cardoso, 1999; Flach, 2000). Mas, o período também é marcado por outros movimentos, como o fortalecimento dos movimentos feministas. O sufrágio feminino brasileiro data de 1932 e é fruto da luta das feministas brasileiras. Devido à maior presença de mulheres na vida pública, Dos Santos (2022) destaca como Plínio Salgado possuía uma preocupação com o desenvolvimento de um deter-

1 Disponível em: <https://integralismo.org.br/>. Acesso em 13/03/2024.

2 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178586&pesq=&pagfis=1>. Acesso em 07/12/2023.

minado tipo de feminilidade para as mulheres na sonhada sociedade integral. O movimento tinha, portanto, um braço feminino importante, um movimento dentro do movimento, com nome e agenda própria, para discutir a situação da mulher brasileira, o movimento Blusas Verdes.

Ressalta-se que a ideia é discutir a ala feminina como um contramovimento. Não nos ateremos, assim, à discussão do integralismo de maneira geral. Acreditamos que o conceito permite elucidar a relação que as Blusas Verdes tinham com a disputa colocada sobre os papéis da mulher na sociedade, sobretudo em relação à visão de feminilidade ligada à maternidade e a família. Enquanto o conceito de movimento social tende a ficar restrito a uma relação do movimento com o Estado e deixa de ver como os movimentos se relacionam com outros, com os demais atores sociais e com as estruturas de oportunidade política de maneira mais ampla, o conceito de contramovimento desvela dinâmicas políticas mais complexas que acontecem na sociedade civil (Silva e Pereira, 2020; Meyer e Staggenborg; 1996; Banaszak e Ondercin; 2010; Tarrow e Meyer, 2018).

Dessa forma, o artigo apresentará uma breve discussão do conceito de contramovimento na seção a seguir, para em seguida apresentar o contexto da década de 1930 no Brasil, sobretudo, em relação aos movimentos de mulheres. Posteriormente, será feita a análise de enquadramento dos textos, por meio de dois grandes *frames*: dever e ameaça, e, por fim, algumas considerações finais serão estabelecidas. Foi possível perceber como a AIB teve que lidar com as novas demandas colocadas pelas e para as mulheres na década de 1930, dando respostas conservadoras aos movimentos feministas da época, através das Blusas Verdes. Assim, pode-se entender as Blusas Verdes enquanto um contramovimento aos movimentos por emancipação e revolução feminina da época.

O CONCEITO DE CONTRAMOVIMENTO

De maneira geral, a literatura clássica analisa movimentos sociais a partir de sua relação com o Estado ou de seus próprios processos de formação interna, podendo-se afirmar que há uma concentração de investigações sobre as características e processos internos aos movimentos e suas formas de organização (Silva e Pereira, 2020). Tarrow (1998), por exemplo, analisa os movimentos sociais a partir do confronto político. É ele quem possibilita a emergência dos movimentos, quando atores não possuem recursos próprios e passam a agir a partir de repertórios de confrontos conhecidos. Apesar de o autor enfatizar que as análises devem situar os movimentos em sua dinâmica histórica particular, ele não aprofunda

a investigação de como o sucesso de determinado movimento pode implicar na emergência de movimentos contrários ou críticos.

Na medida em que um movimento é capaz de institucionalizar seu confronto político, eles se tornam mais hábeis em atingir suas demandas. No entanto, estas demandas tendem a ser objetos de disputa e controvérsia na sociedade. O conceito de contramovimento, desenvolvido através de perspectivas relacionais, é uma ferramenta analítica que contribui para a reflexão desse processo, ao propor um deslocamento do foco analítico para as relações de conflito entre as organizações de movimentos sociais de perfis ideológicos distintos (Silva e Pereira, 2020).

Ou seja, o sucesso de determinada demanda gera uma reação nos movimentos que também estão disputando essa mesma demanda. Mas, analisar esse imbróglio a partir de uma perspectiva relacional é mais complexo do que a ideia de que existe um grupo de atores agindo e outro respondendo. Nessa interação elementos são “coproduzidos por entes que se afetam e se modificam na própria relação” (Mendonça, 2023, p. 3). É nesse caldo que emerge um contramovimento, em oposição a um movimento estabelecido. Além disso, ao propor uma postura analítica relacional, o conceito também evidencia o ativismo de atores coletivos conservadores. Assim como há no campo uma tendência a valorizar a relação entre Estado e movimento social, ou as dinâmicas internas do movimento, havia uma propensão em priorizar atores coletivos progressistas, ou em posição de subordinação social (Silva e Pereira, 2020).

Jasper (2016) critica o uso do conceito de contramovimento devido a aparente arbitrariedade que haveria na definição do que é um movimento e o que é um contramovimento, em que normalmente movimentos conservadores são definidos como contramovimentos somente por serem conservadores. Mas, não há um consenso na literatura sobre a existência ou não de uma natureza ideológica ligada a emergência de um contramovimento. Para Mottl (1980), os atores do contramovimento são intrinsecamente conservadores e buscam a manutenção do *status quo* social. Já Lo (1982) propõe que o conceito de contramovimento está relacionado ao surgimento de um movimento em oposição a outro, sem que haja um caráter ideológico prévio. Nesse sentido, Tarrow e Meyer (2018) investigaram como, com a emergência do trumpismo, uma série de contramovimentos de caráter progressista agitaram a vida política estadunidense.

A definição de Meyer e Staggenborg (1996) oferece um terceiro caminho de análise. Através da formulação de um conjunto de hipóteses teóricas relacionadas ao surgimento de contramovimentos e ao seu desenvolvimento, destacam a importância das oportunidades políticas que emergem na relação com seus opositores.

Portanto, mesmo em uma dinâmica relacional as estruturas de oportunidades continuam sendo importantes. Neste caso, o sucesso de um movimento representa uma nova estrutura de oportunidade para o contramovimento, já que mudanças no contexto podem estimular ou restringir a sua atuação, sendo essa a primeira condição para a sua emergência.

Além disso, apesar das divergências internas do conceito, um elemento em comum é que todas as suas definições se constroem em relação de oposição e conflito com movimentos sociais já estabelecidos que desafiam interesses e modos de vida de determinado segmento da sociedade. Outros fatores também são importantes como: existência de organizações previamente constituídas que possam ser apropriadas e utilizadas como estruturas de mobilização, as formas como as demandas de um movimento social serão enquadradas e a disponibilidade de aliados políticos (Silva e Pereira, 2020). Em suma, a formação de um movimento e de seu opositor são processos complexos que envolvem diversas condições. É fundamental a emergência de um movimento para a surgimento de um contramovimento, mas apenas o sucesso do primeiro não é capaz de explicar o sucesso ou emergência do segundo. A contramobilização também depende de uma série de fatores que devem ser levados em consideração nas análises.

Silva e Pereira (2020) identificam cinco tendências de análise na literatura: a) impactos dos (contra)movimentos; b) construção de protestos e repertórios de ação de movimentos opositores; c) relação entre opositores e processo eleitoral; d) relação de opositores com o campo jurídico e seus agentes e e) batalhas de enquadramentos. Essa investigação se aproxima da última tendência. Parte-se do entendimento que havia uma disputa de enquadramentos sobre os sentidos do que seria ser mulher na sociedade brasileira na década de 1930 e nos interessa saber como o contramovimento das Blusas Verdes se colocava neste certame.

De maneira geral, as pautas relacionadas ao gênero são constantemente motivos de disputa na vida social. Mayer e Staggenborg (1996) mencionam como a controvérsia da pauta do aborto é um exemplo clássico desta disputa de enquadramentos e de como os movimentos de mulheres são marcados por conflitos entre progressistas e conservadores. As autoras, ao analisarem como o movimento antiaborto e a favor de sua descriminalização se mobilizam em constante interação, constituindo um contramovimento e um movimento respectivamente. Banaszak e Ondercin (2010) também investigaram a campanha sobre aborto e a Emenda dos Direitos Iguais nos Estados Unidos. Em sua pesquisa, as autoras utilizaram a cobertura midiática do *New York Times* para compreender como o movimento e o contramovimento se influenciam. Nessa perspectiva, a motivação

do contramovimento antiaborto é a ameaça que as conquistas dos direitos das mulheres representam para suas visões de mundo conservadoras. Em resumo, nas palavras das autoras, ambos lutam pelo controle de questões de gênero. O fato dos dois movimentos se influenciarem em torno de uma pauta em comum, o aborto, é importante, porque quando um movimento se concentra mais em uma questão específica, fica mais fácil para o contramovimento se mobilizar em torno do mesmo conjunto de objetivos e questões (Banaszak e Ondercin, 2010). Esse processo é contínuo, porque o ambos os movimentos se influenciaram em torno de uma pauta comum.

Apesar de romperem com alguns paradigmas clássicos da relação entre estrutura e agência, e ampliarem a noção de movimento social ao inserirem novos atores e novas dinâmicas, algumas ressalvas devem ser feitas ao conceito. A literatura do contramovimento ainda não lida bem com as desigualdades de recurso e poder que existem entre um movimento e um contramovimento. Silva e Pereira (2020) destacam a importância de pesquisas latinas visto que a maioria da população, nesta região, não goza de efetivo estatuto de cidadania, estando sujeita a violações por parte do Estado e das elites. Os grupos não partem da mesma posição e não têm a mesma capacidade de disputarem suas pautas. Outro ponto é o caráter antidemocrático que muitos dos contramovimentos podem assumir. É o caso das Blusas Verdes que veremos na seção a seguir.

A DÉCADA DE 1930 E O MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL

Segundo Meyer e Staggenborg (1996) a construção de um contexto histórico auxilia a análise de um contramovimento. Ela possibilita examinar como as táticas e pautas do movimento e contramovimento se influenciam. Mendonça (2006) também destaca a importância de se ter um olhar complexo e relacional, enfatizando a importância do processo comunicativo para análise dos Movimentos Sociais. Em um texto mais recente (2023), o autor também enfatiza a importância do contexto para pesquisas construídas sob a perspectiva relacional. Nesse sentido, esta seção do texto busca apresentar um panorama contextual dos movimentos de mulheres da década de 1930 no Brasil. Para isso, é necessário fazer um pequeno regresso à década de 1920.

Em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o I Congresso Internacional Feminista, organizado por Bertha Lutz, que, posteriormente, criaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPB). Herdeira de uma família tradicional, se formou em biologia na *Sorbonne*, gozava de reconhecimento e trânsito político nacional e internacional, o que, para Pinto (2003), foi fundamental para o

sucesso de seu feminismo. Desde o início, a Federação conseguiu circular dentro dos espaços políticos tradicionais, contando com apoio inclusive de importantes políticos da época. No entanto, não era apenas Lutz que vinha de uma família abastada: as principais lideranças do movimento também vinham, havendo um caráter extremamente elitista nele. A luta central da FBPF era pelo direito ao voto e foi a instituição mais consultada pela imprensa da época para debater o movimento feminista (Soihet, 2006; Sarmiento, 2017).

Apesar do notório reconhecimento, ele não era o único movimento feminista da época. No Rio Grande do Norte, em 1927 a Articulação Juvenal garantiu o voto para a primeira mulher brasileira: Celine Guimarães. Em 1928, Elvira Komel se tornou a primeira eleitora de Minas Gerais. Alguns anos depois, ela promoveu o I Congresso Feminino Mineiro e liderou uma associação de mulheres que lutavam por seus direitos, agregando até 8 mil mulheres.

Os movimentos feministas anarquistas também tiveram forte circulação à época. Maria Larcerda de Moura foi uma das principais expoentes. Defendia o amor livre e a educação sexual, além de criticar as ideias da existência de deus e do amor à pátria. Seu feminismo lutava pela educação como um fim em si mesmo e não como uma reivindicação associada ao papel de esposa e mãe.

Em 1932, o direito ao voto feminino foi incluso no novo código eleitoral. A FBPF continuou suas atividades lutando pela ampliação de direitos femininos assim como outros movimentos feministas e de mulheres permaneceram ampliando a gama de demandas. Nas palavras de Pinto (2003), havia “um novo espírito de época, [que] começava a tomar forma nas cidades, por meio de movimentos de opinião que buscavam alastrar a participação política” (p. 28).

A imprensa era ativa na cobertura dos movimentos feministas. A pesquisa de Sarmiento (2017) demonstrou como o tema do sufrágio era o mais presente na cobertura midiática sobre a luta das mulheres nesse momento, além de uma série de reportagens sobre as atividades dos movimentos em si e os temas da inserção no mundo do trabalho e do comportamento feminino. O próprio campo do jornalismo percebia uma diferença entre os diversos movimentos feministas da época. Sarmiento (2017) identificou como a cobertura jornalística foi feita a partir de dois *frames*: a feminista desviante e a feminista aceitável. A segunda era aquela que não deslocava os padrões de feminilidade colocados para as mulheres, enquanto a primeira se aproximava da leitura de Matos (2008) sobre a categorização estereotipada de feministas, como “masculinas”, “feias”, “mal-amadas”.

Além da mídia formal, o jornalismo independente também era fundamental à época. De maneira geral, os grupos que se pretendiam apresentar à sociedade

usavam a imprensa como canal de comunicação, pelo menos entre as classes médias urbanas, dado que a mensagem escrita era a principal forma de comunicação de massas. E os movimentos de mulheres e feministas também lançaram mão dessa estratégia, tanto em grandes veículos, quanto em pequenos jornais. Freitas (2018) analisou quatro importantes veículos da imprensa feminista brasileira: *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Fêmea* (1992-2014), que apesar de serem em outro recorte temporal são um exemplo dos diversos usos da imprensa por movimentos feministas em diferentes momentos da história do Brasil. O jornalismo feminista anarquista é outro exemplo, elucidando a opressão feminina casada à opressão de classe. Constituído, principalmente, por mulheres operárias da indústria têxtil, elas usavam a imprensa para evidenciar a opressão feminina enquanto estrutural, além de tematizarem questões tidas como tabu como o amor livre.

Em suma, na década de 1930 havia uma movimentação de mulheres feministas que se expressavam de diferentes formas, com diferentes ideologias e consequentemente diferentes graus de radicalidade. Longe da ideia defendida por alguns intérpretes da história do Brasil de que este seria um país amorfo, a pesquisa sobre os movimentos de mulheres, isoladamente, já evidencia a riqueza de manifestações políticas que aconteciam por parte da sociedade civil. Entre as mulheres, havia as burguesas, as anarquistas, as discussões sobre as condições específicas em que as mulheres negras se encontravam e, claro, aquelas que negavam o feminismo e discutiam a condição da mulher brasileira sob outra perspectiva, como é o caso das Blusas Verdes, que apresentaram suas *theses* à sociedade brasileira por meio de sua Folha no jornal *A Offensiva*.

AS BLUSAS VERDES

O termo blusas verdes é o feminino para camisas verdes, nome usado para identificar um militante integralista. No dia da fundação da AIB, em sete de outubro de 1932, o voto feminino já era uma realidade. Portanto, a expressão de inspiração fascista brasileira organizada nasce em um contexto de maior emancipação feminina, de maneira tal que não poderia ser ignorada por seus idealizadores. O peso do voto feminino também não poderia ser negligenciado. Plínio Salgado tinha uma preocupação com o desenvolvimento de um determinado tipo de feminilidade na sociedade brasileira. Pare ele, as mulheres deveriam ser resguardadas das ideias feministas, que buscariam masculinizá-las, e também das futilidades do liberalismo e do socialismo. No entanto, Lopes (2007) aponta como o papel da militância feminina dentro do Integralismo foi pouco documentado. Logo, entender o lugar

das mulheres dentro do movimento é importante porque rompe com a ideia de que as mulheres eram manipuladas e também contribui para estudos sobre mulheres em movimentos conservadores, algo que ainda é pouco desenvolvido, apesar de ser fundamental, já que muitas delas estão inseridas em movimentos desse tipo atualmente (Santos, 2022; Sarmiento et al, 2023). Além disso, para a discussão aqui estabelecida é importante compreender como as Blusas Verdes estavam respondendo aos movimentos feministas e disputando uma visão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira.

Para analisar essa disputa por sentidos, a análise de enquadramentos de conteúdo discursivo (Mendonça e Simões, 2012) serviu de inspiração analítica. A análise de enquadramento é um método que auxilia na investigação discursiva, nas mudanças e disputas de discursos presentes na sociedade através da pesquisa de como quadros de sentido são produzidos, mobilizados e interagem com outros quadros de sentido (Mendonça e Simões, 2024). Ou seja, essa abordagem metodológica analisa enunciados discursivos de natureza variada, a fim de captar o modo como a realidade é enquadrada por eles. Em outras palavras, trata-se de compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido que enquadram o mundo a partir de perspectivas específicas. Os enquadramentos são estruturas interpretativas que atuam como esquemas que orientam a compreensão do mundo e engajam os sujeitos em uma situação específica (Goffman, 1986), são pacotes interpretativos que respondem à pergunta: o que está acontecendo aqui? (Mendonça e Simões, 2012).

A análise de enquadramento é usada em pesquisas de natureza diversa, mas a maior parte delas investiga como os meios de comunicação enquadram acontecimentos, especialmente relacionados às questões políticas (Sarmiento, 2017). No entanto, esta abordagem metodológica também pode ser muito útil para análise de contramovimentos. Mendonça (2023) destaca como as perspectivas relacionais, com a qual o conceito de contramovimento se vincula, possuem uma centralidade discursiva fundamental. Dessa maneira, acredito que uma metodologia que também é centrada em processos discursivos se mostra coerente com a abordagem teórica. Mendonça e Simões (2024) destacam a utilidade do método para mapear conflitos públicos discursivos, o que também é objeto dos estudos dos contramovimentos. Assim, a análise de enquadramento pode contribuir para mapear o debate sobre temas controversos, entender como discussões sobre temas específicos são desenvolvidas, quais são os enquadramentos disputados na arena pública e investigar como um conteúdo discursivo estabelece uma rede de significados (Mendonça e Simões, 2017).

Sarmento (2017), em diálogo com Benford (2003) e Snow e Benford (1992) demonstra a utilidade da análise de enquadramento para a investigação de movimentos sociais de maneira mais ampla. Através dela é possível mapear como um contramovimento constrói discursivamente suas demandas em relação a outro e disputa, na sociedade, determinadas pautas. Entman (1993) também destaca como a compreensão dos quadros ajuda a iluminar muitas controvérsias empíricas e normativas. Para o autor, o ato de enquadrar é selecionar um aspecto da realidade percebida, promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou tratamento recomendado. Os textos das Blusas Verdes possui todos esses elementos: o feminismo, liberalismo e socialismo são uma ameaça a sociedade brasileira, sendo, portanto um problema que precisaria ser combatido por um movimento forte, coeso e organizado. Nesse enfrentamento as mulheres têm um papel importante, garantindo o estabelecimento e manutenção de um Brasil cristão e soberano.

A fim de saber como as Blusas Verdes, através de seu espaço no jornal *A Offensiva*, lia o avanço do movimento feminista e disputava qual deveria ser o papel da mulher brasileira foram estabelecidos dois quadros prévios de maneira dedutiva: ameaça e dever. Com isso, espero me afastar da crítica feita por Mendonça e Simões (2012) que aponta como frequentemente as análises de enquadramento usam temas facilmente delineáveis e quantificáveis, ou análises computadorizadas que confundem *frames* com conjunto de proferimentos, deixando de pensar os quadros como estruturas complexas para se tornarem interpretações puramente estratégicas advogadas por atores específicos.

Além disso, a análise do contexto em que se inserem os quadros de sentido é de extrema importância para a investigação. Por isso, a contextualização do que foi o movimento das Blusas Verdes, do movimento Integralista, do movimento feminista e da Folha das Blusas Verdes dentro do jornal *A Offensiva*, além de ser importante por situar a leitora, também faz parte dos primeiros passos do método de análise. Na seção anterior, foi brevemente abordada a importância da imprensa para os movimentos sociais da época. Bairros (2012) destaca como a imprensa foi indispensável para a circulação de seus princípios e também o é para a reconstrução histórica do movimento, sobretudo em relação aos estudos de gênero. A AIB não ficou de fora e mobilizou um jornalismo próprio, através da revista *Anaué* e o jornal *A Offensiva*, para angariar novos militantes e disseminar suas ideias. Pinto (2016), em diálogo com Fiorucci (2014) e Santos (2022), destaca como a imprensa integralista era responsável por contrapor o discurso feminista “apontando como o destruidor da moral feminina, dos costumes religiosos supri-

midos pelo materialismo e como desvirtuador da família permitindo a entrada do comunismo nos lares” (Pinto, 2016, p. 19).

A *Offensiva* foi distribuída na cidade do Rio de Janeiro (RJ) entre os anos de 1934 a 1938, mas somente em 1936 incluiu a Folha das Blusas Verdes, publicada aos domingos. Sua escrita era de responsabilidade da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Os textos versam sobre o cuidado do lar, da família e dos filhos, o papel de uma Blusa Verde dentro do movimento e depoimentos de militantes. Também eram combatidos os males do capitalismo e liberalismo e era enaltecida a mulher cristã, mãe e construtora do pilar mais importante da nação: a família.

As edições do ano de 1936 estão disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil. São elas a edição 220 de primeiro de julho até a edição 298 de trinta de setembro. Em três delas, a Folha das Blusas verdes estava disponível: a edição 284 (13/07), 290 (20/07) e 296 (27/09). Em todas, a Folha era formada por apenas uma única página, ocupando um espaço muito pequeno em comparação ao restante do jornal. Além disso, há matérias repetidas entre as três edições, o que também não acontece no restante do jornal. Talvez, o movimento das mulheres integralistas ainda não estivesse tão bem consolidado neste recorte temporal. Para trazer mais robustez à análise, os discursos transcritos e textos disponíveis no site do movimento também fazem parte do *corpus*. Apesar do tamanho do *corpus*, é importante ressaltar que há pouca produção teórica sobre o tema, de maneira que a pesquisa almeja contribuir para preencher essa lacuna.

Tendo em vista que o objetivo era ler o movimento das Blusas Verdes como um contramovimento ao movimento feminista, os quadros de *ameaça* e *dever* possibilitaram investigar o que as integralistas entendiam como deturpador da sociedade brasileira e quais as correções para esses desvios. Pinho (2009) destaca como a imprensa é capaz de gerar uma disputa simbólica entre enquadramento sobre determinado fenômeno, tendo a capacidade de determinar interpretações válidas que serão consideradas pertinentes na discussão de um tema.

AMEAÇA

Por se tratar de uma ideologia que almeja a completa transformação da sociedade brasileira, o Integralismo identificou uma série de ameaças à vida social e política do país. De maneira geral, a modernidade foi enquadrada enquanto um elemento nocivo. Tanto o comunismo, quanto seu antagonista, o liberalismo, foram interpretados como um desvio estrangeiro que tentava destruir a tradição brasileira. Eles também interferiam na feminilidade das mulheres, afastando-as de

sua “verdadeira natureza”. O mundo moderno, então, era visto como um lugar de extremos em relação ao que é considerado ser mulher: o bolchevismo diminuiria a mulher ao tentar masculinizá-la, e o liberalismo abandonou-a na luta pela vida e na futilidade. Ou ela era “escrava ou fútil”. O materialismo também era uma ameaça que deveria ser combatida, pois ele faria com que as pessoas não fossem capazes de se sacrificarem pela pátria. Soma-se ao materialismo, a intelectualidade cética, cosmopolita e sem traços de originalidade nacional. A consequência disso para as mulheres seria viver uma vida sob uma ideologia que as tornaria frívolas e carentes de formação nacional. A crítica à modernidade como algo estrangeiro e, conseqüentemente, não natural do Brasil, também é feita ao feminismo. Além disso, ele também é enquadrado como uma teoria que não respeita a natureza humana.

Urge, a bem da humanidade, um corretivo à loucura da mulher de querer igualar-se ao homem em tudo e por tudo, em contraposição às leis biológicas quando o que lhe compete é procurar corrigi-los dos seus vícios e desregramentos (Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/a-mulher-a-familia-o-lar-e-a-escola/>).

Em outros textos a ideia de que há um destino natural às mulheres que é ameaçado pelo feminismo também está presente. A sufragista foi definida enquanto “o modelo mais ridículo” (Folha da Blusa Verde, edição 290), aquela que declarou guerra ao homem, que pretende ocupar todos os espaços masculinos, “só não pretende uma coisa: - Desenvolver as suas qualidades próprias de Mulher” (Folha da Blusa Verde, edição 290). Desse modo, o feminismo era uma ameaça na medida em que afetava a mulher dos papéis sociais “naturais” ligados à feminilidade.

Não será de certo, por meio desse falso feminismo que devasta tantas almas, que tem levado e está levando a sociedade e as nações a regressos lamentáveis, que ela conseguirá desempenhar-se de sua missão natural e sublime, nem cumprir seus deveres múltiplos, básicos, indispensáveis para o bem-estar da humanidade (Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/a-mulher-a-familia-o-lar-e-a-escola/>).

No texto de Margarida Corbisier, publicado em 1937, o feminismo foi delineado enquanto um conceito que nega a diferença entre a função social do homem e da mulher. Já, em outro texto, disponível no site, Nair Nilza Perez parece rebater as críticas que as mulheres integralistas estariam recebendo por parte de feministas.

Segundo a militante, as mulheres das grandes capitais seriam contra o regime integralista por acreditarem que nele as mulheres ficariam tolhidas de seus direitos públicos e políticos. Em contrapartida, as mulheres do interior estavam clamando contra o feminismo:

As patrícias nossas lá bem do interior, numa verdadeira “procissão do desencontro”, clamam em altos brados contra a doutrina nova, que quer levar a mulher brasileira para o feminismo dissolvente e corruptor dos yankees e dos que habitam as estepes geladas da Rússia. [...] Tudo isto não passa, porém, da propaganda calada, sorrateira, tenaz que os nossos inimigos fazem, insuflando no espírito das brasileiras das grandes cidades que o Integralismo é um modernizador iconoclasta. [...] Nós queremos a família brasileira bem brasileira, conservando as tradições suaves e magníficas de nossa terra, não invejando nem procurando imitar as ideias materialistas que Hollywood lança no cinema, como a maçã do Paraíso para que as Evas ingênuas e curiosas continuem a cair, a pecar... [...] Nós queremos os sentimentos cristãos dominando, novamente, na alma de nossas patrícias, fazendo-as embalar os filhinhos ao som dos cânticos embaladores da mãe preta e não ao som dos foxes norte-americanos (Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/o-integralismo-e-a-mulher/>).

O trecho também salienta outra ameaça à vida das mulheres e das famílias: os novos produtos e hábitos culturais que circulavam no Brasil. Em diversos trechos eles são enquadrados como responsáveis por disseminar uma cultura degradante no país, baseada em valores que “contribuem para o despudor e degradação da mulher”. Na edição 290, é, inclusive, recomendado que as mulheres integralistas evitem a má literatura e o cinema.

A seminudez das mulheres nos bailes, teatros e banquetes, a quase nudez nas praias, a representação na tela dos cinemas de atos os mais íntimos, as cenas de amores e beijos, com requintes de lascívia, assistidos sem vexame por senhoras, moças e meninas, são um atestado do relaxamento moral da época presente, uma provocação libidinosa, uma afronta ao pudor, o perfume delicado, o talismã com que a mulher consegue impor-se ao respeito e à estima dos homens (<https://integralismo.org.br/documentos/a-mulher-a-familia-o-lar-e-a-escola/>).

Na Folha, há uma lista de itens que escravizariam a mulher, como por exemplo, quando homens tratam as mulheres como animais de luxo, quando a mulher se

guia pela ditadura da moda, a condescendência com que a sociedade burguesa encara a relação entre homem e mulher, o salário insuficiente que os pais de família recebem, obrigando as mulheres a trabalhos ainda mais desvalorizados. Além disso, a ostentação das mulheres ricas, que incentiva o gosto pelo luxo nas mulheres mais pobres, o que levaria a prostituição, as teorias de uma “falsa ciência”, que reduz tudo a uma questão sexual e torna a mulher um mero instrumento de prazer, os casamentos por motivos de interesse financeiro e não de mútuo amor e sentimento de responsabilidade moral, o comodismo, o egoísmo e a vaidade, característicos da sociedade burguesa. Esses males, ou “frivolidades”, deveriam dar lugar a preocupações com o lar, com a sociedade, com a pátria e com deus, ao mesmo tempo que naturalizam o trabalho doméstico como responsabilidade exclusiva das mulheres dentro das famílias, mantendo a família como base da sociedade brasileira.

O divórcio, uma conquista recém obtida, é outro elemento que recebeu grande destaque. Dada a centralidade que a família nuclear possui dentro da ideologia integralista, a possibilidade de sua dissolução seria a modificação da “finalidade do casamento e ataca de cheio a prole, a felicidade dos cônjuges e a vida social”. A ideia de que o divórcio é importante para uma vida mais feliz e saudável quando um casamento já não faz mais sentido é combatida. Para os integralistas, ele não poderia ser um remédio para as infelicidades conjugais.

Ora, o divórcio invertendo a finalidade do casamento, desloca da prole para a felicidade dos cônjuges a razão de ser da sociedade conjugal. Nisso vemos, já se vê, uma perversão essencial, fruto do individualismo do século (Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/a-familia-a-indissolubilidade-e-o-divorcio/>).

Nesse sentido, o divórcio romperia com a missão educativa das famílias, além de ser baseado no egoísmo colocando o “seu bem individual como medida”. A indissolubilidade do casamento garantiria o desenvolvimento natural das gerações futuras. E, para os integralistas, a dissolução da família seria a dissolução da própria sociedade.

As mudanças operadas na mulher, desviando-a dos seus atributos naturais, perturbaram profundamente o lar e a sociedade. Os divórcios aumentam em proporções alarmantes. Nos Estados Unidos contavam-se em 1920 à razão de 1 por 25 casamentos. Há que combater por todas as formas essa tendência à destruição dos fundamentos essenciais da sociedade. A natalidade mingua, a população

debilita-se, estaciona ou decresce, a família desmantela-se, o lar dissolve-se e a sociedade entra em corrupção e ruína. (Disponível: <https://integralismo.org.br/documentos/a-mulher-a-familia-o-lar-e-a-escola/>).

Mas, é interessante que, apesar de ver no feminismo uma ameaça à vida nacional, o movimento não preconiza, pelo menos discursivamente, pelo machismo. Ele também é enquadrado enquanto um desvio da sociedade. As “teorias masculinistas” que esquecem o valor da mulher e a isolam do convívio social seriam tão maléficas quanto o feminismo.

Uma sociedade, quer de ordem familiar, quer de ordem civil, que fosse edificada exclusivamente sobre o egocentrismo masculino, tornar-se-ia em pouco tempo uma sociedade mutilada e viciada, condenada inexoravelmente à esterilidade do raciocínio frio, à inanição da análise dispersiva e fracionadora, aos abismos vazios da abstração, ressequidas em suas profundidades, privadas de entranhas e reduzida a um mecanicismo absorvente e destruidor (Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/a-ideia-central-do-integralismo-e-a-mulher/>).

Portanto, a função da mulher para o integralismo era algo no meio do caminho entre o machismo e o feminismo, era encontrar e desempenhar seu papel “natural” de mulher, cultivar uma feminilidade baseado no cuidado, empatia e amor ao próximo, como veremos a seguir.

DEVER

A grandiosidade da utopia integralista de transformar toda a sociedade brasileira, além de identificar ameaças e inimigos, também elenca responsabilidades para a mulher dentro de sua militância. Logo, para alcançar os objetivos do movimento integralista as Blusas Verdes deveriam agir a partir de três pilares: a palavra, o trabalho e o exemplo. É pela palavra que se dá a doutrinação. É pelo trabalho que os integralistas respeitam a disciplina e exercem a modéstia, sendo pontuais e proativos. E é pelo exemplo, vivendo uma vida coerente com a doutrina integralista, que se espalha a “vida bela” pela bondade e pelo espiritualismo. Uma vida “virtuosa”, marcada pelo sacrifício e pela renúncia, uma vida “nobre”, “elevada” e “simples”.

Às Blusas Verdes era reservada uma série de responsabilidades dentro do movimento. A AIB contava com um Departamento Feminino que tinha como função oficializar e homogeneizar a participação delas. O departamento era formado por

diversos órgãos hierarquicamente organizados. O sucesso do departamento e a participação feminina foram tantos que, em 1936, foi criada a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e de Plinianos (SNAFP). Sua responsabilidade era contemplar a participação feminina e unificá-la em todo o território nacional. Segundo seu regulamento sua finalidade era “orientar, dirigir, controlar e arregimentar todo o trabalho da Mulher e da Juventude Integralista” (Lopes, 2007, p. 42). Ou seja, dentro da AIB havia regimentos específicos para as mulheres, de forma a conduzi-las para a melhor versão que deveriam seguir os preceitos “Deus, Pátria e Família” (Santos, 2022). Para Lopes (2007), isso evidencia como o movimento do *Sigma* absorveu a demanda que estava colocada na sociedade brasileira à época: a maior participação política e social das mulheres. E as mulheres viam no movimento uma possibilidade de entrarem na vida política.

Além disso, foram definidos três papéis que caberiam à mulher na formação do espírito nacional: 1) o culto dos heróis no passado, 2) o culto das virtudes no presente e 3) o culto dos grandes ideais no futuro. Em outro momento, nas *theses* veiculadas na Folha, o dever da mulher integralista foi definido como dar o exemplo mais vivo de convicção e ardor pela causa, pelo trabalho, pela iniciativa, pelo esforço, pelo sacrifício e pela perseverança, além de disciplina, hierarquia, de união entre todas as companheiras, prestigiando-se mutuamente. Para isso, a educação era fundamental.

A educação parece ser um dos mais importantes deveres da mulher integralista. Ela aparece em diversos textos, como no Fortalecimento do Espírito Cristão Nacional e na Responsabilidade Com as Crianças e a Família. A revolução do espírito, necessária para o surgimento da sociedade integral, só seria capaz de acontecer a partir da educação. Na década de 1930, o Brasil ainda contava com uma massa de analfabetos e segundo Constituição Federal eles não tinham direito a voto. Logo, caberia às mulheres educar o povo para um novo Brasil e, consequentemente, cativar votos para o partido. A pesquisa de Bairros (2013) sobre as Blusas Verdes em Santos (SP) identificou como, próximo das eleições, os cursos de alfabetização eram reinaugurados e, também, novas escolas eram criadas pelos integralistas, a fim de alfabetizar e cativar novos eleitores, apontando para uma função extremamente estratégica das mulheres dentro movimento e do partido. Elas também deveriam elevar, cada vez mais, os valores do espírito, combatendo o materialismo, a ostentação e o luxo, o egoísmo, o comodismo burguês e a decadência dos costumes. Deveriam lutar pela moralização da sociedade, ensinar as crianças o culto dos santos e dos heróis, restaurar a verdade sobre a mentira contemporânea, elevar a dignidade do lar, enaltecer as virtudes domésticas, incre-

mentar a bondade, a compaixão, a solidariedade humana e incutir no meio em que se vive o culto de Deus e da pátria.

A escolha da mulher para desempenhar essa função não foi aleatória, mas consequência da visão conservadora do papel da mulher na sociedade, a ideia de que as mulheres teriam uma natureza mais dedicada ao cuidado, empatia e docilidade. A maternidade também foi central na pesquisa de Pinto (2016), em que é demonstrado como a função da mulher integralista era gerar filhos à pátria, educar e formar uma mentalidade cristã. Se a família é fundamental para o sucesso da sociedade integral, a mulher cuidando dela também o é, qualquer coisa longe deste modelo estaria condenada ao fracasso. Para Santos (2022), a maternidade é a fonte primária da participação das mulheres no movimento.

No entanto, Lopes (2007) e Pinto (2016) salientam que não se deve negar que, apesar de conservadora, a AIB foi inovadora ao preconizar que para exercer a função de mãe, esposa e dona-de-casa, a cultura e o estudo eram fundamentais. Além da educação, as Blusas Verdes também se destacaram pela sua atuação em áreas como saúde e filantropia.

Porém, o que o movimento compreendia como o papel da mulher era baseado em uma visão extremamente conservadora, cristalizando a feminilidade através da família e da maternidade. Afinal, a família é uma das bases sociais da sociedade integral, junto ao culto à pátria e a deus. Nesse sentido, um trecho do regimento do Departamento Feminino, em que é definida sua finalidade, é bastante elucidativo:

‘orientar e dirigir a ação da mulher brasileira no movimento e prepará-la para ocupar eficientemente no regime integralista o lugar que de direito lhe cabe’, reforçando o lugar de direito da mulher no Integralismo: a constituição e perpetuação da família e manutenção da estrutura do Lar (Lopes, 2007, p. 40).

A Blusa Verde era responsável por fazer com que seus filhos, pais, esposos cumprissem seus deveres de camisas-verdes. Ela deveria divulgar o movimento sempre que possível. Ser um exemplo de coragem, simplicidade para com os humildes e sofredores. Afirmar a brasilidade contra o cosmopolitismo, sustentando a superioridade da pátria e vestir a blusa verde com orgulho.

Assim, mulher é entendida como igual ao homem em termos hierárquicos, ela não é nem superior, nem inferior. Mas ela é diferente: é mais sensível, age mais com o coração. Ela possui diferentes tarefas no lar, na sociedade e na pátria. Há tarefas que se originam na natureza de cada um: “coisas que seria ridículo a mulher fazer; coisas que seria ridículo o homem fazer” (Folha da Blusa Verde, edição 284).

Nesse sentido, seria somente na sociedade integral que a mulher seria de fato livre, liberta dos males que a escravizam.

Na sociedade integral, seriam mantidos os lugares naturais da mulher ligados ao lar e à família, e a mulher teria direitos de fato. “Só uma concepção espiritualista da existência traz à mulher dignidade, respeito e liberdade” (Folha das Blusas Verdes, edição 284). É só no integralismo que a mulher consegue o desenvolvimento de suas qualidades particulares.

Queremos a mulher superior, cursando as Faculdades, ilustrando o espírito, lutando na vida prática ao lado dos homens como estímulo e alegria, e não se esquecendo nunca de sua condição de mãe, esposa, filha. A mulher integral terá: cérebro de homem, físico de mulher, coração de criança (Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/o-integralismo-e-a-mulher/>).

A noção da obtenção da “eterna graça feminina” através do Integralismo, demonstra como as Blusas Verdes lutavam por uma ampliação de direitos de participação política, mas que mantivessem o *status quo* das práticas femininas conservadoras. Essa nova identidade mais emancipada na sociedade deveria se conciliar com seus deveres tradicionais de mulher de família e dona de casa e iam na contramão do que os movimentos feministas almejavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ação Integralista Brasileira pode ser entendida como um braço organizado do Fascismo no Brasil, baseado no nacionalismo, cristandade e na família. No entanto, sua relação com a sociedade civil é complexa, na medida em que foi um importante partido de massa da história nacional e também possibilitou a participação ativa das mulheres. Este texto buscou mostrar como a AIB teve que lidar com as novas demandas colocadas pelas e para as mulheres na década de 1930, dando respostas conservadoras aos movimentos feministas da época. Assim, pode-se entender as Blusas Verdes enquanto um contramovimento aos movimentos por emancipação e revolução feminina da época.

O conceito permite ampliar e complexificar a perspectiva relacional para além das relações entre movimentos e Estado, saindo do binarismo movimento vs. Estado. Também permite analisar as relações entre grupos sociais opostos, que se organizam e se mobilizam em torno de uma determinada temática. Para a discussão teórica e empírica do artigo, a análise de enquadramento focada em mapear conflitos públicos discursivos (Mendonça e Simões, 2012) se mostrou uma

ferramenta metodológica útil na medida em que seus objetivos se aproximam dos elementos destacados pelo conceito de contramovimento. Além disso, a pesquisa também contribui para o campo de estudos sobre feminismos, que já conta com alguns trabalhos sobre a relação entre feminismo e imprensa, mas pouco sobre contra os feminismos.

É importante destacar que este artigo é uma tentativa inicial de mapear essas relações. Trabalhos futuros devem buscar conexões mais diretas entre os movimentos. A pesquisa de lideranças pode ajudar nesta empreitada, bem como um banco de notícias de maneira mais ampla. Além disso, buscou-se destacar como há uma expectativa de gênero dentro de movimentos fascistas, o que reforça como o tema não pode ser ignorado em debates sobre a democracia nem por pesquisas sobre movimentos de direita e conservadores. A disputa no campo do gênero, tão central no momento político atual, também estava presente em outros momentos da história da brasileira e investigá-la permite compreender deslocamentos e permanências neste fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather (2010). Explaining Movement and Countermovement Events in the Contemporary U.S. Women's Movement. *Anais da Annual meeting of the american political science association*. Washington.
- BAIROS, Lilian Tavares (2013). O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras integralistas em Santos. *Anais do Seminário internacional fazendo gênero*. Florianópolis. https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373305127_ARQUIVO_ArtigoSimposio2013.pdf
- CALIL, Gilberto Grassi (2001). *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP, 1945-1950*. Porto Alegre: Edipucrs,
- CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino (1999). *Partido de Representação Popular: política de alianças e partidos nos governos estaduais do RS de 1958/1962*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DORIA, Pedro (2020). *Fascismo à brasileira: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Planeta.
- DOS SANTOS, Luana Dias (2022). Uma análise sobre a participação das mulheres no movimento integralista através das páginas do jornal A Offensiva (1936). *Revista de História da UEG*, v. 11, n. 01, p. 1-17. <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i01.11901>

- FLACH, Ângela (2003). “Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepistas no RS (1961-1966). Dissertação (mestrado). Porto Alegre: Departamento de História da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FREITAS, Viviane Gonçalves (2018). *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Jundiaí: Paco Editorial.
- JASPER, James M (2016). *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LOPES, Daniel Henrique (2007). *As experiências femininas na AIB, 1932-1938: Revendo o passado: Gênero e representações*. Dissertação (mestrado). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2006). Comunicação e movimentos sociais: em defesa de uma abordagem complexa. *Ecos Revista*, v. 10, p. 109-134.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães (2012). Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, p. 187-201.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2023). Âmbitos interacionais e seus diferentes contratos comunicativos: contribuições para a agenda relacional no estudo de movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, p. 1-15. <https://doi.org/10.1590/3811035/2023>
- MEYER, David S., & STAGGENBORG, Suzanne. (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology* v. 101, n. 6, p. 1628–1660.
- PINHO, Andrea Azevedo (2009). Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: Dos enquadramentos midiáticos a construção de uma democracia plural. *e-cadernos CES*, n. 04, p. 135-156. <https://doi.org/10.4000/eces.233>
- PINTO, Celi Regina J (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SARMENTO, Rayza (2017). *Das Sufragistas à ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Ligia GG Rodrigues; MARQUES, Gabrielle (2023). A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras “de direita” no Instagram:-. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 20, n. 01, p. 59-83.
- SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli (2017). Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de sociologia e política*, v. 25, p. 143-164.

- SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 26-49.
- SOIHET, Rachel (2006). *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres/EDUNISC.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de (2010). A evolução dos estudos sobre o integralismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 36, n. 1, p. 118-138. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2010.1.7856>
- TARROW, Sidney (2009). *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes.
- TARROW, Sidney; MEYER, David S(2018). Challenges of the anti-trump movement. *Partecipazione e Conflitto. The Open Journal of Sociopolitical Studies*, n. 15, p. 615-645.

Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero¹

*On behalf of Children's Advocacy? The orchestration
of democracy in anti-gender speech*

Bruna Quinsan Camargo^a 

Resumo O artigo investiga por meio da Análise de Conteúdo os discursos de parlamentares e vídeos de lideranças e figuras públicas religiosas sobre a chamada “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados entre 2015 e 2019. Utilizando o léxico da democracia a fim de impedir o avanço de direitos sexuais e reprodutivos e propagar a moralidade tradicional na educação, os valores cristãos recebem uma roupagem secular. Dessa forma, a atuação político-religiosa *desdemocratizante* é legitimada na arena pública, levando à precarização de vidas e à perpetuação de desigualdades e violências enfrentadas por grupos historicamente subalternizados, como pessoas trans, mulheres cisgêneras e dissidentes sexuais.

Palavras-chave Ideologia de gênero. Religião e política. Secularismo estratégico. Democracia. Desdemocratização.

Abstract *The article investigates through Content Analysis the speeches of parliamentarians and videos of religious leaders and public figures regarding the so-called “gender ideology” in the Chamber of Deputies between 2015 and 2019. Utilizing the lexicon of democracy to hinder the advancement of sexual and reproductive rights and promote traditional morality in education, Christian values receive a secular guise. Thus, this politically and religiously democratizing action is legitimized in the public arena, leading to the precariousness of lives and perpetuation of inequalities and violence faced by historically marginalized groups, such as transgender individuals, cisgender women, and sexual dissidents.*

Keywords *Gender ideology. Religion and politics. Strategic secularism. Democracy. De-democratization.*

^a Universidade Federal de São Carlos. E-mail: brunaqcamargo@gmail.com

¹ Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

INTRODUÇÃO

De maneira sutil para as crianças, mas para a maioria dos brasileiros muito evidente, os marxistas empregam uma ideia deturpada de algo para convencer nossos filhos a seguir a ideologia que eles querem. Os pais devem acompanhar tudo o que acontece com seus filhos na escola. Essa amálgama não pode ter continuidade. É preciso frear essa doutrinação das crianças! É necessário formar cidadãos de maneira neutra. [...] Essa liberdade autoritária quer até nos impor uma forma de nos expressar, o “politicamente correto”, isto é, o jargão de grupelhos militantes. Quero usar meu direito à liberdade de pensamento, que foi uma conquista histórica das religiões protestantes, para falar numa língua comum, numa língua do povo, e não numa língua de laboratório (Lincoln PORTELA, PR - MG, 2017, grifos da autora).

Nos trechos do discurso citado acima, o Deputado Federal pelo Partido Republicano de Minas Gerais (PR-MG) e pastor da Igreja Batista, Lincoln Portela, manifesta sua indignação com a chamada “ideologia de gênero”, a qual, em suas palavras, “veio para perturbar a família brasileira” e doutrinar as crianças. Tal pronunciamento integra uma série de empreendimentos morais que pretendem impedir a discussão sobre as pautas de gênero e sexualidade nas escolas, através da mobilização da categoria acusatória “ideologia de gênero”.

O presente artigo busca analisar o conteúdo dos discursos aqui denominados *antigênero*, procurando identificar os valores expressos nos argumentos dos deputados federais e das lideranças e figuras públicas religiosas que combatem a “ideologia de gênero”. Essa categoria acusatória (Maria das Dores Campos MACHADO, 2018) foi criada por católicos conservadores com o objetivo de desqualificar a teoria feminista de gênero e frear o avanço dos movimentos feministas e das pessoas que desobedecem às normas cisgênera e heterossexual.

O discurso *antigênero*, criado por leigos e sacerdotes católicos conservadores a fim de combater o avanço feminista nas conferências da Organização das Nações Unidas, posteriormente foi abraçado por diversas denominações evangélicas e se tornou o entrave básico para o acesso de mulheres e *LGBTQIA+* à cidadania plena. Além disso, constitui o principal meio de combate a democratização que as lutas feministas promovem no mundo. Esse recurso discursivo foi adotado tanto por cristãos conservadores quanto por grande parte dos movimentos de extrema-direita que emergiram mundialmente, impondo a desdemocratização (Wendy BROWN, 2015).

Ensejando a manutenção de normas sociais baseadas em preceitos cristãos, os movimentos religiosos conservadores desenvolvem novas estratégias para perpetuar a produção de subcidadania para mulheres e dissidentes sexuais. Isso se configura como uma “cruzada moral” (MACHADO, 2018) ou uma “guerra” contra as políticas de gênero (Fernando de Figueiredo BALIEIRO, 2017), que se vale do recurso discursivo estratégico de transformar iniciativas de promoção de avanços dos direitos sexuais e reprodutivos em ameaças aos direitos das crianças (BALIEIRO, 2018). Com isso, há uma disputa em torno do significado dos conceitos: democracia, direitos e laicidade.

Diante dessa tensão entre forças antagônicas que disputam espaço, poder e legitimidade no Estado e na sociedade, o presente trabalho visa identificar como um dos lados da disputa, aquele que representa os valores conservadores e religiosos, justifica suas posições no debate público. Em outras palavras, analisa como esses grupos formulam seus argumentos no Congresso e até que ponto esses argumentos são fundamentados em justificativas universais ou religiosas.

Buscando contribuir com o debate acadêmico sobre religião e política no Brasil, bem como explorar as implicações da atuação de parlamentares religiosos para a democracia no país, em especial para o fundamento democrático da laicidade do Estado, o artigo tem como objeto a formulação do discurso sobre a chamada “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados durante a 55ª legislatura (2015-2019). Além disso, estabelece uma comparação com o discurso *antigênero* em espaços religiosos.

Devido à origem cristã do discurso *antigênero*, as pessoas que defendem o avanço de movimentos progressistas poderiam argumentar que esse discurso se trata de fundamentalismo e alegar que a argumentação dos parlamentares anti-feministas é puramente ou majoritariamente religiosa. Assim, bastaria recorrer ao fundamento democrático da laicidade do Estado para combatê-los.

Entretanto, a recente bibliografia sobre religião e política no Brasil e na América Latina (Juan Marco VAGGIONE, 2005; Ronaldo de ALMEIDA, 2009; Ricardo MARIANO, 2011; Montserrat SAGOT, 2012; MACHADO, 2016; VAGGIONE, 2017; Flavia BIROLI *et al.*, 2020; Gabriela Arguedas RAMIREZ, 2020; Daniela Leandro REZENDE *et al.*, 2020) demonstra uma complexificação do problema. Isso se dá através de uma estratégia discursiva baseada na apropriação da linguagem da democracia e dos direitos, tornando-a mais difícil de ser combatida do que o fundamentalismo (SAGOT, 2012). Notavelmente, os parlamentares pouco falam do deus cristão ou dos dogmas religiosos para justificar suas ações políticas.

Sob o objetivo geral de analisar a argumentação dos parlamentares que combateram a perspectiva feminista de gênero na 55^a legislatura da Câmara dos Deputados, buscou-se identificar como os deputados federais usaram o recurso discursivo estrategicamente para disfarçar o discurso religioso com uma linguagem moderna, laica e universal.

Sendo assim, este artigo se propõe a investigar a existência da secularização de argumentos religiosos na produção nos discursos parlamentares sobre a chamada “ideologia de gênero”. São objetivos específicos: identificar os valores, princípios e concepções sobre a democracia que rodeiam os argumentos dos parlamentares *antigênero*; e identificar quais são as instituições religiosas mais preocupadas com o combate à “ideologia de gênero”. Em seguida, busca-se compreender se há interseções entre os argumentos secularizados dos parlamentares e o discurso religioso das distintas igrejas às quais os deputados *antigênero* se filiam.

Dois hipóteses norteiam a inferência descritiva dos dados coletados: (H1) A mobilização *antigênero* recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos. (H2) A linguagem da democracia é empregada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas. Para isso, a próxima seção abordará os materiais e os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos, bem como para testar as hipóteses formuladas.

A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo geral exposto anteriormente, inicialmente serão analisados os discursos proferidos pelos deputados federais sobre a pauta *antigênero* durante a 55^a legislatura da Câmara dos Deputados. Tal legislatura compreende os anos de 2015 até 2019, período que marca a disseminação da terminologia “ideologia de gênero” na política brasileira, bem como o avanço de um conservadorismo moral no Estado e na sociedade civil. Posteriormente serão analisados vídeos de lideranças religiosas das denominações às quais os deputados se filiam.

Para melhor compreensão do texto, os procedimentos metodológicos estão divididos em duas etapas: 1. análise da argumentação parlamentar e 2. do púlpito ao palanque, conforme veremos a seguir.

ETAPA 1. ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO PARLAMENTAR

Na primeira etapa do desenho metodológico da pesquisa, o foco era identificar os valores e princípios que embasam os argumentos dos parlamentares e definem o acesso e a restrição de direitos à crianças, mulheres e dissidentes das normas cisgênera e heterossexual, ou seja, o primeiro objetivo específico.

Compreendendo, assim como Luis Felipe MIGUEL *et al.* (2017), a importância dos discursos em plenário no exercício parlamentar, a análise do discurso *antigênero* na Câmara dos Deputados precisa ser focada em tais discursos. Essa é uma maneira de “compreender a construção de sentido sobre o mundo social” (MIGUEL *et al.*, 2017) para os deputados que combatem a noção feminista de gênero.

Para tanto, com o auxílio da plataforma de monitoramento legislativo inteligente SigaLei², realizou-se o mapeamento dos discursos dos deputados sobre a temática. Em seguida, realizou-se a Análise de Conteúdo dos discursos selecionados, classificando os argumentos a partir de expressões ou palavras significativas (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2007 apud Ricardo Bezerra CAVALCANTE *et al.*, 2014).

Por meio da pesquisa de discursos de parlamentares na Câmara dos Deputados entre 01/02/2015 e 31/01/2019, utilizando a plataforma SigaLei com a palavra-chave “ideologia de gênero”, foram encontrados 159 discursos. Foram excluídos os discursos de oradores que se posicionaram a favor da perspectiva feminista de gênero, os que mobilizaram “ideologia de gênero” apenas como um tema tangente (não argumentando sobre ele); e os discursos que não foram proferidos por deputados federais³. Após as exclusões, permaneceram 126 discursos e foram identificados 37 oradores. 28⁴ destes oradores proferiram até 3 discursos durante a legislatura analisada.

A amostra selecionada para análise é composta pelos discursos emitidos pelos parlamentares cuja quantidade de discursos proferidos foi acima da média dos 37 deputados⁵, sendo selecionados 79 discursos pronunciados por 09 oradores, como evidenciado pela Tabela 1.

2 Disponível em <https://sigalei.com.br/>.

3 Como o discurso de posse presidencial de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados em 01/01/19.

4 Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, Pr. Eurico, Givaldo Carimbão, Takayama, Antonio Bulhões e Jefferson Campos emitiram três discursos cada. Eder Mauro, Carlos Andrade, Ezequiel Teixeira e Silas Câmara pronunciaram dois discursos cada. Já Cabo Sabino, Eduardo Bolsonaro, Alberto Fraga, Ronaldo Martins, Marx Beltrão, Alfredo Kaefer, Ronaldo Fonseca, Roberto de Lucena, André Figueiredo, Franklin Lima, Ronaldo Nogueira, Luciano Braga, Cesar Souza, Geovania de Sá, Vitor Valim, Diego Garcia e Elizeu Dionízio proferiram um discurso cada.

5 Média de 3,4 discursos por deputado.

Tabela 1. Deputados mais preocupados com a perspectiva de gênero na 55ª legislatura

Deputado	Partido 2015/2019	Estado	Discursos	Espaço religioso
Victório Galli	PSC/PATRI	MT	18	Assembleia de Deus
Lincoln Portela	PR	MG	12	Igreja Batista
Flavinho	PSB/PSC	SP	11	Igreja Católica
Arolde De Oliveira	PSD	RJ	10	Igreja Batista
Vinicius Carvalho	PRB	SP	8	Igreja Universal do Reino de Deus
Marco Feliciano	PSC/PODE	SP	7	Assembleia de Deus
Alan Rick	PRB/DEM	AC	5	Igreja Batista
Sóstenes Cavalcante	PSD/DEM	RJ	4	Assembleia de Deus
Stefano Aguiar	PSB/PSD	MG	4	Igreja Quadrangular
Total de discursos analisados			79	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na plataforma SigaLei e em sites dos deputados referidos.

Para fins de análise foram excluídos os trechos que não abordavam o discurso *antigênero*. O principal método adotado para examinar os discursos foi a abordagem qualitativa da Análise de Conteúdo categorial. Esse conjunto de técnicas é utilizado na análise de comunicações e visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores que permitam inferir conhecimentos (Laurence BARDIN, 2009; CAVALCANTE *et al*, 2014), possibilitando assim a descrição das mensagens atreladas ao seu contexto.

A classificação dos dados foi realizada com o auxílio do software de análise qualitativa MAXQDA⁶, atribuindo a cada unidade de análise⁷ encontrada uma das seguintes categorias:

- a) *Democracia*: Argumentos que apelam ao majoritarismo ou à opinião pública. Defesa de direitos de minorias como mulheres e crianças. Denúncias acerca de crise democrática ou *desdemocratização*, bem como o desequilíbrio entre os Poderes e a usurpação do Poder Legislativo pelo Judiciário ou Executivo. Denúncias de censura ou de doutrinações. Demanda pela liberdade de pensamento e credo.

Exemplo: Discurso de Victório Galli em 15/04/15 às 15h12min:

“Imagem, Sras. e Srs. Parlamentares, suas filhas irem ao banheiro da escola e, de repente, encontrarem lá um sujeito homem, que resolveu naque-

⁶ Disponível em <https://www.maxqda.com/>.

⁷ Foi adotada como unidade de análise a *quasi-sentence*, “entendida como um argumento (expressão verbal de uma ideia política ou questão)” (Gabriela da Silva TAROUÇO; Rafael Machado MADEIRA, 2013: 164).

le instante ser mulher. É perturbador acreditar que isso possa ocorrer. É isso e mais o que está por trás dessa ‘ideologia de gênero’.

- b) *Jurídico*: Argumentação acerca do ordenamento legal, das leis, das normativas, do descumprimento de alguma norma, das hierarquias entre normativas e da interpretação de uma legislação.

Exemplo: Discurso de Victório Galli em 10/03/16 às 14h12min:

“Mesmo com a aprovação da Lei 13.005/14 - Plano Nacional de Educação, foram baixadas algumas resoluções pelo MEC, dentre elas a Resolução nº 12, de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2015, ‘que garante o uso de banheiros e vestiários de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito em todas as instituições e rede de ensino em todos os níveis’, infringindo norma legal acima citada.”

- c) *Científico*: Mobilização de dados, autores e teorias - aceitas na comunidade científica ou não. Desqualificação ou rejeição de uma teoria. Acusação de que algum ator nega a verdade ou a realidade.

Exemplo: Discurso de Vinicius Carvalho em 29/08/16 às 15h24min:

“A associação [americana de pediatria] destaca que a sexualidade humana é um traço biológico binário e objetivo. Cromossomos XX são meninas e XY, meninos. São marcadores genéticos de saúde, não de um distúrbio. A sexualidade humana é binária, com o óbvio propósito da reprodução e florescimento de nossa espécie. Este princípio é auto evidente. Os médicos ressaltam que os transtornos extremamente raros de diferenciação sexual são todos desvios medicamente identificáveis da norma binária sexual, e indivíduos desse grupo não constituem um terceiro sexo.”

- d) *Religioso*: Defesa de valores cristãos. Argumentação que mobiliza dogmas religiosos ou que defendem leis divinas.

Exemplo: Discurso de Arolde de Oliveira em 29/03/17 às 14h48min:

“O bem e a boa política não bastarão para a sobrevivência da ética e da moral judaico-cristã, a nossa causa exige reação e combate permanentes à insurgência do mal onde ele surgir. O mal tem se manifestado em diversos formatos como PNDH3, PL-122, kit gay, ideologia de gênero, Lei da Palmada, liberação do aborto, pílula do dia seguinte, casamento gay, negação da heteronormatividade, para citar alguns dos mais conhecidos.”

Para demonstrar as distintas e conflitantes concepções de democracia presentes na argumentação dos parlamentares, a categoria *Democracia* foi subdividida nas seguintes subcategorias:

i) *Majoritarismo*: Argumentos que expressam a ideia de que a maioria cristã deve prevalecer sobre a minoria. Mobilização da opinião pública. Acusações sobre supostas imposições feitas por minorias.

Exemplo: Discurso de Flavinho em 06/11/2017 17h28.

“Nós não temos medo de ninguém! Nós não temos medo de Butler. Nós não temos medo de esquerdistas marxistas. Nós não temos medo dos chamados promotores de gênero, porque somos maioria neste País e não ficaremos calados, não ficaremos acuados em guetos. Estas pessoas estão enganadas ao achar que o povo brasileiro continuará calado.”

ii) *Usurpação legislativa*: Denúncias acerca de um suposto desequilíbrio entre os Poderes a partir de usurpação de competências legislativas por parte do Poder Executivo ou Judiciário. Elogio pelo respeito à divisão dos poderes.

Exemplo: Victório Galli 09/03/2016 11h42.

“O Judiciário não pode legislar, não tem o direito de desestabilizar a sociedade ou de tentar recriá-la. O Judiciário precisa contribuir com a Nação e fazer justiça. No Brasil, quase 90% dos assassinatos não são solucionados, e os malfetores jamais irão experimentar a punição por seus crimes. Enquanto isso, o Judiciário está se desgastando com ideologismos...”

iii) *Direitos*: Demanda por direitos dos fetos, proteção dos direitos das crianças e denúncias de suposta doutrinação nas escolas e de crianças, em geral. Defesa de direitos religiosos. Denúncias acerca de suposta sexualização de crianças. Posicionamentos contra a pedofilia. Defesa da educação como tarefa da família. Defesa de direitos de educadores, mulheres, LGBTs e pessoas negras. Denúncia de preconceitos.

Exemplo: Victório Galli 09/03/2016 11h42.

“Devemos trabalhar para todos os cidadãos, sejam negros, brancos, pardos, amarelos, heterossexuais ou por liberdade de escolha homossexuais. Mas tenho deixado bem claro meu posicionamento em atuar contra o ativismo ideológico gay. Não sou contra pessoas, não sou contra a igualdade de direitos de todo cidadão brasileiro, que já é garantida constitucionalmente, seja qual for sua opção sexual. Pois cada um faz de sua vida o que bem entender,

desde que não fira os direitos individuais de outros. Porém, ressalto minha posição contrária ao ativismo ideológico gay, que busca privilégios políticos e atua de forma incansável para atingir nossa próxima geração, isso mesmo, nossas crianças com suas posições ditas progressistas, atropelando o papel e dever, social e cívico dos pais em educarem seus filhos.”

iv) *Corrosão da democracia*: Demanda pela liberdade religiosa e de pensamento. Denúncias de censura. Corrosão de pilares da sociedade e de instituições democráticas. Denúncia acerca da suposta perseguição a grupos ou a uma determinada forma de pensar. Trato de adversários políticos como inimigos. Denúncias de doutrinações no geral (realizadas fora do espaço escolar e não especificamente sobre crianças). Denúncias sobre uma suposta guerra cultural. Chamado à reação e à participação política.

Exemplo: Arolde de Oliveira 16/04/2016 05h04

“O setor mais radical da esquerda está preparando o que parece ser o assalto final para a desconstrução dos valores e das instituições democráticas do Estado, processo lento e gradual, mas determinado, rumo a um sistema de Governo populista autoritário, até a consumação de um Estado socialista-marxista, com a supressão das liberdades.”

As categorias citadas foram construídas pela pesquisadora atendendo ao princípio de validade da categorização na Análise de Conteúdo, assim foram elaboradas diretamente a partir das duas hipóteses, com o auxílio da literatura sobre democracia, gênero, sexualidade e religião (MACHADO, 2018; MIGUEL *et al.*, 2017; RAMIREZ, 2020; SAGOT, 2012; VAGGIONE, 2005; VAGGIONE, 2017). Isso garante “uma adequação epistemológica entre os propósitos da pesquisa e os instrumentos utilizados para identificar o fenômeno sob investigação” (Rafael SAMPAIO; Diógenes LYCARIO, 2018: 33).

Além disso, foi observado o princípio da replicabilidade na Análise de Conteúdo, apresentando as categorias de forma detalhada e com exemplos (SAMPALIO; LYCARIO, 2018: 34). O livro de códigos está disponibilizado nos documentos suplementares de forma a possibilitar a replicabilidade da análise por outros pesquisadores.

A fim de amenizar o problema fundamental da inferência descritiva - de ter maior facilidade de sofrer com a subjetividade da pesquisadora (John GERRING, 2012) -, foi realizado, a partir da ferramenta ReCal⁸, testes de confiabilidade

8 Disponível em <http://dfreelon.org/utills/recalfront/>.

buscando “*verificar se diferentes codificadores têm a mesma compreensão sobre as variáveis de análise e se a codificação pode ser replicada por outrem, gerando resultados similares*” (SAMPAIO; LYCARIAO, 2018, p. 32). Os testes foram feitos entre duas codificadoras, a saber: a pesquisadora autora da presente pesquisa e uma colega cientista social que não participou da elaboração do desenho de pesquisa e das categorias de análise.

Assim, foi calculada a concordância percentual e o coeficiente de concordância Kappa, que tem seu uso indicado quando a pesquisa tem mais de duas categorias analíticas. Foi identificada uma concordância moderada na classificação feita com as categorias principais, uma vez que foi calculada uma concordância percentual de 63,7% e um coeficiente de concordância Kappa de 0,437. Já na classificação sobre democracia, com as subcategorias, foi identificada uma concordância excelente, com 87,6% de concordância percentual e um coeficiente Kappa de 0,813.

ETAPA 2: DO PÚLPITO AO PALANQUE

Finalizadas as atividades da primeira etapa, com o primeiro objetivo específico cumprido e tendo identificado as instituições religiosas a que se filiam os deputados que se destacam no combate às pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, foi possível aprofundar a análise da reação conservadora e buscar possíveis interseções entre os discursos dos parlamentares *antigênero* e o discurso religioso das distintas igrejas.

Para tanto, foi realizada uma busca no *Youtube* por vídeos de lideranças e figuras públicas religiosas, registrados em espaços de igrejas ou durante cultos, falando sobre o tema “ideologia de gênero” aos fiéis. Foram selecionados para análise três vídeos de cada instituição religiosa identificada, a saber: Igreja Batista, Assembleia de Deus, Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja do Evangelho Quadrangular. Não foram encontrados vídeos da Igreja Universal do Reino de Deus sobre o tema. Os vídeos selecionados estão disponíveis em *playlist*⁹ no *Youtube*. As lideranças e figuras públicas religiosas são mencionadas a seguir:

- Igreja Batista: Pastora Damares Alves, Pastor Alexandre “Sacha” Mendes e Pastora Helena Tannure;
- Assembleia de Deus: Pastor Elizeu Rodrigues, Pastor Silas Malafaia e cantora Vaneyse;

9 Disponível em link para conta do *Youtube* da autora (enviado aos editores).

- Igreja Católica Apostólica Romana: Padre Paulo Ricardo, Bispo Dom José Carlos e Felipe Aquino (Canção Nova);
- Igreja do Evangelho Quadrangular: Pastor Luciano Subirá, Pastor Jamil Valensio e Pastor Carlos Junio de Sá.

Os vídeos foram transcritos, sendo excluídos os trechos que não abordavam o combate à “ideologia de gênero”. A escolha metodológica desta etapa consiste novamente na Análise de Conteúdo categorial dos vídeos selecionados e na aplicação de teste de confiabilidade da categorização.

As categorias analíticas mobilizadas nesta etapa são as mesmas mobilizadas na análise argumentativa dos discursos. O teste de confiabilidade indicou uma concordância excelente, uma vez que a concordância percentual foi de 89,8% e foi calculado um coeficiente de concordância Kappa de 0,832.

A partir desta análise é possível compreender as diferenças na atuação política de cada instituição religiosa contra a noção feminista de gênero e a maneira que os discursos *antigênero* e antifeminista circulam nas igrejas, que são espaços-chave de formação de opinião dos deputados religiosos que legislam sobre direitos de mulheres e de desobedientes da *cisheteronorma*.

Pretende-se ainda investigar a roupagem democrática, jurídica, científica ou laica dada aos argumentos, que camufla o seu caráter religioso. Com essa finalidade, são comparadas as categorizações dos argumentos dos parlamentares e das lideranças e figuras públicas religiosas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ARGUMENTAÇÃO ANTIGÊNERO

Quais argumentos foram mobilizados para justificar a política *antigênero*? O quanto os dogmas religiosos são utilizados nessas justificativas? A democracia é acionada para frear direitos, promover censura e perpetuar violências?

A presente seção, a partir da Análise de Conteúdo de discursos parlamentares e vídeos de pregações de lideranças religiosas, busca responder tais questões. Para isso, ela foi dividida em duas subseções, a primeira sobre a estratégia secularista na argumentação *antigênero* e a segunda acerca das preocupações em relação à democracia presente nos materiais analisados.

A ESTRATÉGIA SECULARISTA NA ARGUMENTAÇÃO ANTIGÊNERO

Comumente, a mídia progressista e os movimentos sociais caracterizam a atuação política de organizações religiosas conservadoras como fundamentalista, causando furor nos atores religiosos que expressam seus valores na arena pública.

A partir da definição dos sociólogos da religião Enzo Pace e Renzo Guolo (2006), considera-se fundamentalista aquele que defende a supremacia das leis manifestas no livro sagrado e sustenta a necessidade da refundação da sociedade - corrompida por inimigos - de forma que os valores relativos a uma determinada religião fundamentem os vínculos sociais e a identidade coletiva (PACE; GUOLO, 2006).

A argumentação presente nos materiais analisados, além de defender tal refundação da sociedade, elege a esquerda feminista e pró-direitos LGBTQIA+ como uma inimiga a ser combatida, uma vez que a acusa de tentar destruir a família, entendida na cosmovisão *antigênero* como a base da sociedade.

No entanto, tal argumentação não cumpre o requisito principal para ser caracterizada como fundamentalista, uma vez que os escritos do livro sagrado cristão não são os argumentos prioritários mobilizados pelos atores *antigênero*, como pode ser evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2. Argumentação antigênero na Câmara e no espaço religioso

Categoria	Câmara dos Deputados		Espaço religioso	
	Ocorrência	(%)	Ocorrência	(%)
Democracia	274	60,22%	79	40,10%
Científico	79	17,36%	31	15,74%
Religioso	62	13,63%	86	43,65%
Jurídico	40	8,79%	1	0,51%
Total	455	100%	197	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na plataforma SigaLei e categorizados com o auxílio do MAXQDA.

No espaço laico da Câmara dos Deputados, nota-se que 83,37% dos argumentos acionados não são religiosos, mas sim seculares. Quando se analisa a argumentação no espaço religioso, a ocorrência de argumentos religiosos aumenta; no entanto, argumentos seculares ainda prevalecem, ocupando 56,35% do material analisado.

Os dados expostos na Tabela 2 sugerem, portanto, uma aceitação parcial da primeira hipótese: *a mobilização antigênero recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos*. Embora a argumentação dos parlamentares cristãos conservadores não seja exclusivamente de ordem religiosa, tais argumentos são mais frequentemente mobilizados do que os de ordem jurídica.

Além disso, mais de 60% dos argumentos mobilizados pelos deputados se pretendem democráticos, o que indica a aceitação da segunda hipótese: *a linguagem da democracia é mobilizada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas*.

A predominância de argumentos seculares na atuação política, que visa refundar a sociedade com base em preceitos cristãos, se enquadra na definição de *neointegrismo*, conforme proposto por Montserrat Sagot (2012) e Gabriela Ramirez (2020). A característica do neointegrismo de se valer de uma argumentação secular para não sofrer desqualificações na arena pública torna sua estratégia mais difícil de ser combatida do que a do fundamentalismo (SAGOT, 2012, p. 91).

Entretanto, Pace e Guolo (2006) alertam para a especificidade católica dos movimentos *neointegristas* que compartilham características estruturais com o catolicismo integral do final do século XIX e início do século XX. Como evidenciado na Tabela 1, apenas um dos nove deputados que mais discursaram sobre “ideologia de gênero” durante o período analisado é católico. Além de evidenciar uma articulação conjunta entre católicos e evangélicos na política *antigênero*, esse dado impede a caracterização de tal política como *neointegrista*.

Portanto, o discurso *antigênero* não pode ser caracterizado como fundamentalista porque ele: a) mobiliza prioritariamente argumentos seculares; e b) foi criado por católicos. Da mesma forma, não pode ser caracterizado como *neointegrista* porque se baseia em uma aliança entre evangélicos e católicos carismáticos.

Ramirez (2020) optou por mobilizar os dois conceitos de forma complementar para analisar a política *antigênero*, enquanto o argentino Juan Marco Vaggione (2017) oferece um aporte conceitual mais compatível com as características do discurso analisado.

Vaggione disserta acerca de uma sofisticação das estratégias dos movimentos cristãos conservadores (VAGGIONE, 2017: 31) como resposta ao avanço feminista que vinha conquistando direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se da *cidadania religiosa*, uma “politização da crença” (VAGGIONE, 2017: 08) realizada através da apropriação de elementos da teoria feminista, especialmente os aspectos relacionados à identidade, participação e direitos.

Tem gente que já tem outras definições de batalha, gente que tá na política, gente que a gente elegeu. Vamo lá, e aí? O que vocês estão fazendo? Participa da vida pública também. O que vocês estão fazendo? Que leis vocês estão passando? Como é que vocês estão se reunindo? Qual que é a estratégia? Nós estamos orando por vocês, nós estamos com vocês. Precisa ir ao plenário? Precisa fazer coro? Precisa que eu apoie você? Vamos lá! Vamos lá! É assim que a gente participa politicamente, sim. (Pastora Helena, TANNURE. Ideologia de gênero. Youtube, 3 de nov. de 2017. Disponível em <https://www>.

[youtube.com/watch?v=ae7MSW2RhY&list=PLX4eiMv3eUtNCSgNHG4XaFe-g9xJRFKww&index=12&ab_channel=FelizPense](https://www.youtube.com/watch?v=ae7MSW2RhY&list=PLX4eiMv3eUtNCSgNHG4XaFe-g9xJRFKww&index=12&ab_channel=FelizPense)).

O que nós vemos é alguém que entende que, além de ser cristão, que além de ser cidadão do reino, tem uma cidadania terrena e que existem direitos que o defendem e o protegem. Direitos pelos quais nós devemos lutar. Direitos pelos quais nós devemos nos posicionar. (Pastor Silas MALAFAIA. O que é Ideologia de Gênero? Youtube, 29 de set. de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOLl5Y&list=PLX4eiMv3eUtNCSgNHG4XaFe-g9xJRFKww&index=8&ab_channel=SilasMalafaiaOficial).

Uma política identitária, portanto, é acionada para convocar cristãos a participarem politicamente em defesa de direitos cristãos. A estratégia da *cidadania religiosa* foi identificada em dez das doze pregações analisadas. Apenas duas falas não adotam essa estratégia: a do padre Paulo Ricardo, que focou sua manifestação nos ditos “interesses comunistas”, e a do pastor Alexandre “Sacha” Mendes, que apresentou sua abordagem teológica sobre o gênero.

Vaggione (2017: 29) expressa sua preocupação ao ver a cidadania sendo compreendida como um campo de batalha entre os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos religiosos, sendo que estes últimos se constituem como uma “camuflagem” para perpetuar e ampliar a restrição de direitos imposta às mulheres cisgêneras e às pessoas que desobedecem a *cisheteronorma*.

Assim como o conceito de *neointegrismo* explanado anteriormente, o conceito de *secularismo estratégico*, formulado por Vaggione (2005), aborda o aspecto da sofisticação do discurso religioso cuja finalidade é não ser desqualificado na arena pública.

A Tabela 2 demonstra o uso do recurso discursivo do *secularismo estratégico*, que de forma planejada insere justificativas seculares na defesa da família heterossexual monogâmica e de uma visão de mundo religiosa (VAGGIONE, 2005, p. 243).

Não há, absolutamente, fundamento para a ideologia de gênero. Como podemos observar, a própria medicina americana a condena porque não há como negar a origem da vida, muito menos conspirar contra o autor dela (Deputado Vinicius Carvalho, PRB, 29/08/2016).

A lei brasileira determina que é tarefa da família a formação moral de crianças e adolescentes (art. 12, inciso IV, da Convenção Americana de Direitos Humanos;

art. 226 e 227 da Constituição; art. 1.634 do Código Civil.) (Deputado Alan Rick, PRB, em 04/02/2016).

Esses dois trechos são exemplos do uso do secularismo estratégico presente nos materiais analisados. O argumento do deputado Vinicius Carvalho é compreendido como científico, enquanto o argumento do deputado Alan Rick é considerado jurídico.

O trecho do discurso de Vinicius Carvalho merece atenção especial, pois o deputado sugere que a ciência reconhece “o autor da vida”, entendido por ele como o deus cristão. Isso evidencia que os argumentos seculares são mobilizados para camuflar o discurso religioso, conforme argumenta Vaggione (2017).

De acordo com a Tabela 2, o *secularismo estratégico* utiliza argumentos que se pretendem científicos, jurídicos e democráticos, sendo repetidamente empregado na argumentação *antigênero* tanto no espaço laico da Câmara dos Deputados quanto no espaço religioso. Os argumentos sobre democracia, devido à sua recorrência e ao seu vasto conteúdo, serão detalhadamente examinados na subseção seguinte.

AS PREOCUPAÇÕES COM A DEMOCRACIA NA ARGUMENTAÇÃO ANTIGÊNERO

Os argumentos sobre democracia ocupam um espaço significativo na argumentação *antigênero* na Câmara dos Deputados (60,22%)¹⁰ e nos espaços religiosos (40,1%)¹¹. Essa subseção dará maior atenção a esses dados, explorando quatro polos de preocupação com a democracia expressos nas subcategorias apresentadas nas tabelas 3 e 4: corrosão da democracia, direitos, usurpação legislativa e majoritarismo.

Tabela 3. Argumentação antigênero sobre democracia na Câmara e no espaço religioso

Subcategoria	Câmara dos Deputados		Espaço religioso	
	Ocorrência	(%)	Ocorrência	(%)
Corrosão da democracia	122	44,52%	30	37,97%
Direitos	106	38,69%	49	62,03%
Usurpação legislativa	38	13,87%	0	0%
Majoritarismo	8	2,92%	0	0%
Total	455	100%	79	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na plataforma SigaLei e categorizados com o auxílio do MAXQDA.

¹⁰ Como apresentado na Tabela 2.

¹¹ Como apresentado na Tabela 2.

Tabela 4. Argumentação antigênero na Câmara e no espaço religioso com a categoria Democracia desagrupada

Categoria	Câmara dos Deputados		Espaço religioso	
	Ocorrência	(%)	Ocorrência	(%)
Corrosão da democracia	122	26,81%	30	15,23%
Direitos	106	23,30%	49	24,87%
Científico	79	17,36%	31	15,74%
Religioso	62	13,63%	86	43,65%
Jurídico	40	8,79%	1	0,51%
Usurpação legislativa	38	8,35%	0	0%
Majoritarismo	8	1,76%	0	0%
Total	455	100%	197	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na plataforma SigaLei e categorizados com o auxílio do MAXQDA.

CORROSÃO DA DEMOCRACIA

Na primeira subcategoria estão categorizados os argumentos que versam sobre um avanço do autoritarismo por parte da esquerda feminista e pró-direitos LGBTQIA+. A subcategoria corrosão da democracia abarca argumentos que a) demandam liberdade religiosa e de pensamento; b) denunciam a corrosão de pilares da sociedade e das instituições democráticas; c) denunciam censura e perseguição a grupos e pessoas de direita e cristãos; d) tratam adversários políticos como inimigos; e) denunciam doutrinações realizadas fora do espaço escolar e não especificamente voltadas para crianças; e f) convocam cristãos e a direita a reagirem e participarem politicamente.

Essa ordem de argumentos é a mais utilizada pelos parlamentares e a quarta mais mobilizada pelas lideranças religiosas, ocorrendo em 26,81% do total dos discursos e 15,23% do total das pregações, como apresentado na Tabela 4. Conforme demonstrado na Tabela 3, entre os argumentos sobre democracia, essa subcategoria representa 44,52% dos discursos e 37,97% das pregações.

É exemplo de argumento presente nesta subcategoria:

A ala marxista da esquerda abandonou, então, a luta armada como instrumento para conquistar o poder e adotou o pensamento de Antonio Gramsci, que orienta a tomada do poder pela via pacífica, para, então, desconstruir os valores e convicções preexistentes na sociedade alvo, inclusive usando a violência, se for necessário, para concluir a implantação do Estado socialista-comunista, de inspiração marxista (Deputado Arolde de Oliveira, PSD, em 16/04/2016).

Na cosmovisão *antigênero*, como pode ser identificado no trecho acima, encontra-se o imaginário da existência de uma guerra cultural que visa a implan-

tação de uma ditadura comunista pelo mundo. O avanço comunista é percebido no suposto cerceamento da liberdade de pessoas cristãs e de direita, e na presumida doutrinação realizada através da grande mídia e das universidades públicas. Para evitar que os comunistas e as feministas destruam a democracia, os parlamentares e religiosos *antigênero* convocam os *fiéis laicos* (VAGGIONE, 2017) para se engajarem politicamente defendendo os valores cristãos contra os inimigos que aparentemente desejam destruí-los.

DIREITOS

Os argumentos que constituem a subcategoria direitos tratam de: a) demanda e proteção de direitos de fetos e crianças) denúncias sobre a suposta sexualização de crianças; c) denúncias sobre a suposta doutrinação de crianças em escolas; d) posicionamentos contra a pedofilia; e) defesa da educação como responsabilidade da família; f) defesa de direitos religiosos; g) defesa de direitos de educadores, mulheres, LGBTs e pessoas negras; e h) denúncia de preconceitos.

Como evidenciado na Tabela 3, esses argumentos representam 38,69% dos discursos sobre democracia proferidos pelos deputados federais e 62,03% dos argumentos sobre democracia proferidos por lideranças religiosas. Na totalidade, eles correspondem a 23,3% dos argumentos encontrados na Câmara dos Deputados e 24,87% no espaço religioso, conforme a Tabela 4.

São representantes desta subcategoria:

Então, a ideologia de gênero só fala da relação de homem com homem, mulher com mulher, mas a ideologia de gênero é um vale tudo. Ela aceita um sexo bestial - sexo com animais; ela aceita o incesto - que é a relação entre pais e filhos, irmãs e irmãos; e a pedofilia - que é sexo com criança-, e isso agora é escondido porque assusta (Pastor Silas MALAFAIA. O que é Ideologia de Gênero? Youtube, 29 de set. de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOLl5Y&list=PLX4eiMv3eUtNCSgNHG4XaFe-g9xJRFKww&index=8&ab_channel=SilasMalafaiaOficial).

Não há mais diferença entre homem e mulher, eles dizem que ninguém nasce homem, e que ninguém nasce mulher. Portanto, ninguém nasce gay também. [Entendeu, pastor ?!] A ideologia de gênero usou o movimento gay por vinte anos para brigar contra a igreja e agora o movimento gay viu que caiu no conto, porque se ninguém nasce homem, se ninguém nasce mulher, ninguém também nasce gay. A ideologia de gênero, inclusive, vai retirar todos os

direitos que o movimento gay conquistou no Brasil (Pastora Damares ALVES. Infância Protegida, Youtube, 3 de mai. de 2016. Disponível em (https://www.youtube.com/watch?v=O2bJI_W1ovI&list=PLX4eiMv3eUtNCSgNHG4XaFe-g9xJRFKww&index=5&ab_channel=Lagoinha))

Percebe-se que nesses discursos a maior preocupação é em relação aos direitos das crianças. O ambiente escolar é inserido na narrativa da guerra cultural travada pela esquerda feminista, que supostamente pretenderia doutrinar e sexualizar crianças. Para evitar que o mal alcance os rebentos, os agitadores da política *antigênero* defendem que a educação para a sexualidade seja uma tarefa exclusiva da família.

A possibilidade de defender direitos cristãos é um elemento essencial na disputa em torno da noção de cidadania, e por isso é acionada nos argumentos desta subcategoria. Além disso, há uma oportuna alegação de proteção dos direitos de minorias políticas, como gays e pessoas negras.

Usurpação legislativa

Nesta subcategoria encontram-se argumentos que abordam: a) denúncias acerca de um suposto desequilíbrio entre os Poderes devido à uma usurpação de competências legislativas pelo Poder Executivo ou Poder Judiciário; e b) elogios pelo respeito à divisão dos Poderes.

Como apresentado nas tabelas 3 e 4, argumentos dessa ordem foram mobilizados apenas pelos deputados federais, representando 13,87% dos argumentos sobre democracia e 8,35% do total de discursos.

O trecho a seguir ilustra o tipo de argumento categorizado como usurpação legislativa:

O Judiciário não pode legislar, não tem o direito de desestabilizar a sociedade ou de tentar recriá-la. O Judiciário precisa contribuir com a Nação e fazer justiça. No Brasil, quase 90% dos assassinatos não são solucionados, e os malfeitores jamais irão experimentar a punição por seus crimes. Enquanto isso, o Judiciário está se desgastando com ideologismos (Deputado Victório Galli, PSC, em 03/02/2016).

Majoritariamente os argumentos versam sobre decisões e produções sobre gênero e sexualidade na educação. Os deputados *antigênero* defendem que, por terem aprovado o Plano Nacional de Educação suprimindo os termos “gênero” e “orientação sexual”, qualquer decisão ou orientação feita por outro espaço de poder Estatal a respeito de “gênero” se trataria de usurpação do Poder Legislativo.

Foram denunciados por apropriação de atribuições legislativas a) o Governo Federal em 2015, por enviar aos municípios material aprovado na Conferência Nacional de Educação de 2014 para ser utilizado como texto base na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs); b) O Ministério da Educação, por publicar a Nota Técnica nº 24, definindo os termos “gênero” e “orientação sexual”; c) as Câmaras Municipais que aprovaram PMEs que incluem os referidos termos; d) o Conselho Nacional de Justiça, por publicar o Provimento 63 (BRASIL, 2017), que substitui “genitores” por “filiação” em documentos; e e) a Secretaria de Direitos Humanos, por publicar a Resolução nº 12/2015, que orienta as pessoas a usarem os banheiros das instituições de ensino de acordo com a sua identidade de gênero.

MAJORITARISMO

A subcategoria majoritarismo abarcou argumentos que expressam a ideia de que os valores e direitos cristãos devem prevalecer - uma vez que a maioria da população brasileira é cristã - sobre os valores e direitos de minorias políticas, como mulheres cisgêneras, população trans e pessoas que recusam a heterossexualidade.

Assim como os argumentos sobre usurpação legislativa, argumentos dessa ordem foram mobilizados apenas pelos parlamentares, ocorrendo 2,92% entre os argumentos sobre democracia e 1,76% na totalidade dos discursos.

A seguir é apresentado um exemplo de argumento categorizado como majoritarismo:

Eu queria saber se as pessoas consultaram a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Conselho de Pastores. Mais de 90% da população do nosso País é cristã, e esse povo está vindo com essa enxurrada do inferno para tratar de ideologia de gênero (Deputado Victório Galli, PSC, em 30/10/2017).

Dois tipos de argumentos são encontrados nesta subcategoria: a) aqueles que apontam que a legislação deve refletir os valores cristãos porque a maioria da população é cristã; e b) aqueles que denunciam que minorias políticas, como a população LGBTQIA+, reivindica privilégios e quer sobrepor seus direitos aos direitos da maioria.

CONCLUSÃO

A análise do discurso *antigênero* dos pronunciamentos parlamentares da 55^a legislatura da Câmara dos Deputados e de vídeos de lideranças e figuras públicas

religiosas possibilitou identificar o uso do recurso discursivo do *secularismo estratégico* e da *cidadania religiosa* em ambos os espaços.

Também foram identificadas as denominações religiosas Assembleia de Deus, Igreja Batista, Igreja Católica, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus como as instituições religiosas mais preocupadas com o combate à “ideologia de gênero”.

Tais denominações, ao recorrer a argumentos que se pretendem científicos, jurídicos e democráticos, camuflam seus valores e princípios sob uma roupagem secular. Dessa forma, sua atuação na arena pública se torna menos suscetível a questionamentos e permite se esquivar de acusações de fundamentalismo, uma vez que argumentos que expressam diretamente as leis do deus cristão são menos prevalentes.

Segundo os atores *antigênero*, a democracia está ameaçada. Ela, que deveria ser fundamentada por valores familiares cristãos, se vê aparentemente esfacelada pelo avanço de direitos sexuais e reprodutivos agitados pelos seus nomeados inimigos: a esquerda, as feministas e o “ativismo gay”. Estes inimigos, ainda na cosmovisão *antigênero*, pretendem cercear a liberdade de expressão e credo, ferir direitos de crianças, fazer ruir a separação de Poderes e as instituições democráticas e reivindicar privilégios para minorias.

Sob essa concepção de democracia, impregnada pelo tradicionalismo moral (BROWN, 2018), a política *antigênero* avança nas esferas de poder estatal. A pretensa defesa da democracia é mobilizada para: impedir avanços dos direitos de mulheres cisgêneras, pessoas trans e dissidentes sexuais; propagar a moralidade tradicional cristã na educação, impedindo que valores contra-hegemônicos se expressem; e legitimar o avanço da extrema-direita e de lideranças autoritárias (BIROLI, 2020).

Ao instrumentalizar o léxico da democracia, reformulando e esvaziando seu conteúdo, a racionalidade neoliberal promove a *desdemocratização* (BROWN, 2018), realizando seus interesses de desregulamentação, promoção da moralidade tradicional e restrição de avanços democráticos.

Os processos da *desdemocratização* “comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição” (BIROLI, 2020), perpetuando desigualdades e violências a grupos historicamente subalternizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “A guerra contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil”. *Cadernos Pagu*. 2017, n. 51, e175122. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700510022>. Epub 18 Dez 2017. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510022>.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça”. *Cadernos Pagu* [online]. 2018, n. 53, e185306. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>. Epub 11 Jun 2018. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro Lisboa, Portugal:[AC1] Edições 70, LDA. 2009.
- BIROLI, Flávia. “Gênero, ‘valores familiares’ e democracia”. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. *Conselho Nacional de Justiça*. Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017. Brasília, DF: CNJ, 2017. Disponível https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_63_14112017_190320181509_44.pdf. Acesso em 11/01/2021.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution*. New York: Zone books, 2015.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- FREELON, D. *ReCal: reliability calculation for the masses*. Washington, 2017. Ferramenta on-line atualizada em 22 maio de 2017. Disponível em <http://dfreelon.org/utills/recalfront/>.
- GERRING, John. “Mere Description”. In: *British Journal of Political Science*. Cambridge University Press.V. 42. p. 721-746.
- MACHADO, Maria Das Dores Campos. “Política, Direitos Humanos e aborto: uma análise das opiniões de líderes pentecostais brasileiros”. In: BIROLI; Flávia & MIGUEL; Luís Felipe (orgs.), *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 85-106.
- MACHADO, Maria Das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 26. n. 2.2018.
- MARIANO, Ricardo. “Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 11(2), 238-258.
- MAXQDA. Software for qualitative data analysis. Berlin: *VERBI Software – Consult – Sozialforschung GmbH*. Disponível em <http://www.maxqda.com/>.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI; Flávia e MARIANO, Rayani. “O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados”. *Opinião Pública* [online]. 2017, v. 23, n. 1.p. 230-260. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700510022>.

- org/10.1590/1807-01912017231230. Epub Jan-Apr 2017. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017231230>.
- PACE, Enzo; GUOLO, Renzo. *Los fundamentalismos*. México: Siglo XXI, 2006.
- PÉREZ, Gloria Careaga. “Moral de la Ideología de Género en América Latina”. In: BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. (editores), *iHabemus Género! La Iglesia Católica e Ideología de Género*. Rio de Janeiro: SPW - Observatorio de Sexualidad y Política, pp. 100-107, 2018.
- RAMIREZ, Gabriela Arguedas. *Políticas antigénero en América Latina – “Ideología de Género”, lo “postsecular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática*. Rio de Janeiro: SPW - Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.
- REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz; TEIXEIRA, Camila Olidia. “Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017”. *Contemporânea*, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 585-612. 2020.
- SAGOT, Montserrat. “¿Un paso adelante y dos atrás? La tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del neointegrismo y del ‘fascismo social’ en Centroamérica”. In: CAROSIO, Alba (org.). *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.2012. p. 75-100.
- SAMPAIO, Rafael; LYNCARIÃO, Diógenes. “Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo”. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2018, v. 26, n. 66 [Acessado 16 maio 2022], pp. 31-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987318266602>. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/1678-987318266602>.
- SIGALEI. Plataforma de monitoramento legislativo inteligente. Disponível em <https://sigalei.com.br/>.
- TAROUÇO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2013, v. 21, n. 45. p. 149-165. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>. Epub 12 jun. 2013. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.
- TAROUÇO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. “Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.
- VAGGIONE, Juan Marco de.”Reactive politicization and religious dissidence: The political mutations of the religious”. *Social Theory and Practicen*. n.2, v.31, 2005.

VAGGIONE, Juan Marco de. “La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa”. *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n. 50, 2017. Disponible en <https://doi.org/10.1590/18094449201700500002>. Epub 26 Jun 2017. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500002>.

“É pelas mãos das mulheres que vai passar a retomada econômica do país”: a cidadania maternal nos discursos da extrema-direita brasileira¹

“The country’s economic recovery will be driven by women”: mothers as moral citizens in Brazilian far-right discourses

Carolina Gallo Garcia^a 

Resumo Partindo do argumento transnacional de que as mulheres representam uma nova fronteira para o desenvolvimento econômico das nações, este artigo analisa um conjunto de discursos de gênero entrelaçados a estreitos ideais de cidadania materna. A partir de uma análise de discurso, analiso a noção de neoliberalismo como tecnologia móvel para ilustrar como o uso de narrativas moralizantes da extrema direita brasileira durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) enquadra as mulheres como figuras maternas e empreendedoras. Responsáveis por imbuir as futuras gerações com condutas autônomas, destaca-se que as mulheres pobres se tornam moralmente responsáveis por promover o progresso nacional, um enquadramento que tem sido aplicável tanto a orientações neoliberais progressistas quanto neoconservadoras.

Palavras-chave Maternidade. Cidadania. Extrema-direita. Governamentalidade. Neoliberalismo.

Abstract *Departing from the ubiquitous transnational argument that women represent a new frontier for the economic development of nations, this paper analyzes a set of gendered discourses intertwined as an ideal maternal citizenship. Through a discourse analysis, I take the notion of neoliberalism as a mobile technology to illustrate how the Brazilian far-right government of Jair Bolsonaro (2019-2022) employed narrow moralizing narratives framing women as responsible maternal and entrepreneurial figures. Tasked with nurturing future generations with expected self-governing*

a Simone de Beauvoir Institute, Concordia University (Canadá) e Núcleo de Estudos de Gênero PAGU (IFCH/UNICAMP). E-mail : c261209@dac.unicamp.br

1 Financiamento: Esta pesquisa foi realizada por meio de bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Canadian Institute of Social Science and Humanities (SSHRC).

conduct, I highlight how poor women become morally responsible for promoting national progress, a framework that has been applicable both to progressive and neoconservative neoliberal political orientations.

Keywords *Maternity. Citizenship. Far-right. Governmentality. Neoliberalism.*

INTRODUCTION

This paper explores the intricate interplay of positioning women as privileged driving force for economic development based on reinforcing their roles as responsible mothers, endowed with an innate predisposition for caregiving within the Brazilian context. I consider how the alignment with development guidelines, as proposed by international organizations such as the World Bank and the United Nations, was initially embraced by right and left-wing governments of Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) and the Workers' Party (*Partido dos Trabalhadores*, 2003-2016), respectively, to promote gender equality through the expansion of gender mainstreaming in state-level policies. However progressive these international frameworks were initially propelled – a result, albeit partial, of the ongoing advocacy of subaltern anti-racist and decolonial feminist struggles from “developing” countries for a global gender justice agenda – its deeply utilitarian approach focused on economic productivity and representations of women as idealized altruist mothers was, paradoxically, not absent in the tenure of the far-right government led by Jair Bolsonaro (2019-2022). Despite its opposition to the so-called “gender ideology,” Bolsonaro’s government promoted gender-specific policies, emphasizing women’s integration into micro-entrepreneurship as a crucial means to address the country’s economic and purported moral crises.

Over the past three decades, the rise of transnational narratives positioning women as a pivotal force in combating poverty, economic crises, and inequalities has been grounded in the ripple-down effect concept. It suggests that investing in women’s education, human capital, and expanding female paid labor could lead to widespread benefits for their families, communities, and nations (Roberts, 2015; Calkin, 2017; Switzer *et al.*, 2016). In this article, I delve into the specific mobilization of those ideals within the Brazilian far-right discourses and policies. Despite former President Bolsonaro consistently opposing Brazil’s adherence to international organizations, suggesting to withdraw the country from the United Nations during his electoral campaign and labeling the institution as ‘a gathering

of communists², the mandate did not fully deviated from specific guidelines endorsed by these entities, including gender and development approaches. Specifically, I will concentrate on how the tenure of the former president, marked by several detrimental policies for women, including significant budget cuts – e.g., a reduction of 97.5% for child daycare construction³ and a 90% decrease in funds for combating domestic violence⁴ - selectively promoted programs aimed at integrating women into the labor market. Initiatives such as Qualify Woman (*Qualifica Mulher*), Work-Family Balance (*Equilíbrio Trabalho-Família*), and the campaign The force of Brazilian woman (*A força da mulher brasileira*) illustrate how promoting women’s economic participation extends across a wide political spectrum to serve diverse political objectives. Despite the political diversity within these initiatives, I highlight how they share common arguments centered around motherhood, economic productivity, and national development.

My point is that the notion of women as an “untapped resource” for national development is presented ambivalently across conservative and progressive political arenas. In a similar vein, Cruikshank (1999) observed that the premise of “empowering the poor” was present in endeavors of both neoconservative movements and the American New Left in the U.S., aiming for the self-organization of the poorest. Although distinctly differentiated in their intentions, the mobilization of empowerment tactics throughout various social programs shared a common political strategy: influencing individuals to act in their own self-interest. These were strategies for constituting and regulating political subjectivities of those ‘yet-to-be’ empowered to produce citizen-subjects capable of governing themselves, and fostering desires to guide their actions towards a specific end: contributing to the society. Individuals become citizens in liberal democratic societies through technologies of citizenship, a political rationality that operates through a set of programs, training, discourses, and strategies designed to produce politically active self-governing productive citizens.

2 As reported by *G1* in the article titled “Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente”, on August 18, 2018. [<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml> access on October 20, 2023].

3 As reported by *O Globo* in the article titled “Orçamento de 2023 proposto por Bolsonaro corta 97,5% dos recursos para novas creches: só há dinheiro para cinco escolas”, on October 14, 2022. [<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/10/orcamento-de-2023-proposto-por-bolsonaro-corta-975percentdos-recursos-para-novas-creches-so-ha-dinheiro-para-cinco-escolas.ghtml> accessed on January 15, 2023].

4 As reported by *Folha de São Paulo* on September 17, 2022. [<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/bolsonaro-cortou-90-da-verba-de-combate-a-violencia-contraa-mulher.shtml> accessed on 15 Jan 2023].

Taking a Foucauldian approach to comprehend the various forms technologies operate in as sets of power-knowledge apparatus employed to control, regulate, and shape individuals and populations, the concept encompasses a broad spectrum of social and disciplinary practices. Amidst various forms that neoliberalism can adopt across different contexts and political regimes, Aiwa Ong (2006) introduces the notion of a ‘mobile technology’ – a rationality functioning in distinct ways in diverse settings, whether in socialist regimes like contemporary China or in pro-capitalist regimes aimed at ensuring women’s rights in Malaysia. In this paper, I employ Ong’s concept to explore how an examination of the neoliberal governmentality concerning women’s integration into the economy proves insightful in analyzing the emergence of an ideal maternal citizen in the Brazilian context. This ideal was actively shaped through technologies of citizenship, playing an important role in constructing, producing, and surveilling maternity – technologies that demonstrate applicability across both progressive and neoconservative neoliberal political orientations.

Since the emergence of a robust agenda promoted by international organizations emphasizing women as ‘good business’ (Prügl and True, 2014; Bedford, 2009) for government and corporate investment, I argued elsewhere (Garcia, 2023) how Brazil has become fertile ground for the implementation of such guidelines, due to both its long-standing engagement of its feminist movements and the State with international organizations, as well as due to the historical informality of its labor market (Guimarães, 2007).

In the following sections, I elaborate on the instrumentalization of women within conservative neoliberal frameworks, evoking flexible work in the form of micro entrepreneurship as idealized means to create a powerful nation through women’s economic inclusion. This is notably evident in policies of the Ministry of Women, Family, and Human Rights (*Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos* - MMFDH) to promote female entrepreneurship, simultaneously forging subject positions of the ‘good mother’ as insignias of responsible citizen.

Employing a critical discourse analysis as a method (Krippendorff, 2004; Bardin, 2011) to investigate the construction of these narratives, this paper analyzed two institutional videos and the policies of Qualify Woman and Work-Family Balance launched by the Bolsonaro administration in 2021. The broad political spectrum within which neoliberal discourses and policies targeting women – and particularly poor women – is rooted in the idea of economic integration as a form of citizenship inherently guided by an active embrace of individual maternal

responsibilities, in which moralities of work ethics (Weeks, 2011) and family values (Cooper, 2017) are at its core.

WOMEN AS SMART ECONOMIC: NATIONAL DEVELOPMENT AND POVERTY ALLEVIATION

Women's exercise of agency improves their children's welfare. Gender differences in preferences are reflected in different patterns of expenditure and consumption within the household, with women more strongly favoring investments in children's human capital (World Development Report, 2012, p. 151).

International organizations' narratives often depict women as enduringly vulnerable subjects, in need of both protection and assistance⁵. Consequently, there is a growing body of policy briefs and recommendations proposing biopolitical interventions to be led by states, NGOs, and private sector, in which women are to be empowered to better conciliate their productive and reproductive roles (Calkin, 2014). The prevailing discourse of human capital activation seems to hinge on the belief that women's purportedly inherent nurturing and maternal qualities can be leveraged to yield more lucrative and sustainable development results, ultimately acting as a savior of global capitalism (Calkin, 2015; Moeller, 2018; Chant & Sweetman, 2012).

The Fourth World Conference on Women in Beijing in 1995 led to what Alvarez (2014) referred to as a 'gender political wave' in Latin America, garnering state commitments to supranational agendas. This expansion occurred amidst a second phase of neoliberal reforms concurrent with the Washington Consensus in 1989, which ushered in a new phase of neoliberalism with a 'human face' (Molyneux, 2006; Alvarez, 2014). The global poverty alleviation concern emerged supported by microcredit policies and conditional cash transfer programs, with women as

5 These narratives are rooted in the realm of gender and development studies, where distinct frameworks have emerged to address the role and impact of women in the development process. While Women in Development (WID) focuses on integrating women into existing development initiatives, emphasizing their participation and the removal of barriers to their economic contributions, Women and Development (WAD) critiques the WID approach by highlighting how existing structures inherently disadvantage women, advocating for structural changes to address these inequities. Gender and Development (GAD) shifts the focus from women alone to the broader social relations of gender, emphasizing the need to transform power dynamics and societal norms that perpetuate gender inequalities (for an in-depth analysis of these debates, see Miller and Razavi, 1995). Finally, the Postmodernism and Development approach (Parpart, 1993) aims to question the universal applicability of development models, advocating for a recognition of diverse experiences and local contexts, and critiquing grand narratives that overlook the complexities of gender and development.

its privileged recipients. The premise of empowering the poorest as rights-bearing subjects through social interventions solidified, contributing to adapting large segments of the population to markets as both producers and consumers. A solid adherence to the precepts of international organizations, particularly the Action Plan of the IV Conference, to which Brazil was a signatory, would be characterized by the expansion of state policies, culminating in the establishment of the Special Secretariat for Women's Policies (*Secretaria de Política para as Mulheres*, SPM) in 2003, during the first term of the Lula government (PT). Among various demands, the SPM would respond to a call for gender mainstreaming in public policies proposed by international organizations.

Extensive literature exists on the topics of women's empowerment and its political utilization within anti-poverty programs, as well as in broader agendas of the development industry (Schild, 2014; Kabeer, 2011; Moeller, 2018; Garcia, 2023). Schild (2015) argues that projects of women's emancipation to transform individual behavior represent a form of moral regulation, a recurring element in Latin American feminist pedagogies, serving as an ambivalent tool for feminist activism, in which its notable emphasis on self-development has evolved into a fundamental component for shaping new forms of neoliberal citizenship. States and NGOs regulate “the poor by rendering ‘poor women’ visible as objects of social policy and by targeting them through techniques for self-regulation” (Schild, 2014, p. 284) seeking to bring women as agentic individuals. Adapting the poor population to new demands of transnational capitalist flows were central for antipoverty, gender-sensitive initiatives such as the Conditional Cash Transfer Programs.

Widely implemented across Latin America, Conditional Cash Transfer programs like *Bolsa Família* in Brazil, *Chile Solidario* and *Oportunidades* in Mexico were designed to uplift families from poverty by enlisting women as pivotal agents of transformation. These programs distinctly prioritize women as recipients of financial aid, contingent upon meeting specific criteria related to employability and ensuring education and health management of their children. Public policy thus, was a fundamental mechanism to consolidate entrepreneurial societies marked by self-responsibilization of individuals (Schild, 2014).

As one of the world's largest conditional cash transfer programs, *Bolsa Família* stood out as a flagship initiative under the Workers' Party administrations. In 2021, during Bolsonaro's presidency, the program was renamed as *Auxílio Brasil* with supplemental increase in benefit amounts. One notable adjustment in the program was the removal of the requirement for school attendance and vaccination of chil-

dren as criteria⁶. Despite both programs not specifically targeting women, recent data on the now-again rebranded *Bolsa Família* in 2023 reveals they comprise 82.9% of the program's beneficiaries⁷. Additionally, 50.16% of the families are single-parent households headed by women, and there is a marked predominance of black individuals, constituting 73% of the total beneficiaries.

Defining gender equality primarily through labor market participation or financial inclusion usually relies on the continuation of gender-based division of reproductive work, as well as the perpetuation of the gendered altruistic stereotypes that supports it (Wilson, 2015). The hypervisibility of women's purported capacity to engage in reproductive labor is then instrumentalized as an important asset to be performed in the productive sphere, and micro entrepreneurship emerges as a silver bullet for women to conciliate productive and reproductive roles at home (Garcia, 2023), and particularly for beneficiaries of the *Bolsa Família*.

Mothers, thus, entrusted with the task of nurturing the next generation of citizens, face growing expectations to actively shape the destinies of their families, to employ their entrepreneurial skills to navigate life's challenges, and to harness their resources, connections, and capabilities to envision and pursue a rewarding prosperous future. If the Marxist perspective tended to view domestic labor as unproductive, acknowledging its use value while overlooking its exchange value (Bilac, 2014), I argue that in the current neoliberal context, there is a renewed emphasis on the valorization of the future productive potential represented by children, idealized citizens in-the-making to be improved by caregiving labor. The physical and emotional care of children are currently characterized as integral parts of the capitalist mode of production; consequentially, care work becomes a central preoccupation for the economic development.

In the following sections, I present two programs proposed by the MMFDH aimed at increasing women's participation in the Brazilian economy, a set of state practices and discourses rooted in 'fictions of femininity' (Alexander, 1993, p. 140). The empirical data serves to evidence how these practices actively produce disembodied idealized female subjects, compatible to neoconservative views of maternal citizenry, narrowly aligned to neoliberal aspirations of ambitiousness and self-reliance.

6 Available at: <https://veja.abril.com.br/coluna/por-tras-dos-numeros/a-volta-do-bolsa-familia> access on Dec 11, 2023.

7 Available at: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/no-mes-em-que-completa-20-anos-bolsa-familia-implementa-beneficio-a-nutrizes-e-fecha-ciclo-de-modernizacoes> access on Dec 11, 2023.

Neoliberal and neoconservative policies for women’s micro-entrepreneurship Established in 2019, the MMFDH, led by evangelical pastor and lawyer Damares Alves, played a notable role in addressing what is often referred to as ‘gender ideology.’ Frequently employed by neoconservatives, the term encapsulates issues raised by feminist and LGBT movements to challenge conventional perspectives on gender roles and hierarchies (Miguel, 2021). Miskolci (2018) highlights the reaction to the concept of gender gained strength after the IV Women’s Conference, as policies previously centered on women began to incorporate discussions on gender relations, sexuality, and reproductive rights. In response to the notion of gender as a social construct, neoconservative sectors perceived these interpretations as conflicting with “biological nature”, thereby posing a threat to heteronormative nuclear family structures built on the concept of complementary gender roles, family values, and conservative beliefs.

Although it is not the focus of this paper to delve into the religious dimensions of these discourses – mainly due to its directly absence in the analyzed material – it is pertinent to underscore the connection between Minister Damares’ evangelical background and Prosperity Theology, a Christian doctrine that has been proliferating in Latin America since the 1970s, particularly in Brazil due to the expansion of neopentecostal churches. This doctrine posits that Christians can attain and should pursue material prosperity, portraying financial blessings as a manifestation of God’s will by intertwining financial success and faith, and emphasizing material success as divine rewards. As Dias and Romancini (2022) observe, neoliberal rationalities and political-religious conservatism, particularly within evangelical circles, have led to an adaptation of Prosperity Theology in Brazilian far-right movements, emphasizing entrepreneurship and individual responsibility.

Minister Alves garnered public attention by reinforcing gender stereotypes, such as ‘boys wear blue, and girls wear pink⁸,’ and by stating she identified as a “feminine woman fighting for women’s rights” rather than a feminist⁹. Despite this opposition, policies implemented by the MMFDH did not deviate from international gender and development frameworks. In fact, they effectively promoted programs aligned with women’s economic integration and the principle of gender mainstreaming through inter-ministerial initiatives, a core principle outlined in

8 “Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares” Folha de S. Paulo, January 3, 2019. [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-dizdamares.shtml access on February 7, 2023].

9 “Eu não sou feminista, sou feminina”, diz ministra Damares Alves”. R7, March 8, 2020. [https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/eu-nao-sou-feminista-sou-feminina-diz-ministra-damares-alves-29062022 access on February 7, 2023].

international guidelines for advancing gender equality. Among policies aimed at women's economic integration, the *Qualifica Mulher* project was designed to enhance "women's economic autonomy in contributing to the country's economic and social development" (MMFDH, 2021). It aimed to offer professional training, entrepreneurship support, income-generating opportunities, and access to micro-credit for 'socially vulnerable women'.

On March 8, 2021, the MMFDH in collaboration with the Ministry of Citizenship, inaugurated the campaign *The strength of Brazilian women leading the country*, introduced as part of a series of initiatives aimed at "valorizing and defending" women, with the goal of enhancing socio-economic status of those regarded as vulnerable to be integrated into the *Qualifica Mulher* pilot project (MMDFDH, 2021c). Endeavors to confine women within the national development semantic network advocated for investments in their human capital, grounded in economic efficiency arguments. Although these discourses explicitly target women as gendered individuals, they are implicitly racialized (Murphy, 2017), geographically and socially located (Padovani, 2019) in the realms of urban peripheries and impoverished strata.

The *Qualifica Mulher* launch ceremony was broadcast on YouTube. During the event, the National Secretary for Women's Policies, Cristiane Brito, emphasized the "deep historical roots" of March 8, officially recognized by the United Nations in 1975, to "commemorate women's political and social achievements." While highlighting the date's significance in terms of financial independence to combat domestic violence, its historical connection to labor rights movements, which laid the foundation for its establishment, was not acknowledged. The project was presented as the initiation of a "movement", reflecting the substantial potential for "social transformation of *our* women" (emphasis added), underscoring the idea of a nation that believes in the productive capacity of "its" women to turn "crises into opportunities" (MMFDH, 2021b).

Referring to data from the International Monetary Fund to bolster her arguments, Brito encouraged women to have confidence in their "own strength" to propel "the country forward," with the backing of a Ministry fully "dedicated to the women's agenda." By asserting women possess the "strength that Brazil needs," Brito concluded updating certain essentialist principles regarding the presumed potential of women, based on attributes associated with maternal, altruistic, and resilient femininities (Calkin, 2014; Khonje, 2020; Wilson, 2015).

In the following speech, Alves proclaimed herself to be a Minister of Human Rights committed to "incarcerating" the perpetrators of violence against women,

expressing her determination to combat domestic violence while honoring the thousands protective measures issued in the country on that day. Emphasizing the significance of collaborating with the Ministry of Justice and the Ministry of Economy in the project, with the goal of establishing “the most women-focused government in the Brazilian history,” Alves asserted the government’s unparalleled efforts to “*protect them*” (emphasis added). Furthermore, the Minister highlighted another notable form of violence against women: unemployment, recognizing hunger as a form of violence experienced by women who “cannot feed their children.”

Here, vulnerability is projected over specific subjects: women who were simultaneously under threat of domestic violence, unemployment, and hunger. Vulnerability therefore is to be addressed through the apparatus of state control, a condition that is produced by and a producer of these state apparatuses. The dual principles underpinning the project of valuing-and-defending women were merged. While emphasizing the State role in protecting women by punishing their aggressors, the statement reveals a dual form of tutelary power exercised simultaneously through care, protection, and cultivation of skills, akin to what Lima (2002) terms “nurturing and managing”. Nurturing is defined as a pedagogical, maternal dimension, related to educating and fostering women with appropriate marketable conducts to prevent unemployment. On the other hand, managing pertains to the daily administrative control of a population considered vulnerable, involving vigilance to maintain potential dangers – such as aggressive men and absence of personal income – under State control. In both forms of tutelary power, vulnerability is ascribed to a specific category of women: those framed as dependent on state subsidies as an Other who requires rescuing through Ministry’s policies.

Within the technocratic sphere of economic efficiency, international organizations have consistently depicted domestic violence as an undesirable catalyst for public expenditure. According to the Engendering Development report (World Bank, 2001), domestic violence is intricately connected to elements such as diminished productivity, workplace absenteeism, heightened homelessness, increased demand for medical services, and outlays on law enforcement and judicial services. These facets are considered pivotal in substantiating the imperative of combating domestic violence as a financial problem to states. Notable statistics, such as the projected GDP loss of 2% in Chile and an annual expenditure of \$1 billion in Canada (*ibid*), vividly underscore the intimate correlation between violence and its economic quantification.

Alves continued to propose that micro-entrepreneurship was an attainable activity for any woman, offering a practical solution to vulnerabilities stemming from domestic violence and income scarcity. To illustrate this point, the Minister recounted an encounter with a female worker in Brasília who was producing “gourmet popsicles” and earning a monthly income of R\$ 11,000 as an accessible opportunity available for any woman interested in starting her own business. While acknowledging potential criticisms regarding the proliferation of labor informality during the COVID-19 pandemic, the Minister appealed: “Hold on: first, [access to] food. First, survival”, placing the issue of labor formalization as a secondary concern in face of the high levels of hunger affecting the country at the time¹⁰. Formalization, however, never attained a priority status in the government’s policies. In fact, Alves’ speech resonated a recurring discourse from the 2018 presidential campaign, during which the then-candidate Bolsonaro identified the “excess of [labor] rights” as a fundamental obstacle to expanding employment in Brazil. This perspective placed the burden of choosing between “more rights or jobs” squarely on the shoulders of workers. According to this viewpoint, labor rights were perceived as a hindrance to the nation’s economic development. Consequently, the government enthusiastically embraced self-employment as the most effective response to reducing poverty, encouraging women to seek their own means of survival through micro-entrepreneurship.

In this context, the concept of the “enabling state,” as identified by Rose (2000, p. 1400), supplants the social mentality of welfare state across the political spectrum, evoking politics to be reorganized not under a social form but rather as individual moralities to take responsibility for their own destinies, as well as society’s good development. Exclusion is framed as the lack of conduct stabilization provided by work and family, requesting conformity to work ethics where income becomes a “mechanism for reattachment to moral community” (*ibid*). Women targeted by *Qualifica Mulher* were expected to become productive moral citizens, contingent on embracing a “realistic” behavior to accommodate the absence of secure job positions. The Ministry’s program then acted to facilitate an opportunity for full membership in the moral community by fostering self-reliance and a commitment to their children as core values.

10 March 2021 was considered the deadliest month of Covid-19 pandemic to date, with mortality rates approaching nearly 4,000 people per day. See: “Brasil encerra pior mês da pandemia com novo recorde: 3.950 mortes em 24 h” [<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/31/covid-19-coronavirus-mortes-casos-31-de-marco.htm> access on Nov 3, 2023]

WORK-FAMILY BALANCE AS A NATION-BUILDING TECHNOLOGY

In the Work-Family Balance, the objective was to promote conditions for strengthening “family bonds” to men and women, enabling them to better fulfill their parental roles without compromising paid work. During the launching event in 2020, invited speakers emphasized the importance of regarding the family as the “foundation” of society, promoting the State as an animator to create conditions for individuals to establish a harmonious balance between work and family nurturing responsibilities.

In the program director’s speech, Lilia Santos emphasized the government’s commitment to fostering a balance between professional roles and family life in the changing landscape of family structures, including single-parent households, where “women have to reconcile these diverse realities” (MMFDH, 2021b). Despite the program’s intent to involve men in fostering these connections, the responsibility seemed largely ascribed as a managerial challenge for women. The shifts in the world of work, moving from “stable and structured jobs” to the current environment of “insecurity and unpredictability of work schedules,” impeding the fulfillment of caregiving responsibilities, should, according to the director, be addressed through state interventions promoting “reconciliation.” This reframing replaces the issue of job insecurity with a vague notion of balance.

Many scholars have highlighted the consistent conceptualization of the nation through familial and domestic metaphors (Ramos-Zayas 2020; Ribeiro, 2022; McClintock, 2010; Grewal, 2017). Consequently, situations in which idealized familial bonds and aspirations appear weakened often provoke concerns about the nation’s stability, its political environment, and future; the state thus must actively participate in shaping and endorsing specific family structures and parental roles.

The rationale behind the presumed enhancement in productivity for companies adopting the *Empresa da Família* badge, a facet of the project, implied that the optimization of time to “maximize” family nurturing should be autonomously managed by individuals. Presenting the State as women’s *partner* suggests a win-win scenario in which the integration of companies, civil society, and the family unit could be equally more *efficient*. This synergy could lead to increased profits for companies while fostering improved education and childcare within households, an outcome contingent upon families effectively optimizing their *performance* in both the job market and child-rearing.

Alves focused her speech on how reinforcing family bonds had been designated, via a presidential decree¹¹, as a “responsibility of the federal public machinery” and a “national strategy” to be championed by the Interministerial Committee led by the MMFDH. Consequently, the “advancement” of Brazil towards becoming a “powerful nation” was contingent upon the State actively promoting appropriate family bonds and values aligned with the government’s conservative conceptions. Within the context of the pandemic, the emergence of new work patterns that facilitated working from home was positively acclaimed, as it supposedly allowed families to stay “closer” however limited this option could be for most. In the Minister’s view, strengthening family ties would be central to make a powerful nation: acknowledging the “world has changed” in face of the growing global demands to integrate women into the labor market, without such efforts, Brazil would not “advance”, presenting a particular notion of national development tied to strong family values. Pointing to the rationale that a balanced integration of work-family life was a crucial governance policy, the Minister conveyed her belief in how the state’s promotion of such values could propel Brazil to become “a wealthy nation, a powerhouse, a sovereign nation” (MMFDH, 2021b).

In this perspective, Brazil materializes as an imagined community (Anderson, 2008) steeped in pervasive conservative family values – a paradigm to be pursued through the daily observance of rituals and discipline. Das *et al.* (2008) shed light on the deployment of a sentimental language surrounding the realm of domestic intimacy as a foundation for connecting individuals to the nation; the domestic sphere, thus, emerges as a domain wherein distinctive forms of citizenship can be cultivated. As illustrated in Alves’ speech, the alignment of domesticity with endeavors to produce ‘nationalized subjects was attainable through the imposition of disciplinary norms, with the familial space serving as a pivotal site to reproduce national values.

The Minister then shared her experience during the launch of a low-income housing program in Bahia to “assist mothers of children with disabilities”, where single women with children would have priority to receive a house:

They received their little houses! In a single condominium, 259 mothers were assisted! And we went to talk to these women, and what did we discover? Most

¹¹ Decree No. 10,570, dated December 9, 2020, established the National Strategy for Strengthening Family Bonds. Available at: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoese-programas/estrategia-nacional-de-fortalecimento-de-vinculos-familiares> accessed on January 31, 2023.

cannot work with a child with a disability. They said that before having their babies, they earned three thousand reais, but far from family support networks, they lost their jobs.

Stating she was “shocked” to find this reality, Alves reported her encounter with one of these mothers: a woman who had lost her job due to the necessity of attending her son’s medical appointments and specialized therapies. Nevertheless, Alves highlighted how this mother argued she could be “earning much more” than the Continuous Benefit Payment¹², thus “boosting and contributing to the economy, even as a mother of a child with disabilities” (MMFDH, 2021b). Using the woman’s narrative, the Minister contended it was “not fair to condemn women to lag behind” in the labor market due to the absence of public policies to promote a proper balance between work and caregiving responsibilities.

Entangling personal ambition, motherhood and a preoccupation with national development, the woman portrayed in the Minister’s speech appears, as Allen and Taylor (2012, p.2) suggest, “tokenistically represented” as an exemplary visionary woman. Her future-oriented perspective not only encompasses a concern for her son’s well-being but an additional commitment as a self-reliant citizen contributing to the national economy. By positioning herself as an active pursuer of increased earnings, women who were not similarly engaged in enhancing their incomes were deemed to represent the flip of the coin as irresponsible benefit-earners. This Other display a personal failure, perceived not only as falling short to contribute to the country’s development but, perhaps more crucially, as a failure to serve as ethical maternal role models for their own children.

The woman, thus, disidentifies with the ‘undeserving’ benefit recipients, proving her respectability by voicing desires to widen her earnings and aligning herself to middle-class values and expectations of the ‘deserving’ poor. These dispositions are considered indicative of a personal moral character grounded in care and work ethics (Weeks, 2011). As Gillies (2012, p. 82) notes, “those unable or unwilling to participate and govern themselves are positioned as corrosively dependent on the state and in need of community-led help to become more active and self-reliant citizens”. Alves’ quote of this woman plays a performative role in reproducing hierarchies of what constitutes a respectable maternal citizen, valued by her adherence to neoliberal norms of self-responsibility determined by her

12 The Continuous Benefit of Social Assistance (BPC), provided for in the Organic Law of Social Assistance (LOAS), ensures a minimum wage per month for individuals aged 65 or older or for persons with disabilities of any age.

readiness to positively contribute to her community, which creates Others who cannot or are not inclined to do so. This implies a categorization in which some are evoked to present themselves in specific manners to establish their respectability, reflexivity, and moral worth as “subjects of value” (Skeggs, 2002; 2004).

Hence, racialized working-class women lacking a stable income were depicted as simultaneously the root cause and the remedy for national issues (Skeggs, 1997). They become a central focus in addressing the perceived disengagement from the labor market and dependency on social benefits. The lauded position of a woman who articulates her concerns to overcome the economic crisis creates a contrasting class of undeserving women who are not personally invested in generating the powerful nation envisioned by the Ministry’s programs. The risk of failed femininities – and maternities - is, therefore, an inherently classed and heteronormative discourse shaped by the valorization of specific dispositions, parenting styles and choices, taken as a result of a moral character simultaneously based on care and work ethics rather than the unequally distribution of capital and resources.\

The notion of family as a nuclear and heterosexual unit, wherein active emotional and financial investment in children translates into a higher morality, engages with what Ramos-Zayas (2021) termed as parenting empires. The concept is explored through an analysis of the moral economy articulated by urban elites in Ipanema (Rio de Janeiro) and El Condado (Costa Rica). In the ethnography, the author identified how parenting practices of these elites effectively underpin the advocacy of neoliberal austerity projects for both countries. By asserting moral superiority through their own cosmopolitan and diversity-embracing child-rearing practices, the elites simultaneously reproduce hierarchies of race and class over individuals who do not have the same resources to cultivate such idealized childhoods – the same individuals whose domestic and caregiving work enables the elites to support and reproduce their positions of social privilege.

The idealization of particular child-rearing practices manifests as imperial formations marked by attributes of race, gender, and class to determine which individuals have the means to provide childhoods enriched with the cultivation of values such as self-awareness, equality, empathy, and self-reliance (*ibid*). This stands in contrast to a classed-racialized Other, perceived as incapable of instilling such morally superior values in their own children. While the elites engaged in a profound critique of consumerism and materialism, fostering a discreet subjectivity focused on self-cultivation, their discourses revive narratives of austerity, projecting dysfunctional habits of ostentation, waste, dependency, and indebtedness among the poorer population.

This process also mirrors the elites’ perspective on the “excessive spending” of social policies of Workers’ Party governments (2003-2016). According to Ramos-Zayas, the elites’ parenting empires construct imaginaries through which neoliberal austerity policies of states gain moral resonance. By promoting parenthood based on ideologies of self-regulation and individual responsibility, localized forms of sovereignty emerge as legitimate ways to purge a perceived excessively “welfare mentality” promoted by left-wing governments to strengthen the nation. As a locus of governmentality, “parenting cultures revive moral concepts such as entitlement, inclusion/exclusion and citizenship”:

A shrinking welfare state and severe austerity measures have become morally justified through new positions of active and responsible citizenship, including forms of parenting empires. Having absorbed this profound significance, parenting is imagined to be both the cause of, and solution to, all social ills and structural inequality. (Ramos-Zayas, 2021, p.12-13)

The family’s role in instilling a set of values crucial for constructing a ‘good’ nation, as emphasized in the narratives of the elites, was evident in the Minister’s discourse. This underscores the State’s role in promoting the governance of conduct within civil society, seen as morally superior and infused with values of parental self-responsibility essential for realizing ideals of national development that are both moral and economic. The concept of state governance to ensure that families nurture their children, shaping them into the nation’s future revolves around positioning female subjects as providers of specific moral education. According to the former government, this responsibility did not lie with schools but within the family. In this context, working from home as entrepreneurs emerges as a means of reconciling work-family life through dual economic activities: providing income and enabling women to cultivate human capital crucial for the reproduction of a wealthy nation in the future.

The political project of the MMFDH to promote micro entrepreneurship while positioning itself as the most women-oriented government “in history” aligns with framing women within a discourse shaped by conservative ideals of a “traditional” family, e.g., heterosexual, where women shoulder the primary burden of reproductive labor. According to these narratives, the State should maintain a certain distance to ensure individual freedoms yet tasked with instilling idealized notions of family and motherhood within a predetermined social stratum, encouraging increased participation of the poor in the labor market. The program prioritizes

a specific social group: those receiving welfare subsidies, who could potentially “earn more” by breaking away from a perceived “passive” position as beneficiaries. The project facilitates the dissemination of international organization prescriptions, outlining ways to advance the “women’s agenda” in diverse and sometimes ambiguous ways under the umbrella of promoting their financial autonomy.

CONCLUDING: THE MOBILE NEOLIBERALISM BETWEEN LEFT AND RIGHT-WING POLITICS

In this paper, I followed MMFDH programs to question how women’s inclusive policies participated in shaping neoliberal formations in Brazil while promoting particular notions of maternal citizenship underpinning conservative family values and privatization of responsibilities. Though neoliberal forms of individual responsabilization were not absent in policies such as Cash Transfer Programs promoted by left-wing governments, as a global rationality, I sought to evidence how neoliberalism as a mobile technology operates across various political arenas in Brazil, a country characterized by a historical informal labor market. The notion of women as an untapped resource for national development is presented ambivalently across conservative and progressive political spectrums, producing contemporary neoliberal forms centered around motherhood, economic productivity, and national development. As Molyneux (2001) recalls, motherhood as a political ideal has been a ground of dispute under both liberal and socialist regimes.

This paper explored the intersection of diverse and often conflicting discourses, practices, and technologies in shaping an ideal entrepreneurial maternal citizen as a particular manifestation of neoliberalism in the Brazilian context. It suggests that the roles of mother and entrepreneur are intertwined, imbued with a moral responsibility to contribute to the envisioned society advocated by the far-right government. Its legitimacy is derived from a moral commitment to safeguard those deemed incapable of self-governance (Lowenkron, 2015), while simultaneously urging women to adhere to predetermined maternal citizenship ideals. The enthusiastic reception of women’s financial inclusion in conservative sectors underscores the possibility that this rhetoric demands further investigation into how “empowerment” in development initiatives yields locally variable outcomes in historically, politically, and socially diverse contexts when embraced by national governments.

The moral efficacy of awareness-raising strategies concerning women’s labor integration directly aligns with imperatives to protect childhood, as the parenting empires concept suggests. This moral foundation underpins the existence of

Ministry projects: it is primarily in the role of working mothers seeking to “emancipate” themselves from reliance on social benefits that women are validated as a sound public investment, mobilizing pedagogies aimed at distinguishing the “good” gender from its others” (Vianna and Lowenkron, 2018). Such a narrative ensures the establishment of hierarchical power relations, creating spaces for exemplary victims whom the state protects from oppressive marital relationships, yet who are virtuous and capable of being rescued from positions of vulnerability through seizing opportunities—a construction that relies upon deeply gendered, class-based, and racialized inequalities to bolster austerity processes in various ways.

REFERENCES

- Alexander, Jacqui (1994). “Not Just (Any) Body Can be a Citizen”: The Politics of Law, Sexuality and Postcoloniality in Trinidad and Tobago and the Bahamas. *Feminist Review*, 48 (Autumn). 133-149.
- Allen, K. & Taylor, Y., (2012) “Placed Parenting, locating unrest: failed femininities, troubled mothers and rioting subjects”, *Studies in the Maternal* 4(2), 1-25. doi: <https://doi.org/10.16995/sim.39>
- Alvarez, S. Beyond NGO-ization?: Reflections from Latin America. *Development* 52, 175–184 (2009). <https://doi.org/10.1057/dev.2009.23>
- Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- Bedford, K. (2009). Doing Business with the Ladies: Gender, Legal Reform, and Entrepreneurship in the International Finance Corporation. *Labour, Capital and Society / Travail, Capital et Société*, 42(1/2), 168–194. <http://www.jstor.org/stable/43158353>
- Bilac, Elisabete. Trabalho e família: Articulações possíveis. *Tempo social*, v. 26, n. 1, São Paulo, 2014, pp.129-145
- Calkin, Sydney. “Disrupting disempowerment: feminism, co-optation, and the privatised governance of gender and development.” *new formations: a journal of culture/theory/politics* 91 (2017): 69-86. muse.jhu.edu/article/671951.
- Chant, Sylvia and Sweetman, Caroline (2012) ‘Fixing Women or Fixing the World? “Smart Economics”, Efficiency Approaches, and Gender Equality in Development’, *Gender and Development* 20(3): 517–29.
- Cooper, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York, Zone Books, 2017.

- Cruikshank, B., 1999. *The will to empower: democratic citizens and other subjects*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Das, Veena.; Ellen, Jonathan; Leonard, Lori. On the Modalities of the Domestic. *Home Cultures*, v. 5, n. 3, p. 349–371, 2008.
- Dias, Emily & Romancini, Richard. (2022). Teologia da prosperidade 2.0: neoliberalismo, religião e comunicação digital no Dunamis Movement. 25. 144-164.
- Garcia, Carolina. (2023). “Mulheres mudam o mundo”: uma etnografia de políticas corporativas e pedagogias do empoderamento. PhD Thesis. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP.
- Gillies, V. 2012. Personalising Poverty: Parental Determinism and the Big Society Agenda. In: Atkinson, W. Roberts, S., and Savage, M. *Class Inequality In Austerity Britain*. Basingstoke: Palgrave MacMillan. 90-110
- Grewal, I. (2017). *Saving the security state: exceptional citizens in twenty-first-century America*. Duke University Press.
- Guimarães, N. (2007). « La «brésilianisation» de L’occident ? » *Revue Tiers Monde*, vol. 189, pp. 155-174. doi:10.3917/rtm.189.0155.
- Kabeer, Naila. 2011. Between affiliation and autonomy: Navigating pathways of women’s empowerment and gender justice in rural Bangladesh. *Development and Change* 42 (2): 499-528.
- Khonje, Eleanor (2020). Neoliberalized Feminism in Nigeria: “Developing” the Global Entrepreneurial Woman. Doctoral dissertation. University of Lausanne, Geneva.
- Krippendorff, K. (2004) *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology* (2nd ed.) Thousand Oaks, CA Sage Publications.
- Lima, Antonio Carlos de Souza (2002). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política.
- Maia, Marcel. (2022). Trabalho emocional e significados do feminino no empreendedorismo contemporâneo. *Cadernos Pagu*, (64), e226403. <https://doi.org/10.1590/18094449202200640003>
- Mason, Andrew and Elizabeth King. *Engendering Development Through Gender Equality in Rights, Resources, and Voice*. Washington, DC: World Bank, 2001.
- McClintock, Anne (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Meltzer, J. (2013). «Good citizenship» and the promotion of personal savings accounts in Peru. *Citizenship Studies*, 17(5), 641-652. <https://doi.org/10.1080/13621025.2013.818382>

- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, (62), e216216. <https://doi.org/10.1590/1809444920210620016>
- Miller, Carol; Razavi, Shahra (1995). From WID to GAD: Conceptual shifts in the women and development discourse, UNRISD Occasional Paper, No. 1, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Geneva.
- Miskolci, Richard (2018). Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, (53), e185302. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>
- MMFDH (2021a). Campanha - A força da mulher brasileira. 8 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FCA1tFBNyxQ>>. Access on: January 25, 2023.
- MMFDH (2021b). Programa Equilíbrio Trabalho-Família. Government official page. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familia>>. Access on: January 25, 2023.
- MMFDH (2021c). Você sabia? Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/qualifica-mulher/voce-sabia>>. Access on: January 25, 2023.
- Moeller, Kathryn. (2018) *The Gender Effect: Capitalism, Feminism, and the Corporate Politics of Development*. Oakland: University of California Press.
- Molyneux, Maxime. (2006). Mothers at the service of the new poverty agenda: Progres/ Oportunidades, Mexico’s conditional transfer programme. *Social policy & administration*, 40 (4), 425–449
- Murphy, Michelle. *The Economization of Life*. Duke University Press, 2017.
- ONG, Ahiwa (2006). *Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Duke UP.
- Parpart, J.L. (1993), Who is the ‘Other’?: A Postmodern Feminist Critique of Women and Development Theory and Practice. *Development and Change*, 24: 439-464. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.1993.tb00492.x>
- Prügl, Elisabeth, True, Jacqui (2014). Equality means business? Governing gender through transnational public-private partnerships, *Review of International Political Economy*, 21:6, 1137-1169,
- Ramos-Zayas, Ana. (2020). *Parenting Empires: Class, Whiteness, and the Moral Economy of Privilege in Latin America*. Durham: Duke University Press.
- Ribeiro, J. C. (2022). A Casa e a Nação: Gênero, disciplinas e domesticidade em um abrigo para migrantes e refugiadas. *O Público e o Privado*, 20(41 jan/abr).
- Roberts, Adrienne. (2015) The Political Economy of “Transnational Business Feminism”, *International Feminist Journal of Politics*, 17:2, 209-231, DOI: 10.1080/14616742.2013.849968

- Rose, Nikolas (2000). Community, Citizenship, and the third Way. *American Behavioral Scientist*, 43(9), 1395-1411. <https://doi.org/10.1177/00027640021955955>
- Schild, Verónica (2015). Emancipation as Moral Regulation: Latin American Feminisms and Neoliberalism. *Hypatia* 30 (3):547-563.
- Schild, Verónica. (2014). Institutional Feminist Networks and Their “Poor”: Localizing Transnational Interventions. *Latin American Policy*, 5, 279-291.
- Skeggs, Beverly. (1997). *Formations of Class and Gender*. London: Sage.
- Skeggs, Beverly (2004). *Class, Self, Culture*. London: Routledge.
- Switzer, Heather, Emily Bent, and Crystal Leigh Endsley. “Precarious Politics and Girl Effects: Exploring the Limits of the Girl Gone Global.” *Feminist Formations* 28, no. 1 (2016): 33-59. <https://doi.org/10.1353/ff.2016.0014>.
- Vianna, Adriana; Lowenkron, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, n. 51, 8 jan. 2018.
- Weeks, Kathy. (2011) *The Problem with Work: Feminism, Marxism, Antiwork Politics, and Postwork Imaginaries*. Duke UP.
- Wilson, Kalpana (2015) Towards a radical re-appropriation: gender, development and neoliberal feminism. *Development and Change*, 46 (4). pp. 803-832. ISSN 0012-155X
- World Bank (1995) *Enhancing Women’s Participation in Economic Development*, Washington, DC: World Bank.

As deputadas federais do Partido Liberal (2023-27): um estudo sobre as ameaças ao feminismo e à democracia

The federal deputies of Liberal Party (2023-27): a study on the threats of the feminism and democracy

Iurca Lazzariny dos Santos Rodrigues^a,
Clécia Trindade Almeida de Jesus^b, Maria Inês Caetano Ferreira^c

Resumo Este artigo apresenta estudo sobre as deputadas federais do Partido Liberal em exercício na 57^a legislatura (2023-2027), visando compreender como se processa a defesa dos ideais antifeministas por essas legisladoras, vocalizadoras de valores extremistas. Os conceitos de contrapúblico e neoconservadorismo ancoram a discussão teórica. Foi realizada pesquisa exaustiva na imprensa para a construção dos perfis das deputadas e da elaboração de perfis, que informam as singularidades e as diferenças entre elas. Os resultados indicam que o perfil e ações das legisladoras favorecem ameaças a direitos conquistados pelos movimentos feministas nas últimas décadas.

Palavras-chave Neoconservadorismo. Polarização. Feminismo. Antifeminismo. Democracia

Abstract *This article presents a study on the federal deputies from the Liberal Party in the 57^a legislature (2023-2027) aiming to understand how the defense of anti-feminist ideals is carried out by these legislatures, vocalizers of extremist values. The concepts of counterpublic and neoconservative anchor the theoretical discussion. Exhaustive research was carried out in the press to create profiles of the deputies, which inform singularities and differences between them. The results indicate that the profile and actions of legislatures favor threats to rights won by feminists movements in recent decades*

Keywords *Neoliberalism. Polarization. Feminism. Antifeminism. Democracy.*

a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb). E-mail: iurcalazzariny@gmail.com

b Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: ciso.psi.ct@gmail.com

c Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: inesferreira@ufrb.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta estudo sobre os modos como se processa a defesa dos ideais antifeministas pelas deputadas federais do Partido Liberal (PL) em exercício na 57^a legislatura (2023-2027), vocalizadoras de valores extremistas, no atual processo de confronto contra os princípios do feminismo. A batalha pela inclusão da mulher na política é uma das bandeiras dos movimentos feministas e, após a conquista de mecanismos institucionais para garantir a representação feminina, verifica-se que deputadas de movimentos neoconservadores ingressam na política para solapar os direitos conquistados. Esse é um fenômeno internacional, ao qual o Brasil se integrou com a eleição de Bolsonaro, no movimento de contrapúblico, pelo qual grupos de extrema-direita buscam limitar direitos de minorias que lhes parece dominar culturalmente. A metodologia adotada foi o levantamento exaustivo de notícias sobre as deputadas nas mídias comercial e alternativa, elaborando perfis, a partir dos quais foram concebidas categorias, que expressam as singularidades e as diferenças entre as legisladoras. Os resultados evidenciam que os princípios e as ações dessas legisladoras ameaçam os direitos conquistados pelos movimentos feministas, exigindo a reflexão da necessidade de movimentos progressistas elaborarem estratégias para resistir ao avanço do extremismo e manter consigo setores de centro e da centro-esquerda, multiplicando aliados na luta por direitos e, sobretudo, pela continuidade da democracia. Este artigo está estruturado da seguinte forma, numa primeira parte faz-se a discussão teórica sobre o avanço dos movimentos feministas e a reação neoconservadora. Em seguida, na metodologia são explicadas as técnicas utilizadas e apresentados os resultados. Posteriormente, a análise e, então, as considerações finais.

DO FEMINISMO AO ANTIFEMINISMO

A contestação à submissão das mulheres, relacionada à divisão entre as esferas pública e privada, é uma das principais particularidades do pensamento feminista. Pateman (1993) relata que a sujeição das mulheres na esfera privada foi concebida no contrato social, que como ato racional, criou a sociedade civil, na qual os homens, considerados racionais, são livres e iguais. Em contraste, por não serem consideradas racionais, as mulheres não são livres nem iguais, cabendo-lhes a esfera privada, local do contrato sexual, pelo qual os homens têm acesso aos corpos femininos, exercendo o direito patriarcal. A diferença entre os sexos, que determina que eles são racionais e elas não, justifica a desigualdade. A racionalidade deles confere o direito à posse da propriedade sobre as mulheres.

A esfera pública é o espaço da política, marcada pela impessoalidade, universalidade e cidadania, em contraste, a privada, pela intimidade, pessoalidade e individualidade. A intervenção do Estado sobre as desigualdades da esfera privada introduz elementos da esfera pública - como a igualdade e a cidadania - problematizando a subordinação feminina e refutando o aspecto natural das diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. As teorias feministas apontam que, numa sociedade democrática, é impossível desunir a esfera política da vida pública com a da vida privada. Para que as mulheres possam ter autonomia e liberdade, é necessário politizar a esfera privada (MIGUEL, BIROLI, 2014).

A crítica à divisão das esferas privada e pública e suas consequências para a desigualdade entre os gêneros perpassa todas as fases dos movimentos feministas. Na primeira fase, no século XIX, prevaleceu a luta das mulheres pela educação, pela igualdade no casamento e pela posse da propriedade e pelo direito do voto (CELI, 2010 e MIGUEL e BIROLI, 2013). A luta pela educação buscou afirmar a racionalidade da mulher e, assim, o trânsito no mundo público, à universalidade e à cidadania. A igualdade no casamento e a posse contestou a ideia da incapacidade feminina de gerir a propriedade e gozar dos direitos a ela associados. Por fim, o direito ao voto possibilitou às mulheres se revelarem como sujeitos com necessidades próprias, independente de seus maridos e pais, capazes de apresentarem suas demandas à esfera pública e requerer que elas fossem consideradas.

Nos anos de 1960 houve desencanto com a luta pela participação na política, centrou-se na contestação das relações de poder no trabalho, no relacionamento entre homens e mulheres e no direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo (CELI, 2010). O movimento feminista se popularizou com os trabalhos de Simone de Beauvoir e de Betty Friedan, analisando a repressão da sexualidade e a infantilização feminina (MIGUEL e BIROLI, 2013). Nesse período, o Brasil vivia a repressão do regime militar. Na década de 1980, com a redemocratização, o movimento feminista se profissionalizou por meio da atuação nas ONGs (CELI, 2010), resultando na criação de mecanismos institucionais para o Estado implementar direitos para mulheres. A concepção da divisão entre as esferas público e privada perdeu a hegemonia em razão dos movimentos das mulheres na esfera da reprodução, como movimentos de bairros e clubes de mãe. Com isso, a esfera da reprodução conquista status de público e a esfera privada se converte, então, em pública (ARAÚJO 2001).

Rocha, Solano e Medeiros (2021) abordam a esfera pública pós-burguesa institucionalizada no Brasil após o período do regime militar, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, a mais democrática das Cartas

brasileiras, que integrou demandas de grupos subalternos. Esse argumento se ancora no conceito de contrapúblicos subalternos de Fraser (1997), em que grupos subalternos inventam e fazem circular discursos com interpretações acerca de suas identidades e interesses diferentes do discurso da esfera pública hegemônica. Esse conceito abrange potencial emancipatório, opondo-se a condições de dominação. Os direitos conquistados pelos diversos grupos subalternos que lutaram contra o regime militar no Brasil traduzem essa noção de contrapúblicos subalternos, inclusive os alcançados pelos grupos feministas, incluindo as novas concepções de espaços públicos e políticos, que passaram a incluir a esfera da reprodução, antes desassociada da esfera pública. Rocha e Medeiros (2021) sublinham a importância da percepção dos membros do grupo responsável pela produção do contrapúblico de que eles são dominados culturalmente, sendo esse sentimento o responsável pelas ações políticas, visando chamar atenção da sociedade para tal dominação.

Na década de 1990, os movimentos feministas enfatizaram a diversidade entre as mulheres, atuando por meio de ações em redes globalizadas, resultando nas conferências pelas Nações Unidas, como a de 1995, em Pequim, quando o conceito de gênero foi adotado como uma das bases para a compreensão da situação das mulheres na sociedade e foi imposto aos países signatários – entre eles, o Brasil - na elaboração e execução de ações contra as desigualdades que afetam as mulheres.

Nos anos 2000, em muitos países da América Latina, os movimentos feministas e LGBT apoiaram e participaram de governos de orientação progressista, na chamada Onda Rosa (FRIEDMAN e TABBUSH 2019). As militâncias desses movimentos auxiliaram os governantes a conquistarem o poder, o que lhes possibilitou influenciar as pautas governamentais, com a implementação de políticas inclusivas em países marcados por profundas desigualdades de gênero.

Fernandez e Sólis (2022) registram que, atualmente, os movimentos feministas abordam infinitas de temas, como as questões ambientais, o extrativismo e o agronegócio, a pobreza, a desigualdade social, a precarização do trabalho, o encarceramento em massa, o narco Estado, o racismo institucional, a soberania sobre os corpos.

A institucionalização de políticas de gênero, com as conferências internacionais das Nações Unidas, foi uma das alavancas para a explosão de movimentos neoconservadores, visando a apropriação do Estado e, conseqüentemente, a erosão das políticas de igualdade de gênero. Vale ressaltar a atuação da Igreja Católica que, em 2004, publicou documento contra o que foi chamado de feminismo radical, enfatizando a vocação maternal das mulheres e seu papel na família, em seguida, esse discurso passou a ser protagonizado também por protestantes. Rocha e Medeiros

(2021) expõem que o conceito de contrapúblico atualmente também é empregado para explicar a reação de grupos de direita insatisfeitos com conquistas por parte de minorias, como mulheres, negros, população LGBT e outros. Na concepção desses grupos de extrema-direita há um processo de dominação relacionado a direitos conquistados por minorias, como as feministas. Nesse caso, o antifeminismo é um exemplo de contrapúblico por parte de grupos de extrema-direita, que se consideram culturalmente – não materialmente – dominados pelo discurso feminista. Bonet-Marti (2021, p. 62) define o antifeminismo a partir de suas distinções em relação à misoginia, relacionada ao ódio às mulheres; ao machismo, definido como um conjunto de práticas e crenças que pleiteia a superioridade do sexo masculino ao feminino e ao sexismo, delimitado como um sistema de crenças e atitudes que buscam reproduzir a ordem patriarcal. Para esse autor, o feminismo contempla todos esses três conceitos, mas é mais avançado na medida em que está articulado como contramovimento organizado, tem sofisticação cognitiva e capacidade de evolução e adaptação ao contexto histórico e cultural. Assim, o antifeminismo se coloca como um processo sofisticado, complexo e multidimensional.

O bolsonarismo e a consequente eleição de Bolsonaro é parte de movimentos internacionais de contrapúblico de extrema-direita, que contestam aquilo que os bolsonaristas sentem como dominação de pautas progressistas. Rocha, Solano e Medeiros (2021) acentuam o contramovimento de Bolsonaro e seus seguidores contra a ampliação de direitos e a democratização do país a partir da Constituição Federal de 1988 por meio da romantização do período do regime militar brasileiro, quando, segundo eles, havia mais segurança, menos bagunça e confusão. A democratização, nessa visão, seria uma forma de bagunça, que ameaça os direitos das pessoas de bem. Embora faça alusão ao conservadorismo de tempos passados, Inocêncio e Galetti (2021) esclarecem as diferenças entre o mencionado conservadorismo do passado e o neoconservadorismo dos bolsonaristas. Se o conservadorismo moral clássico se ancora em ideias iluministas e, por isso mesmo, envolve a racionalidade, a laicidade, a tolerância; o neoconservadorismo moral se sustenta em crenças e afetos, acentuando os interesses individuais, o que expressa sua articulação com o neoliberalismo.

Wendy Brown (2019) relaciona o neoconservadorismo ao neoliberalismo, expondo os valores que sustentam os movimentos antagônicos aos princípios do feminismo. A família é elemento importante nas concepções do neoliberalismo, pois, diferente das regulamentações estatais, a organização familiar não se choca com as interações espontâneas do mercado, nela se pratica o autogoverno. Vale destacar que essa família se torna um esteio contra as intempéries provocadas

pelo próprio neoliberalismo, em virtude das restrições às políticas sociais e aos direitos trabalhistas. A família é suporte contra as vulnerabilidades socioeconômicas, mas para isso ela deve seguir o modelo de família das tradições cristãs, ancorado na desigualdade hierárquica e na complementaridade dos papéis de homens e mulheres. Trata-se de um processo para naturalizar as desigualdades hierárquicas contestadas e enfrentadas pelo feminismo.

Bonet-Martí (2021, p. 6) apresenta formas de antifeminismo, entre elas o antifeminismo de Estado, cujo objetivo é limitar os direitos sexuais e reprodutivos. Vale ressaltar que a gestão Bolsonaro executou feminismo de Estado, na medida em que desenvolveu políticas visando reprimir direitos conquistados anteriormente, favoráveis à igualdade de gênero, fortalecendo o modelo de família cristã, inclusive como resposta às vulnerabilidades do modelo neoliberal, que envolve a retração das políticas sociais, como descrevem Horst e Alves (2024) ao problematizarem o Programa Fortalecimento das Famílias, implementado pelo, então, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que buscou capacitar pais e mães para lidarem com comportamentos de risco, como uso de drogas e gravidez precoce, ao mesmo tempo em que disseminava a responsabilização da família pelos dramas associados à situação de vulnerabilidade social.

Para Fernandez e Solis (2022) o neoconservadorismo é propositivo, daí a afirmação de apoio às mulheres, opondo-se somente ao feminismo, este sim, o inimigo. A proposição também se exemplifica na acusação de que o feminismo discrimina os homens; de que a luta contra as desigualdades não passa de vitimização de quem reclama e espera que o Estado lhes dê o que eles deveriam alcançar por mérito e, por fim, de relacionar o feminismo a projetos de elites globalistas, conspirando contra o povo e provocando problemas socioeconômicos.

Biroli (2020) destaca que os valores defendidos pelos movimentos neoconservadores ameaçam à democracia, pois resistem a conceitos como pluralidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição, legitimando lideranças autoritárias. No espaço público da democracia a convivência se pauta pela tolerância, o outro pode ser um rival, com quem se faz necessário negociar interesses. Na lógica da despolitização da esfera pública e da valorização da esfera privada o outro, em vez de rival, torna-se um inimigo, com quem é impossível dialogar.

A derrota de Bolsonaro, em 2022, por estreita margem de vantagem em relação ao candidato Lula, não significou a destituição do movimento reacionário no país. O volume de votos de Bolsonaro foi acompanhado pela eleição de ampla bancada no legislativo federal, sustentando esse movimento que ameaça a democracia do país.

O objetivo deste artigo é compreender como se processa a defesa dos ideais antifeministas pelas deputadas federais do Partido Liberal (PL), vocalizador de valores extremistas, sob a influência direta do ex-presidente Bolsonaro e de seus apoiadores. A relevância da compreensão do antifeminismo por parte de partidos de direita é apontada por Bonet-Marti (2021), em razão do crescimento dessas agremiações. A Câmara Federal é um destacado ambiente de formação da agenda do país, campo fértil para a disseminação de concepções do mundo, com ampla visibilidade. Desse modo, os ideais antifeministas e antidemocráticos defendidos pelas deputadas federais do PL ganham projeção, conquistando simpatizantes. Vale ressaltar que a participação das mulheres nesse espaço público é consequência, entre outros motivos, da luta das feministas, pela inclusão na política. Faz-se necessário compreender os modos como as deputadas federais do PL se integram a esse espaço - inclusive utilizando mecanismos de reparação, como as quotas de gênero - com a finalidade de contestar a batalha pela isonomia dos sexos. Entre os objetivos específicos do estudo, aqui apresentado, aponta-se a verificação do nível de engajamento das eleitas e o tipo de apoio delas às pautas extremistas, visando averiguar pluralidades no grupo das deputadas pefelistas e, desse modo, depreender as motivações que conduzem mulheres a se associarem a um projeto orientado por valores radicais.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com as deputadas federais em exercício pelo PL, na 57^a legislatura (2023-2027). A opção pelo estudo das deputadas em exercício, em vez das eleitas, justifica-se pelo fato de as primeiras ocuparem o plenário, disseminando valores, e interferirem diretamente na elaboração de políticas, por meio do voto nas comissões e no plenário. Atualmente o PL conta com 17 deputadas em exercício, como indicado no quadro a seguir:

Quadro 1. Distribuição das deputadas em exercício do PL, segundo estados da federação, 2023-2027

NOME	ESTADO
Silvia Waiãipi ¹	Amapá
Sonize Barbosa	Amapá
Sílvia Cristina	Rondônia
Roberta Roma	Bahia
Detinha	Maranhão
Bia Kicis	Distrito Federal
Amália Barros ²	Mato Grosso
Coronel Fernanda	Mato Grosso
Rosângela Reis	Minas Gerais
Soraya Santos	Rio de Janeiro
Chris Tonietto	Rio de Janeiro
Rosana Valle	São Paulo
Carla Zambelli	São Paulo
Júlia Zanatta	Santa Catarina
Daniela Reinehr	Santa Catarina
Caroline de Toni	Santa Catarina

Fonte: Câmara dos Deputados

A justificativa para o estudo das deputadas do PL é o fato de o partido apoiar as pautas do bolsonarismo. No partido há o PL Mulher, presidido pela ex-primeira dama, Michele Bolsonaro, tendo como missão estimular a participação de mulheres na política.

A base para a pesquisa foi a plataforma Divulcand, do Tribunal Superior Eleitoral, e o sítio da Câmara Federal, que informa o perfil das legisladoras e as atividades legislativas; em seguida, realizou-se extensa pesquisa em jornais, sites e *blogs*. Num primeiro momento, considerou-se contemplar as redes sociais das deputadas como fonte de pesquisa, no entanto, na maior parte dos casos o conteúdo dessas redes se limitava à publicação de apoio a efemérides ou anúncios gerais que não revelavam singularidades da legisladora. Foram levantados e analisados 151 textos de jornais, sites e *blogs*³ sobre as dezessete deputadas do PL, publicados

1 Deputada teve mandato cassado em junho/2024 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

2 Deputada faleceu em maio/2024

3 Os jornais e *blogs* pesquisados foram os seguintes: Carta Capital, CNN, Agência Brasil, TSE, Poder 360, Correio Braziliense, Migalhas, G1, Intercept, Soucatarina, Revistaoeste, O Globo, UOL, Blogdoprisko, Revista Forum, Hora Certa Notícias, RCONline, SCC SBT, Portal Makinof, Metrôpoles, BBC Brasil, Notícias do Dia, Ipatinga Portal da Cidade, Jornal Estado de Minas, O Tempo, Diário do Grande ABC, Tribuna do Sertão, Lance Notícias, Diário do Poder, Veja, Brasil de Fato, Mais Goiás, Rede Globo, Diário do Litoral, Portal Câmara Notícias, PL Mulher, O Dia, PSDB Mulher, Folha de S.Paulo, INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, FUNAI, APIB,

entre 01/01/2022 a 01/03/2024, cobrindo o ano da eleição para a Câmara e o primeiro ano da 57^a legislatura. Algumas poucas notícias relataram fatos importantes ocorridos em data anterior, exigindo pesquisa de publicações de 2019 a 2021. Os 151 textos levantados foram lidos com atenção, em seguida, foram elaboradas planilhas por região e por deputadas, com o registro dos conteúdos que informassem sobre a trajetória das deputadas, valores, pautas e ações que traduzissem seus perfis, buscando identificar aspectos comuns e singulares entre elas, com isso o material foi sistematizado, discriminando as informações sobre perfil, ações e valores das deputadas. Consecutivamente, foram elaboradas categorias, reunindo as legisladoras em grupos. As categorias esclarecem os diferentes modos de participação das 17 deputadas no PL, indicando haver motivações específicas e distintas para integração a esse movimento político, marcado pela defesa de valores extremistas e antidemocráticos. A distribuição das categorias foi disposta por meio da denominação de “bancada”, são elas:

Bancada das ideológicas: Bia Kicis, Carla Zambelli, Chris Tonieto, Caroline de Toni, Júlia Zanatta e Daniela Reihner. Elas defendem valores centrais do movimento internacional de extrema-direita, com intensa atuação nas redes sociais.

Bancada das militares: Sílvia Waiãpi, primeiro-tenente do Exército, e Coronel Fernanda, policial militar. Elas manifestam o compromisso de Bolsonaro com os militares, defendendo valores como pátria e segurança.

Bancada do capital familiar: Roberta Roma e Amália Barros, ingressaram na política por apoio e interesse de seus maridos.

Bancada das não extremistas: Rosana Valle, Sílvia Cristina, Rosângela Reis, Sonize Barbosa, Detinha e Soraya Santos. Elas não se destacam na defesa de valores extremistas.

BANCADA DAS IDEOLÓGICAS

Carla Zambelli foi uma das fundadoras do Femen, que defende direitos das mulheres, depois, ajudou a fundar o movimento de direita “Nas Ruas”. Ela se diz liberal na economia e conservadora nos costumes. Em 2015, promoveu campanha misógina e difamatória contra Dilma Rousseff, acorrentando-se na Câmara dos

Diário do Pampa, Blog do Silvio Souza, Extra de Rondônia, Amazônia Legal ORG, Anota Bahia, Bahia sem Fronteiras, Aratu On, Bahia Econômica, ABRAJI, Tribuna de Ituverava, Diário do Município de Anápolis, Repórter Brasil, MPE Goiás, Mais Goiás, Jornal Local, Políticos Org. Br, O Popular, Primeira Página, A Bronca Popular, Repórter Mato Grosso, Expresso 661, Canal Rural, Rádio Cultural Linhares, Brasil Amazônia, Diário do Amapá, Revista Piauí, Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal, Correio da Bahia, Agência Pública, Congresso em Foco, Jornal da Cidade Online

Deputados para pressionar o então presidente a abrir processo de impeachment. Em 2018, adotou o discurso contra a ideologia de gênero. Defendeu os projetos Escola sem Partido e *Homeschooling*, assim como a liberação do porte de arma de fogo. É acusada de incentivar atos democráticos, inclusive tentou convencer um comandante da Marinha a apoiar o golpe de 08/01/2023, é investigada pelo hackeamento do sistema do Conselho Nacional de Justiça. Zambelli foi aluna de Olavo de Carvalho.

Bia Kicis também foi aluna de Olavo de Carvalho, participou da fundação dos movimentos de direita Revoltados ON LINE e Nas Ruas. É investigada no processo das *Fake News* e também no que apura a organização e financiamento dos atos antidemocráticos de 08/01/2024. Votou favorável aos projetos Escola sem Partido e *Homeschooling*. Foi acusada de racismo por publicação criticando o sistema de cotas. Argumenta que o feminismo não defende a mulher, mas combate o conservadorismo para destruir a família tradicional.

Chris Tonietto iniciou a vida política em comunidades católicas. Ela se opõe ao que chama de ideologia de gênero, defende do Estatuto do Nascituro, criminalizando o aborto desde a concepção, porque “não se pode combater o crime do estupro com o do aborto”. Ela defende o projeto Escola sem Partido, a maioria penal como modo de combater a violência e a facilitação no porte de armas. A deputada foi condenada pela justiça por associar as pessoas LGBTQIA+ à pedofilia. Na opinião de Tonietto, as informações sobre o desmatamento na Amazônia são exageradas e manipuladas, com o objetivo de prejudicar Bolsonaro.

Julia Pedroso Zanatta se autodefine como “mãe, esposa, advogada, jornalista e antifeminista do fuzil”. Iniciou a vida política como assessora de imprensa de importante político catarinense, desenvolvendo amizade com Eduardo Bolsonaro. Ela defende a liberação do armamento civil para a legítima defesa da vida e a propriedade, a liberdade de expressão, a luta por menos impostos, a economia livre e sem burocracias e a educação sem doutrinação ideológica. Ela se envolve em várias polêmicas, como a foto na qual segura uma metralhadora e veste uma blusa com a imagem de uma mão com quatro dedos (imagem associada a Lula), perfurada por três tiros. É citada no inquérito dos atos antidemocráticos de 08/01/23, havendo sugestão de sua proximidade com o caminhoneiro acusado de tentar explodir uma caminhão-tanque nas proximidades do aeroporto de Brasília. Zanatta explica que, por causa de sua filha, passou a se preocupar com a esquerda, que prega a doutrinação ideológica e sexual. Para ela as feministas são autoritárias porque impedem o posicionamento das não-feministas.

Caroline de Toni também foi aluna de Olavo de Carvalho, com quem se interessou pela militância pelos valores da extrema direita. Ela se opõe às cotas raciais e de gênero. Sobre as cotas de gênero nas eleições, ela se opõe porque as mulheres não se interessam por política. Em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres no mundo da política, Caroline afirma que não são diferentes dos enfrentados pelos homens. Caroline milita pela proibição do aborto desde o início da gestação, pelo endurecimento das leis penais, contra a liberação de drogas e a favor da família. Foi acusada de atuar nos atos antidemocráticos de 08/01/24.

Daniela Reinehr é advogada, produtora rural e foi policial militar por três anos. Iniciou a vida política em 2013 no movimento “Nas Ruas” e na liderança de manifestações contra o governo Dilma Rousseff. A deputada foi destaque na imprensa por causa do seu pai, Altair Reinehr, professor de história, que defendeu e divulgou conteúdos antissemitas, negando a ocorrência do holocausto e de crimes da Alemanha nazista. Ela foi apontada como governadora neonazista, mas refutou qualquer apoio a ideias que questionam o holocausto. Ela se opôs ao projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres, junto com Tonietto, Bia Kicis, Zambelli, Caroline de Toni e Zanatta. Daniela propõe que clube de tiro seja tombado como patrimônio histórico.

BANCADA DAS MILITARES

Coronel Fernanda ingressou na polícia militar em 1996, em 2018 se lançou ao Senado a convite de Bolsonaro, só foi eleita em 2022, como deputada. Suas pautas levantam as bandeiras do militarismo e da segurança pública. Ela é investigada por participação nos atos antidemocráticos de 08/01/2023. É fervorosa inimiga do comunismo. Ela convidou a Ministra da Saúde, em 2023, para reunião na Câmara para explicar o uso de termos de gênero e linguagem neutra em portaria que instituiu um programa da Pasta. Bolsonaro pediu votos para a Coronel Fernanda, argumentando que ela era parceria na defesa de questões como ideologia de gênero e defesa da família.

Sílvia Waiãpi é tenente do exército. Ela busca sugerir um perfil resiliente, sempre superando dificuldades, com força de vontade e determinação. Ela nasceu numa tribo indígena no Amapá, por problemas de saúde na infância, foi transferida para o hospital na cidade, deslumbrando-se com a modernidade e a civilização. Ela é muito próxima de Bolsonaro, assumiu a Secretaria de Saúde Indígena, no Ministério da Saúde, no movimento de sugerir a simpatia de Bolsonaro aos indígenas. Como indígena, ela atuou para desmontar o atendimento de saúde ao seu

povo. Sílvia foi acusada de transfobia porque sugeriu que mulheres trans não são mulheres.

BANCADA DO CAPITAL FAMILIAR

Essas deputadas foram eleitas com o apoio dos maridos. O esposo de Amália, Thiago Boava, é agropecuarista, não ocupa cargo político, mas é influencer de sucesso entre extremistas de direita, prega apoio às pautas de Bolsonaro. Amália foi eleita com o apoio financeiro e midiático do marido. Ela é monocular, exibe imagem de mulher resiliente, que supera a deficiência. Amália é afilhada política de Michele. Ela se opõe à ideologia de gênero e apoiou o ato transfóbico do deputado Nikolas Ferreira. Roberta Roma é casada com o ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro, que controlou importantes programas de transferência de renda. Ela se elegeu no movimento das candidaturas do marido – que é de família tradicional pernambucana - para o governo do estado e de Bolsonaro, à presidência da República. Ela defende as pautas do agronegócio. Amália e o marido Thiago Boava e o casal Roma são apoiadores fiéis e amigos íntimos do casal Bolsonaro.

BANCADA DAS NÃO RADICAIS

Esta bancada se compõe de deputadas que não defendem valores radicais, a maioria delas, defensora de pautas femininas. Rosana Valle foi eleita em 2016 pelo PSB, representando interesses da Baixada Santista, onde nasceu e trabalhou como repórter de televisão. Migrou para o PL, em 2023 foi indicada por Bolsonaro para concorrer à prefeitura de Santos, é presidente do PL Mulher/SP.

Soraya Santos está na política há mais de 20 anos, foi filiada ao MDB e ao PSDB, antes de ingressar no PL, em 2018, seu nome está envolvido na acusação de uso de recursos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para pagar militantes de sua campanha. A deputada defende direitos das mulheres. Sonize tem trajetória política consolidada em seu estado, junto com seu marido, deputado estadual. Ambos respondem a processo por uso indevido de recursos na campanha eleitoral. Sílvia é jornalista, foi eleita em 2016 pelo PDT, migrando para o PL, é a primeira deputada negra de um estado onde Bolsonaro venceu com mais de 70% dos votos. Rosângela Reis tem longa trajetória política em Minas Gerais, foi filiada a vários partidos políticos, tendo enfrentado conflitos ao ingressar no PL. Pelo material recolhido na mídia, é a mais próxima de valores radicais dessa bancada, tendo defendido a ocupação nos quartéis, em oposição à vitória de Lula para Presidência, além de apoiar a família cristã, participa das bancadas evangélica, do agronegócio e da segurança pública. Detinha é casada com o também deputado federal, Josimar

de Maranhãozinho (PL). Ela tem trajetória política consolidada no estado, sempre acompanhada do marido, uma das principais lideranças políticas do Maranhão, já tendo sido investigado pela Polícia Federal sobre desvio de recursos públicos na área da saúde, foi o deputado que mais obteve emendas parlamentares para a saúde e seu patrimônio apresenta crescimento exponencial. Seu poder cresceu com a queda da influência do ex-presidente José Sarney no Maranhão, tendo apoiado Flávio Dino (ex- PCdoB), de quem se tornou oposição. A deputada tem votado contra orientações do partido, apoiando pautas do governo Lula. Exceto o caso de Detinha, as outras deputadas dessa bancada têm em comum o fato de terem sido eleitas em estados onde Bolsonaro obteve ampla votação no 2º turno para Presidência em 2022.

ANÁLISE

As deputadas ideológicas desempenham papel essencial no PL e no movimento de extrema-direita no país. Algumas delas foram alunas de Olavo de Carvalho, teórico responsável pela formação de várias lideranças. Elas estão sempre em evidência, disseminando os valores extremistas. A luta contra o aborto desde a concepção é um ponto que une as deputadas do PL, sob o comando de Chris Tonietto. Marsicano e Burity (2021) demonstram como essa pauta exemplifica o confronto dos grupos políticos extremistas contra o feminismo. Os autores explanam que, desde a década de 1990, movimentos feministas no Brasil e no mundo lutam pelo aborto legal e seguro, conquistando alguns mecanismos institucionais, hoje em perigo. Grupos religiosos associam tais conquistas à ruína da família tradicional, os movimentos feministas são apontados como patrocinadores da decadência das instituições.

Os discursos das ideológicas indicam que a extrema-direita oferece espaço para as mulheres, buscando engajar novas adeptas, a inspirar mães a socializarem seus familiares dentro dos valores tradicionais, a despertar reconhecimento e pertencimento entre as mulheres. Aqui, pode-se retomar o raciocínio de Fernandez e Solis (2022) sobre as oportunidades para mulheres nos movimentos de extrema-direita, contribuindo para consolidar valores que buscam naturalizar as diferenças entre os sexos.

Ainda perseguindo essas duas autoras, observa-se a tentativa de inversão do discurso, pois as feministas são acusadas de serem preconceituosas contra os homens e contra as antifeministas, a luta pelos direitos das minorias, pela pluralidade, é convertida em violência. O discurso agressivo, politicamente incorreto, intolerante dessas deputadas sugerem o uso da política de choque para chamar

a atenção da sociedade para uma relação de dominação cultural, como descrito por Rocha e Medeiros (2021). Os discursos e ações das deputadas ideológicas se encaixam no movimento de contrapúblico por parte de mulheres que se sentem dominadas pela suposta hegemonia das feministas. Elas acreditam nessa dominação e atuam para convencer novos seguidores sobre a dominação das minorias.

A luta política por direitos das minorias é anunciada como uma intimidação às garantias de toda a sociedade, a sociedade deve ser composta por pessoas iguais. A ampla defesa dessas deputadas ao programa Escola Sem Partido exemplifica a luta pela homogeneidade. Oliveira e Oliveira (2021) explicam que esse programa, de autoria de um deputado pastor, traz inspiração religiosa, buscando instituir referências sobre família e sexualidade nas escolas públicas, impondo obstáculos à autonomia de educadores no desenvolvimento de uma educação democrática, instruindo valores como a tolerância e o respeito à diversidade. A defesa da *homeschooling* manifesta a desvalorização da convivência num espaço plural. Cury (2019) explica tratar-se de movimento em que pais buscam que a educação de seus filhos ocorra em casa em vez da escola, contra má qualidade ou outros problemas apontados nas escolas. Esse autor explicita que o Estatuto da Criança e do Adolescente obriga os pais a matricularem seus filhos em rede regular de ensino. A escolaridade obrigatória, prossegue Cury, visa possibilitar a todos os brasileiros o desenvolvimento da cidadania, o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Na escola, aprende-se, também, a convivência e a tolerância. Contudo, como já colocou Biroli (2020) princípios democráticos, como a pluralidade, são derrotados, porque no extremismo o rival se torna inimigo a ser abatido, daí o envolvimento de parte dessas deputadas nos atos antidemocráticos de 08/01/2023. A luta dos movimentos feministas pela igualdade e integração no mundo público contesta dois princípios básicos dos extremistas, a saber: a negação de que a desigualdade entre os sexos é natural e a defesa da política, como possibilidade de negociar diferenças e impor limites à ação dos sujeitos, visando garantir os direitos de todos na sociedade. Isso porque o fundamento dos princípios extremistas é a desigualdade entre os sexos, que salvaguarda a complementaridade e, assim, a proteção contra a vulnerabilidade social pela família, como discutido por Brown (2019) e Biroli (2020) acerca das conexões do neoconservadorismo com o liberalismo.

As deputadas ideológicas do PL informam e influenciam o comportamento das companheiras de partido, buscando criar uniformidade nas condutas das legisladoras. Elas são essenciais no PL e no movimento da extrema-direita. O intenso uso das redes sociais pelas ideológicas, como informam Pereira e Coutinho (2019), potencializa o discurso de polarização entre os bons e os maus, robustecendo

a intolerância contra feministas, esquerdistas, ambientalistas e legitimando os discursos de ódio (SPONHOLZ, 2020).

A vigorosa defesa da liberação da posse de arma de fogo pela maioria das deputadas ideológicas se revela uma armadilha para as mulheres brasileiras. Enquanto as deputadas intercedem pelos interesses da indústria de armamento e de empresários do campo e da cidade que justificam a necessidade de autodefesa; as mulheres são assassinadas por seus companheiros com arma de fogo. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), em 2022, 69,3% dos casos de feminicídio ocorrem em casa e 26,3% são efetuados com arma de fogo. Informações do Instituto Sou da Paz (2024) que, considerando a série histórica de 2012 a 2022, uma em cada duas mulheres assassinadas no país é vítima de arma de fogo, sendo que a cada ano, mais de duas mil mulheres são assassinadas com arma de fogo no Brasil. As medidas que facilitam o porte de arma é uma ação que vitimiza mulheres, dentro ou fora de casa, seja por companheiros ou desconhecidos. A proporção de mulheres com porte de armas é muito inferior a de homens, portanto, trata-se de uma agenda que ameaça a vida das mulheres.

As duas deputadas da bancada militar fortalecem o elo de Bolsonaro com o militarismo, seja pela inclusão de militares em cargos públicos, seja pelo o uso da simbologia relacionada a esse setor, que ainda parece ligada a elementos do regime militar, num movimento de recuperação do tempo mítico do país, quando não havia violência, os valores morais eram respeitados, a economia era pujante e os movimentos sociais eram controlados para não ameaçar os empreendedores. Coronel Fernanda pretende criminalizar o comunismo, para ela, mais perigoso do que o nazismo. Ela relaciona o comunismo a direitos dos trabalhadores, que prejudica a liberdade dos empreendedores, responsáveis pelo progresso do país. As propostas e ações de Waiãpi fortalecem os antigos ideais do regime militar da expansão agropecuária na Amazônia, modernizando a economia e civilizando os indígenas. Nessa lógica, a defesa dos povos originários é um entrave ao desenvolvimento da economia do país e dos próprios indígenas. Ela desconsidera a relação dos povos indígenas com a terra, com a tradição e com os costumes. Essas deputadas parecem uma representação do discurso do bolsonarismo de romantizar o período da ditadura contra o processo de democratização, que redundou na Constituição Federal de 1988, como já abordado aqui por meio de Rocha, Solano e Medeiros (2021). Trata-se de processo de estratégia de contrapublicidade contra o arranjo construído no país após o regime militar, como consequência do processo de contrapúblico subalterno, com caráter emancipatório. Os discursos de ambas parecem fortalecer os argumentos de reposição de uma ordem hierárquica,

visando reorganizar uma desigualdade ameaçada pelos movimentos democráticos emancipatórios.

As deputadas da bancada do capital familiar são casadas com homens influentes econômica e politicamente, ambos próximos a Bolsonaro. O ingresso das duas na política não é consequência da influência de seus maridos e o principal motor das candidaturas foi a disputa do grupo bolsonarista para se manter no poder. Elas acompanham seus maridos nos atos de apoio a Bolsonaro, defendem as pautas morais, como a família tradicional e as econômicas, visando ampliar o poder do setor produtivo, diminuindo a intervenção estatal, como regra fiscal, ambiental etc. As agendas dessas deputadas se aproximam das do neoliberalismo, apresentadas por Brown (2019), interligando a rejeição à intervenção estatal na economia com a centralização das famílias de modelo tradicional.

O estudo de Silva et. al. (2023) sobre a 56ª legislatura identificou que o total de deputadas de partidos de direita era superior às de esquerda e, embora boa parte das direitistas tivessem trajetória política envolvendo a atuação em movimentos sociais da direita, muitas haviam sido eleitas com base no capital familiar, advindo principalmente dos cônjuges, mas também de pais e outros parentes. Nesse sentido, seguem atuais os resultados da pesquisa de Miguel et.al. (2015) sobre a relevância da influência do capital familiar na eleição, principalmente na de mulheres de partidos da direita.

As mulheres não extremistas não se expõem como as ideológicas e, talvez por isso, seja menos simples localizar informações sobre elas. A mineira Rosângela Reis é a que anuncia mais proximidade com a defesa de valores morais, ela se declarou avó e mãe cristã, mas, além disso, não foram localizados registros de manifestações radicais. Sílvia e Rosângela se tornaram conhecidas por apresentarem programas na televisão e estavam na política há uns poucos anos. Com a onda Bolsonaro, ambas migraram para o PL, o que ter sido estratégico, pois Bolsonaro venceu a eleição em seus redutos. Soraya é uma política fluminense com pouca inserção na mídia, não foram localizadas manifestações radicais. Sonize e Detinha, embora casadas com políticos influentes, já construíram suas próprias trajetórias políticas. Um aspecto que reúne essas duas últimas deputadas é a investigação sobre problemas no uso de recursos públicos. A análise do conteúdo das não radicais é que elas poderiam estar em qualquer outro partido de centro-direita, mas talvez tenham se integrado ao PL porque os partidos de centro-direita se apresentam frágeis com essa polarização, como é o caso do PSDB e reúnem poucos votos. No caso de algumas que possam ter tido alguma identificação com centro-esquerda, mas, com a atual polarização, a filiação a um partido de esquerda pode expor uma

posição radicalizada junto ao eleitorado de algumas regiões do país, dificultando a conquista de votos. Desse modo, a polarização, fomentada por personalidades como as ideológicas, atrofiam as opções de centro e de centro-direita. Detinha, por exemplo, não raramente, desobedece às orientações do PL e vota favorável ao governo Lula. Uma explicação é o fato de Lula ter obtido mais votos no Maranhão do que Bolsonaro. Assim, percebe-se que as não radicais são, também, pragmáticas, unem-se ao PL naquilo que parece promissor para suas carreiras políticas, mas não de modo absoluto.

Em suma, a partir da análise das informações sobre as deputadas em exercício pelo PL, constata-se a pluralidade das mulheres do partido. As ideológicas representam a alma do PL e dos valores dos movimentos internacionais da extrema-direita. Mas o partido também conta com mulheres que entram na política por interesses dos maridos, com militares que talvez num outro momento político não fossem eleitas e, por fim, por mulheres que necessitam de votos para ocuparem cargos políticos e para isso têm que se associar a lideranças que têm votos como Lula ou Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material da pesquisa com a deputadas federais em exercício do PL na 57^a legislatura permite concluir que os valores e as ações dessas legisladoras representam ameaças aos direitos de minorias, conquistados com o apoio dos movimentos feministas, inclusive no que diz respeito à liberdade e autonomia das mulheres. Este trabalhou apresentou modos de defesa dos ideais antifeministas e antidemocráticos pelas deputadas do PL, sem considerar o trabalho legislativo, mas apenas as trajetórias, os valores defendidos e algumas ações públicas interpretadas como contrapúblicas, em reação a direitos conquistados pelas feministas. No entanto, os resultados da pesquisa também indicam que nem todas as deputadas comungam integralmente das ideias reacionárias, mas estão no PL porque os caminhos da centro-direita parecem estreitos nesses tempos de polarização.

Há diferenças entre os grupos dessas deputadas, as mais conhecidas operam em várias frentes, exercendo papel primordial na divulgação dos valores reacionários e na conquista de novas seguidoras. Contudo todas têm função importante, as militares fortalecem a defesa do endurecimento penal, do anticomunismo, da ordem e do progresso; as esposas convencem sobre o lado doce e feminino do bolsonarismo. As não radicais explicitam podem conquistar votos na carona de líderes extremistas e, mesmo não propagando propostas reacionárias, contribuem para consolidar esse movimento radical.

Este artigo contribui na ponderação sobre os processos de radicalização da política no Brasil nos últimos anos, explanando como mulheres com discurso neoconservador se apoderaram de mecanismos conquistados pelas feministas para sufocar a batalha pelos direitos das mulheres e de outras minorias. A clivagem que acompanha esse processo radical termina por fragilizar os campos de centro, promovendo, inclusive, situações em que lideranças de centro-esquerda não possam se aliar ao campo da esquerda para não perder votos, em razão dos estigmas hoje atribuídos a esse campo. Essas conclusões lançam questões sobre a necessidade de os movimentos progressistas elaborarem estratégias para resistir ao avanço do extremismo e manter consigo setores de centro e da centro-esquerda, ampliando o campo de aliados na luta por direitos e, sobretudo, pela continuidade da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2023) *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP. <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>
- ARAÚJO, Clara. (2001) Participação política a gênero: algumas tendências analíticas recentes. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 52, p. 45–77. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/238>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. (2020) In. BIROLI, Flávia, VAGIONE, Juan Marco, MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. SP: Boitempo, p. 135-188.
- BONET-MARTI, Jordi. (2021) Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknocultura*. Revista de cultura digital y movimientos sociales, v. 18, n. 1, p. 61-71, <http://dx.doi.org/10.5209/TEKN.71303>
- BROWN, Wendy. (2019) *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. SP: Editoria Filosófica Politeia.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. (2019) Homeschooling ou educação no lar. *Educação em revista*, Belo Horizonte, V. 3, e219798 <https://doi.org/10.1590/0102-4698219798>
- FERNÁNDEZ, Marta Cabezas, PICHEL-VÁZQUEZ, Alexandre, & GRAU, Begonya Enguix (2023). El marco “antigénero” y la (ultra)derecha española. Grupos de discusión con votantes de Vox y del Partido Popular. *Revista De Estudios Sociales*, v. 85, p. 97-114. <https://doi.org/10.7440/res85.2023.06>

- HORST, Cláudio Henrique Miranda e ALVES, Luiza Duarde Torres. (2024) Familismo e extrema direita. *Argumentum*, Vitória, V.16, N.1, p. 71-84.
- SILVA, Mayra Goulart da; CHAVES, Vanilda; BARBOSA, Laura. (2023) Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 38, n. 01, p. 95–124. DOI: 10.1590/s0102-6992-202338010004.
- FERNANDEZ, Marta Cabezas.; SOLÍS, Cristina Vegas (2022). Neoliberalismo autoritário, politización religiosa y nuevas derechas. In: Marta Cabezas Fernández, Cristina Veja Solís (eds). *La reacción patriarcal: neoliberalismo autoritário, politización religiosa y nuevas derechas*, p. 11-46.
- FRIEDMAN, Elizabeth Jay; TABBUSH, Constanza (2019). Contesting the Pink Tide. In: FRIEDMAN, Elizabeth J. (Ed.). *Seeking Rights from the Left*. Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide. Durham and London: Duke University Press, p. 7-53.
- INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando e GALETTI, Camila Hildebrand (2021) Neoconservadorismo moral na agenda política das novas direitas. *Revista desigualdade & diversidade*, N. 21, p. 118-135.
- INSTITUTO SOU DA PAZ (2024). O papel da arma de fogo na violência contra a mulher. SP: Instituto SoudaPaz. <https://lp.soudapaz.org/mulheres#rd-box-ltootxff/>
- MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; BURITY, Joanildo Albuquerque. (2021) Aborto e ativismo “pró-vida” na política brasileira. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 50–79,.DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.176982.
- MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danuza; MACHADO, Carlos (2015). Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados, *DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, p.721-747. <https://doi.org/10.1590/00115258201557>
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (2014). Introdução. In. ____ (orgs) *Teoria política feminista: textos centrais*. Niterói: EDUFF, p. 7-53.
- ____. (2013) *Feminismo e política: uma introdução*. S.P Boitempo.
- OLIVEIRA, Erick Cruz Padilha de; OLIVEIRA, David. (2021) Fundamentalismo religioso: uma chave para entender o programa “Escola sem Partido”. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 259–278. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.179875.
- PATEMAN, Carole (1993). *O contrato sexual*. SP: Paz e Terra.
- PEREIRA, Camilla; COUTINHO, Caroline (2019). A Extrema Direita adiciona o Neoliberalismo: o papel das mídias sócias no atual cenário político. *Caderno de Relações Internacionais*. PUC-RJ. Edição Especial Crise da Democracia Liberal e Pensamento nas Relações Internacionais. Vol. 2, p. 4-24.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas (2021) *The Bolsonaro paradox: public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil*. Brazil; Switzerland: Springer.

ROCHA, Camila e MEDEIROS, Jonas. (2021) Jair Bolsonaro and the dominant counterpublicity. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, N.3 e004, p. 1-20.

SPONHOLZ, Liriam (2020). O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita. *Confluências: Niterói- RJ*. V. 22, n. 3, p. 220-243.

Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto

Antifeminism as a political identity: the case of congresswoman Chris Tonietto

Luis Felipe Miguel^a , Alana Fontenelle^b 

Resumo O artigo discute a relevância da pauta de gênero na agitação política da extrema-direita no Brasil, abordando a reação virulenta contra os avanços dos movimentos feminista e LGBT+. A “desordem de gênero” é tema central da agenda da direita radical que se unificou sob a liderança de Jair Bolsonaro, ao lado de corrupção, punitivismo penal, liberação do porte de armas, negacionismo climático e outros. Para parte dela, gênero é a pauta dominante – como no caso da deputada Chris Tonietto (PL-RJ), ligada ao ultraconservadorismo católico. A análise de sua conta no Instagram mostra o predomínio de uma agenda antifeminista, em particular do combate ao direito ao aborto. Tonietto não apenas reage nos momentos em que a questão surge na agenda pública como pauta ativamente o tema e investe em conteúdos destinados a formar uma militância contrária aos direitos das mulheres. É um uso do mandato parlamentar com o objetivo, não exclusivo, mas importante, de instruir ideologicamente sua base. Trata-se de uma característica de parte da nova extrema-direita, aquela que apresenta Gramsci como arqui-inimigo, mas que absorveu suas lições sobre a necessidade de conquistar a hegemonia – e como a disputa por valores e por representações do mundo social é central nesse processo.

Palavras-chave Antifeminismo. Questões de gênero. Extrema-direita. Redes sociais. Comportamento parlamentar.

Abstract *The article discusses the relevance of gender issues in the political agitation of the extreme right in Brazil, addressing the virulent reaction against the advances of the feminist and LGBT+ movements. “Gender disorder” is a central theme in the agenda of a radical right that has unified under the leadership of Jair Bolsonaro, alongside corruption, criminal punitivism, gun ownership, climate denialism and others. For some of them, gender is the dominant issue – as in the case of ultraconservative Catholic congresswoman Chris Tonietto (PL-RJ). Analysis of her Instagram account shows the predominance of an anti-feminist agenda, in particular the fight against the right to*

a Universidade de Brasília. E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com

b Universidade Federal do Ceará. E-mail: fontenelle.alana@gmail.com

abortion. Tonietto not only reacts when the issue appears on the public agenda, but also actively addresses the issue and invests in content aimed at forming activism against women's rights. It is a use of the parliamentary mandate with the objective, not exclusive, but important, of ideologically instructing. This is a characteristic of part of the new extreme right, one that presents Antonio Gramsci as its arch-enemy, but which has absorbed his lessons about the need to conquer hegemony – and how the dispute over values and representations of the social world is central to this process.

Keywords *Antifeminism. Gender issues. Far right. Social media. Parliamentary behavior*

A pauta de gênero tem se mostrado primordial na agitação política da extrema-direita no Brasil (e não só). Os avanços obtidos pelos movimentos feminista e LGBTQ+, tanto reais quanto imaginados, levaram a uma reação virulenta, que apresenta as mudanças na condição das mulheres e o maior respeito à diversidade sexual como sintomas de uma crise moral que potencialmente destruiria a civilização. As ideias gêmeas de “ideologia de gênero” e de “marxismo cultural”, tão difundidas nos circuitos ideológicos da extrema-direita, sinalizam este cenário.

No Brasil, a liderança de Jair Bolsonaro foi capaz de amalgamar os diferentes setores da extrema-direita, de saudosos da ditadura militar a fundamentalistas cristãos, de defensores radicais do livre mercado a paranoicos preocupados com a pauta de costumes (cf. Miguel, 2022, pp. 237-8). Assim, a preocupação com a “desordem de gênero” tornou-se uma temática, entre outras, numa ampla agenda unificada da extrema-direita brasileira, ao lado da corrupção, do punitivismo penal, da defesa da liberação do porte de armas, do negacionismo climático, da defesa do direito de difundir desinformação, da redução do Estado, do combate às políticas públicas compensatórias e reparadoras, do fantasma do socialismo e do comunismo etc. Cada tema certamente sensibiliza de forma especial alguma parcela do público (cf. Cesarino, 2022), mas estão juntos no pacote que é o discurso da nova extrema-direita, por vezes chamada, para diferenciá-la do antigo conservadorismo, de *alt-right*, direita alternativa – corrente que, no Brasil, corresponde ao bolsonarismo.

Não é de hoje que um discurso antifeminista se apresenta na esfera pública – entendendo por “antifeminismo” a oposição à igualdade de gênero e à emancipação das mulheres (Blais e Dupuis-Déri, 2012). Há mais de 30 anos, a jornalista Susan Faludi analisou uma pujante indústria editorial que diagnosticava um “mal estar” das mulheres e o atribuía à desestabilização dos papéis tradicionais de gênero pelo feminismo (Faludi, 1991). A percepção dominante, nos estudos, é ligado à ideia de *backlash*: uma reação às vitórias obtidas pelas mulheres e também por outros

grupos, como os movimentos negros e LGBTQ+ (cf. Mansbridge e Shames, 2008). É discutível, porém, se este relato é suficiente para explicar o fenômeno – e se ele não leva, por vezes, a um sobredimensionamento triunfalista da vitória cultural que teria sido obtida pelo pensamento mais progressista¹.

Uma vertente que se pode chamar de “pós-feminista” julga que os avanços da condição feminina obtidos nas últimas décadas já foram suficientes e que a continuidade da mobilização feminista é nociva, seja por alimentar conflitos, seja por pressionar as mulheres a adotar papéis e atitudes que muitas não desejam. Já o antifeminismo propriamente dito se apegua a uma visão mais tradicionalista e prega abertamente a reversão das conquistas feministas e o retorno aos padrões mais convencionais da sociedade patriarcal. Como será visto neste texto, as duas abordagens por vezes se alternam nos mesmos discursos, o que se explica, ao menos em parte, pela multiplicidade de públicos que devem ser alcançados. Muitas vezes, são mulheres as porta-vozes do antifeminismo, a fim de ampliar sua credibilidade (cf. Mudde, 2019).

Em paralelo e para além do *backlash*, ocorre uma mobilização de valores morais arraigados, sobretudo de caráter religioso, pelo encontro entre uma percepção (menos ou mais real) de ameaça a estes valores e o reconhecimento, por parte de grupos políticos, de que há aí um filão a ser explorado (Himmelstein, 1986; Kalm e Meeuwisse, 2023). As mudanças no ambiente do debate público, propiciadas pelas novas tecnologias da comunicação, levaram a novas formas de difusão do discurso antifeminista, seja por homens, como nos canais *incel* e *red pill* (Lindsay, 2022), seja por mulheres que se apresentam como defensoras da “volta ao lar”, como as chamadas *tradwives*. Assim, ecoando esses valores tradicionais e adaptando-os à linguagem da política em tempos de plataformas sociodigitais, a nova extrema-direita incorpora o antifeminismo em seu discurso, formulando o que Sanders e Jenkins (2022) chamam de “populismo patriarcal”.

Ao mesmo tempo (e paradoxalmente), a extrema-direita pode incorporar em seu discurso a defesa dos direitos das mulheres ou da população LGBTQ+, em particular como parte da campanha contra os imigrantes muçulmanos na Europa (Ansari e Hafez, 2012; Mudde, 2019). O contexto brasileiro é diverso, mas esse tipo de abordagem ganhou espaço entre parlamentares e influenciadores bolsonaristas a partir do momento em que a defesa de Israel se tornou uma prioridade para eles

1 Falando sobre o caso argentino, Pablo Semán (2023, pp. 37-8) questiona se a presença tão visível de vozes progressistas na educação, na cultura e no Estado não foi “menos uma produção hegemônica que a oficialização do ponto de vista de grupos militantes”, refletindo uma confusão entre essa oficialização e a real “modificação das relações de força simbólicas”.

(isto é, depois da intensificação do massacre israelense contra o povo palestino, em resposta à operação do Hamas em 7 de outubro de 2023). O registro é necessário para ressaltar que, entre o compromisso doutrinário e o discurso público há uma etapa intermediária – que é a oportunidade política.

O avanço da extrema-direita brasileira, que ganhou as eleições presidenciais em 2018, trouxe à primeira fila da política brasileira um grande número de mulheres. Os dois maiores saltos na presença feminina na Câmara dos Deputados ocorreram nesse período – foram 27 novas cadeiras conquistadas em 2018 e outras 14 em 2022. Apenas como comparação, nas cinco eleições anteriores, o que corresponde ao período de vigência das cotas eleitorais por sexo, a evolução total das mulheres na Câmara alcançou apenas 18 cadeiras. Muitas das novas mulheres na política, inclusive algumas das que obtiveram maior destaque, vieram dos quadros do bolsonarismo: Bia Kicis, Carla Zambelli, Carol de Toni, Chris Tonietto, Damares Alves, Janaína Paschoal, Joice Hasselmann, Julia Zanatta, Selma Arruda², entre muitas outras. Há aí um paradoxo entre discurso e prática: “Se a mulher deve permanecer confinada ao lar, como explicar a posição que elas ocupam na esfera pública?” (Miguel, 2021, p. 8).

A reação contra os avanços dos movimentos feminista e LGBT+, com a naturalização dos papéis tradicionais de gênero, das hierarquias associadas a eles e da família convencional, está presente em todas essas mulheres, bem como nos políticos homens vinculados à extrema-direita. Três delas, porém, se destacam pela maneira como fazem do antifeminismo o eixo central de sua ação política. Uma é Ana Campagnolo, eleita (em 2018) e reeleita (em 2022) deputada estadual em Santa Catarina. Outra é Damares Alves, que foi ministra da Família do governo Bolsonaro e, em 2022, elegeu-se senadora pelo Distrito Federal. A terceira é Chris Tonietto, deputada federal pelo Rio de Janeiro.

Jovem advogada (formada em 2016), Tonietto é vinculada ao setor mais conservador da Igreja Católica e faz questão de afirmar permanentemente sua filiação religiosa. O logotipo que usa em algumas de suas postagens nas redes sociais une a bandeira do Brasil, símbolo reivindicado pela direita e em particular pelo bolsonarismo, a um crucifixo (Figura 1). Ela se notabilizou por ter processado o grupo de humor Porta dos Fundos, em 2017, por julgar que um de seus vídeos ofendia suas crenças religiosas. No ano seguinte, filiada ao Partido Social Liberal,

2 Paschoal manteve uma relação ambígua com o bolsonarismo, aproximando-se e afastando-se conforme as circunstâncias. Hasselmann passou de apoiadora leal a opositora feroz. Mas ambas devem suas eleições consagradoras, em 2018, à vinculação íntima com a candidatura presidencial de Bolsonaro. Em 2022, sem o apoio de Bolsonaro, ambas foram mal sucedidas nas eleições.

então o partido de Bolsonaro, elegeu-se deputada federal, com 38.525 votos. Em 2022, já na condição de mãe (teve um filho em meio ao mandato e estava grávida do segundo) e filiada ao novo partido de Bolsonaro, o Partido Liberal, reelegeu-se com 52.583 votos.



Figura 1. Logotipo de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), captura em 18 ago. 2023.

Este artigo analisa como Tonietto constrói, em sua página no Instagram, uma *persona* política que tem o antifeminismo como elemento central. As redes sociais online possibilitaram aos agentes políticos certa autonomia em relação às grandes mídias tradicionais, além de diminuir o custo da visibilidade, principalmente para agentes políticos periféricos. Elas proporcionam, ao menos em potencial, maior autonomia sobre a construção de sua própria agenda e imagem, além do acesso direto a parte do eleitorado.

Segundo dados do relatório da *We Are Social*, de 2022, o Instagram já é a terceira rede social mais utilizada do Brasil, atrás somente do Facebook e do Youtube³. Vale ressaltar que ele é, entre as redes sociais mais populares, a mais recente, e passou a ter relevância política maior só a partir das eleições de 2016. Ainda assim, consolidou-se no mercado político como peça fundamental para a estratégia de humanização e aproximação com eleitor, para a qual é bem situada devido à sua ênfase no aspecto visual. Justamente por isso, é um espaço fértil para construção de imagem a longo prazo.

A primeira seção do artigo apresenta Tonietto como agente política vinculada a um projeto ideológico, cuja base está no setor mais conservador da Igreja Católica e cuja exposição pública, no Brasil dos últimos anos, se liga à figura do falecido influenciador digital Olavo de Carvalho. A segunda seção analisa sua presença no Instagram, observando que ela desenvolve um coerente trabalho de proselitismo antifeminista. A breve conclusão discute como a agenda de gênero se tornou estruturante para parte significativa da extrema-direita no Brasil.

³ Disponível em <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2022-april-global-statshot-report-apr-2022-v01>

UM PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Em agosto de 2023, Chris Tonietto tinha 176 mil seguidores no Instagram. É um número expressivo, mas bem inferior ao de estrelas da extrema-direita brasileira, como Carla Zambelli (3,2 milhões de seguidores), Sérgio Moro (3 milhões de seguidores). Magno Malta (1,8 milhão de seguidores), Bia Kicis (1,7 milhão de seguidores), Mário Frias (1,7 milhão de seguidores), Kim Kataguirí (1,1 milhão de seguidores) ou Janaína Paschoal (844 mil seguidores) – isso sem mencionar a família Bolsonaro. A Figura 2 reproduz a “biografia” de Tonietto no Instagram, no período da eleição. Em agosto de 2023, o texto era o mesmo, com supressão das referências à candidatura, entre elas o número de urna, e o acréscimo das palavras “Ora et labora” (reza e trabalha), ao lado do emoji de mãos postas.



Figura 2. Biografia na página do Instagram de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), captura em 8 set. 2022.

Profissão, filiação religiosa e papéis familiares definem a candidata. Seguem-se quatro bandeiras políticas, sendo as duas primeiras (“pró-vida” e “pró-família”) indicadoras da prioridade dada ao antifeminismo. As outras duas, significativamente enunciadas como *oposição* (“contra”), são bandeiras gerais do bolsonarismo, de certa maneira contraditórias entre si, já que foi o ativismo judicial, na forma da Operação Lava Jato, que gerou a onda anticorrupção na qual a extrema-direita brasileira surfou.

Uma pesquisa exploratória feita com os perfis no Instagram de oito candidatas às eleições de 2022, de diferentes posições ideológicas, revelou que Tonietto adota uma postura mais “dura”, expondo relativamente pouco sua vida pessoal e preferindo conteúdos com caráter didático (Fontenelle, 2023). Ainda assim, não deixa de usar a maternidade como diferencial e como forma de aproximação e de humanização – afinal, era deputada, candidata à reeleição, mas também mãe

“como toda mulher”. Quando apresenta a vida pessoal, é exaltando sua adequação à posição mais convencional, de mãe dedicada, esposa submissa e dona de casa esforçada.

Mas a deputada não se limita a reforçar a compreensão tradicional sobre os papéis de gênero, o que teria talvez um alcance limitado nos dias atuais. Ela a une com uma percepção pós-feminista, isto é, a ideia de toda a igualdade necessária entre mulheres e homens já foi alcançada e que a permanência da mobilização feminista, hoje, é não apenas irrelevante como danosa. Esse discurso pós-feminista sempre resvala para uma acomodação entre os novos espaços conquistados pelas mulheres e a reprodução dos estereótipos de gênero:

Pós-feminismo significa que agora você pode trabalhar fora de casa, até mesmo em empregos antes restritos aos homens, cursar uma pós-graduação, malhar, e abastecer seu próprio carro, contanto que você permaneça atenta à moda, em forma, cuidadosa, deferente aos homens e se torne uma mãe amorosa e abnegada (Douglas e Michaels, 2007, p. 635).

A permanência da ênfase na igualdade impediria que as mulheres, já “liberadas”, percebessem que sua felicidade se encontra na dedicação ao lar e à maternidade. Em suma, o pós-feminismo tem, como mecanismo ideológico principal, passar por escolha autônoma, livre de constrangimentos, das mulheres aquilo que até então era apresentado como imposição patriarcal.

Uma questão importante a ressaltar é que o pós-feminismo não necessariamente é antifeminista. É possível acreditar que as mulheres já alcançaram a igualdade com os homens e, portanto, o feminismo não seria mais necessário – mas que as lutas feministas foram, em seu tempo, parte deste processo. Tonietto, por outro lado, parte do princípio de que a desigualdade estrutural entre os sexos, que coloca as mulheres em condição inferior de oportunidades, não existe. Para a deputada, todos têm papéis diferentes, estipulados por Deus, mas com iguais oportunidades para todo resto. Ela reforça esse discurso em vários momentos, como numa postagem contra cotas eleitorais (Figura 3).



Figura 3. Postagem de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), 7 jul. 2022.

Na postagem, a deputada parte da ideia de que já alcançamos a igualdade entre homens e mulheres e que política é uma questão de “vocação”, não de g nero – ignorando, portanto, os mecanismos que operam no campo político e que servem como desestímulo objetivo para o ingresso de mulheres, assim como de outros integrantes de grupos subalternos, a despeito da igualdade consignada em lei. Ela assume a percepção, em si mesmo irrecusável, de que a decisão política é uma questão tanto de presenç a como de ideias, nos termos de Phillips (1995), isto é, voc e não escolhe seu representante apenas por compartilhar determinadas características com voc e (no caso, o g nero), mas também pelas bandeiras que defende (no caso, a posição sobre o aborto). Mas daí salta para a naturalização da ambição política, como uma “vocação” inteiramente desconectada dos padrões de socialização e das estruturas de oportunidades, que são influenciados por diversas desigualdades sociais, entre elas, com destaque, o g nero.

Este é um momento em que Tonietto não nega as conquistas do feminismo. Fica implícito que, em princípio, a “vocação” para a política pode surgir tanto em homens quanto em mulheres. Mas a conquista dos direitos políticos formais (o sufrágio feminino) já é suficiente e qualquer esforç o extra   desnecessário e mesmo danoso. Assim, uma abordagem “pós-feminista” acena de dentro de um enquadramento que   massivamente antifeminista – certamente porque o recuo para uma posição contrária à igualdade política seria tanto inaceitável para o público quanto contraditório com a posição de deputada.

Um ataque mais explícito ao feminismo pode ser visto na Figura 4. Trata-se de um conteúdo típico das redes sociais de Tonietto, em que ela usa o “carrossel” – formato do Instagram que permite apresentar uma sequência de até 10 imagens (ou *cards*) – para promover um conteúdo de caráter fortemente didático. No caso, explica a seus seguidores os problemas do feminismo, sempre apresentado como uma unidade, sem qualquer atenção à diversidade de suas correntes internas.



Figura 4. Postagem de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), 23 nov. 2021.

Os cinco motivos elencados são significativos. O primeiro diz respeito às diferenças “naturais” entre mulheres e homens, que a deputada atribui diretamente à vontade divina – são diferenças “planejadas por Deus em sua infinita sabedoria”. O segundo é que o feminismo é “um movimento gestado nos laboratórios ‘sócio-comportamentais’ por sociólogos que logo tratam de pulverizar” suas ideias para os militantes. O terceiro é a “forte influência marxista”, que levaria o feminismo a ver na família “uma reprodução em miniatura de uma suposta estrutura de opressão do ‘modo de produção’” capitalista. O quarto é que a “pseudo-liberdade” que o feminismo anuncia leva à prática do aborto, descrito como “eufemismo para homicídio intrauterino”. Por fim, ela identifica um grande crescimento atual do feminismo, “impulsionado por grandes potentados financeiros” que estariam interessados na “fragilização da instituição familiar”. No mesmo *card*, está explicado o porquê desta ofensiva contra a família: ela é a “autoridade intermediária entre o indivíduo e o poder estatal”. A referência implícita é a Montesquieu, que dizia,

já no século XVIII, que é a presença de “corpos intermediários” entre os súditos e o monarca que impede a tirania.

Mudde identifica dois modos no discurso antifeminista da direita: um “sexismo benevolente”, que apresenta as mulheres como frágeis e necessitadas de proteção masculina, e um “sexismo hostil”, que as vê como ameaçando os homens (como entre *incels* e *red pills*). A maior parte dos grupos extremistas apresentaria um misto dos dois modos, isto é, um “sexismo ambivalente” (Mudde, 2019, p. 151). Tonietto não se enquadra exatamente em nenhuma dessas categorias. Como a postagem deixa claro, sua tônica é a ameaça, mas não aos homens e sim à família, como registro próprio de um *sexismo vocalizado por mulheres*.

Na postagem, há uma espécie de mostruário de argumentos da extrema-direita: apelo religioso à vontade divina que estabelece uma ordem imutável; narrativa fantasiosa desprovida de qualquer evidência (sobre o laboratório sociológico); demonização do marxismo e da crítica ao capitalismo, vistos como inerentemente maléficos; salto argumentativo que leva à questão do aborto; e teoria conspiratória que remete implicitamente à ideia do conluio globalista entre “marxistas culturais” e multimilionários, ao estilo do falecido guru da extrema-direita brasileira, o *youtuber* e autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. Não por acaso, Tonietto se dizia “fortemente influenciada pelos livros, aulas e artigos de Olavo de Carvalho” (Sempre Família, 2018).

O uso de argumentos abertamente religiosos para justificar um posicionamento político chama a atenção – e é recorrente em Tonietto. Outro exemplo é o vídeo com trecho de um discurso aparentemente proferido em uma igreja. A deputada alerta contra a “tentação” de julgar que “movimentos como feminista, abortista”, com ideologia “anticristã, completamente contrária à natureza humana que foi querida por Deus”, possam ter “algo a nos oferecer. A gente não precisa de mais nada. A gente já tem tudo!” (e nesse momento ela aponta para uma escultura de Cristo crucificado). A legenda da postagem reforça: “Não precisamos de nada que as ideologias possam querer nos ensinar! Em Cristo já temos toda a verdade e toda a sabedoria de que precisamos”⁴. É significativa a oposição entre “ideologias”, sempre progressistas, e a verdade revelada da religião. A ideia de que essa verdade basta, que Tonietto enuncia explicitamente, é o chavão do fundamentalismo religioso e do negacionismo científico.

4 O vídeo foi postado no perfil do Instagram de Chris Tonietto no dia 6 de maio de 2023. Está disponível em <https://www.instagram.com/p/Cr573uEALQP/> Acesso em 22 ago. 2023.

Uma pesquisa realizada na década de 2010, sobre o debate relativo ao direito ao aborto na Câmara dos Deputados, mostrou uma tendência de redução do apelo a justificativas religiosas, mesmo entre parlamentares vinculados a igrejas cristãs. A avaliação era que, pouco a pouco, ganhava terreno a percepção de que, num Estado laico, a legislação e as políticas públicas não podem ser ancoradas explicitamente em dogmas sectários (Miguel, Biroli e Mariano, 2017). Não é possível dizer se a diferença se refere ao meio (a pesquisa analisava pronunciamentos na tribuna, não postagens em redes sociais), ao clima político (o avanço da extrema-direita abriu o debate público brasileiro a posições que antes eram consideradas inadequadas ou mesmo inaceitáveis) ou se trata de uma peculiaridade de Tonietto. O fato é que ela não apenas reafirma sempre sua identidade como católica – por exemplo, durante a campanha eleitoral postava sempre uma homenagem ao “santo do dia” ou versículos da *Bíblia* – como não hesita em incorporar argumentos religiosos em suas tomadas de posição (Fontenelle, 2023).

Também chama a atenção a relativa complexidade da postagem contra o feminismo, a começar pela linguagem: “dignidade ontológica”, “movimento gestado em laboratórios sócio-comportamentais”, “projeto ou ideologia hostis”, “potentados financeiros”. Ela exige de seu público um esforço de compreensão, na contramão do esperado nas redes sociais (conteúdos simplificados, em termos acessíveis, que levam a uma identificação imediata). Não se trata de uma exceção; no perfil da deputada no Instagram são frequentes postagens assim.

Na Figura 5, é reproduzido um dos *cards* intermediários de outro carrossel de Tonietto. Publicado em 9 de março, dia seguinte ao Dia Internacional da Mulher, tinha o título “O feminismo é antifeminino” e elencava um conjunto de argumentos para explicar por que essa “ideologia hostil” tinha por característica “negar a própria natureza da mulher”. Da estrutura óssea e dos hormônios passava à capacidade de engravidar e amamentar, da qual seguia necessariamente uma “ligação afetiva” evidentemente única, “para o resto da vida”. Os *cards* seguintes apresentam uma conclusão parcial (“este é apenas um dos motivos que mostram o quanto o pensamento feminista é contrário à natureza da mulher”; ênfase acrescentada) e um convite: “Assista à aula completa no meu canal” no Youtube. Trata-se de algo muito presente em suas postagens, que prometem aprofundamento em outras redes – em geral os canais no Youtube e no Telegram.



Figura 5. Postagem de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), 9 mar. 2022.

Uma semana depois, outro carrossel, com programação visual similar e intitulado “O feminismo destrói a mulher”, denunciava a ligação entre o movimento feminista e o marxismo, a partir do clássico *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels. A relação entre família patriarcal e capitalismo é ridicularizada, em frases contundentes e despreocupadas com maior embasamento, apelando para o senso comum, como na postagem de 9 de março (“a relação entre os membros de uma família tem pouco ou nada a ver com a lógica empresarial de uma indústria”). Ao final, novamente aparece o convite: “Assista à segunda aula no meu canal”.

Há, portanto, um esforço de *formação política*, por parte de Tonietto, que singulariza seu uso das redes em relação a outras candidatas (Fontenelle, 2023). Para a maioria delas, não importa qual a posição no espectro político, o Instagram serve para noticiar a agenda de compromissos, humanizar a imagem (apresentando cenas do cotidiano, junto à família) e “lacrar” – isto é, divulgar conteúdos produzidos para reforçar o engajamento de um público já predisposto a concordar, que não exigem esforço intelectual e transmitem de forma triunfalista a impressão de que não há necessidade de aprofundar qualquer debate sobre aquele tema. A lacração consiste em “uma figura [que] resume em algumas palavras um conteúdo impactante que aparentemente não encontra resposta divergente entre os interlocutores” (Bittencourt, 2021, p. 215). tomando a forma seja de deboche em relação ao oponente, seja de exaltação da própria posição.

As postagens de Tonietto mostram um esforço diverso. Ela organiza argumentos e incita seu público a “saber mais”; não espera apenas ganhar a adesão imediata e o eventual compartilhamento daquele conteúdo, mas também formar pessoas capazes de replicar por conta própria aquele tipo de discurso militante. De certa maneira, essa dicotomia entre “lacração” e “formação” evoca a clássica distinção, no marxismo revolucionário, entre a “agitação”, que visa difundir uma palavra de ordem para uma grande massa, e a propaganda, que oferece, para um grupo seletivo, um conjunto estruturado de ideias (Lênin, 1978). Para a estratégia revolucionária, segundo Lênin, seria necessário desenvolver tanto uma quanto outra. Já no contexto de uma disputa eleitoral de massa, é razoável imaginar que a agitação seja privilegiada, já que leva a resultados em curto prazo.

Os dois formatos não se excluem necessariamente, como mostra a Figura 6. É, novamente, um carrossel, que no primeiro *card* ridiculariza as feministas, representadas por uma mulher zangada e fora de controle, remetendo ao estereótipo da militante agressiva. O uso de “surtadas” é significativo, já que é próprio do discurso conservador ver as feministas como pouco razoáveis, exageradas na interpretação dos fatos e na reação a eles, buscando problemas em tudo, com ódio da sociedade, dos homens e de si mesmas. Uma imagem propícia a promover “lacração”, em suma.

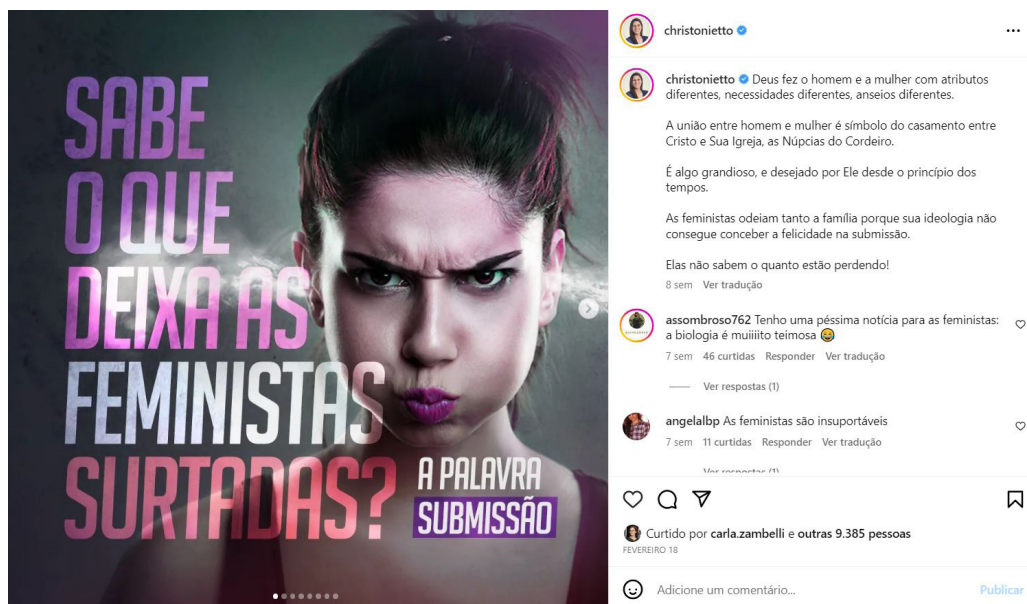


Figura 6. Postagem de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), 19 fev. 2023.

Mas os seis *cards* seguintes elaboram o ponto. Ela estabelece uma etimologia para a palavra “submissão”, que significaria “estar sob a mesma missão”, retirando

seu caráter hierárquico. A hierarquia volta em seguida, já que a autoridade do marido sobre a esposa (e sobre a família em geral) é apresentada como equivalente à de Cristo sobre a igreja. Mas aí o ponto já é basear a autoridade masculina em versículos bíblicos⁵. A legenda da postagem indica que o problema do feminismo é que “não consegue conceber a felicidade na submissão”. No penúltimo *card*, Tonietto dá um tom pessoal: “Fora de casa sou a deputada, mas dentro do meu lar sou esposa e mãe. Meu marido é a autoridade espiritual da casa e eu amo estar sob sua liderança!”⁶

É uma postagem significativa por muitos motivos. A defesa do arranjo matrimonial convencional parece pensada sob medida para ilustrar a ambiguidade que Carole Pateman (1988) identifica no contrato de casamento: a submissão da mulher é um imperativo natural (e divino), mas ao mesmo tempo precisa ser “livremente” escolhida por ela. Assim, a deputada se submete ao marido tanto por se tratar de uma obrigação, definida por Deus e expressa na *Bíblia*, quanto por “amar” a situação.

É também uma postagem que mostra como Tonietto usa uma linguagem próxima de meme, típica da lacração, e apela para o testemunho pessoal, que é um recurso para fornecer credibilidade e autenticidade ao discurso, mas mantém a formação como objetivo. Um público que já é inclinado ao antifeminismo é capturado pelo *card* inicial. Ela busca fornecer a esse público mais do que chavões; busca oferecer informações e argumentos que embasem seu discurso. É um esforço formativo – ainda que a “formação” oferecida seja errônea, falsa ou mitológica.

Tonietto tira mais dois pontos positivos de sua estratégia comunicacional de “exigir mais do seu seguidor”. Ao usar termos técnicos supostamente baseados em literatura, ela se coloca como uma “especialista”, diferente da grande maioria que só “laca”, isto é, tem ganhos de credibilidade. Assim, ela consegue passar a mensagem de que não está apenas interessada em likes – oferece algo para o seu seguidor, mostrando que está verdadeiramente interessada na causa e, portanto, tem preocupações genuínas, ou seja, está trabalhando por um projeto, não por si mesma.

Um levantamento das 201 postagens de seu perfil no Instagram no primeiro semestre de 2023 revelou o predomínio do conteúdo formativo⁷. A “formação

5 Para uma discussão sobre o tema da submissão feminina na pregação político-religiosa cristã, mas tomando como caso a teologia protestante, cf. Colares (2023).

6 O tema é retomado em vídeo postado no dia 8 de março de 2023, em que Tonietto explica o sentido etimológico e bíblico de “submissão” e como eles definem a posição da mulher. Vídeo disponível em <https://www.instagram.com/p/CpiIqB9vDAP/>. Acesso em 23 ago. 2023.

7 O levantamento foi feito no mês de agosto de 2023. Há indícios de que algumas postagens foram apagadas – a partir da véspera do 8 de janeiro (dia da invasão às sedes dos poderes, em Brasília),

detalhada”, quando é desenvolvido algum argumento em defesa de determinada posição, alcança 31,4% do total; “formação leve”, com apresentação de informações para municiar o público, outros 27,6%; e mais 12,9% na categoria “formação religiosa”, com conteúdo catequético, em geral explicação de trechos da *Bíblia*. Ou seja, mais de 70% das postagens de Tonietto apresentam caráter formativo.

Trata-se de uma postura que singulariza o uso da rede pela agente política. Outro levantamento, com uma amostra não aleatória de 1.337 postagens de oito mulheres candidatas, nos doze meses que precederam as eleições de 2022, mostrou que Chris Tonietto, naquele período, foi a que mais investiu em formação, conteúdo presente em 59% de suas postagens – contra 33% das outras, em média⁸. É interessante observar que este esforço formativo é bem maior do que aquele registrado, por exemplo, por uma candidata como Sâmia Bonfim, cujas raízes políticas estão na esquerda leninista e que seria de esperar que se alinhasse à ideia de unir agitação e propaganda. No entanto, apenas 23% das postagens dela apresentaram caráter formativo (Fontenelle, 2023).

Seria necessário fazer uma pesquisa mais ampla, para não generalizar de forma abusiva. Ainda assim, é possível apresentar uma hipótese para o fenômeno. A esquerda vive um momento de refluxo diante de uma direita extremada, que alcançou grande sucesso na demarcação do debate público. Houve o avanço de um discurso ideológico antes marginalizado – defesa radical da “meritocracia” com recusa do valor da igualdade e repulsa à ideia de solidariedade; leitura dos direitos como privilégios a serem revogados; reabilitação do antifeminismo; defesa da liberdade de expressão como liberdade para discriminar; negacionismo científico. É difícil, neste contexto, que lideranças políticas de esquerda possam manter uma pauta focada. Devem se apresentar como porta-vozes de uma agenda diversificada, em favor da classe trabalhadora, das mulheres, das populações negra e indígena, da comunidade LGBT. Assim, o esforço de formação teria pequena possibilidade de êxito, já que se dispersaria por múltiplas questões.

Já Tonietto tem uma situação diversa. Embora toque eventualmente em outras pautas da direita, como antipetismo ou defesa do armamentismo, o foco de sua atuação é nítido: o combate ao feminismo e, dentro dele, a oposição ao direito ao aborto. Isto favorece o esforço de formação. Duas características da deputada também merecem atenção. A primeira é que ela é católica. A Igreja Católica, ao

a quantidade de publicações cai drasticamente. Entre 7 e 16 de janeiro, há apenas quatro postagens disponíveis, todas apresentando o “Evangelho do dia” (versículo da *Bíblia* comentado).

⁸ O período eleitoral tem uma proporção menor de postagens formativas porque muitas delas se limitam a anunciar ou noticiar eventos de campanha.

contrário das evangélicas, prefere que seus sacerdotes não concorram às eleições, optando por apoiar leigos vinculados a ela, e investe muito na formação acadêmica de seus quadros (Mariano, 2011). A segunda é que foi discípula de Olavo de Carvalho. Embora o pensamento do falecido influenciador digital seja desprovido de qualquer respeitabilidade no ambiente acadêmico, ele vendeu a ideia de que o militante de direita precisava se qualificar intelectualmente para enfrentar a pretensa hegemonia ideológica da esquerda.

Olavo de Carvalho foi grande responsável pela popularização no Brasil de uma das leituras mais descabidas do marxismo e, em particular, da obra de Antonio Gramsci. Nela, a noção de luta pela hegemonia perde qualquer complexidade e vira uma estratégia para chegar ao poder pela manipulação ideológica. Mas o olavismo incorpora a noção de disputa pela hegemonia e encara sua própria missão como contra-hegemônica. Os esforços formativos de Tonietto podem ser entendidos dentro desse enquadramento.

UMA AGENDA FOCADA

A agenda de Tonietto é focada. Quase metade de suas postagens no Instagram apresenta conteúdo antifeminista (Tabela 1, abaixo), superior à soma de todas as outras pautas da direita, como a defesa do armamentismo, a luta contra políticas de combate à desinformação nas redes ou críticas variadas ao presidente Lula e a seu governo. Cabe observar a baixa presença de postagens de “humanização”, isto é, voltadas a criar simpatia para uma agente política apresentada como “gente como a gente” – o que surpreende ainda mais quando se lembra que, no período sob análise, ela estava grávida e deu à luz um filho. É menor ainda a quantidade de publicações relativas a questões locais de sua base eleitoral, o Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 1. Temas das postagens do perfil de Chris Tonietto no Instagram (primeiro semestre de 2023).

	Quantidade	%
Antifeminismo em geral	97	46,2%
Outras pautas gerais da direita	83	39,5%
Religião	39	18,6%
Pautas do momento	35	16,7%
Humanização	15	7,1%
Avisos e atividades do mandato	11	5,2%
Questões locais do rio	5	2,4%
Outras questões	13	6,2%
Total	210	

Obs. Eram possíveis respostas múltiplas. Fonte: os autores.

Na tabela, a categoria “pautas do momento” se refere a intervenções ligadas à agenda da mídia ou aos *trending topics* das redes sociais. Agentes políticos têm interesse em mostrar que estão atentos ao que interessa ao público, logo é natural que se posicionem sobre essas questões. Das “outras pautas da direita”, 37,3% das postagens de Tonietto têm como gatilho uma questão circunstancial – a visita de Maduro ao Brasil dá chance de formular um discurso anticomunista, a indicação de Cristiano Zanin para o Supremo Tribunal Federal permite criticar Lula, o projeto de lei contra as *fake news* é a chance de alertar para o risco de “censura” e assim por diante. Entre as postagens antifeministas, porém, apenas 5,2% usam como gancho algum assunto candente. A deputada não é pautada; muitas vezes, pelo contrário, tenta pautar sua temática (denunciando portarias e convênios do Ministério da Saúde, por exemplo). A ciência política usa a distinção entre ação parlamentar do tipo *fire alarm* (alarme de incêndio), em que o detentor de mandato reage a algum acontecimento, e *police patrol* (patrulha policial), em que ele realiza uma vigilância constante sobre determinadas questões (McCubbins e Schwartz, 1984). Fontenelle (2023), leva essas categorias para estratégias comunicacionais online e, no caso de Tonietto, as questões de gênero se enquadram com clareza no modelo *police patrol*.

Outro indício da prioridade temática é que 52,6% das postagens com conteúdo antifeminista têm caráter de formação detalhada; 88,7% apresentam algum tipo de formação. Nas outras postagens, apenas 13,3% investem em formação detalhada e 42,5% não têm nenhum sentido formativo. Tonietto, os dados mostram, é uma parlamentar imbuída de um senso de missão – e a missão é combater o feminismo.

A luta contra o aborto é, dentro da agenda mais ampla do antifeminismo, seu grande tema. Das 97 postagens antifeministas publicadas no primeiro semestre de 2023, 65 incluíam temática “pró-vida”, contra – por exemplo – 19 que focavam na pretensa “ideologia de gênero” ou 17 em defesa da família tradicional. De fato, a deputada posiciona feminismo e aborto como faces de uma mesma moeda. A defesa do direito de escolha das mulheres, para prosseguir ou não com uma gravidez, é apresentada como emblema máximo da perversidade do feminismo. Trata-se de uma construção ideológica que tem, como pilar central, a equivalência entre o “feminino” e a “maternidade”. Ao romper esta equivalência, fazendo da maternidade uma escolha, em vez de um destino, o feminismo destruiria a essência da mulher.

9 As postagens sobre questões do momentos realmente alcançam maior engajamento. A média curtidas, no perfil de Tonietto, é de 7.736, contra 5.058 das outras.

Em sua abordagem, Tonietto reforça o estereótipo materno, como exemplificado em uma postagem de Dia das Mães, em 2022 (Figura 7). Afirma que é através da maternidade que a mulher encontra sua condição mais bonita; que devemos nos espelhar no exemplo de Maria, modelo virtuoso de mãe. São percepções que ecoam as posições do catolicismo mais conservador e que foram codificadas no papado de João Paulo II, que reiterava que “a igualdade pretendida pelo feminismo representaria um rebaixamento da mulher, a perda de sua ‘dignidade extraordinária’ na condição de ‘especialista do amor’” (*apud* Miguel, 2016, p, 598). Ela termina a postagem parabenizando as mães que tanto sofrem. O núcleo da percepção convencional da maternidade, vinculada ao “mito do amor materno” (Badinter, [1980] 1985), é exatamente esse, fazer com que a mulher acredite que, mesmo com todos os dissabores da maternidade, é só através dela que conhecerá o amor e a felicidade verdadeiros.



Figura 7. Postagem de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), 8 mai. 2022.

A referência a Maria, frequente no discurso de Tonietto, é significativa. Trata-se, é claro, de uma maneira de reforçar sua identidade católica. Mas, sobretudo, ela encarna a redução da mulher à maternidade. “Modelo de virtude, amor e entrega”, como diz a deputada na legenda da postagem, seu lugar na mitologia cristã se deve exclusivamente ao papel de mãe. Maria mostra, assim, que ser mãe define a mulher. O feminismo, enfatizando outras dimensões e outros papéis que

as mulheres podem ocupar na sociedade, enfraquece ou mesmo nega essa equivalência. E o aborto voluntário, então, representaria uma abominação, pois nele uma mulher escolheria recusar seu destino natural e divino. As duas palavras operam, no universo mental de Tonietto, quase como sinônimos, já que, para ela, a natureza das coisas é a vontade de Deus em relação a elas.

Um longo vídeo, postado em outro Dia das Mães, sintetiza essa abordagem. Tonietto principia narrando sua primeira gravidez, interrompida espontaneamente com sete semanas – “um momento de luto, de dor e muita tristeza pra mim, pro meu marido, mas Deus sabe o que faz. Os seus planos, eles são insondáveis”. Logo em seguida, ela engravidou de novo. Ao descrever sua epifania (“desde aquele momento eu pude ver claramente que ser mãe é algo divino, é uma dádiva de Deus; não existe vínculo mais profundo e mais sagrado entre dois seres na terra do que entre uma mãe e os seus filhos”), ela alcança uma compreensão do funcionamento da família e dos papéis de gênero que os apresenta como imutáveis e, como era de se esperar, alinhados com o modelo patriarcal mais convencional:

Na família, cada um tem a sua função. O pai, ele é o provedor, é o protetor. A mãe, ela nutre, cuida, educa. Há uma tarefa pra cada um, há uma função pra cada um. Existe uma ordem natural em tudo e essa ordem, ela é belíssima. Ser mãe é participar dessa ordem, é participar da própria Criação¹⁰.

Essa vivência, prossegue a deputada, define a natureza de todas as mulheres. Ao que parece, para elas não há como escapar da maternidade, que há de ser vivida de maneira real ou por meio de sucedâneos:

Toda mulher, de alguma forma, ela é vocacionada à maternidade. Pode até não ser uma maternidade biológica, mas ela se realiza, né? É aquela que se realiza. É pelo gesto generoso da adoção ou mesmo aquela maternidade espiritual, que pode se realizar da forma mais sublime na vida religiosa, por exemplo¹¹.

Por mais natural e divino que seja a vocação da mulher para a maternidade, ele sofre com o avanço, na sociedade moderna, de perspectivas contrárias. O feminismo, então, aparece como o grande adversário a ser enfrentado:

10 O vídeo foi postado no perfil do Instagram de Chris Tonietto no dia 14 de maio de 2023. Está disponível em https://www.instagram.com/p/CsO_vSaJnrm/. Acesso em 21 ago. 2023.

11 Id., *ibid.*

Infelizmente, esse dom maravilhoso, ele às vezes alvo do ódio gratuito de muitos, que não conseguem compreender a sua beleza, a sua grandeza, a sua magnitude, porque estão cegos pelas suas próprias ideologias. Em apenas um século, a mulher, ela foi apresentada aos métodos contraceptivos, ela viveu aí décadas de revolução sexual, sofreu uma verdadeira lavagem cerebral nas mãos do movimento feminista e principalmente ela foi levada por muitos a [julgar] que esse vínculo sagrado da maternidade era uma espécie de fardo, de peso¹².

Enfim Tonietto assinalar que o Brasil é uma nação constituída como base nos “valores cristãos”, “que entende que o caminho pra felicidade está na família”, e que “a verdadeira felicidade da mulher” está na relação com os filhos. Longo para os padrões do Instagram (dura mais de 5 minutos), o vídeo usa o testemunho pessoal, recurso sempre eficaz para gerar engajamento na rede, mas consiste em claro manifesto político.

É digno de nota que Tonietto parta da pílula anticoncepcional (embora fale de “métodos contraceptivos” em geral, o contexto deixa claro que é das transformações comportamentais introduzidas pela pílula que ela se ocupa), o que a alinha à doutrina mais conservadora da Igreja Católica¹³. O caminho é claro: da pílula à revolução sexual, que abre para as mulheres as portas do hedonismo, afastando-as da felicidade marcada pela abnegação e pelo sacrifício, que é própria da maternidade, e daí para o aborto. O movimento feminista é o responsável por essas transformações, empurrando as mulheres para condutas que contrariam a vontade de Deus, isto é, a natureza.

Em sua cruzada contra o direito ao aborto, Tonietto não se nega a usar outros argumentos, entrando em polêmica direta com o discurso feminista. Rechaça a ideia de que o aborto é questão de saúde pública, por exemplo, afirmando que o objetivo das políticas públicas de saúde deve ser “combater a própria mortalidade, não provocar a morte de seres humanos, ainda mais os mais indefesos”¹⁴. Mas o

12 Id., *ibid.*

13 A encíclica papal *Humanae Vitae*, do papa Montini (Paulo VI), que estabeleceu a doutrina católica adversa à contracepção foi lançada em 1968, como resposta direta ao advento da pílula. O documento afirma que a única maneira moralmente aceitável para um casal evitar filhos é se abstenendo de relações sexuais nos períodos férteis, o método popularmente conhecido como “tabelinha” (Alves e Cavenaghi, 2017). Sem alterar a doutrina, o papa Bergoglio (Francisco) tem sinalizado uma flexibilização, indicando o uso de anticoncepcionais como pecado venial, não mortal (Alves, 2016).

14 Vídeo no perfil do Instagram de Chris Tonietto, no dia 27 de março de 2023. Está disponível em <https://www.instagram.com/p/CqTFOerOptm/> Acesso em 23 ago. 2023.

eixo principal de seu ativismo está na ideia da vinculação necessária, de caráter natural e divino, entre a mulher e a maternidade, que o aborto subverte.

Outra postagem comemorativa do Dia Internacional da Mulher sintetiza esta abordagem (Figura 8). Na legenda, Tonietto incita seu público a fugir “dos estereótipos feministas e das ideologias da moda, que desejam nos afastar do lar, da família, e privar-nos de nossa delicadeza e feminilidade”. Depois de apresentar Maria como modelo, conclui: “Celebremos a beleza dos planos de Deus para nós, mulheres, e amemo-nos pelo que somos, tal como quis o Criador”. A questão central, que define a oposição ao feminismo, é garantir que as mulheres permaneçam vinculadas ao papel convencional que lhes é atribuído, que as define como seres humanos peculiares, que expressa uma intenção divina e que se cristaliza na maternidade como sacrifício e anulação de si.



Figura 8. Postagem de Chris Tonietto. Fonte: Instagram. Perfil de Chris Tonietto (@christonietto), 8 mar. 2023.

A oposição ao aborto é a pauta que Tonietto mais desenvolve, seguida da defesa da família tradicional e dos papéis feminino e masculino associados a ela. A preocupação com a temática da transgeneridade, que mobiliza tantos militantes da direita brasileira, é secundária. Ainda assim, quando trata do assunto, tende a dar maior profundidade: um exemplo é o vídeo de 14 de março de 2023, em que, diante de um Eduardo Bolsonaro algo aturdido, lê e comenta trechos da obra de Judith Butler.

Como outros parlamentares da extrema-direita, Tonietto se preocupou com iniciativas que visavam combater a propagação de mentiras nas redes sociais, como a criação de uma Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia junto à Advocacia Geral da União (apelidada, pelos bolsonaristas, de “Ministério da Verdade”, em referência à distopia *1984*, de George Orwell), e o Projeto de Lei nº 2630, conhecido como “PL da *Fake News*”. Repetidas vezes, ela adota um tom apocalíptico, relacionando a pretensa censura a uma proibição do proselitismo religioso, em cenário de perseguição ao cristianismo em geral e à Igreja Católica em particular: “Sem dúvidas, estamos de volta à era dos mártires. Ainda não começou o derramamento de sangue, mas só Deus sabe o tempo que nos resta!”¹⁵ O pulo da “mordaca do politicamente correto”, à qual ela se refere em seguida, para a chacina dos cristãos não é explicado, mas fica evidente a intenção de promover o pânico entre os seguidores.

Desrespeito à liberdade de expressão e perseguição ao cristianismo seriam características não do governo Lula, em si, mas da esquerda em geral. Termos como “comunismo”, “socialismo”, “marxismo”, “petismo”, “esquerda” ou mesmo “Venezuela” são usados de maneira lassa, pela nova extrema-direita, para suscitar em seu público medos e antipatias difusos. Tonietto não se furta a essa regra, mas por vezes apresenta conteúdo mais elaborado.

Um vídeo postado em comemoração ao Dia do Trabalho é significativo. Na contramão do discurso hegemônico do bolsonarismo, a deputada elogia a legislação trabalhista existente no Brasil, é bem verdade que ignorando os retrocessos ocorridos a partir do golpe de 2016, e explicita seu alinhamento à doutrina social da Igreja. Fiel a essa doutrina, dirige sua fala à negação da ideia de luta de classes. A frase inicial resume seu ponto: “Todos nós somos trabalhadores”. Isso inclui as mulheres, mesmo quando desempenham suas tarefas no âmbito doméstico, um ponto que paradoxalmente a aproxima de muito do pensamento feminista contemporâneo. Mas o ponto, aqui, é a complementaridade de funções entre marido, que sustenta a família com o dinheiro, e mulher, que a sustenta “de dentro de casa”. Igualmente central é a percepção de que o trabalho “não é um conflito, não é uma luta de classes”, e sim “colaboração, amor”. Afinal, “o dono de uma empresa, ele também precisa trabalhar muito”. Além de precisar “investir muito dinheiro em seus projetos, ele ainda é responsável por cada um de seus funcionários”. Por isso, conclui Tonietto, é preciso abandonar o “espírito individualista que corrompe [...]”

15 Postagem no perfil do Instagram de Chris Tonietto no dia 4 de maio de 2023. Está disponível em <https://www.instagram.com/p/Cr1QlfTJWnx/>. Acesso em 22 ago. 2023.

a sociedade” e edificar “uma cultura onde as classes se respeitem e colaboram umas com as outras”¹⁶. Ou seja, entre trabalhadores e patrões, assim como entre mulheres e homens, deve imperar a harmonia nascida da consciência de que cada um está destinado a um determinado papel. Marxismo e feminismo são, cada um à sua maneira, instigadores de conflitos que não deveriam existir.

CONCLUSÕES

O antifeminismo, que dá à deputada Chris Tonietto sua identidade política, tornou-se uma das marcas da agitação da extrema-direita. Está presente no discurso de todas as suas lideranças, muitas vezes sob a forma da caricaturização da “feminista”, apresentada sempre como uma mulher masculinizada, agressiva e frustrada. As bandeiras do feminismo são apresentadas como danosas, mas também como inúteis – então ministra do governo Jair Bolsonaro, Damares Alves respondeu a uma pergunta sobre as lutas feministas com uma questão retórica: “Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?” (*apud* Mendonça e Moura, 2021, p. 10). Há uma contradição implícita, na medida em que o “empoderamento” é exaltado, mas os movimentos que o proporcionam são condenados. A contradição, no entanto, é útil para a promoção do pânico moral, que é central para a mobilização da base social desta extrema-direita. Há um campo emaranhado de medos difusos, em que o feminismo se conecta com destruição da família, dissipação sexual, troca de sexos, rituais satânicos e promoção da pedofilia. É a “agenda moral” conservadora, baseada em fantasias sem embasamento na realidade.

Uma análise objetiva teria que reconhecer que o movimento feminista trouxe ganhos palpáveis para as mulheres – acesso à educação e a novas atividades profissionais, direitos políticos, direitos econômicos, reconhecimento de que a violência contra elas é condenável e deve ser coibida, maior controle sobre a própria vida, incluindo a sexualidade. Ao mesmo tempo, a igualdade reivindicada está longe de ser efetivamente alcançada. Por isso, ao discurso da extrema-direita interessa não combater o feminismo propriamente dito, mas o espantalho que ele mesmo constrói.

Tonietto se destaca pela relativa sofisticação com que se coloca. Seu recurso principal não é o estereótipo da feminista (ainda que não se furte a utilizá-lo). Ela busca elaborar argumentos que permitam refutar o núcleo do feminismo como corrente teórica e movimento político. Como costuma acontecer nas refutações do feminismo, a argumentação incorre em petição de princípio, já que sua base

16 Vídeo no perfil do Instagram de Chris Tonietto no dia 1º de maio de 2023. Está disponível em <https://www.instagram.com/p/CrtJBOEg446/>. Acesso em 23 ago. 2023.

é afirmar uma natureza da mulher que rechaça de antemão, como “antinatural”, qualquer evidência que a conteste. O fundamento é necessariamente religioso, o que Tonietto desvela com menos inibição do que muitos outros agentes políticos, mesmo entre aqueles situados à direita. A verdadeira natureza de qualquer ser é identificada para além de qualquer dúvida porque reflete uma vontade divina, expressa em textos sagrados e na palavra de seus mediadores e intérpretes autorizados.

Na oposição ao direito ao aborto, a deputada exhibe com clareza suas estratégias discursivas. A definição do aborto como “assassinato intrauterino”, comum à retórica dos militantes “pró-vida”, passa necessariamente por produzir uma equivalência entre um feto ou um embrião e uma criança. É uma equivalência que não se sustenta cientificamente e muito menos nas práticas sociais (cf. Yishai, 1993; Cohen, 1997; Dworkin, [1993] 2003; Boltanski, 2004; Kaplan, 2008). A interrupção da gravidez nas primeiras 20 semanas, de forma espontânea, é algo corriqueiro. Uma pesquisa indicou que 14% das mulheres brasileiras reportaram já ter sofrido aborto involuntário (Benute et al., 2010), proporção que certamente é muito maior, já que frequentemente o abortamento ocorre antes de que a gestação seja percebida e é confundido com algum outro sangramento. Pela tese da “defesa da vida desde a concepção”, cada evento destes teria que ser vivido como uma perda devastadora e a sociedade deveria envidar todos os esforços para garantir que qualquer óvulo inseminado chegasse ao parto. A própria Tonietto, ao falar de sua primeira gestação, que não chegou a bom termo, demonstra algum padecimento, mas nada que se compare a uma mãe enlutada.

Assim, em que pese toda a busca de argumentos científicos, a justificativa principal é de caráter religioso. A vida humana nasce da concepção porque é fruto do sopro de Deus, que insufla a alma no zigoto. E só Deus pode retirar a vida que ele mesmo forneceu. Sem discutir os meandros teológicos desta posição¹⁷, ela é inadmissível como fundamento para tomada de posição sobre lei ou política pública em um Estado laico.

A análise do uso do Instagram por Chris Tonietto mostra que ela usa seu mandato parlamentar com o objetivo, não exclusivo, mas importante, de formar ideologicamente sua base. Trata-se de uma característica de parte da nova extrema-direita, aquela que apresenta Antonio Gramsci como arqui-inimigo, mas que

17 Para uma história da evolução da discussão sobre o aborto dentro da Igreja Católica, ver Noonan Jr. (1967).

absorveu suas lições sobre a necessidade de conquistar a hegemonia – e como a disputa por valores e por representações do mundo social é central nesse processo.

Os argumentos antifeministas de Tonietto são primários; o efeito de verdade que produzem em parte do público depende por inteiro da sintonia com o senso comum nascido exatamente do enraizamento dos estereótipos de gênero. Mas, muitas vezes, os grupos progressistas em geral e feministas em particular insistem em abordagens que pecam em sentidos opostos – seja relegando a segundo plano o esforço de formação intelectual da militância, em favor de slogans e memes que apenas falam aos já convertidos, seja não abrindo mão de minúcias de seus embates internos e alienando o grande público de seu discurso. Mas é urgente fazer esse enfrentamento, a fim de garantir os direitos das mulheres, avanços na construção de uma ordem mais igualitária e mesmo a sobrevivência da ordem democrática no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. (2016), “A doutrina da igreja católica, o papa Francisco e o direito à contracepção”. *Sexuality Policy Watch*, online, 5 de março. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/a-doutrina-da-igreja-catolica-o-papa-francisco-e-o-direito-a-contracepcao/5921>. Acesso em 21 ago. 2023.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. (2017), “Igreja Católica, direitos reprodutivos e direitos ambientais”. *Horizontes*, nº 47, 2017, pp. 736-769.
- ANSARI, Humayun; HAFEZ, Farid (2012). “Islamophobia: an introduction”. In: ANSARI, Humayun; HAFEZ, Farid (eds.), *From the far right to the mainstream: Islamophobia in party politics and the media*. Frankfurt: Campus Verlag.
- BADINTER, Elisabeth. ([1980] 1985), *Um amor conquistado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENUTE, Gláucia Rosana Guerra et al. (2010), “Abortamento espontâneo e provocado”. *Revista da Associação Médica Brasileira*, vol. 55, nº 3, p. 322-7.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. (2021), “Moralidade líquida, lacração e cultura do cancelamento”. *Cadernos Zygmunt Bauman*, nº 27, p. 212-229.
- BLAIS, Melissa; DUPUIS-DERI, Francis (2012). “Masculinism and the antifeminist countermovement”. *Journal of Social, Cultural and Political Protest*, vol. 11, nº1, p. 21-39.
- BOLTANSKI, Luc. (2004), *La condition foetale*. Paris: Gallimard.
- CESARINO, Leticia. (2022), “Tropical Trump”. In: GOLDSTEIN, Donna B.; DRYBREAD, Kristen (eds.). *Corruption and illiberal politics in the Trump era*. New York: Routledge.

- COHEN, Jean L. (1997), “Rethinking privacy: autonomy, identity, and the abortion controversy”. In: WEINTRAUB, Jeff; KUMAR, Krishan (eds.). *Public and private in thought and practice*. Chicago: The University of Chicago Press.
- COLARES, Karen (2023). *Efésios 5,21-33: análise ético-feminista da retórica de submissão da mulher nas obras da Editora Fiel*. Tese de doutorado em Teologia. Belo Horizonte: FAJE.
- DOUGLAS, J. Susan; MICHAELS, W. Meredith. (2007). “The new momism”. In: O’REILLY, Andrea (ed.). *Maternal theory: essential readings*. Toronto: Demeter Press.
- DWORKIN, Ronald. ([1993] 2003), *Domínio da vida*. São Paulo: Martins Fontes.
- FALUDI, Susan (1991). *Backlash: the undeclared war against American women*. New York: Crown.
- FONTENELLE, Alana. (2023), *A maternidade é política: mobilização da maternidade por candidatas no Instagram (2021-2022)*. Tese (doutorado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.
- HIMMELSTEIN, Jerome (1986). “The social basis of antifeminism: religious networks and culture”. *Journal for the Scientific Study of Religion*, vol. 25, nº. 1, p. 1-15.
- KAPLAN, Francis. (2008), *L’embryon est-il un être vivant?* Paris: Le Félin.
- KALM, Sara; MEEUWISSE, Anna (2023). “The moral dimension of countermovements: the case of anti-feminism”. In: SEVELSTED, Anders; TOUBØL, Jonas (eds.), *The power of morality in movements: civic engagement in climate justice, human rights, and democracy*. Cham: Springer.
- LÊNIN, Vladimir I. (1978), *Que fazer?* São Paulo: Hucitec.
- LINDSAY, Angus (2022). “Swallowing the black pill: involuntary celibates’ (Incels) anti-feminism within digital society”. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, vol. 11, nº 1, p. 210-24.
- MANSBRIDGE, Jane; SHAMES, Shauna L. (2008). “Toward a theory of backlash: dynamic resistance and the central role of power”. *Politics & Gender*, vol. 6, nº 2, p. 623-34.
- MARIANO, Ricardo. (2011), “Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”. *Civitas*, vol. 11, nº 2, p. 236-58.
- McCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. (1984), “Congressional oversight overlooked”. *American Journal of Political Science*, vol. 28, nº 1, p. 165-179.
- MENDONÇA, Amanda; MOURA, Fernanda. (2021), “Mais empoderada que eu? Antifeminismo e desdemocratização no Brasil atual”. *Communitas*, nº 9, p. 9-23.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2016), “Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’”. *Direito & Práxis*, nº 15, p. 590-621
- MIGUEL, Luis Felipe. (2021), “O mito da ‘ideologia de gênero’ no discurso da extrema-direita brasileira”. *Cadernos Pagu*, nº 62, pp. 1-14.

- MIGUEL, Luis Felipe. (2022), *Democracia na periferia capitalista*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. (2017), “O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro”. *Opinião Pública*, vol. 23, nº 1, pp. 230-60.
- MUDDE, Cas (2019). *The far right today*. London: Polity Press.
- NOONAN Jr., John T. (1967), “Abortion and the Catholic Church”. *Natural Law Forum*, nº 126, p. 85-131.
- PATEMAN, Carole. (1988), *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press.
- PHILLIPS, Anne. (1995). *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press.
- SANDERS, Rebecca; JENKINS, Laura Dudley (2002). “Control, alt, delete: patriarchal populist attacks on international women’s rights”. *Global Constitutionalism*, vol. 11, nº 3, p. 401-29.
- SEMÁN, Pablo (2023). “La piedra en el espejo de la ilusión progresista”. In: SEMÁN, Pablo (coord.), *Está entre nosotros*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- SEMPRE FAMÍLIA. (2018), “Quem é Chris Tonietto, a jovem católica que já enfrentou um ministro do STF e chega à Câmara em 2019”. *Sempre Família*, online, 6 de novembro. Disponível em <https://www.semprefamilia.com.br/blogs/blog-da-vida/quem-e-chris-tonietto-a-jovem-catolica-que-ja-enfrentou-um-ministro-do-stf-e- chega-a-camara-em-2019>. Acesso em 3 abr. 2023.
- YISHAI, Yael. (1993), “Public ideas and public policy”. *Comparative Politics*, vol. 25, nº 2, pp. 207-28.

O feminino em disputa: a aliança neoliberal-conservadora nos discursos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro

The feminine in dispute: the neoliberal-conservative alliance in the discourses of the Ministry of Women, Family and Human Rights in the Bolsonaro government

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues^a 
Camila Carolina Hildebrand Galetti^b 

Resumo A proposta deste trabalho consiste em analisar como o antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), construiu discursos em torno dos papéis sociais reservados às mulheres e naturalizados pelo patriarcado, especialmente em relação ao cuidado, ao espaço privado, à educação e ao trabalho reprodutivo. Partindo de uma discussão que considera a aliança neoliberal-conservadora, na qual a representante da pasta, Damares Alves, aparece como uma das maiores representantes do bolsonarismo, buscamos explorar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos atrelados às políticas públicas do ministério. Amparadas na teoria feminista e nos estudos da ascensão da extrema-direita, analisamos os discursos proferidos pela ex-ministra Damares Alves entre os anos de 2019-2021 e a sua atuação, a fim de compreender o impacto de tal aliança sobre as mulheres durante o que tem sido chamado de bolsonarismo. Como um dos principais resultados, percebemos que a pavimentação de governos autoritários está totalmente entrelaçada com o lugar que a mulher ocupa nesse modelo de sociedade, logo, o antifeminismo se evidencia.

Palavras-chave Antifeminismo. Direitos humanos. Extrema-direita. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

Abstract *This paper analyzes how the former Ministry of Women, Family and Human Rights, under Jair Bolsonaro's government (2019-2022), constructed discourses around the social roles reserved for women and naturalized by patriarchy, especially about care, space private sector, education and reproductive work. Starting from a discussion that considers the neoliberal-conservative alliance, in which the ministry's representative,*

a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: egbrodrigues@gmail.com

b Universidade de Brasília. E-mail: cchgaletti@gmail.com

Damara Alves, appears as one of the greatest representatives of Bolsonaroism, we seek to explore the effects of meaning produced by the discourses linked to the ministry's public policies. Based on feminist theory and studies of the rise of the extreme right, we analyzed the former minister Damara Alves' discourses between the years 2019-2021, her performance in order to understand the impact of such an alliance on women during what It has been called Bolsonaroism. As one of the main results, we realize that the paving of authoritarian governments is totally intertwined with the place that women occupy in this model of society, therefore, anti-feminism becomes evident.

Keywords *Antifeminism. Human rights. Far right. Neoliberalism. Neoconservatism.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou uma guinada à direita que teve muita influência no processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em março de 2015, novas formas de manifestações de massa irromperam nas ruas no Brasil, com características totalmente diferentes das de junho de 2013, pelo repertório das demandas, grupos sociais que convocaram, composição sociais etc. (Gohn, 2016, p. 138).

Nesse contexto, o grupo contrário enfatizava a corrupção nas empresas públicas, como a Petrobras, posicionava-se contra o PT e utilizou das mais diversas estratégias para exprimir essa oposição, sendo impulsionado principalmente por novos grupos de espectro ideológico de direita como o “Vem pra rua” (VPR), o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e “Revoltados on-line”, dentre outros. Conforme Gohn, a partir de 2013, tanto os movimentos clássicos quanto os novos perderam espaço para um novos tipos de sujeitos, o que pode ser considerado como “novíssimos”, que se caracterizam não apenas pela heterogeneidade em sua formação, mas pela formulação e defesa de pautas que chegam, em alguns casos, a ser contraditórias entre si. Além disso, devido às relações horizontais acarretadas pelo uso das mídias digitais, pelo fácil acesso à informação e divulgação dos atos, os novíssimos passaram a se organizar para contestar o *status quo* da política no Brasil, amparado sobretudo na agenda que perpassa a corrupção.

Com isso, as manifestações de 2015 trouxeram para as ruas novas camadas sociais, com novos repertórios de ação e de demandas nas ações coletivas, baseados principalmente em critérios e valores morais, apelo à ética e contra a corrupção (Gohn, 2016, p. 142). É possível afirmar que o golpe político de 2016, no Brasil, foi desferido a jato e contou em seu repertório com a misoginia à ex-presidenta Dilma e levou anos de preparação, contando com um trabalho de deslegitimação dos

governos eleitos, levado a cabo pela mídia e por institutos privados e movimentos destinados à disputa ideológica. Sobre esse aspecto, Biroli afirma que:

Em revistas semanais, a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional. Em jornais diários, a construção da presidenta eleita em imagens que de certo modo anunciavam sua deposição dentro de um ambiente político no qual diferentes tipos de violência ganhavam legitimidade antecipava um ambiente político em que posições de recusa aos direitos humanos ganhariam maior espaço (BIROLI, 2018, p. 78).

Nesse cenário, mulheres atreladas a ideários conservadores e de extrema direita se consolidaram nas redes sociais, tornando-se porta-vozes do antipetismo e apresentando-se como uma suposta ‘nova-política’ representativa. É importante destacar que um dos fios condutores dos discursos impulsionados por esses atores e atrizes de extrema direita foi a reconfiguração do papel do Estado na produção de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Tal realidade, em que ocorre a ocupação do poder por grupos conservadores, engendra novos estudos sobre a representação feminina, compreendendo as mulheres amparadas no espectro ideológico da extrema-direita como figuras centrais, principalmente pelo fato de que, durante os períodos eleitorais, consolidaram-se discursos atrelados ao retorno dos papéis sociais reservado às mulheres e naturalizados pelo patriarcado: o cuidado, o espaço privado e o trabalho reprodutivo. Soma-se a isso o enfraquecimento das pautas relacionadas às mulheres no sentido de que tais pautas são consideradas menos importantes ou exageradas.

A proposta deste trabalho consiste, portanto, em analisar como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) construiu discursos em torno dos papéis sociais reservados às mulheres e naturalizados pelo patriarcado, especialmente em relação ao cuidado, ao espaço privado, à educação e ao trabalho reprodutivo. Partindo de uma discussão que considera a aliança neoliberal-conservadora, na qual a representante da pasta, Damares Alves, aparece como uma das maiores representantes do bolsonarismo, buscamos explorar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos atrelados às políticas públicas do ministério. Amparadas na teoria feminista e nos estudos da ascensão da extrema-direita, analisamos os discursos proferidos pela ministra Damares Alves entre os anos de 2019-2021, a sua atuação a fim de compreender

o impacto de tal aliança sobre as mulheres durante o que tem sido chamado de bolsonarismo.

Cabe destacar que compreendemos por bolsonarismo, um alinhamento eleitoral de direita no Brasil, fortemente associado a dimensões de uma agenda conservadora, incluindo uma visão de mão dura no combate ao crime, uma forte reação culturalista a propostas progressistas de gênero, liberalismo econômico, contrário a políticas de inclusão social baseadas em cotas” (RENNÓ, 2022).

Apesar de Jair Messias Bolsonaro ter perdido a corrida eleitoral em 2022 para o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, o Partido Liberal (PL) (de Bolsonaro) elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados, um total de 99 parlamentares. O que evidencia o quão galopante está a influência da extrema direita no Brasil, demonstrando, assim, a relevância de se debruçar sobre o impacto desse fenômeno nas disputas acerca de categorias que são caras à teoria feminista.

O artigo está estruturado em três seções. A primeira apresenta a trajetória da ex-ministra Damares Alves, sua representação no meio evangélico brasileiro e as categorias mobilizadas em seu discurso na produção de mecanismos de controle social e moralização. A segunda seção aborda como é construída a categoria mulher a partir da lógica neoliberal e como isso influencia nas subjetividades femininas. A terceira e última discute como se pavimenta a laicidade à brasileira e toda a construção discursiva de liberdade religiosa a partir da discussão sobre os direitos humanos.

“TERRIVELMENTE CRISTÃ”: CONHECENDO DAMARES ALVES, MINISTRA DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO BOLSONARO

Era uma noite de terça-feira, dia 1º de janeiro, quando Jair Messias Bolsonaro tomou posse como Presidente da República e nomeou formalmente seus ministros, após eleições marcadas por *fake news* e discursos de ódio, que atingiram sobretudo mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e outros grupos marginalizados ou sub-representados. Das 22 cadeiras de ministérios, apenas duas foram ocupadas por mulheres: uma na pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina, e outra na da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damares Alves.

Aquele início de semana também marcou o começo de uma nova fase da história brasileira, que a ministra Alves chamou de uma “nova era”. Embora ela se referisse a uma questão específica relacionada às relações de gênero, na qual

“menino veste azul e menina veste rosa” (Folha de São Paulo, 2019a, n/a), o discurso versava sobre um projeto muito maior de governo. A fala, proferida após o evento de transmissão de cargo dos ministérios, no dia 2 de janeiro de 2019, foi captada em um vídeo no qual Alves comemorava com apoiadores a chegada de Bolsonaro ao poder, logo depois de seu discurso de posse, em que afirmava que “menina será princesa e menino será príncipe” (Folha de S..., 2019a, n/a).

No entanto, foi a declaração de que “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (Vivas, 2019, n/a) que parece ter trazido a ideia que resumiria as ações nos próximos anos à frente do ministério, tornando-se não apenas uma das falas mais conhecidas de Alves, como também a ideia resumida da razão que inspiraria suas ações nos próximos anos à frente do ministério. Essa era a primeira vez que a ministra falava publicamente para a população em nome do governo. Apesar das reportagens e entrevistas após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, à época como uma indicação apoiada pela bancada evangélica, Alves era uma figura até então de pouca visibilidade pública, embora fosse bastante conhecida na cena política conservadora, especialmente em Brasília, e nos círculos evangélicos do país.

Com uma vasta experiência prévia como advogada e assessora parlamentar atuando nos bastidores de projetos de políticos da bancada evangélica, Damares Alves liderou uma pasta de grande impacto na construção de políticas públicas do governo, em tese voltada para grupos marginalizados e populações mais vulneráveis. Com a nova estrutura apresentada em 2019, em que ao título foram acrescentados os termos “mulher” e “família”, Alves declarou, em abril do mesmo ano na Câmara dos Deputados, que “Bolsonaro chama a sociedade para uma releitura sobre direitos humanos. Existia uma falsa ideia no Brasil de que direitos humanos era uma ONG na porta da cadeia defendendo bandido” (Vito; Prado, 2019, n/a).

Mesmo que seus discursos evocassem análises que a situavam em um quadro de fanatismo religioso, a ministra demonstrou estar plenamente alinhada à racionalidade política do governo em sua chave neoliberal, sempre articulando seus enunciados a uma gramática secular de direitos amparada na noção de liberdade individual. É nesse sentido que, a nosso ver, em acordo com Trigueiro (2019), não parece razoável localizar Alves e seu projeto ministerial em uma ala ideológica em oposição a uma técnica, até porque o projeto econômico do governo esteve desde sempre ancorado em uma ideologia política bem definida.

Ademais, seu profundo conhecimento de leis e normas jurídicas associado a uma articulação política bem desenvolvida e um ativismo religioso contínuo foram aspectos fundamentais para o avanço e aceitação dos projetos do ministério

de Damares Alves, bem como o crescimento de sua popularidade, em relação àqueles promovidos por super ministros como Sérgio Moro (à época desligado do cargo) e Paulo Guedes, que seguiu sem ganhos significativos durante o mandato de Bolsonaro.

Segundo Bulgarelli (2019), o trunfo de Damares Alves esteve em sua capacidade de reunir distintos grupos de base conservadora para além apenas dos evangélicos. A comunicação acessível e a simplificação de seus argumentos para um público bastante diversificado tornaram sua imagem muito mais simpática do que outros atores do governo, que se valiam de linguagem militar ou excessivamente técnica. Ela era fiadora de seu discurso, o que o pesquisador explica da seguinte forma: “É curioso também notar que a Damares de certo modo é representante do seu próprio discurso. Ela age como uma espécie de reserva moral do governo, nesse sentido de aconselhar, de dar broncas como uma mãe” (Bulgarelli, 2019, n/a).

Filha de um pastor evangélico da Igreja Quadrangular, Damares Alves nasceu em Paranaguá, no Paraná, mas viveu sua infância em alguns estados do Nordeste devido à profissão do pai, pastor evangélico. Sob sua influência, tornou-se pastora, primeiro da Quadrangular e depois na Igreja Batista de Lagoinha, em Belo Horizonte, a qual ela é atualmente ligada. Com uma filha indígena, cujo processo de adoção foi motivo de muita polêmica, Alves começou a atuar na causa indígena em 1999, quando trabalhou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) responsável por investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai), o que é igualmente tema de muitas controvérsias motivadas pelas ações de Alves em prol da criminalização de práticas tradicionais indígenas, a tentativa de evangelização dessa mesma população e a promoção de informações falsas ou distorcidas sobre o assunto (Coletta, 2018).

Alves se graduou em direito pela Faculdades Integradas São Carlos (Fadisc), quando foi morar no interior de São Paulo, conquistando a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e trabalhando posteriormente na Secretaria Municipal de Turismo de São Carlos, São Paulo. Mais tarde passou a trabalhar como assessora parlamentar de políticos da bancada evangélica, atuando também como assessora jurídica na Câmara dos Deputados por mais de 20 anos, onde obteve maior influência política quando trabalhou para o deputado Magno Malta (PL), antigo aliado de Jair Bolsonaro.

Militante antiaborto e antigênero, defendendo reiteradamente que a esquerda quer corromper os valores familiares e doutrinar crianças e adolescentes, Damares Alves fez parte do evento de fundação da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), cujo lema é “a “Defesa das Liberdades Civis Fundamentais”, em

especial, a Liberdade Religiosa, de Expressão e a Dignidade da Pessoa Humana” (Anajure, s.d, n/a). Fundada em 2012, no Congresso Nacional, a entidade tem atuado fortemente na defesa de pautas de grupos políticos evangélicos, o que apenas se intensificou com o governo Bolsonaro.

Nesse sentido, analisar o discurso de Damares Alves em uma perspectiva religiosa ou unicamente sob a chave de uma ideologia política se mostra insuficiente. Mesmo porque o sentido de religião que estamos abordando aqui coloca em xeque a separação entre religião e política como diferentes campos que se organizam segundo estruturas – estruturantes e estruturadas – bem definidas. Nossa leitura de religião como um fenômeno fundamentalmente público, organizador de sentidos em constantes disputas, permite-nos olhar para o cenário político atual onde a religião se torna agente e objeto de controvérsias como um espaço em que a hegemonia é ao mesmo tempo, questionada e reforçada.

Essa hegemonia, sustentada sob os pilares do Estado de direito, nunca foi o inverso do religioso, mas seu próprio espelho. Antes de se tornar ministra, Alves era uma agente de pouco prestígio público, uma ativista religiosa e política que lutava em causas de uma minoria cristã, mas sempre muito proselitista. Quando Damares Alves afirma que “essa ministra é terrivelmente cristã”, a despeito do Estado que “é laico”, como ressalta, ela não está se comunicando apenas em termos religiosos, mas igualmente políticos, pois as disputas em espaços – supostamente – seculares exigem performances públicas – conforme as regras do jogo democrático – por parte de seus agentes.

Como explica Burity (2020), a ascensão de uma minoria cristã, marcadamente da direita evangélica, a cargos de influência e poder político – antes ocupados por um certo catolicismo hegemônico – constituiu uma transformação da forma como a moralidade cristã passou a ser representada em espaços supostamente seculares, visto se tratar de uma mudança de posição, do antagonismo político ao centro do tabuleiro, onde era possível não somente propor leis como definir as regras do jogo. Foi assim que, segundo o autor, a ideia ecumênica conservadora de uma “maioria cristã” ganhou força com a direita cristã neoliberal e neoconservadora após o impeachment de Dilma Rousseff. Esse é o contexto em que o discurso de uma agente política “terrivelmente cristã” ganha sentido, no qual a compreensão de “povo evangélico no Brasil” é transformada em “o povo brasileiro como evangélico” (Burity, 2020). Em outras palavras, para a direita cristã que ascende ao poder com o bolsonarismo, o *povo de Deus* equivale ao *povo brasileiro* (Burity, 2020).

Mais tarde, em entrevista à Deustche Welle (?), Damares Alves (2020, n/a) retomou esse ponto ao afirmar que “é o momento de a igreja ocupar a nação”.

Contudo, seu discurso estava mais articulado a uma gramática secular dos direitos humanos, que aponta o trabalho das igrejas – tanto católicas como evangélicas, mas sobretudo estas últimas – como uma *linha auxiliar* do Estado na construção de programas de assistência social. A esta ideia se articulava a centralidade da família no projeto de governo de Bolsonaro, no qual, segundo afirmou Alves já em seu primeiro discurso como ministra, “todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família. A família vai ser considerada em todas as políticas públicas” (Vivas, 2019, n/a).

O projeto de transformação, que a ministra costumava associar à colaboração das igrejas cristãs, estava fundamentado na manutenção de hierarquias de classe, gênero e raça, mas de uma forma mais sofisticada que nos pensamentos ortodoxos do conservadorismo e do liberalismo tradicionais. É disso que tratavam seus discursos sobre os valores familiares que precisavam ser restaurados: transformar por fora e manter as estruturas por dentro. E o mais importante: privatizar responsabilidades públicas em nome de um signifiante esvaziado de liberdade, tornando o Estado um agente responsável pelo controle e manutenção dessas privatizações – e das desigualdades que elas acarretam.

É nesse cenário que Damares Alves ganhou visibilidade, articulando ideais conservadores a uma racionalidade política ancorada no projeto neoliberal de Estado. Em seus discursos, Alves costumava construir argumentos simplistas para problemas estruturais, além de resumir conflitos de interesse a uma questão econômica de empregabilidade ou salários. É como a ministra se referia às feministas, por exemplo, ao afirmar que “tem pautas feministas que eu abraço. Por exemplo: salários iguais entre homens e mulheres e luta contra a violência. Se for para eu e as feministas irmos para as ruas de braços dados contra isso, eu vou. Mas sem o exagero de seios à mostra” (Ohara, 2019, n/a).

Embora as análises sociais enfocassem na inclusão da categoria “mulher” na nova nomeação do ministério para explicar as formas de subjugação das mulheres a uma compreensão excludente e dogmática de gênero, é a categoria “família” que, a nosso ver, parece articular melhor determinados indivíduos a posições sociais de sujeição. Isso porque a essa “mulher”, no singular, se liga uma leitura de “família” como sujeito de direito, que, como tal, destina às mulheres a papéis sociais pré-determinados – e predestinados, se pensarmos na configuração religiosa desse governo – de gênero. São aos valores familiares que essa “mulher” responde, não o contrário.

Alocar a mulher como categoria central para analisar as relações de produção só é possível porque é justamente na sociedade capitalista em que emerge a figura

da família como estrutura de subjetivação da classe trabalhadora e domesticação dos corpos a partir da divisão sexual do trabalho (Federici, 2017). Ao criar a família e o salário familiar como elementos de reprodução social, o capitalismo vai precarizar duplamente a vida das mulheres proletárias, tornando-as, ao mesmo tempo, dependentes e subjugadas a um trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado.

A família, então, longe de ser um espaço de realizações pessoais, passa a se tornar efetivamente uma prisão para muitas mulheres (Federici, 2017). O Estado terá uma função importante nesse processo ao produzir mecanismos de controle social e moralização do sofrimento ocasionados pelas desigualdades. É neste ponto preciso que a religião – e mais propriamente o cristianismo – vai operar como um grande aliado estatal, no sentido de potencializar os papéis pré-estabelecidos às mulheres, não os questionando e reforçando as narrativas que subjugam o feminino.

A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DA MULHER COMO SUJEITO DE DIREITO (E DEVER): CONTROVÉRSIAS SOBRE CORPO, CUIDADO E TRABALHO REPRODUTIVO

Com a ascensão de governos neoconservadores e de extrema-direita a nível global, percebeu-se que a maior investida tem sido em caracterizar os movimentos sociais como inimigos da sociedade, assim como a naturalização das diferenças raciais/étnicas, sexuais e econômicas. Isso se evidenciou no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) como já mencionado anteriormente a partir da composição dos ministérios, sobretudo pelo MMFDH, esse que tinha como projeto político o enfrentamento aos movimentos sociais.

Essa diferenciação se evidencia no entendimento sobre a condição feminina a partir da lógica neoliberal-neoconservadora. Por um lado, ela encerra o diálogo com a agenda feminista e combate o movimento tendo como estratégia a demonização de suas lutas. Por outro, se ampara na lógica de que o sujeito feminino precisa ser socializado e construído por meio de hábitos e práticas disciplinares (Oksala, 2019).

Sobre esse último aspecto, cabe destacar que, nos últimos anos, tem-se ampliado o ideário normatizador do feminino a partir do que é chamado de feminismo neoliberal, o qual se alinha com práticas de governabilidade que visam neutralizar a autonomia feminina nos aspectos econômicos, sociais e culturais. O aspecto do excesso de livre escolha é essencial para a compreensão de como o poder é mobilizado nessa lógica. Afinal, o sujeito neoliberal é livre, autônomo, totalmente responsável por navegar pelo domínio social e qualquer responsabilidade de fracasso recai em si mesmo (GALETTI, 2024). As relações são pautadas a partir da individualização e das supostas escolhas dos indivíduos.

A partir dessa lógica, a noção de desigualdade de gênero é respondida por meio de uma retórica neoliberal que demanda autorresponsabilização e individualização das ações para a igualdade. Sob esse aspecto, Melinda Cooper (2017), desmonta a ideia de que o neoliberalismo é um regime amoral ou inclusive anti-normativo, mostrando quais tipos de afinidade existem entre a promoção da família heterossexual como unidade básica da vida social e a reificação do papel tradicional das mulheres nessa estrutura (Gago, 2020, p. 169). Dessa maneira, há uma forte desresponsabilização do Estado, fazendo com que a família assuma a responsabilidade pelo cuidado, refletindo um modelo específico de família dentro do neoliberalismo. Esse contexto também reforça uma hierarquia de merecimentos com relação à obrigação das mulheres segundo seus papéis na família patriarcal: ter filhos, cuidar, escolarizá-los, fortalecendo assim um modelo familiar heteronormativo (Gago, 2020).

Em relação à produção neoliberal das mulheres, os direitos e deveres dessas, há uma diversificação das hierarquias capitalistas, e isso se reflete nas relações entre as mulheres e o corpo, o cuidado, o trabalho produtivo *versus* improdutivo. Tudo corrobora para a conservação e manutenção do capitalismo e nesse escopo se constrói uma nova subjetividade que abarca as três questões citadas - corpo, cuidado, trabalho. Como definido por Dardot e Laval (2016, p. 31), essa relação trata da

[...] construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais.

Tais modos de agência se evidenciam ao analisar o governo Bolsonaro e a gestão desse no que diz respeito às pautas que atravessam as mulheres nas mais diversas camadas. No que tange o trabalho produtivo e reprodutivo, isso se manifesta de inúmeras formas, na construção do ideário de que o teto de vidro foi quebrado e, com isso, as mulheres conseguem se inserir nos mais inúmeros ramos empregatícios, principalmente os empresariais. A ex-ministra afirmou que,

“Todos vocês sabem que tenho uma posição muito clara quanto à ideologia de gênero”, afirmou, em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família,

na Câmara dos Deputados. “Nós não estamos brigando contra a igualdade de salário entre homens e mulheres. Por que eu fui pra esse debate da ideologia de gênero? Porque os médicos me provocaram” (ALVES, 2019).¹

Em outro momento, Damares foi questionada sobre o gabinete de Bolsonaro, que tem apenas duas ministras em meio a 22 ministérios (e órgãos com status de ministério). “Ele escolheu pelo perfil técnico e o trouxe pessoas que ele conhecia”, desconversa. “Mas, no segundo escalão, ele pode escolher com mais calma.”²

Tal lógica não leva em consideração as questões atreladas à raça/etnia, sexualidade, classe social e os atravessamentos, até porque como Arruzza et al. (2019) argumentam, essa possibilidade de ascensão profissional só possível para mulheres com elevada escolarização – majoritariamente brancas - que desfrutam das possibilidades de almejar altos cargos empresariais.

Como afirma Vergès (2020), é nítido o quanto as transformações do capitalismo ofereceram uma oportunidade decisiva para a exploração de baixos salários e para a precarização, sobretudo por meio da feminização em escala mundial, dos empregos subqualificados (p. 69). Tal contexto potencializa a terceirização do trabalho reprodutivo, de cuidado, esse que compreende o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente (Federici, 2019, p. 20).

Essa cartografia só potencializa as desigualdades de gênero, pois, se ampara principalmente na ideia de transformar as mulheres em um sujeito social homogêneo, não levando em consideração as questões de raça/etnia, classe e sexualidade.

Além disso, a lógica neoliberal aumenta tanto a exploração feminina como também reproduz uma disciplinarização dos corpos e papéis femininos. A narrativa religiosa se soma a esse contexto, disputando a categoria mulher a partir do Estado, e isso, se vislumbra na atuação da Ministra Damares Alves no governo Bolsonaro, como veremos no próximo tópico.

ESTADO LAICO E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA LIBERDADE RELIGIOSA COMO DIREITO HUMANO

Como vimos, os enunciados proferidos por Damares Alves sobre a mulher dialogam com uma razão de mundo neoliberal que tem suas bases assentadas no conservadorismo moral. O discurso mobilizado em suas falas faz transparecer uma

1 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/debate-sobre-genero-provoca-sofrimento-em-jovens-diz-damares>

2 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983>

tentativa de borramento dos limites do Estado Laico, que, é importante ressaltar, não implica em menos religião (Montero, 2018), mas um reposicionamento do religioso na esfera pública e na sua relação com o Estado.

Falar em Estado Laico, nesse sentido, não diz respeito apenas à separação daquilo que é público do que é privado, mas de como são construídas essas diferenças a partir de um sistema de pensamento específico e que, no caso do bolsonarismo, reflete uma aliança entre neoliberais e conservadores morais. O marco da secularização não implicou a privatização da religião, mas tão somente a reorganização de sua relação com as estruturas políticas que, em sociedades capitalistas, assumem a forma do Estado. Ao retomar a noção de *religião pública* de Casanova, que expressa a atuação de instituições religiosas em diferentes arenas políticas da esfera pública moderna, para pensar a relação contemporânea entre religião e política, Montero (2018) explica como a *desprivatização da religião* é, nesta teoria, intrínseca ao fenômeno religioso moderno como “processo simultâneo de repolitização da esfera religiosa e moral e de renormatização das esferas públicas econômicas e políticas” (Montero, 2018, p. 27).

Embora o conceito de *desprivatização* seja problemático do ponto de vista histórico, assim como o de *religião pública*, supondo que as religiões estiveram em algum momento fora da vida pública (Montero, 2016), ele é bastante eficaz para explicar estratégias de grupos religiosos que usam a linguagem jurídica-secular como recurso para defender e legitimar as liberdades de expressão, de crença e outros direitos civis, como a propriedade privada, frente à separação legal entre Estado e Igreja, bem como a hegemonia católica. Mas não só. Pensando na linguagem secular de direitos criada sob a égide do catolicismo, a noção de *religião pública* nos permite olhar diretamente para os processos de visibilização e presença pública de religiões minoritárias que questionam o referente católico. Isso porque as diferentes formas de presença pública das religiões ocorrem no interior de uma ordem jurídica estatal ancorada nos princípios da laicidade (Giumbelli, 2018). Nesse sentido, concordamos com Montero (2018, p. 34) para quem “o ponto forte da noção de religião pública de Casanova é a proposição de que os processos de secularização não necessariamente redundam em menos religião”.

A atuação da direita cristã, da qual Damares Alves tem sido uma importante representante, demonstra como a religião, longe de se recolher ao espaço privado da vida individual, é objeto de disputa e reconhecimento no espaço público. Se o paradigma clássico da secularização sugere ser possível a total separação entre religioso e secular a partir da instituição do Estado Laico e como reflexo da modernização, é porque ele parte de uma visão ocidentalizada da vida pública e cívica, de feição

liberal e ancorada na ideia de Estado-nação, que insiste em organizar as crenças religiosas a partir da contraposição entre razão e emoção, público e privado. Mas essa tese caiu por terra, não apenas porque a separação entre sagrado e profano está sujeita a grandes contradições, como também por se tratar de um processo bastante heterogêneo em todo o mundo, especialmente quando pensamos no Sul Global (Montero, 2018).

No Brasil, por exemplo, embora a promulgação do Estado Laico tenha ocorrido na constituição de 1891³, sob certo protesto da Igreja Católica, que passou a se constituir como marco cívico da sociedade brasileira, a relação entre religião e política nunca deixou de existir, apenas adquiriu outras formas.

De acordo com Montero (2016), a separação entre Estado e Igreja (Católica) ainda teve como marco a produção de novas religiões, o que se efetiva com a primeira liberdade conferida como direito civil: a religiosa. Isso não significou o pleno exercício de um pluralismo, pois a compreensão de religião continuou a ser objeto de controvérsias jurídicas e políticas, visto que seu marco conceitual estava assentado sobre a instituição do catolicismo. Este fundamentava o reconhecimento do que podíamos entender como práticas religiosas, sendo tudo o que não se enquadrava nos parâmetros de organização católica considerado seitas ou religiões mágicas, o que ainda hoje pode ser observado em acusações de feitiçaria, charlatanismo, curandeirismo etc.

Quando pensamos o campo evangélico, que se constitui por uma multiplicidade de correntes e denominações do cristianismo protestante, a falta de reconhecimento de suas práticas como religiosas – muitas vezes entendidas puramente em termos de mercado – e a oposição ao catolicismo gerou uma série de problemas e, conseqüentemente, estratégias de publicização e visibilidade pública.

Ao contrário da Igreja Católica, os evangélicos têm suas práticas fetichizadas e compreendidas como exóticas, irracionais e, não por acaso, são constantemente apontados como um dos maiores problemas da política nacional contemporânea, sobretudo quando passaram a assumir parcelas consideráveis de cargos públicos nos três poderes. Mais uma vez, o problema é compreendido em termos de costume, não de política. Assim, os evangélicos foram sendo construídos como principal inimigo público da democracia. Isso não quer dizer que as igrejas evangélicas, ao menos uma parte delas, não se identifiquem também com o conservadorismo

3 Com a instituição do Estado republicano, em 1889, foi publicado já em 1890 o decreto 119-A que conferia ao Brasil o caráter de um Estado laico. Isso foi aprimorado com a constituição de 1991.

moral⁴, mas não devemos esquecer que elas representam uma parcela bem menor que a dos católicos na população brasileira (IBGE, 2010), o que se estende para a política partidária. O mesmo podemos dizer em relação à racionalidade neoliberal, que ao contrário de uma ética negativa, o catolicismo historicamente tem atuado como uma das bases da reprodução moral das desigualdades (Hinkelant, 1991) e da lógica sacrificial do capitalismo (Brown, 2018).

Podemos falar em um tipo de laicidade à brasileira que nos é tão particular como a aliança neoliberal-conservadora no processo de repolitização conservadora da direita cristã (Kalil, 2020), que tem seu auge na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Para tanto, é preciso esclarecer o que estamos chamando de laicidade, uma noção que, segundo Mariano (2011, p. 244),

recobre especificamente a regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.

Nessa linha, tanto os sentidos de religioso como de laico são objetos de muitas disputas, o que por vezes tem gerado confusões não apenas sobre os limites do religioso nos campos político e jurídico. É nesse sentido que Mariano (2011, p. 254) afirma que “a laicidade estatal no Brasil não somente não dispõe de força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução”, tampouco que “a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política”.

Um tema recorrente nas falas de Damares e no sector de seus seguidores era a educação das crianças, que, defendia, era corrompida pelos governos de esquerda através daquilo que chamava “ideologia de gênero”, “sexualização infantil” e “marxismo cultural”. Ao construir uma narrativa baseada em revisionismo

4 O conservadorismo moral é uma das faces do neoconservadorismo, este fortemente amparado por perspectivas morais. Usamos essa expressão para enfatizar a questão de costumes, não se tratando de um conservadorismo econômico.

histórico e teorias da conspiração sobre os serviços públicos, Damares Alves e sua base aliada ofereciam supostas soluções a privatização destes, assim como o deslocamento das responsabilidades pelo cuidado dos mais vulneráveis do Estado para a família como sujeito de direito – e deveres –, cujas mulheres são, sempre, as mais prejudicadas.

A valorização da família e a ratificação de papéis de gênero têm uma função importante na expansão dessas ideias, ao desvalorizar o valor monetário do trabalho feminino ou, simplesmente, defende o trabalho doméstico e reprodutivo executado majoritariamente por mulheres como uma atividade do “amor”, uma “bênção divina” e, sobretudo, uma vocação.

É nesse contexto que podemos compreender melhor as alianças entre uma extrema-direita cristã e o bolsonarismo. Quando Damares Alves afirmou, em seu discurso de posse, que “essa é uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Vito; Prado, 2019, n/a), a ministra não apontava para a criação de uma norma de conduta ou vestimenta, ao contrário do que a mídia e a crítica pareciam indicar, acrescentando a isso uma leitura jocosa sobre Alves como mulher infantilizada e ideológica. A metáfora, que tem sua função no alargamento de sentido, tinha o objetivo de apontar para referentes tradicionais da sociedade patriarcal, branca e cristã brasileira, construindo sentidos muito mais conotativos do que denotativos. Ali se desenhava uma nova etapa da história brasileira em que agentes políticos conservadores em termos de costumes, aliados ao projeto neoliberal, atuariam como proponentes de políticas públicas para a legislação dos direitos dos cidadãos.

Apesar desta e de outras falas da ex-ministra apontarem para um universo lúdico, elas eram muito eficientes quanto à comunicação de suas ideias sobre o seu projeto político. Nesse sentido, articular uma ideologia conservadora em uma gramática jurídica dos direitos humanos tem sido uma tarefa muito bem desenvolvida por Alves, cujo projeto quando ministra era enunciado da seguinte forma:

Queremos direitos sexuais reproduzidos que garantam as mulheres o direito a métodos contraceptivos, nós queremos entregar para o Brasil um grande projeto de planejamento familiar, mas nunca vamos nos curvar diante das iniciativas para legalizar o aborto no Brasil. Nós queremos a mulher protegida e aborto não é proteção da mulher, é violência contra a mulher. O governo Bolsonaro tem como objetivo proteger as mulheres. Somos um governo pró-vida. Aborto não é solução, aborto não é direito. Direito que resulta em morte? Que direito é esse? (ALVES, 2021, n/a)

O bolsonarismo visa agir através da reestruturação dos valores tradicionais, o que constitui a base de seu conservadorismo moral, ao mesmo tempo em que reproduz a lógica de privatização do público e responsabilização de si através da promoção de um neoliberalismo à brasileira ancorado na lei e na ordem acima de tudo, em Deus acima de todos⁵. A retórica bolsonarista, na qual Damares Alves é uma das expoentes máximas, tem na figura da família o principal ponto de articulação entre o pensamento neoliberal e o conservadorismo moral, visto que privatizar as responsabilidades sob a justificativa das liberdades individuais de expressão e crença parece restituir justamente uma ordem tradicional onde às mulheres cabe o trabalho não remunerado e aos homens a disciplina do trabalho assalariado.

Ao renomear o antigo Ministério dos Direitos Humanos, acrescentando as categorias Mulher e Família em sua nova versão, o governo Bolsonaro não sinalizou apenas para ações que visavam garantir o direito dos cidadãos como um todo, como gostava de falar (em 2019, o ministério lançou a campanha “Direitos Humanos para todos” com a intenção, segundo Damares Alves, de “proteger a vida, fortalecer a família e defender os direitos humanos para todos” (Augusto, 2019, n/a). O que estava posto nesta nova configuração do ministério, mas também da política bolsonarista, era a exclusão, pois é disso que trata essa “mulher” e essa “família” no singular, dos sentidos que esses significantes evocam para um determinado grupo político.

Com isso, o antifeminismo é uma chave tão importante para entender o bolsonarismo quanto o antiintelectualismo, como sugerido proposto por Fassin (2020), na medida que a agenda antigênero une esses dois aspectos, que fazem parte de um processo mais longínquo de disputas em torno de categorias como família, mulher e direitos humanos. O antifeminismo na contemporaneidade tem mostrado a recente apropriação de conceitos feministas, pavimentando uma disputa de narrativas do que se compreende por feminilidade, família, ser mulher e todas as camadas que englobam esse debate (GALETTI, 2024, p.97).

Se observarmos o enfrentamento explícito de parlamentares antifeministas eleitas em 2018 e que eram parceiras da ex-ministra Damares Alves, aos movimentos feministas e às disputadas de narrativas através de conceitos como “família”, “feminilidade”, “trabalho”, “cuidado”, o que se estabelece no atual cenário é uma tentativa de ampliação dessas vozes na esfera da política a partir

5 Analogia à bandeira brasileira, cujos dizeres são Ordem e Progresso, e ao slogan de campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

da disputa de gramáticas que são caras aos feminismos, porém mobilizando os direitos conquistados pela agenda feminista há décadas. Nesse escopo, a questão geracional denuncia também as inúmeras formas e ferramentas mobilizadas para se estabelecer tal enfrentamento (Ibidem).

Um dos primeiros ganhos dessa luta, apoiada fortemente por Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro, foi a retirada da palavra *gênero* do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (Kalil, 2020). O neoliberalismo bolsonarista – ao qual o MMFDH se projetou – vai se configurar, assim, por algumas características que falam não apenas de sua aliança com o neoconservadorismo, mas com o fascismo: ressentimento, antiintelectualismo e antifeminismo.

Se, por um lado, pesquisadores que estudam gênero são acusados de obscurecerem a linguagem para ofuscar uma suposta realidade natural de sexo – até divina, dependendo do espectro político –, deslegitimando o saber científico por não ser ancorado em uma “realidade” da natureza, o que evoca um léxico por si só contraditório (Fassin, 2020), por outro, busca-se remodelar o entendimento sobre o que é ser intelectual. Aqui temos vários exemplos de títulos inexistentes criados por pessoas indicados por Bolsonaro a cargos importantes da administração pública, cujo mais emblemático parece ser o de Damares Alves, que se autoneomeou “mestre em educação” e “em direito constitucional e direito da família”, títulos acadêmicos que ela nunca teve (Folha de S., 2019b, n/a). A resposta concedida pela ministra quando questionada sobre o assunto fala muito sobre a disputa de sentidos hoje em curso: “Diferentemente do mestre secular, que precisa ir a uma universidade para fazer mestrado, nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico” (Folha de S., 2019b, n/a).

Sumarizando, ficou latente como se pavimentavam as disputas de narrativas acerca dos embates protagonizados pelo MMFDH, principalmente na figura da ministra Damares, no que dizia respeito às agendas antigênero e antifeminista, que se apresentavam como fios condutores da agenda desses atores e atrizes da extrema-direita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da discussão realizada a partir da análise da aliança entre neoliberalismo e conservadorismo, a partir dos discursos produzidos pelo MMFDH, foi possível cartografar o estabelecimento de um governo que tem como um dos principais fios condutores a disputa acerca do feminino e uma agenda antigênero bem evidente. A partir da figura da ex-ministra Damares Alves, é possível compreender

o entrelaçamento entre moralidade religiosa conservadora e racionalidade política neoliberal e como isso impactou nas políticas públicas voltadas para as mulheres no governo Bolsonaro, sobretudo nos debates acerca do trabalho reprodutivo e de cuidado. Os invisibilizando ou atribuindo ao feminino toda a responsabilidade de tais trabalhos, como exclusivamente destinados a esse sexo.

As disputas em torno da categoria família se pavimentam nesse escopo analítico também. Como podemos ver, a mulher assim como a família passam a se constituir, ao mesmo tempo, como sujeitos de direito e de deveres, bem como propriedade privada, cuja responsabilidade pela manutenção da vida passa cada vez mais a ser deslocada do Estado para os indivíduos. O núcleo familiar torna-se uma arma potente na tentativa de destruir quaisquer valores que supostamente rivalizem com os seus. De acordo com essa lógica, a família funciona como rede de proteção, reservatório de disciplina e estrutura de autoridade (Brown, 2019, p. 114).

Com isso, o entrelaçamento entre neoliberalismo e conservadorismo se materializa de diversas formas, principalmente a partir das compreensões acerca das ideias e das expressões propagadas por esses atores e atrizes, como por exemplo o conceito de empoderamento, citado no decorrer desta análise que tem sido mobilizado de inúmeras formas, chegando às políticas públicas, mas de uma forma abertamente liberal. Isso se vislumbra principalmente na figura da ministra Damares, quando essa em uma entrevista, questiona: “tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?” (Senra; Kriezis, 2019, n/a).

Todos esses discursos e políticas giram em torno da responsabilização do sujeito e do esvaziamento do papel do poder público sobre os mais vulneráveis, tornando palatável para os indivíduos, pois ele não confronta as violências que são conservadas cotidianamente e atravessam principalmente as múltiplas mulheres.

Apesar de Jair Bolsonaro não ter tido êxito nas eleições presidenciais de 2022, sua figura foi essencial para que deputadas e deputados de extrema direita fossem eleitos e reeleitos tornando assim o Partido Liberal com a maior bancada no Congresso Nacional. Figuras que romperam com Bolsonaro e o bolsonarismo como, Joice Hasselmann (SP), Profa. Daiane Pimentel (BA), não foram reeleitas. Demonstrando assim que a partir do momento que há rompimento com a ideologia da extrema direita, essas não possuem mais espaço em tais governos, sendo consideradas até mesmo como traidoras.

Por fim, percebemos que a pavimentação de governos autoritários está totalmente entrelaçada com o lugar que a mulher ocupa nesse modelo de sociedade, nas disputas de narrativas e principalmente na evidência de um antifeminismo latente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Damares. (2021). 'Aborto não é proteção para mulher, é violência contra a mulher', diz Damares Alves. [Entrevista concedida a] *Jovem Pan*, Direto ao Ponto, São Paulo, 21 mai. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/direto-ao-ponto/aborto-nao-e-protecao-para-mulher-e-violencia-contra-a-mulher-diz-damares-alves.html>. Acesso em 24 ago. 2021.
- _____. (2020). "É o momento de a igreja ocupar a nação", diz Damares Alves. [Entrevista concedida a] Karina Gomes, *DW*, Brasil, Genebra, 28 fev. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550>. Acesso em: 01 set. 2021.
- ANAJURE. QUEM SOMOS. *ANAJURE*, Institucional, Brasília, s.d. Disponível em: <https://anajure.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 4 set. 2021.
- AUGUSTO, Otávio. (2019). Damares cria programa de proteção à família e aos direitos humanos. *Metrópoles*, Brasil, n/a, 11 set. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/damares-cria-programa-de-protecao-a-familia-e-aos-direitos-humanos>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%*: um manifesto. São Paulo: Boitempo.
- BIROLI, Flávia. (2018). Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA.
- BULGARELLI, Lucas. (2020). Entrevista: "Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político", diz pesquisador. [Entrevista concedida a] Rosana Pinheiro-Machado. *The Intercept Brasil*, 1 set. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>. Acesso em 22 de fev. de 2020.
- BURITY, Joanildo. (2020). The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. *Forum – Brazilian Political Science Review*, n. 15, v. 3, p. 1-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/K6WPj8yxktVRMQcqxPWFc/abstract/?lang=en>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- BROWN, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Tradução Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- COLETTA, Ricardo D. (2018). Damares Alves, a militante antiaborto alçada a pastora de Bolsonaro na Esplanada. *El País*, Política, 7 dez. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/06/politica/1544130330_946126.html. Acesso em: 11 ago. 2021.

- COOPER, Melinda. (2019). *Family values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2019.
- GOHN, M. da G. (2016). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.
- DARDOT, Pierre; Laval, Christian. (2016) *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo: São Paulo.
- FASSIN, É. (2020). 'Anti-gender campaigns, populism and neoliberalism in Europe and Latin America'. *Revue internationale et stratégique*, 3(3), [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/ris.119.0079>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- FEDERICI, Silvia. (2017). *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.
- _____. (2019a). *O Ponto zero da revolução*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.
- _____. (2019b). O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici. [Entrevista concedida a] Úrsula Passos. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, n/a, 14 out. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (2019A). 'MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA', diz Damares Alves. *Folha de São Paulo*, Poder, São Paulo, 3 jan. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em 15 jul. 2021.
- _____. (2019b). Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e direito. *Folha de São Paulo*, Poder, São Paulo, n/a, 31 jan. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml>. Acesso em 25 ago. 2021.
- GAGO, Verónica. (2020). *A potência feminista ou o desejo de feminista transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante.
- GALETTI, Camila. (2024). *Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema-direita na 56ª Legislatura*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- GIUMBELLI, Emerson. (2018). 'A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil', *Religião e sociedade*, v. 28, n. 2, p. 80–100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Qsh6vSD3yFVTK9dZBfHfLyF/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- HINKELANMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. Tradução João Rezende Costa. Revisão Iranildo B. Lopes. São Paulo: Paulus, 1995.

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). *CENSO DEMOGRÁFICO 2010: RESULTADOS*. SÃO PAULO, Rio de Janeiro.
- KALIL, Isabela. (2020). 'Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo en el gobierno de Bolsonaro'. In: SANTANA, A. T. *Derechos em riesgo em América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Quito, Ediciones desde abajo, p. 35-54.
- MARIANO, Ricardo. (2011). Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/9647/6619>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- MONTERO, Paula. (2018). Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 19, n. 33, p. 15-39. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/88037/50553>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- _____. (2016). "Religiões Públicas" ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/MnJYxtPWnCedFPwXnDJ8Qq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- OKSALA, J. (2019). O sujeito neoliberal do feminismo. In: Rago, M.; Pelegrini, M. (orgs.). *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas*. São Paulo: Intermeios. p. 115-138.
- RENNÓ, Lucio. (2022). Bolsonaroismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 147-163.
- SENRA, Ricardo; Kriezis, Elisa. (2019). Damares Alves: 'Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?'. *BBC*, 18 dez. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- TRIGUEIRO, G. (2019, December 28). O que a esquerda brasileira ainda não entendeu sobre a ministra Damares? *Época*. São Paulo. Coluna.
- VERGÈS, Françoise. (2019). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu.
- VIVAS, Fernanda. (2019). 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. *G1*, Política. 02 jan. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 01 Ago 2021.

La nueva “dama de hierro”. Concepciones y estereotipos de género en el autorretrato de Victoria Villarruel¹

The new “Iron Lady”. Conceptions and gender stereotypes in the self-portrait of Victoria Villarruel

Paula Bedin^a 

Resumen Este artículo analiza las representaciones simbólicas del género que subyacen en el modo en que Victoria Villarruel construye su autorretrato a partir de su caracterización del feminismo y las políticas de igualdad de género. Para ello utilicé una metodología cualitativa de análisis crítico-hermenéutico documental y técnicas de relevamiento de la Teoría Fundada a partir de las cuales codifiqué un corpus de veinte intervenciones. Este relevamiento me permitió mostrar que la actual vicepresidenta presenta en su autorretrato una versión renovada de la derecha, en un proceso de convergencia con el feminismo, al articular un perfil como “dama de hierro” y la reivindicación de las primeras feministas y mujeres pioneras argentinas. No obstante, refuerza concepciones tradicionales del género en su oposición a las políticas de igualdad de género y a ciertos sectores del feminismo desde un posicionamiento antigénero. Por lo tanto, sostengo que Villarruel ofrece un autorretrato complejo y singular sustentado en una representación simbólica del género como “mujer capaz” que no se ajusta fácilmente a los estereotipos de género o al antifeminismo.

Palabras clave Género. Feminismo. Líderes. Derecha. Autorretrato. Victoria Villarruel.

Abstract *This article analyzes the symbolic representations of gender underlying the way Victoria Villarruel constructs her self-portrait based on her characterization of feminism and gender equality policies. To do this, I used a qualitative methodology of critical-hermeneutic documentary analysis and Grounded Theory techniques, through which I coded a corpus of twenty interventions. This survey allowed me to show that the current vice president presents in her self-portrait a renewed version of the right wing, in a process of convergence with feminism, by combining a profile as a “Iron Lady” and the vindication of early feminists and pioneering Argentine women. However, she reinforces traditional gender conceptions in her opposition to*

^a CONICET-Universidad Nacional de Mar del Plata. Email: paulabedinunmdp@gmail.com

¹ Financiamento: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

gender equality policies and certain sectors of feminism from an anti-gender stance. Therefore, I argue that Villarruel offers a complex and unique self-portrait supported by a symbolic representation of gender as a “capable woman” that does not easily conform to gender stereotypes or anti-feminism.

Keywords Gender. Feminism. Leaders. Right wing. Self-portrait. Victoria Villarruel.

INTRODUCCIÓN

En las elecciones nacionales del 2023 Victoria Villarruel fue la única candidata mujer a la vicepresidencia de la Argentina y resultó electa. Meses antes se había destacado en el primer debate de vicepresidentes. Según las encuestas realizadas por el canal que lo transmitió, lo ganó por amplia diferencia respecto de los otros cuatro candidatos varones (Todo Noticias, 2023c). Allí, cuando fue consultada sobre la propuesta de cerrar el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) sostuvo que les interesa únicamente financiar las “ciencias duras” que le dan “prestigio al país”. Agregó que investigar, por ejemplo, su pensamiento “no es ciencia y no es algo que deba pagar el pueblo argentino” y es “preocuparse por gansadas” (Todo Noticias, 2023b). En contraposición, sostendré que este artículo realiza aportes relevantes en un campo en el que aún son escasos los estudios sobre “el pensamiento” de las líderes de derecha y, más aún, respecto del modo en que utilizan concepciones de género y políticas de igualdad para construir su perfil específico (Giordano & Rodríguez, 2020). Asimismo, al ser su proyección política un fenómeno reciente, existen escasos estudios sobre Villarruel los cuales mayoritariamente se refieren a su trayectoria en derechos humanos.

Para comenzar a llenar esta vacancia, en el presente artículo describiré las representaciones simbólicas del género que subyacen discursivamente en el autorretrato que produce en relación con su concepción sobre el género, el feminismo y las políticas de igualdad de género. Sostendré que en ellas consolida estereotipos de género heteronormativos desde posicionamientos antigénero. Sin embargo, también afirmaré que en las descripciones que ofrece sobre su trayectoria de vida, de formación y política produce desplazamientos respecto de concepciones más tradicionales. En cambio, ofrece un autorretrato que no encaja fácilmente en los estereotipos de género al presentarse como “dama de hierro”, gracias a la cual evoca una representación simbólica de la “mujer capaz”, pionera y fuerte en contraposición con una concepción de la mujer como víctima y “disminuida”. Esta representación se refuerza con su reivindicación de algunas de las “primeras feministas” (Barrancos, 2008, p. 68) y de mujeres pioneras argentinas. Señalaré que en estas representaciones radica el aporte de este artículo que colabora en el

análisis de los nuevos procesos de convergencia entre las derechas y los feminismos (Güemes, 2023).

Para demostrar lo anteriormente afirmado, en el primer apartado, desarrollaré brevemente el enfoque teórico-metodológico y las técnicas empleadas para el relevamiento del corpus. En el segundo apartado, me referiré al triunfo de La Libertad Avanza y su articulación entre un posicionamiento antigénero y la reivindicación de un primer feminismo de corte liberal. Desde este punto de vista, señalaré que es necesario, para comprender y explicar la complejidad del fenómeno adoptar un enfoque que tenga en cuenta un proceso de convergencia entre las derechas y el feminismo. En los siguientes tres apartados describiré los distintos modos en que Villarruel produce su autorretrato. En el primero de ellos, a partir de presentarse como “dama de hierro” o “mujer fuerte” en contraposición con la “mujer víctima”. En el segundo, como “mujer capaz” en contra de las políticas de igualdad de género y, por último, como “mujer pionera” en oposición al “feminismo supremacista”. En el último apartado concluiré sintetizando los hallazgos encontrados.

METODOLOGÍA Y TÉCNICAS EMPLEADAS

Para llevar adelante el relevamiento del corpus utilicé una metodología cualitativa de análisis crítico-hermenéutico documental a partir del enfoque discursivo de las representaciones simbólicas del género y técnicas de la Teoría Fundamentada. Gracias a ello elaboré una hipótesis en la cual sostengo que las representaciones simbólicas del género son fundamentales en la elaboración de los autorretratos que ofrecen las líderes políticas de sectores de derecha y, por ello es necesario tener en cuenta la convergencia de este sector con el feminismo. Como he señalado en artículos anteriores (Bedin, 2024) este enfoque teórico metodológico propone analizar cómo en el modo en que las líderes se construyen a sí mismas como símbolos políticos representan una concepción específica de las mujeres, los varones y las relaciones de género. Asimismo, en esta encarnación de símbolos generizados no están simplemente describiendo sino también proponiendo cómo deberían ser (Lombardo y Meier, 2014; Pastor et al., 2016). En este artículo me enfoqué en las representaciones simbólicas de género que expresa Villarruel cuando ofrece retratos de sí misma desde sus principales apariciones públicas previas a la campaña 2021 hasta la actualidad. Para ello examiné un total de veinte documentos de desgravaciones de entrevistas en medios de comunicación, spots de campaña, discursos de cierre de campaña, conferencias, debates de vicepresidentes y una película.

Gracias al análisis temático del Atlas.Ti distinguí las principales unidades de información (Vera & Morillo, 2007) en los documentos a partir de un proceso de codificación en tres etapas (Cantero, 2014). La primera de ellas consistió en un proceso de codificación abierta gracias al cual identifiqué en los documentos los distintos modos en los que Villarruel se retrata a partir de los siguientes códigos: “trayectoria y experiencias de vida”, “trayectoria laboral y de formación” y “trayectoria política y posicionamiento ideológico”. Por otro lado, los códigos “aborto”, “mujer”, “varón”, “feminismo”, “cupó”, “violencia contra las mujeres”, “lenguaje inclusivo”, “Ley Micaela”. “Ni Una Menos”, “pañuelitos verdes” y “LGTB”. A diferencia de los tres primeros, estos últimos códigos fueron establecidos a partir de la codificación denominada “in vivo”, los cuales surgen de referencias literales de los documentos. En este artículo me enfocaré en los primeros seis puesto que son los que mayor recurrencia tuvieron en sí mismos y ocurrencia en relación con las distintas dimensiones de la categoría de autorretrato.

En una segunda etapa de codificación denominada axial establecí las relaciones entre las categorías y subcategorías e identifiqué ocurrencias y recurrencias entre éstas. Esto me permitió precisarlas y jerarquizarlas a partir de un análisis comparativo. De este proceso surgieron las dos grandes categorías que presentaré en el artículo. Por un lado, la categoría de autorretratos y cuyas subcategorías son los códigos referidos a las trayectorias y experiencias. Por otro lado, la categoría de “concepciones de género” cuyas subcategorías son: 1) “Políticas de igualdad de género” que contiene los códigos: “aborto”, “paridad de género”, “violencia contra las mujeres”, “Ministerio de las mujeres”, “lenguaje inclusivo” y “Ley Micaela”. 2) “Caracterizaciones del feminismo” que contiene los códigos: “feminismo”, “Ni Una Menos” y “pañuelitos verdes” y 3) “Identidad, características y roles de género” que contiene los códigos: “mujer”, “varón” y “LGTB”. Gracias a la comparación constante que posibilita esta técnica advertí cómo Villarruel ajusta estratégicamente su autopresentación y sus concepciones del género, las cuales varían según los medios en los que habla y el contexto electoral.

Por último, identifiqué las unidades temáticas más amplias en una tercera etapa de codificación selectiva gracias a la cual pude establecer la categoría central de análisis que atraviesa todas las categorías y subcategorías (Perez Ripossio, 2022), la cual consiste en: la relevancia de las representaciones y concepciones de género en la producción de autorretratos de las líderes de derecha. Por este motivo, el criterio de selección de las citas de los discursos fue su alto grado de representatividad de esta unidad temática. De este modo, seleccioné las citas en las que se concentraron la mayor cantidad de códigos y relaciones entre éstos. Por ello, en

todos los casos se puede observar distintos modos en que Villarruel se autorretrata, tanto en primera persona o a través de un nosotros en el que se incluye explícita o implícitamente, produciendo distintas representaciones simbólicas del género. En todos los casos las citas son transcripciones que he realizado del material que indiqué en el anteúltimo apartado denominado "Corpus".

EL TRIUNFO DE LA LIBERTAD AVANZA: EL PROCESO DE CONVERGENCIA ENTRE LA DERECHA Y EL FEMINISMO

Desde el 2015 en Argentina ocurrieron tres fenómenos paralelamente: el auge y estallido del movimiento feminista, el declive de la centroizquierda (Friedman & Tabbush, 2018) y el triunfo electoral de la coalición Cambiemos, ubicada en el espectro ideológico de la centro derecha/derecha (Morresi & Vommaro, 2015). Desde entonces la derecha comenzó a ganar terreno hasta el vertiginoso y novedoso triunfo de la extrema derecha con el frente denominado La Libertad Avanza (en adelante LLA) en las elecciones nacionales del 2023. Dicho frente se constituyó meses antes de las elecciones legislativas del 2019, en la que obtuvo dos bancas en la Cámara de Diputados a nivel nacional por CABA que fueron ocupadas por la actual dupla presidencial.

Uno de los factores que explican este fenómeno es que dicho frente presentó una opción diferenciada del bicoalicionismo tradicional cuyos gobiernos no dieron respuesta a una crisis económica cada vez más agudizada (Vommaro, 2023). Para diferenciarse y convertirse en el espacio de mayor referencia en el espectro de la derecha, LLA necesitó radicalizar su discurso hacia la derecha (Fuentes, 2023). La confrontación directa con el feminismo y las políticas de igualdad de género y especialmente la IVE (Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo, 2021) no sólo fueron útiles en este sentido sino además como herramienta eficaz para producir una fusión de los distintos sectores hasta entonces fragmentados como los liberales, nacionalistas y conservadores (Morresi & Vicente, 2023). De este modo, el rechazo a dichas políticas y a las medidas de restricción adoptadas en la pandemia y los escándalos que se conocieron como el "Vacunatorio VIP" y el "Olivos gate" (Perfil, 2021), contribuyeron al éxito electoral de quienes encarnaron una narrativa antisistema y anti-estatal a partir de la idea de la existencia de una casta privilegiada.

Contrariamente a las interpretaciones que señalan que el factor aglutinante de la extrema derecha, en el caso de Argentina, es el rechazo al movimiento feminista en su conjunto (Genoud, 2023) sostendré que la LLA construye estratégicamente una oposición no al feminismo en general sino a un sector del feminismo. En las

palabras del propio presidente, se opone a un “feminismo 2.0” de base socialista y reivindica lo que caracteriza como el feminismo liberal (El Peluca Milei, 2023a) Tal y como advierte Cecilia Güemes, en Milei se conjugan “el feminismo, la denuncia de la ideología de género y la oposición al aborto con posiciones anarcoliberales que básicamente niegan brechas de género” (2023, p. 100). Es por este motivo que propone analizarlo teniendo en cuenta un proceso de convergencia entre el feminismo y la derecha a partir de cierta instrumentalización del segundo sobre el primero con el objetivo de presentar una cara renovada y humanizada que diferencie a las nuevas derechas de las tradicionales. Generalmente las nuevas derechas, aunque se enfrentan con las consignas actuales del feminismo, toman distancia de las concepciones tradicionales de las mujeres como madres y como guardianas del hogar para incorporar componentes nuevos como la reivindicación de lo que caracterizan como “primera ola” del feminismo e ideas redefinidas de meritocracia, seguridad e igualdad. Asimismo, adoptan modales que transmiten calma, amabilidad y recato para moderar otros componentes autoritarios y agresivos dentro de sus propios espacios.

Desde la perspectiva de la convergencia puede enmarcarse una serie de estudios desarrollados por Melina Vázquez (2023) y Carolina Spataro (2024), en los cuales describen agrupaciones de jóvenes militantes que, aunque minoritarias, conforman LLA y se autoidentifican como feministas e “hijas del Ni Una Menos” y que sostienen una agenda pro-aborto y de autodefensa. Asimismo, los “intelectuales” neoconservadores, que poseen una gran influencia dentro de LLA (Morán Faúndes, 2023; Morresi et al., 2023), reivindican lo que caracterizan como feminismo de la primera ola, de corte liberal, y cuyas principales demandas fueron la igualdad ante la ley y el acceso a derechos cívicos y políticos para las mujeres. Destacan como sus principales referentes a Mary Wollstonecraft, John Stuart Mill, Olimpia de Gouges, la “Declaración de Seneca Falls”, entre otros (Laje, 2016, p. 53).

Otros estudios han mostrado un proceso más generalizado de “feminización” del discurso político, en el que se utilizan las conceptualizaciones ofrecidas por las teorías feministas ligadas a la ética del cuidado y desde las que se valoriza lo emocional, la construcción en equipo, el diálogo y los acuerdos (Quevedo Redondo, 2021, p. 278), tanto como los temas vinculados con “políticas de cuidado”, “la pobreza”, “la salud”, “la familia”, el “medio ambiente” y “los asuntos de mujeres” (Fernández García, 2014). Esta feminización del discurso fue utilizada estratégicamente por las líderes y candidatas por espacios de derecha anteriores para construir sus autorretratos en los que reforzaron concepciones estereotipadas del género al exaltar los valores de “lo femenino”, de esposas y madres (Canelo, 2019).

Asimismo, adoptaron posicionamientos antigénero² aunque no necesariamente antifeministas (Bedin, 2024). En contraposición, Villarruel feminiza escasamente su discurso al construir su autorretrato a partir de representaciones simbólicas que apelan a la “mujer capaz”, pionera, profesional y fuerte en contraposición con una concepción de la mujer como víctima, débil y disminuida.

EL AUTORRETRATO DE “DAMA DE HIERRO”: LA REPRESENTACIÓN SIMBÓLICA DE LA “MUJER FUERTE” VS LA “MUJER DISMINUIDA”

En las entrevistas que brinda en plena campaña del 2023, Villarruel se describe como porteña, nacida en barrio norte. No está en pareja, está divorciada y no es madre. Se recibió de abogada en la UBA y luego realizó una tecnicatura en seguridad urbana y portuaria en la UTN, por lo cual se considera una especialista en temas de seguridad. En el primer minuto del debate de vicepresidentes antes del ballottage se retrató de esta manera:

Soy Victoria Villarruel, soy argentina, abogada, soy hija de un militar veterano de la guerra de Malvinas y de una maestra. Tengo 6 ahijados y quiero que cada uno de ellos pueda hacer en Argentina su proyecto de vida. Quiero que puedan trabajar y estudiar acá. Quiero que puedan formar su familia. (...) Por eso me impliqué en política para que Argentina cambie y para que juntos logremos sentir el orgullo de haber nacido en la República Argentina (Todo Noticias, 2023d).

Como puede observarse en la cita, se presenta primero como argentina y abogada y luego como hija. Al no ser madre elige presentarse como madrina, al describir que tiene seis ahijados. Señala que una de sus principales preocupaciones es construir un tipo de país en donde éstos puedan desarrollar su “proyecto de vida”. Al igual que en su autopresentación jerarquiza la formación y el trabajo por sobre la familia. Sus escasas referencias a la familia se encuentran en las descripciones de su trayectoria de vida y política, pero nunca vinculadas con sus propuestas políticas concretas. En ningún caso describe cómo las familias deberían ser.

2 Por posicionamientos antigénero me refiero a la interpretación que realiza la Iglesia Católica y grupos neoconservadores que impugnan la teoría de género al calificarla como “ideología de género”. Afirman que esta ideología es promovida por el “feminismo radical de género”, el cual propone interpretar lo masculino y lo femenino como productos culturales y no biológicos. Esto provoca una lucha entre los sexos y la no obligatoriedad de la maternidad y del matrimonio y también la validación de prácticas sexuales no reproductivas (Consejo Pontificio de la Familia, 2006). En contraposición, proponen un feminismo “nuevo” que bregue por la complementariedad entre los sexos y por la aplicación de políticas de conciliación que fortalezcan a la familia (Garbagnoli, 2018; Juan Pablo II, 1995).

En todos sus discursos muestra una gran identificación con su padre militar, quien tiene una centralidad única en tanto su autorretrato se sostiene en su estrecha relación con las fuerzas de seguridad, su interés por esta materia y la defensa de las “víctimas de terrorismo”. En sucesivas entrevistas, describe selectivamente la trayectoria de su padre omitiendo su negación a jurar por la Constitución Nacional y la reivindicación de su participación en “la lucha contra la subversión” (Bertoia, 2024). Relata únicamente que fue veterano de Malvinas y que su comando combatió de forma directa contra los ingleses. Asimismo, su abuelo, por parte de su madre, era contraalmirante y lo caracteriza como el mayor especialista en el tema “Malvinas e historia naval”. Por todo ello, se define como “malvinera” (Neura Media, 2023). De este modo, ambas figuras tienen un rol fundamental en tanto gracias a ellos produce su autorretrato como “dama de hierro” argentina.

Si bien en los discursos relevados nunca se caracteriza a sí misma de este modo, sí lo hace en el prólogo que escribe para el libro de Milei que se titula “Desde la perspectiva de la Dama de Hierro” (Villarruel, 2022). En sus intervenciones nunca reivindica abiertamente a Margaret Thatcher, pero sí a Giorgia Meloni a quien describe como una mujer “super capaz”, que no tiene miedo de absolutamente nada y que actualmente tiene la mayor responsabilidad del mundo occidental (La Nación, 2023). La referencia implícita a la primera de ellas y la reivindicación explícita de la segunda le son útiles para construir su perfil de “mujer fuerte”, con convicciones y sin miedo.

Cuando le preguntan cómo se define ideológicamente se autorretrata como de derecha, conservadora y patriota. En entrevistas en campaña considera que también es un poco liberal, que no es una conservadora nata y que por este motivo no le gustan las etiquetas. Sin embargo, en una conferencia previa con referentes de VOX afirma con convicción su inscripción en la derecha conservadora y advierte la necesidad de volver a instalar el discurso de derecha que fue silenciado (esRadio, 2022).

En su autorretrato Villarruel describe que reacciona con una sonrisa frente a las injurias que recibe por inscribirse en ese espectro ideológico y defender sus ideas. En sus propias palabras:

Por eso, cada insulto, cada injuria que me dijeron: “genocida, fascista, racista, homofóbica, kirchnerista, negacionista”, todo eso, lo recibo con una sonrisa, con la celeste y blanca. Porque no nos van a silenciar más. No nos van a callar más. Porque no tenemos que pedir permiso por como pensamos. No tenemos

que sentir vergüenza por expresar nuestras ideas. (...) Si esta es una democracia tengo tanto derecho como los zurdos (Noe Pristina, 2021).

Si bien a las descalificaciones que recibe les responde amablemente con la bandera argentina, utiliza despectivamente el término “zurdos” para caracterizar a quienes la agreden. La utilización permanente de metáforas bélicas y de un tono de voz y expresiones militares son los recursos que utilizó para reforzar su perfil de “dama de hierro”, que expresa lo que siente con convicción y sin corrección política. En este sentido, realiza un llamamiento para librar la “batalla cultural” en contra de los discursos de la izquierda, que hasta ahora han resultado triunfadores, en torno a los derechos humanos, los “nuevos derechos” y las “políticas de género” (Club de los Viernes Argentina, 2019). No obstante, sostiene que su adscripción a la derecha y a esta batalla no significa que niegue o esté de acuerdo con violar los derechos humanos (Neura Media, 2023). La batalla cultural que emprende debe entenderse en relación con la disputa por quiénes pueden ser comprendidos como víctimas. De este modo, Villarruel articula de modo estratégico su autorretrato como mujer fuerte que empatiza con quienes, según su perspectiva, realmente no son reconocidos y padecen injusticias aún no remediadas.

La disputa por los derechos humanos fue la primera y la más importante que emprendió al comenzar a instalar en los medios de comunicación masiva, en 2017, otra interpretación en relación con lo sucedido durante la última dictadura militar.

Mi familia fue víctima del terrorismo. Mi papá estuvo en una unidad militar que en democracia estuvo tomada por el ERP, por el Ejército Revolucionario del Pueblo y fue torturado (...) Mi abuelo era historiador naval (...) y tuvo cuatro tentativas de bombas de montoneros cuando yo era muy chiquita y la verdad que nosotros no perdimos un familiar, no resultamos heridos, pero conocimos el terrorismo de primera mano.

Al describirse como “víctima del terrorismo” Villarruel produce un desplazamiento estratégico en tanto desde el Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas (CELTYV) que fundó y preside desde 2006, no demanda “memoria completa” y libertad de los militares condenados por los crímenes de la última dictadura sino justicia para dichas víctimas (Barros & Salvi, 2022; Nugent, 2024; Palmisciano, 2022). A partir de ello, se presenta a sí misma implícitamente como quien reclama que los derechos humanos sean de todos. Cuando le preguntan si condena la última dictadura militar responde que condena los excesos pero que

no va a caer en la trampa de eliminar a “sus víctimas”, que son las “víctimas de todo el pueblo argentino” (La Nación, 2023). Asimismo, vuelve a posicionarse ella misma como víctima al afirmar que cuando expresas estas ideas te convertís en la “hermana de Mussolini” (Adorni, 2023b).

Esta estrategia discursiva de “autovictimización” (Güemes, 2023, p. 104) le permite articular y consolidar tres características fundamentales de su autorretrato. Por un lado, la asociación entre las verdaderas víctimas excluidas del discurso hegemónico y la totalidad del pueblo argentino con el objetivo de situarse a sí misma como representante de la universalidad de la República Argentina, de la Constitución Nacional y de los símbolos patrios que, desde su perspectiva, nos incluyen a todos igualitariamente. Por otro, ubicarse no como víctima sino como representantes de las víctimas. En su autorretrato todas estas circunstancias la fortalecieron, reforzaron sus convicciones y su lucha. Señala que no tiene miedo de expresar lo que el resto, por conveniencia política, prefiere callar. Ella elige enfrentar, combatir y eliminar al enemigo. En la representación de las víctimas ella encontró su “mística” y su objetivo político:

Tenemos que encontrar la mística perdida en cada una de nuestras naciones. Eso es lo que te llena el alma. Yo la encontré. Eran mis víctimas. También hay que estudiar al enemigo. No podemos combatirlo si no sabemos cómo piensa, cómo es, cómo va a accionar, no podemos adelantarnos a sus acciones. (VOX Europa, 2022).

Ahora bien, su estrategia no sólo consiste en situar su propio criterio de reconocimiento sobre quién es víctima o no como criterio universal sino también presentar un rostro más humano de la derecha a partir del reconocimiento de las verdaderas víctimas. De este modo, conviven en Villarruel la construcción de su perfil dos rasgos que *a priori* parecerían antitéticos y que desestabilizan los estereotipos de género: la empatía y reconocimiento de quienes padecen injusticias con la necesidad de aniquilación del enemigo.

Este procedimiento a través del cual eleva estratégicamente a universal sus criterios y experiencias personales, también es esgrimido por la actual vicepresidenta para negar la existencia misma del patriarcado al describir la relación con su padre militar:

¡Si, obvio que lo niego, obvio que lo niego! En mi casa somos dos mujeres, dos hijas mujeres, mi mamá, mi papá (...). Mi papá era un militar de carrera coman-

do de Malvinas, lo más recio que te puedas imaginar. Nunca, jamás, me sentí menos que un varón (CNN en Español, 2023).

De este modo, no sólo a partir de su autorretrato extrae pruebas con las que niega la existencia de desigualdades de género sino también que solicita, previamente a su ingreso a la política partidaria, que el estado deje de subvencionar la agenda de género a la que caracteriza como “agenda ideológica”:

Como ciudadana independiente no puedo pensar que es justo que todos los recursos del Estado vayan a solventar la agenda ideológica de un grupo de mujeres que no representa a todas las mujeres, sino a grupos de poder que a ellas las impulsan. La mujer no tiene por qué ser subvencionada ni tratada como una disminuida (Victoria Villarruel, 2019).

Desde esta perspectiva, Villarruel produce una representación de la mujer como “ciudadana independiente” y, posteriormente, como “mujer fuerte” en contraposición a una concepción de la mujer como disminuida y subvencionada. Aquí vuelve a erigirse como representante neutral y universal del conjunto de la ciudadanía frente a un grupo de mujeres que representan parcialmente a las mujeres. Como señalaré en los siguientes apartados, esta concepción de la mujer se unifica con las representaciones simbólicas de la “mujer capaz” y el “varón criminalizado”.

SU AUTORRETRATO COMO “MUJER CAPAZ”: EL RECHAZO A LAS POLÍTICAS DE IGUALDAD DE GÉNERO

Si bien tanto Milei como Villarruel mencionan ocasionalmente los valores de la familia en sus discursos para posicionarse contra el aborto y la “ideología de género”, ambos cuestionan una concepción tradicional de ésta en el relato de sus trayectorias de vida. Al igual que la vicepresidenta, el actual presidente no está casado y cuando habla de sus hijos se refiere a sus perros. Esta innovación se traslada parcialmente a la construcción de la fórmula presidencial. Señalo que parcialmente porque, al igual que en las fórmulas de los espacios de derecha desde 2015 a la actualidad, las mujeres candidatas construyen representaciones simbólicas de la fórmula evocando la pareja heterosexual tradicional en la que ocupan un lugar subordinado. En palabras de Villarruel:

Todos estos años que he estado luchando me fueron preparando para el momento en el cual Javier Milei me dijo ‘¿quieres ser mi segunda?’. Yo le dije que sí. Y nos

preparamos para vivir, creo hasta el día de hoy, la aventura más grande de nuestras vidas. Sí. Él es el rockero. Yo soy la chica clásica o conservadora. Estupendo. A todo el mundo le encanta esa pareja (El Peluca Milei, 2023b).

A pesar de no centrar su discurso en el *ethos femenino*, como lo hizo Gabriela Michetti en su campaña de 2015, también es la encargada de recuperar la necesidad del diálogo y los acuerdos cuando le preguntan cómo van a gobernar teniendo sólo una minoría de legisladores en ambas cámaras legislativas nacionales (La Nación, 2023). No obstante, si bien hay una consolidación de la pareja heterosexual y del rol de la mujer como subordinada y conciliadora, la fórmula produce un desplazamiento respecto de la derecha tradicional en lo relativo a la división sexual de los temas de campaña. En sus palabras:

La economía y la seguridad son los dos puntos más importantes de interés de los argentinos. Bueno, Javier siempre atendió las cuestiones económicas. Y a mí me toca atender las cuestiones de seguridad. De seguridad y defensa (Adorni, 2023^a).

En sintonía con algunas características “menos femeninas” y de “convicciones duras” de la ex Ministra de Seguridad Patricia Bullrich (Canelo, 2019, p. 153), el principal tema de interés de Villarruel ha sido asociado tradicionalmente a los *masculine issues*. A partir de sus temas de interés no sólo refuerza su identificación como “dama de hierro” sino también produce otra representación simbólica de género como “mujer capaz” que ha logrado ocupar cargos y relevancia pública por la valoración de sus méritos específicos y no por políticas de acción afirmativa. Desde su perspectiva, en su espacio son los varones los que necesitan de este tipo de medidas, señalando implícitamente que actualmente los varones son los discriminados.

Describe que en LLA “las que rodeamos a Javier Milei somos todas mujeres” y que los varones son quienes se alegran por la existencia del cupo, porque sin esta medida “nosotros estábamos todos fritos” (CNN en Español, 2023). Para Villarruel, los cupos son una ofensa para las mujeres ya que presuponen “un menosprecio a la capacidad que, para bien o para mal, tenemos las mujeres en diferentes puestos” (Victoria Villarruel, 2019). Las mujeres deben lograr ocuparlos por mérito propio y esto es posible porque existe igualdad ante la ley:

Nosotros podemos ser la derecha, podemos ser liberales, conservadores, libertarios pero para nosotros el hombre y la mujer es igual. A mí nunca nadie me dijo

que porque soy mujer no voy a cobrar el mismo sueldo que un varón o tengo que pagar más impuestos que un varón o que mis derechos no están reconocidos en la Constitución (CNN en Español, 2023)

Nuevamente en este autorretrato en el que habla como mujer vuelve a impugnar desde sus experiencias laborales y políticas individuales las desigualdades de género. A partir de ello, objeta un conjunto de políticas de igualdad de género porque considera que se sostienen a partir de un concepto de mujer como víctima que no la representa:

Como mujer, no me siento representada con un ministerio que considera que las mujeres por haber nacido mujeres somos víctimas. Las mujeres no somos víctimas. Las mujeres en algunas situaciones podemos ser víctimas de delitos, pero los hombres también, los niños también y los ancianos y discapacitados también (CNN en Español, 2023).

En este punto vuelve a reconfigurar el concepto de víctima para afirmar que las mujeres no son víctimas, con la excepción de quienes padecen un delito. Pero, en ese caso, las mujeres no serían más víctimas que los varones, los niños, los ancianos y las personas con diversidad funcional cuando padecen delitos. De este argumento se sigue su impugnación a la existencia misma de la violencia de género:

Me parece que, primero, la violencia no tiene género. Es tan víctima un niño que es asesinado, sufre abusos o sufre algún tipo de agresión que una mujer, que un anciano, que un discapacitado o del sector que sea. Desde el momento que nosotros consideramos que alguien es más víctima que otros estamos rompiendo la igualdad ante la ley, estamos rompiendo toda la concepción que tenemos de legalidad que está amparada por la constitución. Todos tenemos los mismos derechos (CNN en Español, 2023).

En esta cita Villarruel se sitúa nuevamente como representante y principal defensora de la universalidad, pero en este caso de la igualdad ante la ley. Romper dicha igualdad implica asumir una representación de un grupo social minoritario. En cambio, se presenta a sí misma como defensora del ser humano y de la vida:

Como mujer defendiendo la vida desde la concepción. (...) Tengo empatía con todos los seres humanos, estén nacidos o estén en gestación. Nunca el sexo fue un

impedimento para mí para llevar adelante la defensa de aquellos que no tienen voz y que no tienen lugar en la historia oficial (Villarruel, 2019).

En esta referencia sintetiza en pocas palabras, aunque de modo implícito, su autorretrato en tanto habla como mujer en contra de aquellas mujeres que se victimizan al considerar que por ser mujeres tienen mayores impedimentos o barreras en la esfera pública. Se diferencia también de quienes están a favor de la IVE sugiriendo implícitamente que no tienen empatía. Además, unifica sus posicionamientos antigénero con su perspectiva sobre los derechos humanos al señalar que defiende a quienes no tienen voz en la historia oficial y que sus vidas no son valoradas ni reconocidas como tales. Asimismo, suma un nuevo argumento a los tradicionales de los sectores autodenominados “provida” al considerar que la Argentina no necesita menos argentinos sino más y que en tanto tales tienen el mismo derecho que tuvo ella a nacer (Laboratorio de Comunicación y Medios UCA, 2021).

Desde este discurso patriótico Villarruel se sitúa como representando simbólicamente una universalidad que verdaderamente incluye al conjunto de los argentinos, incluso los que aún no han nacido y que comparten con ella ese derecho, tanto como al ser humano en su totalidad. De este modo, como veremos en el siguiente apartado, su caracterización y oposición al “feminismo supremacista” la ayuda a reforzar esta evocación de la universalidad de la Nación Argentina en contraposición con una representación parcial, sesgada y de doble vara que lleva adelante ese sector de feminismo.

EL AUTORRETRATO COMO “MUJER PIONERA”: LA OPOSICIÓN AL “FEMINISMO SUPREMACISTA”

En sus intervenciones Villarruel nunca se identifica a sí misma como feminista, pero tampoco critica al feminismo en general sino a un tipo de feminismo que caracteriza despectivamente de distintas maneras: supremacista, hembraista o “de cotillón”. En una conferencia en 2019 se presentó como una mujer que hace política no partidaria, que toca temas inconvenientes y políticamente incorrectos. No obstante, su primera afirmación en sintonía con los discursos antigénero refiere a las diferencias complementarias entre los hombres y mujeres gracias a las que pueden convivir pacíficamente:

En primer término, quiero decir una cosa obvia pero no deja de ser cierta, los hombres y las mujeres somos diferentes por razones biológicas, psicológicas y de relacionamiento y de sociabilización. Y, desde el principio de la humanidad, estas características están y persisten hasta el siglo XXI. Tenemos diferentes capacidades, las conservamos, somos complementarios. Por supuesto de estas diferencias debe surgir el conocimiento, el respeto, la colaboración mutua para que los hombres y las mujeres, de alguna manera, tengan el devenir de sus vidas en pacífica convivencia (Villarruel, 2019).

Aunque en este fragmento no se describa a sí misma explícitamente, se está caracterizando como una mujer que sostiene una relación de colaboración, complementariedad y convivencia pacífica con los varones. En este punto, comienza a presentar sus diferencias con el feminismo que caracteriza como "supremacista" y que posee una visión ideológica de los hombres y las mujeres a través de la cual se mina la conversación entre ellos, se criminaliza a los varones y se promueve una lucha de sexos que reemplaza la lucha de clases. Este tipo de feminismo considera que las mujeres son seres desvalidos e indefensos que, por ello, necesitan que el Estado les reconozca derechos y recursos en beneficio propio. En contraposición a este feminismo, se posiciona como "mujer moderna" y señala:

Como mujeres del siglo XXI, vernos como personas débiles, tolerar la desigualdad con el hombre a través de leyes como la Ley Micaela, o creer que criminalizar a los varones o responsabilizarlos de todo es algo bueno, en pleno siglo XXI, discúlpenme, pero no me parece ni bueno ni moderno ni evolucionado (Villarruel, 2019).

Este feminismo que impugna sostiene, desde su perspectiva, una concepción "exacerbada de la mujer" y un doble estándar respecto de las mujeres. En referencia al Encuentro Nacional de Mujeres, señaló que mientras a algunas se les garantizó el transporte y las viandas, las policías mujeres no tuvieron un lugar digno donde dormir. En contraposición a este tipo de feminismo, reconoce y agradece a un grupo de mujeres:

Por supuesto, agradezco y reconozco y recuerdo a todas las mujeres que lucharon hace muchísimas décadas para garantizarnos el derecho al voto, el derecho a la educación y la autonomía económica. No puedo dejar de recordar a Cecilia Grierson, a Ada Elflein, a Lola Mora, a las Patricias Argentinas, a Juana Azurduy,

gracias a ellas realmente hubo avances concretos para las mujeres y son referentes no solo de capacidad sino de determinación y talento (Villarruel, 2019).

Aunque en este párrafo Villarruel no hace referencia a sí misma, enumera a las “mujeres talento” y pioneras para inscribirse implícitamente en ese grupo. En otras palabras, estas mujeres son evocadas como representantes simbólicas de un tipo de mujer que representa la capacidad, el talento y la innovación. En esta enumeración no sólo puede encontrarse a Cecilia Grierson quien fue la primera mujer médica y feministas, sino también a las Patricias Argentinas. Estas últimas jugaron un papel central en la independencia de Argentina. Entre ellas, menciona a la coronel Juana Azurduy quien se destacó especialmente por su participación militar en las guerras de independencia. Asimismo, reivindica a Lola Mora, quien fue la primera escultora argentina, y a Ada Elfier, quien fue la primera mujer nombrada miembro de la Academia Nacional de Periodismo. Luego, afirma que le cuesta creer que las mujeres “nos veamos sinceramente como víctimas en un país con la presencia de mujeres fuertes, por ejemplo, como Patricia Bullrich o con las altas responsabilidades que lleva la Gobernadora de la principal provincia de este país, Vidal, o Carrió” (Villarruel, 2019).

Posteriormente, ya como diputada electa, comienza paulatinamente a virar su confrontación con el feminismo hacia las políticas implementadas por el gobierno. En una entrevista refiere al nombramiento de tres mujeres como ministras (Página12, 2022) y afirma que fueron hechos para sostener el “feminismo de cotillón” que defiende Alberto Fernández (esRadio, 2022). En la campaña presidencial de 2023, Villarruel profundizó este viraje, ajustando nuevamente a su conveniencia su criterio de quién cuenta como víctima y quién no. En el primer debate de vicepresidentes, estratégicamente no niega la existencia de la violencia de género sino la veracidad de la preocupación por este tema del gobierno:

Rossi le habla a las mujeres, pero no tiene ningún problema en faltarle el respeto a la única mujer con la que está debatiendo en el día de hoy. Así que lo que definitivamente muestra Rossi es la demagogia de este gobierno y el doble estándar que tiene este gobierno en todos los temas que trata. Tu gobierno nos toma a las mujeres de rehenes, nos usan para instalar sus quioscos. Y, mientras tanto, nosotras nos tenemos que aguantar que la violencia de género, que tanto alegan, no disminuye mientras usan los recursos de todos nosotros (Todo Noticias, 2023b).

De este modo, utiliza estratégicamente este desplazamiento discursivo para producir en plena campaña otro autorretrato. A partir del reconocimiento de la existencia de la violencia de género se retrata a sí misma y a todas las mujeres como "rehenes". No sólo rehenes de la violencia de género y de la casta política que las utiliza para instalar quioscos sino también como obligadas a solventar estas políticas con el dinero de "todos nosotros". Aquí se explicita, aún más, cómo las consignas y las políticas de igualdad de género promovidas por el feminismo son utilizadas estratégicamente también por las nuevas derechas no sólo para renovar su discurso sino también para mejorar sus chances electorales.

CONCLUSIÓN

En el presente artículo realicé aportes novedosos para pensar: 1) La importancia de las representaciones y concepciones del género en el modo en que las líderes de derecha construyen sus autorretratos. 2) La renovación discursiva de las nuevas derechas a partir de procesos de convergencia con el feminismo. Respecto del primer asunto he mostrado cómo, a partir del modo en que Villarruel describe su trayectoria familiar, política y de formación, evoca una representación simbólica de la "mujer capaz", fuerte, pionera y moderna en contraposición a una interpretación de ésta como víctimas, débiles o disminuidas. Para ello, y respecto del segundo punto, contrapone un feminismo "supremacista" que representa selectivamente a las mujeres y criminaliza a los varones, con las primeras feministas o mujeres pioneras gracias a las cuales se obtuvieron derechos para todas las mujeres. Asimismo, Villarruel refuerza su autorretrato como representante de una verdadera universalidad inclusiva a partir de la evocación permanente de símbolos patrios, del pueblo argentino y de la Constitución Nacional.

De este modo, produce una representación simbólica ambivalente que desafía los estereotipos de género, al mismo tiempo refuerza concepciones tradicionales del género en sus posicionamientos antigénero. Afirma que los hombres y mujeres somos diferentes pero que ello no debería ser un indicador de desigualdad sino más bien de complementariedad y convivencia pacífica. Asimismo, dichas concepciones tradicionales y binarias del género se refuerzan con la ausencia casi absoluta en su discurso del colectivo LGTTBIQ+, que sólo se rompe en el que se refiere de modo estigmatizante al "lobby LGBT".

En resumidas cuentas, he mostrado que Villarruel presenta un discurso renovado de la derecha que desplaza estratégicamente algunas concepciones más tradicionales y conservadoras sobre el género en su autorretrato. Sin embargo, no las abandona completamente al adoptar el discurso de los sectores antigénero. Por todo

ello, ofrece un autorretrato complejo y singular como mujer líder de derecha que no se ajusta fácilmente a los estereotipos de género como tampoco al antifeminismo.

CORPUS ANALIZADO

- A24com (Director). (2021, septiembre 7). *Canosa mano a mano con Victoria Villarruel— Viviana con Vos (06/09/2021)*. <https://www.youtube.com/watch?v=zBYZKKWrhuE>
- Club de los Viernes Argentina (Director). (2019, septiembre 8). *Ortega Smith y Vicky Villarruel | Desafíos de la Batalla Cultural | (conferencia completa)*. <https://www.youtube.com/watch?v=83ySWgP4gaU>
- CNN en Español (Director). (2023, agosto 10). *Victoria Villarruel: «Jamás vi a Milei preguntándole consejos a su perro muerto»*. <https://www.youtube.com/watch?v=Tn98voWIAPo>
- El Peluca Milei (Director). (2023b, julio 21). *La película de Milei: Javier Milei la revolución liberal*. <https://www.youtube.com/watch?v=7VJE05otwo8>
- esRadio (Director). (2022, octubre 11). *Federico Jiménez Losantos entrevista a Victoria Villarruel*. <https://www.youtube.com/watch?v=haBd74EMheI>
- La Nación (Director). (2023, mayo 11). *Victoria Villarruel: «Cristina Kirchner fue una tragedia para este país»*. <https://www.youtube.com/watch?v=YYoijib4urM>
- Laboratorio de Comunicación y Medios UCA (Director). (2021, noviembre 4). *Ciclo «Candidatos a las Aulas»—Victoria Villarruel*. <https://www.youtube.com/watch?v=TnI4fNsRJys>
- Manuel Adorni (Director). (2023a, septiembre 15). *Manuel Adorni y Marcelo Grandio conversan con Victoria Villarruel (parte 1)*. <https://www.youtube.com/watch?v=X8TNJrmmyOE>
- Manuel Adorni (Director). (2023b, septiembre 16). *Manuel Adorni y Marcelo Grandio conversan con Victoria Villarruel (parte 2)*. https://www.youtube.com/watch?v=d8xfVA6_2yc
- Neura Media (Director). (2023, agosto 19). *Victoria Villarruel con Alejandro Fantino—Programa Especial | La Cosa en Sí—18/08*. https://www.youtube.com/watch?v=U_E7xAYXdpw
- Todo Noticias (Director). (2023a, mayo 18). *«Impedirte nacer es la medida más discriminatoria para un ser humano» Victoria Villarruel*. <https://www.youtube.com/watch?v=9n8TIKMSkfo>
- Todo Noticias (Director). (2023b, septiembre 21). *Debate vicepresidencial en A DOS VOCES (Programa completo del 20/09/2023)*. <https://www.youtube.com/watch?v=CL-rOehmizQ>

- Todo Noticias. (2023c, septiembre 21). *Los resultados de la encuesta de A Dos Voces durante el debate de candidatos a la vicepresidencia*. <https://tn.com.ar/politica/2023/09/21/quien-gano-el-debate-de-candidatos-a-vicepresidente-segun-la-encuesta-de-a-dos-voce/>
- Todo Noticias (Director). (2023d, noviembre 9). *El Debate de Agustín Rossi Y Victoria Villarruel, Candidatos a Vicepresidente, En «a dos voces»*. <https://www.youtube.com/watch?v=n3hiGKsoCGw>
- Victoria Villarruel (Director). (2019, octubre 17). *Palabras de Victoria Villarruel en el panel Mujer y Política*. <https://www.youtube.com/watch?v=Mi6UHS--dOY>
- Victoria Villarruel (Director). (2021, septiembre 6). *Cierre de Campaña de Victoria Villarruel*. https://www.youtube.com/watch?v=Io_6zKuApDc
- Villarruel, V. (2022). Desde la mirada de la Dama de Hierro. En J. Milei, *El camino del libertario*. Planeta.
- VOX Europa (Director). (2022, octubre 18). *Cumbre de la iberosfera: Iván Espinosa, Victoria Villarruel y Adriana Tudela*. <https://www.youtube.com/watch?v=ruDcVniXkK8>

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo, Pub. L. No. 27610 (2021). <https://www.argentina.gob.ar/>
- Barrancos, D. (2008). *Mujeres, entre la casa y la plaza*. Editorial Sudamericana.
- Barros, M. M., & Salvi, V. (2022). Dossier: "Democracia, derechos humanos y memorias frente al ascenso de las derechas en Argentina, Brasil y España". *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, 9(17), 6-11.
- BEDIN, P. (2024). La representación simbólica del género en los discursos de las candidatas de derecha en Argentina: Los valores de la familia y lo femenino. *Discurso y Sociedad*, 1(18), 61-88.
- Bertoia, L. (2024, abril 2). Quién era el padre de Victoria Villarruel: Un militar que se jactaba de su rol en la represión | La trayectoria de Eduardo Marcelo Villarruel. *PAGINA12*. <https://www.pagina12.com.ar/590312-quien-era-el-padre-de-victoria-villarruel-un-militar-que-se->
- Canelo, P. (2019). *¿Cambiamos? La batalla cultural por el sentido común de los argentinos*. Siglo Veintiuno Editores.
- Cantero, D. S. M. (2014). Teoría fundamentada y Atlas.ti: Recursos metodológicos para la investigación educativa. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 16(1).
- Consejo Pontificio de la Familia. (2006). *Lexicón de términos ambiguos y discutidos sobre familia, vida y cuestiones éticas*. Palabra.
- El Peluca Milei (Director). (2023a, abril 3). *Milei humilló a feminista en estados unidos: «¿Ser liberal es machista?»* <https://www.youtube.com/watch?v=dKwwezsyIXQ>

- Fernández García, N. (2014). *Medios, género y política: Representación en prensa escrita de las ministras españolas (1982-2011)* [Http://purl.org/dc/dcmitype/Text, Universitat Autònoma de Barcelona].
- Friedman, E. J., & Tabbush, C. (2018). Introduction: Contesting the Pink Tide. En E. Friedman, *Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide* (Duke University Press, pp. 1-47).
- Fuentes, F. (2023, junio 4). Pablo Semán: “Las ideas de Milei radicalizaron a la derecha en Argentina”. *La Tercera*. <https://www.latercera.com/la-tercera-domingo/noticia/pablo-seman-las-ideas-de-milei-radicalizaron-a-la-derecha-en-argentina/H44OA62NKZAZ5BTKLLLD7RZLLQ/>
- Garbagnoli, S. (2018). Contra la herejía de la inmanencia: El “género” según el Vaticano como nuevo recurso retórico contra la desnaturalización del orden sexual. En D. Paternotte & S. Bracke (Eds.), *iHabemus género! La Iglesia Católica y la Ideología de Género. Textos Seleccionados* (Género y Política en América Latina).
- Genoud, D. (2023, septiembre 9). Sergio Morresi: «Lo que logró unir a sectores de diferentes derechas es que todos se oponen al movimiento feminista». *elDiarioAR.com*. https://www.eldiarioar.com/politica/sergio-morresi-logro-unir-sectores-diferentes-derechas-oponen-movimiento-feminista_1_10497424.html
- Giordano, V., & Rodríguez, G. P. (2020). Las mujeres de las derechas latinoamericanas del siglo XXI. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, 126, 215-237. [https://www.cidob.org/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/126/las_mujeres_de_las_derechas_latinoamericanas_del_siglo_xxi/\(language\)/es-ES](https://www.cidob.org/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/126/las_mujeres_de_las_derechas_latinoamericanas_del_siglo_xxi/(language)/es-ES)
- Güemes, C. (2023). Nuevas derechas y feminismo: De su combate a su resignificación. En J. A. Sanahuja & P. Stefanoni, *Extremas derechas y democracia: Perspectivas iberoamericanas*. Fundación Carolina.
- Juan Pablo II. (1995). *Carta a las mujeres*. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/es/letters/1995/documents/hf_jp-ii_let_29061995_women.html
- Laje, A. (2016). Feminismo e Ideología de género. En A. Laje & N. Márquez, *El libro negro de la nueva izquierda. Ideología de género o subversión cultural*. Grupo Unión.
- Morán Faúndes, J. M. (2023). La tercera ola neoconservadora en Latinoamérica: Ofensivas contra los derechos sexuales y reproductivos. *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 1(95), Article 95. <https://doi.org/10.28928/ri/952023/aot9/moranfaundesj>
- Morresi, S. D., Saferstein, E. A., Semán, P., Vicente, M., Welschinger, N., & Vazquez, M. (2023, diciembre 13). El pueblo mileísta. *Revista Anfibia*. <https://www.revistaanfibia.com/el-pueblo-mileista/>

- Morresi, S. D., & Vicente, M. (2023). Rayos en cielo encapotado: La nueva derecha como una constante irregular en la Argentina. En P. Semán, *Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?* Siglo XXI Editores.
- Morresi, S. D., & Vommaro, G. A. (2015). «Hagamos equipo»: PRO y la construcción de la nueva derecha en Argentina. Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Nugent, C. (2024, enero 7). Victoria Villarruel: Argentina's hardline vice-president seeking to rewrite its history. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/aab162b5-ac73-4682-bc96-8c319eeac43b>
- Página12. (2022, octubre 10). Alberto Fernández designó a tres mujeres en los ministerios que habían quedado vacantes | Cambios en el Gabinete. *PAGINA12*. <https://www.pagina12.com.ar/488564-alberto-fernandez-esta-reunido-en-olivos-con-tolosa-paz-cand>
- Palmisciano, C. (2022). El tiempo de los otros. Memorias y nuevas derechas, un análisis a partir de la carrera militante de Victoria Villarruel. *CLEPSIDRA*, 9(17), Article 17.
- Perez Ripossio, R. N. (2022). Aplicación de la teoría fundamentada en una investigación sobre travestis y mujeres trans sudamericanas que residen en el AMBA. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, 23, 61-75.
- Perfil. (2021, diciembre 15). «Vacunatorios VIP» y «Olivos gate»: De qué hablamos los argentinos en 2021. Perfil. <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/vacunatorios-vip-y-olivos-gate-de-que-hablamos-los-argentinos-en-2021.phtml>
- Programa Nacional de Educación Sexual Integral, Pub. L. No. 26.150 (2006). <https://www.argentina.gob.ar/>
- Quevedo Redondo, R. (2021). El estilo retórico femenino en la entrevista política. Una década de aplicación en Telva. *Index.comunicación*, 11(1), <https://doi.org/10.33732/IXC/11/01ELESTI>
- Vázquez, M. (2023, diciembre 29). ¿Quiénes son y cómo piensan las Mujeres por la Libertad y las Pibas Libertarias? *LatFem*. <https://latfem.org/quienes-son-y-como-piensan-las-mujeres-por-la-libertad-y-las-pibas-libertarias/>
- Vázquez, M., & Spataro, C. (2024, marzo 12). Las hermanas bastardas: ¿se puede ser feminista y mileísta? *Revista Anfibia*. <https://www.revistaanfibia.com/las-hermanas-bastardas-se-puede-ser-feminista-y-mileista/>
- Vera, T. P., & Morillo, J. P. (2007). La complejidad del análisis documental. *Información, cultura y sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas*, 16, 55-81.
- Vommaro, G. (2023). La ultraderecha en Argentina: Entre el oportunismo y la innovación de Milei. *Fundación Friedrich Ebert*.

De “merdalheres” a “conservadias”: o discurso de ódio masculinista^{1,2}

*From merdalheres to conservadias:
the masculinist hate speech*

Bruna Camilo de Souza Lima e Silva^a, Alessandra Sampaio Chacham^b

Resumo Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou a interação entre os discursos masculinistas nas redes sociais e a extrema-direita no cenário político brasileiro. A análise se concentra na relação entre os discursos masculinistas veiculados nas redes sociais, a misoginia e seu vínculo com a extrema-direita. Os conceitos centrais de misoginia e masculinidade são primeiramente delineados para estabelecer uma base teórica a fim de desenvolver nossa análise. A metodologia adotada compreende uma pesquisa exploratória que inclui blogs, grupos no aplicativo Telegram e materiais fornecidos pela professora e pesquisadora Lola Aronovich. Os resultados da pesquisa esboçam a convergência entre os discursos masculinistas e a extrema-direita. Ao examinar os conteúdos desses grupos e blogs, observa-se uma associação entre os grupos masculinistas e a misoginia, a qual, por sua vez, está interligada com elementos dos discursos da extrema-direita. A interseção desses discursos sugere que as ideias masculinistas proporcionam um terreno fértil para a disseminação de ideais extremistas.

Palavras-chave Masculinidades. Masculinismo. Misoginia. Extrema-direita. Redes sociais.

Abstract *This article presents the results of a research that investigated the interaction between masculinist discourses on social media and the far-right in the Brazilian political scenario. The analysis focuses on the relationship between masculinist discourses disseminated on social media, misogyny, and their connection with the far-right. The central concepts of misogyny and masculinity are first outlined to establish a solid theoretical foundation for our analysis. The methodology adopted comprises exploratory research that encompasses blogs, groups on the Telegram app, and materials provided by Professor and researcher Lola Aronovich. The research*

a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)- Ministério da Saúde. Brasília, DF, Brasil. E-mail: brunalimaa25@gmail.com

b Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: achacham@pucminas.br

1 Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada para a tese de doutorado da primeira autora do artigo, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com o título: *Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil*.

2 Financiamento: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

results delineate the convergence between masculinist discourses and the far-right. Upon examining the contents of these groups and blogs, an association between masculinist groups and misogyny is observed, which, in turn, is interconnected with elements of far-right discourses. The intersection of these discourses suggests that masculinist ideas provide fertile ground for the dissemination of extremist ideals.

Keywords *Masculinities. Masculinism. Misogyny. Far-Right. Social networks.*

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise do discurso e das ideologias difundidas por masculinistas brasileiros, examinando sua relação com a extrema-direita no contexto político do Brasil, particularmente pela investigação dos discursos masculinistas e misóginos presentes nas plataformas de mídia social. O masculinismo pode ser caracterizado como uma ideologia profundamente patriarcal e misógina que busca reafirmar a prática violenta de dominação, caracterizando as mulheres como oportunistas e antagonistas dos direitos dos homens (Lima e Silva, 2023). Os masculinistas são indivíduos misóginos que propagam discursos e práticas de ódio contra as mulheres, situando-as, juntamente com a comunidade LGBTQIA+ e pessoas negras, em uma posição de subordinação, enquanto advogam pela superioridade masculina nos domínios cultural, político, econômico e social (Lima e Silva, 2023). De acordo com Rosana Pinheiro-Machado (2019), o masculinismo tem Jack Donovan como uma figura de referência, um influente estadunidense associado à nova extrema-direita, o que intensifica ainda mais sua característica misógina³.

Pinheiro-Machado (2019) ainda observa que nos últimos anos, especialmente após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a misoginia tem sido explicitamente empregada como um instrumento de agressão no cenário político, manifestando-se através de memes misóginos disseminados por *bots*⁴ e *capas de revistas sexistas, entre outros meios. Por meio desses bots*, as ideias masculinistas são disseminadas em larga escala, alcançando tanto a *deep web* quanto a internet convencional, onde seguidores dessas ideologias produzem vídeos de divulgação bem acessíveis, em que justificam, por exemplo, a necessidade de violência para manter a ordem. Essas ideias são rapidamente difundidas em grupos de WhatsApp entre amigos e familiares, promovendo a narrativa de que o feminismo é a causa dos problemas mundiais (Pinheiro-Machado, 2019).

³ Ver em <https://theintercept.com/2019/05/27/jack-donovan-machos-em-crise/> (acesso em 31/05/2021).

⁴ Forma reduzida de *robot*, que é uma aplicação de *software* concebido para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão, da mesma forma que faria um robô.

Em uma pesquisa sobre memes eróticos e notícias falsas direcionados a Dilma entre 2014 e 2016, Allan Carlos dos Santos (2019) demonstrou como essa produção não apenas reforça a misoginia, mas também parece incitar agressões físicas contra as mulheres. Encorajados pela sensação de impunidade, os agressores têm submetido as mulheres a mais um meio de violência, o qual não substitui outros métodos, mas sim amplifica e intensifica sua ocorrência (Stipp; Machado; Madrid, 2020).

Para compreender o fenômeno em questão, é imperativo contextualizar o cenário a que nos referimos e elucidar o percurso que nos levou ao momento presente. Em nossa abordagem teórica, utilizamos conceitos fundamentais para a compreensão das problemáticas abordadas, tais como gênero, masculinidade, misoginia e extrema-direita, além de explorarmos um aspecto que tem se mostrado crucial para a consolidação da extrema-direita: o emprego de notícias falsas, amplamente difundidas pelas redes sociais.

Para a coleta e análise dos dados, adotamos uma abordagem qualitativa, embasada em ferramentas metodológicas como a análise de conteúdo. Os dados foram coletados a partir de postagens e comentários em blogs, fóruns e grupos de aplicativos de mensagens, bem como por meio de materiais da professora e pesquisadora Lola Aronovich⁵, uma estudiosa reconhecida na área que também tem sido alvo de ataques por parte dos masculinistas.

MASCULINIDADE: O QUE É “SER HOMEM”?

A masculinidade pode ser compreendida como um conjunto de práticas que delineiam a posição dos homens dentro da estrutura das relações de gênero (Connel, 1995, p. 188). Este conjunto de práticas define os atributos que caracterizam a identidade masculina, frequentemente associada a comportamentos agressivos, resultando em uma dicotomia entre as concepções de “macho” e “masculino”. Tal dicotomia contribui para a insegurança inerente à identidade masculina, fomentando tanto a autodepreciação quanto reações violentas em relação a outros indivíduos e circunstâncias.

Em relação ao processo de construção da masculinidade, a socióloga nigeriana Oyewùmí Oyèrónkè (2021) argumenta que o gênero foi concebido ontologicamente e que, dentro dessa ontologia, a categoria de cidadania, intrínseca à teoria política ocidental, é percebida como masculina. Nessa narrativa, destaca-se a centralidade

5 Dolores Agüero Aronovich, professora de Letras da Universidade Federal do Ceará, conhecida como Lola Aronovich, é vítima de ataques dos masculinistas há quase vinte anos devido à sua atuação em seu blog desde o início dos anos 2000. Uma lei com seu nome contra crimes de misoginia na internet foi sancionada em 2018.

dos corpos, concebidos como dois corpos distintos, dois sexos, duas categorias persistentemente contrapostas, sustentando a construção firme do corpo como *locus* e causa de diferenças e hierarquias na sociedade (Oyèrónkè, 2021, p. 35).

Dentro dessa mesma perspectiva hierárquica, Connel identifica a existência de uma masculinidade hegemônica, entendida como um conjunto de práticas que perpetuam a dominação masculina sobre as mulheres (Connel, 2013, p. 245). A hegemonia da masculinidade não se manifesta necessariamente como uma norma estatística; apenas uma minoria de homens pode eventualmente adotá-la. No entanto, ela é normativa, representando a forma idealizada de masculinidade, impondo-se como um padrão pelo qual todos os outros homens devem se posicionar e legitimando ideologicamente a subordinação das mulheres aos homens (Connel, 2013, p. 245). Homens que desfrutam dos privilégios do patriarcado sem adotar uma forma explícita de dominação masculina podem ser interpretados como aqueles que compactuam com a masculinidade hegemônica, demonstrando uma cumplicidade masculina.

A cumplicidade masculina refere-se a homens que, embora não adotem explicitamente a dominação masculina, compactuam com ela. Por outro lado, as masculinidades subordinadas dizem respeito à dominação exercida por homens heterossexuais sobre homens homossexuais, enquanto as masculinidades marginalizadas estão relacionadas às exclusões sociais e raciais vivenciadas por certos grupos de homens na sociedade (Connel, 2013).

Almeida (1995) argumenta que a masculinidade hegemônica representa um modelo cultural ideal que exerce influência reguladora tanto sobre homens quanto mulheres. Essa forma de masculinidade se consolida através de um discurso de domínio e ascensão social, conferindo aos homens um potencial privilégio. Destaca-se que a masculinidade hegemônica desempenha um papel fundamental na configuração das relações de gênero, em que o patriarcado é definido como uma ordem específica na qual a masculinidade hegemônica posiciona o feminino e as masculinidades subalternas em uma condição de inferioridade (Almeida, 1995, p. 164).

Esse modelo de masculinidade hegemônica, difundido na cultura, é associado a uma masculinidade colonizadora. A colonialidade, como perpetuação das estruturas de poder coloniais, se fundamenta na “racialização” e nas formas racializadas das relações de produção; no “eurocentrismo” como sistema de produção e controle social das subjetividades e corpos, e na hegemonia do “Estado-nação”, que, após o período colonial, é internalizado como periferia (Silva Junior; Sales; Leite, 2021, p. 3).

Assim, o empreendimento colonial continua ativo e vigoroso, manifestando-se como colonialidade do poder, do conhecimento e do ser (Quijano, 1992). Nessa perspectiva decolonial, são denunciados os abusos de poder, conhecimento e dominação de base epistêmica (Meneses, 2008). A colonialidade introduz a ideia de que, apesar do fim do domínio europeu nas Américas, África, Ásia e Oceania, e da emergência dos Estados-nação, a colonização e suas diversas formas de imposição social não cessaram. A continuidade do controle sobre as populações periféricas e a estrutura colonial de coerção são denominadas colonialidade, estimulando a necessidade de uma abordagem teórico-política insurgente: o decolonial (Santos, 2018).

Nesse contexto, a masculinidade hegemônica, originada no Ocidente e no hemisfério norte, promove um modelo específico de masculinidade. Este padrão exige que todos os outros homens se conformem a ele, legitimando-o ideologicamente e subordinando homens e mulheres em uma escala global (Connell; Messerschmidt, 2013). Por outro lado, encontramos as masculinidades periféricas – os gêneros do hemisfério sul (Connell, 2018, p. 29). Essas identidades são marginalizadas e excluídas, representando as masculinidades estabelecidas em um contexto de restrição, frequentemente associadas às ocupações laborais da classe trabalhadora. Isso nos leva a considerar uma geografia das masculinidades dividida entre o Cone Norte e o Cone Sul (Connell; Messerschmidt, 2013).

Fernandes (2011) também contribui para as reflexões sobre masculinidade ao abordar a “feminilização dos homens”, na qual são impostas e esperadas posturas tidas como femininas (como expressar emoções e cuidar dos filhos) ao mesmo tempo em que os homens são instados a permanecer comprometidos com a virilidade, ou seja, “continuar sendo homens”.

Haroche (2013) introduziu o conceito de masculinidade viril, destacando que, dentro desse modelo de gênero, tanto o exercício do poder quanto a preocupação com a potência são relevantes. De acordo com o antropólogo Lucas Moreira (2021), para manter a autoridade simbólica, física e moral do homem viril, existe um temor subjacente de impotência que é transmutado em força e domínio. Diante da angústia de perder a virilidade e de vê-la ameaçada, os homens podem se tornar agressivos, violentos, brutais e, em casos extremos, recorrer ao homicídio para defendê-la.

Os defensores da masculinidade tradicional há muito identificam em Jair Bolsonaro uma personificação de seus anseios (Lima e Silva, 2023). Ele é percebido como um arquétipo de “macho viril”, que confronta as mulheres de forma agressiva nos domínios do poder, dissemina piadas misóginas e se justifica sob o

pretexto da liberdade de expressão. É possível perceber que Bolsonaro aumentou sua visibilidade ao promover o porte de armas, flexibilizando as legislações e estimulando sua utilização, frequentemente fazendo gestos de “arminha” com as mãos e até mesmo instruindo crianças a imitá-lo. A arma e a virilidade são elementos cruciais na construção da masculinidade desse homem heterossexual e cisgênero (Lima e Silva, 2023).

EXTREMA-DIREITA, GÊNERO E SEXUALIDADE

A extrema-direita não surge de maneira isolada e desvinculada de seu contexto; ao contrário, ela encontra no neoconservadorismo⁶ uma oportunidade significativa para fundamentar suas bases ideológicas, incluindo a misoginia como um de seus elementos fundamentais. O neoconservadorismo contemporâneo se fundamenta na regulação do desejo, associado à defesa dos valores tradicionais da família e aos princípios religiosos da direita cristã (Brown, 2006). Originado nos Estados Unidos durante a década de 1970, o neoconservadorismo emergiu como uma resposta aos movimentos feministas e de direitos LGBTQ+ no país (Lacerda, 2019).

Os argumentos empregados pelo neoconservadorismo são de natureza moral, com o propósito de restaurar a autoridade patriarcal. Lacerda identificou a presença do neoconservadorismo no Brasil a partir de 2005, embora sua influência política direta seja observada a partir de 2008 (Lacerda, 2019). Nesse período, houve um aumento substancial nas medidas contrárias à legalização do aborto e na adoção de uma legislação mais rigorosa em relação a essa prática, bem como um incremento nas iniciativas de combate às demandas LGBTQ+ e de gênero. Especificamente, iniciativas mais severas contra o aborto foram observadas em 2011, enquanto o ativismo contra as agendas LGBTQ+ ganhou impulso a partir de 2014 (Lacerda, 2019).

A autora também observa que as disputas em torno das pautas feministas, da chamada “ideologia de gênero” e da população LGBTQ+ persistem. Não coincidentemente, em 2014, a então presidente Dilma Rousseff venceu uma eleição marcada por memes na internet contra sua imagem, além de enfrentar uma série de ataques misóginos, culminando em seu *impeachment* posteriormente (Lacerda, 2019). Brown (2019) argumenta que as forças da extrema-direita ascenderam ao poder em várias democracias liberais, impulsionadas por sentimentos racistas, homofóbicos, sexistas, entre outros, adquirindo apoio político e legitimidade.

6 Entende-se neoconservadorismo como uma reelaboração do conservadorismo, ou seja, um conjunto de arranjos ideológicos como o nacionalismo, no que tange a ameaça de inimigos internos e externos e ao conservadorismo moral (Hall, 1988) relativos à “família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (Lacerda, 2019, p. 29).

Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, o Brasil se tornou um exemplo desse fenômeno. Ao examinar o cenário político atual, Brown (2019, p. 118) destaca “o papel da moralidade tradicional – tanto protegendo quanto emanando da família – dentro da lógica neoliberal”.

Segundo Santos (2020), as temáticas de gênero e sexualidade desempenharam um papel central nas eleições brasileiras de 2018. Durante esse processo eleitoral, as notícias falsas foram amplamente disseminadas, muitas delas relacionadas às referidas questões (Santos, 2020). Tardáguila e Marés (2018) destacam que uma das notícias falsas mais difundidas no primeiro turno das eleições de 2018 foi a afirmação de que o deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) seria indicado como ministro da Educação caso Haddad vencesse as eleições (Tardáguila; Marés, 2018). É relevante mencionar que Jean Wyllys, homossexual e notório defensor das causas LGBT+, protagonizou diversos embates com Jair Bolsonaro enquanto ambos exerciam seus mandatos na Câmara dos Deputados.

Não é coincidência que as questões de gênero e sexualidade tenham sido destaque em algumas das principais notícias falsas disseminadas durante a campanha de 2018, uma vez que a trajetória política de Bolsonaro está intimamente associada à mobilização desses temas (Santos, 2020, p. 68).

Silva *et al.* (2014) conduziram uma análise sobre grupos de extrema-direita no Brasil, identificando características comuns entre eles: defesa da ordem familiar patriarcal, oposição à homossexualidade e combate à esquerda. Os autores observaram que blogs e páginas pessoais dos adeptos do masculinismo na extrema-direita se baseiam em uma filosofia que fornece a estrutura ideológica para esse campo. Nesses grupos, indivíduos pertencentes a grupos marginalizados, como pobres, negros, mulheres e homossexuais, são alvo de ataques, estigmatização e caricaturizados em suas publicações diárias ou editoriais “jornalísticos” (Silva *et al.*, 2014).

Pode-se entender a misoginia como o alicerce do masculinismo; sendo esse grupo aliado a extrema-direita, que se sente confortável em assumir seu caráter misógino. Essa construção resulta em uma tensão entre a masculinidade tradicional e uma masculinidade mais inclusiva, gerando uma constante insegurança entre os homens, o que pode culminar em autodepreciação ou violência contra indivíduos LGBT+ e mulheres. A violência, conforme destacado por Bourdieu (2014), torna-se uma expressão marcante do *habitus* dominante da masculini-

dade, caracterizado pela instrumentalização da força física, da potência sexual, da misoginia e da dominação sobre as mulheres e as pessoas LGBT+.

PENETRANDO NA “ESGOTOESFERA”

Os grupos masculinistas atuam por meio das redes sociais, chans, blogs e grupos no Telegram, constituindo o que se denomina “manosphere” ou “manosfera”. É relevante observar que esses grupos não configuram um movimento institucionalizado, apresentando grande heterogeneidade e tendo como característica central, a atuação quase que exclusiva na internet.

De maneira geral, a manosfera se divide em facções de masculinidades conservadoras, conhecidas como “alpha”, e masculinidades nerds, denominadas “betas”. Conforme Vilaça e d’Andrea (2021, p. 429), “as masculinidades conservadoras ou alpha parecem ser formadas pelos *Men’s Rights Activists* (MRAs) e *Pickup Artists* (PUAs ou artistas da sedução), que usam o “*game*” para conquistar e subjugar suas parceiras sexuais”. Por outro lado, as masculinidades nerds ou betas estão associadas a grupos mais explicitamente misóginos, como o movimento masculinista americano MGTOW (*Men Going Their Own Way*), que se aproxima de um movimento “separatista”, ao rejeitar qualquer tipo de relação com mulheres que não seja sexual, e que defende uma greve masculina contra o casamento (“*marriage strike*”). Esses grupos não se confundem com os “*incels*” (celibatários involuntários), que culpam as mulheres pela falta de relações sexuais (Vilaça e d’Andrea, 2021).

Reddit, *4chan* e *8chan* são os espaços virtuais mais utilizados pelos grupos masculinistas e os mais característicos da manosfera, segundo Lilly (2016). Lilly (2016) ainda observa que o movimento é predominantemente composto por homens brancos das classes média e alta, mas é possível encontrar também homens de classes sociais mais baixas. Em nossa pesquisa encontramos vários blogs de finanças ligados à manosfera, que defendem a independência financeira como objetivo central de vida para um jovem homem beta “redpillado”, como exemplificado pelo blog “Pobretão de Vida Ruim”, um dos blogs analisados.

É muito comum, como afirma Lilly (2016), os usuários da manosfera utilizarem o termo “tomar a pílula vermelha” (*redpill*), expressão está baseada no filme de ficção científica *Matrix*, onde o herói deve escolher entre engolir uma pílula azul, o que lhe permitiria permanecer em um agradável ilusório mundo, ou uma pílula vermelha, que abriria seus olhos para a realidade em que ele está escravizado. Para a manosfera ser “redpillado” é despertar para a “misandria, o suposto “racismo reverso”, a “lavagem cerebral” dos feminismos e a dominação da “extrema esquerda” (Strick, 2020).

O uso de termos como “*redpill*” e “*matrix*” foi um dos critérios, entre outros, utilizados para identificamos os blogs masculinistas para a nossa pesquisa. Muitos foram localizados a partir de sua própria autoidentificação, quando se assumiam masculinistas ou a partir das narrativas, vocabulário e do nível de misoginia presente em seus textos, embora muitos tenham sido retirados do ar, seja por mandado judicial, seja propositalmente para não serem reconhecidos.

A partir dessas descobertas iniciais, fizemos buscas por outros blogs a partir de links disponíveis nos próprios blogs que íamos identificando ou de outros relacionados a esses. É importante ressaltar que não encontramos mais blogs com conteúdo tão explícitos sobre masculinismo como antes das eleições de 2018, pois muitos blogs foram retirados do ar pela justiça ou estão desatualizados. Vários blogs saíram do ar após a ocorrência de alguns crimes cometidos por homens que se identificavam com o masculinismo.

Durante a pesquisa de campo, os seguintes blogs foram localizados e analisados:

- VIDA RUIM DE POBRE⁷: encerrado no dia 7 de setembro de 2016 com uma extensa carta explicando os motivos. Neste blog, o discurso girava em torno de como se tornar independente financeiramente para conquistar mulheres sem se envolver emocionalmente com elas, pois as mulheres seriam interesseiras e, por isso, mereciam sofrer e serem usadas sexualmente. Em suas postagens, utilizava termos como “merdalheres” e “diabolheres” relacionando mulheres a excremento e ao mal. Apresentava-se como de direita, pró-Bolsonaro e antipetista, além de xenofóbico e misógino;
- DETONANDO A MATRIX⁸: blog que usava de termos como *redpill* e *matrix*, não atualiza mais suas publicações, mas sem avisos de suspensão de posts.
- QUEBRANDO OS MITOS⁹: é um blog que não encerrou suas postagens, embora a última atualização tenha sido em 6 de novembro de 2021. Apesar de não estar explícito, aparenta se identificar com o grupo masculinista MGTOW (Men Going Their Own Way), utilizando de termos como “*marriage strike*”, por exemplo.

7 Ver em <http://www.vidaruiempobre.com/index-2.html> (acesso em 22/03/2022).

8 Ver em <https://detonandoamatrix.wordpress.com/> (acesso em 22/03/2022).

9 Ver em <https://quebrandoosmitos.blogspot.com/2013/04/a-obsessao-da-lola-pelos-guerreiros-da.html> (acesso em 22/03/2022).

Outra forma de identificar grupos masculinistas foi por meio dos grupos em aplicativos de mensagens. Diante da dificuldade de inserção em grupos de WhatsApp, já que não existe a possibilidade de pesquisar palavras-chave e identificá-los, como é possível no Telegram, foi neste que conseguimos identificar grupos e mensagens de cunho masculinista.

No Telegram, para localizar os grupos masculinistas, utilizou-se palavras como “mascus”, “masculinistas”, “masculinismo”, “incel”, “incels”, “redpill”, “PUAs”, “PUA”, “MGTOW” e as traduções desses grupos para o português. Sobre os assuntos buscados nos grupos e canais, foram analisadas todas as mensagens desses grupos, que variam entre política e ódio às mulheres de modo geral a partir do que é chamado por eles de “humor”. Cabe ressaltar que também houve dificuldades em localizar grupos em aplicativos de mensagens, já que muitos também foram retirados do ar pelo Poder Judiciário. Foram analisados os seguintes grupos entre setembro e novembro de 2021:

Quadro 1. Grupos do Telegram utilizados na análise

Grupo MGTOW Club	580 membros
Masculinismo	69 membros
Redpill Brasil	3.800 membros

Fonte: Elaboração própria.

MASCULINISMO, MISOGINIA E A EXTREMA-DIREITA

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que a misoginia é o combustível do masculinismo, ainda que exista uma grande diversidade entre os grupos masculinistas, a misoginia é traço unificador do movimento. Podemos evidenciar essa afirmação quando nos deparamos com diversos exemplos extraídos do blog “Vida Ruim de Pobre”¹⁰, por exemplo, um blog que discute questões relacionadas ao mercado financeiro focado no “pobre trabalhador” que quer ser milionário para, dentre vários desejos, conquistar as mulheres que quiser, usá-las como seres abjetos, sujeitá-las a violências com a justificativa de que todas são aproveitadoras e merecem esse destino.

No texto de apresentação do blog, já nos deparamos com o uso de termos como “merdalheres” ou “diabolheres” como sinônimos de mulheres em geral, denotando a profunda misoginia, e uma certa infantilidade que caracteriza as postagens feitas

10 Ver em <http://www.vidaruimdepobre.com/index-2.html> (acesso em 22/03/2022).

nesse blog, assim com as reações dos seus seguidores nos comentários. Para além da misoginia, podemos observar nessa declaração inicial, a declaração de posição anti-esquerda e pró-Bolsonaro como a posição política explicitamente defendida pelo blog. A explicitação dessas posições políticas evidencia como estão intrinsecamente ligadas a esse movimento, a misoginia e a extrema-direita.

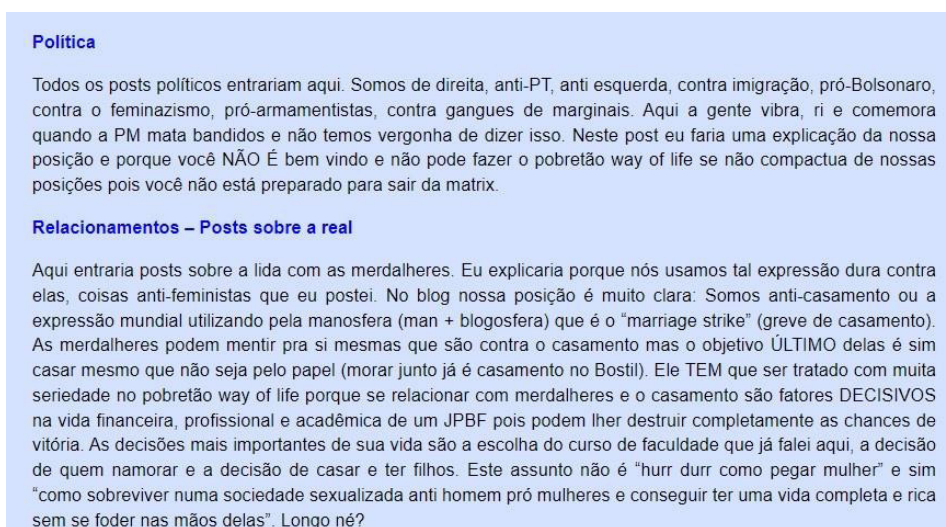


Figura 1. Captura de tela de postagem de blog masculinista 2. Fonte: Pobretão, 2016d.

Na apresentação, podemos observar ainda o autor do blog faz menção a estar preparado para sair da “matrix”, e usa os termos “*redpill*” e “greve de casamento” propagada pelos “MGTOW” (Men Going Their Own Way), indicando a circulação desses termos entre os diferentes grupos masculinistas. O uso da palavra “merdalheres”, associando mulheres a excremento, por exemplo, está longe de ser exclusivo desse blog. Expressões como essa também foram encontradas em outros blogs e em grupos de Telegram como no **MGTOW Club**. O ódio contra as mulheres é generalizado, não poupam nem a própria mãe, como pode ser observado nesse trecho de uma postagem no blog do “Pobretão”:

Não quero ser que nem meu pai. Casar com uma feia, ridícula, burra, trabalhar a vida inteira com salário lixo, cagar 4 filhos que nem um retardado, dar o azar de ter três mulheres dos quatro, ou seja, se foder no legado italiano que será perdido para bostileiros nativos, só ter um carro caindo aos pedaços e um apartamento na Mooca desvalorizado, esperando a aposentadoria, vivendo aos sábados e domingos vendo Faustão e ouvindo músicas da década de 60 tomando cerveja quieto e jogando bola nas quartas com seus amigos barrigudos fracassados do trabalho. COM CERTEZA eu abomino a vida do meu pai. (POBRETÃO, 2016a).

O pensamento e prática masculinistas são capazes de romper com a lógica familista tradicional brasileira, em que as mães são seres sagrados, intocáveis, assexuados e o único amor indiscutível na vida de uma pessoa, e nunca objeto de vilipêndio ou mesmo de críticas. Todavia, para os masculinistas esse limite não existe, no que diferem significativamente dos conservadores tradicionais que defendem o casamento e a família como valores absolutos, dentro dos padrões tradicionais de gênero, obviamente. Os masculinistas inclusive, apresentam a mesma postura misógina em relação às mulheres conservadoras: foi possível observar um descontentamento com o governo Bolsonaro devido à composição feminina de seu governo, as chamadas “conservadias”, como podemos observar nos comentários postados a seguir:

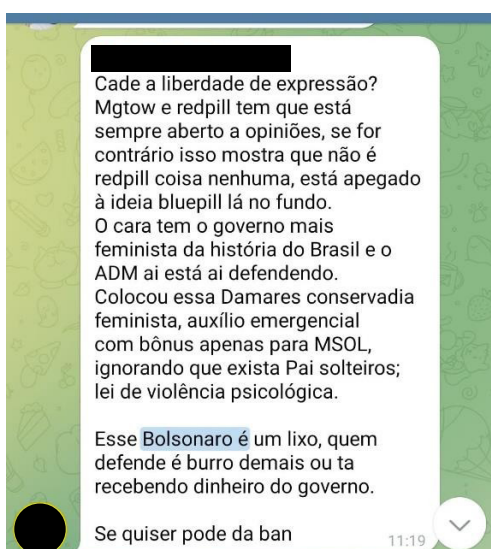


Figura 2. Trecho de conversa do grupo Masculinismo. Fonte: Captura de tela do grupo Masculinismo (2022).

Embora a ex-ministra Damares Alves não se identifique de nenhuma forma com o feminismo, nem apoie qualquer ideal ou proposta dos movimentos feministas — sendo declaradamente conservadora e atuando dessa maneira —, ela era frequentemente atacada pelos masculinistas simplesmente por ser mulher, tornando-se assim objeto de ódio. Essa atitude indica que a misoginia desses grupos não está vinculada a uma postura política específica ou à atuação dessas mulheres; eles não são contrários apenas às mulheres de esquerda ou feministas. Eles odeiam as mulheres simplesmente por serem mulheres. Apesar de apoiarem Bolsonaro enquanto presidente, qualquer apoio a causas minimamente benéficas às mulheres era alvo de críticas por parte deles, como podemos observar nas imagens abaixo.



Figura 3. Trecho de conversa do grupo *MGTOW Club*. Fonte: captura de tela do grupo MGTOW Club (2022).



Figura 4. Trecho de conversa do grupo *Masculinismo*. Fonte: captura de tela do grupo Masculinismo (2021).

A mensagem acima – “quanto falta para proibirem os homens de existirem?” –, em resposta a uma notícia sobre o combate à violência digital contra as mulheres, sugere a ideia de que o avanço dos direitos das mulheres implica a supressão dos direitos dos homens. É possível perceber a naturalização da violência, pois, para esses indivíduos, os mecanismos de fortalecimento da proteção das mulheres são vistos como exageros. Ou seja, quanto mais os direitos das mulheres progridem, mais injustiçados os masculinistas se sentem.

O blog “Vida Ruim de Pobre”, conforme observado, expressa suas indignações na frustração financeira. A lógica do homem provedor, em que a masculinidade tóxica exige que ele também seja o dominador, entra em conflito quando esses homens não são ricos. Para este masculinista, conforme suas postagens, ser um “verdadeiro homem” é ter dinheiro em abundância, recurso para exercer poder e dominar as mulheres, obter visibilidade e ser respeitado por sua ascensão financeira. Além disso, ele advoga que nunca se casar ou se apaixonar é essencial, pois isso levaria à falência. Por isso, ele frequentemente se dirige aos Jovens Pobres Beta Feios (JPBF), com o objetivo de atraí-los e incitar ódio às mulheres.

No contexto da hegemonia, homens beneficiados pelo patriarcado, que demonstram seu poder, mesmo que não adotem uma versão forte de dominação masculina, são considerados parte da masculinidade hegemônica. Portanto, “[...] a sobreposição entre masculinidades também pode ser vista em termos dos agentes sociais construindo masculinidades” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 253).

O referido blog possui uma linguagem acessível e uma grande capacidade de convencimento sobre os supostos males do mundo, argumentando que as mulheres são responsáveis por levar os homens à pobreza. A solução proposta pelo blog é que os homens se vinguem enganando as mulheres, expondo-as intimamente e incentivando outros homens a cometerem diversos tipos de violência de gênero, além de buscarem o enriquecimento.

Embora esse blog tenha cessado suas publicações há sete anos, continua relevante observar certos traços característicos do movimento masculinista, que se repetem nesse blog e nos outros blogs e grupos do Telegram analisados. Esses indivíduos identificam-se com ideologias de extrema-direita e neoconservadoras, caracterizam-se por uma misoginia exacerbada, repudiam fervorosamente ideologias de esquerda e nutrem um ódio desmedido contra as mulheres. Alguns masculinistas chegam ao extremo de não admitirem qualquer tipo de relação com mulheres. Para eles, homens que mantêm algum tipo de interação com mulheres ou que se opõem aos princípios do movimento masculinista são rotulados pejorativa-

mente como “escravocetas”. Este termo desdenhoso se soma à lista de designações misóginas criadas pelos adeptos do movimento.

Em uma publicação datada de 31 de agosto de 2016, o autor do blog “Vida Ruim de Pobre” é possível observar a hostilidade também em relação aos homens que se relacionam com mulheres. O autor relata um caso no qual um homem conquistava mulheres e, posteriormente, aplicava golpes financeiros nelas. No entanto, o autor critica esse indivíduo por ter engravidado algumas mulheres, rotulando-o de “pegador alfa psicopata” (Pobretão, 2016c). De acordo com a perspectiva desse masculinista, ele se opõe aos homens que se autodenominam “pegadores”. Para ele, as mulheres são atraídas precisamente por homens desse tipo, rejeitando aqueles que não conseguem estabelecer qualquer forma de relação com elas, devido à sua percepção de serem ignorados.

Essa passagem evidencia outra faceta dos masculinistas: aqueles que se revoltam não apenas contra as mulheres rotuladas como interesseiras, que supostamente prejudicam os direitos dos homens, mas também contra os homens que são vistos esteticamente dentro do padrão social ou que possuem uma boa aceitação entre as mulheres. Relembrando as observações anteriores, nem todos os homens se beneficiam igualmente dos privilégios patriarcais, uma vez que a existência de masculinidades subalternas é parte crucial de um modelo plural de masculinidade em múltiplas relações de poder (Magalhães, 2018).

Ainda no blog “Vida Ruim de Pobre”, na mesma postagem datada de 31 de agosto de 2016, o autor compartilha a narrativa de um homem que instalou serviço de internet na residência de uma jovem de alta classe social, comumente referida como “patricinha”, e desenvolveu sentimentos românticos por ela, declarando-se e se envolvendo emocionalmente. O autor do blog criticou homens que expressam sentimentos, respondendo com ironia: “Eu ri muito com essas mensagens... A desilusão do rapaz em questão chega a dar dó” (Pobretão, 2016c). O “pobreta”, apelido dado por seus seguidores, finalizou sua crítica afirmando: “Entenda, morador da periferia, as mulheres diabolheres não o acham atraente, e você não possui nenhum tipo de ‘pegada’ a mais que um jovem pobre beta e feio. Agora vá votar no PT e intimidar homens honrados, pois é nisso que você é bom, não é mesmo, mano?” (Pobretão, 2016c).

O entendimento desse masculinista, autor do blog, é de que os homens pobres (referidos como JPBF) são os mais injustiçados pela sociedade, mas também são aqueles que se permitem ser enganados pelas mulheres, apaixonando-se e tornando-se alvos da esquerda política do país, especialmente o PT. Isso pode

ser corroborado pelos comentários de seus leitores, como exemplificado quando celebraram o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

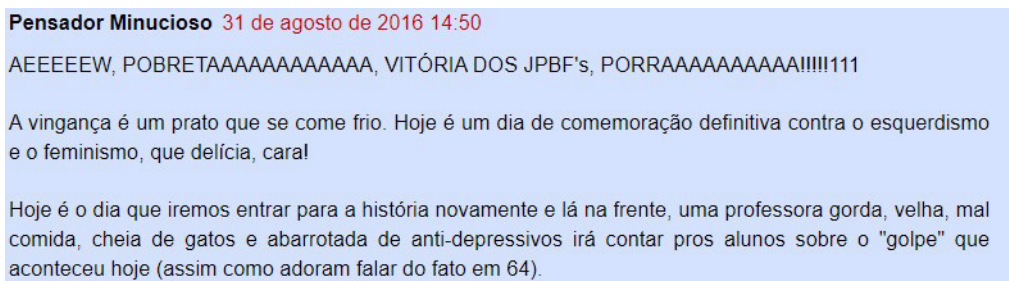


Figura 5. Captura de tela de postagem de blog masculinista. Fonte: Pobretão, 2016c.

Outro comentário diz respeito ao caso relatado pelo autor do blog sobre um homem que aplicava golpes:

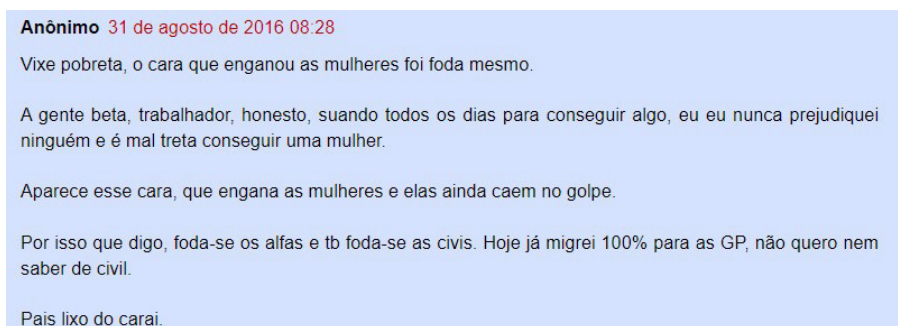


Figura 6. Captura de tela de postagem de blog. Fonte: Pobretão, 2016c.

Esses comentários demonstram o que compreendemos sobre o pensamento do autor e de seus seguidores, a frustração de homens que não são ricos e se veem decepcionados por não ascenderem socialmente, culpando também os homens que chamam de “machos alfa” por seu fracasso. Por isso, recorrem a garotas de programa (GP) para terem relações sexuais. Sobre os homens cafajestes, os “machos alfa” que se relacionam com várias mulheres, são vistos como inimigos por alguns masculinistas. Isso se deve ao fato de que homens ditos cafajestes sempre teriam mulheres por perto, o que incomodaria os masculinistas, pois odeiam mulheres por diversos motivos, dentre eles, por se sentirem rejeitados. A exemplo disso, encontramos no blog “Detonando a Matrix”¹¹, numa postagem do dia 5 de janeiro de 2012, sobre a importância de sair da Matrix e conhecer a realidade:

11 Ver em <https://detonandoamatrix.wordpress.com/> (acesso em 12/01/2022).

O homem que não conhece a natureza da mulher não consegue perceber que a vida toda foi manipulada, roubado e muitas vezes humilhado, mas a verdade é que a ignorância diminui o sofrimento daqueles que tem uma mente fraca e torna a vida desses homens mais suportável. Somente pequena parte dos homens são realmente capazes de compreender exatamente como as coisas funcionam e não me refiro apenas a estudar a mente feminina porque que sair da matrix é muito mais que isso. Para mudar a sua vida você precisa mudar quase todos os seus conceitos sobre o mundo e principalmente aquilo que você acredita sobre as mulheres. Não vai precisar se transformar em um monge, mas necessariamente vai precisar mudar algumas coisas em sua vida (Empalador, 2012a).

Esse trecho nos remete ao que discutimos sobre um homem estar “redpillado”, ou seja, teria conhecido a realidade, compreendido o mal que as mulheres fazem e, por isso, deveriam se opor às suas inimigas, as inimigas dos direitos dos homens. Outras formas de tratamento contra as mulheres são apresentadas em outro blog:



Figura 7. Captura de tela de postagem de blog masculinista. Fonte: Keumaster (2012).

Tratar as mulheres como maléficas e diabólicas parece ser uma estratégia que utiliza alusões divinas para reforçar dicotomias entre o bem e o mal. Nesse contexto, o bem é sempre representado pelos homens, percebidos como vítimas dos “ataques” feministas contra os direitos masculinos; enquanto o mal, o inferior, é representado pelas feministas, descritas como mulheres oportunistas que pretendem levar os homens à derrota e humilhação. Para os masculinistas, essas mulheres precisam ser derrotadas, como em uma guerra quase apocalíptica. A guerra declarada contra as mulheres faz parte da narrativa para evitar que os homens sejam igualados a

elas: “[...] o feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal” (Welzer-Lang, 2001, p. 465). Em outras palavras, em nenhuma hipótese um homem deve ser comparado a uma mulher, mesmo nos menores detalhes, pois a inferiorização da mulher é parte integrante do projeto masculinista, assim como a violência como meio de subalternização.

Ao analisar a misoginia e o masculinismo nos discursos desses grupos e blogs, é explícita a admiração e a identificação com a figura de Jair Messias Bolsonaro. A admiração e o apoio dos masculinistas ao Bolsonaro é anterior a 2018, sendo possível observar como os masculinistas sentiram fortalecidos após eleição de Jair Bolsonaro, dada a percepção de que Bolsonaro legitimaria as ideias masculinistas, mesmo sem mencioná-las diretamente.



Figura 8. Cartazes masculinistas colados na UFRGS. Fonte: Arquivo de Lola Aronovich (2016).

Essas imagens acima exemplificam muito claramente a interseção entre a misoginia e a direita que foi encontrada pela pesquisa. O slogan “Menos empoderamento, mais empauduramento” associa a ofensiva contra os direitos das mulheres e a “ameaça” que os movimentos feministas representam para os masculinistas, com a postura anti-esquerda, ao colocar a imagem da estrela vermelha sendo violada por um pênis, símbolo político associado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Imagens que ilustram bem essa visão da extrema-direita como a única posição política possível dos “homens viris” que irão dominar metaforicamente ou não, as mulheres e as esquerdas com o poder do falo.

A despeito do apoio declarado da grande maioria dos masculinistas a eleição e a reeleição de Jair Bolsonaro, é importante ressaltar que, como já foi mencionado

anteriormente, que essa relação não significa uma aprovação irrestrita ao governo Bolsonaro. Membros de diferentes grupos expressaram seu descontentamento com atuação de Bolsonaro na presidência, classificando-o como um “governo feminista” e chamando-o de “escravoceta”. A posição dos masculinistas é tão radical que a despeito do governo Bolsonaro ter promovido o desmonte de diversas políticas voltadas para as mulheres, para muitos deles, isso não foi suficiente. Para os masculinistas, seria necessário extinguir todos os direitos das mulheres.

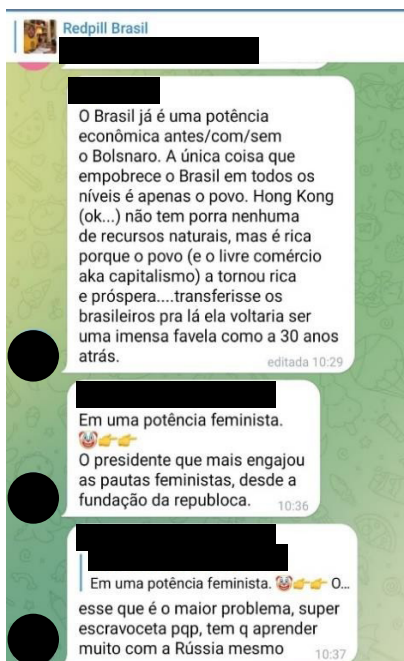


Figura 9. Trecho de conversa em grupo masculinistas Redpill Brasil. Fonte: captura de tela do grupo Redpill Brasil (2022).

Contudo, a maior parte dos masculinistas continuavam a defender que Bolsonaro seria o melhor nome para a Presidência da República no pleito de 2022, sendo considerado a única opção de candidato, com propostas próximas aos ideais masculinistas como explicitam esses comentários encontrados no grupo MGTOW:

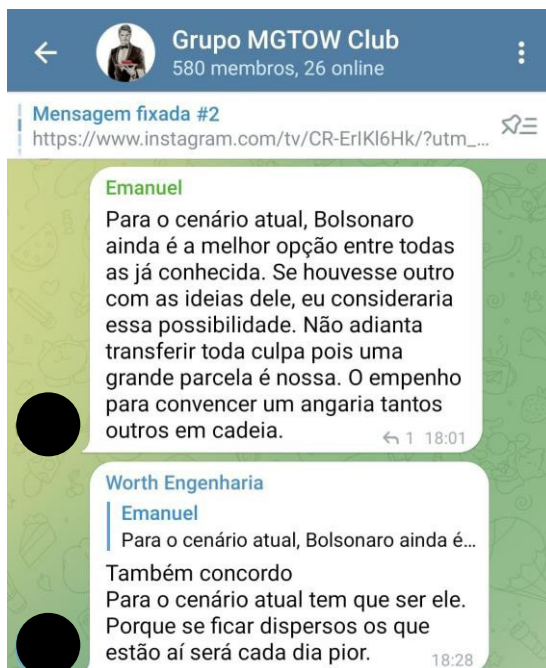


Figura 10. Trecho de conversa em grupo masculinista MGTOW Club. Fonte: captura de tela do grupo MGTOW Club (2022).

Ou seja, apesar das indignações por Bolsonaro não ter seguido o pensamento masculinista para administrar o país (embora não tenha havido indicação alguma de que ele atuaria nesse sentido), os masculinistas ainda entendiam que a melhor solução seria permanecer com essa *persona* no poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos identificados no aplicativo Telegram, foco da investigação, foram examinados durante o período da campanha eleitoral com o objetivo de ampliar o escopo dos dados disponíveis. No entanto, constatou-se que esses grupos específicos não desencadearam uma campanha explícita em apoio ao candidato Bolsonaro ou a qualquer outro candidato. As discussões e mensagens compartilhadas nesses grupos concentraram-se em tópicos como estratégias para a obtenção de renda e questionamentos acerca de casos de violência contra mulheres. Suspeita-se que os adeptos do masculinismo presentes nesses grupos possam ter buscado outras formas de organização, possivelmente em ambientes de acesso mais restrito, ou que tenham se integrado a outros partidários de Bolsonaro em grupos específicos durante o período eleitoral.

A possibilidade de disseminação de desinformação, a propagação de ideologias radicalizadas e a execução de atos violentos foram potencializadas, e a presença ou ausência de um líder com inclinações masculinistas na presidência não demonstrou

ser suficiente para conter o fortalecimento dessas ações. Ainda sobre a influência desses grupos, no que se refere à propagação de discursos misóginos, não é possível afirmar que os homens inseridos nesses espaços geraram impactos visíveis no contexto analisado ou nos movimentos feministas. Contudo, observa-se que os discursos misóginos, racistas e lgbtfóbicos abordados por eles coincidem com o que presenciamos não apenas no contexto analisado, mas também em momentos posteriores em que esses grupos ainda estão presentes. Nota-se que discursos misóginos têm ganhado espaço tanto na política quanto na sociedade como um todo, de forma semelhante ao que foi analisado neste trabalho.

A análise dos materiais fornecidos pela Profa. Lola Aronovich e dos grupos de Telegram apresenta contradições, visto que, apesar de se perceber uma interconexão entre o movimento masculinista e o bolsonarismo, resultando em abordagens hostis em relação a questões de gênero, raça e sexualidade, alguns homens nos grupos demonstram insatisfação com as ações do então presidente. O grau de radicalização de alguns homens é tão grave que não admitiriam nenhuma mulher na estrutura do governo federal. Tal fenômeno não deve ser interpretado como uma manifestação patológica, pois isso poderia mitigar a seriedade de suas ações criminosas. Pelo contrário, é uma abordagem destinada a compreender a trajetória de radicalização e, ao fazê-lo, considerar estratégias para reverter o avanço do radicalismo. Entre essas estratégias, destaca-se o investimento significativo em uma educação de qualidade, que promova a emancipação e esteja comprometida com os princípios libertários e antifascistas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de (1995). *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. BestBolso: Rio de Janeiro, 2014
- BROWN, Wendy (2006). American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-Democratization. *Political Theory*, v. 34, n. 6, p. 690-714. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0090591706293016> (acesso em: 22/03/2024).
- BROWN, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia.
- CONNELL, Raewyn. *Decolonizing Sociology*. *Contemporary Sociology*, V. 47, N. 4, P. 399-407, 2018.
- CONNEL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.




- CONNEL, Robert W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> (acesso em: 22/03/2024).
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282. <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC> (acesso em: 22/03/2024).
- EMPALADOR (2012a). A ignorância é uma benção...? In: *Blog Detonando a Matrix*. <https://detonandoamatrix.wordpress.com/2012/01/05/a-ignorancia-euma-bencao/> (acesso em 12/01/2023).
- EMPALADOR (2012b). As diferenças fisiológicas entre homens e mulheres parte 2. In: *Blog Detonando a Matrix*. <https://detonandoamatrix.wordpress.com/2012/01/25/as-diferenc%cc%a7asfisiolo%cc%81gicas-entre-homens-e-mulheres-parte-2/> (acesso em 13/01/2023).
- FERNANDES, Luís Antonio Bitante (2011). Da masculinidade. *Revista Epistheme*, v. 1, n. 1, p. 101-122.
- HALL, Stuart. (1988). *The hard road to renewal: Thatcherism and the crisis of the left*. London: Verso
- HAROCHE, Claudine (2013). “Antropologias da virilidade: o medo da impotência”. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História da Virilidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 15-34.
- KEUMASTER (2012). Introdução! In: *Blog Mulheres verdade oculta*. <https://keumaster.blogspot.com/2012/04/introducao.html> (acesso em 13/01/2023).
- KNOTH, Pedro. *WhatsApp planeja limitar ainda mais as mensagens encaminhadas*. Terra. 9 mar. 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/whatsapp-planejalimitar-ainda-mais-as-mensagensencaminhadas,915fd33500456a75df93e4687c783182qnlldzkg3.html>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- LACERDA, Marina Basso (2019). *O Novo Conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.
- LILLY, Mary. ‘The World is Not a Safe Place for Men’: The Representational Politics of the Manosphere. 2016. 194 f. Thesis (MA in Political Science) Faculty of Social Sciences, University of Ottawa, Ottawa, 2016. Disponível em: https://ruor.uottawa.ca/bitstream/10393/35055/1/Lilly_Mary_2016_thesis.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.
- LIMA E SILVA, Bruna Camilo de Souza (2023). *Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

- ENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [On-line], v. 80, p. 5-10, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- MOREIRA, Lucas (2021). Masculinidade genealógica e o “viking” do Capitólio: reflexões sobre virilidade e política. *Novos Debates*, v. 7, n. 1, p. 1-12. <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/181/98> (acesso em: 22/03/2024).
- OYÈRÓNKÈ, Oyewùmí (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- PATEMAN, Carole (2020). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- POBRETÃO de Vida Ruim (2016a). Você quer ser igual ao seu pai? In: Pobretão de Vida Ruim. *Vida Ruim de Pobre*. <http://www.197eolruimdepobre.com/2016/08/voce-quer-ser-igual-ao-seu-pai.html> (acesso em 11/01/2023).
- POBRETÃO de Vida Ruim (2016b). Fechamento definitivo do blog. In: Pobretão de Vida Ruim. *Vida Ruim de Pobre*. <http://www.vidaruimdepobre.com/2016/09/fechamento-definitivo-do-blog.html> (acesso em 11/01/2023).
- POBRETÃO de Vida Ruim (2016c). Curtinhas do Pobretão #25. In: Pobretão de Vida Ruim. *Vida Ruim de Pobre*. <http://www.vidaruimdepobre.com/2016/08/curtinhas-do-pobretao-25.html> (acesso em 11/01/2023).
- POBRETÃO de Vida Ruim (2016d). Esboço de projeto de desenvolvimento pessoal e financeiros para pobres. In: Pobretão de Vida Ruim. *Vida Ruim de Pobre*. <https://www.vidaruimdepobre.com/2016/05/esboco-de-projeto-de-desenvolvimento.html> (acesso em 11/01/2023).
- QUIJANO, Anibal (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20.
- SANTOS, Allan Carlos dos (2019). *Os “Memes do MBL” e a vinculação de públicos afetivos em rede durante o impeachment de Dilma Rousseff*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Rayani Mariano (2020). A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. *Agenda Política*, v. 8, n. 1, p. 50-77. <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/308/265> (acesso em: 22/03/2024).
- SILVA, Adriana Brito *et al* (2014). A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, n. 119, p. 407-445. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/abstract/?lang=pt> (acesso em 03/02/2023).

- SILVA JÚNIOR, Enilson Ferreira da; SALES, Wisla Barbosa da Silva; LEITE, Iris Marly Bezerra (2021). Colonialidade de poder, de saber e de ser: o empreendimento colonial na demarcação das masculinidades do Cone Sul. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, p. 61563-61567. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/31709> (acesso em 05/12/2023).
- STIPP, Luna; MACHADO, Edinilson Donizete; MADRID, Fernanda de Matos Lima (2020). Os direitos humanos das mulheres: sua ameaça na era da pós-verdade e fake news. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 17, p. 140-150. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3806> (acesso em: 22/03/2024).
- STRICK, Simon. The Alternative Right, Masculinities, and Ordinary Affect. In: DIETZEE, Gabriele; ROTH, Julia, Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond, Transcript: Gender Studies, 2020. p. 207-230,
- MARÉS, Chico; TARDÁGUILA, Cristina. Dez notícias falsas com 865 mil compartilhamentos: o lixo digital do 1º turno. *Agência Lupa*, 2018.
- VILAÇA, Glacila; D'ANDREA, Carlos. Da manosphere à machosfera: práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizada. *Revista Eco-Pós*, v. 24, n. 2, p. 410-440, 2021. Disponível em: < https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703/15230 > Acesso em 15 fev. 2022.
- WELZER-LANG, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482. <https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt> (acesso em: 22/03/2024).

PL 442/17 de Marielle Franco: conflitos e contingências entre movimento feminista e antiaborto

Bill 442/17 by Marielle Franco: Conflicts and Contingencies between Feminist and Anti-Abortion Movements

Ana Carolina de Oliveira Gonçalves^a, Carolina Cagetti^b,
Iara Amora dos Santos^c

Resumo O ataque aos direitos sexuais e reprodutivos é feito de forma estratégica e constante. Neste artigo, o objetivo é analisar o discurso utilizado nesses ataques, através das falas dos parlamentares durante a votação do PL 442/17, de Marielle Franco, na Câmara de Vereadores no Município do Rio de Janeiro, em 2023. Assim, por meio da escuta dos registros da votação e de material bibliográfico, foi possível observar os recursos discursivos e o modo de atuação dos grupos antiaborto. Vale ressaltar que, neste trabalho, optou-se por não viabilizar tais personagens políticos e, por isso, as transcrições das falas de vereadores a favor desses grupos foram identificadas por numeração e não por nomes. **Palavras-chaves** Aborto. Movimentos antiaborto. Movimentos feministas. Violência sexual. Marielle franco.

Abstract *The attack on sexual and reproductive rights is carried out in a strategic and constant manner. In this article, the objective is to analyze the discourse used in these attacks, through the speeches of parliamentarians during the voting on Bill 442/17, by Marielle Franco, in the City Council of Rio de Janeiro, in 2023. Thus, through listening to the records of the voting and bibliographic material, it was possible to observe the discursive resources and the mode of operation of anti-abortion groups. It is worth noting that, in this work, we chose not to make these political figures visible, and therefore, the transcriptions of speeches by councilors in favor of these groups were identified by numbering rather than by names.*

Keywords *Abortion. Anti-abortion movements. Feminist movements. Sexual violence. Marielle franco*

a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: carololiveira1005@gmail.com

b Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carolcagetti@gmail.com

c Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: iaraamoradossantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em um ano e três meses de atuação, entre os anos de 2017 e 2018 a vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco apresentou dezesseis projetos de lei, sendo que, cinco desses versavam a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, dentre estes, o PL 442/17¹, que previa a “Fixação de Cartaz Informativo Sobre o Atendimento de Saúde em Casos de Violência Sexual” (PL 442/17²), com a seguinte conteúdo:

Em caso de violência sexual, não fique sozinha! Dirija-se a Unidade Básica de Saúde ou Hospital de Emergência mais próximo. Você tem direito ao atendimento emergencial e integral de saúde em toda a rede pública, incluindo a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS, Contracepção de emergência e Gravidez (Lei 12.845/2013). Em caso de uma gravidez decorrente de estupro, você tem direito ao aborto permitido por Lei (art. 128, II do Código Penal). Não é necessário o Registro de Ocorrência ou Autorização Judicial para esse tipo de atendimento.³

O PL visava facilitar o acesso à informação nos casos de violência sexual, para que as vítimas soubessem seus direitos no âmbito da saúde. É importante observar que no Brasil, desde 1940, o aborto é legalizado nos casos de gravidez em decorrência de violência sexual e quando a gestante corre risco de vida. Desde 2012, com a ADPF n° 54, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que é constitucional a realização de aborto nos casos de anencefalia fetal. Entretanto, muitas vezes esse direito não é respeitado. Além disso, as ofensivas à regulamentação de políticas para acesso ao aborto legal são constantes na história do ativismo antiaborto.

Mais recentemente, durante o governo de Jair Bolsonaro, foram realizadas várias tentativas para implementar uma “regulamentação mais rígida” para acesso ao procedimento. Um exemplo disso é o “Manual de Atenção Técnica para a Prevenção Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento”⁴, publicado em junho

1 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 442/17. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/0325864700576d2603257735005eb2bc/0325864700576d26832581a700770238?OpenDocument>. Acesso em: 10 mar. 2024.

2 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 442/17. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/0325864700576d2603257735005eb2bc/0325864700576d26832581a700770238?OpenDocument>. Acesso em: 10 mar. 2024.

3 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 442/17. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/0325864700576d2603257735005eb2bc/0325864700576d26832581a700770238?OpenDocument>. Acesso em: 10 mar. 2024.

4 Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_prevencao_avaliacao_conduta_abortamento_1edrev.pdf. Acesso em 5 de jul. de 2022.

de 2022. O manual tratava de aspectos éticos-profissionais-jurídicos do abortamento, que enfatizavam a “não existência de aborto legal” e o pacto internacional de São José da Costa Rica⁵, que prevê expressamente, de acordo com o manual, a “proteção do direito à vida desde a sua concepção”.

A “defesa do direito à vida desde sua concepção” é o principal ponto de defesa de grupos políticos autodenominados “pró-vida”, aqui chamados de forças “antiaborto”. Inspirados pelo movimento originado no caso de litigância estratégica conhecido como “Roe vs.Wade”⁶, que abriu precedentes para legalização do aborto nos Estados Unidos nos anos 1970 surgiram os “pró-vida” brasileiros. O ativismo “antiaborto” começa a se organizar no Brasil a partir da Assembléia Constituinte de 1988. Em reação às reivindicações do movimento feminista, por meio do “Lobby do Batom”⁷, que dentre outras reivindicações solicitava que a legalização do aborto deveria estar escrita na Constituição.

Na ocasião da constituinte, a Igreja Católica reage solicitando também que “a defesa da vida desde a sua concepção” deveria constar no artigo 5º, sessão destinada aos direitos fundamentais da Constituição. Esse foi o primeiro momento em que a noção de que a “vida começa na concepção” foi colocada em uma arena política, e marcou o começo de um longo conflito que passa pelos poderes legislativo, executivo e judiciário de diversas formas diferentes ao longo dos anos até os dias atuais.

Apesar da ideia ter fortes bases no catolicismo, os políticos e movimentos “antiaborto” passam a diversificar suas estratégias de ação na arena política na medida que o aborto se tornou um problema de saúde pública⁸. A noção de que o aborto faz parte de uma série de “direitos” e as formulação em torno da “justiça reprodutiva” fazem com que os “antiaborto” passem a reformular suas colocações públicas, traçando ações e ideogramas que se afastam das ideias religiosas para mobilizar parlamentares e sociedade civil para a proibição do aborto.

Essa mudança de estratégias é refletida na discussão sobre o Projeto de Lei municipal 442/17. O presente trabalho aborda a linha do tempo da elaboração do

5 Disponível em: portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380#:~:text=O%20Pacto%20baseia%2Dse%20na,seus%20direitos%20civis%20e%20pol%C3%ADticos. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

6 Disponível em: www.jusbrasil.com.br/artigos/o-aborto-e-o-caso-roe-vs-wade/801525826. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

7 O lobby do Batom foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e grupos autônomos de todo o país, a fim de conversar e conscientizar os formuladores da Constituição Federal de 1988 sobre as demandas das mulheres.

8 As conferências internacionais do Cairo e de Beijing fazem com que o aborto passe a ser visto do ponto de vista do direito à saúde, dentro do qual se localizam os direitos reprodutivos. Na época, destaca-se a preocupação com a alta incidência de abortos clandestinos, dos quais muitos resultam em graves sequelas ou na morte da mulher (o chamado “aborto inseguro”), que ocorre principalmente entre as mulheres de baixa renda (SCAVONE, 2008, p. 676).

projeto até sua votação, que ocorreu apenas em 2023, bem como suas sugestões de emenda, o processo parlamentar pelo qual ela passou, e a reação de diversos parlamentares à votação do PL.

Procuramos fazer uma análise da reação dos parlamentares a partir da escolha de alguns trechos dos pronunciamentos dos vereadores na votação. A coleta e seleção desses trechos são fruto de pesquisa de abordagem qualitativa.

Assim, o trabalho se desenvolveu a partir (i) da atuação de uma das autoras como assessora parlamentar das vereadoras Marielle Franco e Monica Benicio; e (ii) da escuta das gravações das sessões de votação do PL 422/17.

Desta forma, foi possível resgatar como os posicionamentos contra e a favor do projeto foram apresentados. Os trechos foram escolhidos para enfatizar a relação entre as falas dos parlamentares na ocasião da votação e contextos políticos mais amplos, contribuindo para a compreensão de estratégias políticas de grupos.

Ademais o estudo inclui uma reflexão sucinta sobre as falas e posicionamentos dos vereadores “antiaborto”, destacando características importantes do ativismo “antiaborto” à luz das teorias do Pânico Moral de Stanley Cohen (2011) e da Juri-dificação Reativa, de Juan Marco Vaggione (2020), especialmente sobre as figuras da mulher e da criança evocadas nos discursos da votação.

VOTAÇÃO DO PL 442/17

Por não ter ido a votação, o Projeto de Lei 442/17 foi arquivado em 2020, ano final da legislatura a qual Marielle Franco havia sido eleita. No entanto, o projeto foi desarquivado em 2022 pela Vereadora Monica Benicio, viúva de Marielle Franco.

O PL 442/17 foi votado pela primeira vez na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em dois de março de 2023, e aprovado em primeira discussão com ampla maioria dos votos, sendo encaminhado para segunda votação assim como determinado no Regime Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (art. 236)⁹.

Nesta primeira ocasião não houve nenhuma manifestação contrária ao projeto. Houveram apenas declarações de votos das Vereadoras Monica Benicio, Luciana Boiteux e Monica Cunha que resgataram a importância desta votação como continuidade do trabalho e legado de Marielle Franco, além de apoiar o objetivo do PL de garantia de direitos de meninas e mulheres vítimas de violência sexual e destacar a relevância desta votação no mês do dia internacional de luta das mulheres.

9 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.camara.rio/atividade-parlamentar/legislacao/regimento-interno-cmrj>. Acesso em 10 mar. 2024.

No entanto, antes da segunda votação foram apresentadas duas emendas que visavam alterar o conteúdo do cartaz previsto no projeto original. A Emenda nº 1 visava suprimir a frase “Não é necessário o Registro de Ocorrência ou Autorização Judicial para esse tipo de atendimento” do conteúdo do cartaz¹⁰. A Emenda nº 2 reduzia o conteúdo do cartaz para:

Em caso de violência sexual, não fique sozinha: Dirija-se a Unidade Básica de Saúde ou Hospital de Emergência mais próximo. Você tem direito ao atendimento emergencial e integral à saúde em toda a Rede Pública e Denuncie, dirigindo-se a uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.¹¹

Ou seja, a emenda visava retirar completamente as menções à contracepção de emergência e ao aborto legal, enfatizando a denúncia na delegacia. No caso de apresentação de emenda durante o processo de votação de um projeto de lei, o regimento interno da Câmara Municipal prevê que a proposta retorne às comissões designadas para receber novamente o parecer, o que retira o projeto da pauta de votação.

Assim, como forma de garantir a continuidade da votação do PL 442/17 foi construído um acordo de assinatura conjunta das emendas por todas as comissões envolvidas, para que não fosse necessário esperar o prazo regimental. Em 28 de março de 2023, o PL 442/17 foi colocado para votação em segunda discussão. Desta vez, diferente da primeira votação, houve uma grande mobilização de setores conservadores para a não aprovação do projeto de lei, a partir de posicionamentos contrários ao aborto, ainda que este não fosse o objeto do projeto de lei apresentado.

A discussão sobre PL 442/17 se estendeu por duas sessões de votação marcadas por um forte embate entre setores conservadores e progressistas, tanto nas falas das e dos vereadores, quanto entre os setores da sociedade civil que acompanharam a discussão.

10 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 442/17. Emenda Nº 1. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7ddddd0325863200569395/819f880db1c8189b03258966007648f7?OpenDocument>. Acesso em: 10 mar. 2024.

11 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 442/17. Emenda Nº 2. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7ddddd0325863200569395/e1799377835609db0325897b0052781f?OpenDocument>. Acesso em: 10 mar. 2024.



Figura 1. Tribuna do movimento feminista na sessão de votação da PL442/17 na câmara dos vereadores, em 2023. Fonte: Youtube.

A seguir, citaremos trechos das falas realizadas pelos vereadores e vereadoras dos dois campos realizadas durante as sessões de votação.¹² Por uma decisão política de não visibilizar lideranças dos setores conservadores, optamos por não citar diretamente seus nomes, que aparecerão numerados. Assim, mantém-se o foco nos argumentos sem personificar as falas de desrespeito e de violação dos direitos sexuais e reprodutivos. Ou seja, ao utilizar números no lugar de nomes, buscamos concentrar a análise no conteúdo e na estrutura dos discursos, sem desviar a atenção para figuras específicas, promovendo assim uma discussão mais centrada nos pontos de vista expressos. Os trechos transcritos das falas de parlamentares foram realizados de forma literal.

As falas dos setores progressistas se concentraram no resgate ao objetivo do projeto de lei, ou seja, a informação sobre o atendimento de saúde a mulheres vítimas de violência sexual. Dentre as falas de vereadoras deste campo, a Vereadora Monica Benicio (i) resgatou que o PL 442/17 havia sido apresentado por Marielle Franco, (ii) enfatizou que a proposição não criava nenhum direito novo, apenas informava sobre direitos já garantidos às mulheres e pessoas vítimas de violência sexual e (iii) denunciou os dados de estupro no Estado e Cidade do Rio de Janeiro.

¹² Disponíveis em Sessão Plenária 02.03.23: https://www.youtube.com/watch?v=cL6SmkgHnXo&list=PL_jAEsgySjj767a-qBf8hptk_LXJpZRK&index=107; Sessão Plenária 28.03.23: https://www.youtube.com/watch?v=7fZYZBofZVE&list=PL_jAEsgySjj6oEZCF_xwPf5xZ1-vKKMON&index=93. Sessão Plenária 30.03.23: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xJUo68rolEg&list=PL_jAEsgySjj6oEZCF_xwPf5xZ1-vKKMON&index=91.

Sobre a emenda apresentada que visava retirar a informação de que as mulheres não precisam realizar uma denúncia na delegacia para ter acesso ao atendimento de saúde em caso de violência sexual, Monica Benicio resgatou os inúmeros obstáculos que levam as mulheres a não denunciarem um estupro, como medo, vergonha e a revitimização das mulheres pela sociedade e pelas próprias instituições. Se posicionou enquanto feminista e defensora da legalização do aborto, mas reafirmou que o projeto não tratava dessa temática.

No mesmo sentido, a Vereadora Luciana Boiteux enfatizou que não estava sendo debatida a alteração de lei federal e sim a colocação de cartaz informativo sobre o acesso a atendimentos de saúde e ao aborto em casos de estupro, previsto no Código Penal Brasileiro desde 1940. Lembrou ainda dos casos das meninas estupradas no Piauí e em Santa Catarina que tiveram o acesso ao aborto legal negado. A Vereadora Thaís Ferreira também falou sobre a importância da informação sobre os direitos: “O desconhecimento sobre os nossos direitos nos coloca nos lugares de maior vulnerabilidade. A quem interessa que as mulheres desconheçam os seus direitos?”.

Apesar do esforço em resgatar e delimitar o objetivo principal do PL 442/17, os setores antiaborto deslocaram o debate sobre o projeto para o tema do aborto. Inicialmente, buscaram justificar as emendas apresentadas como uma forma de estimular a denúncia e combater a impunidade, se colocando como defensores do combate a violência contra as mulheres.

Somos aqui a minha bancada, aqueles que eu represento da direita, os conservadores, que defendem com unhas e dentes punições exemplares para esse tipo de crápula, pra esse tipo de sujeito que comete uma violência dessa contra uma mulher” - ‘não vejo clamor dessa “parte” da tribuna quando os criminosos traficantes estupram as mulheres” (Vereador 1), (Grifos nossos).

No entanto, ao longo da votação, os estereótipos e preconceitos de gênero foram sendo revelados nos discursos e posicionamentos, tendo sido utilizados recorrentemente questionamentos sobre a veracidade da palavra das mulheres - justamente um dos principais motivos para a revitimização das mulheres nos órgãos públicos.

”Se é Bolsonaro ou se é Lula tem que respeitar o presidente que baixou a portaria... Nós estamos falando o seguinte: a partir do momento que a pessoa denuncia um estupro tem que ir pra polícia; tem que fazer o IML, não adianta chegar em uma clinica ou hospital **“eu fui vítima de estupro, tira aqui o meu filho,**

não é assim que funciona, isso não é bagunça, sou contra qualquer violência, mas não pode chegar em qualquer unidade de saúde e tirar o seu filho... Imagina uma mulher que tem problema com seu marido ou namorado e depois você reconhece que foi de um namorado. e aí, o médico é preso... Não é um estupro de um namorado...” (Vereador 2), (Grifos nossos).

A despeito da legislação brasileira considerar estupro de vulnerável o ato sexual com menores de 14 anos, um vereador chegou a citar a possibilidade de crianças mentirem quanto ao estupro¹³.

[...] vocês imaginam se qualquer pessoa, qualquer mulher, qualquer adolescente e hoje em dia qualquer criança depois de ter tido uma relação consensual ou não, estuprada ou não, vai a um hospital e diz eu fui estuprada, como é que vai saber se foi estupro ou não? Então existe legislação própria pra isso.” (Vereador 3), (Grifos nossos).

Além disto, por diversas vezes foram utilizadas informações falsas sobre acesso aborto legal e outras legislações, afirmando que PL 442/17 seria inconstitucional pois o aborto só é feito em casos de estupro com autorização judicial e que há a necessidade de exame de corpo de delito e boletim policial. Desta forma, o projeto estaria gerando desinformação ao informar que (i) não é necessário realizar a denúncia na delegacia para receber o atendimento de saúde e que (ii) os médicos não se sentiriam respaldados para realizar o procedimento já que o aborto é ilegal.

[...] é lei, precisa passar pelo IML antes de autorizar o aborto, então não podemos ter uma informação que causa uma desinformação, [...] senão todas as mulheres que tiverem problemas, que não queiram mais seu namorado, seu marido, quem quer que seja, e vai chegar em um posto de saúde, hospital e querer fazer um aborto” (Vereador 2), (Grifos nossos).

A gente tem falado muito da mulher que é acometida por estupro [...] Todos nós por unanimidade somos contra e quem comete estupro tem que tá na cadeia [...] **uma questão que quero levantar é sobre a situação do médico,.. que**

13 BRASIL. Código Penal Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

vai lá e retira o feto da mulher, comete o aborto e aí é constatado que não ocorreu um estupro. Como vai ficar esse médico que cometeu um crime... Quem vai defender o médico, quem estará ao lado do médico, quem pensa na segurança do médico, como ficará a questão do médico.. já que é lei todos que são vítimas de estupro devem ir na delegacia prestar queixa. Pra prender... Mas não pode ficar autorizado a qualquer uma que chegar lá... Foi vítima de estupro... E se ela não foi, como é que fica esse feto? 'Tirou vida, foi contra a família, como fica a família e como fica o médico? Por isso sou contra o aborto. Agora quando é cometida uma violência um estupro aí sim. Sou a favor da mulher tirar por um estupro, violência, mas não pode ser assim. Qualquer tipo de aborto sou contra, a não ser por violência e estupro. Contra o aborto, pela família e pelo nosso Rio de Janeiro" (Vereador 2), (Grifos nossos).

Dentre as tentativas de respaldo legal para esta argumentação, foram citadas a Portaria 2561/20 do Ministério da Saúde, que orientava médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde a acolherem as vítimas e a comunicarem à autoridade policial em casos que houver indícios ou confirmação de violência sexual. Essa portaria foi editada pelo então Presidente da República Jair Bolsonaro para dificultar o acesso aos casos de aborto previsto em lei e já estava revogada à época da votação do PL 442/17.

Foi mencionada também a Lei 12.845/13, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, em uma nítida tentativa de manipulação sobre o conteúdo da Lei 12845/13, que prevê o atendimento imediato e obrigatório às vítimas de violência sexual na rede pública de saúde, sendo o auxílio ao registro de ocorrência citado como uma das diretrizes no próprio serviço de saúde, porém, não é uma condição para o atendimento.

O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços: III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual.¹⁴

14 Art. 3, Lei 12845/13

Ao longo da votação ficaram evidentes os posicionamentos conservadores e a estratégia de deslocamento do debate sobre o PL 442/17 para o embate ideológico¹⁵ contra ou a favor do aborto, com o objetivo de dificultar o acesso das vítimas de violência sexual ao aborto já previsto em lei.

[...] simplesmente é um projeto ideológico, tanto é que o atual governo retirou o Brasil da declaração internacional contra o aborto. O único e exclusivo objetivo desse projeto é que se estimule o aborto...

O povo tá de olho nessa casa, hoje o povo vai saber quem é contra e quem é a favor do aborto. (Vereador 4), (Grifos nossos).

Votação como a de hoje é extremamente importante porque mostra cada um da casa como pensa... Porque eu não tenho a menor dúvidas, que daqui 1 ano e meio nas eleições que se aproximam, **todos os vereadores ou a sua grande maioria dos que aqui estão vão às ruas pedir votos e vão pedir votos dentro da base da direita, dentro da base conservadora** e é bem claro, ficar muito explicitado aqui qual é o lado de cada um, quem defende o que, quais os princípios de cada um, o que defende cada vereador, quais as pautas reais de cada um... Fica bem claro e é importante guardar porque os mesmos que estão aqui contra vão pedir os votos de vocês (Vereador 1), (Grifos nossos).

A questão é bem clara, não adianta depois se esconderem atrás de rótulos... Não adianta esconder quem é a favor do aborto e quem é contra o aborto. Não adianta ficar de historia porque o projeto é claro, eu sou contra... É claro isso, o problema é vereador que se diz contra o aborto e no projeto se posiciona de forma contrária... Eu eu sou contra o aborto e assim continuarei. Eu sou contra o aborto (Vereador 2), (Grifos nossos).

Quem é contra o absurdo desse projeto de lei que tá em pauta não pode ser comparado com quem está contra a mulher... **Aqui o que tá em jogo é quem é contra o aborto e a favor vida...** Nós fizemos uma emenda pelo nosso man-

15 Estes embates ideológicos são profundamente polarizados e envolvem várias perspectivas políticas, religiosas, éticas e de direitos humanos. De um lado, os movimentos “pró-vida” ou “antiaborto”, apoiados por fundamentalistas religiosos, argumentam que a vida começa na concepção e, portanto, o aborto é moralmente inaceitável e equivale a tirar uma vida humana. Já os movimentos “pró-escolha” ou “pró-aborto” defendem que as mulheres têm o direito de tomar decisões sobre seus próprios corpos, incluindo a opção de interromper uma gravidez, sendo uma questão de direitos reprodutivos e justiça social, essencial para a saúde e autonomia das mulheres.

dato, um emenda pela vida... Assim como a emenda do Rogério Amorim, [...] as duas emendas são emendas pela vida... [...] **E pra derrubarmos de uma vez por todas essa possibilidade de anúncio pelas ruas pelo aborto. Aborto é crime, por isso sim a vida** (Vereador 6), (Grifos nossos).

Posicionamentos acerca do aborto também eram o ponto principal visibilizado nos cartazes e palavras de ordem das pessoas contrárias ao PL 442/17 que acompanhavam a votação, com frases como “Eu voto pela Vida” e “Aqui temos vida”, “Sim à vida!”, “Aborto não,” também foram utilizadas frases e símbolos religiosos, como “Viva Cristo Rei!”, chegando a ser feita uma oração. Além disso, as vereadoras que defendiam o projeto foram interrompidas e chamadas de assassinas por diversas vezes.



Figura 2. Tribuna do movimento “antiaborto” na sessão de votação da PL442/17 na câmara dos vereadores, em 2023. Fonte: Youtube.

As Vereadoras chegaram a denunciar os ataques e interrupções “Que a gente possa fazer um alinhamento sobre a nossa prerrogativa. Temos a polícia legislativa aqui para quem se sinta constrangida. Não aceitaremos ser chamadas de assassinas, presidente” (Vereadora Thais Ferreira). A utilização da fé e de elementos religiosos durante a votação, assim como a incidência de grupos religiosos também foi denunciada.

O projeto é muito simples e por falar da garantia dos direitos uma delas [...] um dos direitos das mulheres já garantidos em lei, é que ela não tem necessidade de procurar uma delegacia, de fazer um boletim de ocorrência para procurar o

sistema de saúde, e ir lá... Se é que tá todo mundo tão preocupado assim com a informação... [...] **A questão aqui não é sobre os direitos das mulheres, é sobre um moralismo e um fanatismo religioso, que nada interessa em um Estado que é laico** (Vereadora Monica Benicio), (Grifos nossos).

Toda essa mobilização culminou na não aprovação do PL 442/17, com ampla maioria de votos, mesmo após na aprovação da Emenda 2 - proposta pelos mesmos setores, que retirava qualquer menção a contracepção de emergência e aborto legal e focava-as na denúncia do estupro. Deixando mais uma vez evidente o caráter reacionário e conservador destas mobilizações, cujo objetivo era impedir o acesso das mulheres à informação sobre seus direitos, já garantidos legalmente. Como denunciou a Vereadora Monica Benicio:

[...] eu defendi na minha orientação de votação que se votasse contrário ao projeto da Marielle... Pra garantir que não tivesse o nome da Marielle em um projeto de lei que tivesse um texto do excelentíssimo vereador Rogério Amorim... Curioso que se importante é de fato proteger as mulheres e que elas sejam encaminhadas a delegacia e produzir dados, sequer quem construiu o texto votou no seu texto [...]. Os vereadores que estavam defendendo as mulheres e que promoveram todo esse debate... **Vamos falar a verdade então... A Igreja ligando e pressionando os vereadores e os vereadores cederam a pressão da Igreja para dialogar com essa base eleitoral... Eu não deito pra Igreja Católica, eu não deito pra Igreja Evangélica, eu não passo pano para base eleitoral porque não foi pra isso que eu fui eleita. [...] pela vida das mulheres está preocupada quem votou contrária às emendas**" (Monica Benicio), (Grifos nossos).

De fato, os cartazes que foram apresentados pela parte conservadora, em momento algum fizeram referência à saúde das mulheres e à preocupação em protegê-las de violências sexuais.

A CRIANÇA E A MULHER EM LUGARES OPOSTOS

As falas dos parlamentares transcritas ao longo da votação do PL 442/17 revelaram os recursos discursivos que estruturam seus argumentos e o modo de atuação para influenciar a legislação, moldar a opinião pública e deslegitimar a oposição. Dessa forma, essas declarações nos permitiram analisar detalhada-

mente o discurso utilizado por grupos antiaborto, alcançando nosso objetivo de compreender suas estratégias retóricas e de ação.

A análise foi feita destacando características cruciais desse ativismo à luz das teorias do Pânico Moral de Stanley Cohen (2011) e da judicialização reativa de Juan Marco Vaggione (2020). Utilizamos essas teorias para analisar as representações da mulher e da criança evocadas durante a votação, proporcionando uma compreensão mais profunda das estratégias retóricas e dos impactos sociais envolvidos.

A partir do momento que uma mulher for no setor público fazer um aborto vai aumentar ainda mais a violência... **Mediante a comprovação da violência contra as mulheres e valorizar cada vez mais a vida das nossas crianças que podem nascer. Vocês são contra isso, nós queremos a vida, nós queremos o bem.** Sou contra o aborto, principalmente de uma mulher que queira fazer sem comprovação nenhuma que foi de um estupro” (Vereador 2), (Grifos nossos).

Aqui, é possível ver dois aspectos do pensamento “antiaborto” colocados em prática: o da “valorização da vida” pela preservação das “crianças que podem nascer” e da necessidade de comprovação da mulher em relação a violência. A ideia da “criança por nascer” concentra sentidos biológicos e jurídicos sustentados por um sentido sagrado de vida, relacionado a estruturas sociais e sexuais que se deseja conservar.

O processo de “juridificação reativa” sinalizado por Juan Marco Vaggione (2020) tem como característica a apropriação da linguagem dos direitos humanos. Por isso a ideia de “direito à vida” a partir da concepção torna-se sustentável no âmbito institucional, fazendo com que os atores políticos procurassem medidas para fazer do embrião um cidadão (Vaggione, 2020, p.64). Com isso, a utilização do Direito em defesa de uma ordem moral específica, passa a ultrapassar o campo religioso e se insere no debate político sobre direitos sexuais e reprodutivos (Vaggione, 2020, p.64).

O recurso da juridificação surge em um processo de adaptação ao ‘desafio da modernidade sob a Igreja Católica’ (Vaggione, 2020, p.49). Vaggione (2020) observa uma progressiva colocação da Igreja Católica como um ator público e interessado na política. Isso leva à busca por inserção na vida pública para proteger princípios morais.

Um marco desse posicionamento são as conferências do Cairo e de Beijing, realizadas em 1994 e 1995, respectivamente. Conhecidas pela celebração dos

direitos reprodutivos e sexuais, bem como pelo compromisso com a igualdade de gênero, essas conferências também debateram o acesso ao aborto, enfim reconhecido como direito.

O aborto como direito reprodutivo trata o assunto como sendo uma questão de saúde pública. Isso intensifica a atuação do Vaticano, que usa sua posição na ONU para liderar a defesa da moral reprodutiva e matrimonial (Vaggione, 2020, p. 50).

Durante as décadas de 1990 e 2000, o Concílio Vaticano II e as encíclicas *'Evangelium Vitae'* e *'Amoris Laetitia'* consolidam os direitos humanos como legítima regulação da ordem moral, sexual e reprodutiva. Assim, as encíclicas demonstram a necessidade de uma regulação da ordem sexual que atenda às exigências éticas de defesa da vida como um direito natural, reconhecendo a função simbólica do direito.

Outro aspecto a ser explorado sobre a atuação dos representantes antiaborto é a noção de 'criança por nascer', ou seja, a valorização do feto. A atribuição de sentidos a uma concepção biológica na prática das manifestações dos discursos de representantes "antiaborto" conferem ao feto aspectos subjetivos culturais, sociais e políticos (Aldana, 2008, p.641). A reivindicação desses elementos nos espaços públicos e políticos, que colocam a questão do nascituro no âmbito do Direito e levam a questão para a parte da sociedade que não é confessional (Aldana, 2008, p.641).

Ao chamar atenção para a comprovação da violência sexual, aciona-se o Estado na defesa da criança a fim de garantir sua existência, enquanto a mulher se tornaria um ambiente nos quais os anseios e necessidades estariam em segundo plano (Aldana, 2008, p.642). Isso faz com que a batalha seja centralizada no corpo da mulher, que através do movimento feminista se torna uma "assassina". Dessa forma, o movimento feminista, em relação a "causa da vida", passa a formar um grupo dissidente, que representa interesses "maus" (Cohen, 2011).

A ideia de ameaça se contrapõe ao nascituro como um símbolo que incita não apenas a necessidade de proteção, mas também traz o aspecto da crueldade para com eles. Isso gera uma relação de antagonismos, colocando um grupo contra outro e acionando a relação de pureza e maldade oriundos de um exercício errôneo de sexualidade por parte da mulher.

A relação entre o feto, aqui chamado de "criança" e o "assassinato", associado ao aborto e ao corpo da mulher, faz que se estabeleçam antagonismos entre a criança e o movimento feminista. Esses distanciamentos serão entendidos aqui à luz da teoria de pânicos morais, que relaciona a formação de grupos que interagem emocionalmente a partir de um senso de ameaça.

Aqui não existe nenhuma questão pessoal, a nossa questão aqui é ideológica e existem pautas que são inegociáveis, existem pautas que são eternas e o assunto a favor da vida sempre será eterno e nós sempre discutiremos a favor da vida... Votar um projeto desse estimulando o aborto é votar a favor do aborto e nós não negociamos isso. **Por isso o nosso posicionamento é conservador, é em relação a família, eu sou família, não negocio a vida, não negócio sobre pedofilia, não negocio nada contra a vida.** (Vereador 5), (Grifos nossos).

O conceito de pânico moral, caracterizado por Stanley Cohen, é uma reação social operacionalizada como controle social, na qual dentro de uma narrativa natural um grupo, pessoa ou problema emerge como ameaça social (Cohen, 2011). A ameaça estaria na proliferação de regras sociais em detrimento das características inerentes e determinadas de comportamento.

De acordo com Paul Saurette e Kelly Gordon (2015), os embates que envolvem o aborto são norteados pela construção de histórias nas quais há uma relação de protagonismo e antagonismo. Essas narrativas são consideradas as principais catalisadoras de ação social nos conflitos do aborto por mobilizarem símbolos como a maternidade e infância. Essa associação entre maternidade e criança é capaz de acender emoções por meio do pânico moral (Cohen, 2011, p.16).

O pânico seria uma reação que é instrumentalizada a fim de proporcionar controle social entre grupos. Esse controle é feito a partir de um senso de ameaça, trazendo o sentimento de que “algo deve ser feito” com urgência para combater a origem do problema (Cohen, 2011, p.30). O pânico é capaz de criar um clima político altamente emocional, que combinado com a evocação de imagens de símbolos e grupos estigmatizados, são capazes de construir uma narrativa de depravação. Isso é impulsionado por discursos médicos operacionalizados pelo ativismo conservador, o que gera um ambiente de patologia e indignação sob um comportamento que deve ser combatido

O pânico moral opera na relação entre o desviante (grupo, problema ou pessoa que ameaça) e suas ações e as reações das instituições e agentes de controle social. Ele seria capaz de criar representações e processos de demonização e patologia sobre determinado tema e evento, gerando ansiedade coletiva e medo. Cohen (2011) detalha a existência de três fases para a criação de um pânico moral: invenção do problema, significação e a fase de ação (Machado, 2004, p.61)

Na fase de invenção do problema, a mídia assume papel de exacerbar determinada situação e de criar um conjunto de rumores e percepções públicas de

forma desorganizada, proporcionando uma gama de interpretações que ajudam a transformar a questão em problema social. As interpretações criadas na fase da invenção são fundamentais para construir um senso comum que condiciona a interpretação do público.

A significação é relacionada à atribuição dessas interpretações ao problema criado. A atenção se desloca do fato para a produção de sentido, a fim de engendrar implicações e consequências. Essas implicações e consequências geralmente resultam em identificação de danos além dos imediatos e na formação de conexões entre fatos e outros problemas sociais (Machado, 2004, p.61).

O processo de demonização de grupos é feito pela associação de imagens, que juntas vinculam determinados grupos ao “mal”. Esse processo é fundamental para a terceira fase, na qual relaciona-se determinados acontecimentos ao ressurgimento do “problema”. Em seguida, acontece o controle social, ou seja, a reivindicação do problema a nível institucional, na qual agentes chegam ao Estado a fim de pleitear sobre determinada situação em nome do interesse coletivo.

A ideia de ameaça se contrapõe ao nascituro como um símbolo que incita não apenas a necessidade de proteção, mas também traz o aspecto da crueldade para com eles. A sensibilização por meio da apresentação de crianças e das representações do feto na barriga da mãe trazem também uma apropriação da linguagem de direitos humanos, colocando um grupo contra outro e acionando a relação de pureza e maldade oriundos de um exercício errôneo de sexualidade por parte da mulher.

Dessa forma, a mulher aparece no discurso e na preocupação dos líderes “antiaborto” de forma secundária por meio da “impunidade”, sob aqueles que cometeram violência sexual, e na desconfiança. O bem-estar da mulher ou da menina que passariam pelo procedimento aparece como fator secundário na discussão sobre um projeto de lei onde a informação para meninas e mulheres é o ponto central.

[...] o projeto se desvia do foco da violência contra a mulher para uma propaganda pelo aborto; o projeto foca no aborto e não na repressão e combate ao criminoso. Na nossa emenda colocamos “procure uma delegacia mais próxima”. O que nós defendemos é a punição, que a mulher seja amparada... Quem é a favor da castração química dos estupradores? O que queremos com a emenda é combater o criminoso, estimular a denúncia; a denúncia que estimula a prevenção. (Vereador 1), (Grifos nossos)

[...] por isso tem que passar por uma delegacia porque qualquer estupro tem sinais; [...] não é por isso que vamos autorizar qualquer mulher que chegar e falar que é vítima de estupro ter direito, isso tem lei, tem uma portaria” (Vereador 2), (Grifos nossos).

Apesar de secundária, a mulher assume uma dupla função nos discursos proferidos pelos líderes “antiaborto”. Ao mesmo tempo em que devem ter uma resposta sobre a violência que sofrem com a punição do estuprador, também são alvo de desconfiança. A necessidade de desconfiança, para depois promover o amparo à mulher denota uma mudança no tom metafórico da construção das narrativas “antiaborto”: se em um primeiro momento a mulher pode “imputar injustamente” o crime do estupro, nesse ponto podemos perceber que há um aceno a possibilidade de acolhimento mediante penalização do culpado, o que reforça, mais uma vez seu lugar secundário.

Em resumo, a atuação de líderes “antiaborto” na ocasião da votação do PL 442/17 reflete dois pilares importantes da atuação dos movimentos contra a legalização do aborto no Brasil. Um desses pilares é a valorização da “vida desde a concepção” e por consequência, da “criança por nascer”. Essas definições, derivadas da moral cristã (Vaggione, 2020, p.69), ganham cada vez mais tom secular, o que sinalizamos anteriormente como um processo de judicialização reativa. Outro ponto importante é o papel da mulher dentro dessa lógica, que ora assume lugar de desconfiança, ora assume lugar de acolhimento, que apenas é possível depois da comprovação da violência.

Apesar deste aceno, a mulher permanece como um fator secundário da lógica “antiaborto”, mas que é mobilizado de modo recorrente. Na construção do que chamamos de pânico moral, Stanley Cohen (2011) observa a construção de uma narrativa que coloca “bons” e “maus” em confronto. O que pode-se constatar é que a ocasião da votação do PL 442/17 traz um exemplo claro sobre como a criação de narrativas que geram indignação sob a questão do aborto são operacionalizadas em iniciativas que buscam colocar direitos garantidos em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da mobilização contra a aprovação do PL 442/17 reforça os acúmulos teóricos de que a legalização do aborto tem sido usada como “espantinho” moral para impedir o acesso de meninas e mulheres a direitos já garantidos, como possibilidades de realização de aborto já previstos em lei. Esta utilização também

ocorre nos âmbitos municipais e estaduais onde não há competência para legislar sobre a matéria.

Durante a votação do PL 442/17, em 2023, o conteúdo das falas dos parlamentares antiaborto exemplificou a estratégia de apropriação da linguagem dos direitos humanos utilizada por esses grupos, destacando a valorização da vida desde a concepção e a centralidade da mulher na narrativa antiaborto. As falas ressaltam com informações técnico-jurídicas são utilizadas a fim de distanciar a atuação de parlamentares de discursos religiosos, em uma tentativa de traçar uma aproximação com a abordagem do movimento feminista.

Entretanto, nesse processo, a mulher assume um papel ambivalente: ora objeto de desconfiança, ora sujeito de acolhimento condicionado à comprovação da violência sofrida. A dualidade na percepção em relação à mulher reflete a complexidade dos discursos antiaborto, onde sua proteção se mistura à penalização do estupro. Ainda que a presença da mulher seja recorrente nas falas, sua posição permanece secundária, subjugada à proteção da vida do nascituro.

Essa votação também evidenciou a construção de uma narrativa de pânico moral, onde “bons” e “maus” comportamentos são postos em confronto, mobilizando indignação e reforçando a luta contra a legalização do aborto.

A votação do PL 442 ocorreu em um contexto de crescente representatividade dos grupos antiaborto no debate público e na política, reflexo da ascensão da extrema direita no Brasil bem como em outros países, incluindo os da América Latina. Este cenário se alinha a tendências globais da extrema direita, como nos Estados Unidos, onde a reversão do caso *Roe v. Wade* em 2022 desencadeou restrições ao aborto em diversos estados, e na Europa, onde países como a Polônia ainda mantem leis restritivas, e como a Itália, onde o procedimento é legalizado desde 1978, que está incentivando a atuação de grupos antiaborto.

No Brasil, estes discursos tem contribuído para a criminalização social e institucional dos casos em que o aborto é permitido. Assim, ainda que não tenha havido retrocesso efetivo a legislação, temos acompanhado crescentes denúncias de obstáculos de acesso aos serviços de aborto legal pelo país. Como os emblemáticos casos, da menina de 10 anos vítima de estupro, que teve seus dados vazados e foi perseguida por manifestantes antiaborto, tendo que se deslocar do Espírito Santo até Recife para acessar seu direitos ao aborto; em 2020; o caso de Santa Catarina, onde uma juíza desencorajou uma menina de 11 anos a realizar o aborto legal, em 2022. Em 2023, houve a suspensão do serviço de abortamento legal no Hospital de referência Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo (Conectas, 2024).

Em suma, a análise desse caso destaca as estratégias discursivas utilizadas pelos grupos antiaborto e reforça a profunda e urgente necessidade de um debate amplo e inclusivo sobre os direitos sexuais e reprodutivos na sociedade contemporânea. É preocupante que um tema de direitos fundamentais e de garantia de cidadania às mulheres seja tratado a partir de inverdades e de valores religiosos em uma Casa Legislativa de um Estado laico e democrático.

Para enfrentar os ataques aos direitos reprodutivos e promover sua ampliação, é fundamental adotar várias estratégias complementares. Como sugestão, fortalecer a mobilização social através de campanhas de conscientização e educação sobre os direitos sexuais e reprodutivos pode ajudar a construir um apoio público mais robusto. Uma maior articulação entre movimentos feministas e outras organizações de direitos humanos pode aumentar a capacidade de resposta e resistência a medidas restritivas. Também é importante pressionar por políticas públicas que garantam acesso seguro e legal ao aborto, além de apoio integral à saúde reprodutiva. Além disso, a defesa jurídica contra legislações restritivas e a promoção de diálogos com legisladores progressistas podem ajudar a assegurar avanços sustentáveis e proteção contínua dos direitos reprodutivos. No mais, é de grande importância apoiar, votar e visibilizar quem tem compromisso ético com a defesa da saúde sexual e reprodutiva da população, para que ocupem os espaços de poder e de tomada de decisão, favorecendo a promoção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDANA, (2008). Myriam. **Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 639–646. Disponível em: www.scielo.br/j/ref/a/YLVHM8DFg7HrdkD99nR8DTQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 de mar. de 2024.

BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, Vozes, 2007.

BRASIL. **Relatório da Comissão de Defesa da Mulher**. Rio de Janeiro, Câmara dos vereadores, 2018. Disponível em: https://issuu.com/mariellefranco/docs/relatorio_comissao_da_mulher__1_. Acesso em: 5 de mar. de 2024.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Brasília, Câmara dos deputados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

BRASIL.

Lei nº12.845, de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

- BRASIL. **Portaria Nº 2.561, de 2020**. Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.561-de-23-de-setembro-de-2020-279185796>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei 442/17**. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/0325864700576d2603257735005eb2bc/0325864700576d26832581a700770238?OpenDocument>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei 442/17. Emenda Nº 1**. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7d4dd0325863200569395/819f88odb1c8189b03258966007648f?OpenDocument>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei 442/17. Emenda Nº 2**. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7d4dd0325863200569395/e1799377835609db0325897b0052781f?OpenDocument>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.camara.rio/atividade-parlamentar/legislacao/regimento-interno-cmrj>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.
- COHEN, Stanley (2011). **Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge.
- CONNECTAS. **A ofensiva contra a justiça reprodutiva e o debate em torno do aborto no Brasil**. 2024. Disponível em: www.conectas.org/noticias/a-ofensiva-contra-a-justica-reprodutiva-e-o-debate-em-torno-do-aborto-no-brasil/. Acesso em: 30, junho de 2024.
- G1. **Ministério da Saúde revoga portaria sobre aborto e outras medidas contrárias às diretrizes do SUS**. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/01/16/ministerio-da-saude-revoga-portaria-sobre-aborto-e-outras-medidas-contrarias-as-diretrizes-do-sus.ghtml>. Acesso em: 14 de mar. de 2024.
- MACHADO, Carla (2004). **Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito**. *Interações*, v. 7, p. 60-80. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso em: 14 de mar. de 2024.
- SAURETTE, Paul; GORDON, Kelly (2015). **The changing voice of the anti-abortion movement: the rise of “pro-woman” rhetoric in Canada and the United States**. Toronto; Buffalo; London: University of Toronto Press..
- VAGGIONE, Juan Marco (2020). **A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina**. In: *Gênero e conservadorismo: Disputas e retrocessos na América Latina*. 1 ed. São Paulo: Boitempo.

FONTES PRIMÁRIAS

TV Câmara. **Sessão Plenária 02.03.23**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cL6SmkgghnXo&list=PL_jAEsgySjj767a-qBf8hptlk_LXJpZRK&index=107.

Acesso em: 5 de mar. de 2024.

TV Câmara. **Sessão Plenária 28.03.23**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7fZYZBofZVE&list=PL_jAEsgySjj6oEZCF_xwPf5xZ1-vKKMON&index=93.

Acesso em: 5 de mar. de 2024.

TV Câmara. **Sessão Plenária 30.03.23**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xJUo68rolEg&list=PL_jAEsgySjj6oEZCF_xwPf5xZ1-vKKMON&index=91.

Acesso em: 5 de mar. de 2024.

Recebido: 24/03/2024 | Aprovado: 02/07/2024

Democracia no Brasil e Violência Política de Gênero: dois lados da mesma moeda?

Democracy in Brazil and Gender-Based Political Violence: Two Sides of the Same Coin?

Fabiane Simioni^a 

Resumo O artigo explora as dimensões de gênero e raça das práticas de violência política, de forma a contribuir para a compreensão de suas repercussões sobre a democracia no Brasil. Com base em uma revisão abrangente da literatura sobre os marcos conceituais de violência política de gênero e violência política contra mulheres, o estudo ressalta o enquadramento normativo da equidade de gênero, assim como as respostas brasileiras para esses problemas. Em termos metodológicos, adotou-se o framework de Bardall et al. (2019) para compreender a motivação, as formas e os impactos de gênero na violência política. O tratamento interseccional da violência política (Lima et al. 2022; Hughes, 2011) é crucial para a compreensão das experiências de violência política de mulheres negras e de outros grupos sociais periféricos. Considera-se que a superação da violência política é fundamental para fortalecer a democracia e a diversidade de representatividade na esfera política convencional.

Palavras-chave Democracia. Violência Política de Gênero. Equidade. Interseccionalidade.

Abstract *The article explores the gender and race dimensions of political violence practices to contribute to the understanding of their repercussions on democracy in Brazil. Based on a comprehensive literature review of the conceptual frameworks of gender-based political violence and political violence against women, the study highlights the normative framework of gender equity, as well as Brazilian responses to these problems. Methodologically, the framework of Bardall et al. (2019) was adopted to understand the motivation, forms, and gender impacts of political violence. The intersectional treatment of political violence (Lima et al. 2022; Hughes, 2011) is crucial for understanding the experiences of political violence among Black women and other peripheral social groups. Overcoming political violence is considered fundamental to strengthening democracy and the diversity of representation in the conventional political sphere.*

Keywords *Democracy. Gender-Based Political Violence. Equity. Interseccionality.*

^a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: fabe.simioni@gmail.com

INTRODUÇÃO: DO DEBATE SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO ÀS RESISTÊNCIAS POLÍTICAS

A percepção de uma maior preocupação com relação à equidade de gênero foi ativamente impulsionada por campanhas locais e globais que mostravam que a equidade de gênero na esfera política apresenta resultados positivos para a democracia (Krook, 2009; Krook; True, 2012; Krook; Sanín, 2016). Uma representação política equitativa e igualitária é uma medida de justiça porque as mulheres são 50% da população e, portanto, deveriam ocupar metade das posições de poder. Além disso, outros ativos são mencionados quando há mais equidade de gênero, como, por exemplo, o aumento das chances de que os interesses de homens e mulheres sejam mais bem refletidos nas políticas públicas (Sacchet, 2013; Krook; Sanín, 2016).

A participação política das mulheres e de outros grupos sociais periféricos (pessoas LGBTQIA+, negras, indígenas, por exemplo) tem sido contestada nos últimos tempos, em regimes democráticos consolidados ou não, ao mesmo tempo em que são construídas alternativas para a expansão da sua participação política (Hughes, 2011; Bardall et. al. 2019, Lima et. al. 2022). Esse processo de resistência e *backlash* à participação política de determinados grupos sociais tem extrapolado o debate público de ideias para práticas de violência política, cuja motivação, formas e impactos expressam diferentes dimensões de gênero (Bardall et. al. 2019) e de raça (Lima et. al. 2022; Hughes, 2011). Tais práticas podem ser compreendidas de forma ampla como qualquer violência que impeça a regularidade (em termos de legalidade) dos processos políticos (Bardall et. al. 2019). Funcionam como um mecanismo que impede mulheres e outros grupos minoritários (*minority groups*) de participarem da política, a partir da criação de obstáculos para sua permanência (Hughes, 2011; Lima et. al. 2022), com implicações para representação democrática e a justiça de gênero (Biroli, 2018).

No contexto latino-americano, a violência política atravessada pelas dimensões raciais e de gênero é mais recente (Biroli, 2018). Sua emergência está conectada aos processos de democratização da região: as lutas contra a sub-representação política das mulheres e a violência de gênero mantiveram-se entrelaçadas às lutas por democracia, direitos humanos e cidadania (Potrich, 2023). Embora a violência contra as mulheres na política não seja novidade, nomear e debater sobre sua ocorrência e conceituação é algo recente (Lima et. al. 2022).

Do ponto de vista normativo internacional, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher

(Convenção de Belém do Pará), a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing, bem como a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instam os Estados a promoverem a igualdade de participação política de mulheres em todos os níveis governamentais. Esses instrumentos normativos, da mesma forma, também são objetos de disputas na esfera pública, justamente porque usam o signo “mulheres” como uma categoria universal e isso é problemático, por diversas razões¹.

Quando usamos “gênero”, e não apenas “mulheres”, estamos nos referindo aos sentidos atribuídos sobre masculinidade e feminilidade (ser homem e ser mulher), e que posicionam os homens (brancos, proprietários, consumidores, cisgêneros e heterossexuais) em um lugar social de dominação não apenas das mulheres, mas também de homens que são lidos socialmente como gays, queer, não-binários e trans (especialmente não-brancos). O gênero, portanto, estabelece *scripts* sociais ativamente vigiados não apenas por meio da exclusão política das mulheres e de seus corpos da esfera pública. Significa, portanto, que homens que não se enquadram na heteronormatividade também podem experimentar a violência política motivada pela preservação das hierarquias de poder político de gênero (Bardall et. al. 2019), especialmente aqueles identificados como não-brancos.

No mundo acadêmico e das mobilizações políticas da sociedade civil, em especial do campo feminista, desde os processos de redemocratização na América Latina, tem havido uma sensibilização a respeito da equidade de gênero, como também em relação à representatividade de grupos historicamente ausentes das instâncias de tomada de poder, em regimes de governo democráticos (Bardall et.al. 2019; Archenti; Albaine, 2018; Krook; Sanin, 2016). Uma abordagem sensível às dimensões de raça e gênero tem ganhado musculatura com o investimento na produção de legislações nacionais, como as cotas eleitorais e os fundos eleitorais e partidários para candidaturas de mulheres e de pessoas negras e indígenas. No entanto, alguns estudos têm demonstrado que as cotas eleitorais não conseguiram tornar mais igualitário o jogo político-partidário (Krook; Sanín, 2016; Hughes, 2011).

A oposição a esse conjunto de estratégias normativas tem incluído, entre outros recursos, o emprego da violência (física, sexual, psicológica, econômica e

¹ Esse trabalho é convergente com as postulações de Lugones (2020) e Curiel (2007, 2013, 2020), os quais demarcam a preocupação com a pluralidade de vozes hierarquizadas e subalternizadas pela colonialidade e pelo sistema capitalista globalizado. O uso do termo “mulheres” não supera o constrangimento de uma universalidade problemática. Na falta de outro vocábulo, utiliza-se o termo “mulheres” para se referir às pessoas cis ou trans que se identificam com os atributos socialmente construídos como femininos.

semiótica). Esse tipo específico de violência política se expressa por meio de atos explícitos de assédio, de menosprezo, de difamação, de distribuição de mentiras por redes sociais e fraudes (candidaturas “laranjas” ou desvios de recursos financeiros públicos, por exemplo).

Nesse contexto, esse trabalho tem por objetivo discutir a violência política como um dos aspectos que impactam a democracia e a representatividade de mulheres e de outros grupos sociais periféricos no cenário político nacional. Sendo assim, apresenta uma discussão dividida em três seções. A primeira faz uma breve contextualização sobre as dimensões de gênero e raça para o debate sobre violência política. A segunda analisa algumas iniciativas brasileiras de enfrentamento da violência política de gênero. Na terceira e última, debate a violência política de gênero na ditadura civil-empresarial-militar brasileira, de 1964 a 1985 e analisa seus impactos na democracia.

CONTEXTUALIZANDO GÊNERO, RAÇA E VIOLÊNCIA NO CAMPO POLÍTICO

Desde a Década das Mulheres das Nações Unidas (1976-1985), houve uma participação expressiva de movimentos de defesa dos direitos das mulheres e antirracista em direção a uma arquitetura protetiva internacional que pudesse lastrear as agendas de reformas legislativas progressistas no âmbito doméstico, entre os quais destaca-se a adoção de leis nacionais de cotas no sistema eleitoral. Em nível doméstico, o ambiente institucional não era favorável para a afirmação de direitos básicos, em razão da interdição da participação política popular. As mobilizações protagonizadas por mulheres concentraram-se no nível transnacional como uma oportunidade de *advocacy* no Sistema Global de Direitos Humanos, no âmbito das Nações Unidas e, mais tarde, no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, na Organização dos Estados Americanos².

Nesse período, diversos países latino-americanos ratificaram a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) e aderiram à Plataforma de Ação de Beijing (1995). Esses instrumentos internacionais legitimaram em esfera global e regional a demanda

2 Para muitas pessoas em diversas partes do mundo, o movimento feminista é considerado uma invenção ocidental, de mulheres brancas de classe média (Montoya, 2014). Em um certo sentido, não somos capazes de escapar a essa crítica. Por outro lado, os feminismos, no plural, especialmente latino-americano, se converteram em experiências teórico-práticas de insurgências contra as marcas de permanência do colonialismo, cuja centralidade da orientação antirracista é incontornável em um horizonte de lutas políticas em direção ao bem-viver e à justiça social.

por equidade e não-discriminação e mobilizaram a aprovação de ações afirmativas com o objetivo de alcançar um número mínimo de mulheres candidatas às eleições nacionais (Htun, 2001). Não se está aqui subestimando a razão instrumental de maximização dos benefícios dos Estados nacionais, no norte ou no sul globais, de comprar legitimidade e influência com a adesão aos instrumentos normativos internacionais de proteção de direitos humanos, especialmente de combate à discriminação e à violência contra as mulheres. Essas ações são, muitas vezes, parte de estratégias mais amplas de *soft power*³, que visam projetar uma imagem positiva e influenciar a percepção de outros países e atores internacionais.

A articulação entre movimentos feministas e antirracistas e organismos internacionais com vistas à aprovação de legislações que dispõem sobre a igualdade racial e de gênero constitui um caso de práxis prefigurativa no campo legislativo. A prefiguração é compreendida de diferentes maneiras nos debates políticos e acadêmicos (Cooper, 2023). Refere-se à representação ou à encenação micropolítica de práticas, instituições e significados desejados, como se estivessem realizados, como uma alternativa a uma mudança social ainda não encarnada. Estimula os agentes coletivamente organizados a operarem como se as estruturas sociais estivessem transformadas. No contexto brasileiro, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) é um exemplo de práxis prefigurativa feminista, tanto na sua dimensão de um bem-sucedido litígio estratégico internacional, quanto no campo legislativo doméstico. A sua aprovação foi resultado de uma proposta de texto elaborada e defendida pelo campo feminista brasileiro, alinhada às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), no caso Maria da Penha Maia Fernandes vs Brasil (Barsted, 2011). A Lei de Cotas Raciais para o Ensino Superior (Lei n. 12.711/2012) é igualmente outro exemplo de prefiguração antirracista, decorrente da mobilização política do movimento negro brasileiro. É a partir desse horizonte utópico comum que se diversificam as práticas coletivas dos movimentos sociais latino-americanos e brasileiros, não havendo, portanto, unanimidade de estratégias para a inserção de uma agenda de direito das mulheres e antirracista na gramática do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

3 *Soft power* é um termo usado para descrever a capacidade de um país, organização ou entidade de influenciar as opiniões, comportamentos e percepções de outras pessoas ou nações através de meios não coercitivos (militar ou econômico). O conceito de *soft power* foi popularizado pelo cientista político estadunidense Joseph Nye, nas obras *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (1990) e *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (2004).

No início da década de 1990, se observa um processo de expansão de ações afirmativas no campo político para mulheres na América Latina. A Argentina aprovou a sua lei em 1991. Em 1996, foi a vez do México e do Paraguai. Em 1997, Bolívia, Brasil, Equador, Peru, Costa Rica e Panamá também o fizeram (Spohr et. al. 2016). Aproximadamente 20 anos depois das cotas eleitorais para mulheres, a Bolívia foi o primeiro país latino-americano a aprovar uma lei sobre assédio e violência política contra mulheres (VPCM) (Ley n. 243/2012) (Albaine, 2021). A aprovação dessa legislação ocorreu dois meses após o homicídio de Juana Quispe Apaza, vereadora do município de Ancoraimes, no departamento de La Paz. No Brasil, após o assassinato da vereadora da capital fluminense, Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018, o processo de aprovação de uma legislação federal de criminalização da VPCM culmina em agosto de 2021, com a Lei n. 14.192.

A violência política viola os direitos humanos, impede o desenvolvimento, a consolidação ou o florescimento da democracia e mina as relações de justiça, transparência e confiança sobre as quais os bons governos são construídos (Bardall et. al. 2019). Impede não só as mulheres, mas também pessoas LGBTQIA+ (em maior proporção, negras, indígenas e periféricas) de desenvolverem suas campanhas, assim como, quando eleitas, de cumprirem com as funções inerentes aos cargos. A maior participação política de mulheres, acompanhada da chegada de outros grupos sociais periféricos em diferentes espaços de tomada de decisão, tornaram visíveis as práticas de violência, justamente porque questionam a lógica masculina que caracteriza a forma de fazer política (Albaine, 2017; Bardall et. al. 2019). Embora não deva ser considerada a única categoria analítica, como se pretende aprofundar mais adiante, a dimensão de gênero ganha relevo quando se analisa as motivações, as formas de ataque e os impactos da violência política justamente por seu peso nas esferas doméstica (das relações interpessoais) e pública (das relações institucionais).

A violência política, portanto, é uma forma de aniquilamento do princípio de participação igualitária na esfera pública, em flagrante violação aos direitos de igualdade e de não-discriminação. A paridade política, nesses termos, é uma reivindicação que ameaça a permanência do patriarcado e das elites econômicas na esfera política convencional (Matos; Paradis, 2014). Em geral, mulheres e pessoas LGBTQIA+ não pertencem à elite política, essa formada por homens (brancos, proprietários, consumidores, cisgêneros e heterossexuais). A VPCM e a VPG são terminologias que podem significar diferenças potenciais de enquadramento e escopo, sendo a primeira restrita a mulheres (cis ou transgênero); e a segunda, aberta para incluir a violência direcionada a pessoas LGBTQIA+ (Lima et. al. 2022).

Trata-se de tipos específicos de violência que se expressam na forma de ação ou omissão que inibe ou impede a participação na vida pública, política e partidária de mulheres e de outros grupos sociais periféricos, assim como contribuem para o enfraquecimento de regimes democráticos. A estabilidade das fronteiras entre esses conceitos pode ser uma questão, mas também pode ser uma vantagem. Essa ambiguidade expõe as conexões entre a supressão das vozes das mulheres, o debate e a agenda de gênero (Biroli, 2016).

Em relação ao processo político de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, 2011-2016), por exemplo, parece haver algum consenso em relação ao caráter misógino e sexista de violência política dirigida contra uma mulher tanto durante a campanha eleitoral, quanto no exercício de um cargo político (Biroli, 2018; Rubim; Argolo, 2018). As práticas de violência política contra Dilma Rousseff tinham o principal escopo de interditar sua participação política e transmitir uma mensagem: a vida pública não é democrática e as mulheres não são bem-vindas. Segundo Rousseff (2022), os ataques pessoais contra si giravam em torno de expressões insultuosas como “louca, burra, prostituta e nojenta”, com frases do tipo “Dilma, vai pra casa”, “Vai lavar roupa”, “Vai vender Jequití”. A ideia, segundo a autora, era associar a imagem da mulher a um espaço doméstico, como se ela não fosse capaz de estar em um cargo de poder ou de mando. Nesse caso específico, podemos identificar a motivação (por ser mulher) e a forma dos ataques (por meio de uma linguagem ofensiva de cunho sexual). Quanto aos impactos de gênero, entende-se que uma parcela da opinião pública brasileira foi capaz de identificar o machismo e a misoginia como elementos estruturantes para a deflagração e a aprovação da interrupção arbitrária do mandato presidencial.

A decomposição de aspectos distintos sobre motivação, formas de ataque e impactos para a dimensão de gênero na violência política é de difícil operacionalização, embora necessária na tarefa analítica e de formulação de respostas ao problema (Bardall et. al. 2019). A violência tem interpretações subjetivas (Sarti, 2009) e as soluções mais eficazes dependem das respostas aos processos coletivos de construção de significados em torno da violência (Bardall et. al. 2019).

Bardall et. al (2019) propõem um framework para conceitualizar VPCM e VPG. De acordo com Bardall et. al. (2019, 917 ss.), a VPCM diz respeito a como o gênero pode motivar os ataques, enquanto a violência política identifica como o gênero (VPG) pode explicitar as formas e os impactos da violência. A violência política cuja motivação seja de gênero (*gendered motives*) surge quando os perpetradores objetivam preservar o controle dos homens da elite política sobre o sistema político. Em todo o mundo, homens que pertencem ao grupo cultural,

étnico ou religioso estruturalmente dominante de seu país ocupam a maioria dos cargos políticos (Hughes, 2011). Atores políticos que usam a violência para resistir à descentralização do poder político para fora do grupo masculino hegemônico (ou seja, mulheres, mas também homens gays, pessoas queer, não-binárias e trans) estão cometendo violência política por razões de gênero. No caso das mulheres na política, sua presença desafia os papéis tradicionais de gênero, assim como o sexismo e a misoginia são veiculados através da violência (Biroli, 2016).

Seguindo essa proposição analítica, Bardall et. al. (2019) referem que o conceito de VPG possibilita o enquadramento das formas de ataque e dos impactos. Assim, as formas de ataque mostram como homens e mulheres perpetram e experienciam a violência política, independentemente de o gênero aparecer como motivo. Tanto mulheres quanto homens enfrentam violência especificamente projetada para inibir sua participação política. Os impactos de gênero capturam como as audiências entendem as dimensões de gênero da violência política, mesmo que esses entendimentos difiram dos motivos e das formas (Bardall et. al., 2019).

Em comum, a VPCM e a VPG compartilham práticas sociais de controle e dominação sociais orientadas para manter o status e os privilégios de determinados homens, notadamente aqueles que representam os interesses e as práticas das elites políticas hegemônicas. A violência política analisada sob as lentes de raça e de gênero nos permite observar as motivações, as formas e os impactos na produção de tipos específicos de iniquidades em que os marcadores sociais das diferenças não são variáveis independentes (Brah, 2006). É importante considerar discussões sobre violência contra as mulheres ou outros grupos sociais periféricos tendo em mente as diferentes e desiguais posições que ocupam na sociedade. Raça, classe, sexualidade, geração, território são alguns dos eixos que devem ser considerados, para além de gênero como matriz de poder (Biroli, 2016; Collins; Bilge, 2021; Lima et. al. 2022). A abordagem interseccional, fundamentada no pensamento feminista negro, para os fins deste trabalho, nos auxilia como ferramenta analítica (Curiel, 2007; Collins; 2019; Collins; Bilge, 2021).

Dada a necessidade de uma leitura interseccional, o enquadramento das práticas de violência política não pode estar desassociado da dimensão racial, especialmente no caso latino-americano e brasileiro, em razão do legado do colonialismo e da escravização de pessoas negras e indígenas, a partir da invasão do território ameríndio (do século XVI ao XIX). Não é possível compreender as discriminações no Brasil sem tomar em consideração sua constituição estru-

turalmente interseccional de raça, gênero e classe⁴. Recorre-se, portanto, à perspectiva interseccional para compreender as articulações de co-constituição/consustancialidade entre as estruturas de poder que promovem tipos específicos de desigualdades sociais. A interseccionalidade é, portanto, crucial para compreensão das experiências de VPCM e a VPG de mulheres não-brancas e de outros grupos periféricos, atravessadas pelos marcadores sociais de raça, gênero, classe, sexualidade e território.

Nesse contexto, examinamos o déficit democrático brasileiro e sua relação com a escalada da violência política nos últimos anos, a partir do imbricamento e da co-constituição mútua de iniquidades sociais, justamente porque as mulheres periféricas, as pessoas LGBTQIA+, negras e indígenas têm denunciado os usos e abusos dos modos de fazer política convencional.

Entende-se que a violência política é incompatível com um sistema democrático pautado pela garantia formal e material de direitos humanos. Seu enfrentamento exige o reconhecimento das especificidades desse tipo de violência e a análise das suas consequências para a democracia e a promoção de direitos humanos no Brasil. Alguns países têm adotado medidas para o enfrentamento da violência política à medida que episódios de violência letal ganham notoriedade e repercussão na opinião pública em geral, assim como entre ativistas e movimentos sociais, especialmente feminista, antirracista e LGBTQIA+.

ENFRENTANDO A DIMENSÃO DE GÊNERO NA VIOLÊNCIA POLÍTICA

Em 2023, o Brasil ocupava a 57^a posição entre 146 países analisados no *Global Gender Gap Report*, cujo objetivo é mensurar a disparidade entre homens e mulheres em áreas cruciais como participação e oportunidades econômicas, conquista educacional, saúde e sobrevivência, e empoderamento político. Estima-se que a completa paridade de gênero será alcançada na América Latina e no Caribe em 53 anos (World Economic Forum, 2023). Segundo o Mapa das Mulheres na

4 Para uma adequada compreensão das práticas de discriminação e de violência, em quaisquer das suas formas, é necessário reconhecer o processo de racialização de pessoas não-brancas como resultado da biologização da desigualdade, e sua permanência nas formas contemporâneas de colonialidade (Segato, 2021). O racismo, portanto, em nosso contexto, é incontornável para qualquer análise sobre as estruturas de poder e de hierarquização de pessoas. O paradigma teórico da colonialidade do poder foi formulado inicialmente pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, a partir dos anos 1970, no contexto dos desdobramentos históricos da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria. Diante do fracasso da polarização entre capitalismo e comunismo e inspirado nas lutas políticas dos movimentos indígenas e ambientalistas latino-americanos, esse autor, entre outros do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, propõe um novo paradigma sobre a história e a sociologia das relações de poder. Para aprofundar o debate sobre a perspectiva feminista decolonial, ver: Segato (2021); Lugones (2020) e Curiel (2007; 2013; 2020).

Política, o Brasil ocupa a 129^a posição no ranking de mulheres parlamentares, de um total de 186 países (ONU, 2022). Embora tenha havido alguma melhora nos índices brasileiros de igualdade de gênero, observamos uma das piores taxas de representação formal de mulheres nas Américas (Biroli, 2018), notadamente nos cargos eletivos de maior abrangência territorial (níveis estadual e federal). A dimensão de gênero da violência política e os desafios interseccionais restringem a participação política de mulheres periféricas, negras, indígenas, lésbicas e trans.

O Brasil tem recebido apoio para impulsionar a inclusão de mulheres na política e aumentar a sua representatividade em cargos públicos, por meio da iniciativa ATENEA (PNUD; ONU Mulheres; IDEA Internacional, 2020). Trata-se de um mecanismo internacional para acelerar a participação das mulheres em países da América Latina e Caribe, destacando a colaboração internacional para promover igualdade de gênero na política. A iniciativa insere-se no contexto da implementação da Plataforma de Ação de Beijing +20 e na promoção da Agenda 2030, em que os parceiros colocam a paridade como um dos enfoques centrais para o avanço do ODS 5 e para a construção de democracias consistentes⁵. O Brasil ocupa a 9^a posição no ranking da participação de mulheres na política em uma lista de 11 países latino-americanos. Entretanto, é necessário destacar que o referido mecanismo ainda não propõe ações interseccionais, no sentido de também promover a inclusão de pessoas racializadas e LGBTQIA+ na vida política institucional.

Nas eleições municipais de 2020, depois da ampla repercussão sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, houve um recorde de candidaturas femininas. Nesta eleição, 12,2% dos prefeitos eleitos era mulheres⁶. A demanda pela participação e permanência de mulheres negras na esfera política institucional, sobretudo depois de Marielle Franco, se refere a segurança e a possibilidade do exercício de seus mandados (Lima et. al. 2022).

De acordo com o *Global Gender Gap Report* (2023), os esforços para promover a igualdade de gênero na política estavam concentrados nos parlamentos nacionais. No entanto, os ODS introduziram um novo indicador que enfatiza a representação política das mulheres em posições de tomada de decisão local (World Economic

5 ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Especialmente as metas 5.1 (acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres), 5.5 (garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública) e 5.c (adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis).

6 De acordo como Relatório do Instituto Alziras (2018), nas eleições municipais de 2012, 11,8% das prefeituras foram ocupadas por mulheres. Em 2016, esse número cai para 11,5% do total. Disponível em <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>. Acesso em 20 maio 2024.

Forum, 2023). Especula-se que a relativa taxa de sucesso para mulheres em eleições municipais (Miguel; Queiroz, 2006) tem como causas explicativas, de um lado, a menor disponibilidade das mulheres de se afastarem do local de residência da sua família, principalmente de filhos e maridos, de outro, o menor custo pessoal e financeiro para esse tipo de campanha.

Embora seja um avanço, é importante perceber que ainda há um longo caminho a percorrer na equidade de gênero na política. Com isso, é fundamental fortalecer espaços que encorajem as candidaturas de mulheres periféricas, de pessoas LGBTQIA+, negras e indígenas e que se construam políticas de garantia de um espaço seguro e a consolidação das políticas afirmativas nas candidaturas, como medidas de mitigação da sub-representação política desses grupos sociais não-hegemônicos.

A percepção de pessoas LGBTQIA+, na pesquisa realizada pela campanha #VoteLGBT, é a de que as práticas de violência política fazem parte da atividade política convencional. Para 26% dos entrevistados relataram terem sofrido violência política das pessoas de sua própria legenda partidária. Em 56% dos casos, os partidos não fizeram nada nas denúncias que receberam. Segundo a pesquisa, 49% sofreram ataques por sua orientação sexual, 32% por serem mulheres e 29% por sua identidade de gênero (Silva, 2022). A pesquisa avalia também a insuficiência de recursos financeiros destinados a pessoas LGBTQIA+, que, em média, recebem apenas 2% do teto dos gastos de seus partidos políticos. Isto é oferecido em cidades com mais de 500 mil habitantes. Nas localidades de menor porte, em média, 6% da verba é destinada às suas candidaturas (Silva, 2022).

Em termos estaduais, foi criado o Programa de Enfrentamento ao Assédio e Violência Política contra a Mulher na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), proposto pelas deputadas Ana Paula Siqueira (Rede), Andréia de Jesus (PT), Beatriz Cerqueira (PT) e Leninha (PT); três delas já foram ameaçadas de morte no exercício de poder. Tal programa tem por objetivo instituir um mecanismo de monitoramento e de ações preventivas de enfrentamento à VPCM, buscando combater qualquer forma de discriminação de gênero, seja por cor, raça, etnia, classe social, orientação sexual e religiosidade, que prejudique os direitos políticos da mulher (Mallmann; Pereira, 2023).

Em nível federal, a Emenda Constitucional n. 117, promulgada em 2022, estabelece que os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% dos recursos provenientes do fundo partidário para a participação política das mulheres (Brasil, 2022). A iniciativa constitucionalizou a regra existente desde 2009 (Lei n. 12.034/2009), que garante um reforço para a participação feminina na política,

proporcionando os recursos financeiros para apoiar candidaturas, campanhas e ações femininas na política. Em termos de competitividade eleitoral e viabilidade, o difícil acesso ao financiamento de campanhas é o principal fator que impacta negativamente as chances eleitorais: uma candidatura não-branca apresenta em média 8,9% menos receita em comparação a uma candidatura branca (Campos; Machado, 2017). De outra parte, não foi desenvolvida até o momento uma política pública federal ou programa no âmbito do Poder Executivo Federal de enfrentamento às dimensões raciais e de gênero da violência política, tal qual recomenda a Convenção de Belém do Pará (1994). Como signatário da referida convenção interamericana, o Brasil está comprometido com a prevenção, punição e erradicação de todas as formas de violência contra a mulher, incluindo-se aqui a violência que restringe o exercício de direitos políticos.

Como se observou, as respostas institucionais de promoção da equidade de gênero na esfera política, bem como as medidas de enfrentamento à violência política são frágeis, no Brasil. Trata-se de iniciativas que deveriam estar articuladas para efetivamente promover a reparação diante do passado e contribuir para a não repetição no presente.

NARRANDO A VIOLÊNCIA POLÍTICA: UM PASSADO PRESENTE

Compreende-se a VPG como qualquer ato ou ameaça que resulte em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico que impeça as mulheres de exercerem seus direitos políticos, em espaços públicos ou privados (PNUD; ONU Mulheres; IDEA International, 2020). Em época de campanha eleitoral, a VPG e a VPCM se expressam por meio de piadas e palavras com teor sexual, gestos machistas, comentários maliciosos e a incredulidade sobre a capacidade política de mulheres periféricas e pessoas LGBTQIA+, a partir de estereótipos de raça e gênero, com o objetivo de atacar as imagens das/dos candidatas/os. Essas práticas reduzem a pluralidade de representação nos espaços políticos, pois produzem o medo de uma exposição injusta e aviltante. Os ataques, em geral, dizem respeito a notícias falsas relacionadas à vida pessoal, e não necessariamente sobre a vida política das pessoas, com o uso de plataformas digitais de amplo alcance.

O parlamento brasileiro optou pela normatização da VPCM, com a aprovação da Lei n. 14.192/2021. O objetivo dessa lei é estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a VPCM, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas. O conceito de VPCM, adotado no Brasil, contempla toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres. Também estabelece

que a VPCM constitui qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de direitos e de liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo (Brasil, 2021). Como se observa, a lei que dispõe sobre a VPCM tem por motivação o sexo, não o gênero da pessoa que sofre a ofensa. No Brasil, desde 2015, observamos a expansão de mobilizações políticas antigênero (Biroli, 2016; 2018), em que os legisladores descartam o termo “gênero” e o substituem por “sexo”⁷.

Entretanto, as práticas de violência política não são exatamente uma novidade no contexto brasileiro. No período da ditadura civil-empresarial-militar brasileira, de 1964 a 1985, a violência política era direcionada àquelas pessoas que se opunham ao regime autoritário e, portanto, quando dirigida contra as mulheres, tinha características específicas (Gianordoli-Nascimento; Santos; Trindade, 2007; Alves, 2021).

No depoimento de Izabel Fávero à Comissão Nacional da Verdade, em 27 de abril de 2013, podemos identificar a motivação (porque se trata de uma mulher-militante) e as formas de ataque da violência política (tortura e abuso psicológico de caráter sexista e misógino): “Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era ‘puta’, ‘menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta’. Enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim” (Brasil, 2014, p. 400).

As pessoas LGBTQIA+ também eram rotineiramente perseguidas pela ditadura. A representação da homossexualidade como nociva, perigosa e contrária à família, à moral prevalente e aos “bons costumes” permeava a sociedade brasileira em geral e foi incorporada como razão de Estado no regime autoritário. Segundo

7 É relevante compreender que as disputas sobre a noção de gênero existem, pelo menos, desde o ano 2000, quando o Vaticano passa a investir na produção de uma retórica de repúdio aos consensos de Cairo (1994) e Beijing (1995) (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Soma-se a esse empreendimento, a propagação, em escala global, de argumentos antigênero realizada por ativistas políticos neoconservadores em reação às mudanças mais recentes em relação às moralidades sexuais e os processos de equidade de gênero (formal e informal). A oposição à “ideologia de gênero”, em geral, é pautada na afirmação da dimensão biológica das relações de complementaridade entre homens e mulheres, na sacralidade da família natural/convencional (leia-se: matrimonial, cis-heterossexual e hierarquizada) e no repúdio às questões de diversidade sexual (Simioni; Kyrillos, 2024). Para análise das mobilizações políticas antigênero e sua correlação com políticas antidemocráticas, ver Brown (2019).

Pinheiro (2014, p. 300), essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas cuja orientação sexual ou a identidade de gênero eram contrárias à cis-heteronormatividade. A violência era explicitada através dos constrangimentos ao direito ao trabalho, do modo de viver e de socializar, da censura de ideias e das artes e da proibição de qualquer organização política desses sujeitos.

Os registros de violência política contra pessoas LGBTQIA+ durante o regime militar são escassos. A falta de informações e registros de um regime político que buscou apagar seus rastros torna ainda mais complexo dimensionar o alcance e o sentido das violências praticadas (Green; Quinalha, 2014). Sendo assim, não se têm registros que possam elucidar como a sexualidade ou a identidade de gênero foram a motivação para a detenção, repressão e tortura dos opositores à ditadura.

Podemos observar que, nesse caso específico, a perseguição do regime autoritário contra pessoas LGBTQIA+ não teria um enquadramento de uma violência política motivada por gênero: não se tratava de eliminar opositores políticos porque LGBTQIA+. Os opositores do regime, de acordo com a ideologia defendida por seus apoiadores, eram perseguidos e/ou eliminados porque eram considerados comunistas, subversivos, “esquerdistas”. Ser LGBTQIA+ significava ser “esquerdista” e, portanto, ser automaticamente posicionado como opositor político do regime militar. Com efeito, não é possível afirmar que a violência política praticada durante o período ditatorial, contra pessoas LGBTQIA+, tinha uma motivação de gênero. Entretanto, as formas de ataque da violência política guardam a dimensão de gênero porque pessoas LGBTQIA+ e homens, de qualquer orientação sexual, foram submetidos a violações sexuais, justamente para reforçar o domínio de uma masculinidade hegemônica, da parte dos torturadores, e a feminização e submissão das vítimas⁸. Além do indicador das formas de ataque, a VPG naquele período histórico teve impactos específicos sobre esse grupo social, na medida em que o processo de desumanização de pessoas LGBTQIA+, assim como de pessoas não-brancas na política, repercutiu ainda hoje, na reiteração da sua descredibilidade para acessar e permanecer nas instâncias formais de representação política. As memórias dessa violência têm sido interpretadas pela comunidade de pessoas LGBTQIA+, e também por uma audiência mais ampla, como uma mensagem de que as elites políticas do presente não estão dispostas a ampliar o espectro dos sujeitos considerados aptos a participar da esfera política institucional.

Com a anuência do regime autoritário, a população pedia o extermínio desses grupos sociais, tratados *a priori* como criminosos. Nos veículos de comunicação

8 Sobre as representações sociais de homens como vítimas de violência sexual ver: Sarti (2009).

imprensa era comum ver manchetes violentas contra gays, lésbicas e pessoas trans e travestis. Grupos de esquerda também recriminavam os movimentos LGBTQIA+ com o clássico argumento de que não era o momento para “dividir as forças” de resistência contra a ditadura (Green; Quinalha, 2014). Os profissionais da segurança pública costumavam realizar prisões em locais de sociabilidade homossexual (gay e lésbica), com a justificativa da necessidade de repressão à prática de “vadiagem” ou “atentado aos bons costumes”. Com relação à população trans e travesti, a repressão era maior em razão do ofício da prostituição. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) destacou a perseguição e os abusos ocorridos contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. O relatório afirma que pessoas LGBTQIA+ sofriam mais torturas, assim como pessoas negras e mulheres⁹.

Apesar da redemocratização, o país continua enfrentando diversas experiências de uma violência política específica contra as mulheres. O assassinato, no dia 14 de março de 2018, da vereadora Marielle Franco (PSOL) teve o efeito catalizador para compreendermos que a política convencional pode ser uma barreira para a democracia, no contexto brasileiro. A vereadora fluminense se apresentava como uma “mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré” que lutava pelos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+, da população negra, dos direitos humanos e de moradores de favelas e periferias (Instituto Marielle Franco, 2020). Seu assassinato atacou também as pessoas que ela defendia e representava em seus discursos e ações políticas. A interrupção violenta da sua existência demonstra que a violência política não é propriamente uma novidade e, portanto, permanece como uma ferramenta espúria para o constrangimento da circulação dos corpos-dissidentes e das suas vozes nos espaços públicos, ameaçando a integridade de mulheres periféricas e de pessoas LGBTQIA+. Para Erika Hilton (2022), primeira deputada federal negra e trans, pelo estado de São Paulo, o assassinato de Marielle Franco é o maior exemplo de VPG e um dos maiores atentados contemporâneos à democracia. De fato, Marielle virou semente: mais de 90 mil mulheres negras

9 O Relatório final da CNV contém um capítulo próprio, de autoria da conselheira Maria Rita Kehl (2014), sobre as violações aos direitos humanos dos povos indígenas, com apoio no Relatório Figueiredo e outras fontes primárias de informações. O Relatório Figueiredo é uma importante fonte documental porque narra as atrocidades cometidas por servidores do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e por latifundiários, com a anuência do regime militar, contra as populações originárias. Esse documento está digitalizado e disponível na página do Ministério Público Federal e no Museu Nacional do Índio da FUNAI. Segundo Beltrão (2023), o documento ficou “desaparecido” por anos, pois se acreditava ter sido destruído no incêndio criminoso do Ministério da Agricultura em junho de 1967. Contudo, o relatório foi republicado em 2012, após ter sido encontrado no Museu do Índio por Marcelo Zelic, Vice-Presidente do grupo Tortura Nunca Mais.

foram candidatas nas eleições municipais de 2020, um aumento de 26% em relação à eleição municipal anterior, segundo o Tribunal Superior Eleitoral.

Na medida em que mais mulheres participaram de pleitos eleitorais, também aumentaram os relatos de ameaças e de VPCM (Sanín, 2022). Organizações de mulheres e ativistas feministas têm sugerido em seus relatórios que a VPCM é sistemática (Biroli, 2016; 2018). De acordo com a Inter-Parliamentary Union, a porcentagem global de mulheres nos parlamentos é de 25,9% (IPU 2022). Essa lacuna é, em si mesma, um reflexo da desigualdade e da violência política baseadas em gênero (Lima et. al. 2022).

No Brasil, veículos de comunicação, assim como órgãos de fiscalização como o Ministério Público e o Tribunal Superior Eleitoral têm divulgado alguns casos de assédio e violência política contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, cuja motivação está relacionada com o cargo político que ocupam. Na cidade de Cachoeira, na Bahia, Eliana Gonzaga de Jesus (Republicanos), primeira mulher prefeita, relatou que as ameaças começaram ainda no período da campanha e continuaram até a sua eleição em 2020. Além da ameaça de morte contra si, seu filho e seu marido também sofreram intimidações. Na capital de Minas Gerais, a primeira vereadora trans, Duda Salabert (PDT), foi alvo de ameaças da organização neonazista “Dogolachan”, em dezembro de 2020¹⁰. A co-vereadora eleita pela capital paulista, Carolina Iara (PSOL), mulher intersexo negra, sofreu um atentado dentro da sua casa, em janeiro de 2021, em que dois tiros foram disparados em direção a sua casa. Logo depois, em fevereiro de 2021, como vereadora pela capital paulista, Erika Hilton (PSOL) foi perseguida por um homem dentro da Câmara Municipal. Esses casos e tantos outros são emblemáticos dos desafios enfrentados por mulheres e pessoas LGBTQIA+ na luta participação política de grupos sociais não-hegemônicos no Brasil.

As práticas de violência política indicam, como nos casos anteriormente referidos, um ambiente nocivo à participação democrática em campanhas político-partidárias. Há um déficit democrático que dificulta a inclusão de parte da sociedade nos espaços institucionais de tomada de decisões políticas. A falta de representatividade política no pleito eleitoral de 2022 é incontestável: na Câmara dos Deputados, as mulheres representam 17,7% dos cargos eletivos, com 91 deputadas,

¹⁰ Os membros da Dogolachan atuam por meio de fóruns do *Telegram*, canal pelo qual celebraram o Massacre de Suzano (2019), que resultou na morte de cinco estudantes e duas funcionárias da Escola Estadual Professor Raul Brasil. De acordo com Rodrigues (2023), a mesma organização está associada a, pelo menos, outros dois massacres. O primeiro, de 2011, ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro Realengo, Rio de Janeiro (RJ). O outro, de 2021, na Escola Infantil Pró-Infância Aquarela, no município de Saudades (SC).

mantendo a hegemonia masculina (82,3%). A maioria dos deputados e deputadas eleitos é branca (72%). Em seguida, vêm os pardos (21%), pretos (5%), indígenas (0,9%) e amarelos (0,58%). No Senado, são apenas 15 mulheres entre 81 senadores, sendo que quatro delas são suplentes de senadores que ocupam cargos no governo federal (Almeida, 2023).

A baixa representatividade de mulheres periféricas e pessoas LGBTQIA+ nos convoca à reflexão, na medida em que os cargos eletivos têm sido hegemonicamente ocupados por homens, brancos, de meia idade, com substancial financiamento político-partidário. Como membros das elites econômicas e políticas, sua presença hegemônica e homogênea não é sequer ameaçada por qualquer tipo de pressão popular em torno de outros pertencimentos socioeconômicos. A ausência de representação diversificada de ideias nos conduz a um cenário em que as disputas de poder político para a manutenção dessa hegemonia são centrais, enquanto as necessidades e perspectivas de grupos sub-representados na sociedade são negligenciadas sob a chancela da legitimidade formal democrática. Jogando as regras do jogo democrático, o *status quo* se mantém e se reproduz livre de constrangimentos. A inclusão de diferentes perspectivas na arena de representação formal poderia gerar resultados positivos, por exemplo, no enfrentamento às dimensões de raça e gênero da violência política. Entretanto, a sub-representação de grupos sociais periféricos no Poder Executivo e Legislativo favorece a falta de prioridade do Estado no enfrentamento da violência política (Biroli, 2016).

Esse cenário se complexifica ainda mais com a eleição de mulheres de extrema-direita, como o caso da senadora Damares Alves (Republicanos/DF), e das deputadas Chris Tonietto (PL/RJ), Carla Zambeli (PL/SP), Julia Zanatta (PL/SC), Bia Kicis (PL/DF) e Magda Mofatto (PL/GO) (CFEMEA, 2023). É plausível a pergunta sobre os limites da representatividade formal: nos interessa uma representatividade pela presença que ataca, obstaculiza ou restringe os direitos das mulheres e dos grupos sociais não-hegemônicos? Com efeito, não se está pressupondo que mulheres eleitas, por serem mulheres, terão a agenda de defesa e promoção dos direitos das mulheres como parte de suas carreiras políticas (Biroli, 2016).

Nos casos das congressistas de extrema-direita, o discurso de defesa de mulheres e meninas se presta para a propagação de uma ideologia antigênero, antifeminista, racista e genocida dos povos originários. O proselitismo religioso, o familismo, o conservadorismo moral e o neoliberalismo, por princípio, são elementos que reforçam a guerra contra as políticas públicas intersetoriais e inter-

seccionais destinadas à democratização no espaço público, aquelas endereçadas para a eliminação da violência e das discriminações sociais.

A representatividade pela presença se mostrou duvidosa, na medida em que não se converteu em um ativo político para a superação das iniquidades de raça, gênero, classe social, entre outras. O que observamos é que as reformas eleitorais que visavam o fomento da paridade de gênero tiveram o efeito de tornar os parlamentos e os governos mais representativos, porém de um modo ainda imperfeito. Significa dizer que, embora o espectro político à esquerda deseje mais mulheres, pessoas LGBTQIA+, negras e indígenas em órgãos executivos ou legislativos, essa presença, ainda minoritária em termos quantitativos, foi capturada pela elite política hegemônica para se somar às agendas de retrocessos legislativos e de asfixia de determinadas políticas públicas, notadamente no campo dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos países latino-americanos, desde a retomada formal de regimes de governo democráticos, empreendeu esforços para promover ativamente a participação política de novos atores políticos. Esse esforço, desde os anos 1970, vem consolidando as oportunidades para o ingresso e a permanência de grupos historicamente marginalizados, possibilitando, portanto, a construção de uma democracia mais inclusiva e representativa (Sanín, 2022). A adoção da política de ações afirmativas tem sido considerada uma medida importante para mitigar a sub-representação de grupos sociais periféricos. Quando mulheres periféricas, pessoas LGBTQIA+, pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência, entre outras têm a oportunidade de concorrer a cargos públicos e de ocupá-los, suas vozes e perspectivas enriquecem o debate político e contribuem, em tese, para a formulação de políticas mais abrangentes e equitativas, em direção a uma pluralidade democrática.

A adoção de legislações que preconizam cotas de gênero na América Latina produziu impactos positivos importantes. Entre os efeitos positivos das leis de cotas, podemos destacar o aprofundamento do processo de democratização nos parlamentos; o reconhecimento, em nível social, político e cultural, das diferenças de gênero; a promoção de um maior contato entre as mulheres que ocupam cargos representativos e as mulheres organizadas da sociedade civil; o estabelecimento de instâncias ou foros de intermediação para a representação de gênero, além de importantes impactos nas agendas legislativa e pública por meio da incorporação de novos temas (Archenti; Albaine, 2018, p. 10).

Pari passu, observamos, em níveis alarmantes, em praticamente todos os países da região, práticas discriminatórias e de violência política que emergem diante da disponibilidade das mulheres em direção a uma participação política convencional, envolvendo disputas em campanhas partidárias e eleitorais (Archenti; Albaine, 2018). Quando o uso do poder político, em ações ou omissões, viola os direitos políticos das mulheres ou impede seu exercício, motivado pelo sexismo ou misoginia, somos confrontados com práticas de violência política contra as mulheres. Quando as formas de ataque e os impactos da violência política são enquadrados pelas lentes de gênero, usamos o termo violência política de gênero (VPG).

É fundamental destacar que a dimensão de gênero da violência política não é uma variável independente e suficiente. Dado o contexto do colonialismo e da escravização de pessoas negras e indígenas, no Brasil e na América Latina, a leitura interseccional é uma ferramenta importante para o enquadramento das práticas de violência política. Não é possível compreender adequadamente as discriminações no Brasil sem tomar em consideração as posicionalidades ocupadas pelas pessoas em sociedades hierarquizadas.

A violência política tem sido cada vez mais reconhecida em todo o mundo como uma barreira significativa para a participação política, decorrente do alarmante aumento nos relatos de agressões, intimidação e abuso contra as mulheres e outros grupos sociais periféricos (Krook; Sanín, 2016). Alguns estudos têm demonstrado que a violência política se desenvolve em contextos de desigualdade persistente. Não se trata, portanto, de um fenômeno recente, cujo ineditismo interfere em sua compreensão. Ao contrário, à medida que as memórias sobre a perseguição, a tortura e a execução extrajudicial contra dissidentes dos regimes autoritários tornam-se públicas, vemos que a violência política contra mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas negras e indígenas era uma prática recorrente.

A adoção de ações afirmativas para mulheres ou pessoas negras, como no Brasil, tem sido comemorada como uma estratégia de pluralização na esfera política. De outro lado, sua incipiente concretização teve tido o efeito inesperado de escancarar um ambiente político-partidário hostil e refratário aos grupos sociais historicamente alienados desses espaços, como nos casos discutidos nesse trabalho.

Um regime democrático não se restringe apenas ao direito ao voto ou ao direito à liberdade de expressão. Se estabelece também a partir dos canais formais e informais de diálogo construtivo, junto com outros atores sociais, para a formação de consensos para a propositura de soluções para as demandas de uma sociedade, a partir de legislações e de políticas de interesse público. Sem a presença e a parti-

cipação de vozes dos grupos sociais periféricos, a democracia fica empobrecida e se converte em um mecanismo de manutenção de uma cultura política profundamente antidemocrática. As iniquidades no cenário político-partidário e eleitoral dificultam a manutenção do pacto democrático. O processo de desdemocratização do Estado e a fragilização do seu compromisso com a superação de iniquidades sociais só beneficiam aqueles que sempre ocuparam a esfera pública.

São necessários mecanismos de denúncia, de monitoramento, de responsabilização e de prevenção da violência política, em especial aquela que ataca mulheres e pessoas LGBTQIA+. Sem que os casos sejam registrados, as denúncias sejam conhecidas e os responsáveis pelas ofensas sejam responsabilizados pelas instâncias competentes, as vítimas em situação de violência são fragilizadas pela pressão individualizada para a manutenção de sua integridade pessoal e a de seus familiares. No Brasil, a Lei n. 14.192/2021, aprovada após a execução de Marielle Franco (PSOL), é um mecanismo importante porque reconhece a violência política como um problema para a democracia e imputa as consequências para a violação dos direitos políticos das mulheres. Nesse caso, em específico, percebemos que não basta considerar apenas as motivações dos agressores e as identidades das próprias parlamentares, mas também as questões que elas apoiam e dão voz.

É com preocupação que se observa a ausência de medidas estruturais para o enfrentamento da violência política, com planos de ação institucionais e protocolos de atuação para prevenção. Mulheres e pessoas LGBTQIA+ na política não são grupos homogêneos e suas experiências nesse campo não estão limitadas ao gênero como categoria central de restrição da participação política. As dimensões racial e de gênero da violência política, como dissemos, estão imbricadas na percepção de perda de espaço, de poder e de privilégios patriarcais das elites hegemônicas do cenário político-partidário. O tratamento interseccional dos eixos de poder que oprimem diferentes grupos sociais continua periférico nos estudos sobre VPCM e VPG, limitando a adequada elaboração de respostas (Lima et. al. 2022). O framework de Bardall et. al (2019) trabalha com a centralidade da dimensão de gênero na violência política. No entanto, consideramos que as dimensões raciais e de gênero devem ser consideradas como co-constitutivas, porque dizem respeito às experiências de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais politicamente periféricos, como mulheres negras e pessoas LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALBAINE, L. Marcos normativos contra el acoso y/o violencia política en razón de género en América Latina. In: FREIDENBERG, F.; PÉREZ, G. del V. (org.). *Cuando hacer*

- política te cuesta la vida: Estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM y Tribunal Electoral de la Ciudad de México, 2017. p. 117-140.
- ALBAINE, L. Violencia política contra las mujeres por motivos de género en América Latina: estrategias legales y el rol de los organismos electorales. *Elecciones*, v. 20, n. 21, p. 163-188, 2021.
- ALMEIDA, D. *Perfil mais conservador do Congresso pode impactar pautas feministas*. Brasília: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-03/perfil-mais-conservador-do-congresso-pode-impactar-pautas-feministas>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ALVES, M. E. R. Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985. *Revista em Paula*, v. 19, n. 47, p. 50-65, 2021.
- ARCHENTI, N.; ALBAINE, L. O feminismo na política: paridade e violência política de gênero na América Latina. *Cadernos Adenauer*, v. XIX, n. 1., p. 09-24, 2018.
- BARSTED, L. L. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, C. H. (coord.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 13-38.
- BELTRÃO, J. F. (org.). *Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 557-589, 2016.
- BIROLI, F. Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. *Politics & Gender*, v. 14, n. 4, p. 681-685, 2018.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 117*. Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm. Acesso em: 28 set. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 14.192, de 04 de agosto de 2021*. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em 28 set. 2023.

- BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*: volume 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em 27 jul. 2023.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Ed. Politeia, 2019.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da política? Uma análise a partir das Eleições Legislativas de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.
- CFEMEA. *Perfil parlamentar (2023-2026) sob a ótica da agenda feminista*. Brasília: Centro de Feminista e Estudos e Assessoria, 2023. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/component/edocman/perfil-parlamentar-2023-2026-sob-a-otica-da-agenda-feminista-2023>. Acesso em: 10 nov 2023.
- CHARLESWORTH, H. Prefiguring Feminist Judgment in International Law. In: HODSON, L.; LAVERS, T. (eds.). *Feminist Judgments in International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2019, p. 479- 494.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COOPER, D. Crafting Prefigurative Law in Turbulent Times: Decertification, DIY Law Reform, and the Dilemmas of Feminist Prototyping. *Feminist Legal Studies*, v. 31, p. 17-42, 2023.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.
- CURIEL, O. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. *Nômadias*, v. 26, p. 92-101, 2007.
- CURIEL, O. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, E. R. Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte. *Dados*, v. 58, n. 1, p. 257-294, 2015.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, I.; SANTOS, M; TRINDADE, Z. A. Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 41, p. 359-370, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a11.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

- HILTON, E. Introdução a esta edição. In: D'ÁVILA, M. (org). *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 17-22.
- HOOKS, B. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HTUN, M. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 225-230, 2001.
- HUGHES, M. M. Interseccionalidade, quotas and minority women's political representation worldwide. *American Political Science*, v. 105, n. 3, p. 604-620, 2011.
- INSTITUTO MARIELLE FRANCO. *Quem é Marielle Franco?* 2020. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 11 out 2023.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION. Sexism, harassment and violence against women in parliaments in Europe. *Issues Brief*. 2018. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/issue-briefs/2018-10/sexism-harassment-and-violence-against-women-in-parliaments-in-europe>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- KEHL, M. R. Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014, p. 203-262.
- KROOK, M. L. *Quotas for Women in Politics*. New York: Oxford University Press, 2009.
- KROOK, M. L.; SANIN, J. R. Género y violencia política en América latina: conceptos, debates y soluciones. *Política y gobierno*, v. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.
- KROOK, M. L.; TRUE, J. Rethinking the Life Cycles of International Norms: The United Nations and the Global Promotion of Gender Equality. *European Journal of International Relations*, n. 18, v. 1, p. 103-127, 2012.
- LIMA, L. de S.; FABRIS, L.; SILVA, M. G. da. Violence Against Black Women in Politics: Experiences and Testimonials from Brazil. *Femina Política*, v. 2, p. 57-71, 2022.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 53-83.
- MALLMANN, D.; PEREIRA, R. *Minas Gerais é o primeiro estado a ter lei própria para combater a violência política contra as mulheres*. Belo Horizonte e São Paulo: CNN, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/minas-gerais-e-o-primeiro-estado-a-ter-lei-propria-para-combater-violencia-politica-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 25 set. 2023.
- MATOS, M.; PARADIS, C.G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu*, v. 43, p. 57-118, 2014.
- MIGUEL, L.F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.
- MONTOYA, C. Women's Movements across Borders: Towards a More Inclusive Conceptualization? *Politics & Gender*, n. 10, v. 2, p. 297-301, 2014.

- ONU Mulheres. *Cartilha de Prevenção à Violência Política contra as Mulheres em Contextos Eleitorais*. 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha_de_Prevencao_a_Violencia_contra_as_Mulheres_em_Contextos_Eleitorais-1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.
- PINHEIRO, P. S. Ditadura e homossexualidades. In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014, p. 299-312.
- PNUD; ONU Mulheres; IDEA Internacional (eds.). *Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade*. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 27 jul 2023.
- POTRICH, M. Combate à violência política de gênero na América Latina: efeitos do ativismo nos poderes legislativos. In: Encontro Anual da ANPOCS, 47, 2023, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: ANPOCS, 2023. Disponível em: <https://www.encontro2023.anpocs.com>. Acesso em: 30 out. 2023.
- RODRIGUES, M. A. F. No submundo do terror e da conspiração no Telegram: a construção estilística do discurso de membros-integrantes da organização Dogolachan. *Heterotópica*, v. 5, n. 1, p. 199-229, 2023.
- ROUSSEFF, D. A misoginia e a manipulação da mídia. In: D'ÁVILA, M. (org). *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 57-72.
- RUBIM, L.; ARGOLO, F. (orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- SACCHET, T. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer*, v. 15, n. 2, p. 85-107, 2013.
- SANÍN, J. R. Violence against women in politics as an unintended consequence of democratization. *International Feminist Journal of Politics*, v. 24, n. 1, p. 16-39, 2022.
- SARTI, C. A. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. *Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 89-103, 2009.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SILVA, V. LGBTfobia nos partidos: violência política, omissão e falta de financiamento. *Gênero e Número*, 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/lgbtfobia-partidos/>. Acesso em: 22 set. 2023.

- SIMIONI, F.; KYRILLOS, G. Política Externa no Governo Bolsonaro (2019-2021): Disputas Discursivas e Rupturas Institucionais nas Políticas de Gênero. *Dados*, v. 67, n. 4, e20220040, 2024
- SPOHR, A. P.; MALIA, C.; MACHADO, G.; OLIVEIRA, J. O. de. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 417–441, 2016.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Reporter*. Geneve: World Economic Forum, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/>. Acesso em 29 nov. 2023.

Os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da “onda neoconservadora” na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial

Women's resistance movements in the face of the advance of the “neoconservative wave” in Latin America from a decolonial feminist perspective

Janiffer Tammy Gusso Zarpelon^a 

Resumo Enquanto a década de 1990 foi marcada pelo avanço do debate e implementação de reformas em prol dos direitos humanos e das mulheres, na metade do século XXI, a América Latina foi marcada pelo crescimento das narrativas “neoconservadoras” que visam o combate ao globalismo, a defesa do liberalismo econômico, da segurança nacional e dos princípios morais e familiares. O artigo visa analisar, a partir da perspectiva feminista decolonial, os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço do neoconservadorismo na América Latina, tendo como foco o coletivo “*Ni Una Menos*” e do movimento “*Ola Verde*”. Essa pesquisa se baseou na metodologia qualitativa dedutiva, por meio de fontes bibliográficas, sobre o avanço da onda neoconservadora na América Latina. Examinou-se, também, as contribuições do feminismo decolonial das autoras Maria Lugones, Julieta Paredes Carvajal, Lélia Gonzalez, a fim de trazer luz sobre os movimentos de resistência das mulheres, que durante muito tempo foram silenciadas, e hoje lutam contra a violência de gênero e na defesa dos seus direitos.

Palavras-chave Onda neoconservadora. América Latina. Movimentos de resistência. Perspectiva feminista decolonial.

Abstract *While the 1990s were marked by the advancement of debate and the implementation of reforms in favor of human and women's rights, in the middle of the 21st century Latin America was marked by the growth of “neoconservative” narratives aimed at combating globalism, defending economic liberalism, national security and moral and family principles. The article aims to analyze, from the decolonial feminist perspective, women's resistance movements in the face of the advance of*

^a Faculdade de Direito e Relações Internacionais - FADIR. Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: jeni28o8@hotmail.com

neoconservadorism in Latin America, focusing on the collective “Ni Una Menos” and the “Ola Verde” movement. This research was based on qualitative deductive methodology, through bibliographical sources on the advance of the neoconservative wave in Latin America. It also examined the contributions of decolonial feminism by authors Maria Lugones, Julieta Paredes Carvajal, Lélia Gonzalez, to shed light on the resistance movements of women, who for a long time were silenced, and today are fighting against gender violence and in defense of their rights.

Keywords *Neoconservative wave. Latin America. Resistance movements. Decolonial feminist perspective.*

INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi um período de expansão e fortalecimento das democracias em muitos países da América Latina, emergiram reformas legais que garantiram direitos sexuais e reprodutivos como a defesa da representação política das mulheres, extensão da permissão ao aborto, casamento homossexual, entre outros. No entanto, a segunda década do século XXI foi marcada pelo avanço do neoconservadorismo na região, tendo como um dos focos combater o avanço da chamada “ideologia de gênero” nas escolas e na sociedade (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

O conceito de conservadorismo relaciona diferentes expressões do que seja uma visão “conservadora”. Segundo Huntington (1957), existe três concepções sobre o conservadorismo: a aristocrática, que associa o conservadorismo a uma determinada classe em um contexto histórico específico; a autônoma, que destaca o surgimento do conservadorismo em qualquer período da História mas que tenha determinadas peculiaridades como a defesa da religião, das tradições e da propriedade; e a situacional, na qual o conservadorismo é produto de forças sociais que contestam a ordem estabelecida gerando a necessidade de um enfrentamento a fim de manter as instituições constituídas.

O movimento neoconservador se insere na concepção situacional. Desta forma, Huntington (1957) destaca que o conservadorismo na perspectiva situacional é posicional e se manifesta conforme demandas históricas precisas. Lacerda (2019) complementa que a reação neoconservadora é configurada por uma coalização entre diferentes tradições políticas que defendem os valores da direita cristã, o idealismo punitivo e o militarismo anticomunista.

Diante do avanço da onda neoconservadora na América Latina e do seu combate ao feminismo, que tem lutado pela igualdade de direitos e pela eliminação da violência contra a mulher, tem se verificado tanto a manutenção e como

o aumento da violência contra as mulheres nos países latino-americanos. Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, em 2021 pelo menos 4.473 mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e no Caribe, que significa ao menos 12 mortes violentas de mulheres por razão de gênero a cada dia na região.¹

Segundo o relatório acima citado, o Brasil é o quinto país com as maiores taxas de feminicídio, ficando atrás de Honduras, República Dominicana, El Salvador e Bolívia, respectivamente. Conforme o Atlas da Violência contra Mulher no Brasil, realizado pelo IPEA (2023), enquanto a taxa de homicídios, da população em geral, apresentou queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021. De acordo com Isabela Sobral, supervisora do Núcleo de Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com a redução expressiva dos investimentos federais no combate à violência contra a mulher, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), contribuiu fortemente para o aumento da violência contra a mulher no Brasil.²

Perante a relevância do tema e da expressividade dos dados, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições dos movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da onda neoconservadora na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial. Para tanto, os objetivos específicos foram: realizar uma revisão bibliográfica da onda neoconservadora na América Latina; averiguar as contribuições críticas da perspectiva feminista decolonial; e analisar a atuação dos movimentos de resistência feminista diante do avanço do neoconservadorismo na América Latina tendo como foco o coletivo “*Ni Una Menos*” e o movimento “*Ola Verde*”.

Fruto de uma pesquisa qualitativa dedutiva, o artigo se baseou em fontes bibliográficas sobre a onda neoconservadora na América Latina, principalmente de estudos dos seguintes autores Biroli; Machado; Vaggione (2020); Lacerda (2019); Apple (2003); Solano (2018); Brown (2006, 2019). Como fundamentação teórica fora utilizado as contribuições da perspectiva feminista decolonial, principalmente das autoras Maria Lugones (2014), Julieta Paredes Carvajal (2020), Lélia

1 CEPAL (2021). Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e no Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-menos-4473-mulheres-foram-vitimas-femicidio-america-latina-caribe-2021> (Acesso em 17/06/2024).

2 Brasil de Fato (2023). Crescimento de feminicídios e estupros em 2023 reflete queda de investimentos em governos anteriores, diz pesquisadora. 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/14/crescimento-de-femicidios-e-estupros-em-2023-reflete-queda-de-investimentos-em-governos-anteriores-diz-pesquisadora> (Acesso em 17/06/2024).

Gonzalez (1988), a fim de trazer uma visão crítica dos efeitos da colonialidade de poder/raça/gênero.

O artigo está estruturado em quatro partes. A primeira trata sobre a onda neoconservadora na América Latina, em especial seu combate a ideologia de gênero e aos movimentos feministas. A segunda examina as contribuições da perspectiva feminista decolonial que traz a luz os olhares das mulheres dos países periféricos e a relação entre poder, raça e gênero. Na terceira analisa as formas de resistência das mulheres diante do neoconservadorismo na América Latina. E na última parte, faz-se as considerações finais.

MOVIMENTO NEOCONSERVADOR NA AMÉRICA LATINA

A utilização do prefixo “neo” a este conservadorismo do século XXI tem sido utilizado nos campos da Ciência Política, da Sociologia, do Direito e da História a fim de tratar de ações reativas contra conquistas recentes a partir da década de 1990. O discurso neoconservador tem se fundamentado no liberalismo econômico; na valorização do Estado na busca pela segurança nacional e como repressor; e na defesa dos princípios morais e familiares, combatendo o comunismo e o multiculturalismo (Apple, 2003).

Segundo Solano (2018), são diversos rótulos utilizados para caracterizar a reorganização dos grupos conservadores que possuem abrangência mundial, entre eles poderíamos citar: onda neoconservadora, *alt-right*, “nova direita”, crescimento da extrema direita, trumpização da política, populismos de direita, crise das esquerdas. Compreender as razões que contribuíram para esse processo não é algo simples, pois é um processo multifacetado e multivariável, isto é, resultado de processos complexos e com causas múltiplas.

O neoconservadorismo teve início, a partir dos anos 1950, apenas como um movimento intelectual, formado por intelectuais como Leo Strauss e seu discípulo Irving Kristol, e outros acadêmicos formados na *City College of New York*, no qual defendiam o liberalismo econômico, o tradicionalismo moral e o anticomunismo (Diamond, 1995). Por volta da década de 1970, com a mudança do liberalismo em atender as demandas dos movimentos sociais em prol dos direitos dos humanos e das minorias, estes intelectuais neoconservadores decidem sair do Partido Democrata e se filiar ao Partido Republicano e à direita cristã (Lacerda, 2019).

Por meio de uma coalizão neoconservador³, o neoconservadorismo se consolida como movimento político com a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos

3 Conforme Norris (1996, p. 165-166), a coalizção neoconservadora se “constituiu de intelectuais neoconservadores organizados em grupos de reflexão (*think tanks*)”; dos “republicanos ortodoxos,

Estados Unidos, em 1981 (Lacerda, 2019). Essa coalizão, conforme Norris (1996, p. 165-166), “difícil e heterogênea [...] foi cimentada pela política de ressentimento sob a liderança de Reagan. Para Wendy Brown (2006, p. 686), o neoconservadorismo foi resultado de uma “aliança profana” a partir do encontro de interesses entre cristãos evangélicos, judeus straussianos, defensores da Guerra Fria, promotores da família tradicional e intelectuais liberais.

No início da década de 1990, ocorre uma divergência no campo neoconservador entre os “paleoconservadores” – que acreditavam que os Estados Unidos deveriam focar no controle da ordem nacional – e os “neoconservadores propriamente ditos” – que enfatizavam no papel dos Estados Unidos na liderança mundial e na possibilidade de realizar intervenções internacionais em outros países quando fosse necessário (Diamond, 1995, p. 274-275). Essa divergência, junto com o fim da URSS, contribuiu na paralisia do movimento neoconservador nos anos 1990.

No entanto, esse período foi caracterizado pelo avanço do neoliberalismo num caráter mundial, que com o fim da Guerra Fria, teve como base o discurso da liberdade econômica, individual e de expressão. Na América Latina, com o fim das ditaduras militares, no final da década de 1980, e a crise do Estado desenvolvimentista, o ser “normal”, conforme Cervo (2003), era adotar as práticas neoliberais. A década de 1990, também fora também marcada pela ascensão dos direitos humanos na agenda internacional. A Declaração e Programa de Ação de Viena, foi um dos documentos mais abrangentes na proteção e promoção dos direitos humanos, adotado, em 1993, na II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Trindade, 1993).

O movimento neoconservador vai ganhando força novamente após o ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, durante o governo do presidente dos Estados Unidos George Bush. Com o retorno da direita conservadora, manifestada no Partido Republicano, o governo Bush teve ênfase no “belicismo neoconservador, como elemento de projeção de poder na luta contra os inimigos”, expresso tanto nas suas questões domésticas como na sua política externa (Lacerda, 2019, p.56).

Com o aprofundamento dos impactos da crise econômica mundial de 2008, e, conforme Biroli, Machado e Vaggione (2020), a ascensão dos direitos sexuais e reprodutivos em muitos países da América Latina, ocorre o avanço da onda neoconservadora como movimento político na região. Outro ponto importante da onda neoconservadora é a aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo,

enfatizando [...] o patriotismo e crime”; e dos “soldados de infantaria, a direita cristã com apelo populista sobre a restauração dos ‘valores da família tradicional’ sobre o aborto e os direitos homossexuais.”

que embora pareça paradoxal, possui diversas semelhanças. Wendy Brown (2019, p. 10) destaca que

a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas”, combinando “elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais).

Pode-se dizer que o conservadorismo foi revivificado, incorporando os princípios econômicos neoliberais, sem abandonar ao seu ideário e modo de ver o mundo. O neoconservadorismo “apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (Barroco, 2015, p. 624).

Na visão neoconservadora, uma das ameaças, que tem gerado a desordem moral e mudanças nos valores tradicionais da família, é o movimento feminista. O feminismo é um movimento social e político, que desde o século XIX, busca promover mudanças políticas e sociais que visam a igualdade de gênero, ou seja, acesso aos mesmos direitos, sem que nenhum tipo de determinação biológica constitua hierarquia entre as pessoas ou incitem relações de opressão. Suas reivindicações iniciais eram o acesso à educação formal e o direito ao voto, seguidas por liberdades civis como o direito ao divórcio e direitos trabalhistas e posteriormente por direitos sexuais e reprodutivos e contra a violência de gênero (Garcia, 2011).

A partir da vitória do movimento feminista, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, foi assinado a “Plataforma de Ação de Pequim”, importante documento no qual afirma que a desigualdade da mulher é um problema estrutural; reconhece os direitos das mulheres, como os direitos sexuais e reprodutivos, como direitos humanos; e aprova a substituição do termo “mulher” (utilizado nas outras conferências) para o conceito de gênero⁴, estabelecendo que “[...] todas as políticas

4 Importante ressaltar que a construção teórica sobre gênero já existia na academia, ocorrendo na década de 1960 nos Estados Unidos e Europa e na América Latina e Brasil nos anos 1970.

e instituições econômicas [dos governos e da comunidade internacional], assim como aqueles encarregados de conceder recursos devem adotar uma perspectiva de gênero” (ONU Mulheres, 1995, p.265).

Com a determinação da categoria “gênero” no centro dos debates, houve uma forte objeção por parte de diversos setores religiosos e conservadores, em especial da Igreja Católica (Miskolci; Campana, 2017). A inserção do conceito de “gênero” e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres como direitos humanos pela ONU representou numa grande derrota ao Vaticano que tentava impedir que essas questões fossem reconhecidas nas instâncias internacionais (Sales, 2011). Como reação do Vaticano é escrita e publicada logo em seguida a *Encíclica Evangelium Vitae*, em 1995, que define “as bases e direcionamentos do posicionamento do Vaticano sobre bioética, especialmente em temas relacionados ao início e ao fim da vida” (Sales, 2011, p.5).

Ainda conforme a autora, esse documento foi propagado de forma imediata nas instituições acadêmicas de Teologia, a fim de estudar e realizar publicações científicas e filosóficas que atestassem as visões teológicas. Além disso, é instituído, em 1996, a Academia Pontifícia para a Vida, reunindo “cientistas e juristas que defendem as convicções doutrinárias da Igreja Católica sobre bioética e reprodução humana” (Sales, 2011, p. 5). O Vaticano passa também a utilizar uma retórica antigênero, mas ainda de forma instintiva no período do Papa João Paulo II (1978-2005). Posteriormente, Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI), em 2005, desenvolve o fundamento de que o uso da categoria “gênero” geraria a “dessencialização” das características biológicas relativas a cada um dos sexos, algo que é visto como errado na moral católica (Sales, 2011, p. 6). O combate a essa “dessencialização” passa a ser chamado pela Igreja Católica de “ideologia de gênero” (Miskolci; Campana, 2017).

Segundo Miskolci e Campana (2017), na América Latina, o combate à “ideologia de gênero” e a preocupação quanto aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres aparece no “Documento de Aparecida”, produzido na Conferência do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) de 2007, realizada na cidade de Aparecida do Norte (SP-Brasil).⁵ O documento versa sobre diversos temas como a família, a evangelização no século XXI, a dignidade humana, as relações entre a Igreja e a sociedade globalizada.

5 “Documento da Aparecida” disponível em https://fabel.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/doc_aparecida-1.pdf (Acesso em 10/04/2023).

A obra de Jorge Scala - “*La ideología del género - O el género como herramienta de poder*” (2010) – teve também grande influência na difusão das ideias contra o conceito de “gênero” e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres não só no ativismo católico, mas também por grupos evangélicos e nos movimentos da “nova direita”. Segundo Scala (2010, p. 8), sua obra tem como objetivo “despertar consciências adormecidas, e ajudá-las a trabalhar por um mundo melhor”. A “perspectiva” de gênero é uma ideologia, vista pelo autor como a mais radical da história, pois tem provocado a destruição das estruturas mais importantes: a sociedade e o âmbito familiar (Scala, 2010, p. 7).

Segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 22), a utilização da expressão “ideologia de gênero” na América Latina por defensores da restauração de uma ordem baseada nos princípios morais e familiares tem sido usada como “cola simbólica”, viabilizando “a atuação conjunta de atores cujos interesses são originalmente distintos”. Os autores verificam que essas alianças são produzidas por setores católicos e evangélicos que têm se unido a setores não religiosos da direita para “bloquear avanços no campo dos direitos sexuais, redefinir o sentido dos direitos e das políticas públicas e, em alguns casos, legitimar a censura” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, p. 22).

Desta forma, a rejeição aos movimentos feministas e LGBTQIA+ tem se constituído como identidade política à reação neoconservadora no Sul do mundo (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). Segundo os autores, existem 5 dimensões que é possível identificar “algumas matrizes das ações contemporâneas do conservadorismo”, a saber: 1) produz alianças e afinidades entre diferentes setores; 2) a expressiva utilização da juridificação da moralidade; 3) o fato de que o neoconservadorismo opera em contexto democrático, ao mesmo tempo em que o fere; 4) possui caráter global e transnacional; 5) a relação entre neoconservadorismo e a agenda neoliberal no que tange aos direitos das mulheres e dos sujeitos LGBTQIA+ (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, p. 28).

Vaggione (2020, p. 77) destaca a colaboração de profissionais de diversas áreas na propagação do neoconservadorismo na América Latina, como os advogados dos movimentos “pró-vida” e “pró-família” que utilizam argumentos legais a fim de resistir a chamada “ideologia de gênero”. Desta forma, “não é o pluralismo das crenças o bem jurídico a se proteger, mas as próprias crenças religiosas ameaçadas por reformas legais que garantem os direitos sexuais e reprodutivos”.

De acordo com Vaggione (2020), a moral cristã se juridifica a partir de três linhas argumentativas: 1) a cidadanização do feto; 2) a renaturalização da família; 3) a ampliação da proteção às crenças religiosas. Desse modo, o cerceamento de

direitos e ações discriminatórias passam a ser vistos e legitimados como fruto do direito à “liberdade de expressão” e à “crença religiosa”. Um dos efeitos foi o recrudescimento da criminalização do aborto e a dura perseguição e condenação judicial de mulheres, tendo alguns países da América Latina (Honduras, Nicarágua e El Salvador) como os mais inflexíveis quanto à essa questão (Vaggione, 2020).

Já o caráter transnacional do neoconservadorismo na América Latina, observado por Biroli, Machado e Vaggione (2020), pode ser exemplificado com o movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), criado no Peru, em 2016, tendo como objetivo atuar contra à implantação do enfoque de gênero no ensino escolar, por meio do novo Currículo Nacional que entraria em vigor em 2017 no país. Além de utilizar as plataformas Facebook, You Tube, Twiter e Instagram para divulgar seus ideais no combate à ideologia de gênero, utilizando a hastag #ConMisHijosNoTeMetas.

O CMHNTM se espalhou rapidamente no Peru, incitando em várias marchas contra a reforma do ensino escolar com homens usando a cor azul e mulheres usando a cor rosa. Segundo Araújo (2022), esse movimento antigênero configurou-se como o mais expressivo da América Latina, tendo até ramificações na Europa e nos EUA. A internacionalização do movimento pode ser verificada em postagens feitas nas redes sociais do CMHNTM Peru com fotos de manifestações e protestos em diferentes partes do mundo, inclusive traduzidas para o inglês e o francês.

O CMHNTM também passou a se vincular com redes de políticos, intelectuais e religiosos transnacionais, participando nos encontros anuais do *Congreso Iberoamericano por la Vida y la Familia*, em que parlamentares religiosos e coalizões evangélicas articulam projetos de alcance regional e em organismos internacionais como a OEA. Esse movimento conseguiu que menções ao enfoque de gênero fossem totalmente retiradas do novo currículo escolar no Peru.

Segundo Vaggione (2020, p. 62), a presença de políticos evangélicos contra a agenda a favor dos direitos sexuais e reprodutivos é significativa na América Latina, embora apresente diferenças na intensidade. No Chile, por exemplo, em 2015, foi criado o Partido Evangélicos em Acción, que devido a projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo a fim de descriminalizar o aborto e adotar uma lei de identidade de gênero, visava pressionar contra essas questões. Já o Brasil, segundo o autor, apresenta-se como um caso paradigmático, já que a bancada evangélica no Congresso Nacional e em outras esferas legislativas estaduais e municipais possui papel relevante nas principais discussões políticas e sociais do país.

O ativismo político de grupos evangélicos no Brasil teve grande participação já nas eleições de 2010 e 2014 em torno de questões como a defesa da família cristã,

o combate ao aborto, à educação sexual de crianças e às sexualidades alternativas (Machado, 2012). Durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – Lula (2003-2010 e Dilma (2011- 2016) –, foram adotadas políticas de gênero e de direitos sexuais que acabou gerando fortes embates entre o governo e os atores políticos evangélicos. Exemplos desse contexto podemos citar a polêmica em torno do material didático produzido pelo Ministério da Educação do governo Dilma Rousseff para o combate à discriminação por orientação sexual nas escolas, em 2011 (chamado de Kit gay pelo então deputado Jair Bolsonaro); e da incorporação de alguns princípios da perspectiva de gênero no Plano Nacional de Educação, em 2014 (Machado, 2020, p. 275).

Assim, apesar dos avanços na implementação de políticas relacionadas à defesa dos direitos humanos, a pauta antigênero assume cada vez mais força no debate político contemporâneo, atingindo não só as redes sociais, como também a agenda de parlamentares e planos de governo em âmbito nacional. Segundo Lacerda (2019, p. 19), desde 2015, existe um movimento de orientação política neoconservadora na Câmara dos Deputados brasileira, que articula diferentes aspectos como: “a) valores morais religiosos e da família tradicional em reação ao feminismo e à agenda LGBT; b) punitivismo; c) militarismo anticomunista; d) defesa de Israel; e) o neoliberalismo”.

Muitos candidatos da “nova direita” chegaram ao poder na América Latina se utilizando da retórica da defesa da família, juntamente com outras pautas de grande apelo popular, como o combate à corrupção e à criminalidade (Lima e Hypolito, 2018). Um desses exemplos foi nas eleições brasileiras de 2018 para Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. No primeiro turno das eleições presidenciais, na proposta de governo de Jair Bolsonaro quanto a educação foi destacada que “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE”⁶ (Bolsonaro, 2018). Um dos gurus da campanha do Bolsonaro foi Olavo de Carvalho, jornalista e autoproclamado filósofo, combatente do marxismo cultural no Brasil, contra o globalismo e o expurgo à ideologia de Paulo Freire.

Jair Bolsonaro venceu as eleições de 2018 para presidente da República do Brasil baseado num discurso de direita e defensor dos direitos da família e da sociedade brasileira. Além disso, houve o aumento da bancada evangélica na Câmara Federal de 75 em 2014 para 84 deputados federais em 2018, e no Senado

6 Grifo do autor.

de 3 para 7 parlamentares segundo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2018). No discurso de posse à presidência do Brasil, no dia 1 de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro reafirmou sua visão com relação ao combate a ideologia de gênero:

Aproveito este momento solene e convoco, cada um dos Congressistas, para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da *submissão ideológica*. [...]

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, *combater a ideologia de gênero*, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas (BOLSONARO, 2019, s/p.) (Grifo nosso).

Conforme o discurso acima, podemos verificar que o poder da fala varia dependendo da autoridade de quem realiza a fala. Isto está relacionado com a noção de poder simbólico e de violência simbólica. O poder simbólico é um poder invisível que se manifesta por meio da autoridade de um discurso, previamente estruturado pelas classes dominantes e também capaz de estruturar todas as classes, a fim validar aos dominantes a se perpetuarem como tais e aos dominados a permanecerem dominados, reconhecendo a ordem social como legítima (Bourdieu, 2003).

As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, ... podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (Bourdieu, 2003, p. 11).⁷

Uma das primeiras mudanças do governo Bolsonaro foi de recusar a usar o termo “gênero” nas suas atividades diplomáticas. No dia 22 de março de 2019,

7 Ainda segundo Bourdieu (1998), as palavras não são neutras e seus sentidos são passíveis de serem modificados por meio da luta social que busca o estabelecimento do consenso sobre o sentido, ou seja, pelo estabelecimento de uma visão do mundo social. Para o autor, o poder simbólico se legitima através da linguagem, não pelo que há nas palavras em si mesmas, mas pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam e reconhecem a voz autorizada. Nesse contexto, o que passa a ser mais relevante para o autor não é o conteúdo da fala, mas quem o faz e como o fazem.

durante reunião plenária do 63º encontro da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW, na sigla em inglês), Ernesto Araújo (Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro) anunciou que o governo brasileiro não iria concordar e apoiar com o “uso inapropriado de termos e expressões dúbias que causaram confusão e mal entendimentos. [...] O Brasil considera que é necessário proteger o ambiente familiar saudável para mulheres e crianças sem ingerência ou interferência do Estado que tenha como objetivo dissolver ou enfraquecer a estrutura da família tradicional”.⁸

Outro fato marcante durante o governo Bolsonaro (2018-2022) foi o discurso patriarcal e neoconservador que se traduziu em prática política, como o resgate dos projetos de lei chamados “Estatuto da Família”⁹ e do “Estatuto do Nascituro”¹⁰. O projeto Estatuto da Família restringiria a definição de núcleo familiar somente para aqueles constituídos por homem e mulher. Já o Estatuto do Nascituro defende a ideia do direito à vida do nascituro, seja em qualquer caso, mesmo em casos de estupro não podendo realizar o aborto. Este entraria em contradição com o Código Penal brasileiro que permite o aborto em casos específicos (Cunha, 2020).

Esses projetos foram defendidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a liderança de Damares Alves, durante o governo Bolsonaro (2018-2022). O viés neoconservador do governo Bolsonaro (2018-2022), gerou implicações negativas quanto ao combate da violência contra as mulheres no Brasil. O feminicídio, crime hediondo baseado no gênero feminino, foi inserido na legislação brasileira somente em 2015 através da Lei nº 13.104. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, os casos de feminicídio aumentaram 76% no 1º trimestre de 2019.¹¹

CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DO FEMINISMO DECOLONIAL

O debate sobre gênero aparece com o movimento feminista por volta dos anos 1970. Na primeira onda do movimento feminista, entre o século XIX e início do XX,

8 FARIAS, Heleno. Com Bolsonaro, Brasil inaugura política contra aborto e ideologia de gênero na ONU. *JM Notícia*. 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.jmnoticia.com.br/2019/03/28/com-bolsonaro-brasil-inaugura-politica-contrab-aborto-e-ideologia-de-genero-na-onu/> (Acesso em 10/06/2023).

9 O Projeto de Lei 6583, de 2013, que trata dos direitos da família, que é reconhecida no artigo 226 da CF, como a “base da sociedade brasileira” e proteção especial do Estado.

10 O Projeto de Lei 478 de 2007.

11 ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. *G 1 São Paulo e Globo News*. São Paulo, 29 abr./ 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml> (Acesso em 02/06/2022).

as mulheres defendiam o acesso a direitos civis e políticos como o direito ao voto, a propriedade privada, a herança, a educação de qualidade, entre outros. Na segunda onda, entre os anos 1960 e 1980, o movimento feminista trouxe para o debate a busca pela emancipação feminina, com um caráter mais revolucionário, tendo como lema a frase “o pessoal é político”, cunhado em 1969 pela feminista Carol Hanisch. As pautas estavam relacionadas contra à opressão e à dominação da mulher, questões de discriminação, desigualdades culturais, direito ao corpo e ao prazer, sexualidade, entre outras bandeiras.

Os estudos sobre gênero passam a ser vistos como de grande importância ao identificar que a desigualdade entre homens e mulheres não é apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e/ou jurídicos. Segundo Tickner (2008), para o feminismo a questão do gênero é algo que vai além de características físicas ou pessoais, mas um discurso que gera uma relação de poder muito forte ao ser definido. É um conceito socialmente construído que desde muito cedo define o que é feminilidade ou masculinidade, onde essas definições são interligadas e dependentes, ou seja, ao definir o que é masculinidades ou características masculinas também se define o que é feminilidade e suas características (Tickner, 2008).

O termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres; “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Desta forma, as relações de gênero não são igualitárias, sendo caracterizadas por uma lógica de poder e dominação. O feminismo decolonial aprofunda essas questões trazendo à luz que o modelo de racionalidade europeu legitimou a subordinação dos povos não europeus à invasão colonial, cultural e econômica, e a verificação do conceito universal de “mulher” encobriu outras formas de opressão, como de raça e de classe (Lugones, 2014).

A perspectiva decolonial nasceu, no final da década de 1990, de um movimento de autores latino-americanos na busca pela renovação crítica e utópica das ciências sociais da América Latina, constituindo o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). O M/C passa a realizar estudos criticando a permanência de autores europeus (Marx, Foucault, Gramsci, entre outros) nos estudos sobre a América Latina. Traz, assim, um novo olhar para o pensamento latino-americano a partir

de releituras históricas e da problematização de velhas e novas questões para a região (Ballestrin, 2013).

O pensamento decolonial tem como central o conceito “colonialidade de poder”, termo desenvolvido, em 1989, por Aníbal Quijano, sociólogo peruano. Para o autor, a colonialidade política e econômica não se encerrou com o fim do colonialismo, mas permaneceu a partir de estruturas de dominação exercida pelo sistema capitalista moderno/colonial (Quijano, 2005). Em outras palavras, a perspectiva decolonial verifica a perpetuação da dominação colonial, agora caracterizada pela modernidade e pelo capitalismo, que persistem mesmo após a independência política dos países da América Latina. Conforme Grosfoguel (2008, p. 126),

a expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados- -nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Esse conceito fora ampliado por Walter Dignolo (2003), destacando que a matriz colonial do poder é configurada por uma estrutura complexa de níveis entrelaçados: controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e dos recursos naturais; controle da subjetividade e do conhecimento; e controle do gênero e da sexualidade. O autor destaca que estes domínios são sustentados pelo fundamento racial e patriarcal.

María Lugones principia a perspectiva teórica feminista decolonial. Para a autora, as categorias como raça, classe, sexualidade e gênero são tratadas de modo dicotômico, mascarando e invisibilizando as organizações sociais que existiram e existem em resistência à modernidade capitalista. Segundo Lugones (2020), a dicotomia central da modernidade colonial é a hierarquia dicotômica entre humano e não humano, sendo imposta aos/as colonizados/as a serviço do “homem ocidental”, seguida de outras distinções hierárquicas dicotômicas, entre elas a distinção entre homens e mulheres. Essa distinção configurou-se na ideia do que seria humano e do que seria civilizado, e conseqüentemente, só os civilizados poderiam ser homens ou mulheres.

Assim, no período colonial, os povos originários das Américas e os/as africanas/as escravizados/as eram vistos como não humanos, não cristãos, consi-

derados como animais e selvagens. Desta forma, foi se construindo a ideia da missão civilizatória colonial-modernizadora europeia em transmitir seus valores e avanços (visão de superioridade) sobre os/as colonizados/as, justificando as enormes crueldades nesse processo (Lugones, 2014).

Neste sentido, a dicotomia hierárquica como marca do humano tornou-se uma ferramenta normativa de condenação dos/das colonizados/as, impondo limites ao corpo, às posições de gênero e sexualidade, haja vista que “a ‘missão civilizatória’ colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (Lugones, 2014, p. 938).

Lugones (2014, 2020) introduz a noção de “sistema moderno colonial de gênero” configurando-se na desumanização constitutiva da colonialidade do ser. Ou seja, no processo de redução ativa das pessoas, que investiu em tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. A colonialidade de gênero impõe um processo de normatividade a partir da lógica patriarcal, branca, heterossexual e de domínio masculino. Sendo assim, as mulheres brancas ocidentais também não são vistas como iguais, mas como subordinadas dentro da dimensão doméstica e reprodutiva.

Ainda conforme Lugones (2014, 2020), mesmo com o fim do colonialismo na América Latina, a colonialidade de gênero continua existindo, tendo a intersecção de gênero/classe/raça como categorias centrais do sistema de poder capitalista mundial. A autora propõe como forma de resistência descolonizar o gênero, ou seja, decretar a práxis quanto a opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada objetivando a alteração vivida do social. A descolonização do gênero seria ir além das reivindicações dos feminismos das mulheres negras, mas realizar uma compreensão histórica e subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir/resistir, que inclua o “aprender” sobre povos.

Na década de 1980, Lélia Gonzalez, filósofa e antropóloga brasileira, ao refletir sobre os feminismos latino-americanos utilizou o termo freudiano denegação. Por denegação, entende-se “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença”, para definir a construção da América como “denegada” (Gonzalez, 1988, p. 69).

Para Gonzalez (1988), a América é construída a partir da negação das suas matrizes indígenas e africanas, trazendo na sua formação histórica e cultural os valores eurocêtricos advindos do processo de colonização e das políticas de branqueamento racial. Para a autora, a América Latina é muito mais “América

Ladina”, devido as características dos povos indígenas e africanos, do que a latindade, quase inexistente, advinda dos povos europeus.

A partir dos aportes críticos da perspectiva feminista decolonial, na próxima seção apresenta-se as verificações de Julieta Paredes sobre o feminismo comunitário e exemplos de movimentos mais recentes e de maior envergadura das mulheres latino-americanas, ou como Gonzalez (1988) destacou das améfrica-ladinas, contra a tríade da colonialidade de poder/raça/gênero. Devido à abrangência do assunto, a presente pesquisa focou na luta do coletivo “*Ni Una Menos*” e do movimento “*Ola Verde*”, que têm sido importantes movimentos de resistência das mulheres na América Latina.

VOZES DA RESISTÊNCIA DAS MULHERES EM BUSCA DA IGUALDADE DE DIREITOS E CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA

Em vista que as contribuições do feminismo decolonial buscam promover a resistência e a (r)existência ante as dimensões de exploração/opressão/violência impostas pela colonialidade de raça, poder e gênero, procuramos refletir sobre a importância da luta das mulheres na promoção da igualdade e de direitos humanos.

Diante o retrocesso nas pautas relacionadas aos direitos humanos devido ao avanço da onda neoconservadora na América Latina, verificou-se o protagonismo das mulheres, transformadas em “atrizes” (Souza-Lobo, 2011), embora ainda invisibilizadas na política institucional. Desta forma, “[...] quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas” (Gohn, 2007, p. 45).

Uma das vozes de grande relevância na luta das mulheres latinas pela terra e os direitos de seus povos é Julieta Paredes Carvajal, ativista de origem do povo aimará. Julieta desenvolveu, em 2006, o termo feminismo comunitário que “é a luta de qualquer mulher, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história, que luta e se rebela contra um patriarcado que a oprime ou pretende oprimir”¹².

O Feminismo Comunitário tem como eixos centrais o resgate da memória e da ancestralidade, defendendo como essencial a participação dos povos originários para descolonizar o eurocentrismo. Parte da ideia de pensar em categorias autônomas a fim de pensar, defender e lutar sobre os reais interesses dos povos

12 Entrevista com Julieta Paredes cedida pela Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/> Acesso em: julho de 2023.

originários, desconstruindo conceitos como raça, gênero, patriarcado, entre outros, desenvolvidos pelo olhar do colonizador.

Segundo Julieta Paredes (2020), “não somos filhas do iluminismo”, renomeando o feminismo como “Q’amasa Warminanaka”, que no idioma Aymara significa “a força das mulheres” latinas em torno do resgate da sua própria história, bem como, na resistência pela terra e pela sobrevivência dos povos originários na América Latina. Assim, para erigir o feminismo comunitário “é necessário desmistificar o chacha-warmi (homem-mulher) que nos impede de analisar a realidade da vida das mulheres” (Carvajal, 2020, p. 197).

Como resultado da luta das mulheres por maior reconhecimento na Bolívia foi assinado, em 2008, o Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades, chamado “Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien”, no governo de Evo Morales. O *viver bem*¹³ para a ativista é essencial no feminismo comunitário. Este plano tinha como objetivo alcançar a igualdade de oportunidades e eliminar a violência de gênero, no entanto, não houve financiamento para implementá-lo. Mas, em 2014, ocorreu a retomada com a assinatura do Plano Nacional de Despatriarcalização, a fim de colocar uma reflexão sobre o patriarcado em uma política pública.¹⁴

Em 2019, com a renúncia de Evo Morales, não ocorreu a continuidade na implementação do plano. Mas, em 2020, nas eleições presidenciais na Bolívia, milhares de pessoas foram às ruas acompanhar a apuração dos votos, que teve como vencedora a chapa de oposição (Movimento ao Socialismo – MAS) ao governo provisório, com Luis Arce Catacora como presidente, e David Choquehuanca – descendente de aimarás e ex-chanceler de Evo Morales, como vice-presidente. Essa vitória da esquerda na Bolívia representou forte otimismo na luta contra o neoconservadorismo e na possibilidade da continuidade dos projetos anteriores.

O coletivo argentino *Ni Una Menos*, formado em 2015, tem sido importante movimento na resistência contra a opressão de gênero. Esse coletivo surge quando uma jovem argentina de 14 anos, que estava grávida, fora assassinada brutalmente

13 Segundo Julieta Paredes, “viver envolve a água, o pão. Primeiro é necessário cuidar da vida. E depois, construir o Bem, não somente com seres-humanos, mas também com a mãe Terra e a irmã natureza; sabendo que não se pode viver bem se, na sua comunidade, um vizinho, um irmão ou pessoas na rua estão passando fome”. Entrevista com Julieta Paredes cedida pela Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/> (Acesso em 10/07/2023).

14 Informações de Julieta Paredes em entrevista à Agência Pública, realizada por Giulia Afiune e Anna Beatriz Anjos no dia 15 de maio de 2020. Disponível em <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/> (Acesso em 10/07/2023).

pelo seu então namorado. Segundo Relatório de Investigação de Femicídio na Argentina, publicado em 2015, entre 2008 e 2015 havia ocorrido um aumento de 38% dos casos no país.¹⁵ Várias lideranças feministas decidem organizar uma marcha em Buenos Aires, por meio das redes sociais, contra a violência de gênero e o feminicídio no país. A marcha se espalhou pelo país e por vários países.

O uso das redes sociais é um dos principais meios de mobilização do movimento feminista #NiUnaMenos. Além da luta contra os feminicídios na Argentina, o coletivo vai aderindo a outras agendas relevantes como: a legalização do aborto, a educação sexual integral, o direito ao acesso à terra e a implementação da Lei 26.485 de “Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres” (Spyer e Mandelli, 2022, p. 38).

O coletivo também tem se centrado na “forte crítica ao sistema patriarcal, ao capitalismo e ao modelo neoliberal” (Spyer e Mandelli, 2022, p. 38). Exemplo desse contexto está expresso no “Manifiesto#6: Llamamiento al Paro Internacional de Mujeres – 8 de marzo 2017” do Ni Una Menos, que trouxe a ideia de ressignificar o 8 de março como o dia internacional da mulher trabalhadora, demarcação da luta contra o neoliberalismo. Objetivando ultrapassar as fronteiras nacionais, o movimento tem buscado atuar também outros países, principalmente da América Latina.

Este 8 de marzo la tierra tiembla. Las mujeres del mundo nos unimos y organizamos una medida de fuerza y un grito común: Paro Internacional de Mujeres. Nosotras Paramos. Hacemos huelga, nos organizamos y nos encontramos entre nosotras. Ponemos en práctica el mundo en el que queremos vivir (NI UNA MENOS, 2017).

Sobre a atuação transnacional do coletivo *Ni Una Menos*, um dos casos mais emblemáticos é no México. Devido a antiga luta dos movimentos sociais contra a violência de gênero no país - o México é o segundo país com o maior índice de feminicídio na América Latina -, as organizações feministas mexicanas aderiram ao coletivo no qual realizaram diversas manifestações pelo país com por justiça e direitos iguais (Spyer e Mandelli, 2020).

Vale ressaltar que a denominação feminicídio foi originada pelo trabalho da antropóloga mexicana Marcela Lagarde, que ressignificou o conceito de femicídio, desenvolvido por Diana Russell (2015), como o assassinato de mulheres pelos homens por estas serem mulheres. Para Lagarde (2008), a denominação de femi-

15 La Asociación Civil La Casa del Encuentro. *Informe de Investigación de femicidios em Argentina*. 2015. Disponível em: <http://lacasadelencuentroblog.blogspot.com/2016/03/informe-de-investigacion-de-femicidios.html> (Acesso em: 16/06/2024).

nicídio insere a ideia de que esses crimes se dão num contexto de uma sociedade misógina e com a cumplicidade de um Estado que deixa brechas para a impunidade na punição do seu sistema jurídico.

O nome do coletivo advém também de uma ativista mexicana, Susana Chávez Castillo, oriunda de Ciudad Juárez, que ao testemunhar diversos casos de feminicídios na sua cidade natal, passa a lutar pela defesa dos direitos humanos em organizações para a proteção das mulheres contra a violência de gênero. O slogan de luta utilizado pela ativista era: “Ni una menos, ni una muerta más”. Infelizmente, a própria fora vítima de feminicídio em 2011, caso que ainda se encontra impune (Vásquez, 2022).

Várias manifestações e ações foram organizadas pelo Ni Una Menos no México, mas duas são de grande destaque. A realizada em agosto de 2019 na capital mexicana que teve enorme proporções de manifestantes na marcha; e a outra em 2020, no dia 8 de março, com milhares de pessoas ecoando o grito “Vivas nos queremos!”. No dia seguinte da manifestação do 8M, em 2020, foi decretada uma greve nacional de mulheres sob o lema “Um dia sem nós!” (Corona et al, 2020).

Com o aumento da atuação do coletivo no México e das pressões por ações mais efetivas do governo, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do México (CNDH) assinou um acordo de colaboração com *Ni Una Menos*, criando em maio de 2021 a Associação Frente Nacional Civil Ni Una Menos México. Essa associação tem bastante atuante no país na resistência contra o feminicídio e o pelo fim da impunidade do governo mexicano (Spyer e Mandelli, 2022).

No Chile, as organizações feministas aderiram ao movimento desde a Primeira Marcha organizada pelo coletivo *Ni Una Menos*, em 2015 (Innocente, 2020). No entanto, foi a partir do “*Estallido Social*”¹⁶, iniciado em outubro de 2019, que os movimentos feministas chilenos passaram a atuar contra os impactos do patriarcado neoliberal nas vidas das mulheres (Montero, 2020). Uma das grandes vitórias conquistadas pelo movimento no Chile foi a paridade de gênero na Assembleia Constituinte, da qual foi eleita presidente uma mulher Mapuche, Elisa Loncón (Mitchel, 2021).

No Brasil, ocorreu também ações de solidariedade com coletivo *Ni Una Menos*, aderindo às mobilizações do 8M principalmente a partir de 2018. Outro momento que mobilizou a interlocução do coletivo com as organizações feministas brasileiras

16 Vários protestos civis que começaram na capital do Chile, Santiago, e depois se espalharam por todo o país. A causa inicial dos protestos foi contra o aumento da taxa de transporte público, mas depois abrangeu problemas mais profundos com uma forte crítica ao neoliberalismo e seus impactos na sociedade chilena (Yañez, 2020).

foram os diversos protestos de rua contra o assassinato, no dia 14 de março de 2018, da vereadora carioca Marielle Franco, mulher negra e periférica, que denunciava as milícias do Rio de Janeiro (Melo, 2020). Além disso, o movimento #elenão, contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, bem como o movimento “Mulheres contra Bolsonaro”, ou também chamado “Mulheres contra o fascismo”, utilizaram da estratégia do *Ni Una Menos*, usando as redes sociais como mecanismo de mobilização. A hashtag #elenão se difundiu pelas redes sociais (Melo, 2020), no qual realizou milhares de manifestações contra o governo Bolsonaro durante o seu mandato (2019-2022).

Outro movimento importante, iniciado na Argentina, é o “*Ola Verde*”, em português maré verde. Esse movimento, formado no início do século XXI, que defende o direito ao aborto, é resultado de um acúmulo histórico de lutas das “Mães da Praça de Maio” - associação de mães cujos filhos foram assassinados ou desapareceram durante a ditadura militar que governou o país entre 1976 e 1983. Mesmo após o término da ditadura militar na Argentina, o movimento das Mães da Praça de Maio permaneceu exigindo o aparecimento dos seus filhos, recuperação da memória, punição de militares e civis pelos crimes e pelo acesso aos direitos humanos das mulheres no país (Aguiar e Rojas, 2020).

No Encontro Nacional de Mulheres, em 2005, foi criada a “Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito”. Em 2018, as aborteiras, assim como são chamadas as mulheres que atuam no movimento, foram as ruas novamente reivindicar ao Parlamento pelo direito ao aborto, mas fora negado pela instituição. No entanto, o movimento em defesa da autonomia sobre os corpos das mulheres ganhou expressividade, se popularizando no país atingindo também organizações camponesas e milhares de jovens.¹⁷

A Campanha reuniu mais de 500 grupos em toda a Argentina, ocorrendo a participação inclusive do coletivo *Ni Una Menos*. Um dos maiores entraves em torno da legalização do aborto no país era a questão religiosa, mas o movimento *Ola Verde* focou no pleito que garantir a vida das mulheres era uma questão de saúde pública, ganhando a maioria da opinião pública (Spyer e Mandelli, 2022). Assim, após anos de luta pela “Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito”, fora aprovado pelo senado argentino a Lei de Interrupção Voluntária de Gravidez, no dia 30 de dezembro de 2020 (Goulart, 2021).

17 Portal Catarinas. Maré verde: a trajetória das argentinas na luta pela legalização do aborto. 29 dez 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mare-verde-a-trajetoria-das-argentinas-na-luta-pela-legalizacao-do-aborto/> (Acesso em: 10/07/2023).

Esse ativismo intergeracional, heterogêneo e confluyente em volta de uma agenda comum fez com que crescesse a “Maré Verde” e este movimento ultrapassasse as fronteiras (Cárdenas e Escalles, 2018). Segundo Goulart (2021, s/p), “as experiências das aborteiras no território da América Latina constituem a ponta de lança do enfrentamento às estratégias familistas patriarcais neoconservadoras, pois subvertem essas montagens das políticas de corpos através de possibilidades de trajetórias múltiplas e emancipatórias”.

O movimento tem atingido outros países latino-americanos onde a luta contra a opressão e domínio sobre os corpos das mulheres ressoam lógica decolonial e neoconservadora. No V Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, em 1990, foi determinado o dia 28 de setembro como o Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto, a fim de possibilitar o debate e a conscientização sobre na região. Esse dia fora reconhecido posteriormente pela ONU como o Dia de Ação Global pelo Aborto Legal e Seguro, 2016.

No México, em decisão histórica e unânime, a Suprema Corte do país, no dia 7 de setembro de 2021, resolveu que punir a interrupção da gravidez é inconstitucional em todo o território mexicano. Isso permitiu que as mulheres mexicanas pudessem ter acesso a esse procedimento, sendo possível apenas na Cidade do México. No Chile, a Câmara dos Deputados aprovou, em 2021, a modificação para que o Código Penal não punisse quem realizar a interrupção da gravidez no prazo máximo de 14 semanas (Spyer e Mandelli, 2022).

Outro país latino-americano que descriminalizou o aborto foi a Colômbia, em fevereiro de 2022, pela Suprema Corte do país. A decisão retirou da lista de crimes do Código Penal colombiano quando a interrupção da gravidez for realizada até a 24^a semana de gestação. Antes, o aborto era permitido na Colômbia apenas em três situações: estupro, má formação do feto e/ou risco de morte da mãe, como é o caso do Brasil.¹⁸

Já no Brasil, a questão do aborto é marcada por avanços e retrocessos. No governo Lula, a PL 1135/1991, que tecia sobre a possibilidade da descriminalização da interrupção da gravidez até a terceira semana de gestação, quase foi para votação, mas a movimentação de setores conservadores, principalmente da bancada evangélica, evitou que a proposta fosse adiante. Além disso, apesar de estar garantido o direito em realizar o aborto nas três situações citadas acima, o acesso ao procedimento tem sido dificultado no país.

18 SILVA, Vitória R. da (2022) A maré verde da descriminalização do aborto na América Latina. *Gênero Número Mídia*. 22/02/22. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/aborto-america-latina/> (Acesso em: 15/06/2024).

Em 2012, uma norma técnica do Ministério da Saúde (MS) recomendava limitar a realização do procedimento em até 20 semanas de gestação, algo que não está prevista na lei. Em 2020, sob o governo neoconservador de Jair Bolsonaro, outra portaria do MS orientava os médicos que informassem a polícia caso à interrupção da gravidez fosse decorrente de estupro. Os coletivos feministas criticaram fortemente essa medida por violar a previsão de sigilo em atendimentos de saúde e poder ocorrer a realização do aborto ilegal por parte das mulheres vítimas do estupro. Essa medida fora revogada no governo Lula, em 2023.¹⁹

Em 2022, ainda sob o governo Bolsonaro, novo manual pelo Ministério da Saúde, chamado “Atenção técnica para prevenção, avaliação e conduta nos casos de abortamento”, que destacava que “todo aborto é um crime, mas quando comprovadas as situações de excludente de ilicitude após investigação policial, ele deixa de ser punido” (Brasil, 2022, p. 16). O documento também restringia o aborto até 21 semanas e 6 dias de gestação. O manual fora retirado de circulação no início do governo Lula, mas após a repercussão negativa entre os setores conservadores, o MS voltou a utilizar o manual.

Em setembro de 2023, uma onda de otimismo atingiu os movimentos feministas brasileiros que defendem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o avanço da “Maré Verde” – *Ola Verde* – quando a Ministra Rosa Weber, chefe do Supremo Tribunal Federal, antes de se aposentar, votou de forma favorável a ação para descriminalizar o aborto até a 12^a semana de gestação. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF 442), que tramitava desde 2017 no STF, ainda espera julgamento dos restantes ministros do STF (Mandelli, 2023).

No entanto, essa onda de otimismo foi breve no Brasil. Por meio da articulação da bancada evangélica no Congresso Nacional do Brasil, a Câmara de Deputados aprovou a PL 1904/24, para tramitar em caráter de urgência, sem análise de comissão, para ir para votação no plenário. Esse projeto, que propõe criminalizar tanto a gestante (mulheres, jovens e crianças) e quem ajudá-la a realizar o procedimento após 22 semanas de gestação, mesmo em casos de estupro, gerou grande comoção e forte debate na sociedade brasileira.

Vários atos contra a PL 1904/24 se alastraram pelo país em junho de 2024, com milhares de mulheres e jovens indo as ruas protestar contra a PL e usando o lenço verde do movimento “Maré Verde”. Ante à forte mobilização das mulheres

19 AZEVEDO, Rayanne (2024). Oito vezes em que o aborto avançou e retrocedeu no Brasil. *Brasil de Fato*, 18 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/18/oito-vezes-em-que-o-aborto-avancou-e-retrocedeu-no-brasil> (Acesso em: 15/06/2024).

e à intensa pressão popular contra a PL, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, decidiu, no dia 18 de junho de 2024, pelo adiamento do trâmite do projeto para o segundo semestre de 2024 e a formação de uma comissão para debater a PL.²⁰

Verifica-se que, apesar da vitória da força coletiva das mulheres contra a PL, o pleito do neoconservadorismo pela diminuição dos direitos das mulheres permanece com força no Brasil, sendo grande fonte de preocupação dos movimentos de resistência em prol dos direitos das mulheres. A PL 1904/24, que passou a ser chamada de PL do Estupro ou PL do Aborto, foi apenas adiada e não suspensa, necessitando à manutenção da mobilização para que direitos já adquiridos não sejam perdidos.

Considerações finais

Pode-se observar que a onda neoconservadora na América Latina gerou enorme retrocesso quanto à proteção e implementação das garantias sociais das mulheres como no avanço de novas conquistas. Essa onda trouxe como lógica o combate ao feminismo e a “ideologia de gênero”, perpetuando o processo de dominação patriarcal sobre as mulheres e modificando políticas públicas relevantes no combate a discriminação e violência contra o gênero.

A perspectiva feminista decolonial traz à tona que o processo de dominação de matriz europeia-capitalista-patriarcal ainda permanece nos países periféricos, que gera desigualdades socioeconômicas e as desigualdades entre nações. E essa dominação foi e é ainda pior com relação as mulheres não-brancas, negras, indígenas, mestiças, latinas, entre outras, devido as categorias de raça e gênero, que fizeram e fazem com que as mulheres fossem e sejam invisibilizadas.

A partir da busca de ressaltar a luta das mulheres diante do avanço do neoconservadorismo na América Latina, verifica-se a importância das vozes e das lutas que têm resistido a essa opressão e continuam lutando por conquistas importantes para as diferentes mulheres dos países latino-americanos. O coletivo “*Ni Una Menos*” e o movimento “*Ola Verde*” são exemplos dessa importante resistência que visam a eliminação da violência contra as mulheres, a igualdade de direitos, o combate à opressão e à dominação dos corpos femininos e contra o neoconservadorismo/neoliberalismo.

20 NEIVA, Lucas. Lira adia discussão do PL do estupro para o segundo semestre. *Congresso em foco*. 18 de junho de 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/lira-adia-discussao-do-pl-do-estupro-para-o-segundo-semester/> (Acesso em: 19/06/2024).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. Ngozi (2015). *Sejamos todos feministas*. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras.
- AGUIAR, Danilla; ROJAS, Gonzalo (2020). O movimento feminista e de mulheres na Argentina: perspectivas pós-colonial e socialista. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 120, p. 169-190. <https://doi.org/10.4000/rccs.10436>
- APPLE, Michael W. (2003). *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire.
- ARAUJO, Viviane da Silva (2022). Cruzada anti-gênero, neoconservadorismo e extrema direita na América Latina: reflexões a partir do movimento con mis hijos no te metas. *Anais do 20º Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio.
- BALLESTRIN, Luciana (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, pp. 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BARROCO, Maria Lúcia S. (2015). Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 623-636. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo.
- BOLSONARO, Jair M. (2018). *O caminho da prosperidade - Proposta de Plano de Governo Bolsonaro*. 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. (Acesso em: 02/06/2019).
- BOLSONARO, Jair M. (2019). Bolsonaro fala em combater ideologia de gênero: veja íntegra do discurso. *Notícias UOL*. 01 jan./2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm>. (Acesso em: 05/06/2019).
- BOURDIEU, Pierre (1998). *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. 2º ed. São Paulo: Editora USP.
- BOURDIEU, Pierre (2003). *O poder simbólico*. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL (2022). *Atenção técnica para prevenção, avaliação e conduta nos casos de abortamento*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde.

- BROWN, Wendy (2006). American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, Vol. 34, No. 6, pp. 690-714. <http://www.jstor.org/stable/20452506>
- BROWN, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia.
- CAMPILLO-VÉLEZ, B. (2013). La ideología de género en el derecho colombiano. *Dikaion*, v. 22, n. 1, p. 13-54. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-89422013000100002&lng=es&nrm=iso&tlng=es. (Acesso em: 13/06/2019).
- CÁRNEDAS, E, ESCALES, V. (2018) E agora que, sim, nos veem: o aborto na Argentina será lei. *Nexo Jornal*, 14 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/e-agora-que-sim-nos-veem-o-aborto-na-argentina-sera-lei> (Acesso em: 15/06/2024).
- CARVAJAL, Julieta Paredes (2020). “Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental”. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- CERVO, Amado (2003). Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Rev. bras. polít. Int.*, V. 46, n. 2. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>
- CORONA, S. et al. (2020). Maré chilena puxa protestos e milhões de mulheres mostram sua força nas ruas da América Latina. *El País*, 9 março, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-09/milhares-de-mulheres-mostram-sua-forca-nas-ruas-da-america-latina.html> (Acesso em: 16/06/2024).
- COUTINHO, João Pereira (2014). *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Editora Três Estrelas.
- CUNHA, Leonan Lucas Nogueira (2020). A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. *Reb. Revista de Estudos Brasileiros*, v. 7, n. 14. <https://doi.org/10.14201/reb20207144961>
- DIAMOND, Sara (1995). *Roads to Dominion: Right-Wing Movements and Political Power in the United States*. New York: The Guilford Press.
- DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) (2018). Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. *Notícias DIAP*. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. (Acesso em: 13/06/2019).
- GARCIA, Carla Cristina (2011). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.

- GOHN, M. G. (2007). Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política e Sociedade*, n. 11, out. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira (2019). O neoconservadorismo e os retrocessos na agenda educacional. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 2, p. 213-228. <https://doi.org/10.14295/remea.voi2.8893>
- GONZALEZ, Lélia (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82.
- GOULART, Dominique (2021). Maré verde feminista e um devir latino-americano. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 15 jan. 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/mare-verde-feminista-e-um-devir-latino-americano/> Acesso em: julho de 2023.
- GROSGOUEL, R. (2008). Transmodernity, border thinking and global coloniality. *Eurozine*, 2008. Disponível em: <https://www.eurozine.com/transmodernity-border-thinking-and-global-coloniality/> (Acesso em: 10/05/2023).
- HUNTINGTON, Samuel P. (1957). Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review*, V. 51, n. 2, p. 454-473. <https://doi.org/10.2307/1952202>
- INNOCENTE, M. (2021). *Ni Una Menos ¿Politización transnacional del femicidio?* Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Departamento de Estudos Políticos, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO Ecuador.
- IPEA (2023). Atlas 2023: Violência contra Mulher. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>
- JIMENEZ, Ana Luisa; HARDY, Ellen (2001). Masculinidad y Género. *Revista Cubana Salud Pública*, v. 27, n. 2. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662001000200001. (Acesso em: 05/12/2020).
- LACERDA, Marina Basso (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk.
- LAGARDE, M. (2008). Antropología, feminismo y política: *violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres*. Retos teóricos y nuevas prácticas (pp. 209- 239). México: Universidad Autónoma de México.
- LIMA, Iana G. de.; HYPOLITO, Álvaro M. (2019). A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Revista Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45. <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>
- LUGONES, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. v.22, n. 3. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- LUGONES, María (2020). “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.

- MACHADO, Maria das Dores Campos (2020). “A vertente evangélica do neoconservadorismo brasileiro”. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.
- MACHADO, Maria das Dores Campos (2012). Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N. 7, p. 25-54. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100003>
- MANDELLI, Thatiane (2023). A Maré Verde avança no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mare-verde-avanca-no-brasil/> (Acesso em: 16/06/2024).
- MELO, F. (2020). Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. Dossiê Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, V. 28, n. 3. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>
- MIGNOLO, Walter (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, V. 32, N. 3. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>
- MITCHELL, Beatriz (2021). La Convención Constitucional en Chile empieza cargada de expectativas y símbolos de una nueva política. *Open Democracy*, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/es/constituyente-chile-expectativas-simbolos-nueva-politica/> (Acesso em: 16/06/2024).
- MONTERO, Claudia (2020). “El octubre chileno: voces y luchas feministas”. *Descentrada*, V. 4, n° 1. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11584/pr.11584.pdf
- NI UNA MENOS (2017). Manifiesto#6: Llamamiento al Paro Internacional de Mujeres – 8 de marzo 2017. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/llamamiento-al-paro-internacional-de-mujeres-8-de-marzo-2017/> (Acesso em: 16/06/2024).
- NORRIS, Pippa (1996). Conservatism in Disarray? *The Brown Journal of World Affairs*, V. 3, n. 1, p. 163-169. <https://www.jstor.org/stable/24590407>
- ONU Mulheres (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995)*. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf . (Acesso em: 10/03/2020).
- QUIJANO, Aníbal (2005). “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. IN: *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

- ROSADO-NUNES, M. J. F. (2015). A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, v. 13, n. 39, p. 1237-1260. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1237>
- RUSSELL, D. (2015). *Definición de feminicidio y conceptos relacionados*. Recuperado de <https://construcciondeidentidades.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/09/definici3b3n-de-feminicidio-russell.pdf>
- SALES, L. (2021). O Ativismo Católico: Bioética, Direitos Reprodutivos e Gênero. *Revista Estudos Feministas*, V. 29, N. 3. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n371678>
- SCALA, J. (2010). *La ideología del género*. O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.
- SCOTT, Joan Wallach (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> (Acesso em: 20/07/2023).
- SOLANO, Ester (2018). Crise da Democracia e Extremismos de Direita. *Análise - Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil*, n. 42. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf> (Acesso em: 15/07/2020).
- SOUZA, S. (2014). “Não à ideologia de gênero!” - A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v28n2p188-204>
- SOUZA, João Roberto dos Reis de (2022). O conservadorismo na América Latina: análise dos programas de governo apresentados nas eleições da Argentina de 2011, 2015 e 2019. *Revista Textos Graduados*, v. 8, n. 1, volume 8. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/41734> (Acesso em: 10/02/2024).
- SOUZA-LOBO, E. (2011). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SPYER, Tereza; MANDELLI, Thatiane (2022). “Transnacionalização do movimento feminista na América Latina: um estudo de caso do coletivo Ni Una Menos”. In: VEDOVATO, Luciana; LANGARO, Cleiser Schenatto [Orgs.] *Voices Da Resistência: o trabalho acadêmico de mulheres, diálogos latinoamericanos e estudos decoloniais*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- TICKNER, Ann (2008). “Gender in world politics”. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (1993). O processo preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 36, n. 1, 1993, p. 1-45.

- VAGGIONE, Juan Marco (2020). “A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina”. In: *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- VÁSQUEZ, Melissa Mendiola (2022). Mapeo del movimiento social “Ni una menos” en Latinoamérica: ciberactivismo político e incidencia en el abordaje de los feminicidios. *Temas de Nuestra América*, V. 38, N.º 72. <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/tdna.38-72.13>
- VITAL, C.; LOPES, P. V. L. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2013.
- YAÑEZ, César Jiménez (2020). #Chiledespertó: causas del estallido social en Chile. *Rev. Mex. Sociología*, V. 82, N. 4. <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2020.4.59213>

Feminina ou Feminista: Estratégias de Mobilização Política nos Partidos PL e PSOL

Feminine or Feminist: Political Mobilization Strategies in Brazilian Political Parties PL and PSOL

Fernanda Bouzan Cardoso^a, Ayanne Caroline de Almeida Alves^b,
Carolina Althaller Maia de Oliveira^c

Resumo No Brasil, observa-se um cenário desigual quando se trata da ocupação de cargos eletivos por mulheres na política. Apesar da maioria feminina no eleitorado, constata-se a reduzida presença de mulheres nos espaços de poder. Contudo, essa parcela do público vem ganhando maior espaço e mobilizando iniciativas dedicadas a mudar essa conjuntura. O presente trabalho analisa as ações voltadas para mulheres de dois partidos com forte presença digital: o Partido Liberal (PL) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), abordando nomes relevantes dentro deles como Michelle Bolsonaro e Erika Hilton. O objetivo é investigar as estratégias de mobilização política de mulheres, bem como o antagonismo que se coloca por meio da disputa narrativa em torno do feminismo e antifeminismo.

Palavras-chave Feminismo. Antifeminismo. Disputa narrativa. Estratégias de enfrentamento.

Abstract *In Brazil, there is a noticeable inequality regarding the representation of women in elected positions in politics. Despite constituting the majority of the electorate, studies indicate the limited presence of women in positions of power. However, this demographic is increasingly gaining ground and driving a variety of initiatives aimed at altering this scenario. This study examines the actions targeting women within two political parties with a strong digital presence, the Liberal Party (Women's Division) and the Socialism and Liberty Party (PSOL), also addressing prominent figures within them such as Michelle Bolsonaro e Erika Hilton. The aim was to investigate the political mobilization strategies of women, as well as the antagonism manifested through the narrative dispute surrounding feminism and anti-feminism.*

Keywords *Feminism. Antifeminism. Narrative dispute. Coping strategies.*

a Analista de Social Listening na Quid. E-mail: fernandabouzanc@gmail.com

b Coordenadora de Social Analytics na Quid. E-mail: ayanne.al@gmail.com

c Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).
Diretora Executiva no Instituto Update. E-mail: carol.althaller@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde 2020, o Instituto Update¹, organização social que estuda e fomenta práticas políticas inovadoras, em parceria com as pesquisadoras Esther Solano e Camila Rocha, investiga as visões de mulheres conservadoras sobre feminismo e gênero, usando métodos qualitativos e quantitativos.

Para embasar tais achados, as pesquisadoras exploraram como o feminismo, o empoderamento e o conservadorismo se interligam no contexto do bolsonarismo, destacando que mulheres conservadoras veem a família, religião e feminismo como categorias compatíveis. Além disso, também analisam a ascensão do movimento feminista durante o governo Lula I (2003 - 2006) e a reação conservadora desde 2011, que ampliou a visibilidade de políticos de direita. Os resultados deram origem ao livro *Feminismo em Disputa* (2022) e a metodologias de escuta digital sobre estratégias de mulheres políticas progressistas e conservadoras, desenvolvidas em parceria com a Quid², laboratório de comunicação e mobilização para causas.

Partindo de tais pesquisas e dos projetos desenvolvidos no âmbito das organizações às quais estamos filiadas, tratamos neste artigo das ações voltadas para mulheres de dois partidos, Partido Liberal (PL) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que apresentam forte atuação digital. A perspectiva teórico-metodológica adotada para a análise é interdisciplinar, com foco na observação não participante³ em redes sociais, mesclando técnicas que perpassam a Antropologia e a Comunicação.

A revisão de literatura de Bernardes, Fontes e Sarmiento (2023) sobre a representação de mulheres na política brasileira afirma que o tema mobiliza diferentes intelectuais feministas há décadas. Segundo as autoras, existe um diagnóstico de que a baixa ocupação de posições eletivas é fruto de uma série de problemas, como entraves na seleção de candidaturas e financiamento reduzido para as campanhas.

Porém, há alguns sinais perceptíveis de mudanças. Por exemplo, as eleições de 2022 registraram um número recorde de candidaturas femininas. De acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 9.397 mulheres se registraram para a disputa⁴. O número representa um aumento (2,17%) em relação às 9.197 candidaturas registradas em 2018.

1 <https://www.institutoupdate.org.br>. (Acesso em: 27/06/2024)

2 <https://www.quid.id/> (Acesso em: 27/06/2024)

3 As redes sociais têm se mostrado ferramentas importantes de mobilização e discussão política. Diversos pesquisadores têm optado pela observação não participante para conduzir investigações em espaços digitais. Ver, por exemplo, trabalho de Isabel Roque (2023) sobre o ativismo de trabalhadores de plataforma.

4 <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/17/partidos-de-esquerda-e-centro-esquerda-lideram-representatividade-feminina.htm> (Acesso em: 12/02/2024).

Nos últimos anos, as iniciativas de apoio a indivíduos que aspiram tornar-se líderes políticos intensificaram-se, como fruto da necessidade de renovação política, a partir de uma perspectiva mais diversa e representativa da sociedade. Tais empreendimentos apresentam algumas variáveis em relação ao nível de institucionalização, recursos, ideologia e serviços oferecidos (Gatto; Thomé, 2024).

Contudo, cabe destacar que os processos de transformação das democracias acontecem no mesmo contexto em que as disputas em torno do gênero ganham novos padrões (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). A difusão das agendas conservadoras relacionadas ao gênero é uma característica em comum em países nos quais as lideranças da direita radical conservadora e da extrema direita estão em ascensão (Mudde apud Solano, 2023).

No Brasil, a partir da eleição de Jair Bolsonaro, intensificou-se a moralização do debate público, impulsionando a rejeição à pauta feminista e ocasionando retrocessos não só nas pautas de garantia de direitos, mas também na esfera simbólica, o que levou ao esvaziamento de enunciados e inversões de conceitos como estratégia política. Dentro dessa disputa que acontece no campo narrativo, gênero se traduz em um campo de batalha: do lado progressista, ele é mobilizado para sustentar propostas de inclusão e igualdade, enquanto o conservadorismo defende a participação feminina na política, mas adota estratégias para reforçar o *status quo*.

Entre as iniciativas de recrutamento e apoio às candidaturas de mulheres por partidos e movimentos políticos de extrema direita, é possível citar esforços de comunicação e mobilização digital. Há um esforço dedicado a fazer com que o debate público seja permeado por pautas antigênero, buscando o reenquadramento da feminilidade, do papel das mulheres na nação ou das discussões sobre o direito das mulheres “de verdade” (Miller-Idriss; Pilkington, 2019). Assim, verifica-se a apropriação de algumas agendas de defesa das mulheres, a partir de uma visão conservadora, tornando-as mais atraentes e palatáveis ao eleitorado feminino, de acordo com Solano, Rocha e Sendretti (2023).

Para o propósito deste artigo, analisamos dois partidos com forte presença digital e ressonância do debate público: Partido Liberal e Partido Socialismo e Liberdade. O objetivo é investigar algumas dessas estratégias, analisando dois casos considerados emblemáticos no cenário brasileiro: do lado conservador, as iniciativas do Partido Liberal voltadas para mulheres, por exemplo, o setorial presidido por Michelle Bolsonaro; e do campo progressista, as ações do PSOL direcionadas à formação e ao recrutamento dessa parcela do eleitorado.

A escolha dessas legendas se justifica pela forte atuação delas nas redes sociais e pela presença de nomes de destaque no debate sobre feminismo, como Erika Hilton (PSOL-SP) e Ana Campagnolo (PL-SC). Partimos do levantamento de 20 perfis progressistas e 20 perfis conservadores, de mulheres, com maior audiência e com alguma relação com a política institucional, através da plataforma Comscore. Como metodologia, o trabalho analisa as declarações de representantes progressistas e conservadoras presentes em publicações nas redes sociais ou em discursos realizados durante eventos partidários. Busca-se examinar as estratégias narrativas, os formatos de conteúdo, o envolvimento da audiência, entre outros aspectos. Com isso, espera-se contribuir para a discussão teórica mais ampla sobre feminismos, antifeminismos e atuação política de grupos conservadores e progressistas no Brasil.

Apesar das muitas diferenças relacionadas à renda, raça ou cor, à religião e à região do país no que diz respeito às mulheres público-alvo de tais discursos, foi possível notar que há conceitos comuns entre elas. O que distingue as mulheres que se identificam como conservadoras das demais, segundo Esther Solano e Camila Rocha, no livro *Feminismo em Disputa* (2022), é a importância que as primeiras conferem ao papel desempenhado pela mulher na família e na harmonia do lar, o que as conecta com figuras como Michele Bolsonaro; porém, conscientes dos problemas da mulher na sociedade, procuram formas de se entenderem como mulheres empoderadas, de modo que estas categorias, para elas, são compatíveis com o conservadorismo (Pedreira, 2022).

Nesse sentido, os usos dos termos pelas figuras conservadoras apresentam diferenças em relação às definições mobilizadas pelas progressistas. Representantes políticas associadas à esquerda costumam usar as categorias “gênero” e “mulher” com base na recusa a um determinismo biológico⁵ e às desigualdades estruturais em relação aos homens, inspiradas pelo feminismo⁶ e com ênfase na diversidade.

Dessa maneira, o campo progressista ao falar de mulheres, mira um público-alvo mais diverso, buscando dialogar com mulheres que se identificam com o feminismo e com uma visão interseccional. Já as conservadoras se direcionam

5 Essa recusa ao determinismo biológico é um dos usos da categoria de gênero comentado por Scott (1991), na época, referindo-se ao discurso de feministas americanas, que insistiam no caráter social das diferenças entre os sexos.

6 É comum encontrar publicações com citações a grandes nomes do feminismo, como Angela Davis. Um exemplo, está disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzJoWr1ugXP/>. (Acesso em: 27/06/2024)

para um diálogo com mulheres que não se enxergam nas narrativas feministas, reforçando papéis tradicionais da mulher, como o orgulho de ser mãe⁷.

PL Mulher: uma “mulher que faz acontecer” é feminina, não feminista

O PL Mulher é uma ala do Partido Liberal (PL) que promove a participação das mulheres na política, trazendo a frase “mulher que faz acontecer” como lema. Suas principais agendas, como igualdade de gênero e defesa dos direitos das mulheres, são inclusive semelhantes às de outros partidos.

O que deve se considerar é que os elementos apontados acima, dentro da extrema direita, são trabalhados a partir da apropriação da noção de empoderamento feminino, com uma nova roupagem conservadora. Sendo assim, “as mulheres são bem-vindas, mas o gênero não” (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 3). Por isso, reformulam a retórica antifeminista para dialogar com conservadoras que querem o reconhecimento do protagonismo feminino. A narrativa distingue feminilidade do feminismo, retratando feministas como radicais, que não representam mães e esposas. Ainda sob o olhar das autoras, fica evidente a dicotomia utilizada pela extrema direita dentro dessa narrativa:

[...] uma mulher imoral ou valorosa. Uma mulher obscena e sem propósito ou uma mulher com uma missão divina. Uma mulher autoritária que odeia homens ou uma mulher que os ama e se submete a esse amor. Ser uma mulher empoderada pela objetificação do próprio corpo ou ser uma mulher empoderada pelo poder de Deus (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 13).

Passando por essa breve contextualização, é possível identificar estratégias de comunicação para o antifeminismo utilizadas pela ala feminina do Partido Liberal (PL) para conseguir alavancar a narrativa do que chamam de “verdadeiro empoderamento”.

A principal estratégia vem se consolidando desde o início de 2013: a escolha de uma figura forte para representar a ala feminina do partido. A nomeação de Michelle Bolsonaro como presidente do PL Mulher é importante pela sua relevância dentro e fora das redes virtuais, sendo conhecida por ser ex-primeira-dama.

⁷ Ana Campagnolo, por exemplo, participou do especial de Dia das Mães da produtora Brasil Paralelo, lançado no dia 11 de maio de 2024. O conteúdo trouxe falas da deputada e de diversas outras mulheres conservadoras, que enfatizaram valores cristãos e tradicionais. Mas, também, incluiu entrevistas com mães “comuns”, sem notoriedade ou vínculo político, trazendo perfis mais diversos do ponto de vista racial e socioeconômico. O público-alvo desses discursos conservadores ainda requer uma análise mais aprofundada.

Fazendo um comparativo com os 20 nomes de figuras políticas conservadoras acompanhadas pelo nosso monitoramento⁸, é possível observar que, no último ano⁹, Michelle teve a maior média de engajamento entre 20 figuras políticas conservadoras, com 66 mil¹⁰ por postagem, e alcançou o segundo lugar em audiência no Instagram, atrás apenas de Carla Zambelli. Sua presença digital cresceu 10.6%, ganhando cerca de 633 mil seguidores, especialmente após assumir a presidência do PL Mulher.

Até 2022, Michelle Bolsonaro era associada à imagem de Bolsonaro e às ações de seu governo. Em 2023, fortaleceu sua marca pessoal ao se tornar Presidente do PL Mulher, evidenciando sua liderança independente de ser esposa de Bolsonaro. A partir daí, suas publicações concentram-se em suas atividades como presidente da ala feminina do partido, destacando especialmente sua defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Michelle Bolsonaro também expandiu sua presença nas redes sociais além da política institucional ao lançar uma linha de cosméticos, perfumes e sapatos, explorando outras afinidades com seu público.

A apropriação do discurso de valores democráticos pelas conservadoras vem crescendo e é comumente associada a questões que despertam o pânico moral. O conceito de pânico moral neste trabalho é baseado no trabalho de Gayle Rubin (2003), que o apresenta como o tipo mais importante de conflito sexual. Segundo ela (2003, p. 50), há momentos em que opiniões difusas sobre determinadas atividades passam a ser “orientadas no sentido de uma ação política”.

Esses episódios mobilizam o medo de grupos vulneráveis contra práticas dissidentes, baseados na mistificação da sexualidade nas sociedades ocidentais. Além disso, investem em símbolos e ideias utópicas e não em problemas reais, usando estruturas discursivas existentes para reinterpretar elementos e criar novas narrativas de vítimas.

Nesse sentido, o discurso conservador retrata o feminismo como uma ameaça às mulheres, reinterpretando as narrativas feministas para enfatizar um “verdadeiro empoderamento”, centrado no protagonismo feminino na família e na casa, ainda que ela possa ocupar outros espaços, por exemplo, na política.

8 Levantamento dos 20 perfis progressistas e 20 perfis conservadores, de mulheres, com maior audiência nas redes e com alguma relação com a política institucional. Ele foi realizado para a construção de um painel de acompanhamento sobre Mulheres na Política produzido pela Quid.

9 Período de monitoramento: 01/02/2023 a 20/03/2024. Fonte: <https://www.comscore.com/> (Acesso em: 27/04/2024).

10 Entende-se engajamento como a soma de ações (curtidas, comentários, compartilhamentos) recebidas nas das redes sociais.

ENCONTROS DO PL MULHER, ACADEMIA BRASILEIRA DA DIREITA CONSERVADORA E FORMAÇÃO TEÓRICA PARA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Também desde 2023, os encontros do PL Mulher surgem como mais uma estratégia. Não é novidade que legendas partidárias utilizam palestras e encontros, com o intuito de incentivar filiação. Contudo, a dedicação da extrema direita a conquistar o engajamento feminino mostra que o campo conservador está percebendo o quão significativo é este público para o cenário político atual.

Os encontros, que ficam armazenados no canal do Youtube¹¹ do Partido Liberal, contam com a participação de figuras políticas femininas e conservadoras, lideradas por Michelle Bolsonaro. Nos discursos, o feminismo é abordado, com ênfase no empoderamento feminino sob uma ótica conservadora, destacando que mulheres conservadoras seriam “femininas”, não feministas. Essa retórica aparece, por exemplo, na fala de Michelle Bolsonaro, durante encontro do PL Mulher em Mato Grosso do Sul, no dia 24 de fevereiro de 2024:

Quem compete com homem aqui são mulheres feministas. Nós somos mulheres femininas! Ela cuida do lar, ela serve a igreja, a sociedade, ela escova o cabelo, ela tem tempo para colocar cílios, ela faz as unhas, ela é cheirosa. Maridos, valorizem as suas esposas. Olha que mulherada linda (Bolsonaro, 2024)¹².

O trecho acima expõe como essa diferenciação entre femininas e feministas se baseia na apropriação e defesa de estereótipos e papéis sociais vinculados ao que historicamente se espera das mulheres. Além disso, ela se fundamenta também na adoção de uma postura conciliatória com o sexo oposto, sem optar por um confronto direto com os homens e sem desqualificá-los: “Vamos unir forças para deixarmos o legado para os nossos filhos. Nós não queremos competir com os homens. Nós apenas queremos ajudá-los. Nós queremos somar com ideias, queremos compartilhar” (Bolsonaro, 2024).

No mesmo evento, Michelle Bolsonaro defende uma atuação política baseada no “olhar especial que a mulher tem”, rejeitando a visão feminista e o que chama de “estereótipo estranho”. As conservadoras argumentam que as ideologias de gênero e do feminismo são prejudiciais para a estrutura tradicional, afetando principalmente famílias, crianças e adolescentes. São contra

11 https://www.youtube.com/watch?v=I_wllhd87Pg&list=PLhDLHayd-vqSHmcfMGZfieDHy8ft-mb4v. (Acesso em: 27/03/2024).

12 <https://www.youtube.com/watch?v=adtQdN7W7Po>. (Acesso em: 27/03/2024)

a ideologia de gênero¹³ nas escolas e o que consideram “designação do sexo nos adolescentes”, conforme destacado por Simone Queiroga durante um encontro do partido¹⁴. Frequentemente associam tais ideologias à esquerda, especialmente ao Partido dos Trabalhadores que, segundo Michelle Bolsonaro, busca implementar ideologia de gênero e “erotizar nossas crianças”.¹⁵

Contudo, chama atenção como os discursos não negam problemas apontados pelo movimento feminista, como a violência política. Nesse sentido, não excluem as dificuldades atreladas à condição de ser mulher, como o machismo e a violência, para ressaltar a importância de se empoderar:

A mulher quando entra na política é muito diferente do homem, ela sofre violência política todos os dias. Quando eles não conseguem atacar nossa honra, eles vêm no nosso bem mais precioso, que são nossos filhos. Mas pode atirar pedra que eu vou fazendo um caminho maravilhoso, vou pavimentando para várias mulheres aqui passarem (Bolsonaro, 2024)¹⁶.

Para reforçar a unidade dos valores conservadores, o partido ainda investe na educação da sua base através da Academia de Direita, site¹⁷ que educa eleitores, militantes e potenciais lideranças. Na descrição sobre a Academia, o PL já deixa claro os seus valores e como a troca de conhecimento pode ser amigável. A estratégia inclui uma experiência de visualização envolvente, com layout inspirado em serviços de streaming. Para o PL Mulher, as cores são delicadas, remetendo ao universo que consideram como feminino. Políticos conservadores de destaque, como Nikolas Ferreira¹⁸, por exemplo, já utilizam esse formato de treinamentos para a base envolvendo, inclusive, monetização.

13 Em seu trabalho, Trotti e Lowenkron (2023) apresentam referências que trazem um panorama sobre a origem da expressão “ideologia de gênero”.

14 https://www.youtube.com/watch?v=u07ou_PbiKo. (Acesso em: 12/02/2024)

15 <https://www.youtube.com/watch?v=adtQdN7W7Po>. (Acesso em: 27/03/2024).

16 BOLSONARO, Michelle. Discurso no Encontro Estadual do PL Mulher - Espírito Santo. Evento Encontro Estadual do PL Mulher no Espírito Santo, Vitória. 11 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zpfYZ9-xBc8>. (Acesso em: 12/02/2024)

17 <https://academiadireita.com.br/inicio/>. (Acesso em: 12/02/2024)

18 <https://www.nikolasferreira.com/patrono/>. (Acesso em: 12/02/2024)

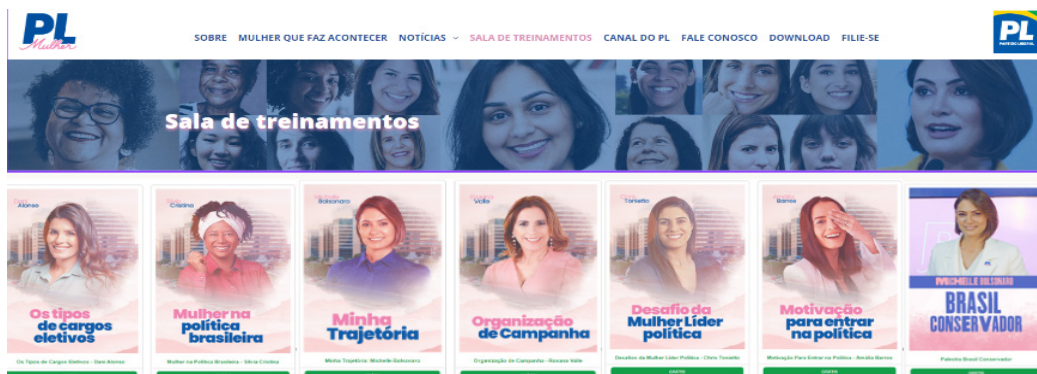


Figura 1. PL Mulher. Área de treinamentos. 2024. Disponível em: <https://academiadadireita.com.br/pl-mulher/> (Acesso em: 15/04/2024)

A extrema direita vem se destacando e conquistando lugares importantes na guerra de comunicação travada com a esquerda, nas redes sociais. Em um primeiro momento, a característica mais evidente foi a simplificação da produção de conteúdo e linguagem, sem uma preocupação com formatos. Atualmente, percebe-se uma clareza sobre o uso de recursos e plataformas digitais de maneira mais consciente.

No site da Academia da Direita Conservadora, são ofertados cursos (vídeo-aulas), divididos em cinco categorias, incluindo uma para a ala feminina do partido, o PL Mulher. Dentro do site do PL Mulher, existe um link direto para os cursos da Academia, intitulado: Sala de Treinamentos. Assim como nos *streamings*, para ter acesso aos cursos é necessário um cadastro, mas sem precisar de pagamento. Ainda, é necessário 100% de visualização em cada conteúdo para progredir e ter acesso a outras aulas, fidelizando a audiência.

Embora os títulos dos cursos evitem referências diretas ao feminismo, os conteúdos incluem narrativas contrárias ao feminismo, frequentemente validadas por argumentos religiosos e sensacionalistas para ressaltar o pânico moral, como no exemplo de uma fala da deputada federal Chris Tonietto (PL-RJ):

O que sempre me moveu foi a causa pró vida, a luta contra o aborto, a luta contra a ideologia de gênero. Eu costumo dizer que existe um pacote de satanás chamado cultura da morte. E o que pertence a esse pacote de satanás, por exemplo, essa cultura da morte? Ideologia de gênero, do aborto, a própria questão das drogas. Tudo isso faz parte de um processo de morte. Por exemplo, o aborto fere o direito natural mais basilar...a ideologia de gênero afronta a família secular, mater da sociedade, sem o qual se quer a sociedade existiria (Tonietto apud Academia Brasileira de Política Conservadora).

As redes sociais também fazem parte da estratégia do partido: o PL está presente no Facebook e no Instagram em perfis exclusivos para o público feminino. O Facebook conta com 5,6 mil seguidores e não é atualizado desde dezembro de 2023. Já o Instagram possui 110,5 mil seguidores e vem passando por transformações ao longo do último ano¹⁹.

Como os esforços do PL Mulher são direcionados para o Instagram, o foco da análise será para esta rede. Do início de 2023 a março de 2024, o perfil aumentou seu número de seguidores em cerca de 105%, com picos de crescimento em março de 2023, após Michelle assumir a presidência da ala feminina do partido.

O Instagram do PL Mulher passou por uma mudança de foco com Michelle Bolsonaro como presidente, destacando seu rosto em grande parte das publicações para dar ênfase ao seu protagonismo. O perfil evita temas de pânico social ligados ao feminismo, preferindo abordar causas como acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, embora ocasionalmente discuta temas feministas, especialmente relacionados à defesa das crianças, como o aborto.

A maternidade também aparece em um discurso de empoderamento feminino, dentro do perfil. Entretanto, é comum um formato de romantização:

Elas dão conta de tudo e de um pouco mais. Algo é humanamente impossível? Bota uma mãe para resolver, pra vê se não sai?! Se tem uma coisa que mãe sabe fazer, é dar conta de tudo. Conta dos filhos, conta da casa, conta do trabalho, conta de liderar e transformar a vida da população! (Partido Liberal, 2024)²⁰.

É perceptível o esforço do perfil em navegar em estratégias que são consideradas importantes no Instagram, tanto no objetivo de alcançar mais pessoas como também de otimizar o conteúdo para que esteja de acordo também com a lógica algorítmica: posts em colaboração com outros perfis (*collabs*), aproveitamento de formatos virais (*trends*) e trechos recortados de aparições em podcasts são frequentemente utilizados.

O partido também aposta em curiosidades sobre o casal Bolsonaro e brincadeiras entre Michelle Bolsonaro e outras figuras, ampliando a relação com os seguidores para além da comunicação política mais formal, convidando outras personalidades famosas da extrema direita.

19 Fonte: <https://www.comscore.com>. (Acesso em: 15/03/2024)

20 PL NACIONAL. Amor Incondicional, 14 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsOULKdMkRx> (Acesso em: 17/03/2024).

Além de Michelle Bolsonaro como a voz principal do PL Mulher, outras parlamentares do partido também se destacam, como a deputada estadual pelo estado de Santa Catarina Ana Campagnolo. Ela se apresenta como a autora da primeira obra antifeminista a ser publicada no Brasil: “Feminismo: Perversão e Subversão”, publicada pela Vide Editorial. Sua estratégia política inclui a divulgação de pensamentos conservadores focados em mulheres, por meio de veículos diversos.

Campagnolo aposta em plataformas educativas de formação teórica, incluindo a Livraria Campagnolo²¹, criada pela parlamentar, para ofertar obras conservadoras. Entre os títulos da biblioteca, ela mesma é autora de vários como “O mínimo sobre feminismo” e “Guia de bolso contra mentiras feministas”, deixando claro o seu compromisso em desacreditar o movimento. Além da opção por temas estratégicos para o conservadorismo brasileiro, há ainda na biblioteca os kits do “Clube Campagnolo” (com seleções feitas por ela com obras que são vendidas em conjunto) e indicação de autores considerados mentores, como Roger Scruton. Vale destacar que a seção destinada ao “Conservadorismo” apresenta 41 livros avulsos e 33 kits.

Os cursos on-line, também são uma estratégia da deputada. São divulgados por meio de suas contas oficiais., incluindo o projeto “Videoteca Campagnolo”²², sediado na plataforma digital Cursology, com assinaturas a partir de R\$19,90. A deputada desenvolve cursos desse tipo há anos, afirmando já ter alcançado mais de 15 mil alunos, de acordo com texto de apresentação da própria plataforma.

Chama atenção como o campo conservador tem investido nessas estratégias de educação política a partir da produção de conteúdo, simulando plataformas de ensino e de streaming, mostrando atenção aos formatos atuais de consumo. Para além da iniciativa de Campagnolo, há outras ativas nas redes, como os conteúdos do Brasil Paralelo e da Epoch Times TV. Por outro lado, não se observa essa estratégia no campo progressista.

Além das ações de formação teórica voltadas para o ambiente digital, Ana Campagnolo também aposta na realização de eventos presenciais, como o 1º Congresso Antifeminista de Santa Catarina, junto a outras mulheres conservadoras: Patthy Silva, Pietra Bertolazzi e Cris Corrêa.

É importante destacar que Campagnolo organizou o evento em um lugar público, no auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 8 de março de 2024, Dia Internacional da Mulher, destacando Antonieta de Barros como exemplo de catarinense não feminista, que defendia valores

21 Ver: <https://livrariacampagnolo.com.br> (Acesso em: 15/04/2024).

22 Ver: <https://www.cursology.com.br/curso/videoteca>. (Acesso em: 15 abr. 2024).

cristãos, sendo a primeira mulher negra a ser deputada no Brasil. Além da estratégia repleta de simbolismos, ela ressalta também o papel da Igreja na criação de instituições que teriam beneficiado mulheres, como universidades cristãs, ligando sua defesa das mulheres à propagação da fé e à busca por um cristianismo aliado à igualdade de gênero.

Sua atuação presencial ainda é muito concentrada em seu estado, Santa Catarina, devido ao seu cargo estadual. Contudo, ela expande seu alcance nacionalmente através do ambiente digital, oferecendo conteúdos para formação de mulheres conservadoras alinhados às estratégias de seu partido.

MULHERES DO PSOL: ABORDAGEM INTERSECCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Em contrapartida ao PL Mulher, tem-se a Setorial Nacional de Mulheres do PSOL²³, um espaço de auto-organização das mulheres filiadas ao partido em todo território nacional, a partir das pautas feministas de mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, ribeirinhas, PCDs, trans, lésbicas e bissexuais, criando um diálogo entre o partido, movimentos sociais e feministas. Sendo assim, a principal característica do feminismo do partido é o reconhecimento de que opressões de gênero estão intrinsecamente ligadas a outras formas de opressão, como classe social, raça, orientação sexual e identidade de gênero. Dessa maneira, ele amplia suas propostas políticas, visando justiça social em um sentido mais amplo, indo além da igualdade de gênero e do feminismo hegemônico que ignora a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. O termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) aparece em várias diretrizes publicadas pelo partido, mostrando sua defesa da importância de uma perspectiva interseccional²⁴ (Lugones, 2020).

Ao contrário do PL, que evidencia uma coesão muito eficiente de discurso narrativo sobre a mulher feminina e não feminista, o PSOL adota o feminismo, ainda que enfrente desafios, por ser um partido com diferentes correntes. Diante da íntima relação do PSOL com o tema e desse descompasso, pode-se apontar estratégias do partido para a comunicação para o feminismo.

Das figuras notórias do partido, uma liderança que inspira forte identificação com segmentos do público é a vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, cuja defesa dos direitos humanos e foco nos problemas das

²³ <https://psol50.org.br/setoriais/mulheres-do-psol/>. (Acesso em: 12/02/2024)

²⁴ Como exemplo, ver documento que contém as Diretrizes Programáticas da Federação PSOL e Rede. Disponível em: <https://psol50.org.br/file/2022/06/DIRETRIZES-PROGRAMATICAS-FEDERACAO-PSOL-E-REDE.pdf>. (Acesso em: 26/06/2024)

mulheres a tornaram um símbolo global. Seu legado influenciou o movimento “Eu voto em Negra” nas eleições municipais de 2020, destacando questões centrais para o PSOL, a partir da sua história de vida. Como mulher negra, lésbica e moradora da Favela da Maré, tornou-se uma figura de referência para as mulheres de esquerda. Seu nome, no entanto, é alvo de difamação, evidenciando uma clara disputa narrativa e embate com a extrema direita desde antes da sua morte.

Hoje, outras representantes são fortes, como Erika Hilton ou Sâmia Bomfim, por exemplo. Entretanto, estão longe de serem figuras unificadoras para o PSOL, como Michelle Bolsonaro é para o Partido Liberal.

Em 2023, a historiadora, professora e feminista Paula Coradi foi eleita a nova presidenta do partido, com 67% dos votos dos 451 delegados e permanecerá no cargo até 2026. Contudo, ela não possui o mesmo nível de reconhecimento público que Michelle Bolsonaro, que se beneficiou de sua posição anterior como primeira-dama do país. Coradi, inclusive, enfrentou embates entre as diferentes correntes da legenda em sua nomeação.

O PSOL mantém uma estratégia de formação em algumas frentes e é um importante ponto de comparação com os formatos utilizados pela extrema direita. A primeira dessas frentes é a Escola de Formação Política Sementes de Marielle, que desde 2020 visa capacitar e educar jovens, especialmente de comunidades marginalizadas, para se tornarem agentes de mudança em seus próprios territórios, seguindo o legado de Marielle Franco.

A atuação envolve cursos e workshops através de uma variedade de tópicos relacionados à política, direitos humanos e outros temas relevantes. Atualmente, o site do Mulheres do PSOL, que divulga a Escola, oferta o “Curso de capacitação política para as pré-candidaturas de mulheres do PSOL para as Eleições Municipais de 2024” e inclui plantões de atendimento voltados para o aprendizado. O partido também realiza palestras, debates e oferece experiências práticas como estágios políticos, voluntariado em campanhas eleitorais e trabalho comunitário, além de programas de mentoria para desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes.

Em iniciativa mais recente, o PSOL lançou a plataforma “Direito ao Futuro”²⁵, com cursos práticos sobre gestão, orçamento e políticas públicas; jurídico eleitoral; comunicação e marketing eleitoral; e contabilidade eleitoral. Os cursos, voltados para candidatos, contém videoaulas curtas e uma interface semelhante a uma plataforma de cursos, exigindo inscrição para acesso e oferecendo certificados de formação. A plataforma inclui elementos visuais como lettering para guiar o

25 <https://direitoaofuturo.com.br/>. (Acesso em:15/04/2024)

aprendizado e uma ementa clara. É possível também identificar no rodapé do site uma área que leva para a inscrição na Escola de Formação Política Sementes de Marielle, que não fica no mesmo site (é sediada no site Mulheres do PSOL).



Figura 2. Print Screen da plataforma Direito ao Futuro. Área de Cursos. 2024. Disponível em: <https://direitoaofuturo.com.br/cursos> (Acesso em: 15/04/2024)

A plataforma “Direito ao Futuro” busca unificar a educação digital do partido, mas há uma falta de integração prática entre o PSOL e seus programas de formação. Ao comparar os cabeçalhos dos sites do PSOL e do PL, nota-se que o PSOL não possui uma seção dedicada para arquivamento de cursos ou palestras, ao contrário da Academia Conservadora do PL e do PL Mulher. A “Direito ao Futuro” é apresentada como um banner temporário que direciona para uma plataforma de cursos fora do site principal do PSOL, com uma interface diferente do Mulheres do PSOL, causando uma sensação de descentralização e dificultando a percepção de unidade entre as iniciativas educacionais do partido.



Figura 11. Print Screen da plataforma do PSOL, 2024. Disponível em: <https://psol50.org.br> (Acesso em: 15/04/2024)

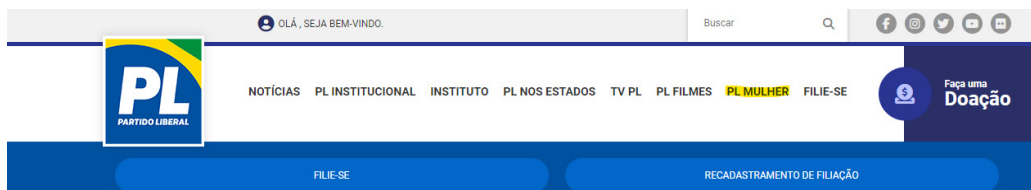


Figura 3. Print Screen da plataforma do PL, 2024. Disponível em: <https://partidoliberal.org.br> (Acesso em: 15/04/2024)

Nas interfaces da ala feminina, tanto do Mulheres do PSOL quanto do PL Mulher, há uma identificação sobre educação e formação política. No primeiro, entretanto, essa área é uma inscrição para um curso que ainda acontecerá, não existe material já disponível para consumo imediato e nem um link que leve para a plataforma “Direito ao Futuro”.



Figura 4. Print Screen da plataforma Mulheres do PSOL, 2024. Disponível em: <https://mulheresdopsol.org.br> (Acesso em: 15/04/2024)



Figura 5. Print Screen da plataforma do PL Mulher, 2024. Disponível em: <https://plmulher.org.br> (Acesso em: 15/04/2024)

Como já foi evidenciado, uma forte estratégia do PL para a filiação de mulheres e propagação de discursos conservadores são os encontros frequentes, realizados em todos os estados. Não foi possível identificar estratégia similar com alta frequência no PSOL. Os congressos nacionais, bienais, do PSOL focam na eleição de direções partidárias, aprovação de resoluções e outros assuntos internos, não servindo como eventos frequentes de engajamento externo. Até mesmo no Instagram do Mulheres do PSOL, os destaques mostram principalmente atividades internas ou participação em atos não organizados pelo partido.

Também como estratégia digital, as redes sociais são um espaço importante, em que a capacidade de popularização das estratégias feministas pode ser ampliada. A ala feminina do PSOL está presente em mais plataformas que o PL Mulher: Facebook (16 mil seguidores), Instagram (21 mil seguidores), X (596 seguidores) e

Youtube (18 inscritos)²⁶. Para efeitos comparativos, o Instagram foi a rede escolhida para a observação estratégica e narrativa, já que é nela que o PL se destaca. Além disso, é a rede que se destaca em desempenho entre os perfis do Mulheres do PSOL.

O Instagram do Mulheres do PSOL²⁷ é a plataforma mais popular entre as específicas para mulheres no partido, trazendo em seus destaques pautas como a legalização do aborto e o caso Marielle Franco, temas frequentemente associados ao pânico moral para a população média e que entra em confronto direto com as pautas da extrema direita. As melhores performances²⁸ do perfil envolvem Marielle Franco, ataques diretos ao Bolsonaro, uso de *trends* e falas da deputada Erika Hilton ou da deputada Sâmia Bomfim. A estratégia é conectar diversas pautas com o feminismo, como o autismo e racismo ambiental, por exemplo.

O que é relevante apontar é o pouco uso do recurso de “*collab*” disponibilizado nesta rede, que poderia unir os públicos das figuras fortes do PSOL, atraindo-os também para o perfil oficial do partido. As publicações trazem, em geral, o endereço da pessoa que está em destaque, mas essa estratégia apenas dá visibilidade a esses nomes, sem possibilitar o intercâmbio entre os públicos dos diferentes perfis, algo muito comum na estratégia digital do Partido Liberal.

Erika Hilton é um nome do PSOL que tem se destacado nas redes sociais: ela saiu de 532 mil para 2 milhões e 110 mil seguidores, aproximadamente, entre 01 de janeiro de 2023 e 01 de março de 2024²⁹. Sua audiência cresceu cerca de 296% no período, um reflexo de suas estratégias digitais e da visibilidade ainda maior que ganhou ao se tornar Deputada Federal. A parlamentar possui uma visão sobre a política que contraria o senso comum de que o político está apenas em espaços institucionais, como o Congresso.

Em diversas falas, Erika Hilton ressalta seu interesse em trazer para perto pessoas que estão distantes da política, pautando a ideia de que a vida de cada uma delas é política. Por exemplo, em um post intitulado “UMA OUTRA POLÍTICA É POSSÍVEL”³⁰, ela defende que, historicamente, a política foi construída de forma a excluir parcelas da população das esferas de decisão:

26 Fonte: <https://www.comscore.com/> (Acesso em: 24/04/2024)

27 <https://www.instagram.com/mulheresdopsol> (Acesso em: 24/04/2024)

28 Fonte: <https://www.fanpagekarma.com/>. Dado inferido pela comparação de engajamento (comentários, likes, compartilhamentos). Período: 25/01/2024 a 25/04/2024. (Acesso em: 25/04/2024)

29 Período de monitoramento: 01/01/2023 a 01/03/2024. Fonte: <https://www.comscore.com/> (Acesso em: 27/04/2024).

30 https://www.instagram.com/reel/C4iQ_Gng3mP (Acesso em: 24/03/2024)

Eu tenho trabalhado arduamente para que as pessoas entendam que a política é a vida delas, isso eu tenho feito e tenho tentado trazer cada vez mais a comunidade. As pessoas que sempre foram distanciadas da política para que elas percebam: política não é gabinete, política não é mandato, política não é o parlamento apenas. Política é a vida, é o dia, é o bairro, é o transporte, é a educação, é a saúde, é o direito ao nome, a cidadania, ao reconhecimento dos seus direitos, a não violência... isso é política e você precisa brigar por isso, tendo você ou não um mandato. Você precisa entender quais são os limites, aonde recorrer, em quem votar, porque votar, como acompanhar (Hilton, 2024)³¹.

A deputada trabalha com uma espécie de dicotomia, chamando de “velha guarda” quem reduz a política à esfera institucional, defendendo que essas pessoas estão presas “à velha forma de fazer política”³². Em contraposição a isso, ela afirma que possui “como função e propósito tornar a política pop”.

Sua forma de fazer política para pessoas que foram excluídas devido a problemas estruturais: a população negra e a comunidade LGBTQIAPN+, por exemplo. Nesse sentido, seu público são as pessoas da “vida real”, que sofrem com as piores mazelas e que possuem dificuldade de entender que a política também é para elas. Nas redes sociais, ela aplica essa estratégia a partir da construção de um perfil que se diferencia do que é tradicional em contas de figuras políticas: as publicações não se resumem a notícias sobre seu mandato ou vídeos de seus discursos em espaços institucionais.

Além dos posts focados na política institucional, ela também aparece em capas de revista, como atração de podcasts variados, em fotos exibindo seu estilo, incorporando cantoras famosas como Beyoncé (com quem costuma ser muito comparada, pela semelhança física) e em momentos descontraídos com família, namorado e amigos. Outro aspecto que chama atenção é sua habilidade em aproveitar momentos chave da conjuntura para conquistar novos segmentos da audiência, por exemplo, quando trouxe a pauta de defesa dos direitos do consumidor durante a venda de ingressos para a turnê de Taylor Swift no Brasil³³.

31 Trecho retirado de sua participação no podcast “De Fora Pra Dentro”, postado em seu perfil no dia 15 de março de 2024 [Vídeo]. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C4iQ_Gng3mP (Acesso em: 24/03/2024)

32 Consultar trechos da sua participação no podcast “Quem Conta Um Conto”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2I5lLLgpc9> (Acesso em: 24/03/2024).

33 <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/noticia/2023/06/taylor-swift-deputada-erika-hilton-pediu-a-ministerio-publico-para-investigar-venda-de-ingressos.ghtml> (Acesso em: 24/03/2024).

Na internet, os seus apoiadores demonstram apoio e admiração em forma de bordões e memes, como “Jamais tolerarei” e “Deputada Erika resolverá isso”, que surgiram a partir do engajamento de sua audiência. Cabe destacar que Hilton costuma participar das brincadeiras feitas pelos seus apoiadores. A relação deles com ela lembra a de um fã com seu objeto de idolatria. Tornou-se comum encontrar comentários que a chamam de “minha presidenta”, mostrando a expectativa deles a respeito de seus próximos passos na política.

No entanto, quando se volta à análise para suas colaborações com perfis cujo público extrapola o perfil de sua base de apoio, nota-se que ela ainda enfrenta forte rejeição, especialmente, por ataques que rejeitam sua legitimidade em representar as mulheres. Um exemplo foi uma publicação³⁴ que noticiou sua presença na capa da revista *Ela*, do *Jornal O Globo*, em celebração ao dia 08 de março de 2024. Enquanto Erika Hilton defendia uma perspectiva de feminismo plural, capaz de trazer união e abarcar diferentes pautas, ela foi alvo de comentários transfóbicos, que demonstravam rejeição ao protagonismo que ganhou na data.

Quando afirma que uma “outra política é possível”, Hilton projeta um futuro que seria concretizado a partir de conscientização e luta, argumentando que o cenário de exclusão na política pode ser transformado. Apesar dos desafios que enfrenta, a parlamentar parece ser uma figura que poderia ser impulsionada com o objetivo de aglutinar o público em torno dos ideais de seu partido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, nota-se que o Partido Liberal possui uma estratégia estruturada e incisiva quando se trata do objetivo de atrair a participação política de mulheres, a partir de seu setorial dedicado a elas. O PL Mulher é liderado por Michelle Bolsonaro, que traz seu capital político para o projeto, sendo a principal porta-voz dessa visão do que é ser mulher e do feminino segundo a ótica conservadora da legenda. Devido a isso, ela aparece com destaque em publicações do perfil do partido nas redes, participa de programas eleitorais televisivos e faz discursos durante os inúmeros eventos da ala, que acontecem em diferentes estados do Brasil de forma frequente, atraindo um público expressivo.

O partido investe também na formação de seus apoiadores, apresentando iniciativas como a Academia Conservadora, que possui conteúdos sobre mulheres na política e traz outras figuras políticas como Silvia Cristina (RO-PL). Suas lideranças também desenvolvem carreira solo na produção de conteúdo, apostando

34 <https://www.instagram.com/p/C4DLsmrOgD5/> (Acesso em: 24/03/2024).

no uso de plataformas digitais para angariar novos seguidores e espalhar seus princípios reacionários. É o caso de Ana Campagnolo (PL-SC), que atua em diferentes frentes, apostando em produtos que variam de livros até videoaulas.

Assim, observa-se como a legenda está desenvolvendo mecanismos para atrair mulheres para a política, buscando oferecer contrapontos a um ideário associado à esquerda com o qual elas poderiam se identificar. Do lado progressista, as iniciativas são mais dispersas, sem uma figura unificadora como a ex-primeira-dama. Apesar do partido oferecer uma plataforma de cursos, nota-se que eles são mais práticos e objetivos, voltados para quem está na corrida eleitoral. Chamou atenção também como não há um foco em mulheres, sem conteúdos dedicados a temáticas caras à participação feminina na política.

Notou-se que a atuação digital de Erika Hilton está se destacando entre os nomes do PSOL. Em 2024, ela assumiu a liderança do partido na Câmara, sendo indicada com unanimidade e quebrando mais um recorde: a primeira pessoa trans a comandar uma bancada na casa legislativa³⁵. Sua estratégia nas redes chama atenção, especialmente, na relação que constrói com o público jovem e progressista, bem como com os grupos alinhados a suas pautas principais. Mas, sua presença em espaços mais amplos ainda é recebida com hostilidade, o que gera um desafio para que ela se torne uma figura unificadora.

Além disso, a visão comparativa entre os campos permitiu a observação da disputa narrativa envolvida nos significados de diversos aspectos importantes para a discussão sobre gênero, como feminismo, o que é ser mulher e os papéis sociais. Analisando conteúdos distribuídos por bolsonaristas no ambiente digital, Cesarino (2020) indicou como a estratégia da extrema direita envolvia uma apropriação de expressões do campo adversário, realizando um trabalho de inversão dos enunciados. Por exemplo, ela apresenta um *print* em que uma das peças traz o slogan: “Lute como uma garota”, acompanhado de fotos de parlamentares conservadoras e antifeministas como Carla Zambelli.

Quando examinamos os discursos de representantes do PL Mulher, percebe-se a reprodução dessa tática quando se trata de termos caros ao feminismo, muito propagados pela esquerda. É o caso do empoderamento que, por exemplo, é esvaziado do seu conteúdo de questionamento do *status quo* e da situação desigual vivida por mulheres, para se transformar em um novo significante, alinhado aos princípios da extrema direita.

35 https://cultura.uol.com.br/noticias/64529_deputada-erika-hilton-se-torna-primeira-mulher-trans-da-historia-a-comandar-bancada-no-congresso.html. (Acesso em:24/03/2024)

Nesse sentido, é importante ressaltar como as mulheres têm sido uma parcela do eleitorado muito disputada pelos atores políticos, de diferentes posicionamentos no espectro ideológico. Todavia, quando fazemos uma análise comparativa, nota-se que eles adotam estratégias distintas, que informam sobre outros embates na arena pública, por exemplo, conceitos centrais para o feminismo como o que significa ser mulher.

No que diz respeito ao conteúdo da análise, há uma limitação do artigo em relação ao tamanho da amostra utilizada, que pode ser considerada reduzida. Entretanto, acreditamos que tais limitações não afetam a discussão proposta neste artigo, deixando espaço para futuras análises do tema, que englobem outras pautas e plataformas comunicacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE POLÍTICA CONSERVADORA. *Palestra “Desafio da Mulher Líder Política”*. Disponível em: <https://academiadadireita.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BERNARDES, Cristiane Brum; FONTES, Giulia Sbaraini; SARMENTO, Rayza (2023). Discursos de deputadas federais sobre mulheres: espaço institucional e mídias sociais. *Revista Estudos Feministas*, Seção Temática Feminismos: atuação em rede, crise democrática e possibilidades futuras, v. 31, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cNxMNhtGbpPDNMtJbMyVCsy/>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CESARINO, Leticia (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2020, p. 91-120. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso: 15 jan. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, pp. 171-188, Ano 10, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso: 15 jan. 2024.
- GATTO, Malu; THOMÉ, Débora. *+Representatividade: relatório*. São Paulo: Instituto Update, 2024.
- LUGONES, María. “Colonialidade e gênero”. In: HOLANDA, H. B. de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. p. 56-91.

- MILLER-IDRISS, Cynthia; PILKINGTON, Hilary (2019). *Gender and the Radical and Extreme Right*. Routledge, 2019.
- PEDREIRA, Beatriz Della Costa; ROCHA, Camila; SOLANO; Esther (Orgs) (2022). *Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Instituto Update, 2022.
- ROQUE, Isabel. Organização da classe trabalhadora digital em Portugal durante a pandemia de Covid-19. *Sociedade e Estado*, v. 38, n. 1, jan-abril 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/vFFqxDGN49dfpMBHNp8FFD/?lang=en#>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 21, pp. 01 - 81, 2003. Disponível em: <https://encr.pw/Xu7Qo>. Acesso em: 12/02/2024.
- SCOTT, Joan. “*Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.*” Tradução (para o português) de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.
- SOLANO, Esther; ROCHA; Camila, SENDRETTI, Lilian. MULHERES DE EXTREMA-DIREITA: empoderamento feminino e valorização moral da mulher. *Caderno CRH*, Salvador, v. 36, p. 1-16, e02304, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/55443>. Acesso: 15 jan. 2024.
- TOTTI, Bárbara Araújo; LOWENKRON, Laura (2023). Pânicos morais, sexualidade e infância: A fabricação do “kit gay” como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 39, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/vFFqxDGN49dfpMBHNp8FFD/?lang=en#>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Gênero e raça como marcadores sociais de desigualdades na representação política: um estudo sobre a participação de mulheres e mulheres negras na política institucional no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha-MG¹

Gender and race as social markers of inequalities in political representation: a study on the participation of women and black women in institutional politics in the North of Minas Gerais and Vale do Jequitinhonha-MG

Idalécia Soares Correia^a, Claudia Luz de Oliveira^b,
Maria da Luz Alves Ferreira^c, Maria Railma Alves^d

Resumo Este artigo aborda a representação política das mulheres das mesorregiões Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, compostas por 140 municípios mineiros. O objetivo é investigar a desigualdade na representação política, considerando variáveis como gênero e raça/cor. Trata-se de um estudo quantitativo que utiliza estatísticas descritivas. A coleta de dados foi realizada no *site* do Tribunal Superior Eleitoral – Portal de Dados Abertos. Os dados foram analisados comparando os resultados de cada mesorregião com os dados das eleições municipais do Brasil. Foi possível observar as discrepâncias entre as regiões e constatar que o desafio da sub-representação das mulheres no Vale do Jequitinhonha é mais acentuado em comparação com o contexto de sub-representação das mulheres em todo o Brasil.

Palavras-chave Gênero. Representação. Mulheres. Negras. Raça.

Abstract *This article deals with the political representation of women in the northern mesoregions of Minas Gerais - MG and Vale do Jequitinhonha - MG, comprised of 140 municipalities. The objective is to investigate the phenomenon of inequality*

a UNIMONTES. E-mail (utilizado no cadastro no sistema): idalecia.correia@unimontes.br

b UNIMONTES. E-mail (utilizado no cadastro no sistema): claudia.oliveira@unimontes.br

c UNIMONTES. E-mail (utilizado no cadastro no sistema): maria.ferreira@unimontes.br

d Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail (utilizado no cadastro no sistema): maria.railma@unimontes.br

1 Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, número do projeto APQ02788-21.

in political representation expressed through the gender and race/color variables. This is a quantitative work using descriptive statistics. Data collection took place on the Superior Electoral Court website—Open data portal. The data is analyzed by comparing the results of each region with data from municipal elections in Brazil. One may observe the differences between the regions and how much the scenario of underrepresentation of women in the Jequitinhonha Valley is more challenging than the context of underrepresentation of women in Brazil.

Keywords Gender. Representation. Women. Black. Race.

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre desigualdades e estratificação social frequentemente destacam que o Brasil é um país marcado por disparidades sociais, políticas e econômicas, entre outras. Essas diferenças são particularmente evidentes ao considerarmos a diversidade regional brasileira. Nesse contexto, nos dedicamos a investigar o fenômeno da desigualdade expressa em raça/cor e gênero em interface com a representação política nas mesorregiões Norte de Minas e do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Metodologicamente, o desenho da pesquisa contempla duas perspectivas, a quantitativa e a qualitativa. A primeira está centrada na coleta e análise dos dados quantitativos relativos às instituições representativas, executivo e legislativo municipais das regiões contempladas no estudo. A segunda mobiliza, entre outros aspectos, elementos simbólicos em espaços de participação formais e informais. Essa combinação de distintas abordagens metodológicas é denominada por Silva (2018) como método misto. Na pesquisa, propusemos articular esses dois enfoques, concentrando-nos inicialmente nas candidaturas e nos resultados eleitorais, e posteriormente, na análise das percepções das mulheres envolvidas em instituições participativas, movimentos sociais e políticos da área de abrangência do estudo. Neste artigo, apresentamos os resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa.

Esse percurso metodológico nos leva a empregar, inicialmente, instrumentos das abordagens quantitativas e, posteriormente, qualitativas. Descrevemos os principais aspectos da pesquisa para esclarecer nossa concepção sobre a interpretação dos fenômenos em foco, que englobam tanto a análise quantitativa advinda do processo eleitoral quanto os significados que esses fenômenos assumem para os sujeitos sociais, particularmente as mulheres inseridas em movimentos sociais e

políticos. Os dados quantitativos² relativos às duas mesorregiões foram coletados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Portal de Dados Abertos.

Esse esclarecimento se faz necessário quando nos alinhamos à perspectiva de que as eleições são fundamentais para as sociedades democráticas, mas não são suficientes para reduzir ou eliminar o problema da exclusão e das desigualdades sociais e políticas. Nosso argumento central é que abordar as candidaturas e mulheres eleitas nos municípios/regiões amplia nossa compreensão sobre as realidades regionais, especialmente quando os resultados são comparados com os dados agregados para o Brasil.

Na primeira parte da pesquisa, cujos resultados preliminares apresentamos neste artigo, operacionalizamos as variáveis: raça/cor, gênero, candidaturas e eleitos/eleitas para os cargos do executivo e legislativo. O objetivo é, ao apresentar o perfil das candidaturas e eleitos/eleitas, analisar as desigualdades que permeiam a representação política com base nas variáveis mencionadas. Os recortes temporais se concentram nas eleições municipais de 2016 e 2020. Na segunda parte do estudo, que será tema de publicações posteriores, abordaremos a percepção das mulheres sobre o fenômeno da representação política, sendo basilares seus contextos de vida nos municípios onde residem e atuam politicamente. Participam da pesquisa mulheres que militam em movimentos sociopolíticos e que se candidataram ou foram eleitas para a chefia do executivo ou para a vereança. As percepções dessas mulheres estão sendo apreendidas por meio da realização de grupos focais e entrevistas semiestruturadas.

CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTUDO

O estudo abrange um total de 140 municípios, sendo 89 do Norte de Minas e 51 do Vale do Jequitinhonha. Ambas as regiões são estigmatizadas no estado de Minas Gerais e no país como lugares de extrema pobreza, o que, em grande medida, é corroborado pela análise de indicadores socioeconômicos. Todavia, diferentemente dessa perspectiva, o Vale do Jequitinhonha é reconhecido como polo cultural de Minas Gerais, apresentando diversas manifestações que incorporam traços das culturas indígena e negra. Assim, entre uma visão negativa de “Vale da

2 A pesquisa em tela adotou duas orientações para análise dos dados. Primeiro momento: seguimos orientações das categorias e/ou quesito cor ou raça adotado pelo IBGE (branco, pardo, preto, amarelo e indígena). No segundo momento, os dados para análises da categoria NEGRA/O foram estruturados a partir do Estatuto da Igualdade Racial que assim orienta: TÍTULO I Disposições Preliminares. Art. 10 (...) Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se: IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga; (Lei no 12.288 de 20 de julho de 2010)

Miséria” e uma que destaca positivamente seus valores, para além de indicadores econômicos e sociais, a região é intitulada “Vale da Riqueza” ou “Vale da Cultura” (Jorge, 2022).

O Norte de Minas, mesmo diante de uma perspectiva econômica desfavorável, quando observado de maneira mais detalhada, revela diferenças muito significativas entre municípios, variando desde extrema pobreza até índices medianos de qualidade de vida da população. Um aspecto que merece destaque é a existência de conflitos, seculares, relacionados à luta por terras e direitos, bem como à manutenção de modos específicos de vida. Essa região é profundamente marcada pelo fenômeno do coronelismo, que, no final do século XIX e início do século XX, estabeleceu relações de poder e de submissão dos trabalhadores, predominantemente rurais (Dayrell, 2019). Essa forma de relação ainda deixa resquícios nas dinâmicas políticas atuais.

Essas observações, juntamente com as realidades observadas em Minas Gerais e amplamente divulgadas, nos motivam a investigar e elucidar as possíveis singularidades regionais, aqui restritas ao norte do estado e ao Vale do Jequitinhonha, relacionadas ao componente racial, de gênero e à representação política.

Representação política

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o debate acerca do funcionamento das instituições políticas ganhou destaque nas ciências sociais, especialmente na produção da ciência política. O novo cenário institucional trouxe consigo instrumentos que favorecem a participação social e política e, ao longo do tempo, demonstra potencialidade para dinamizar a sociedade brasileira. Nos anos 2000, em meio ao clima de otimismo com a perspectiva de consolidação da democracia no país, vários analistas começaram a voltar sua atenção tanto para as inovações institucionais que tornam a sociedade mais democrática, ao incorporar os cidadãos aos processos decisórios em todas as esferas de governo, quanto para os elementos que dificultam o avanço do processo democrático, incluindo elementos que permeiam a trajetória da sociedade brasileira, como a desigualdade (Almeida, 2014, p. 97; Carvalho, 2007).

Esses autores reconhecem que as práticas enraizadas na sociedade e em nossa cultura política persistem e podem resultar em déficits de democracia. Como aponta Biroli (2020), a partir da segunda metade do século XX, a sub-representação política das mulheres passou a ser vista como um déficit dos regimes democráticos e não mais uma manifestação de desinteresse das mulheres pela política. Além disso, para essa autora, a sub-representação feminina reflete o racismo e sexismo presentes na cultura brasileira.

Encontramos na literatura da ciência política e da sociologia política esforços para compreender e explicitar a dinâmica que produz os resultados de sub-representação observados. Voltando para o sistema político brasileiro, Santos (1998) apresenta uma contribuição fundamental. Ao aplicar o modelo dahlsiano³ de poliarquia ao caso brasileiro, esse autor afirma a necessidade de introduzir mais uma dimensão ao modelo – a elegibilidade. Da mesma forma que a ampliação do sufrágio era fundamental para o restabelecimento da democracia, ampliar as possibilidades de que os cidadãos tivessem chances, as mais iguais possíveis de se elegerem, tornou-se um grande desafio. Entretanto, é importante lembrar que na democracia liberal as chances eleitorais dos candidatos não estão somente vinculadas à igualdade formal. Na realidade, a elegibilidade de pessoas negras, e especialmente das mulheres, continua a ser um importante problema no país, e sobre esse segmento, majoritário na sociedade brasileira, observam-se muitos marcadores de desigualdades⁴. Aqui mobilizaremos gênero e raça interseccionados com representação política.

Essa preocupação com a representação das mulheres na política institucional encontra aporte nas reflexões sobre os instrumentos e as dinâmicas que asseguram a diversidade que caracteriza a sociedade. Nessa que se pretende democrática, a mulher deve estar representada nas instâncias de poder e nos processos decisórios, com condições de participar plenamente de todas as dinâmicas dos espaços de poder. No contexto brasileiro, as mulheres representam o maior segmento da população, inclusive do eleitorado. No censo demográfico de 2022 aponta que no Brasil as mulheres são 51,5% da população.

A partir das contribuições dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos de negros e mulheres negras, e principalmente feministas, assim como das pesquisas sobre esses temas nas universidades, a agenda das ciências sociais brasileira, em sintonia com a produção internacional, tem incluído com peso significativo a preocupação com aspectos demográficos e simbólicos, ou seja, os

3 A referência ao modelo dahlsiano se refere a proposta de Robert Dahl (1997) de analisar o processo de poliarquização a partir da convergência de dois eixos: liberalização e participação. O primeiro se refere à institucionalização das regras, à criação de uma ordem política íntegra, e a segunda ao usufruto real do direito instituído. DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

4 Adotamos para fins da análise o tema das desigualdades contemporâneas. O Capítulo I *Historical Perspectives on Inequality* de Charles Tilly que compõe O livro *The Blackwell Companion to Social Inequalities - Edited by Mary Romero and Eric Margolis* (2005) serviu de alicerce para dar relevo à temática. O autor em destaque chama atenção para a multidimensionalidade intrínseca ao campo das desigualdades. O realce dado diz respeito às Desigualdades Categorias, dentre elas: gênero, idade, raça, etnia, classe social, nível educacional, nacionalidade, identidade cultural, etc.

que conferem significados aos fenômenos. A inclusão dessas novas variáveis e categorias analíticas permite uma investigação de forma mais aprofundada dos elementos que permeiam as relações sociais e são profícuos não somente para a produção de conhecimentos, mas também para orientar as ações e lutas pela inclusão das mulheres na política.

Até o momento, os resultados dessas pesquisas têm gerado importantes conhecimentos sobre a sociedade e a política brasileira, ampliando consideravelmente o leque de questões a serem exploradas. No âmbito da produção de conhecimentos, têm-se fortalecido metodologias para mensuração e combinação de variáveis, visando revelar as desigualdades raciais e suas manifestações na política brasileira, especialmente entre brancos e não brancos, uma vez que os últimos estão sub-representados na política (Campos; Machado, 2015, p. 123), e na dimensão de gênero, como afirmam as estudiosas de gênero e feministas ao abordarem a sub-representação das mulheres na política (Mota; Biroli, 2014, p. 226).

O movimento feminista, tanto em diversos países quanto no Brasil, contribuiu para o questionamento das normas e padrões sociais vigentes e mantém uma forte atuação na conquista de direitos políticos que não se esgotam no voto. Por isso, investe consideravelmente para que as mulheres sejam incentivadas a participar da política e ocupar cargos de poder, até então reservados, predominantemente, para os homens (Matos; Cortês, 2010, p.29-31). Matos (2011), ao fazer um balanço teórico sobre a sub-representação das mulheres chama atenção para as críticas das teorias femininas aos teóricos liberais nas suas várias vertentes e aponta as mudanças de perspectivas que imprimem ao conhecimento científico. Essa autora vê como um dos pontos centrais dessas reflexões a problematização da categoria igualdade tomada como princípio abstrato e universal. Em Matos (2011) encontramos um apelo teórico de autoras como Fraser e Young para revisão da concepção de democracia para além do marco liberal, revisando e reestruturando as bases das reflexões acerca da justiça social trabalhando com os três pilares ou 3 Rs, a saber: a redistribuição, o reconhecimento e a representação política. A autora mencionada por Matos na temática da representação política é a feminista Anne Phillips. No seio da discussão da representação política, Phillips (2001) enfrentou o debate e enfatizou a política de presença em detrimento da política de ideias. A ênfase é na centralidade das mulheres terem acesso à esfera política, mulheres se auto representando, e não outros sujeitos políticos. No diálogo que estabelece com a literatura sobre representação política, Phillips (2001) considera válido o argumento da *accountability* – ideia de prestação de contas- defendida pelos autores que operam com a perspectiva da política de ideias. Mas a presença na

política de parcelas da população excluídas é tratada por essa autora como sendo fundamental. O contrário significa a existência de um déficit democrático. Nessa mesma direção, Araújo (2016) associa a presença de mulheres na política institucional como um dos indicadores da qualidade da democracia. De forma consistente, essa autora demonstra como a questão da participação, incluindo a representação política ou a presença das mulheres na política é um fenômeno multicausal. Na revisão de literatura que desenvolve Araújo (2016) insere autores que afirmam e a autora corrobora que a inserção política de mulheres é afetada por variáveis socioeconômicas, destacando os papéis de gênero desenvolvidos pelas mulheres, valores culturais e regras institucionais. Segundo Araújo (2016, p.39) dentre as manifestações das desigualdades de gênero, acessar a esfera de poder, em especial, o institucional tem se mostrado “amplas e recorrentes”. Daí a importância da investigação na dimensão das instituições, mas também da cultura política. Outra questão metodológica abordada por Araújo (2016) é a importância da comparação do Brasil com outros países, mas também comparações internas. Essa orientação é contemplada nesta pesquisa abordando regiões distantes das grandes metrópoles brasileiras e da própria capital do Estado.

O foco de interesse dos analistas que buscam problematizar as desigualdades raciais e de gênero está no acesso dessas pessoas aos centros decisórios de poder. Essa pesquisa contribui para explicitar como a sub-representação das mulheres, já problemática no Brasil, pode ser ainda mais aguda quando comparamos regiões dentro de um mesmo Estado, no caso em tela, no Estado de MG.

Entendemos que as dimensões institucionais, centradas no funcionamento das instituições e seus resultados, bem como a perspectiva voltada para as relações e segmentos sociais, são complementares, propiciando melhor compreensão da realidade, por nos permitirem perceber as interseccionalidades presentes nas reflexões sobre as desigualdades étnico-raciais, de gênero e política, mais especificamente entre as mulheres.

Aqui assumimos o conceito de interseccionalidade⁵ nas perspectivas de Davis (2016), Gonzales (2020) e Collins (2020), que utilizam a interseccionalidade como uma ferramenta metodológica para analisar as desigualdades de raça, gênero e classe, que na visão das autoras citadas não foram contempladas pelo feminismo branco. Para elas, apesar da importância do movimento feminista para várias

5 Como informamos, esse artigo apresenta dados da primeira fase de uma pesquisa que ainda está sendo executada. A interseccionalidade refere-se às variáveis gênero, raça/cor e representação política.

conquistas das mulheres, deixaram uma lacuna que foi pautada pelo feminismo negro.

Raça gênero classe social orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas. (Bairros , 1995, p. 461).

As assertivas seguintes nos levam a refletir sobre as duas últimas eleições para a Câmara dos Deputados e entender a sub-representação de mulheres no país para, posteriormente, abordarmos em nível municipal. O relatório de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre democracia e representação, coordenado por Barbieri e Ramos (2019), analisa as mudanças legais promovidas no Brasil, com vistas à ampliação da participação das mulheres na política por meio de uma política de cotas. De acordo com esse relatório, as cotas de gênero na política foram adotadas no Brasil em 1997, com a aprovação da Lei Federal n.º 9.504 (Lei das Eleições), que estabeleceu uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para candidaturas de cada sexo aos cargos de representação proporcional.

Apesar de ser um marco – e iniciativas sejam consideradas importantes, talvez por problemas de interpretações divergentes na observância da lei –, as constantes tentativas bem sucedidas dos partidos para contorná-las são fatores que explicitam que, embora possamos observar um crescimento da participação de mulheres na política, a elegibilidade das mulheres ainda é um elemento comprometedor da democracia brasileira, como demonstra esta citação:

Passadas mais de duas décadas, o Brasil ainda possui uma das piores taxas de presença de mulheres no Parlamento (eram apenas 51 e agora são 77 deputadas federais de um total de 513 membros da Câmara dos Deputados), ocupando a 133^a colocação do ranking da União Interparlamentar, de um total de 193 países. Nas Américas, o Brasil está entre os piores países em disparidade de gênero em câmaras baixas (FGV, 2019, p.13).

No tocante à legislação em relação às mulheres, a novidade adveio da determinação do TSE, em sua reunião de 25 de agosto de 2020, que definiu o percentual mínimo de 30% do valor do Fundo Partidário e do Fundo Especial para o financiamento de campanhas de mulheres, igualando o financiamento e o tempo de

rádio e televisão à exigência de que no mínimo 30% das candidaturas apresentadas pelos partidos sejam de mulheres. Nessa reunião, os ministros defenderam que os partidos devem observar internamente, nas candidaturas femininas, a proporcionalidade entre mulheres brancas e negras, aplicando a mesma regra aos candidatos homens (TSE, 2020a). Inicialmente, essa imposição da lei aos partidos vigoraria a partir das eleições de 2022, mas o ministro do TSE, Ricardo Lewandowski, em 10 de setembro de 2020, antecipou a aplicação da norma para as eleições de 2020 (TSE, 2020b).

A Emenda Constitucional n.º 111, de 28 de setembro de 2021, traz novos estímulos para candidaturas de mulheres e negros, assim descritos:

Art. 2º Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro (Brasil, 2021).

Entre as regras e a dinâmica que se estabelecem nos processos reais, não raramente, observamos o acionamento de filtros que interferem negativamente nos resultados esperados. Na apresentação dos dados e análises elaboradas pela FGV, os pesquisadores afirmam a existência de estratégias organizadas pelos partidos no vazio da legislação vigente até então, incluindo os percentuais mínimos e máximos de candidaturas de cada sexo (FGV, 2019).

As mudanças nas regras eleitorais com o intuito de impactar positivamente na representação de mulheres têm tido algum efeito, embora modesto. Em 2018, 15% das cadeiras da Câmara dos Deputados foram ocupadas por mulheres. Todavia, como a desigualdade não se restringe a gênero, das 513 cadeiras, somente 2,5% ou 13 deputadas eram negras; ao passo que 22,02% dos deputados eram homens negros e 62,57% homens brancos (FGV, 2019). Na eleição de 2022, a composição da Câmara passou a ter 17,7% das cadeiras ocupadas por mulheres, e 29 negras assumiram seus cargos; as pessoas brancas ocuparam 72,2%. De forma explícita, a representação política é majoritariamente exercida por homens e brancos (Câmara dos Deputados, 2023).

ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Ao observarem uma lacuna na literatura da ciência política sobre as eleições municipais, Lavareda e Telles (2020) decidiram preenchê-la com a publicação

do primeiro livro de uma trilogia em 2011. Um dos objetivos era propor um novo enquadramento desta temática na ciência política. Nessa direção, Lavareda (2023) avalia que a dificuldade de generalização dos resultados das pesquisas, dada a diversidade socioeconômica e política observadas na esfera municipal, e a tradição acadêmica dessa área de conhecimento que enxerga nas eleições presidenciais uma suposta organização do sistema partidário e eleitoral brasileiro, explicam o lugar reservado às eleições municipais. Até então, não estava clara a articulação dos pleitos municipais com os estaduais e nacionais, e isso colocava essas eleições em posição secundária. Pelo contrário, esses pleitos eleitorais são entendidos como um “barômetro ideológico das eleições subsequentes” (Lavareda, 2023, p.30). Segundo o autor:

O desempenho dos grupos ideológicos na corrida por assentos nas Câmaras Municipais viabiliza a projeção de resultados nas disputas proporcionais seguintes (Assembleias legislativas e Câmara dos Deputados) e serve como parâmetro para as estratégias de coordenação dos principais atores nas competições majoritárias subsequentes (Lavareda, 2023, p. 30).

Consideramos a afirmação de Lavareda de suma importância, ainda que a questão ideológica não seja discutida neste artigo; a assertiva do autor pode fortalecer pesquisas no nível municipal. No âmbito dessa pesquisa, posteriormente a perspectiva ideológica dos partidos será articulada com as variáveis gênero e raça/cor. Nas ciências sociais, está estabelecida a afirmação da interação das várias formas de discriminações, ou interseccionalidades. É indubitável que a constatação descrita pelo autor se torna um incentivo para o desenvolvimento de pesquisas nessa temática. Embora esse não tenha sido diretamente o elemento instigador da pesquisa em curso, pois a motivação inicial foi a produção de conhecimento sobre regiões carentes de estudos acadêmicos, alinhamo-nos à compreensão de que o conhecimento, a análise do plano factual, pode favorecer o entendimento e a ação.

Lavareda (2023) aponta que, nas eleições municipais de 2012, a direita iniciou uma trajetória de ascensão e, em 2016, alcançou 52,6% dos vereadores eleitos. Nas eleições de 2020, o percentual de vereadores eleitos nesse espectro subiu para 59,2%. A eleição de 2016 ocorreu em um contexto de crise política e institucional. Foi a primeira eleição pós-manifestações de 2013, que começaram com questões atinentes aos transportes coletivos e evoluíram para protestos contra o sistema político. Na eleição presidencial de 2014, completava-se 20 anos que o PT e o PSDB disputavam o segundo turno das eleições. O PSDB governou o país por dois

mandatos consecutivos (1994/2002) e o PT venceu 4 eleições (2002 a 2014). Mas teve o último mandato interrompido pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O PSDB que teve como candidato o ex-senador de MG Aécio Neves perdeu a eleição de 2014 e questionaram o resultado eleitoral. Esse contexto, descrito por Avritzer (2016, p. 9), é classificado como uma situação de “impasses da democracia no Brasil”, ou seja, “uma crise de crescimento e de evolução da cultura democrática no país”.

Nas eleições presidenciais de 2018, o ex-deputado Jair Bolsonaro, com discurso antisistema, é eleito presidente do Brasil. Com uma postura de afronta aos valores democráticos, incluindo os direitos das mulheres e das minorias, ele agravou a crise política, tensionando ainda mais a democracia brasileira.

Nas eleições de 2020, o município de Palmas, no estado de Tocantins, foi a única capital brasileira a eleger uma mulher para sua administração. Não houve mudança na estatística da eleição anterior, em que somente uma mulher se elegeu para administração da capital Boa Vista, em Roraima. Dos 5.463 municípios brasileiros, as mulheres conquistaram 666 prefeituras, 12% do total. Analisando esses dados, o TSE aponta que esses resultados explicam a posição do Brasil em 142º lugar entre 191 nações no “mapa global de mulheres na política da Organização das Nações Unidas – ONU”. Na América Latina, o país ocupa o 9º lugar entre 11 países analisados (TSE, 2021). O mesmo estudo indica que, nas Câmaras municipais, as mulheres ocupam 16% das cadeiras (TSE, 2021).

Apresentando comparativamente os dados das eleições de 2016 e 2020, o Instituto Alziras e Oxfam Brasil (2022) demonstram a hegemonia masculina na política brasileira, principalmente, nos cargos executivos. As candidaturas de mulheres ao cargo executivo foram apresentadas somente em 31% dos municípios nas eleições de 2016 e 36% em 2020, com 13,1% e 13,6% de candidaturas, respectivamente, indicando um aumento de 0,5 ponto percentual de um pleito para outro. O gráfico 1 apresenta dados relativos às eleições municipais no Brasil observando as categorias estudadas nesta pesquisa. Vale lembrar que na coleta de dados da pesquisa trabalhamos com a variável raça/cor apresentando separadamente os dados de candidatos e eleitos pardos e pretos. Nos dados nacionais a variável negra/o engloba pardos e pretos.

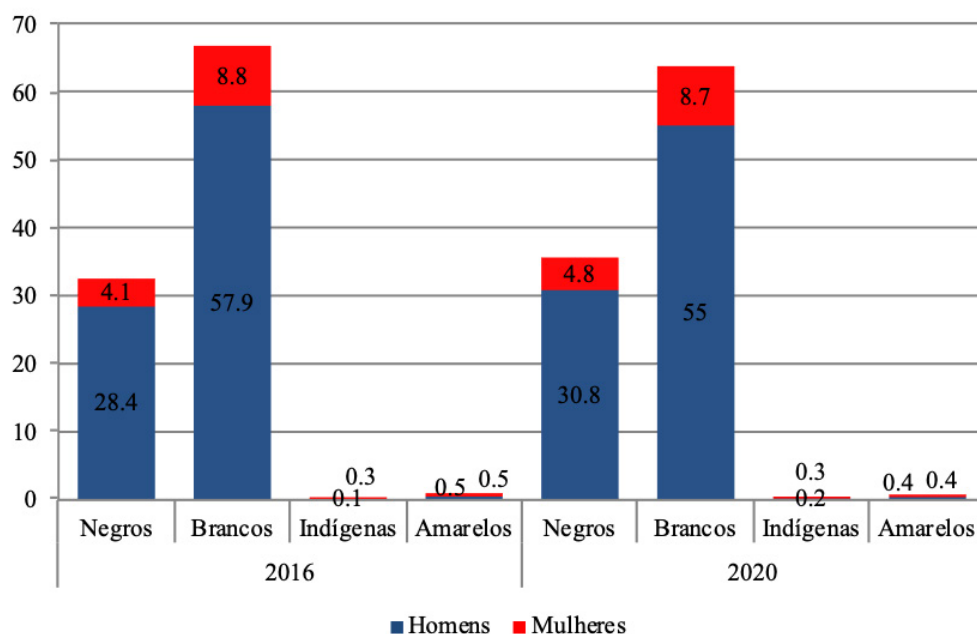


Gráfico 1. Candidaturas à chefia do Executivo Municipal no Brasil (%). Fonte: Instituto Alziras/OXFAM Brasil (2022).

As candidaturas de homens ao executivo municipal representaram 86,9% em 2016 e 86,4% em 2020, e a maioria é de homens brancos. As mulheres eleitas representaram 11,5% em 2016 e 12,1% em 2020. Em relação ao total de municípios brasileiros, 11% tinham mulheres negras como candidatas em 2016, e em 2020, esse percentual subiu para 14%.

Ainda, segundo o relatório, as candidaturas masculinas formaram maioria na concorrência por cargos de vereador/vereadora, representando 67,8% em 2016 e 65,4% em 2020. Os percentuais de homens brancos e negros em 2016 são iguais, ambos com 33,6%, enquanto em 2020 os homens negros superaram em 3,9% as candidaturas dos brancos, alcançando 34,4%. As candidaturas femininas em 2016 representaram 32,6%, e em 2020, aumentaram para 34,6%. Quanto às mulheres negras candidatas, variou o percentual de 15% em 2016 para 17,1% em 2020. As mulheres brancas apresentaram o mesmo percentual de candidaturas em ambas as disputas analisadas.

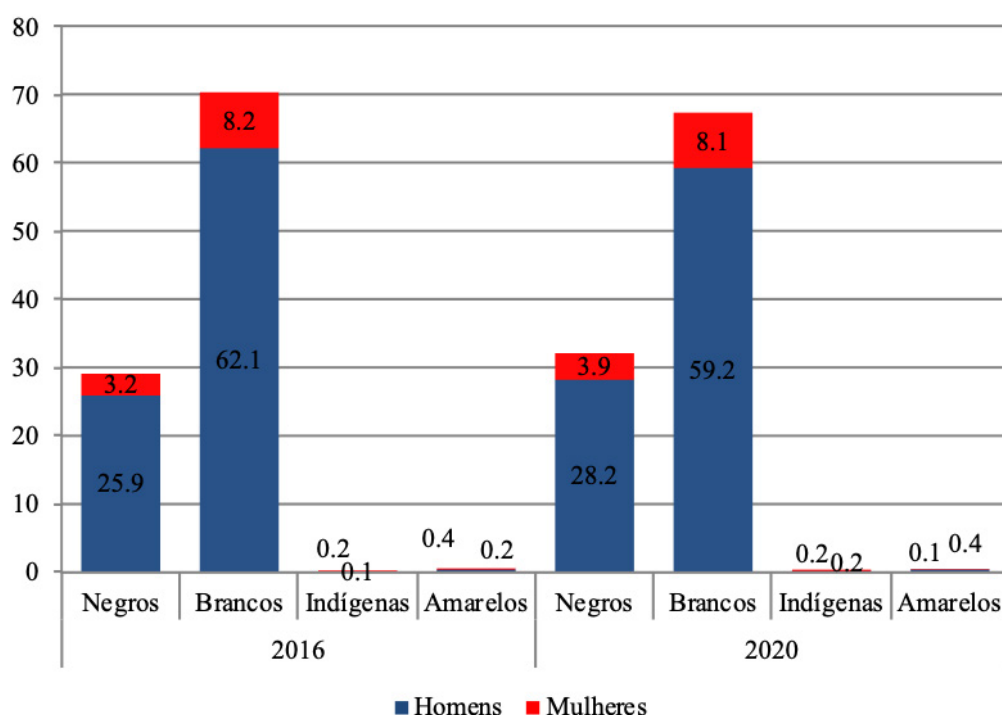


Gráfico 2. Eleitas(os) para chefia do Executivo Municipal no Brasil (%). Fonte: Instituto Alzirias/OXFAM Brasil (2022)

O gráfico 2 permite visualizar a sub-representação feminina no Brasil. É importante registrar o crescimento percentual na eleição de mulheres, mas, como destaca o relatório do Instituto Alzirias/OXFAM (2022), há grande distorção quando se compara o percentual de homens e mulheres, bem como entre negros e negras que são eleitos para chefia da administração municipal. As mulheres são sub-representadas e as mulheres negras ainda ocupam menos espaços na esfera de poder municipal. Ou seja, provavelmente entre outras, os dados mostram que elas acumulam a discriminação por gênero e raça. Os homens negros mesmo ocupando menos cadeiras no executivo municipal do que os homens brancos alcançam uma posição significativamente melhor do que as mulheres. Observa-se aí um lento crescimento da participação das mulheres na política (Instituto Alzirias/OXFAM (2022). Agudizando o quadro de exclusão na política brasileira, observa-se que os indígenas, nas duas eleições, não ultrapassaram 0,1%.

As ações afirmativas favoráveis às mulheres, embora importantíssimas, ainda não alteraram de forma significativa os resultados eleitorais rumo à equidade de gênero e raça. Esses dados serão utilizados na análise comparativa na penúltima seção.

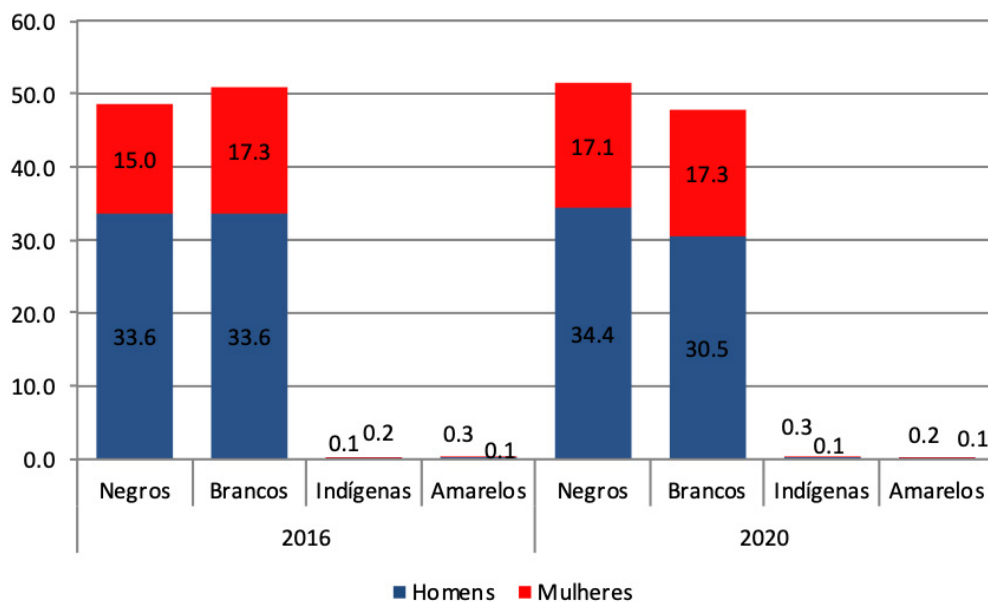


Gráfico 3. Candidaturas às Câmaras Municipais no Brasil (%). Fonte: Instituto Alziras/OXFAM Brasil (2022).

As candidaturas femininas continuam inferior as masculinas, mas atendem ao percentual mínimo de candidaturas de 30% e demonstra uma pequena elevação de uma eleição para outra. A partir de 2020 as candidaturas de negras e brancas se aproximam.

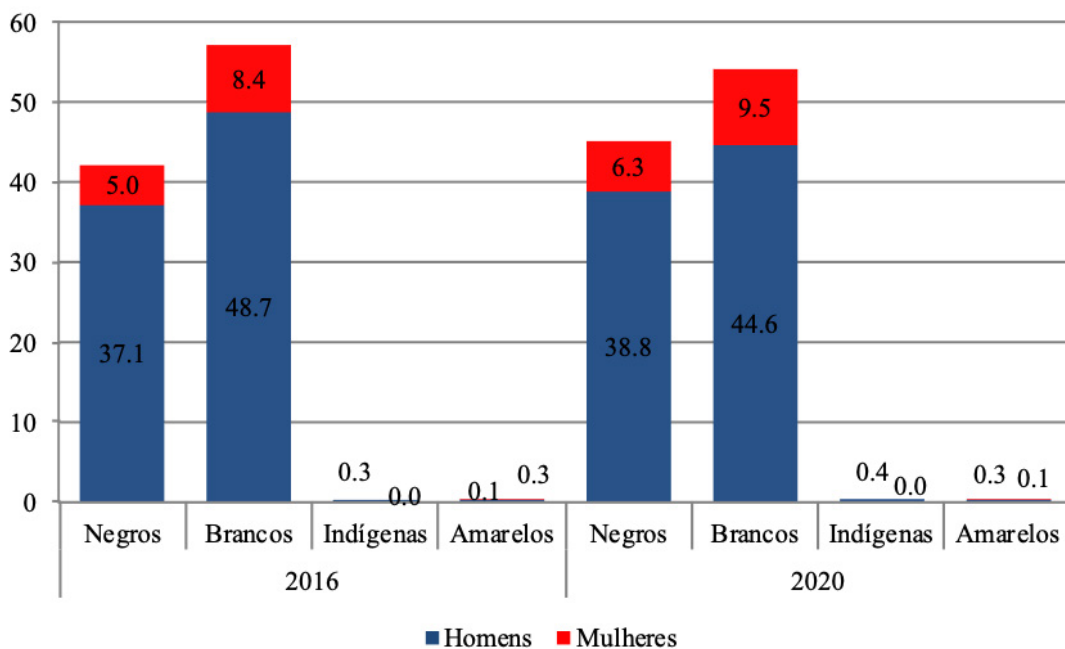


Gráfico 4. Eleitas(os) para as Câmaras Municipais no Brasil (%). Fonte: Instituto Alziras/OXFAM Brasil (2022).

A análise comparativa entre as candidaturas de mulheres para as Câmaras municipais demonstra a grande diferença entre o percentual de candidatas e de eleitas. Dois terços das mulheres negras candidatas perderam a eleição em 2016. Em 2020 observa-se um ligeiro crescimento no percentual de cadeiras obtidas pelas negras subindo em 1,3%. Em 2016 as mulheres brancas alcançaram um pouco menos de 50% do número de candidaturas. Em 2020 obtêm 1,1% de cadeiras a mais do que em 2016. Os homens continuam muito privilegiados na disputa eleitoral nos municípios brasileiros. A presença massiva de homens nos postos de poder denota de forma muito substancial a ausência das mulheres e a urgência de reversão desse quadro.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO NORTE DE MINAS GERAIS E NO VALE DO JEQUITINHONHA

Considerando as diferenças regionais do país e no interior dos estados-membros da federação, salientamos a importância de comunicar os resultados de regiões em um estado tão diversificado quanto Minas Gerais. O propósito não é somente comparar os percentuais dos segmentos descritos para o Brasil, mas também observar se as tendências de aumento da participação das mulheres na política têm ressonância nas regiões do estudo.

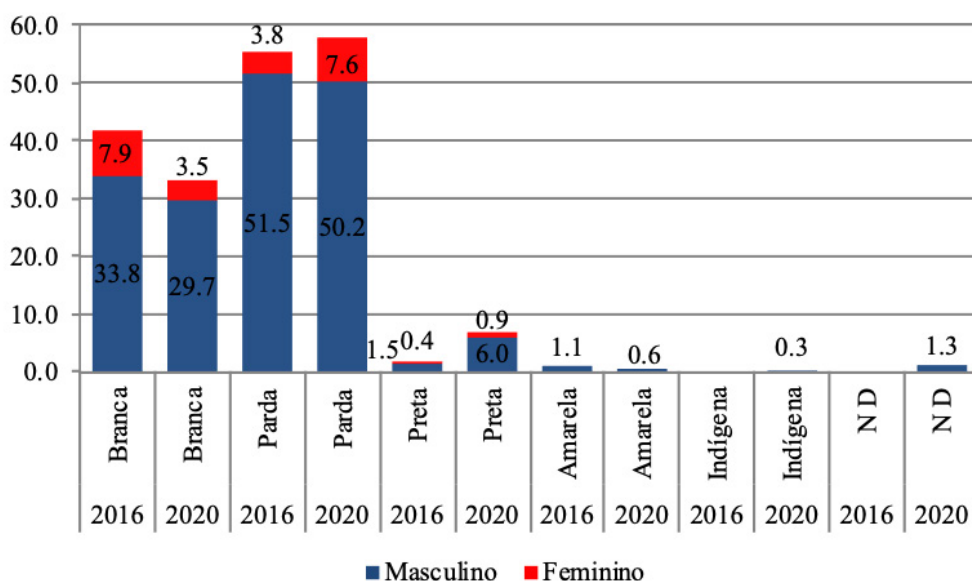


Gráfico 5. Candidaturas a prefeitos/prefeitas por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Norte de MG (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

O Norte de Minas segue o resultado nacional em relação à hegemonia das candidaturas masculinas, com percentual mais elevado para o cargo de prefeito/prefeita. No entanto, diferentemente do que foi observado no país, os homens pardos, e não os

brancos, apresentaram mais de 50% das candidaturas nas eleições de 2016 e 2020. As candidaturas de homens pretos foram as que apresentaram maior aumento de 2016 para 2020. Seguindo a orientação do IBGE, na composição do segmento negro (soma de pretos e pardos), as candidaturas negras foram majoritárias na região. Inclusive, as candidaturas de mulheres negras representaram 4,2% do total de candidaturas em 2016 e 8,5% em 2020, superando os dados do Brasil. Segundo o Instituto Alziras/OXFAM as mulheres negras atingiram 4,1% e 4,8% respectivamente.

Em 2016, as candidaturas femininas no Norte de Minas apresentaram o percentual de 12,1%, e em 2020 somaram 12%. As candidaturas de mulheres brancas reduziram mais de 60% de 2016 para 2020, variando de 7,9% para 3,5%. O movimento é inverso entre as mulheres pardas, que tiveram aumento de 50% nas candidaturas. A soma de pretas e pardas é consideravelmente maior do que o observado nesse segmento populacional para o Brasil. Sugere, assim, uma relação com a autodeclaração das candidatas em relação ao perfil étnico, pois a variação do percentual de candidaturas não apresenta elevação de 2016 para 2020. A alteração se deu dentro do coletivo mulheres. Provavelmente, observa-se na região um efeito da política de cotas que, para o Brasil, se tornou mais efetiva a partir da eleição de 2012 (Araújo, 2016).

Entre os eleitos(as) para o executivo municipal, os homens autodeclarados pardos também foram a maioria nas duas eleições analisadas, conforme explicitado no Gráfico 6.

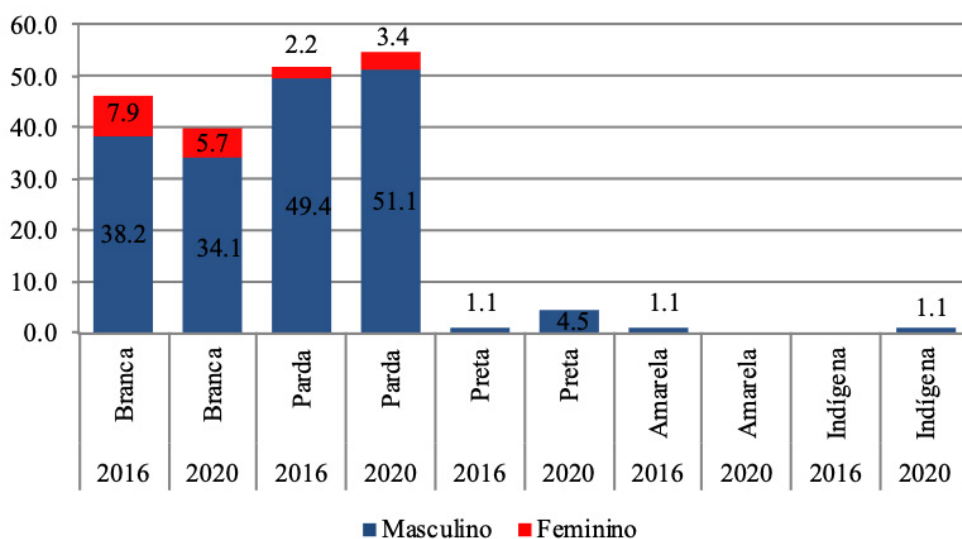


Gráfico 6. Candidatos (as) eleitos (as) para a chefia do executivo municipal por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Norte de Minas (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

Os homens pardos, majoritariamente, administram as prefeituras do Norte de Minas em quase 90% dos municípios nas eleições de 2016 e 90,9% em 2020. Esse percentual evidencia um imenso fosso na representação de gênero na região. As mulheres brancas reduziram o número de municípios em que foram eleitas em mais de 2% de uma eleição para outra, o que refletiu no resultado de mulheres eleitas de 2016 para 2020, com a diminuição de 1%. Em 2016, as mulheres brancas eleitas superaram as pardas em mais de 5% das administrações femininas. Em 2020 esse percentual caiu para 2,3%. Não há registro de mulheres autodeclaradas pretas eleitas em nenhum dos pleitos. O aumento de eleitos negros ocorreu em torno de 3,4% entre os homens. Se a representação política no Brasil é branca e masculina, no Norte de Minas ela é parda ou “pardarizada” e radicalmente masculina. Observa-se um crescimento nas candidaturas de mulheres entre as autodeclaradas pardas, o que implicou no crescimento de pouco mais de 1% de prefeitas eleitas. Entretanto, o percentual de mulheres eleitas reduziu em 1%. É necessário aprofundar a pesquisa para compreensão sobre os determinantes do fenômeno da representação política de mulheres no Norte de Minas. O eixo da discussão partidária considerando o recrutamento de mulheres e o investimento em candidaturas a ser desenvolvido num segundo momento pode contribuir para melhor entendimento dessa questão. Como afirmou Araújo (2016) as múltiplas dimensões desse fenômeno exigem combinação de estratégias. Mas podemos afirmar a extensão e a gravidade da ausência das mulheres, e da dominação dos homens num local de poder e desenvolvimento de políticas públicas que atinge diretamente as mulheres até no “papel” que a sociedade destina a elas enquanto cuidadoras. Óbvio que entre as tantas lutas está incluída a mudança dessa concepção, por que também o cuidado na vida privada precisa ser compartilhado entre homens e mulheres.

Os homens pardos representaram mais de 40% das candidaturas para o legislativo municipal, sendo o segmento étnico que liderou as competições. Quando associados aos candidatos pretos, ultrapassaram 50% em 2016 e se aproximaram desse percentual em 2020. O maior percentual entre candidatos autodeclarados amarelos, homens e mulheres ocorreu em 2016, com 0,5%.

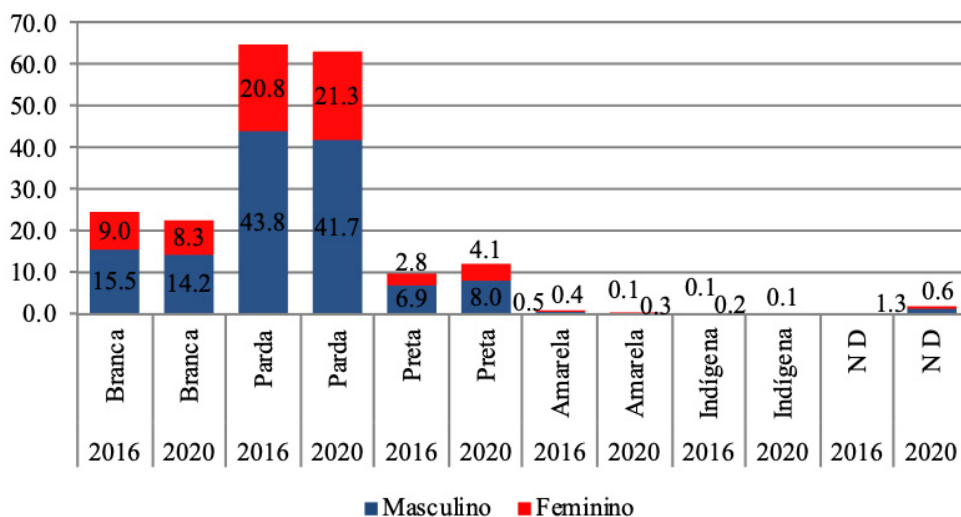


Gráfico 7. Candidaturas ao cargo de vereadoras (es) por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Norte de MG (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

As candidaturas para a vereança de mulheres brancas passaram por redução, embora menos drástica do que a observada na disputa eleitoral para o executivo de 2016 para 2020. Entre as candidaturas de mulheres, as pardas cresceram com uma variação de 0,5%, ao passo que as candidaturas de mulheres brancas decrescem 0,7%. Entre as mulheres pretas, observa-se o maior aumento de 1,3%. As regras para incentivos de candidaturas de pessoas negras devem explicar a variação entre as candidaturas de mulheres e pessoas negras.

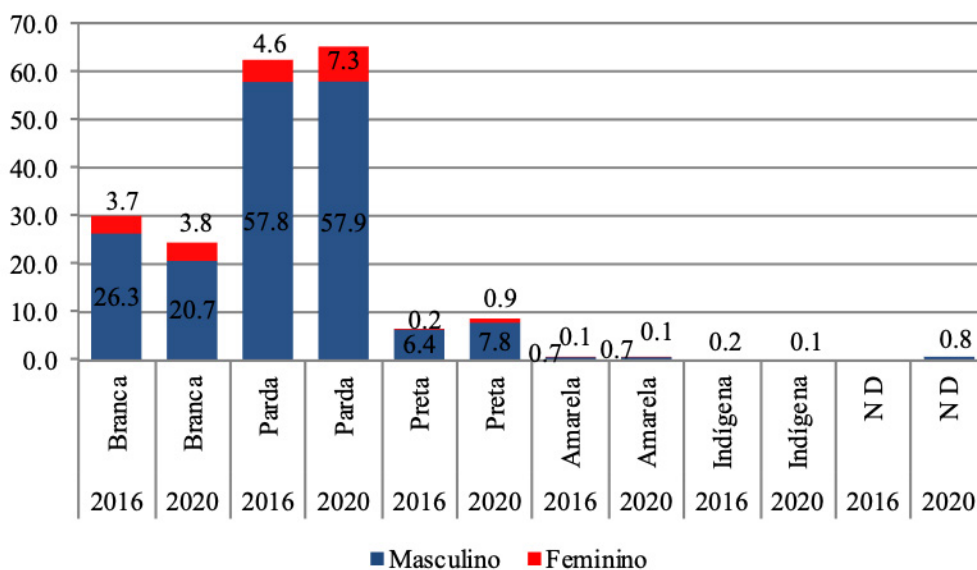


Gráfico 8. Eleitas/eleitos para o cargo de vereadores/vereadoras por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Norte de MG (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

As candidaturas de homens pardos e pretos se situavam em torno de 50% em 2016, mas entre os eleitos ultrapassaram 64%. Em 2020, os eleitos nesse segmento étnico alcançaram 78,6% dos eleitos. Somando os homens eleitos vereadores negros e brancos, a soma chega aos 90,5%. No executivo ou na vereança, a predominância de homens foi superior aos percentuais encontrados no país, o que já destaca a distorção entre a composição da população e os eleitos. As vereadoras eleitas em 2016 ocuparam pouco mais de 8% das cadeiras, com uma diferença de 5,5% do país. Nas eleições de 2020, esse percentual subiu para 12%, ficando 4% abaixo do percentual nacional. Esses percentuais apresentados apontam que as mulheres do Norte de Minas estão em condições mais profundas de desigualdade na representação política do que as brasileiras.

As eleitas negras se aproximaram em 2016 e superaram o percentual desse segmento agregado para o país. Uma possível explicação pode estar na autodeclaração de pardas/pardos na região para os cargos analisados. As mulheres brancas apresentaram percentual de eleitas inferior às negras nos dois pleitos. Contudo, ainda que seja observado a influência dos incentivos à participação feminina na política institucional, a necessidade de acelerar a participação das mulheres na política na região é profundamente evidente. A região apresenta uma situação piorada de uma realidade que já é crítica no país.

Embora não estejamos apresentando dados socioeconômicos e simbólicos, é amplamente divulgada a carência social e econômica do Norte de MG. Nesse sentido, as mulheres da região poderão estar acumulando adversidades que se conectam também com a representação política. Passaremos à análise da segunda região do estudo, o Vale do Jequitinhonha.

Os dados observados no Gráfico 9 demonstram a redução de 3,8 pontos percentuais no número de candidaturas masculinas ao executivo nas eleições de 2016 para 2020 na Mesorregião do Jequitinhonha. Em 2016, o TSE contabilizou que 91,6% das candidaturas foram masculinas e, em 2020, alcançaram 86,9%. Entre as mulheres, observa-se um crescimento de 3% de 2016 para 2020, atingindo 12,4% no último pleito eleitoral. Ocorreu o crescimento de candidaturas femininas em percentual superior ao do país. Contudo, o percentual de mulheres que registraram candidaturas a prefeitas é inferior ao encontrado na soma dos municípios brasileiros.

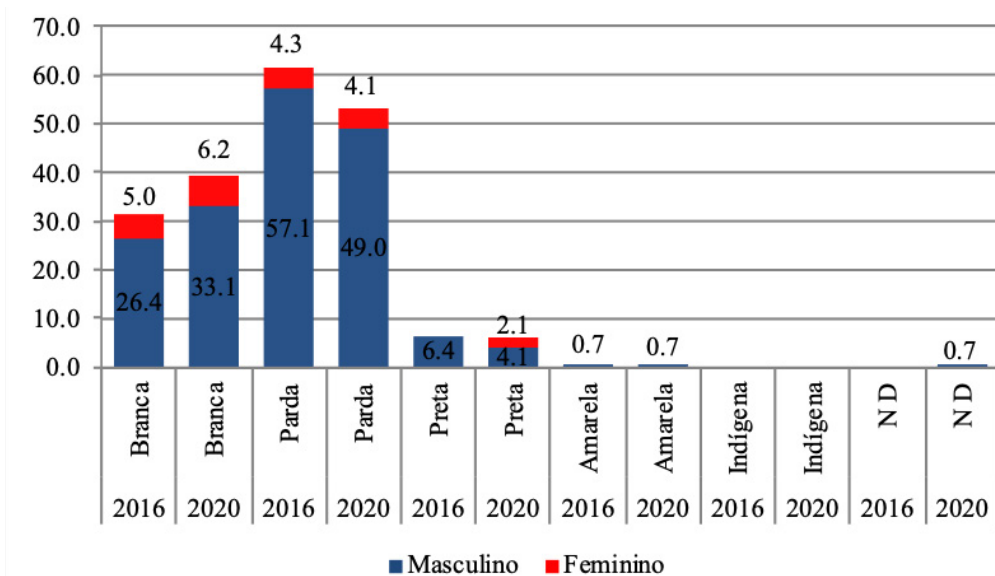


Gráfico 9. Candidaturas à chefia do executivo municipal por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Jequitinhonha - MG (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

Em 2016, as candidaturas de mulheres do Jequitinhonha ficaram abaixo das apresentadas no país e as mulheres brancas apresentaram uma ligeira vantagem de 0,7% em relação às pardas. Importante destacar que não há registro de candidaturas de mulheres pretas. Nas eleições de 2020, o registro de candidaturas negras (pretas e pardas), com um terço de pardas, se equiparou ao de mulheres brancas.

Os resultados eleitorais para o cargo de prefeito/prefeita no Jequitinhonha foram ainda mais favoráveis aos homens. Em 2016, venceram a eleição em 96,1% das prefeituras disputadas, em 2020 o percentual fica em 92,2%. O quadro é de uma extrema desigualdade na ocupação do cargo de chefia do executivo nesta região.

Na análise racial, observa-se no gráfico 10 que, em 2016, os homens pardos eleitos somaram quase 65% das prefeituras e, quando somados aos prefeitos eleitos pretos, esse percentual se situou em 70,6% de negros. Somando os negros e brancos a dominação masculina desse espaço de poder chega a 96%. Não se observa variação no percentual de mulheres brancas e pardas entre as eleições de 2016 e 2020. Todavia, o resultado da eleição de mulheres no Vale do Jequitinhonha foi ainda pior do que o observado no Norte de Minas, que por sua vez já era pior do que o Brasil. Nessa região, as eleitas não atingem sequer um terço do percentual do país. De forma angustiante, a análise dos dados demonstra que as eleitas estão presentes em 4% dos executivos municipais. Certamente, a combinação entre marcadores de discriminação das mulheres encontra-se fortemente articulados e solapam a representação política.

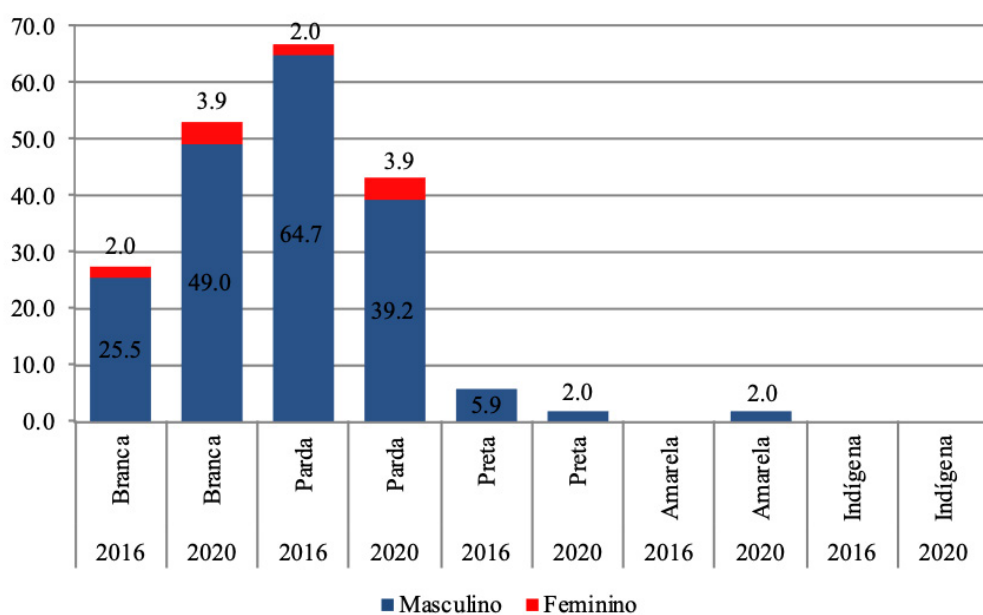


Gráfico 10. Eleitas/eleitores para o cargo de prefeito/prefeita por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Jequitinhonha - MG (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

Nas candidaturas para as Câmaras municipais da Mesorregião do Jequitinhonha, a desigualdade de gênero se evidenciou de forma marcante, seguindo os padrões observados em todo o Brasil. Em 2016, o número de candidaturas masculinas foi mais do que o dobro das femininas. Em 2020, essa disparidade diminuiu, mas as candidaturas masculinas ainda representaram quase dois terços do total nessa eleição. A diferença em relação ao padrão do país foi o percentual de mulheres brancas que, na região, correspondeu a aproximadamente 50% do observado em nível nacional.

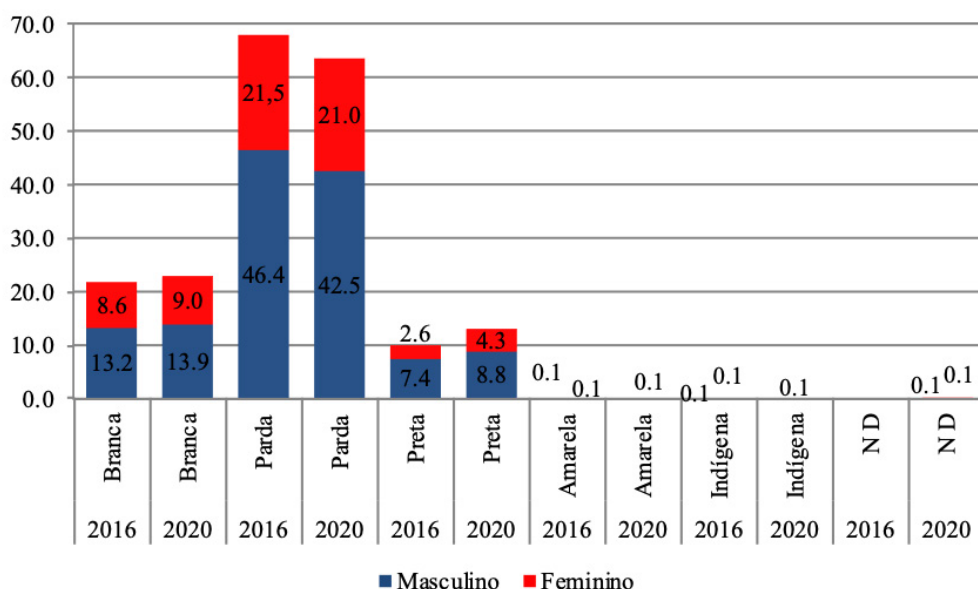


Gráfico 11. Candidaturas ao cargo de vereadoras (es) por cor/raça nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Vale do Jequitinhonha (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

As candidaturas de pessoas negras (homens e mulheres) foram superiores às nacionais. Na comparação das candidaturas femininas da região com os dados nacionais, observam-se percentuais praticamente iguais: 32,7% na Mesorregião e 32,6% no Brasil. As candidaturas negras no Vale do Jequitinhonha somaram 24,1%, superando o dado nacional em 9,1%. As candidaturas de mulheres brancas não atingiram a metade do percentual encontrado para o Brasil. Dos 67% de candidaturas masculinas negras, 53,8% foram de homens pardos. Em 2020, as candidaturas de mulheres negras no Vale do Jequitinhonha representaram o dobro do percentual encontrado para o Brasil, com predominância absoluta de mulheres pardas. Provavelmente, a composição da população e crescimento de pessoas pardas⁶, e as regras eleitorais explicam esses números, que demonstram o empardecimento da política.

As candidaturas masculinas na região não diferem do percentual nacional. Dos 67% das candidaturas masculinas, eles apresentaram 46,4%. No Brasil, em

⁶ O empardecimento da população brasileira é explicado por Paixão e Carvano (2008) a partir da “Descrição sintética da variável cor ou raça nos censos brasileiros - 1872-2000”. Os argumentos destacados indicam crescimento relevante dos pardos passando de 21,2% em 1940 para 38,4% em 2000, o que indica um crescimento de 2,7% ao ano. Os pretos, por sua vez, não caminharam na mesma direção dos pardos, tendo evoluído populacionalmente em média 0,94% ao ano, o que corresponde a 34,8% do crescimento populacional dos pardos e 44,7% do crescimento populacional dos brancos (Alves *et al.*, 2022, p.52/53).

2020, as candidaturas de homens negros ultrapassaram as candidaturas de homens brancos. Certamente, as medidas institucionais relativas ao financiamento das candidaturas negras influenciaram esse resultado.

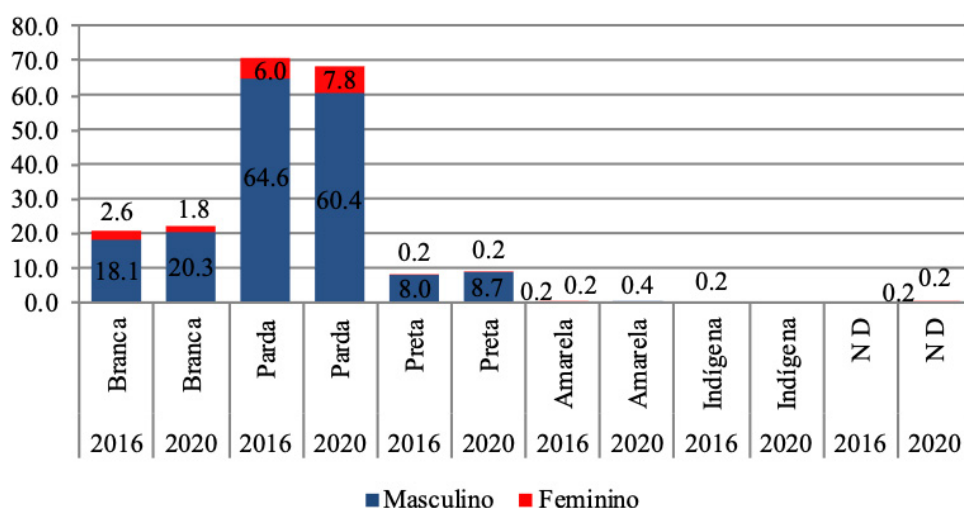


Gráfico 12. Eleitos/eleitas para o exercício da vereança por gênero e raça/cor nas eleições de 2016 e 2020 na mesorregião Jequitinhonha (percentuais). Fonte: TSE, 2023a; TSE, 2023b. Org. CORREIA, I, S., 2023.

Na eleição para a vereança de 2016, no Vale do Jequitinhonha, as eleitas somaram 9,0%, o que significa 4,5% menos do que as mulheres eleitas no Brasil e 0,4% a mais do que o Norte de Minas. As mulheres negras auferiram 6,2% das cadeiras, resultado melhor do que o Norte de Minas onde as mulheres negras atingiram 4,8% e também do Brasil onde alcançaram 5,0%. O maior percentual foi de mulheres pardas.

Na eleição proporcional de 2020, o percentual de mulheres eleitas ficou 6,2% abaixo do percentual observado no Brasil, e 2,3% abaixo do Norte de Minas. No país, o percentual de eleitas cresceu 2,5%, alcançando 16%, enquanto na região atingiu 9,8%, um aumento de 0,8%. O Vale continuou elegendo mais mulheres negras, com uma diferença de 1,7% em relação ao Brasil, que elegeu 6,3%.

Somando os homens eleitos vereadores, a composição das casas legislativas municipais contou com 91,0% em 2016 e 90,0% em 2020. Esses percentuais expressam como as desigualdades de gênero são mais acentuadas na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, no Brasil, os homens ocuparam 88,4% das cadeiras das Câmaras Municipais. Uma diferença marcante entre os eleitos vereadores é que, no contexto brasileiro, em 2016, os homens brancos conquistaram 62,1% das

cadeiras, ao passo que no Vale do Jequitinhonha os homens negros alcançaram 72,6% dos assentos na câmara, dos quais 8% eram pretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas regiões estudadas e nas duas disputas eleitorais, diferentemente do Brasil, a maioria dos eleitos se autodeclararam pardos. No caso Brasileiro, candidatos e eleitos em 2016 são majoritariamente homens brancos, em 2020 a maioria dos candidatos, não tão expressiva como nas mesorregiões Norte de MG e Jequitinhonha, se auto declararam pessoas pardas. Provavelmente, lentamente as normas eleitorais com atenção sobre a elegibilidade de pessoas negras começam a afetar o perfil dos candidatos.

De qualquer forma, a desigualdade de gênero é fortemente observada, com dados preocupantes em relação à discrepância na representação de homens e mulheres à frente dos executivos e nas Câmaras municipais. A elegibilidade das mulheres mesmo apresentando crescimento de uma eleição para outra, é possível afirmar, olhando para os dados, que ela continua comprometida, e no caso do Vale do Jequitinhonha é ainda mais lento do que no Norte de Minas e no Brasil. Observa-se facilmente uma grande diferença entre as candidaturas de mulheres apresentadas pelos partidos políticos, seguindo normas legais e o percentual de mulheres eleitas. Nas mesorregiões estudadas os postos de poder político estão ocupados fortemente ou maciçamente por homens e pardos. Inclusive, os dados encontrados reforçam a presença masculina. Mas para o Brasil continua válida a afirmação de que a política brasileira segue sendo majoritariamente masculina e branca.

A pesquisa deu visibilidade a sub-representação das mulheres nas duas regiões estudadas e apontou com clareza o quanto, especialmente no Vale do Jequitinhonha, as mulheres estão quase ausentes dos postos de poder e tomada de decisões. Estamos falando de regiões em que políticas públicas são profundamente necessárias dado a histórica pobreza material da população. O percentual de mulheres pardas é mais elevado na região do que no Norte de Minas, e no Brasil seria um aspecto a ser comemorado, mas no geral a sub-representação é tão expressiva que faz com que esse seja o ponto mais relevante da análise.

Uma das atividades previstas entre os próximos desafios da equipe de pesquisadoras é a mobilização da questão ideológica presente na dinâmica eleitoral nos pleitos e regiões estudadas. Reconhecidamente tratar da variável ideologia articulada à representação política das mulheres em conexão com raça/cor enriquecerá a análise ao permitir visualizar as candidatas e eleitas por partidos localizados no

espectro ideológico. E assim, participar do debate sobre a relação entre as eleições municipais e os pleitos estaduais e nacionais.

Conclui-se que a iniciativa de realizar a pesquisa tomando as duas regiões de Minas Gerais e a perspectiva da interseccionalidade se mostrou uma decisão acertada. Encontramos nas regiões diferenças significativas quando comparadas com o cenário nacional.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela Rezende (2014). Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 96-117. <https://www.scielo.br/j/op/a/srYJHJwsGTYWq3kMVbWyVwh/?lang=pt&format=pdf> (acesso em 30/06/2022)
- ALVES, Maria Railma; AMORIM, Mônica Maria Teixeira; SOUZA, Aneuzimira Caldeira (2022). Classificação Racial no Censo Escolar da Educação Básica e o Problema da “Não Declaração”. *Kwanissa, Revista de Estudos africanos e Afro-Brasileiros*. v. 05, n. 12, p. 365-383, jan/jun
- AVRITZER, Leonardo (2016). “A democracia e os custos do presidencialismo brasileiro”. In: *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, p.29-48.
- BAIROS, Luiza (1995). *Novos Feminismos Revisitados*. Revista Estudos Feministas, nº 2.
- BIROLI, Flávia et al. (org.) 2020. *Mulheres poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- BRASIL (2010). Estatuto da igualdade racial. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 33 p (Lei no 12.288 de 20 de julho de 2010)
- CÂMARA DOS DEPUTADOS (2023). Posse das deputadas marca crescimento de 18% na bancada feminina. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/posse-das-deputadas-marca-crescimento-de-18-na-bancada-feminina> Acesso em 03 de fevereiro de 2023.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos (2015). A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista brasileira de ciência política*, Brasília, n.16, p.121-151.

- CARVALHO, José Murilo de (2007). Fundamentos da Política e da Sociedade Brasileira. In: *Sistema político brasileiro: uma introdução*. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Octávio Cintra (orgs.). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Sitiftung; São Paulo: Editora Unesp, p. 19-31.
- COLLINS, Patricia Hill (2019). *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo.
- DAYRELL, Carlos Alberto (2019). *De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. Tese (Doutorado). Montes Claros: Centro de ciências Sociais aplicadas da Universidade Estadual de Montes Claros.
- DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero (Relatório final)*. BARBIERI, Catarina H. C.; RAMOS, Luciana de O. (Coord.). São Paulo: FGV Direito SP, 2019. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27646>>. Acesso em 30 de janeiro de 2021.
- GONZALES, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latino –americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- INSTITUTO ALZIRAS/OXFAM Brasil. *Desigualdades de Gênero e raça na política brasileira*. 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/raca-e-genero/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- INSTITUTO DE GEOGRADIA E ESTATÍSTICA (2022). Censo 2022. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/panorama> acesso em dezembro de 2023
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Vida pública das mulheres*. 2020. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/20163genero/estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres> acesso em 25 de janeiro de 2021>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.
- JORGE, Grácia Lorena da Silva (2022). *Mulheres negras líderes no médio Vale do Jequitinhonha: o saber como prática educativa por meio da educação não escolar*. Dissertação. Vitória da Conquista, Bahia: Faculdade de educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

- LAVAREDA, Antônio (2023). *De Bolsonaro a Lula III: pesquisa, eleição, democracia e governabilidade*. Salvador, BA: Sagga Editora e comunicação.
- LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (2020). Apresentação. in: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (orgs.). *Eleições municipais: novas ondas na política*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho (2010). *Mais mulheres no poder: Contribuição à formação política das mulheres*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 108 p.
- MATOS, Marlise (2011). A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, poder e política: a experiência do Brasil e do Canadá*. v 1. Goiânia, Editora da Universidade de Goiás, pp.22-54.
- MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia (2014). O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e Eleições. *Cadernos Pagu*, n.43, p. 197-231.
- PHILLIPS, Anne (2001). De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268 – 290.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111 DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc111.htm>. Acesso em setembro de 2021
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1998). Poliarquia em 3D. *Dados*. v. 41 n. 2, Rio de Janeiro, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000200001>
- SILVA, Glauco Peres da (2023). *Desenho de pesquisa*. Brasília: Enap,119 p.
- TILLY, Charles (2005). Historical Perspectives on Inequality . In: *The Blackwell Companion to Social Inequalities - Edited by Mary Romero and Eric Margolis*.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Distribuição de recursos às candidaturas de pessoas negras nas eleições de 2022*. 2020a. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/tse-distribuicao-fefc-candidatos-negros>>. Acesso em outubro de 2020
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Ministro determina aplicação imediata de incentivos às candidaturas de pessoas negras definidos pelo TSE em 10 de setembro de 2020. 2020b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF738cautelar.pdf>>. Acesso em outubro de 2020
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Ações do TSE incentivam maior participação feminina na política*. Brasília: TSE, 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>

comunicacao/noticias/2021/Julho/acoes-do-tse-incentivam-maior-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. *Candidatos – 2016*. 2023a. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2016>>. Acesso em fevereiro de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. *Candidatos – 2020*. 2023a. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2020>>. Acesso em fevereiro de 2023.

Estratégias Eleitorais On-line e Gênero: trajetórias e perspectivas das candidatas à vereança no município de Rio Grande da Serra

Online Electoral Strategies and Gender: paths and perspectives of women candidates in Rio Grande da Serra

Laura Cazarini Trotta^a, Carolina Gabas Stuchi^b,
Gabriela Paula Silva Alves^c, Ana Beatriz Aquino^d,
Clara Vinholi Araújo^e

Resumo O evento que incitou este artigo foram as campanhas digitais realizadas por candidatas a vereança nas eleições de 2020 do município de Rio Grande da Serra (SP). Partindo deste cenário, a pesquisa foi organizada em três fases: 1) coleta dos dados pelas redes sociais de todas as 77 candidatas; 2) envio de questionário, com alcance de dez respostas; 3) entrevista com quatro das candidatas, possibilitando aprofundamento de suas impressões da campanha e do uso das redes. O presente artigo apresenta as etapas 2 e 3 da investigação, analisando como os dados coletados na primeira etapa se encontram com as trajetórias e vivências dessas mulheres. Tanto nos questionários quanto nas entrevistas, houve uma percepção de insatisfação com o partido, em que se destaca o auxílio para o uso das redes sociais e o valor recebido para campanha. Ao final do processo eleitoral, considerando a eleição de uma Câmara Municipal inteiramente masculina, pode-se afirmar que o ambiente virtual teve baixo desempenho para a eleição de mulheres. A partir dos relatos nas entrevistas individuais, pôde-se observar relatos solitários de condução de campanha, com dificuldades na criação de peças de divulgação e no uso de ferramentas, bem como um sentimento de frustração com o contexto político do município, mas com uma postura menos crítica ao partido.

Palavras-chave Representação política de mulheres. Campanha eleitoral. Redes sociais. Eleições municipais. Eleições e pandemia.

a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: lauracazarini@gmail.com

b Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: carolina.stuchi@ufabc.edu.br

c Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: alves.gabriela@aluno.ufabc.edu.br

d Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: anabeatriz.aquino02@gmail.com

e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: clarav158@gmail.com

Abstract *This article was motivated by the digital campaigns of female city council candidates in the 2020 elections for the municipality of Rio Grande da Serra (SP). Based on this scenario, we organized the research into three phases: 1) data collection through the social networks of all 77 candidates; 2) a survey, with ten responses; 3) an interview with four of the candidates, which allowed us to delve deeper into their impressions of the campaign and the role of social media. This article presents stages 2 and 3 of the investigation, analyzing how the data collected in the first stage relates to the trajectories and experiences of these women. In both the survey and the interviews, dissatisfaction with the party emerged, particularly on the support offered for managing social networks and the funds received for the campaign. At the end of the elections, with an all-male city council, we can affirm that the virtual environment performed poorly for the election of women. From the individual interviews, it was possible to observe loneliness in campaign management, difficulties in designing campaign materials and using digital tools, as well as a feeling of frustration with the political context of the municipality, but with a less critical stance towards their party.*

Keywords *Female representation. Election campaign. Social networks. Municipal elections. Elections and pandemic.*

INTRODUÇÃO

Para o ano de 2020, no Brasil, as eleições municipais estavam previstas como grande evento nacional, o que não se pôde prever é que o ano se tornaria também o primeiro da pandemia de Covid-19. Sem muita informação confiável sobre e sob o medo, foram adotadas diferentes medidas de isolamento no país e no mundo. Para as eleições municipais, não foi diferente. Com isso, surgiram questões sobre o uso da internet nas campanhas eleitorais municipais que ocorreriam em todo o Brasil no final daquele ano. Portanto, a partir das restrições de aglomeração, a internet surgia não só como um espaço democrático e de alcance de eleitores, mas como um dos únicos territórios em que esse contato poderia ser feito.

Enquanto as campanhas presenciais, também chamadas “campanhas de rua”, exigem mais das candidatas mulheres em comparação aos homens¹, passamos a questionar se a concentração na campanha virtual poderia diminuir a desigualdade de gênero nos resultados da urna. Assim, este artigo tem como objetivo compreender como as mulheres utilizaram esse momento específico da história para gerenciar suas redes sociais e reverter os resultados de eleições que, apesar

1 O financiamento dos partidos não é distribuído igualmente, o que pode impactar nos recursos e, além disso, sendo as mulheres frequentemente associadas aos afazeres domésticos e cuidados de dependentes, elas dispõem de menos liberdade de deslocamento e tempo livre.

das cotas de gênero que garantem suas vagas para candidaturas, não se refletem nos resultados eleitorais.

Para tanto, foram analisadas as campanhas virtuais das candidatas mulheres do município de Rio Grande da Serra, um dos menores e mais pobres municípios do ABC Paulista, na Região Metropolitana de São Paulo, que também se destaca por não ter eleito mulheres vereadoras em 20 anos, contando com as eleições municipais de 2020. Na primeira parte da pesquisa foi realizado o monitoramento do Facebook e Instagram de 77 candidatas na disputa pelas cadeiras da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, do dia 27 de setembro a 14 de novembro de 2020. Ao final dessa primeira etapa da pesquisa e com os resultados eleitorais, verificou-se que o ambiente virtual teve baixo desempenho para a eleição de mulheres, refletindo a desigualdade de gênero já percebida em campanhas presenciais. Diante disso, entende-se que o baixo desempenho das mulheres nas urnas não pode ser explicado por somente uma variável, envolvendo dimensões políticas, econômicas e culturais, além das dificuldades próprias das realizações campanhas eleitorais onlines e presenciais.

Este artigo apresenta a segunda parte da pesquisa, com a participação ativa das candidatas como respondentes de um questionário enviado para seus e-mails e redes sociais e como participantes de uma entrevista semiestruturada. Para ter uma visão mais completa da campanha eleitoral, respeitando a difícil posição das candidatas não eleitas², optou-se por avaliar o cenário a partir de uma variedade de métodos. Entre eles, estão: a observação das redes, na primeira fase; passando ao contato com as candidatas, convidando-as a participar da pesquisa por meio de questionários e, posteriormente, a serem entrevistadas pelas pesquisadoras, que buscaram compreender a percepção delas sobre a trajetória política que construíram, o uso das redes e a construção da relação com os partidos e eleitores.

A indagação que norteou e ampliou a pesquisa em uma segunda etapa consistiu em compreender como as redes sociais foram utilizadas durante o período de campanha eleitoral, em um contexto de pandemia, a partir das vivências relatadas pelas próprias candidatas. Nossos objetivos primordiais foram: i) analisar se as candidatas empregaram as redes sociais como meio para engajar eleitores; ii) investigar os tipos de materiais físicos e digitais utilizados durante as campanhas com o intuito de ampliar sua visibilidade nas redes sociais e durante o processo eleitoral; e iii) avaliar a percepção das candidatas acerca de suas trajetórias e suas interações

2 A crítica aos partidos, muitas vezes, é um risco para continuidade na política das candidatas não eleitas. Especialmente no contexto de menor abrangência como Rio Grande da Serra.

com os partidos políticos. Ademais à introdução e à descrição metodológica, este artigo compreende seções de revisão da literatura entrelaçadas com os relatos das entrevistadas acerca das concepções e contextos relacionados ao uso das redes sociais no município de Rio Grande da Serra. Posteriormente, são discutidos o papel e a responsabilidade dos partidos políticos nas trajetórias das candidatas e, por fim, o comportamento da população eleitora, em especial, das eleitoras mulheres.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir das eleições municipais de 2020 e teve como foco a campanha eleitoral realizada no município de Rio Grande da Serra. A intenção foi entender como as mulheres que se candidataram ao cargo de vereadora realizaram suas campanhas eleitorais durante a pandemia e, por isso, focamos primeiramente nas campanhas digitais. A partir do entendimento de que as redes sociais podem ser utilizadas para criar narrativas e defender pontos de vista sem depender da mídia tradicional, partimos do conceito de Nemer (2021) de Tecnologias Mundanas que trabalha “como as pessoas fora dos centros de poder tecnológicos e sociais usam materiais e conhecimento da tecnociência profissional para seu próprio tipo de produção sociotécnica” (Nemer, 2021, p. 28). A hipótese inicial era de que, sem o mesmo acesso às ruas, a internet seria o principal palco de campanha nas eleições municipais de 2020, podendo trazer novas narrativas e maior diversidade para os resultados eleitorais, ferramenta potencializadora, diante outras variáveis tradicionais que repercutem nos resultados eleitorais, como financiamento ou apoio logístico para campanhas.

Na primeira fase foram coletados os dados nas redes sociais, no Instagram e Facebook, monitoramento realizado do dia 27 de setembro a 14 de novembro de 2020 de forma coletiva, manual e diária por uma equipe formada por quatro pesquisadoras. Assim, passamos para a segunda e terceira etapa, que estão sendo apresentadas neste artigo. Ao buscar dar voz às mulheres que estudamos, entramos em contato com elas por e-mail e redes sociais. Inicialmente, aplicamos um questionário e, ao final deste, elas foram questionadas se gostariam de continuar a pesquisa em uma fase de entrevista em profundidade e, caso a resposta fosse positiva, para que deixassem um contato. De 77 candidatas, recebemos dez respostas ao questionário, entre os meses de junho e julho de 2021. O interesse de prosseguir na pesquisa foi manifestado por seis respondentes e, ao final, quatro foram entrevistadas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por plataforma online, de forma síncrona, como uma conversa, mas guiado por questões semiestruturadas de temas que queríamos abordar. Nas entrevistas, elas foram avisadas de seus direitos

de responder apenas o que elas quisessem, assim como poderiam parar a entrevista a qualquer momento, além de concordarem com a gravação e com o termo de consentimento livre e esclarecido que foi apresentado no início da conversa. A fim de tentar garantir o anonimato para as candidatas, elas tiveram seus nomes substituídos por “Candidata 1”, “Candidata 2”, “Candidata 3” e “Candidata 4”, nomeadas aleatoriamente. Diante disso, as análises aqui presentes foram realizadas com base nas respostas das candidatas, principalmente referente às entrevistas. Também, para este trabalho, é central o contexto da Região do ABC Paulista, entendendo que se trata de sete municípios com baixa eleição de mulheres para o cargo de vereadora, sendo o município escolhido com o cenário mais grave entre eles.

O PERFIL DAS CANDIDATURAS FEMININAS DE RIO GRANDE DA SERRA

O número de candidatas e candidatos à Câmara Municipal de Rio Grande da Serra foi de 237 nas Eleições Municipais de 2020. Deste total, as mulheres constituíram 32,4% das candidaturas para o cargo de vereadora, sendo assim, 77 candidatas para vereança. Além das pretendentes ao legislativo municipal, houve seis candidatas ao cargo de vice-prefeita e uma candidata ao cargo de prefeita, sendo 83 mulheres na disputa eleitoral. Do total para o legislativo municipal, sete concorreram pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo o partido com maior número de candidatas mulheres ao legislativo:

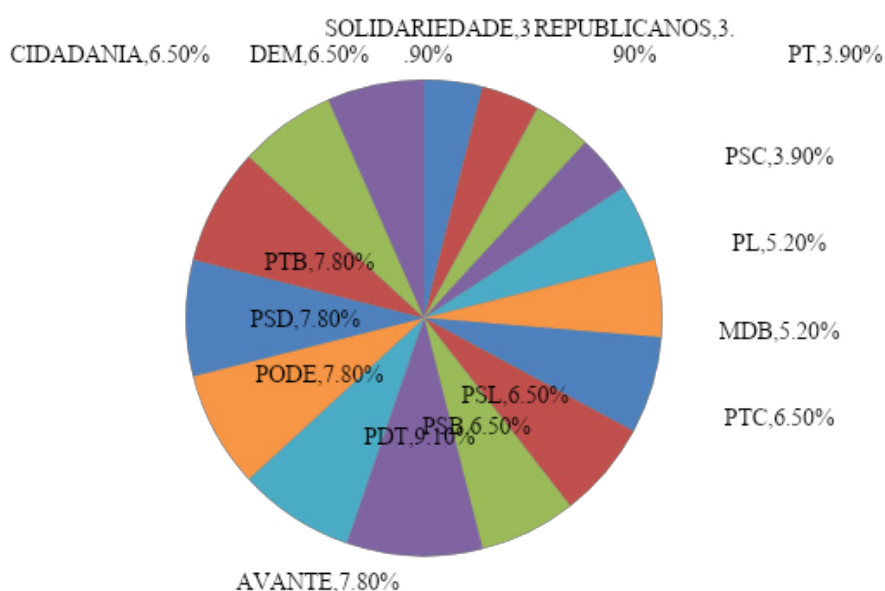


Gráfico 1. Listagem de partidos por candidaturas de mulheres. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2020).

Do total de 77 candidatas mulheres concorrendo à vereança nas eleições de 2020 em Rio Grande da Serra, de acordo com o TSE (2020), 55 se autodeclararam brancas (71,42%) e 22 (28,57%) se autodeclararam pardas e pretas. Quanto à escolaridade, cerca de 56% possuíam ensino médio completo (43 candidatas), enquanto 5% possuíam ensino fundamental incompleto (quatro) e 22% ensino superior completo (17). Ao todo, 51 candidatas (cerca de 66%), ou seja, a maioria delas, nasceram no estado de São Paulo. Acerca de suas ocupações profissionais, as três ocupações mais citadas são: doze (15,6%) se declararam Donas de casa, quatro (5,2%) são Enfermeiras, e em terceiro lugar, empatado com três (3,9%) declarantes para cada, estão Cabeleireira e barbeira, Empresária e Professora de ensino fundamental.

Na segunda etapa, com os questionários enviados a todas as candidatas, somente algumas responderam, sendo elas: cinco autodeclaradas brancas e cinco autodeclaradas pretas e pardas. Os partidos das 10 respondentes do questionário são: Partido Trabalhista Cristão (AGIR), Democratas (DEM), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Social Cristão (PSC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Podemos (PODE) e Rede Sustentabilidade (REDE).

Sobre o contexto de realizar a campanha durante a pandemia, todas afirmaram que a Covid-19 afetou sua campanha. Metade das respondentes disse não ter realizado campanha presencial de rua, e a outra metade afirmou que fez campanhas de rua com restrição. Em resposta à questão “Sobre as redes sociais, você utilizou esse meio na sua campanha?”, nove responderam positivo e uma candidata alegou não ter usado as redes para fazer campanha.

A CIDADE DE RIO GRANDE DA SERRA E O PANORAMA DO USO DAS REDES SOCIAIS NA DISPUTA ELEITORAL

A internet e as redes sociais são, como descreve David Nemer (2021), um “campo de batalha” (p. 20), pois não é construído sem um viés e são constantes as disputas de narrativas dos acontecimentos. A disputa e a observação de desigualdades, no entanto, inicia-se no acesso à rede. No Brasil, a proporção de pessoas com acesso à internet passou de 46,5% em 2011 (IBGE, 2013) para 74,7% em 2018 (IBGE, 2020). Para mais, o telefone celular passou a ser o equipamento mais utilizado para acessar a internet, presente em 99,2% dos domicílios com acesso (IBGE, 2020). Nesse contexto, percebe-se que a análise dos dados concernentes ao acesso à internet em Rio Grande da Serra assume relevância essencial na avaliação das táticas de campanha virtual.

A hipótese de que um maior alcance das suas redes poderia mudar a quantidade de votos é compartilhada por seis das dez candidatas que responderam ao formulário da pesquisa. As respondentes puderam escolher mais de uma opção sobre quem foram os responsáveis pela elaboração dos conteúdos de propaganda eleitoral on-line, sendo as opções: você (a própria candidata); Partido; Família; Amigos; Alguém do movimento social que faz parte; além da opção “Não utilizei as redes sociais como meio de campanha”.

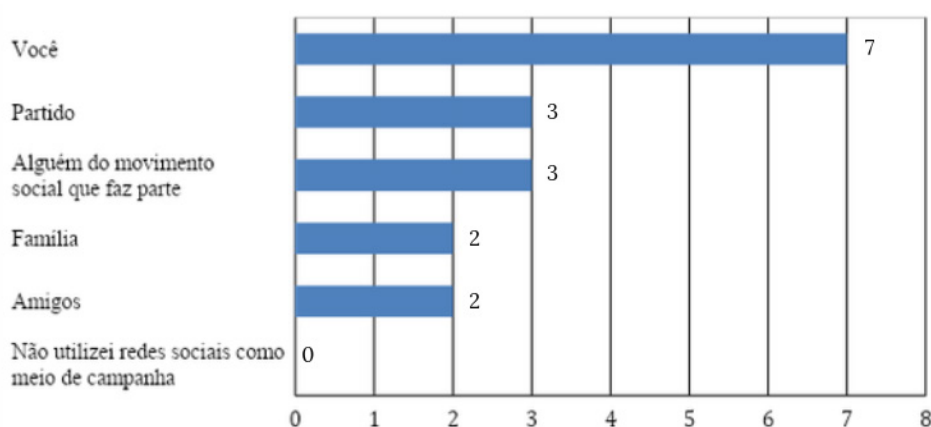


Gráfico 2. Contagem dos responsáveis pela elaboração da propaganda eleitoral on-line. Fonte: Elaboração própria a partir das respostas das candidatas.

Entre as dez candidatas que responderam ao questionário, sete participaram da criação do conteúdo de campanha, sendo que três conduziram sozinhas a criação de conteúdo postado em suas redes e outras três não participaram da criação do conteúdo postado na campanha.

No ano de 2021, o celular predominava como o principal meio de acesso à internet nos lares. Em sequência, a televisão emergiu como o segundo dispositivo mais utilizado para tal fim, com uma prevalência de 44,4% dos lares, ultrapassando, pela primeira vez, o computador, que registrava uma taxa de utilização de 42,2%. Entre as entrevistadas, registra-se que o dispositivo utilizado, computador ou celular, variou, mas com a predominância do uso do celular a partir de aplicativos:

[...] é muito difícil ser uma candidata [...] mas eu tinha certeza do propósito, que se Deus quisesse que fosse, eu tinha certeza de que eu era capaz de representar. Mesmo que eu não soubesse eu ia procurar estudar pra saber, e foi o que eu fiz. E aí no Messenger, no Facebook, no WhatsApp, eu mandei o projeto pra todo mundo, no último dia eu fui nas casas, mas eu não entrei eu fiquei no portão falei com algumas pessoas naquela limitação porque eu também não

tinha grana eu peguei R\$ 50, na verdade eu pedi pro meu amigo fazer um Uber para mim e depois eu pagava ele quando meu marido recebesse. (Candidata 1, grifos nossos).

Eu falo que eu saí dessa campanha eleitoral me sentindo muito vitoriosa, eu fiz uma campanha de seis meses, sem gastar nenhum centavo se quer, tudo que eu fiz nessa campanha, eu fiz, no meu computador. Então, não gastei... Gastei gasolina nos últimos dias, para fazer... A gente começou a sair para fazer panfletagem na rua, mas coisa bem pouca... (Candidata 2, grifos nossos).

Minha campanha mesmo foi mais por Whatsapp, pelo Facebook, pelo Instagram conversando com as pessoas. Porque eu pegava minha foto de campanha e eu ia mandando no messenger e aí eu ia conversando com as pessoas. (Candidata 3, grifos nossos).

O que a campanha online, ela traz? Ela tem que ter um engajamento. [...] Eu fazia, mas as publicações era eu. Então você tava na rua, tava publicando, fazendo tudo ao mesmo tempo. Então, falta uma equipe estruturada, entendeu? E isso falta não só na minha, como na de todas as outras mulheres. (Candidata 4, grifos nossos).

No Censo de 2022, a população do município de Rio Grande da Serra registrou o número de 44.170 habitantes, sendo que, deste total, 51,2% são mulheres e 45,9% se autodeclara parda. De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR, 2022), os municípios que detêm uma população entre 20 e 100 mil habitantes apresentam, em média, 69% de sua população sendo usuária de internet. Entre os domicílios com acesso à internet, os municípios desse mesmo porte apresentaram, em média, 41% conexão por Cabo ou Fibra Óptica, 27% por *Modem* ou Chip, 6% por xDSL, 7% por Satélite e 6% por Rádio (CGI.BR, 2021). O wifi utilizado pelas candidatas também varia, no sentido de serem de seus próprios domicílios: “então eu tinha o wifi do meu irmão que a gente dividia né, então eu fazia tudo isso pela internet né”, de acordo com a Candidata 1, assim também há relatos do uso do próprio wifi de casa, como a Candidata 2, “foi tudo muito simples, wifi aqui de casa, notebook, canva, plataforma do canva e só”.

Nas redes é comum estar associado com pessoas que compartilham ideias e experiências parecidas, como as pessoas que compartilham o mesmo território. Entre as estratégias realizadas pelas candidatas, destacam-se: criação de grupos

de comunidade no Facebook, postagens de suas bandeiras e propostas no Facebook e realização de lives no Instagram. No que diz respeito às temáticas principais, relatadas por elas na divulgação de suas campanhas, estão a trajetória pessoal e a valorização das mulheres na política:

Facebook foi o que eu mais usei, *Instagram usei pouco, o Messenger e o Whatsapp - o meus status né - eu trabalhei bastante essa parte né, igual eu falei pra vocês os meus projetos que eu fiz... foi tudo pelo In Shoot, peguei uma imagem ali, publiquei.* Enfim, eu tava me mostrando pro povo, *eu já tinha uma história de simplicidade, uma história de garra, né?* (Candidata 1, grifos nossos).

Fiz posts falando sobre a força da mulher, *porque a mulher ela é mãe, ela é empresária, ela trabalha fora, ela é empregada, ela é estudante, por que ela não pode ser uma figura política? Por que ela não pode ser uma vereadora ou uma deputada? Se ela tem força para tantas coisas, por que não ser uma figura política?* (Candidata 2, grifos nossos).

Segundo o monitoramento virtual realizado pela pesquisa, as temáticas mais frequentemente abordadas foram “Educação e Assistência Social” e “Causas Municipais”, ambas com 29 referências em campanhas individuais. A categoria “Educação e Assistência Social” abarca assuntos como Acessibilidade, Assistência Social, Criança e Adolescente, População Idosa, Inclusão Social, Moradia, Juventude e Educação, sendo esta última subcategoria a mais destacada, com 12 menções. Por sua vez, a categoria “Causas Municipais” engloba Saúde, Desenvolvimento Econômico, Segurança, Defesa de Bairro, Comércio, Empreendedorismo, Participação Cidadã, Turismo, Emprego e Infraestrutura, sendo esta última a mais recorrente entre as subcategorias, com seis menções pelas candidatas. Após essas duas categorias, destacam-se “Meio Ambiente e Causa Animal” (com doze menções), “Mulher em pauta” (com dez menções) e “Cultura e Lazer” (com nove menções). Um aspecto diferenciado foi a apresentação da proposta de mandato coletivo, na qual a candidata delineou as atribuições e estrutura de seu mandato nesse formato.

“OS 30%”: RESPONSABILIDADES DOS PARTIDOS E DESEMPENHO DOS MECANISMOS ELEITORAIS

A cada quatro anos ocorrem as eleições municipais em todo o Brasil para a escolha de representantes para a chapa de prefeita ou prefeito e vice-prefeita ou vice-prefeito e para o cargo de vereadora ou vereador. O fato de a filiação partidária

ser etapa obrigatória para uma candidatura, torna os partidos um dos principais atores para avaliar uma eleição de representantes. Além disso, os partidos são os responsáveis por cumprir as leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009, popularmente conhecidas como leis de cotas de gênero, garantindo pelo menos 30% de candidaturas de cada sexo na lista apresentada para os cargos de representação proporcional (Brasil, 1997; Brasil, 2009) – no caso das eleições municipais, para a vereança.

Existem critérios importantes a serem garantidos pelo Estado para a realização de eleições confiáveis. Dentre os conceitos relevantes estão o de entendimento esclarecido e a participação efetiva, propostos por Dahl (1997), que dialogam nesse artigo com a possibilidade de as pessoas utilizarem as redes para propor seus próprios pontos de vista, inclusive politicamente. Isso porque outros critérios importantes também podem se ligar a instituições políticas ao pautar a liberdade de expressão, informação alternativa e autonomia para associação. A liberdade de expressão, por sua vez, possibilita que os conhecimentos e informações sejam compartilhados e que seja possível a divulgação destes, por parte de quem quiser, pois há a liberdade de se expressar livremente³ – tendo alcance entre sua rede de contatos e seguidores.

A internet, dessa maneira, trouxe a possibilidade de criação de fontes alternativas de narrativas e informações de fácil acesso. Esse novo cenário impediria a concentração de narrativas em poucos veículos – por exemplo, uma fonte oficial do governo – e cria meios de questionar fontes majoritárias (Nemer, 2021). Na perspectiva das eleições, como é argumentado no capítulo “O uso do Facebook em campanhas eleitorais: um meio de contornar desigualdades socioeconômicas e falta de recursos tradicionais?” do livro *Candidatas em Jogo* (2020), ao contrário da distribuição do Fundo Partidário, Fundo Eleitoral e do tempo de propaganda no rádio e na TV, o uso das redes sociais não depende das decisões das executivas partidárias. Dessa maneira, as candidaturas podem possuir uma maior autonomia para decidir sobre o uso dessas redes como ferramentas de campanha para a divulgação de informações (Ramos, Barbieri, Herscovici, Aflalo, Mardegan, Marin, Youssef, Chaves, 2020).

O entendimento esclarecido também pode sofrer de informações tendenciosas ou mesmo da falta de informações confiáveis. Os cidadãos, que são politicamente iguais, devem ter oportunidade de formular suas preferências; expressá-las aos outros e ao governo, individual ou coletivamente e garantir que suas preferências sejam consideradas para as ações do governo (Dahl, 1997). Na discussão da

3 As redes sociais e plataformas online têm regras de convivência e uso que são aceitas pelos usuários ao ingressar. As publicações têm de estar de acordo com esses limites, podendo os próprios usuários denunciarem conteúdos que entendem violar as regras, e se for constatada a violação, pode ser determinada a exclusão da publicação e, em alguns casos, o banimento do usuário.

escolha de representantes pelos eleitores, o papel dos partidos políticos vai além da mediação com a sociedade, pois são fundamentais na garantia da democracia. O sistema eletivo não gera, necessariamente, a identidade dos representados com o corpo de representantes, além de os eleitos terem certa independência e liberdade de ação (Manin, 2013).

Neste ponto, podemos debater os tipos de representação e critérios de autorização da representação. Assim, partiremos do conceito de política da presença de Anne Phillips (2001), que não entende que a representação parte da defesa de demandas e objetivos comuns, mas que faz parte do jogo político o convencimento das decisões tomadas. Portanto, os indivíduos que dividem perspectivas iniciais parecidas – como gênero, raça e classe – podem ter uma maior capacidade de representar tais indivíduos, pois conseguem construir conexões com representados.

As cotas para mulheres representam uma medida globalmente adotada para corrigir a desigualdade de gênero nos espaços de poder (Krook, 2013). Contudo, ainda em 2001, a socióloga Clara Araújo alertou que, mesmo com as cotas, sem os investimentos, auxílios e apoio do partido, as candidaturas femininas não iriam obter relevância necessária para o sucesso eleitoral. No contexto brasileiro, as cotas concentram-se na fase de candidatura, reservando vagas para mulheres candidatas. Contudo, ainda em 2001, a socióloga Clara Araújo alertou que, mesmo com as cotas, sem os investimentos, auxílios e apoio do partido, as candidaturas femininas não iriam obter relevância necessária para o sucesso eleitoral.

No âmbito informal dos partidos políticos, por exemplo, existe a prática de criar candidaturas fictícias que não avançam no processo eleitoral, uma vez que são arenas de produção e reprodução de desigualdades. Essas candidaturas podem assumir várias formas, com a suposta candidata podendo estar ciente ou não da sua inclusão, sendo convidada ou não para participar desse ato, e até mesmo sem o seu consentimento. Embora todas essas práticas sejam consideradas criminosas, a comprovação de que uma candidatura foi estabelecida apenas para cumprir o número mínimo de vagas exigido por lei é um desafio (Gatto, Wylie, 2021).

Nas entrevistas individuais, a Candidata 1 revela como foi perceber que o convite para participar das eleições era menos sobre ela e mais sobre o cumprimento da lei, de maneira semelhante à Candidata 3, que relata a mesma situação sobre suas colegas:

Eles me chamaram mesmo na intenção de eu ser um quociente eleitoral e não realmente de eu trabalhar mesmo, *de eu ganhar, porque eles não me deram a possibilidade de eu ganhar. Porque eu não tinha panfleto, eu não tinha dinhei-*

ro, não tinha cabo, não tinha nada, entendeu? Eu senti isso mesmo no meio da campanha, que eu não seria eleita e, assim, a pandemia também atrapalhou muito. (Candidata 1, grifos nossos).

Então, muitas mulheres que foram candidatas estavam ali para preencher um número, entendeu? Não era uma pessoa que estava ali para batalhar pela campanha. Por isso que eu te digo, pessoas que entraram ali e se ela não quisesse entrar ela podia ter trabalhado para trazer os votos para quem realmente estava ali querendo, entendeu? (Candidata 3, grifos nossos).

Apesar do estereótipo comum de que as mulheres não se interessam por política, é frequente encontrar mulheres engajadas em suas comunidades em diferentes contextos, como em seus bairros, na escola dos filhos ou em atividades religiosas. Existe nelas também uma vontade de participar, ainda que pareça distante até receberem uma proposta de fato, muitas vezes, com uma recusa inicial:

Quando me convidaram para ser candidata a vereadora da minha cidade, eu achei uma loucura e dei muita risada, mas pensei: Quem sabe, né, eu posso mudar algumas coisas. [...] E aí, eu aceitei, depois de muita insistência, o convite. Fui estudar, fiz curso de políticas públicas [...], fiz liderança feminina, fiz oratória e fiz mais algum que eu tô esquecendo... marketing político.” (Candidata 1, grifos nossos).

Um amigo me chamou para conversar: [...] por que você não sai candidata a vereadora? Aí eu falei: não, essas coisas não são para mim. [...] Ele me falou: [...] tem muita falcatrua, porque não tem pessoas como você lá dentro. A gente precisa mudar esse quadro. [...] E eu: não, não sei fazer essas coisas. [...] Mas aí... Vindo embora para casa e pensando a respeito, comecei a pensar justamente nessa questão política da coisa: o quanto a gente faz política sem perceber que estamos fazendo política ou sem aceitar que estamos fazendo política. (Candidata 2, grifos nossos).

Quando eu cheguei na Câmara, que eu falei... só tinha homem: são 13 vereadores. Aí eu olhei aquilo ali e falei assim “[Nome], não tem uma mulher vereadora?”. Ele falou “você não sabia?” E aí eu falei “cara, que cidadã que eu sou? Como é que eu posso cobrar alguma coisa se eu mesmo não faço alguma coisa?” E aí eu olhei lá: 13 homens. (Candidata 3, grifos nossos).

Essa fala demonstra que as barreiras que impedem as mulheres de acessar os espaços institucionais transcendem a suposta falta de interesse em liderança associada ao estereótipo masculino, envolvendo complexas questões estruturais e culturais. A literatura destaca três barreiras principais: o acesso ao partido (Araújo, 2001, Araújo, 2009), a candidatura (Álvares, 2008, Sacchet, 2012) e a obtenção de votos (Matland, 2002; Peixoto, Marques, Ribeiro, 2022).

Dentre essas barreiras, o momento da candidatura emerge como o nó central. A dificuldade em convencer os eleitores a votarem em mulheres não se mostra necessariamente como uma questão tão robusta (Bohn, 2008; Cavenaghi; Alves, 2010). Assim, partimos do pressuposto de que a construção de uma candidatura verdadeiramente competitiva constitui o principal obstáculo que afasta as mulheres da política e esta responsabilidade estaria, principalmente, nas decisões internas dos partidos (Verge; de la Fuente, 2014). Como bem descreve a Candidata 1 quando fala da quantidade de votos que teve com sua campanha, apesar do partido, segundo ela, não se esforçar para que ela realmente pudesse ganhar: “eu me senti vitoriosa, eu estava no partido errado.” (Candidata 1).

Acerca do financiamento de propagandas eleitorais pelos partidos às candidatas, as respostas do questionário apontaram que, dentre os materiais e serviços acessados por elas, a prevalência foi de materiais impressos – “Santinhos”, outros materiais e distribuição de materiais – e de adesivos – individuais e para carros –, como aponta o gráfico a seguir.

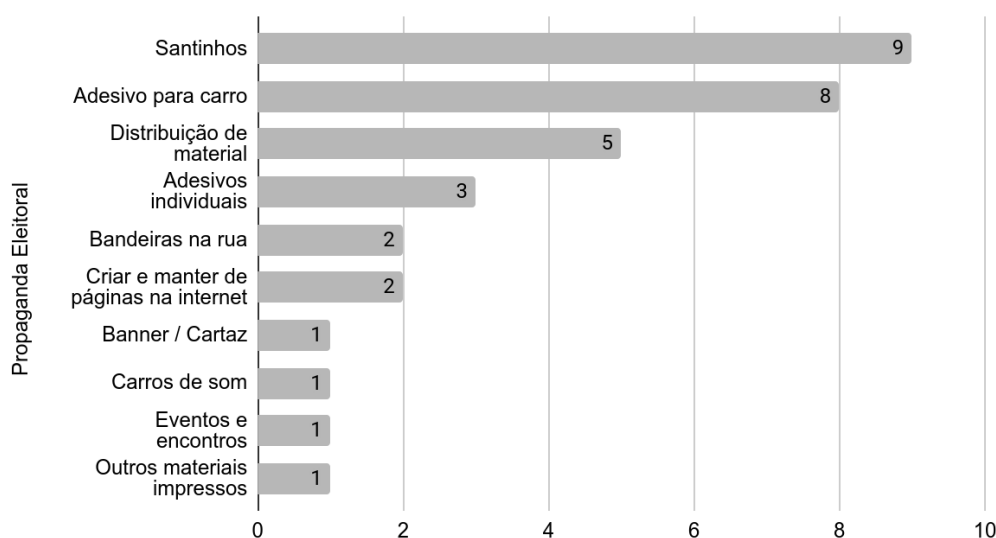


Gráfico 3. Tipos de propagandas financiadas pelos partidos. Fonte: Elaboração própria a partir das respostas das candidatas.

Observa-se que a criação e manutenção de páginas da Internet obteve uma baixa declaração de financiamento dos partidos pelas candidatas que responderam o questionário. A divisão proporcional do fundo eleitoral é uma medida que visa aumentar a visibilidade das candidaturas de mulheres e, a partir de 2019, foi definida a distribuição proporcional entre as candidatas mulheres (TSE, 2019). Esse foi um assunto perguntado e, entre as entrevistadas, observou-se uma frustração com a competitividade de suas candidaturas diante do cenário local ou da postura dos partidos, como apontam as Candidatas 1 e 4:

Eu vejo que a mulher, ela não tem vez na política. Já tem o que eles querem que ganhe: aquelas pessoas já estão ali, o dinheiro já vem para elas. As mulheres estão ali só de fachada. Então, Rio Grande da Serra não tem vereadora, entendeu? [...] Porque a gente é laranja né? Infelizmente. Eles não querem que a gente ganhe. E vai ter a campanha que vem e eles não vão preparar, não é só o meu partido, [...] todos os partidos. As mulheres não têm vez. Tem aqueles que eles querem que ganhe e pronto, acabou. (Candidata 1, grifos nossos).

Ah, de modo geral, eu avalio que foi boa [a campanha], só que, infelizmente, né, aí a gente entra na questão que... pra mim, eu vou falar: a minha foi ótima, foi boa... só que a gente trabalha com quem tem mais poder, né? Então, infelizmente, hoje a gama de votos vendidos é muito grande... (Candidata 4, grifos nossos).

No entanto, também foram relatados depoimentos elogiosos e positivos em relação aos seus respectivos partidos por três das quatro entrevistadas:

Pra mim foi positiva [a relação com o partido]. [...] Numa campanha, eu não sabia praticamente nada, sabia nem para que lado ir né, e aí tudo que eu questionei né, eles sempre se puseram a disposição para tirar dúvida, eles até falavam: “[Candidata 1], tem dúvida? Manda mensagem, liga de madrugada, de tarde, de noite. O que você precisar”. Eles disponibilizaram para gente advogado, contador, é... Tinha o pessoal do marketing. O pessoal se eu quisesse filmar, fazer vídeo, eu tinha a disposição [...]. Ao meu ver foi bem positivo, porque tudo que eu precisei eu encontrei ali. (Candidata 2, grifos nossos)

A gente tem que começar por algum lugar, né. Eu comecei e me dei mal, mas assim, foi uma experiência, valeu! Conheci muita gente legal, que agregou bastante coisa na minha vida. Assim, me mostrou quem realmente são as pes-

soas, né? [...] Foi uma experiência positiva, digamos assim, decepcionante, mas positiva. (Candidata 3, grifos nossos).

Então, eu não posso ser também ingrata, né? Porque se eu tivesse trabalhando lá atrás e eu tivesse uma visibilidade melhor, talvez o partido, o próprio colegiado que a gente tava ajudando, podia estar investindo mais, né? [...] Então, pra mim, eu me sinto agradecida. (Candidata 4, grifos nossos).

Nas respostas coletadas pelos questionários, o grau de satisfação foi variado, apresentando maior insatisfação com os partidos. Apenas uma candidata declarou estar satisfeita com o valor disponibilizado pelo partido para sua campanha, duas apontaram estar satisfeitas com o auxílio do partido com o gerenciamento das redes sociais, e três disseram estar satisfeitas com o material disponibilizado para campanha. Como pode ser observado no Gráfico 4, no apoio geral à campanha a maioria diz estar “Pouco satisfeita” com o seu partido.

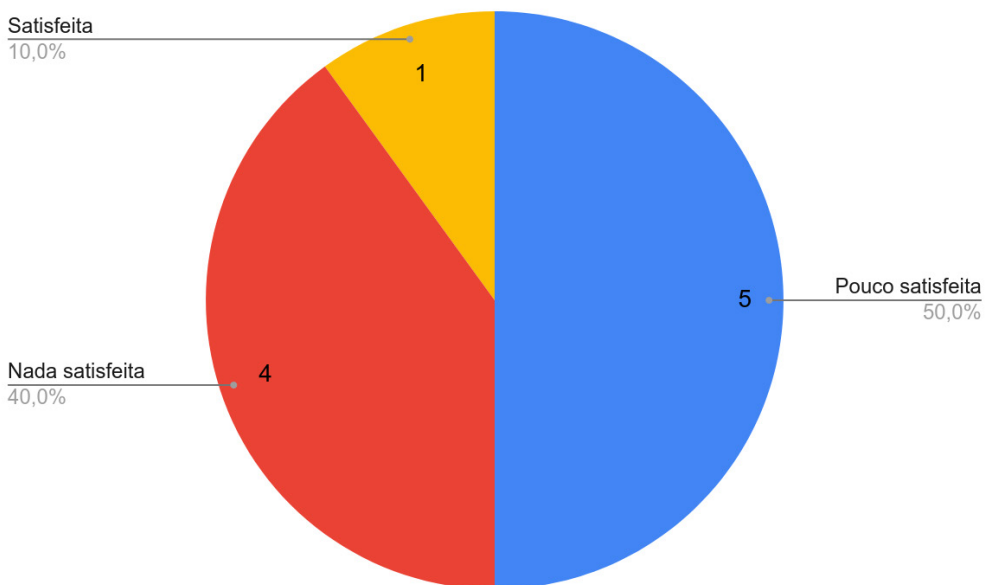


Gráfico 4. Grau de satisfação com o seu partido político no apoio do partido para a campanha. Fonte: Elaboração própria a partir das respostas das candidatas.

Apesar da derrota eleitoral e das dificuldades enfrentadas, as entrevistas individuais apresentaram resultados diferentes, observando-se depoimentos de satisfação com os partidos. Para além da avaliação pessoal, nossa hipótese é de que esta postura pode estar relacionada a uma sensação de maior segurança

proporcionada pelo anonimato do questionário, pelo medo de ser excluída ou perseguida pelo partido, pela vontade de ganhar espaço no partido ou pelo sentimento de culpa interiorizado pelas mulheres em disputa de campanha. No entanto, se a relação com o partido é ponderada de maneira positiva em boa parte dos relatos, a frustração com a ausência de votos de eleitoras mulheres parece ser constante nos depoimentos das candidatas entrevistadas.

MULHER VOTA EM MULHER?

A afirmação “mulher não vota em mulher” apareceu em dois de quatro relatos nas entrevistas individuais. Uma derivação dela, “mulher não confia em mulher”, também esteve presente. As generalizações sobre o comportamento eleitoral das mulheres nos municípios aparecem como expressão da frustração nos depoimentos das entrevistadas.

[...] políticas públicas é lindo, identifiquei a necessidade, vou trabalhar com aquilo, é lindo, no papel mas na política do Brasil, não só na minha cidade, não acontece, não funciona então é muito triste é muito triste a desinformação também das mulheres, dos homens, de todo mundo no geral... é muito grande entendeu? É complicado e mulher não vota em mulher, que é o pior: tem essa rixa. (Candidata 1, grifos nossos).

Então, eu vejo que existe... A própria mulher em si, não vota na mulher. Por que? Eu acho que existe uma... não sei nem como dizer a palavra, na realidade... Não vota na mulher, não sei se é porque não acredita, ou porque é aquele conservadorismo lá. [...] Então, eu vejo dessa forma a cultura do nosso município. (Candidata 4, grifos nossos).

De fato, a democracia, da forma que tem sido construída, é masculina, branca e heteronormativa (Connell; Pearse, 2015). As instituições democráticas e a cultura política são construídas como qualquer outro campo social, carregam a bagagem das normas, dos discursos, e das divisões de poder (Bourdieu, 1998, Miguel, 2010). Por isso, antes da pergunta sobre o voto de mulheres eleitoras em mulheres candidatas, é preciso questionar a tamanha homogeneização masculina na política, em todos seus níveis. Primeiro, nos é ensinado que o poder pertence aos homens, e depois, nos culpam por assimilar tal discurso. Assim, para uma mulher votar em outra mulher, existe um passo anterior à campanha eleitoral: a construção de um imaginário político. O trabalho das pesquisadoras Lori Beaman, Esther Duffo,

Rohini Pande e Petia Topalova (2012) demonstrou como as lideranças femininas causam influência no melhoramento educacional e nas aspirações de jovens mulheres. Analisando 400 vilarejos, o estudo demonstrou a importância de lideranças femininas resultarem no aumento de aspirações de meninas, equivalente às aspirações dos meninos da mesma idade (Beaman; Duflo; Pande; Topalova, 2012).

Nesse mesmo sentido, a cientista política americana Jane Mansbridge (1999), ao olhar para a representação de mulheres negras, defende que o papel principal da democracia representativa é o de representar os interesses substantivos dos representados por meio das funções deliberativas e agregativas. Para a autora, que valoriza os benefícios simbólicos da representação descritiva, o aumento da inclusão de membros de grupos historicamente sub-representados é capaz de aumentar seu sentimento de proximidade com a política e a democracia (Mansbridge, 1999). Além disso, afirmar que mulher não vota em mulher como uma generalização categórica é ignorar por quem o voto feminino foi defendido e conquistado. As lutas pelas liberdades, bem como pela defesa da democracia, em diferentes tempos históricos foram realizadas por mulheres (Chehab, 2019). As mulheres desempenharam um papel central na crítica à cidadania e na demanda por direitos, a crítica feminista desempenha um papel fundamental na ampliação do ideário de cidadania, tanto como algo essencial, quanto como abrangente (Araújo, 2012).

Diante dos diferentes fatores, as candidatas entrevistadas relatam frustração com o eleitorado feminino, a partir do reconhecimento de uma cultura patriarcal, sem a individualização da questão:

E uma mulher tem muito preconceito contra a outra. Então, assim, vai ser muito difícil uma mulher ser eleita na nossa cidade. *Mas ao mesmo tempo, esse ano, algumas, não sei se é da boca para fora, mas queriam uma mulher lá dentro, porque ninguém sente a dor da mulher senão a mulher. [...] Não adianta, eles não têm esse sentimento, esse “sentir” da mulher, entendeu?* (Candidata 1, grifos nossos).

[...] precisamos mudar a cultura, mudar a mentalidade e fazer com que as próprias mulheres entendam que elas possam, elas podem fazer a diferença, que elas são a maioria na população, né, e que elas, tendo consciência de que, elas escolhendo uma candidata e focando, apoiando essa candidata, nós vamos ter uma representante mulher lá para nós, não só aqui em Rio Grande, né, como na maioria do país, é uma dificuldade gigantesca. (Candidata 3, grifos nossos).

Vamos olhar pela lógica de mulher: mulher é um bicho complicado... a própria mulher não confia na mulher, infelizmente. No meu ponto de vista é a cultura. É a cultura... que é uma cidade conservadora, é conservadora! Então, existe aquele, que nós podemos dizer, o patronal. O homem, entendeu? Sobressaindo nessa situação. (Candidata 4, grifos nossos).

Por sua vez, no senso comum, o comportamento eleitoral masculino não apresenta uma frase de efeito da mesma forma sobre seu voto. O homem é compreendido como diverso em seu pensamento político, ao mesmo tempo que é aliado de outros homens. Analisando mais de uma década de comportamento eleitoral de homens e mulheres quando candidatos masculinos e femininos se enfrentam nos Estados Unidos, Craig Leonard Brians (2005) apresenta dados que demonstram que as candidatas obtêm um apoio maior das mulheres do que de homens. Se o quadro de sub-representação das mulheres continua em várias democracias, o voto em mulheres deveria ser preocupação não somente do seu próprio gênero, mas também a responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento das democracias liberais de representação.

O engajamento de movimentos de mulheres pela defesa das pautas específicas de gênero obteve atenção nas últimas eleições presidenciais brasileiras. Em 2018 e 2022, em exemplo, a corrida eleitoral de Jair Bolsonaro como candidato à Presidência da República foi marcada pela questão de gênero: o candidato obteve a maioria dos votos masculinos e enfrentou rejeição por parte das mulheres. Como reação às suas falas e posturas abertamente misóginas, no ano de 2018 surgiu o movimento chamado de “Todas contra Bolsonaro”, conhecido pela hashtag “Ele não”. Apesar da grande mobilização nacional, na visão da cientista política Flávia Biroli o movimento não poderia impedir a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, mas o que fez foi marcar a violência de gênero como pauta central da agenda eleitoral (Candido; Gomes; Tanscheit, 2019).

No Brasil, há também a argumentação de que gênero não é uma variável suficiente para realizar a análise. De fato, se faz necessário admitir há o perigo de se entender a categoria “mulher” como algo único (Carneiro, 2003). Na análise do *survey* LAPOP-Brasil 2007 que questionava sobre o voto em uma mulher para a Presidência do Brasil, cerca de 88,7% do eleitorado feminino votaria em candidatas mulheres, e entre os homens, a porcentagem é de 87,0%, sendo assim uma baixa diferença (Bohn, 2008). As Candidatas 3 e 4, por exemplo, relataram em diversos trechos sua decepção com a postura das mulheres com quem tiveram contato durante suas campanhas:

[...] esses dias também a gente postou no nosso insta ... “A mulher ela não apoia outra mulher”, são poucas as mulheres que apoiam outras mulheres. A sororidade é muito bonita na rede social, mas quando chega na vida real não tem essa sororidade, entendeu? A mentalidade é muito machista ainda. (Candidata 3, grifos nossos).

[...] se a mulher ela não está ativa na política, ela não é participativa, ela não se envolve nos conselhos que tem, municipais, porque tem... Nós temos conselhos municipais, mas você vai entrar: poucas pessoas. Então, é um povo que não é participativo na política da cidade. Agora, se tem uma pessoa dentro daquela casa e ela é participativa, ela vai falar “olha, vocês vão votar nessa pessoa” e elas vão votar. E quem geralmente é isso? É o homem, entendeu? Infelizmente. (Candidata 4, grifos nossos).

Houve também momento de elogios ao comportamento de mulheres, especialmente aquelas que atuaram em parceria com suas candidaturas, seja na campanha ou na valorização da participação das mulheres:

É lógico que eu quero mudança, ver uma Câmara com mulheres, porque seria inédito, não uma, mas queria ver várias mulheres. E a gente teve uma coisa na época da campanha, foi até legal, porque outras mulheres de outros partidos, a gente acabava meio que se apoiando, fazendo campanhas. Porque quando uma mulher falava da outra, a gente falava muito bem. E a gente tinha mulheres de outros partidos, que eu via uma boa chance nelas, e via um sentimento que era o mesmo que o meu, um sentimento de mudança. (Candidata 2, grifos nossos).

[...] aí ela disse: “nega, eu tô contigo até o fim, eu sou sua cabo eleitoral número 1! Nossa, que legal”. E eu, gente, eu não acredito, ela fez máscara para minha campanha, para mim. Ela sempre falava de mim para as pessoas do bairro. Então, foram coisas que me marcaram muito durante a campanha: realmente descobrir aquilo que eu queria, enquanto vereadora. (Candidata 2, grifos nossos).

A frase oriunda do senso comum de que “mulher não vota em mulher” apresenta diversas potencialidades como agenda de pesquisa feminista. O entendimento sobre a associação ao poder ao masculino, a pesquisa sobre a estrutura que impede o companheirismo entre mulheres, a compreensão de uma cultura que gera baixa

aspiração para mulheres, comportamento eleitoral e a sub-representação feminina, entre outras questões. Mas, ao mesmo tempo que permite diversas novas perguntas, é também uma frase limitada: primeiro, quem são essas mulheres? Uma vez que gênero não aparece como variável única e universal. E, depois, por que culpá-las, ao invés de compartilhar a responsabilidade com quem estruturou tal sistema?

CONCLUSÃO

A sub-representação política das mulheres persiste em diversas esferas de poder da sociedade brasileira, com especial agravamento no poder local, como o legislativo municipal. Diante deste cenário, este estudo focou nas eleições municipais de 2020, em Rio Grande da Serra (SP), com o objetivo de investigar o potencial das campanhas virtuais para aumentar a competitividade das candidaturas femininas, durante a pandemia da COVID-19. Monitorando os perfis de Facebook e Instagram das 77 candidatas ao cargo de vereadora, constatou-se que, embora as redes sociais sejam importantes ferramentas de participação social, as campanhas virtuais não foram suficientes para alterar o quadro de apagão da representação feminina no município pesquisado. Mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia às campanhas de rua, a presença virtual não se traduziu em sucesso eleitoral para as candidatas mulheres. Diante dos resultados eleitorais e das respostas coletadas nos questionários e em entrevistas, formula-se a hipótese de que o espaço virtual, na verdade, reproduz a desigualdade de gênero observada em outras esferas da campanha, em relação aos recursos financeiros, gerência das ferramentas e acesso a dispositivos, bem como engajamento nas redes.

Embora as redes sociais aparentam ser uma alternativa às formas tradicionais de comunicação eleitoral e também de redução dos custos de uma campanha, o financiamento, o apoio do partido, bem como as próprias capacidades da candidata (no sentido, material e habilidades de ferramentas) desempenham um papel crucial para uma boa execução de campanhas digitais. Para futuras pesquisadoras, coloca-se aqui também o papel desempenhado por algoritmos no engajamento de postagens por gênero, bem como a vulnerabilidade de mulheres nas redes sociais em detrimento da produção de conteúdo por homens, diante da violência política de gênero na Internet, entre outras reações por grupos misóginos digitais. As entrevistas também revelaram insatisfação com o apoio partidário e dificuldades na condução das campanhas, refletindo um sentimento de frustração com o contexto político local. Assim, conclui-se que o ambiente virtual teve baixo desempenho na promoção da eleição de mulheres, destacando-se a complexidade dos desafios

enfrentados por elas, que vão além das questões de gênero e incluem aspectos como raça/etnia e apoio partidário insuficiente.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luiza Miranda (2008). Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*, v. 51, n. 4, p. 895–939. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000400004>
- ARAÚJO, Clara (2009). “Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, p. 23–59. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1604> (acesso em 24/03/2024).
- ARAÚJO, C.. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 231–252, 2001.
- BEAMAN, Lori et al (2019). Experiment in India Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy. *Science*, Washington, Dc, v. 335, p.582-586, 12 jan. 2012. Acesso em: 12 nov. <https://doi.org/10.1126/science.1212382>
- BOHN, Simone Rodrigues. (2008). Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 352–379. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200004>
- BOURDIEU, P. 1998. *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- BRASIL (2009). Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm (acesso em 24/03/2024)
- BRASIL (1997). Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Diário Oficial da União, Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm (acesso em: 24/03/2024).
- BRIANS, Craig Leonard (2005). Women for Women? American Politics Research, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 357–375. *SAGE Publications*. <https://doi.org/10.1177/1532673X04269415>
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117- 133, Dec. 2003.
- CANDIDO, Marcia et al (2019). GENDER, FEMINIST ACTIVISM AND CONSERVATISM IN LATIN AMERICA: AN INTERVIEW WITH FLÁVIA BIROLI, FLAVIA FREIDENBERG AND VERÓNICA GAGO. *Novos Rumos Sociológicos*, Ufpel, v. 7, n. 11, p.65-84. <https://doi.org/10.15210/norus.v7i11.17042>
- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010 (2012). . In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Celi Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para

- as Mulheres. ISBN 978-85-66557-00-8. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4030> (acesso em 24/03/2024).
- CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos (2019). O protagonismo das mulheres nos movimentos políticos para a redemocratização brasileira. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, Belém, v. 5, n. 2, p. 1-15. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9830/2019.v5i2.5866>
- CONNELL, Reawyn; PEARSE, Rebecca (2015). Gênero: uma perspectiva global. São Paulo, nVersos.
- COLLINS, Patricia Hill (1990). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR) (2022). Fronteiras da inclusão digital. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/11/20220926165821/estudo_frenteiras_da_inclusao_digital_2022.pdf. (acesso em 15/03/2024).
- CRENSHAW, Kimberle Williams (1989). “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.”. *University of Chicago Law Forum* 140: 139–167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> (acesso em 24/03/2024).
- DAHL, Robert Alan (1997). *Poliarquia – Participação e Oposição*. Trad. Celso Mauro Pacionik. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- GATTO, Maria Luiza Aberceb Carvalho; WYLIE, Kristin (2021). Informal institutions and gendered candidate selection in Brazilian parties. *Party Politics*. <https://doi.org/10.1177/13540688211008842>
- HANCOCK, Ange-Marie (2016). *Intersectionality: An Intellectual History*. New York: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199370368.001.0001>
- HARDY-FANTA, Carol, MARIE SIERRA, Christine, Dianne Pinderhughes, LIEN, Pei-te (2016). *Contested Transformation: Race, Gender, and Political Leadership in 21st Century America*. New York: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139031165>
- IBGE (2021). Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>. (acesso em: 15/03/2024).
- IBGE (2021). Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 159 p. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263999>. (acesso em 14/12/2020).
- IBGE (2020). PNAD Contínua TIC 2018: internet chega a 79,1% dos domicílios do país. Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>

- agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais. (acesso em: 14/12/2020).
- JUNN, Jane (2017). The Trump majority: white womanhood and the making of female voters in the U.S. *Politics, Groups, And Identities*, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 343-352. Informa UK Limited. <https://doi.org/10.1080/21565503.2017.1304224>
- KROOK, Mona Lena (2013). Quota Laws for Women in Politics: Implications for Feminist Practice. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 15(3), 345-368. <https://doi.org/10.1093/sp/jxn014>
- LOVENDUSKI, Joni. Feminist reflections on representative democracy. *The Political Quarterly*, v. 90, p. 18-35, 2019.
- MANSBRIDGE, Jane (1999). Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent “Yes.” *The Journal of Politics*, 61(3), 628-657. <https://doi.org/10.2307/2647821>
- MANIN, Bernard (2013). A democracia do público reconsiderada. Trad. Otacílio Nunes, *Novos Estudos*, n. 97. p. 115 – 127. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300008>
- MATLAND, Richard E. (2002). Estratégias para Ampliar La Participación Femenina en el Parlamento. El Proceso de Selección de Candidatos Legislativos y los Sistemas Electorales. In: MENDEZ-MONTALVO, Myriam; BALLINGTON, Julie. (orgs.), *Mujeres en el Parlamento – Más allá de los números*. Estocolmo, Suécia, IDEA. <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/mujeres-en-el-parlamento-mas-alla-de-los-numeros-2002.pdf> (acesso em 24/03/2024).
- MIGUEL, Luis Felipe (2010). Social perspectives and symbolic domination: women’s political presence, in Iris Marion Young and Pierre Bourdieu. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200004>
- NEMER, David (2021). *Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundo digital nas favelas do Brasil*, Editora Milfontes, Vitória, 298p.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano (2022). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 93-116. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.006>
- PHILLIPS, ANNE. *De uma política de idéias a uma política de presença?*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.
- PHILLIPS, Christian Dyogi (2017). “Expansion and Exclusion: Race, Gender and Immigration in American Politics.” Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley. <https://escholarship.org/uc/item/on754699> (acesso em 24/03/2024)
- RAMOS, Luciana de Oliveira; BARBIERI, Catarina Helena Cortada; HERSCOVICI, Aline; AFLALO, Hannah Maruci; MARDEGAN, Ivan Osmo; MARIN, Juliana Fabbron

- Marin; YOUSSEF, Laís Menegon; CHAVES, Vanilda Souza. *O uso do Facebook em campanhas eleitorais: um meio de contornar desigualdades socioeconômicas e falta de recursos tradicionais?* In: RAMOS, Luciana de Oliveira; BARBIERI, Catarina Helena Cortada; HERSCOVICI, Aline; AFLALO, Hannah Maruci; MARDEGAN, Ivan Osmo; MARIN, Juliana Fabbron Marin; YOUSSEF, Laís Menegon; CHAVES, Vanilda Souza. *Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política*. São Paulo: Fgv Direito Sp, 2020. p. 3-65.
- SACCHET, Teresa (2012). “Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas”. In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, poder e política*. Goiânia: Cênone. p. 159-186.
- SMOOTH, Wendy (2006). “Intersectionality in Electoral Politics: A Mess Worth Making.”. *Politics & Gender* 2 (3): 400–414. <https://doi.org/10.1017/S1743923X06261087>
- TSE (2019). Resolução nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019.. Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, Brasília. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-605-de-17-de-dezembro-de-2019> (acesso em 25/03/2024).
- VERGE, Tània; DE LA FUENTE, Maria (2014). Playing with different cards: Party politics, gender quotas and women’s empowerment. *International Political Science Review*, v. 35(1) p. 67-79. <https://doi.org/10.1177/0192512113508295>

O diabo no meio do redemoinho: a dialética destruição - produção do capitalismo agrário em Alagoas

*The devil in the middle of the whirlwind:
the dialectic destruction - production of
agrarian capitalism in Alagoas*

Weldja Marques da Silva Lima^a, Adson Ney dos Santos Amorim^b

Resumo Neste artigo, refletimos sobre as ambivalências da expansão capitalista em áreas rurais. Se os grandes empreendimentos extrativistas, investindo-se em símbolos de “modernidade”, apontam seus rendimentos como consequência de inovações tecnológicas, chamamos atenção para o modo como a dinâmica de acumulação extrativista opera por despossessão. Focamos, por um lado, na degradação da natureza, dos trabalhadores e de modos de vida, levados a cabo por tais empreendimentos; por outro, nas pequenas resistências cotidianas de camponeses e trabalhadores nesse processo. Para isso, mobilizamos o imaginário camponês sobre a figura do diabo, a partir de trabalhos de campo (entrevistas e conversas realizadas em acampamentos e assentamentos de luta por terra) e produção cinematográfica, adotando o pacto com o diabo como metáfora da expansão.

Palavras-chave Capitalismo Extrativista. Camponeses. Trabalhadores Rurais. Diabo. Alagoas.

Abstract *In this article, we reflect on the ambivalences of capitalist expansion in rural areas. If large extractive enterprises, investing in symbols of “modernity”, point out their income as a consequence of technological innovations, we draw attention to the way the dynamics of extractive accumulation operates by dispossession. On the one hand, we focus on the degradation of nature, workers and ways of life, carried out by such enterprises; on the other, on the small daily resistances of peasants and workers in this process. For this, we mobilized the peasant imaginary about the figure of the devil, from fieldwork (interviews and conversations held in camps and settlements of struggle for land) and film production, adopting the pact with the devil as a metaphor for expansion.*

Keywords *Extractive Capitalism. Peasants. Rural Workers. Devil. Alagoas.*

a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: weldja.marques@gmail.com

b Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: adsonthrash@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sou eu sete légua de estrada
 Sete noite acordada
 Sete braço de mar
 Sou eu sete samba-de-roda
 Sete palmo pra morte
 Sete morte no olhar
 Sou eu sete vida perdida
 Sete zanga sem briga
 Nesse canavial
 Sou eu, vim chamar o meu povo
 Trago tudo de novo
 Vamo tudo acabar
(Cavaleiro - Caetano Veloso)¹

Nas encruzilhadas de transformações substantivas das dinâmicas produtivas e geopolíticas ao redor do globo no novo milênio, cada vez mais, a produção de commodities vindas de empreendimentos extrativistas tem ganhado destaque (Soendergaard, 2018). As projeções de crescimento populacional somadas às restrições de terras agricultáveis, por um lado, e os crescentes níveis de insegurança alimentar e de degradação ambiental, por outro, têm colocado em evidência os desafios do campo na agenda de “governança global”. No Brasil, a despeito do processo de intensa urbanização, que na década de 1970 inverteu a ordem da ocupação territorial nacional e da crescente diminuição da população rural, um “velho” ator, impulsionado pela “janela de oportunidades” aberta com a agenda global, vem retomando o protagonismo das discussões sobre o “destino nacional”: o agronegócio. Se entre as décadas de 1940 e 1980 a urbanização industrial, pensada como esteio do progresso, mobilizou levas de pessoas aos centros urbanos em expansão (Kowarick, 1979; Durham, 1973), contemporaneamente, a expansão das fronteiras do agronegócio brasileiro tem proporcionado novos deslocamentos em grande escala e a reconfiguração de nossas fronteiras internas (Melo & Silva 2016; Rodrigues & Amorim 2022).

No debate público, a expansão do capitalismo em áreas rurais a partir do incremento permanente de investimentos, ainda que estivesse no horizonte desde

1 Música gravada por Caetano Veloso em 1965 para compor a trilha sonora do filme “Proezas de Satanás na Vila do Leva e Traz”, com direção de Paulo Gil. No Festival de Brasília de Cinema Brasileiro, em 1967, a música ganha prêmio de melhor trilha sonora.

o final da década de 1980, ganhou destaque a partir da década de 2000 (Santos; Silva; Maciel 2019) e vem sendo tratada desde então, como o “motor da economia nacional”. Malgrado a baixa empregabilidade de tais empreendimentos, os altos subsídios e as cada vez mais constantes denúncias de trabalhadores mantidos em condições “análogas à escravidão²”, a propaganda da agenda neoextrativista segue trabalhando intensamente, associando a produção da riqueza à inovação tecnológica em detrimento do trabalho: “O Agro é tech, pop, tudo”. Esse esforço para construir uma imagem de *modernidade* e *inovação* para o campo brasileiro, capitaneado pela monocultura extrativista, em oposição a uma imagem arcaica e tradicional, para além de reproduzir a matriz dualista que busca combater, esconde o fato de que parte significativa destes empreendimentos, se tornaram viáveis a partir de dinâmicas anteriores de acumulação de capitais, nutridas por processos violentos de expropriação da natureza, do trabalho e de modos de vida (Mezzadra, 2020).

De 1985 a 1995, segundo o IBGE/PAM³, a produção de cana-de-açúcar em Alagoas, por exemplo, passou de 24 milhões para 20 milhões de toneladas. No mesmo período, ocorreu uma redução de aproximadamente 140 mil postos de trabalhos nas áreas da região leste alagoana. O desmantelamento do sistema de morada⁴, que entre os anos 1990 e 1995 destruiu cerca de quarenta mil casas de trabalhadores/moradores de fazendas de cana-de-açúcar (Carvalho, 2009), foi o principal vetor de acumulação fundiária⁵ que possibilitou a retomada e diversificação da produção nas décadas posteriores. Por outro lado, a expulsão das terras e o processo de assalariamento aumentaram os custos de vida e empurraram os trabalhadores para diferentes regimes de vulnerabilidade social (Lima, 2020). Esse processo de expulsão massiva, cabe ressaltar, foi o principal indutor da informalidade urbana que caracterizou o processo de urbanização da capital Maceió. O Censo Demográfico, de 1960, apresenta uma distribuição da população alagoana

2 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/07/brasil-denuncias-de-trabalho-analogo-ao-escravo-mais-que-dobram-em-11-anos.htm> (Acesso em 21/04/2023).

3 Produção Agrícola Municipal. Sistema do IBGE responsável por fornecer informações estatísticas sobre quantidade produzida, área plantada e colhida, rendimento médio e valor da produção agrícola.

4 O sistema de morada corresponde às casas que senhores de engenho, fazendas e usinas cediam aos trabalhadores rurais para morarem junto de suas famílias. Inicialmente era cedido ao trabalhador um pedaço de terra para cultivo e o consentimento de construir um pequeno barracão nos fundos das residências dos donos da terra. Com o tempo, além da terra para plantar, os proprietários passaram a oferecer casas em suas terras para os camponeses, aprofundando assim, as relações de dependência e as formas de dominação social em virtude do espaço cedido (Heredia, 1989).

5 Em 2006, o setor sucroenergético registrou níveis históricos de acumulação, levando Alagoas ao registro de maior concentração fundiária do país. Ver.: Alagoas, 2016.

com 33,4% de habitantes na área urbana e 66,6% na área rural. Dentro de um curto espaço de tempo, e distante de ser um centro industrial, em 1991, Alagoas registrou uma inversão dessa distribuição com a população urbana sendo predominante.

Neste texto nos propomos a tensionar a narrativa amplamente difundida sobre o capitalismo agrário que põe no centro do debate os incrementos tecnológicos como produtores da riqueza, buscando chamar atenção para a centralidade dos conflitos econômicos e políticos em seu desenvolvimento. Para isso, deslocamos o olhar para o cotidiano de assalariados rurais e camponeses sem terra que vivenciaram o assalariamento, dando relevo aos processos ambivalentes postos em prática em seus cotidianos pelo binômio acumulação-proletarização no campo. Como estamos tratando da reconfiguração de modos de vida frente ao processo produtivo, interessam-nos sobretudo, as representações sociais e as pequenas resistências de trabalhadores diante de tal processo (Scott, 2002), que configuram a formatação de suas experiências em expressão política (Thompson, 1998). Nesse procedimento, será de fundamental importância a alegoria do pacto com o diabo, acionada pelos trabalhadores para se referirem aos deslocamentos que viveram.

NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma série de estudos que tem ganho maior relevância recentemente (Fericci, 2004; Harvey, 2010; Sassen, 2015; Mezzadra, 2020) tem buscado refletir sobre como a crítica à ideia de acumulação primitiva (Marx, 1978), sobretudo em realidades pós-coloniais, pode ser um elemento importante para ampliar a compreensão dos modos de expansão do capitalismo contemporâneo, altamente financeirizado. Se a razão neoliberal, dia após dia, coloniza mais áreas da vida (Laval & Dardot, 2016), difundindo a crença na livre iniciativa criadora, que dispensa mediações políticas (Gago, 2015), essa retomada à crítica nos possibilita enxergar o modo como tais mediações são indispensáveis na constituição e gestão desses empreendimentos.

Em diálogo com tal perspectiva, e lastreados pelas experiências vivenciadas com trabalhadores rurais da zona da mata alagoana, compreendemos que ao colocar em evidência a ampla dependência da “inovação” extrativista de processos de subjugação do trabalho e dos modos de vida, podemos também lançar luz sobre outros cursos do “desenvolvimento nacional”, e dos conflitos a ele subjacentes. Nesse sentido, estabelecemos um diálogo entre a crítica sobre a acumulação primitiva em operações extrativistas e uma tradição das Ciências Sociais latino-americana dedicada ao estudo de grupos camponeses (Palmeira, 1977; Garcia JR, 1975; Sigaud, 1979; Taussing, 2010), que, ao buscar entender dinâmicas conflitivas

na expansão das fronteiras da “comunidade nacional” (Martins, 1979; Velho, 1979, 1981), interessou-se pelo vasto repertório de representações de ordem sobrenatural sobre tais conflitos (Velho, 1987; Novaes, 1997). À revelia de qualquer pretensão de tornar absoluto o incremento da técnica sobre os destinos humanos, no acúmulo de debates estabelecido por essa tradição, evidencia-se que no universo popular operam, conjugados às ações humanas, atores naturais e sobrenaturais, produzindo e reproduzindo a vida social. Dentre esses estudos, destacamos neste texto, sobretudo, as narrativas sobre Satanás e sua influência - negativa ou positiva - na vida dos trabalhadores pauperizados.

É certo que a difusão do diabo no imaginário popular do Nordeste brasileiro tem um longo trajeto, associado à disseminação do Novo Testamento pelo cristianismo colonial e suas diferentes variações no que ficou conhecido como catolicismo popular (Marcelino, 2016). Ainda que essa personagem maléfica, em alguma medida, possa ser associada à produção do “outro” em meio ao violento processo de construção da “comunidade nacional” posto em exercício pela ação colonial (Mello e Souza, 1989), não são raras as situações em que sua aparição, mobilizada pelas populações subjugadas, ganha o sentido oposto. Nas músicas, na tradição oral e nos folhetos de feira, por exemplo, há uma profusão de histórias em que o diabo e outras “forças malignas” aparecem como uma espécie de aliados das camadas populares na busca por dignidade e justiça frente a um mundo de fortes privações (Pontes, 1979; Menezes, 1985).

Se para os interlocutores de Martins (1979) e Velho (1987), a figura da besta-fera estaria associada à modernização e ao capitalismo, agindo a partir do “aliciamento” de patrões ou lideranças sindicais para piorar suas vidas, nos trabalhos de campo de Taussing (2010) com populações rurais da Colômbia, o diabo age sobre o mundo a partir do pacto para conferir vantagens a seus protegidos. Em sua pesquisa, Taussing observa que os pactos com Satanás eram verbalizados sempre por terceiros, em dinâmica acusatória a algum parceiro que tivesse melhor rentabilidade no trabalho. Entre nossos interlocutores na zona da mata alagoana, encontramos situações em que o pacto opera como categoria acusatória, mas também como uma experiência vivida por nossos interlocutores, ainda que por muitas vezes não se expresse de modo nítido⁶.

6 Tal como para Riobaldo, o jagunço narrador de *Grande Sertão: Veredas* (Rosa, 2015), nossos interlocutores narram a certeza de que as circunstâncias que vivenciaram a obra de um pacto com o diabo, ainda que não tenham estado em sua presença ou a invocado. Situações, que em alguma medida poderiam ser entendidas como uma sorte de destino ou sina: “Dum mau imaginado, o senhor me dê o lícito: que, ou então - será que pode também ser que tudo é mais passado revolvido remoto, no profundo, mais crônico: que, quando um tem noção de resolver

Dessa forma, propomos uma reflexão sobre as maneiras como alianças com o diabo operadas por trabalhadores em meio ao processo de expansão do capitalismo em áreas rurais são significadas por um lado, como sintoma da degradação da vida, por outro, como possibilidade de sustentação de seus corpos diante da mesma degradação. Se autores como Menezes (1985) chamam atenção para a dimensão da dualidade humana a partir de narrativas de pessoas que em busca de um “bem maior”, vendem suas almas aos “poderes do mal”, entendendo esse evento como uma transgressão à ordem das coisas estabelecidas (Menezes 1985, pp.4), buscamos com este artigo dar conta da ambivalência das alianças narradas por nossos interlocutores, na medida em que seus efeitos práticos, ao passo que lhes possibilita manter sua sobrevivência física e ampliar sua produtividade, servem também para a reprodução do capital no avanço predatório do agribusiness brasileiro. O “coisa ruim”, portanto, apresenta-se em nossa análise como uma sorte de mediador de dois mundos: o das transformações sociais, políticas e econômicas provocadas pela expansão capitalista do setor sucroalcooleiro, e o da manutenção de corpos sofridos na lógica de produtividade imposta por esse modelo de desenvolvimento.

Em termos metodológicos, para darmos conta dos objetivos elencados, retomamos dados produzidos a partir de pesquisas de campo desenvolvidas desde 2015, em assentamentos e acampamentos de luta pela terra localizados na região da zona da mata alagoana. De nossas interlocuções, extraímos testemunhos (Daas, 2011) de acontecimentos passados que estruturam as relações de nossos interlocutores até o momento presente. Como se trata de experiências com seres fantásticos, consideramos trabalhá-los conjuntamente com expressões também fantásticas, produzidas sob a forma desta que é considerada a expressão artística mais acabada da modernidade, o cinema. De tal modo, consideramos sob o mesmo estatuto de significado, incidindo sobre a realidade e construindo-a, representações muitas vezes entendidas como irrealis e portanto insignificantes para a trama social.

Tal como Otávio Velho (1987) e Regina Novaes (1997), buscamos, ao retomar informações/formulações de nossos interlocutores, que em um primeiro momento passaram despercebidas, o fundamento mesmo de uma explicação sociológica de tramas políticas complexas que se arrastam no tempo-espço. Nessa direção, expressões pouco usuais entre nossos interlocutores como “só pode ter o pacto com o diabo pra cortar tanta cana”, “só se aliando com o demo”, e “se for preciso

a vender a alma sua, que é porque ela já estava dada vendida, sem se saber; e a pessoa sujeita está só é certificando o regular dalgum velho trato - que já se vendeu aos poucos, faz tempo?” [pp. 44]

fazer o pacto com o cão, nós faz”, aliadas com a narrativa cinematográfica de *As proezas de Satanás na Vila de Leva e Traz*, nos conduzirão a uma análise dos processos de desenvolvimento do capitalismo agrário desde suas margens.

ONDE A FICÇÃO ENCONTRA A REALIDADE: PROEZAS DE SATANÁS NA VILA DE LEVA E TRAZ⁷

Durante maio de 1968, em meio a notícias sobre a escalada de conflitos internacionais que desencadearam a crise do petróleo na década de 1970, e eventos nacionais que levaram à promulgação do AI-5, o jornal *A Tribuna* (ver imagem 01) anunciava o novo trabalho de Paulo Gil Soares. *As Proezas de Satanás na vila do Leva-e-Traz*, lançado em dezembro de 1967, chegava às salas de cinema com prêmios nacionais e internacionais. Junto aos prêmios, a novidade era divulgada com uma série de indagações: “O que acontece em uma cidade dominada pelo diabo?”; “Você tem medo do diabo?”, e “Ele - o Satanás - será de esquerda ou da direita?”. As frases, nada triviais para o período em que o país vivia, anunciam o tom ambivalente da crítica ao projeto cinemanovista de refundar o imaginário nacional a partir de bases populares.



Imagem 01. Cartaz divulgação do filme “As proezas de Satanás”. Recorte do jornal *A Tribuna*, de 1968.

O longa, seguindo a trilha de trabalhos anteriores do diretor baiano, foi inspirado na oralidade popular e nos cordéis nordestinos, contando as histórias

7 Prêmio de melhor filme da OCIC - Office Catholique International do Cinema no Festival de Paris, em 1967. Melhor filme no Festival Pesaro, em 1968. Melhor filme, melhor argumento para Paulo Gil Soares. Melhor roteiro para Paulo Gil Soares no Festival do Cinema Brasileiro de Belo Horizonte, 1, 1968, MG.

cruzadas de um sertanejo e de um pequeno e pobre vilarejo chamado Leva e Traz. Histórias infames (Foucault, 2003), capazes de desnudar - a partir das margens - as violências do processo de modernização nacional mobilizado pela euforia desenvolvimentista do regime militar. Certa noite, o sertanejo Calixto sonhou com uma antiga e já falecida beata da vila. No sonho, a senhora (passado) lhe visita para anunciar que naquele vilarejo, empobrecido e esvaziado pela leva migratória da qual o próprio personagem outrora fora participante, há um valioso tesouro, capaz de redimir sua miséria. O presságio, entretanto, é acompanhado por um alerta: aquela descoberta traria consequências desagradáveis, se olhasse para trás. Temeroso pela maldição, mas farto da situação em que vivia, o sertanejo busca os conselhos de um amigo, que dispara: “O que é uma maldição diante de toda dificuldade da vida nesse lugar?”.

Decidido a transformar a qualquer custo seu destino e o de seu povo, o sertanejo lança-se na busca do amaldiçoado tesouro, encontrando um lençol petrolífero e comunicando aos moradores do vilarejo a boa nova. A região, antes deserta, transformou-se rapidamente em uma agitada cidade pré-fabricada que passou a atrair a população de Leva e Traz e das pequenas cidades vizinhas. Filas de sertanejos convertem-se em assalariados da empreitada petrolífera. O progresso, entretanto, diferente do que desejava Calixto, não é para todos. A companhia de petróleo, levou os “moços, os fortes e os letrados”, deixando no Leva e Traz batalhões de desafortunados, dentre os quais o próprio protagonista da descoberta do petróleo. No horizonte, a promessa de integração para aquele *exército de reserva* na espera por uma oportunidade de trabalho, alimentada pelos relatos de moradores que aos poucos eram incorporados à cidade pré-fabricada.

O alfaiate, o padeiro e o farmacêutico, acompanharam a marcha da companhia petrolífera. Não ficaria ninguém, alertou o cego Cartola, “nem para colher e nem para plantar”. Preocupação retrucada pelo farmacêutico, que ao ignorar seus conterrâneos miseráveis afirmava que “a salvação está nas técnicas novas”. A desesperança do Leva e Traz se agrava quando o padre decide abandonar também o vilarejo, levando consigo a própria santa padroeira do lugar. O avanço do capital extrativista sobre a comunidade, não conhecendo divisas religiosas, transformou também em assalariado o sacerdote, que zelaria pela vida espiritual dos operários⁸.

8 No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels tratam das transformações no ordenamento social a partir do estabelecimento da modernidade, acentuando o modo como valores, costumes e posições sociais passam a gravitar em torno do assalariamento. “A burguesia despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis, até agora consideradas dignas de pudor piedoso. Transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados. A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e

Sem a proteção da santa, fenômenos sobrenaturais começam a acontecer no vilarejo. Sinal de que, ao olhar para sua gente, Calixto ativou a profecia.

O diabo, agora entre os moradores do Leva e Traz, assume sua face mediadora entre aqueles dois universos: o do “progresso” assalariado da cidade pré-fabricada e o do “atraso” daquele vilarejo. Mediando mesmo os desejos e as possibilidades de sobrevivência entre aqueles dois mundos. Trazendo amargura e tentando os rejeitados pela nova ordem vigente; Intercedendo - através do pacto - pelos desvalidos criados por essa mesma ordem; operando como um mediador na dialética da destruição e da produção posta em marcha pelo capitalismo extrativista.

Na experiência etnográfica de Taussing (2020) entre camponeses e mineiros na Colômbia e Bolívia, o autor busca captar o impacto da introdução da racionalidade produtivista “moderna” em comunidades até então regidas por lógicas de trocas “tradicionais”. Das representações de seus interlocutores, Taussing depreende que o fetichismo do mal, na imagem do diabo, figura também como uma sorte de mediação do conflito entre os modos de organização social pré-capitalistas e capitalistas. O pacto com o diabo, portanto, torna-se operação síntese de confluência entre os dois universos conflitantes. Espécie mesmo de rito de passagem, condição alternativa de integração dos excluídos ao novo mundo.

Na obra de Paulo Gil Soares, a estadia do diabo junto aos desvalidos do Leva e Traz é cercada de acontecimentos misteriosos e tentações. Ao passo que anuncia uma nova era, a figura maléfica faz cair primeiro em desespero e depois em tentação os moradores do vilarejo não acolhidos pela companhia petrolífera. Mesmo o trio de protagonistas, representantes de certa resistência à tentação, é impelido ao pacto como saída para o acúmulo de dificuldades que passam a vivenciar. Calixto, Carlão e Cartola, são rejeitados pela companhia por serem portadores de deficiências⁹. Aos poucos, com o esvaziamento da vila, veem suas relações, suas fontes de renda e suas vidas definharem. Não restando outra alternativa que não as promessas de melhoria de vida a partir do pacto.

As promessas diabólicas aos protagonistas, se fundamentam na possibilidade de ampliação de suas condições físicas, ao ponto de reunirem as condições exigidas para sua integração à nova ordem social, representada pela companhia petrolífera. Tal como em Taussig (2010), essa imagem dos descartados pelo capitalismo

o reduziu a uma relação puramente monetária. [...] A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais” (Marx; Engels, 2008, pp. 12 e 13).

⁹ Calixto perdeu o braço quando foi operário em São Paulo, mantendo no Leva e Traz uma pequena mercearia; Carlão é um portador de nanismo que chegou no vilarejo com um circo e trabalha em uma funerária; Cartola é deficiente visual e violeiro, vivendo de esmolas na frente da igreja.

submetendo-se a um pacto com o diabo, passa a representar uma tentativa crítica à integração ao novo modelo econômico e social pelas novas lógicas produtivas do trabalho. Expondo ainda o esforço dessa camada da população para viabilizar a manutenção de suas integridades física e social diante do novo mundo. Somente após o pacto com o diabo, os sertanejos do Leva e Traz e os interlocutores de Taussing foram capazes de reunir condições para integrarem-se ao capitalismo extrativista.

O trato com o diabo ocorre de modo concomitante às proezas ambivalentes de produção e destruição postas em marcha pela escatologia do progresso. Destruição (da natureza, dos modos de vida e dos corpos) e desenvolvimento (das técnicas e da produção) caminham lado a lado. A chegada da indústria no Leva e Traz, depende desde o princípio da usurpação do sonho de Calixto, da exploração do trabalho dos moradores e do apossamento de terras. Primeiro limpa-se o terreno, depois desfaz-se modos de vida para produzir mão de obra. Somente depois de se apropriar da terra e de eliminar os empecilhos (pessoas e natureza), os capitais do petróleo aumentam seus lucros. A alegoria “cinemanovista”, ao representar as contradições trazidas pela expansão capitalista nos territórios mais distantes do “núcleo de desenvolvimento brasileiro”, nos possibilita abrir chaves interpretativas para o processo de proletarização, capazes de ampliar o horizonte analítico sobre as dinâmicas de sujeição e fabricação de outras possibilidades. Esse processo evidencia a violência contra as populações tradicionais e camponesas empobrecidas nas várias regiões do país, mas também a produção de outras possibilidades, como veremos na próxima sessão.

O DIABO COMO MEDIADOR DA PRODUTIVIDADE-DESTRUIÇÃO: DA EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS À PROLETARIZAÇÃO NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR

O desenvolvimento desenvolve a desigualdade. [...] A força conjunto do sistema imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas (GALEANO, 2017, p. 19).

Para os escritos bíblicos, o diabo carrega signos de aliciamento, sendo ele mesmo o “sedutor de toda terra habitada”¹⁰. Segundo a mesma escritura, a conde-

10 Ver: Bíblia de Jerusalém. Apocalipse (São Paulo: Editora Paulus, E-book, 2002) p. 921

nação dos humanos a comerem da terra que semeiam, se deu a partir do momento em que a serpente¹¹ seduziu Eva (primeira mulher, feita da costela do primeiro homem), convencendo-a de que ao morder o “fruto proibido” teria acesso ao dom divino do conhecimento do bem e do mal. A estrutura simbólica da sedução, carrega no imaginário social representações da figura do diabo que constituem a realidade de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, veremos como a aliança com o diabo é acionada na busca de benfeitorias para a tarefa exaustiva do corte da cana entre trabalhadores rurais alagoanos. Trabalhadores condenados à exploração de seus corpos e ao desprovemento mesmo das condições a que o Deus bíblico submeteu os primeiros humanos para que promovam seu sustento.

Segundo o Censo Agropecuário (2017), há no Brasil 4,1 milhões de trabalhadores rurais na condição de assalariados. Destes, 1,7 milhões exercem trabalhos permanentes. Os demais 2,4 milhões são assalariados temporários e, em geral, migrantes ou moradores de periferias de cidades no interior. Cerca de 60% deles não têm carteira assinada, nem os direitos trabalhistas respeitados. Em nossos percursos de pesquisa, travamos contato com diferentes trajetórias de mobilidade entre esses regimes de trabalho, mas que invariavelmente recaem nos serviços temporários, volantes e precarizados. Produzimos esse texto a partir de diálogos estabelecidos em acampamentos e assentamentos de luta por reforma agrária, com pessoas que hoje se identificam como camponeses sem terra, mas que em suas mobilidades já foram migrantes, vivenciaram o sistema de moradia, foram empregados de usineiros e fazendeiros ou foram expulsas de seus pequenos pedaços de terra. Em suma, pessoas que em determinado momento da vida, por diferentes circunstâncias operadas pela expansão extrativista, não conseguiram - a contragosto - permanecer morando ou trabalhando no meio rural (Lima, 2020).

Até aqui, pontuamos a partir do longa-metragem, o processo de construção de relações com o diabo através da expulsão e do desmantelamento de modos de vida com a chegada da indústria em uma comunidade rural. Em nossas pesquisas de campo ouvimos nos relatos dos camponeses a rememoração de ações violentas que presenciaram ou que ouviram de algum companheiro ou companheira. Todas relacionadas ao avanço extrativista sobre seus territórios e suas vidas. Anterior à condição da luta por terra através de movimentos sociais, nossos interlocutores viviam como posseiros até serem forçados a sair de suas terras. Restou a dispersão para outras áreas de fronteiras ou vivenciarem a expulsão de suas posses no

11 Compreendida em muitas interpretações bíblicas, como gênese diabólica.

deslocamento para cidades próximas, tal como acontece com os moradores do Leva e Traz.

O perfil dos sem-terra em Alagoas gira, majoritariamente, em torno de pessoas com experiências anteriores como pequenos agricultores, ainda que tenham sido trabalhadores despossuídos de terra, posseiros ou que mantivessem algum arrendamento. Durante o trabalho de campo, os camponeses narraram relações sociais que mantiveram no transcorrer do tempo com o espaço rural e os chamados proprietários de terra (em sua maioria usineiros) usando expressões como: “Nós morador velho de engenho tivemos que ir trabalhar na palha da cana pra eles”, “Naqueles tempos trabalhava como lavrador, como arrendatário e depois foi pra o corte da cana, empregado dele, né, e recebendo pouquinho, dava pra quase nada” e “Tive que ir pra usina, cortar cana a pulso”.

As lembranças, na maior parte do tempo, trazem situações de como era a vida dos trabalhadores em fazendas, engenhos, sítios ou usinas no período de maior crescimento da indústria canavieira em Alagoas. Testemunhos de experiências, que como vemos no trecho da entrevista a seguir, iniciam ainda na infância pobre, que por vezes lhes foi assaltada pela necessidade de ir trabalhar, por exemplo, no corte de cana-de-açúcar.

A minha luta foi desde criança que eu tive [...] Bom, de começo, eu nunca fui em uma escola, nunca estudei, **comecei a trabalhar com sete anos de idade numa usina** em Pernambuco, usina Gravatá. **Eu como não podia com a foice pra cortar a cana** eu ia juntar a cana pra meu pai amarrar o olho da cana, nesse tempo só era manual. Aí de sete anos até agora, cinquenta e cinco é na luta [...]. Até em 1999 foi no canavial, na cana, nos usineiros. **Sofri muito, trabalhei muito como escravo, até 10h, 11h da noite**, se eu não fizesse daquela norma era cortado do meu salário, aquele dia não era contado. (Entrevista concedida por camponês sem terra em 2017 – grifos nossos)¹².

Relatos que perpassam invariavelmente por privações de recursos, direitos e dignidade, culminando muitas vezes em trabalho análogo à escravidão, não raros no campo alagoano. São relatos de sofrimento, perpetrados seja pelo próprio cotidiano do trabalho ou mesmo pelas relações sociais estabelecidas com fazendeiros e usineiros. Dentro desse cenário de múltiplos sofrimentos, em um espaço impregnado

12 Optamos por suprimir os nomes de nossos interlocutores a fim de preservar suas identidades, tendo em vista as situações conflitivas que lhes circundam.

de violências múltiplas e povoado por almas penadas que assombram os viventes com seus lamentos,¹³ que figuração o diabo poderia ter na vida dessas pessoas?

Ao investigar a capacidade criativa na luta de classes de proletários da cana-de-açúcar e da mineração com a crença no mal, Taussig (2010), demonstra como a inventividade dos trabalhadores incide sobre suas relações, não tornando suas comunidades réplicas da sociedade capitalista hegemônica. Para ele, essas pessoas, ainda que submetidas às lógicas de mercado, realizavam o pacto com o diabo a partir da perspectiva da dádiva, noção que orientava as relações do grupo estudado. Nesse processo, cabe ao diabo o papel de mediador entre as duas formas de organização da vida social.

Seguindo o mesmo fio analítico, refletimos sobre a ambivalência do processo de acumulação que culmina necessariamente em exploração. Notabilizando, sobretudo, os impactos das estratégias de resistência dos trabalhadores por intermédio de representações sociais da presença do mal (diabo) em suas vidas. Os camponeses em Alagoas que sofreram o processo de proletarização a partir do momento da imersão no corte da cana, relataram situações de alianças com o diabo para se ter um excelente rendimento no trabalho. Como recebiam por produção, a relação de trabalho exigia o corte do máximo de cana por dia, para obter dinheiro suficiente para reproduzirem suas vidas. Mesmo que, contraditoriamente, esse maior esforço físico fosse o principal responsável por potencializar os diferentes problemas de saúde que lhes acometiam (Verçoza, 2018).

Ao serem instigados a lembrar de seus cotidianos com o trabalho nos canaviais, nossos interlocutores relataram dois elementos importantes para nossa análise. Em meio a depoimentos sobre roubos na contagem da produção, sobre a ausência de pausas para o almoço e da necessidade de uma jornada extenuante de trabalho, trouxeram para a discussão, a divisão dos trabalhadores em dois tipos de cortadores de cana: “badeiros” e “aranhas”. Os “badeiros” eram conhecidos por sua capacidade de cortar grandes quantias de cana, já os “aranhas”, os trabalhadores pouco produtivos nos canaviais. Nos deparamos com essas categorias em situações diversas, das quais nos chamaram a atenção duas declarações. Primeiro, um antigo trabalhador nos advertiu: “os badeiros só podiam ter pacto com o demônio. Pra cortar tanta cana deve ter pacto com o demo [diabo], porque aquilo não era

13 Em seu trabalho *Ecos da Violência*, ao tratar do cotidiano de violência dos canaviais alagoanos, Geovani Jacó de Freitas traz um apanhado diverso do imaginário de trabalhadores rurais sobre seres do além, que torturados e assassinados em períodos remotos de formação da indústria canavieira, impregnam sedes de fazendas, galpões e plantações, dando seu testemunho ao mundo dos vivos sob a forma de assombração.

normal não, é coisa de outro mundo”.¹⁴ Depois, no relato de um funcionário apontado como um dos “badeiros” mais conhecidos da cidade: “A gente naquela vida sofrida tinha era crença em tudo, tudo que pudesse fazer a gente ganhar mais um pouquinho [risos] até se aliar com o cão [diabo]”.¹⁵

Interpretamos essa aliança dos trabalhadores rurais com o “cão” em meio a expansão da acumulação capitalista como uma estratégia dos setores de menor força política e econômica do universo canavieiro, visando a possibilidade de sustentação dos seus corpos na nova lógica de produção a que foram submetidos. Na situação elencada, observamos que uma surpreendente e desesperadora performance física no corte da cana para sobreviver nesse mercado é pensada e articulada como um pacto com o diabo. As forças do mal, nesse cenário, se notabilizam como matrizes distribuidoras da força física necessária para o sucesso no trabalho em canaviais. O acionamento de um acordo com o diabo, surge então, como um possível distribuidor de ganhos financeiros, logo, uma possibilidade de integração social pelo trabalho, ainda que superexplorado.

Sugerimos então, que trabalhadores rurais inseridos nas dependências do progresso econômico do capitalismo, imbuídos do desejo por destaque e melhoria em seus poucos salários, em algumas situações, só enxergam a materialização desses interesses a partir de uma aliança com o diabo. A constatação de que suas habilidades laborais sejam frutos de pactos não consumados, espécie de destino manifesto, abre ainda a possibilidade para enxergarmos na disposição para a superexploração de seus corpos - na tentativa desesperada de integração social - um entrelaçamento velado de suas vidas com o próprio “mal”. O diabo, portanto, ocuparia dupla função: por um lado é expressão do próprio avanço do extrativismo sobre os modos de vida dos trabalhadores, por outro, o agente que possibilita a manutenção de suas vidas dentro da nova organização social do trabalho.

Desses pequenos fragmentos, podemos extrair a multiplicidade e ambivalência de significados mobilizados para explicar o pacto. A ação de aliar-se com o diabo, pode ainda ser compreendida como uma das pequenas estratégias de resistência frente ao conflito estabelecido pelas desigualdades no campo brasileiro. Com essa interpretação, é possível romper com o entendimento de que o agir de povos subalternizados surge necessariamente através de uma consciência política externa, reforçando o argumento de que é na busca por melhorias nas condições materiais da vida cotidiana que se pode forjar um agir político. Mesmo não sendo nosso

14 Entrevista concedida por camponês sem terra em 2018.

15 Entrevista concedida por camponês sem terra em 2021.

principal objetivo, aqui, cabe destacar que essa ação coletiva, tal como descrita por Taussig (2010), está presente no atual momento de vida de nossos interlocutores. Referimo-nos aos agora camponeses sem terra, que após encontros e desencontros com as diferentes faces do diabo nos canaviais alagoanos, dedicam-se à luta pela reforma agrária - inseridos em movimentos sociais - em áreas onde o latifúndio impera com suas gigantescas terras improdutivas (Lima, 2020).

James Scott (2000), ao analisar as formas de resistência por parte de camponeses pobres, compreende que indivíduos em condições de subalternidade se insurgem, primeiramente, contra algo mais imediato, e apenas posteriormente, essa reação pode vir a se tornar uma condição coletiva. Essas ações mais imediatas, seriam, para ele uma espécie de “infra política”, a política daqueles que estão imersos nas camadas de baixo do poder. Produzindo formas de resistência que não são deliberadas ou arquitetadas, mas que quando postas em prática exercem uma resistência ao poder estabelecido. De modo que a percepção da injustiça não se dá apenas quando indivíduos se insurgem politicamente com outros em busca de reconhecimento perante o Estado.

Na mesma direção, entendemos que a escolha dos trabalhadores por estabelecer um pacto com o diabo, além de ser resultado das experiências conflituosas do processo de acumulação/exploração, se desenrola nessa camada de estratégias testadas no cotidiano em que estão inseridos. Dos testemunhos, podemos aferir que as decisões por mobilizar forças diabólicas, apesar dos conflitos morais/religiosos e dos danos físicos que o pacto implica, é uma ação que representa aspectos estratégicos de resistência frente às desigualdades, manejando uma performance física no corte da cana na tentativa de defender seus interesses mais urgentes.

A análise dessa aliança entre trabalhadores rurais e o diabo não se restringe ao campo financeiro. É possível também notabilizar o carácter simbólico desse pacto na medida em que se tem um rompimento dos limites morais impostos pelo establishment cristão na região. Mesmo com possíveis constrangimentos frente à comunidade, relacionados à aliança com o diabo, a problemática do mal é inevitavelmente internalizada (Velho, 1987), por trazer habilidades, muitas vezes vistas como impossíveis, que trazem à tona uma certa mudança no agir dos trabalhadores do campo.

Há ainda outra dimensão de como certas condições de trabalho nos canaviais acabam servindo como estímulos para a promoção de pactos com o diabo: Os rankings de maiores cortadores de cana, operados pelas usinas em cada período de safra. Aqui, apresenta-se o paroxismo entre produção e destruição posto em marcha pelo latifúndio. Vemos o encontro da face sedutora do diabo (bônus por

produção) encorajando trabalhadores a um duplo pacto que pouco a pouco os destitui de suas terras, modos de vida e, no limite, de seus corpos. Duplo, pois há primeiro o pacto operado pelo contrato de trabalho e as bonificações sedutoras; depois a necessidade do acionamento de forças sobrenaturais, pela certeza de impossibilidade de cumprir com as expectativas produtivas capazes de render provimentos suficientes.

Nas pesquisas desenvolvidas por Alves (2006, 2008), por exemplo, a morte ou perda precoce da capacidade produtiva de trabalhadores aparece em relação direta com os sistemas de pagamento por produtividade encontrados nas usinas. Fenômenos estimulados por relações de trabalho degradantes, acrescidas de competições em que o trabalhador que mais coleciona toneladas de cana cortada recebe um tipo de premiação pelo serviço, o chamado facão de ouro. Quando não são as bonificações a estimular a superexploração, o próprio vínculo empregatício com as usinas, depende de metas mínimas de produção diária de toneladas de cana a serem cortadas.

T1: Ela [usina] sempre almeja uma média mínima, depende muito da necessidade, às vezes ela termina, um exemplo: cinco toneladas de cana dia [por] homem, isso é uma média. Isso não significa que o cara vai cortar só cinco, ele hoje pode cortar cinco, mas amanhã ele pode cortar dez. [...] Existem empresas que estabelecem metas até maiores, sete pra frente, oito, a nossa mermo aqui, é cinco [I] de cana.

T2: De 2007 para 2008 eu cortei cana lá [usina], a média lá era oito toneladas diária, se você durante o mês não chegar acima de oito, você é demitido.

E: E tem prêmio pra quem cortar mais cana? Porque tinha uma época que tinha usina que tinha um ranking de quem cortava mais, tinha uma premiação no final da safra, isso ainda existe? Dava o que antigamente de prêmio? Era dinheiro?

T1: Semanal, era uma sexta básica, aí tinha uma meta estabelecida para ele atingir e tinha um requisito que era qualidade. Ele tinha que produzir uma determinada quantidade e uma qualidade de serviço que chegasse ao gosto da empresa. A palha afastadinha e a cana alinhada na esteira, tudo certinho. (Entrevista concedida por assalariados rurais em 2021)¹⁶.

16 Por T1, T2 e E, entender respectivamente: trabalhador 1, trabalhador 2 e entrevistador.

Situações como essas são também exemplos de representações do diabo na mediação da destruição e da produtividade. Na alegoria em que o diabo figura o desenvolvimento do capitalismo agrário, observa-se duas ações sob a maneira de conduzir seus processos de produção. Se for produtivo, o trabalhador receberá a garantia do emprego, ou mesmo uma premiação, se estiver abaixo da média e não proporcionar a expectativa do empregador, o fiscal, conhecido como “Jacaré”,¹⁷ providenciará sua demissão. Assim, a falta de produtividade leva à destruição de relações objetivas (ganho de dinheiro) e subjetivas (respeitabilidade), concretizadas com a proletarização do trabalho. Em contrapartida, a lógica de produção operada por aqueles que buscam uma alternativa no pacto com o diabo, proporciona mais acumulação pela superexploração do trabalho. A busca por reconhecimento de um excelente rendimento no trabalho significa, por um lado, que o capitalismo (diabo) seduz pela relação hegemônica do dinheiro e da produtividade, e por outro, destrói pela superexploração do trabalho.

O incremento de produtividade estabelecido pela reestruturação produtiva do setor, ao contrário do que se quer fazer crer, depende amplamente da superexploração do trabalho, em dinâmicas que exigem, para além de maquinários, cada vez mais, verdadeiros atletas nos canaviais (YABE, 2013, apud LIMA, 2020, p. 243). O trabalho manual no corte, dentre tantos outros que envolve a dinâmica produtiva da cana, ao passo que permite a produção de excedentes é o que mais gera sofrimento físico aos trabalhadores:

Esforço, os movimentos repetitivos, as condições ambientais e a demanda por maiores produções vão minando a saúde do trabalhador ao longo da sua vida laboral. O trabalho no mundo rural e, particularmente, o canavieiro, é marcado pela forte exposição dos trabalhadores à superexploração [...] A violência que o corpo do trabalhador sofre na busca por atingir os níveis de produtividade esperados vai degradando suas condições físicas e cicatrizes vão sendo construídas (LIMA, 2020, p. 243).

De um lado, a destituição das condições de vida e a proletarização levam à mobilização de forças sobrenaturais que possibilitem melhores condições de sobrevivência (no corte da cana). De outro, junto às proezas produtivas, está o incremento de uma lógica que destrói (a fauna, a flora, a vida de trabalhadores),

17 Jacaré é um apelido dado pelos cortadores de cana ao funcionário da usina responsável por fazer a fiscalização do corte da cana. Jacaré é temido pelos trabalhadores e por vezes, durante o trabalho de campo nossos interlocutores o descrevem como um certo tipo de jagunço do usineiro.

na medida em que os efeitos práticos da aliança, também passam pela reprodução do capital no avanço predatório do agronegócio sobre o campo brasileiro. Assim, entendemos que os processos violentos que possibilitam a reprodução do capital não correspondem ao início do capitalismo, mas são elementos constitutivos que acompanham a expansão de novos ciclos de acumulação no capitalismo até os dias atuais (Sassen 2015; Mezzadra 2020; Fererici 1988; Harvey 2010).

Interessante também destacar como a partir de experimentos analíticos como o que paramos nesse texto, é possível tensionar o imaginário produzido pelo agronegócio, que ao visibilizar o incremento de tecnologias esconde o processo de espoliação (Harvey, 2010) das terras camponesas por meio da negação da presença dessas populações e de seus modos de vida. No jogo retórico do progresso, acionado pelo agronegócio, populações camponesas - e populações tradicionais - têm sua condição humana negada, suas comunidades e práticas entendidas como obstáculos irrelevantes, logo convertidas em engrenagens das operações extrativas, a ponto de serem as principais vítimas de violência física e simbólica dessa lógica do mercado de terras. Segundo Sassen (2015), nessa lógica predatória tudo se traduz em um aumento nos lucros corporativos e aumento no PIB de um país. Portanto, há uma negação da presença dessas populações, inclusive, assegurada pelo Estado por meio da produção de normativas legais justificadoras dos interesses de grandes empresas que representam não só o setor sucroalcooleiro, mas o capitalismo agrário em todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões defendidas no texto trouxeram para nós um novo olhar para a realidade do trabalho nos canaviais. Perceber o significado social que a figura do diabo pode carregar em diferentes contextos no meio rural foi também interpretado com uma reflexão metodológica que fica, afinal foi o exercício proposto em uma disciplina que impulsionou a volta à materiais de trabalho de campo na busca por situações que até então não vinham sendo problematizadas em nossos espaços de diálogo e pesquisa.

A aliança com o diabo agenciada por trabalhadores rurais do corte da cana-de-açúcar em Alagoas foi aqui interpretada, assim como Taussig (2010) descreveu, como uma maneira criativa na luta de classes. Mesmo que possam não reconhecer os efeitos teóricos desse termo ou os efeitos práticos da obra de Marx, encontramos na ação dessas pessoas uma crítica ao modelo produtivo do universo sucroenergético, não somente em virtude do conhecimento da exploração na produtividade,

mas pela crença que um pacto com o diabo irá mantê-los resistentes nessa lógica de exploração.

Argumentamos que a representação do mal conhecida no ocidente com a disseminação do cristianismo, encarnada como diabo, pode também estar associada ao processo de acumulação do capital. O diabo, no meio do redemoinho em que se produz a acumulação do capitalismo agrário, está no imaginário social como mediador de dois mundos: o do trabalhador e do empresário; o da sobrevivência e o da acumulação. Ele será responsável pela mensagem do aliciamento, sempre com a justificativa de que aqueles que não o seguem estão condenados ao desemprego ou à falta de condições materiais e subjetivas para a sobrevivência nessa lógica produtiva.

Cenário esse que também nos leva a enxergar lógicas predatórias do capitalismo, em especial, como o mercado de terras no agronegócio pode ser brutal com os mais pobres, na medida em que trabalha por sua manutenção/crescimento e ao mesmo tempo contribui para a destruição de modos subjetivos e objetivos de viver a vida. O setor sucroalcooleiro alagoano contemporaneamente, mecanizado em fase considerável para gerar mais excedentes de mão de obra, garante ainda imensas reservas de força de trabalho barata.

Chegamos ao fim deste texto salientando que os camponeses em Alagoas resistem. Seja por meio de greves em usinas de cana-de-açúcar por ficarem meses sem receber seus salários, ou na imersão em movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, para assim conseguirem, por exemplo, fazer o movimento da volta para o campo (Lima, 2020) e livrar-se do cativo da besta fera (Velho, 1987).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAGOAS (2016). Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas. *Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio*. Maceió: Seplag.
- ALVES, F (2006). *Por que morrem os cortadores de cana?* Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 15, n. 3, p.90-98, out./dez. DOI: 10.1590/S0104-12902006000300008
- _____. (2008). Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *Interfacehs: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-26 <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art2-2008-2.pdf> (acesso em 10/04/2024).
- CARVALHO, Cícero Pércles de (2009). *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: Edufal.
- DURHAM, Eunice (1973). *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa* (2004). *Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Coletivo sycorax.

- FOUCAULT, Michel (2003). A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder, saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense universitária, p. 203-222.
- GAGO, Verónica (2015). *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Traficantes de sueños.
- GALEANO, Eduardo H (2017). *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L & PM, 400p.
- GARCIA JR, Afrênio. “Terra de Trabalho” (1975). Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional).
- HARVEY, David (2010). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de (1989). *Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq.
- KOWARICK, Lucio (1979). *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra.
- LAVAL & DARDOT (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- LIMA, José Rodolfo Tenório (2020). *É doce, mas não é mole, não!: representações sociais dos canavieiros alagoanos sobre o processo de “modernização” agrícola*. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- LIMA, Weldja Marques da Silva (2020). *Do conflito à re-volta: o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- MARCELINO, João Gabriel Carvalho (2016). O mal do imaginário social: a instituição da imagem do diabo. *Revista Científica da FASETE*.
- MARX, K. *O capital* (1986). Crítica da economia política. Livro III. Volume IV. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural.
- _____ (1978). *Le capital*. Tome I. Paris: Editions Sociales.
- MARTINS, José de Souza (1979). *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas.
- MENEZES, Eduardo (1985). A quotidianidade do Demônio na cultura popular. *Revista Religião e Sociedade*, V. 12, n. 2.
- MELLO e SOUZA, Laura de (1989). *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MEZZADRA, Sandro (2020). *A condição pós-colonial*. História e Política no presente global. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

- NOVAES, Regina Reyes (1997). As metamorfoses da Besta Fera: O Mal, a Religião e a Política entre Trabalhadores Rurais. In: *O Mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- PALMEIRA, Moacir (1977). Casa e Trabalho; Notas sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional. *Contraponto*, Ano 2. <https://mpabrazil.org.br/wp-content/uploads/2023/09/09-Camponeses-Brasileiros-Vol.I-Leituras-e-Interpretacoes-Classicas.pdf#page=204> (acesso em 10/04/2024).
- PONTES, Mário (1979). *Doce como o diabo – Demônio, utopia e liberdade na poesia de cordel nordestina*. Rio, Codecri.
- RODRIGUES & AMORIM (2022). Mobilidades marginais na “era das facções”: entre trabalho, família e crime. *Revista Antropolítica*, V. 54, n. 2, pp. 287 - 314. DOI: 10.22409/antropolitica2022.i2.a48272
- SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes (2019). A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. *Revista Eptic*, v. 21, n. 1. <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/10910> (acesso em 10/04/2024).
- SASSEN, Saskia (2015). *Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global*. Buenos Aires: Katz.
- SIGAUD, Lygia (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.
- SCOTT, James (2000). *Los dominados y el arte de la resistencia*. México, Era Ediciones.
- Scott, J. C. ., Menezes, M. A. de ., & Guerra, L. (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 21(1), 10–31. <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>
- SILVA, M. A. M.; MELO, B. M (2016). As distintas faces da intermediação entre capital e trabalho rural no Brasil. *Eutopía: Revista de Desarrollo Económico Territorial*, v. 9, p. 45-61.
- SOENDERGAARD, Niels (2018). Modern Monoculture and Periphery Processes: a World Systems Analysis of the Brazilian soy expansion from 2000-2012. *Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)*, v. 56, p. 69-90.
- TAUSSIG, Michael (2010). *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. (386 páginas). Tradução: Priscila Santos da Costa. 1º Ed. São Paulo. Editora Unesp.
- THOMPSON, Edward (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras.
- VELHO, Otávio (1987). O cativo da besta-fera. In: *Religião e Sociedade*.
- VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de (2018). *Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde*. Maceió (AL): Edufal.

Complicações da linguagem sociológica

Troublings of sociological language

Matheus Boni Bittencourt^a 

Resumo Trata-se de resenha do livro *Troubling sociological concepts: an interrogation*, de Martyn Hammersley. A obra apresenta uma instigante reflexão sobre alguns dos principais conceitos utilizados por sociólogos em atividades de pesquisa e ensino, e que possuem sentidos controversos e divergentes, mesclando significados científicos, éticos e políticos. De uma perspectiva weberiana, a obra pretende estimular sociólogos a fazerem um uso cauteloso dos conceitos, atento à sua validade metodológica.

Palavras-Chave Teoria Sociológica. Metodologia. Epistemologia. Conceitos. Neutralidade.

Abstract *This is a review of the book *Troubling sociological concepts: an interrogation*, by Martyn Hammersley. The work presents an instigating reflection on some of the main concepts used by sociologists in research and teaching activities, which have controversial and divergent meanings, mixing scientific, ethical and political meanings. From a Weberian perspective, the work intends to encourage sociologists to make a cautious use of the concepts, attentive to their methodological validity.*

Keywords *Sociological Theory. Methodology. Epistemology. Concepts. Neutrality.*

Neste livro, Martyn Hammersley aborda os múltiplos sentidos dos conceitos usados por cientistas sociais. A complexidade intrínseca do objeto e a relação prática do pesquisador com muitos problemas introduzem complicações do léxico sociológico, mas a questão vai além da semântica. Não é difícil imaginar que dois pesquisadores debatam acaloradamente um conceito, mas com um entendimento muito diverso do mesmo.

Hammersley, sociólogo britânico que trabalhou por décadas com a Sociologia da Educação e nas questões metodológicas e epistemológicas da pesquisa qualitativa, propõe uma análise de alguns conceitos sociológicos controversos. Adotando uma concepção weberiana da ciência social, considera como a principal missão da Sociologia a explicação da ação social. Por isso, o seu objetivo é delimitar a validade científica dos conceitos do seus usos ético-políticos.

a Doutor em Sociologia pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Analista do Executivo na SEGER – Secretaria Estadual de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo. Email: matheusb2@yandex.com

Quanto ao conceito de ideologia, que inicia o livro, Hammersley chega ao ponto de aconselhar o abandono, mas geralmente limita-se a identificar as divergências e propor uma utilização cuidadosa e transparente. O *leitmotiv* é a distinção weberiana entre ciência e política, juízos de fato e de valor, duas vocações que raramente andam juntas. A missão do sociólogo é eminentemente científica no âmbito acadêmico, sem prejuízo para possíveis engajamentos como cidadão e profissional. O conceito de ideologia oscilaria entre a noção marxiana da falsa consciência, que dissimula como gerais os interesses particulares, e o sentido genérico de sistema de ideias e crenças. Contudo, as discussões do próprio Hammersley sobre raça, por exemplo, deixam claro que banir o conceito de ideologia pode ser precipitado. Mais proveitoso é o seu conselho *second best* de emprego cauteloso do conceito, precisando qual é o sentido pretendido. Eu acrescentaria que a ideologia é melhor definida junto a outras categorias discutidas no livro: cultura, poder, classe social, raça e gênero.

Mais interessante é a discussão sobre o conceito de cultura, derivado do “cultivo” pessoal mediante as belas-artes e filosofia, depois radicalmente reformulado pelas ciências sociais. O entusiasmo com este conceito socioantropológico levou alguns a negligenciar as condições materiais, tornando-as, às vezes, um produto de sistemas culturais, numa inversão ingênua do determinismo econômico do marxismo vulgar. O conceito socioantropológico de cultura, defendido por Hammersley, designa as atitudes e capacidades socialmente construídas e aprendidas. Trata-se de um conceito analítico, que supõe a conjunção entre cultura subjetivada e situação objetiva para explicar a ação social. A distinção não é estanque, mas dinâmica, pois culturas são construídas por grupos em resposta a situações objetivas, que estão sujeitas à transformação ou reprodução pela ação social.

Um dos pontos altos é a análise do conceito de sociedade, sobre o qual Hammersley mapeia cinco sentidos: como sinônimo de “país”, e mais especificamente, das relações sociais em um território delimitado e controlado politicamente, um Estado, que na versão mais forte, é tomada como um sistema social; como um tipo particular de sociedade, classificada por critérios como modo de produção, mecanismo de integração social ou sistema de valores de referência (sociedade tribal, escravista, feudal, capitalista ou socialista; tradicional ou moderna; agrária ou industrial; etc); como sinônimo de relações secundárias, formais e superficiais, em oposição aos laços fortes, afetivos e duradouros da comunidade; em oposição ao Estado e ao mercado, como “sociedade civil”; como uma “forma” ou “padrão” de relações e interações sociais no espaço e no tempo, o que é também chamado “sociação”.

Pode-se inferir que o conceito se refere a sociedades singulares (primeiro), a classes particulares de sociedade (segundo e terceiro), a subdivisões da sociedade em econômica, política e civil (quarto), e ao que seria a sociedade em geral (quinto).

Do primeiro ao terceiro sentido, observamos, segundo Hammersley, os problemas da integração e delimitação de tais sistemas sociais, enquanto no quarto sentido teríamos o problema da diferenciação interna: até que ponto “economia”, “política” e “sociedade civil” correspondem a objetos reais, e não separações construídas por tradições intelectuais e disciplinares da Economia, do Direito ou da Sociologia? Quanto ao quinto sentido, o problema aparece como relação entre os planos “vertical” e “horizontal” da sociedade, isto é, entre as grandes organizações, instituições ou estruturas, formando um componente macro e objetivo, de um lado, e as interações e atores sociais, o elemento micro e subjetivo, de outro. Pode-se tanto supor que as interações e atores são regulados ou condicionados pelas estruturas institucionais, quanto que os sistemas objetivos são basicamente cristalizações de um amplo tecido de interações sociais. Dentre os vários sentidos e dilemas do termo “sociedade”, o que identificamos são as divisões profundas entre sociólogos sobre a natureza da própria Sociologia.

Algumas grandes sínteses teóricas, como as de Habermas, Bourdieu ou Giddens, tentaram oferecer saídas para o dilema, que ficou conhecido como “macro-micro”, “objetivismo e subjetivismo”, “sistema e mundo da vida” ou “estrutura e ação”. Hammersley não pretende oferecer qualquer grande síntese, mas sugere que a análise de redes sociais poderia ser uma linguagem comum para ligar as interações às organizações em graus variados de focalização ou de organização das relações sociais. Dessa maneira, se as interações e grupos apresentam padrões difusos e fracos de institucionalização, as organizações formais claramente apresentam mecanismos fortes de coordenação e regulação coletivas, orientadas para objetivos. O conceito-chave é o de “institucionalização” das relações sociais, referida ao nível de coordenação explícita para objetivos e regras comuns, ou seja, de diferenciação interna e externa, com dirigentes capazes de determinar políticas e sancionar os desviantes. A relativa autonomia das organizações, sua “agência”, não as torna independentes das ações e interações dos seus membros, embora o poder de influenciar os rumos organizacionais seja claramente desigual. Dentre as organizações formais, os Governos se distinguem pelo exercício legítimo de poderes coercitivos para regular as relações sociais em um amplo território, constituindo um Estado.

As considerações sobre o conceito de sociedade são desdobradas na reflexão sobre a classe social, pois a “estratificação” é uma característica inegável de

todas as sociedades de grande escala (e não apenas delas). Desigualdades e diferenciações ocorrem segundo vários critérios, que não são apenas pressupostos do observador científico, mas também características objetivas, que modelam a vida dos atores sociais e são por eles interpretadas diversamente. No entanto, há grande divergência sobre o que é a classe social, apesar do quase consenso sobre a sua existência e relevância para a análise sociológica. Às vezes a classe é descrita como uma escala classificatória proposta pelo observador, como os níveis de renda, patrimônio, escolaridade, autonomia e controle do trabalho etc. Às vezes é definida como a concentração da posse de recursos valiosos em uma ou mais dimensões das referidas escalas. Mas as concepções mais fortes de classe social exigem critérios mais restritivos: o reconhecimento entre os pares de classe por padrões de indumentária e comportamentais segundo códigos tácitos, levando à demarcação de pertencimento ou exclusão do acesso a privilégios, oportunidades e interações valiosas; a transmissão intergeracional da posição de classe e autorrecrutamento de longa duração para a classe, por mecanismos diversos, levando à limitação da mobilidade social intra e intergeracional; e a endogamia, não só marital, como também de convívio e associação. Em adição, no sentido forte, as classes seriam ainda grupos relativamente organizados em defesa dos seus interesses, levando ao conflito e dominação de classe, permitindo ligar os conflitos de classe à ascensão e queda de grandes tipos de sociedade, como o escravismo, feudalismo, colonialismo, capitalismo etc. O sentido forte da classe social nos leva à questão de como os próprios atores interpretam as divisões sociais, e como esta visão cultural das desigualdades sociais objetivas orienta a ação social. Implícita na argumentação de Hammersley está que a classe social é definida tanto pelo observador, mediante critérios metodológicos, quanto pelos próprios atores, com base em experiências práticas. Como o próprio pesquisador, porém, está em uma posição de classe, não fica claro qual seria, para Hammersley, a conexão entre o “observador” e o “ator”. Mais uma vez, a questão da ideologia reaparece, tendo em vista que a interpretação da situação de classe conduz o ator a ações que podem reproduzir ou transformar a estrutura de classes.

A discussão sobre as divisões sociais prossegue com análises sobre gênero e raça, que distinguem grupos com base na significação cultural de características biológicas, como o sexo, hereditariedade e aparência. Relativo à classe social, a interpretação feita pelos atores das distinções podem orientar condutas, reforçando ou atenuando as desigualdades, o que dá uma dimensão ideológica ou cultural às relações de classe, que possuem uma materialidade na própria distribuição de recursos produtivos. Nas relações de gênero, a diferenciação biológica entre homens

e mulheres é socioculturalmente construída como distinção de papéis de gênero, o que levou algumas teóricas a considerar o gênero como puramente “discursivo”, desprovido de experiência corporal, enquanto outras feministas responderam que o discurso e corpo estão interligados, pois o processo biológico seria vital e ativo, tanto quanto o cultural, o que relativizaria a dicotomia entre natureza e cultura. O que é biológico ou cultural no gênero não pode ser separado, mas pode ser analiticamente diferenciado em termos relativos.

Também a etnicidade e a raça são processos de classificação que diferenciam ou unem conjuntos de pessoas por sinais visíveis associados a características não diretamente observáveis. O que distingue a “raça” é que os sinais são tidos como fixados por hereditariedade. A divisão da humanidade em raças foi refutada pela Biologia contemporânea, mas a ideologia racial continua relevante, motivando formas de discriminação e mobilização orientadas por suas premissas. Isso traria um problema para a análise sociológica: praticamente todos os conceitos de racismo são avaliativos, pois são conexos ao que seria falso, além de ultrajante para o grupo racializado. O problema é que, assim resumidos, infere-se que tudo o que é considerado racista é similar, e explicado pelas mesmas causas. Assim, apesar da “raça” no sentido biológico não existir, existe a crença difusa em estereótipos raciais, que não é exclusiva de extremistas, e leva a tratamentos diferenciados, o que por sua vez provoca reações dos grupos racializados, levando à formação de identidades raciais com efeitos reais na ação social, inclusive no sentido da mobilização contra as desigualdades e discriminação raciais.

Classe, gênero e raça nos remetem ao poder. Hammersley identifica duas grandes linhas de conceptualização do poder na sociologia: o “poder sobre” ou “diretivo”, definido pela capacidade de alguns atores conduzirem o comportamento de outros, formulando e impondo políticas com regras e diretrizes específicas; e o “poder para” ou “consequencial”, pelo qual identifica a capacidade de tomar decisões com efeitos significativos. Ambas as formas de poder seriam exercidas por uma variedade de grupos e organizações, mas o poder diretivo ou sobre outros agentes tem necessariamente uma característica mais restrita, na medida em que alguns mandam, convencem e regulam outros, que são comandados, persuadidos e disciplinados, o que não significa que há um único jogo de soma zero, onde uns detêm todo o poder diretivo e outros nenhum. É mais provável que haja uma diferenciação, com atores possuindo poder em uma esfera de ação, e não em outra, e outros ainda com menos poder diretivo que de veto.

Finalmente, Hammersley realiza alguns apontamentos sobre interesses, valores e atitudes, indicando os limites das explicações utilitaristas e a necessidade

de considerar as crenças e valores dos atores. Argumenta que a noção de racionalidade é relativa, pois definida como uma concordância entre meios e fins dadas as informações e preferências do ator. Seguindo a linha weberiana, Hammersley defende que explicações por cálculos de interesses e por expressão de valores são complementares, mas aponta que mesmo a diferenciação entre o que é “valor” (inconsciente) ou “interesse” (consciente) pode ser problemática, pois “cálculos” podem ser enviesados por vários fatores, enquanto “convicções” podem reforçar e evocar conteúdos afetivos.

Em um cenário de ampla fragmentação da Sociologia pela multiplicação das subespecialidades e perspectivas teóricas, a construção de um vocabulário comum é certamente relevante, nem que seja apenas para identificar aquilo em que os sociólogos podem concordar em discordar. Percebe-se que a complexidade é própria ao objeto sociológico, e não uma tara pessoal dos sociólogos. Apesar de algumas sugestões precipitadas e inconsistentes, como recomendar o abandono do conceito de ideologia e retomá-lo implicitamente para discutir classe, gênero e raça, a obra contribui para tornar a linguagem especializada da Sociologia um pouco menos complicada, mas nem por isso menos complexa.

REFERÊNCIAS

HAMMERSLEY, Martyn (2020). *Troubling Sociological concepts: an interrogation*. 1ª Ed. Londres: Palgrave Macmillan, 239 p., ISBN 9783030516468, <https://doi.org/10.1007/978-3-030-51644-4>

Contribuições marxistas às Relações Internacionais

Marxist contributions to International Relations

Gustavo Rocha Botão^a 

Os debates acerca das Relações Internacionais têm sido dominados por referenciais teóricos realistas e liberais desde o nascimento de seu campo de estudos na primeira metade do século XX, representando duas interpretações das classes dominantes sobre esse campo de estudos. O marxismo, apesar da pouca atenção dada por Karl Marx ao estudo das Relações Internacionais, apresenta, a partir da obra de Lênin, um ferramental teórico para explicar o sistema internacional por meio de sua teoria do imperialismo. A partir do último quartel do século se popularizam outras correntes de pensamento, que, embora apresentem novas abordagens teóricas, ainda persistem, assim como o realismo e o liberalismo, na desconsideração do papel das classes sociais e da análise crítica do sistema capitalista na dinâmica das Relações Internacionais, temas amplamente analisados e discutidos por autores marxistas.

É na apresentação das chaves explicativas fornecidas pelo marxismo para o estudo das Relações Internacionais que o livro “Teoria das relações internacionais: contribuições marxistas” (Prestes, Pautasso, 2021), organizado pelos cientistas políticos e pesquisadores marxistas Ana Prestes e Diego Pautasso, se concentra. O livro busca explorar variadas dimensões do marxismo e suas aplicações para o estudo das Relações Internacionais, sintetizando as contribuições marxistas mais recentes nessa disciplina, de modo a tratar de uma ampla gama de temas de grande importância para esse campo de estudos. Nesse sentido, os artigos contidos na obra versam desde de discussões teóricas de autores fundamentais para o estudo do marxismo, como o próprio Marx e também Lênin e Gramsci, até a análise de fenômenos como o subimperialismo, a integração latino-americana e a ascensão chinesa. Além do prefácio, escrito pelo cientista político Luís Fernandes, e da orelha, escrita pelo professor Paulo Fagundes Visentini, a obra é dividida em doze capítulos.

O primeiro capítulo do livro, também escrito por Luís Fernandes, discute o desinteresse da academia pelo marxismo no estudo das Relações Internacionais e as origens do pensamento marxista, pouco compatível com as explicações

^a Universidade Federal do ABC. Email: gustavo.botao@ufabc.edu.br

ontológicas oferecidas por escolas de pensamento mais tradicionais. Em seguida, apresenta as chaves analíticas fornecidas pelo pensamento marxiano para a compreensão das Relações Internacionais, como a expansão do sistema capitalista a partir do continente europeu e a globalização, criticando a separação cultivada na academia entre a *política* e a *economia*, propondo a teoria marxista para o estudo de fenômenos contemporâneos, de modo a evitar entender as Relações Internacionais como a mera interação entre Estados homogêneos na defesa de seus interesses nacionais.

No segundo capítulo do livro, Gianni Fresu discute o impacto da obra *A Ideologia Alemã* (Marx, Engels, 2007) no pensamento de Marx e no estudo das Relações Internacionais, apresentando inicialmente os desdobramentos teóricos na obra de Marx que resultaram no conceito de materialismo histórico dialético. Em seguida argumenta que o materialismo histórico afasta os marxistas de uma visão idealista da história, afastando de si a explicação da “práxis a partir da ideia” (Prestes, Pautasso, 2021, p. 34) e compreendendo que cada Estado é resultado de suas forças sociais e produtivas. Nesse sentido, os Estados capitalistas do século XIX e XX empreenderam a colonização do resto do mundo, submetendo a essas sociedades não apenas o capitalismo, mas sua ideologia, atomizando os indivíduos e reificando as atividades sociais, objetivando a expansão de seus mercados.

No terceiro capítulo, Rita Coitinho procura mostrar a importância da obra de Lênin para a compreensão das relações entre centro e periferia do capitalismo e das disputas pela hegemonia. A autora realiza um levantamento bibliográfico acerca das interpretações do declínio hegemônico estadunidense e da ascensão de uma multipolaridade, finalizando com um chamado à análise dos vínculos entre o imperialismo estadunidense e os Estados nacionais para a compreensão dos processos políticos internacionais.

Diego Pautasso, no quarto capítulo do livro, analisa o imperialismo sob uma abordagem a partir do historiador italiano Domenico Losurdo, debatendo a genealogia do termo por meio de um levantamento bibliográfico e apresentando os conceitos de *liberalismo-imperialismo*, *linguagem do império* e *poder de fogo multimidiático* elaborados pelo italiano (Losurdo, 2006, 2010). Pautasso termina o capítulo argumentando que, apesar do triunfalismo do *Fim da História* (Fukuyama, 2015) e do ocaso do socialismo real, faz-se necessário retomar os estudos acerca do imperialismo, tendo Losurdo elaborado chaves explicativas importantes para a compreensão deste fenômeno.

Marcelo Fernandes retoma o debate acerca do imperialismo no século XXI e rebate as acusações de imperialismo feitas contra a China no quinto capítulo. O

autor critica o pouco rigor no uso do conceito de imperialismo em análises sobre a China e reflete sobre o desenvolvimento das forças produtivas no Estado chinês, rejeitando a visão de que a China seria um Estado imperialista e defendendo seu caráter socialista.

No sexto capítulo, Ana Prestes discute a evolução do conceito de hegemonia, de Antonio Gramsci a Giovanni Arrighi, recordando inicialmente a importância da obra de Lênin para a elaboração do conceito gramsciano de hegemonia e mostrando a aplicação deste conceito no plano internacional a partir da obra de Arrighi, especialmente em relação aos ciclos de acumulação, debatendo como os Estados Unidos alcançaram o patamar de *hegemon* global e a possível perda desse posto para a China.

As organizações internacionais são analisadas sob a ótica coxiana por Jaime Coelho e Miguel de Sá, que iniciam o sétimo capítulo examinando este tema pouco conhecido na obra de Robert Cox. Os autores argumentam que as forças sociais contra-hegemônicas não devem negligenciar a atuação em instituições internacionais, não devendo essas organizações serem tratadas como fenômenos secundários, mas sim como “arenas de luta imprescindíveis” (Prestes, Pautasso, 2021, p. 182), nas quais é possível lutar *guerras de posição*. Nesse sentido, os autores concluem com um apelo pela recuperação da obra de Cox em razão do pioneirismo de suas críticas à literatura dominante nas Relações Internacionais e de sua visão acerca do estudo das organizações internacionais.

Américo Alves discorre sobre José Carlos Mariátegui e a interpretação marxista da questão indígena (Mariátegui, 2008) no oitavo capítulo, mostrando como o autor peruano entende a posição do indígena na política, economia e história peruanas, relacionando questões etnicorraciais com a luta de classes e a divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, o capítulo elenca elementos da história peruana analisados por Mariátegui, demonstrando o caráter colonial e periférico da formação econômica do Peru e como o desprezo pelo indígena na sociedade peruana é resultado da materialização de sua luta de classes.

Tiago Nogara realiza, no nono capítulo, uma crítica marxista às teses dependentistas, lembrando o histórico das teorias da dependência no Brasil, apresentando o conceito de subimperialismo de Ruy Mauro Marini (Marini, 1965, 1971, 1974) e rebatendo as aplicações deste conceito na análise tanto dos governos militares quanto dos governos petistas (Luce, 2013). Nogara aponta discrepâncias entre o método de aplicação da teoria à realidade, especialmente em se tratando da classificação, que entende como equivocada, da política externa da primeira Era Lula (2003-2010) como subimperialista.

As classes sociais e sua relação com a política externa e a integração regional são analisadas por Mariana Davi e Tatiana Berringer no décimo capítulo do livro. As autoras recorrem à Teoria Marxista do Estado de Nicos Poulantzas para analisar as relações entre as *frações da burguesia* e o *Estado capitalista* (Poulantzas, 1976, 1977, 1978), de modo a compreender o papel do bloco no poder na formulação da política externa e seus efeitos nos processos de integração regional. As autoras defendem que a dinâmica dos blocos no poder tornam os processos de integração mutáveis e conjunturais, podendo se subordinar passivamente ou entrar em conflito com o imperialismo a depender do contexto.

Leonardo Ramos, Marina Scotelaro e Rodrigo Teixeira elencam, no décimo primeiro capítulo, elementos da obra de David Harvey que dialogam com as Relações Internacionais e podem contribuir com seu estudo, como a *geografia da acumulação capitalista* e a *acumulação por despossessão* (Harvey, 2003, 2013), examinando também o imperialismo em sua fase neoliberal. Os autores, então, realizam um diálogo entre o trabalho de Harvey com outras correntes do marxismo, notadamente a gramsciana em seus estudos acerca da hegemonia no âmbito mundial.

O último capítulo encerra o livro com Elias Jabbour, Alexis Dantas, Carlos Espíndola e Júlio Vellozo trazendo os novos aportes teóricos à Nova Economia do Projeto e buscando superar a dicotomia entre ortodoxos e heterodoxos em se tratando de análises sobre a economia chinesa. Nesse sentido, os autores resgatam o conceito de *Economia do Projeto* de Ignácio Rangel (Rangel, 2005) e o aplicam no exame da realidade chinesa, posicionando essa *Nova Economia do Projeto* no “campo de pensamento e da prática marxista” (Prestes, Pautasso, 2021, p. 317).

Em suma, a obra é digna de reconhecimento dado seu interesse em trazer variadas análises teóricas e empíricas marxistas no campo de estudo das Relações Internacionais, por vezes um campo carente em abordagens críticas e que sobrevaloriza a literatura mainstream. Essas análises munem o leitor com o estado da arte no que diz respeito aos estudos marxistas das Relações Internacionais, oferecendo-lhe diversas interpretações acerca de fenômenos como imperialismo, dependência, hegemonia, entre outros. Desse modo, além de contribuir com o enriquecimento crítico do campo de estudos e do leitor, a amplitude dos estudos apresentados na obra a torna plural em sua especificidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUKUYAMA, Francis (2015). *O Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.

- HARVEY, David (2013). *Para entender o Capital*. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, David (2003). *The New Imperialism*. New York: The Oxford University Press.
- LOSURDO, Domenico. (2010). *Linguagem do Império*. São Paulo: Contraponto.
- LOSURDO, Domenico. (2006). *Contra-história do liberalismo*. Aparecida (SP): Ideias & Letras.
- LUCE, Mathias (2013). O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica Marxista*, Campinas (SP), n.36, p.129-141. <http://hdl.handle.net/10183/151487>
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2008). “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”. In: *Coleção Pensamento Social Latino-Americano*. São Paulo: Expressão Popular/Clasco.
- MARINI, Rui Mauro (1965). *Eje militar Brasil-Argentina y subimperialismo*. Santiago de Chile: Arauco 71.
- MARINI, Rui Mauro (1971). *El subimperialismo brasileño*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO).
- MARINI, Rui Mauro (1974). *Subdesarrollo y revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (2021). *Teoria das relações internacionais: contribuições marxistas*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- POULANTZAS, Nicos (1976). *Crise das ditaduras - Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POULANTZAS, Nicos (1978). *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RANGEL, Ignácio (2005). *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto.

O problema (do) negro: Raça e o pensamento sociológico brasileiro

The Black Problem (or the problem of the Black): Race and the Brazilian sociological thought

Anna Victoria de Souza Lage^a 

O debate sobre a existência ou não de uma “questão racial” no Brasil remonta à passagem do período republicano para a então nova conjuntura política pós-Revolução de 1930. Nesse período e nos próximos, os projetos nacionais e os intelectuais brasileiros se debruçaram sobre um tema: qual o lugar da raça na formação nacional brasileira?

Olhando para essa discussão, Antônio Sérgio A. Guimarães publica *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. Há muito envolvido nas temáticas das relações e identidades raciais e do racismo, a obra reúne textos já conhecidos do autor, reatualizados e revisitados, que discutem como a ideologia da democracia racial não estava - e não está - superada, e de que maneira a noção de raça como conceito analítico e categoria reivindicada pelo movimento negro permanece mobilizando disputas entre projetos nacionais em solo brasileiro.

Publicada em 2021, a obra dividida em nove capítulos retoma os debates da formação de uma identidade racial brasileira, com um viés cosmopolita, pensando o impacto e importância dos círculos intelectuais e militantes do movimento internos e externos ao Brasil nessa construção. Sociólogo com estilo histórico, o autor expõe discussões conceituais, reconstruções históricas e visões das militâncias negras, a partir de uma narrativa fluida que demonstra como a identidade racial brasileira não foi cristalizada durante o século XX, mas sim algo disputado por diversos grupos dos novecentos em diante.

Com um recorte temporal dos anos 1930 aos 1970, existe, no decorrer do livro, uma periodização implícita dos movimentos negros no país, focada principalmente em São Paulo: a primeira fase seria iniciada do processo abolicionista à Primeira República; a segunda seria a dos protestos negros nos anos 1930, em que o movimento se organiza politicamente e busca novos espaços enquanto germina-se um ideal de raça negra; e por fim o terceiro momento, em que o conceito de democracia

^a Universidade Federal da Bahia (PPGH - UFBA). Email: annavicslage@hotmail.com

racial, e posteriormente negritude, difundem-se e entram em debate nos meios negros reorganizados após o Estado Novo.

No primeiro capítulo, intitulado “O estudo das raças e sua formação histórica”, Guimarães abre seu livro com uma discussão de conceitos, amparada majoritariamente nas Ciências Sociais, sobre o que seria a ideia da existência das raças e quais sentidos podem estar englobados na mesma. Partindo da ideia da raça proveniente de uma tradição ocidental - sobretudo ibérica - de pureza sanguínea, aprofundada na colonização da América e consolidada com a biologização do final dos oitocentos, o autor entrelaça os conceitos de “etnia, comunidade, nações”, diferenciando-os a partir de uma perspectiva weberiana; “classes sociais”; “cor”; e “cultura”, subdivisões do capítulo, para pensar as “fronteiras simbólicas” (Guimarães, 2021, p.27) que localizam pessoas em determinados lugares sociais - tal qual em uma hierarquia racial, ou social, ou política. Seu posicionamento é claro: o pensamento sociológico brasileiro precisa olhar para a ‘raça’ como um objeto.

O segundo capítulo, “A liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça”, embasado profundamente pela historiografia da Nova História da Escravidão explora o momento de ascensão da Primeira República brasileira, buscando “uma reinterpretção que dê conta do imaginário nacional brasileiro que será depois referido como mestiço ou ‘negro’” (Guimarães, 2021, p.45). Partindo dos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, Guimarães busca entender como as noções de cidadania e direitos políticos estavam sendo compreendidas pelos negros no processo e após a abolição. Para tal, o autor faz um breve recuo temporal para a crise do escravismo iniciada em 1870, visto como marco para as populações negras no fazerem-se brasileiras.

O enfoque à intelectualidade negro-mestiça que defendia uma sociedade em que os ex-escravizados fossem integrados à nação e que, em última instância, premeditaram a tese do mestiço nacional (Guimarães, 2021, p. 56), simboliza a constante referência aos círculos acadêmico-intelectuais de Guimarães no decorrer de seus argumentos. A desconfiança dos recém-libertos à República, a expectativa branca desta como um lugar de liberdade (sem amarras monárquicas) e a nascente proposta de um Brasil fraternalmente mestiço – no qual um mulato poderia ascender na hierarquia social se embranquecido culturalmente, como pretendia a política do branqueamento republicana (Andrews, 2014, p.154)-, demonstrariam como brancos e negros vivenciaram as rupturas diferentemente.

A partir dessa síntese, Guimarães interliga de que modo a organização dos meios negros, dessa vez pensada como projeto nacional de inclusão e não apenas resistência, chegou nos anos 1930 e remodelou a formação de uma identidade

racial brasileira e de ‘modernidades negras’. Essa categoria, discutida no terceiro capítulo de mesmo nome é, para o autor, central na elaboração de uma identidade negra brasileira. Saindo de uma modernidade ocidental que se opõe às tradições, em busca do novo, Guimarães expõe como a sua vertente negra faz parte desse processo de interação entre europeus e africanos, que seria “a incorporação dos negros à cultura ocidental enquanto ‘cidadãos’” (Guimarães, 2021, p.70).

As sociedades latinas, espelhando-se nas europeias, viram, de acordo com o autor, as modernidades nacionais e negras ascenderem ao mesmo tempo, confundindo-as, no qual os negros, até então excluídos da cidadania, positivaram os sentidos do termo “raça negra”. Guimarães esforça-se em trazer a intelectualidade negra, olhando para o Brasil e para o desenvolvimento das organizações que foram espaços de discussão entre “negros-mestiços” (Guimarães, 2021, p.88) e da defesa do negro brasileiro, modernizado, construindo-se politicamente como cidadão nacional. Interessante sobre o capítulo é a escolha metodológica do autor. Não fica explícito se os negros teriam se sujeitado à cultura ocidental ou se esta foi construída com a diáspora, visto que a preocupação é direcionada aos círculos intelectuais centrais e subalternos.

No quarto capítulo, “A democracia racial negra dos anos 40”, esse viés cosmopolitista se expande. Um dos capítulos-chave do livro para a compreensão do argumento geral, a noção - e usos - da democracia racial é vista por Guimarães como uma estratégia discursiva que os negros reivindicaram como base de uma nacionalidade brasileira e mestiça, assim como das suas lutas contra a discriminação racial. Após o Estado Novo, são retomadas pautas da década de 1930, enquanto se desenvolvem duas novas: inicialmente a democracia racial, ideia perpassada no senso comum brasileiro, debatida por Gilberto Freyre e Arthur Ramos, e posteriormente a negritude, vinda dos meios afro-francófonos, trazida pelo Teatro Experimental Negro (TEN) e por Abdias Nascimento.

Com o retorno de uma imprensa progressista, Guimarães parte do círculo intelectual do *Diário Trabalhista*, periódico carioca, para as disputas de projeto nacional e nos debates sociológicos em aceitar ou não o racismo e a raça como estruturantes da sociedade. Ao assumir os problemas raciais como de classe, o pensamento sociológico brasileiro nutria conflitos com os movimentos políticos negros, vistos como segregadores raciais pela elite. Mesmo assim, para o autor, a atuação do protesto negro dos anos 1940 e 1950 foi fundamental para que o racismo fosse superado tanto política quanto culturalmente, independentemente do apoio científico tradicional.

No capítulo seguinte, Guimarães pensa o papel e os estudos de Abdias do Nascimento para esse movimento negro. Nomeado “Resistência, Revolta, Quilombo”, o autor identifica os conceitos de revolta e resistência de Abdias, desenvolvidos a partir das influências do mundo afro-francófono, que “rearticulam a sua interpretação da história brasileira enquanto resistência continuada e prolongada dos negros às discriminações raciais e às formas alienantes da cultura embranquecida de origem europeia” (Guimarães, 2021, p.138).

A absorção de discussões sobre raça, racismo e negritude estrangeiras não ocorreu de forma imediata nos meios negros brasileiros. A tendência de integração do negro à cultura e nação brasileiras afastava ideais pan-africanistas dos veículos nacionais. Antônio Sérgio compreende que Abdias sofisticou seus argumentos até o surgimento da ideia de *quilombismo*, uma “ideologia de libertação dos negros brasileiros” (Guimarães, 2021, p. 145); categoria esta com certo discurso afro-cêntrico e de denúncia do racismo, mas que pensa o negro nacional “como uma história de resistência cultural e de revoltas políticas” (Guimarães, 2021, p.151).

No breve capítulo posterior, “Os negros em busca de cidadania”, Guimarães aprofunda como o protesto negro da primeira metade do século XX se deu e como sua principal pauta, a cidadania, foi contínua. Novamente com uma escrita mais histórica, o autor volta-se para a agência dos negros brasileiros que atuaram como militantes e intelectuais nessas disputas políticas e na construção de discursos raciais. O autor admite quatro retóricas da mobilização negra brasileira. A primeira, defendida por Bastide, seria o puritanismo, o discurso de adequação moral dos negros à cultura burguesa branca; a segunda seria a democracia racial, já referenciada tanto nos meios negros populares quanto intelectuais; a negritude, ressignificada de acordo com o autor por um nacionalismo anticolonialista; e o multiculturalismo e igualitarismo racial, além do desenvolvimento de ações afirmativas que igualem brancos e negros no plano sociopolítico.

Em seguida, no capítulo “A recepção de Fanon pela juventude negra”, o mais distinto da obra, Guimarães volta-se para os círculos intelectuais e de militâncias negras, mantendo breves reconstruções históricas para entender o vazio dos estudos sociais brasileiros acerca do problema racial, seja nos meios negros ou de esquerda no geral, a partir do silêncio com relação aos discursos fanonianos. A negritude foi remodelada ao chegar ao Brasil para encaixar-se no discurso nacionalista da militância negra e do projeto brasileiro de nação mestiça. Antônio Sérgio argumenta que a esquerda brasileira teve acesso aos escritos de Fanon na década de 1960, porém as adversidades políticas e o foco classista dos estudos sociais do país causaram tal silenciamento, visto que os conflitos raciais eram evitados, além

da pouca presença de intelectuais negros envolvidos com a temática da identidade negra e do racismo. O lento impacto de Fanon é, nas linhas de Guimarães, político. Na imprensa e espaços de circulação científicos, raça foi cotidianamente preterida em relação à classe, mesmo nos mais progressistas. As ideias de Fanon só seriam revisitadas com a redemocratização e o Movimento Negro Unificado, tornando-se clássicos para aqueles que estudam racismo e violência política.

Já em meios de uma finalização, o capítulo “Ação afirmativa, um balão de ensaio em 1968”, analisa a forma como o Estado brasileiro lidou com o problema racial durante o regime militar, em que Antônio Sérgio identifica neste período o primeiro olhar a uma proposta de ação afirmativa com recorte racial. Partindo de uma reportagem que denunciava o racismo brasileiro, “Discriminação racial dificulta empregos”, de Paulo César Araújo no *Jornal do Brasil*, Guimarães expõe as consecutivas consequências deste texto para o governo brasileiro. A década de 1960 foi extremamente conturbada e inspiradora para o movimento negro internacional, e o Estado sabia dos possíveis influxos no solo brasileiro. De acordo com Guimarães, não havia condições políticas suficientes para que tal exposição resultasse em um projeto de lei, tendo sido criticado inclusive na academia - afinal, era uma afronta à noção de democracia racial que ainda persistia no imaginário social brasileiro. A ação afirmativa que poderia ter sido racial manteve-se com um corte de classe.

Finalizado a obra, o último capítulo, “A democracia racial revisitada”, faz um balanço geral sobre a polissemia conceitual presente em ‘democracia racial’ e os inúmeros usos políticos desta no Brasil e na América. O capítulo demonstra o intercâmbio entre os Estados Unidos e a América Latina sobre as ideias de democracias - o qual se faz presente o argumento de Jessica Graham (Graham, 2019, p. 22) que tais ideias se formulam com as disputas pela noção de democracia política e tolerância racial da América Latina - e fraternidade raciais, raça e racismo. Seu argumento geral pode ser resumido em como a democracia racial “só faz sentido num determinado contexto histórico, aquele compreendido entre a construção de um ideal, não de política redistributiva, mas de sociabilidade racial (nos anos 1930), e o de denúncia de sua função de ideologia dominante (a partir dos anos 1970)” (Guimarães, 2021, p. 227). A troca entre os círculos internacionais e nacionais é um objeto crucial para o autor. Guimarães identifica noções valiosas para o surgimento da ideia de ‘democracia racial’: a fraternidade racial dos anos 1910-1920, a democracia étnica, e a democracia social; cada aspecto unido e ressignificado no imaginário nacional do povo mestiço, baseada em uma expressão ambígua. Após

essa breve abertura, Guimarães cita autores importantes sobre os usos e conceitos de democracia racial para a discussão.

Próximo à conclusão, Antônio Sérgio entende essa polissemia da expressão democracia racial, e acima de tudo seus usos, como um fracasso das elites brancas latinas em integrar as populações negras em seus Estados nacionais, fenômeno que permanece, visto que esta ideologia não está plenamente superada. O problema (do) negro ainda não estava pronto para ser resolvido durante todo o recorte temporal do livro. Afinal, é possível uma ex-colônia escravista ser estatalmente antirracista?

A obra possui uma escrita profunda e acessível, sem academicismos. Uma temática séria, visceralmente histórica na sociologia brasileira. Futuro clássico indispensável aos estudos de raça e racismo no Brasil, este é um livro atual e que não se pretende encerrar as discussões, pelo contrário: Abre-as para que novas visões apareçam e debatam, acima de tudo, os projetos nacionais em jogo nesse momento de risco às variadas democracias – seja racial ou política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George (2014). *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar.
- GRAHAM, Jessica (2019). *Shifting the Meaning of Democracy: Race, Politics, and Culture in the United States and Brazil*. Oakland: University of California Press.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (2021). *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34.